



*Estado do Rio Grande do Sul*  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
*Palácio Flores da Cunha*

***RELATÓRIO E  
PARECER PRÉVIO  
SOBRE AS CONTAS DO  
GOVERNO DO ESTADO***

*Exercício de 1997*

*Conselheiro-Relator*  
**HÉLIO SAUL MILESKI**

### **CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

R585r

Rio Grande do Sul Tribunal de Contas

Relatório e parecer prévio sobre as contas  
do Governo do Estado exercício de 1997 / rel  
Hélio Saul Mileski - Porto Alegre TCE/RS,  
1998

378 p

I Governo do Estado - RS - Contas -  
1997 - Parecer Prévio I Mileski, Hélio  
Saul, rel

CDU 336 126 351 94(816 5) "1997"

*Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do  
Tribunal de Contas do Estado*

***Conselheiros***

PORFIRIO PEIXOTO - Presidente  
HÉLIO SAUL MILESKI - Vice-Presidente  
ALEXANDRE MACHADO DA SILVA  
ALGIR LORENZON  
GLENO RICARDO SCHERER  
VICTOR JOSÉ FACCIÓNI  
SANDRO DORIVAL MARQUES PIRES

***Procurador-Geral***

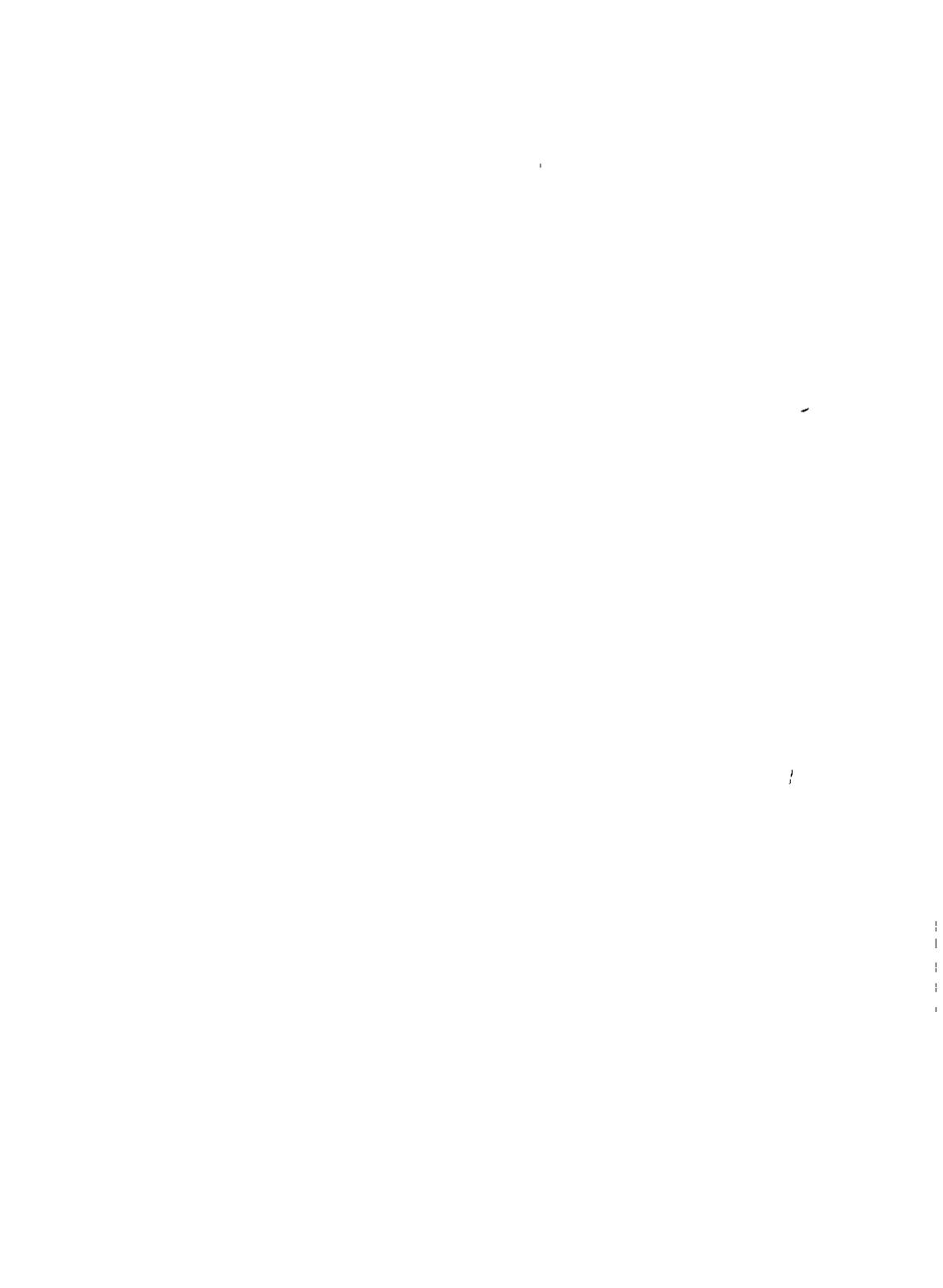
CELESTINO GOULART

***Procuradores de Justiça***

ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT  
MARIO ROMERA

***Auditores Substitutos de Conselheiro***

JUDITH HOFMEISTER MARTINS COSTA  
ADERBAL TORRES DE AMORIM  
ROZANGELA MOTISKA BERTOLO  
HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI  
ROSANE HEINECK SCHMITT  
VERGILIO PÉRIUS



***EQUIPE RESPONSÁVEL***

*Conselheiro-Relator*

**Hélio Saul Mileski**

*Coordenador*

**Cont. Alcides José Tozzo**

*Contadores*

**Helena Perin**

**Jaime Silva**

**Maria Luiza Reginato**

**Rita Rosane Ketzer Schmitt**

*Economista*

**Alaide Mirta Diaz Sousa**

**Carlos Alberto Dornelles**

**Luiz Fernando Alcoba de Freitas**

*Revisão Gramatical*

**Bibl. Rossana de Lucena**

*Sistemas e Processamento de Dados*

**Cont. Claudio Gilmar Redivo**

*Digitação*

**Econ. Ana Carla Magni**



*Superintendente-Geral*  
**Omar Jacques Amorim**

*Chefe do Gabinete da Presidência*  
**João Leonel Rebés Guimarães**

*Superintendente de Controle Externo*  
**Geraldo Otelo Selbach**

*Superintendente Administrativo*  
**César Augusto Pinto Ribeiro**



# SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | 13 |
| <b>CAPITULO 1 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL</b> | 17 |
| <b>1 1 - GESTÃO ORÇAMENTARIA</b>  | 17 |
| 1 1 1 - Relação entre a Receita e a Despesa Orçamentárias   | 20 |
| 1 1 2 - Receita   | 23 |
| 1 1 2 1 - Evolução das Receitas   | 24 |
| 1 1 2 2 - Receitas Correntes  | 30 |
| 1 1 2 2 1 - ICMS  | 30 |
| 1 1 2 2 2 - Transferências  | 33 |
| 1 1 2 2 3 - Aplicações Financeiras  | 33 |
| 1 1 2 3 - Receitas de Capital   | 34 |
| 1 1 2 3 1 - Operações de Crédito  | 35 |
| 1 1 2 4 - Receita Efetiva   | 36 |
| 1 1 3 - Despesa   | 37 |
| 1 1 3 1 - Evolução das Despesas   | 39 |
| 1 1 3 2 - Despesas Correntes  | 40 |
| 1 1 3 2 1 - Despesa com Pessoal - Análise segundo a Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96                         | 49 |
| 1 1 3 3 - Despesas de Capital   | 50 |
| 1 1 4 - Programa de Reforma do Estado   | 56 |
| 1 1 4 1 - Fundamento Legal  | 56 |
| 1 1 4 1 1 - Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado   | 58 |
| 1 1 4 2 - Movimentação Financeira - Saldo e Aplicação   | 60 |
| 1 1 4 3 - Reflexos do Programa de Reforma do Estado   | 61 |
| 1 1 4 4 - Operações do Programa de Reforma do Estado na CEEE  | 64 |
| 1 1 4 5 - Operações do Programa de Reforma do Estado no BANRISUL  | 65 |
| <b>1 2 - GESTÃO FINANCEIRA</b>  | 66 |
| 1 2 1 - Movimentação Financeira   | 66 |
| 1 2 2 - Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados   | 66 |
| <b>1 3 - GESTÃO PATRIMONIAL</b>   | 68 |
| 1 3 1 - Patrimônio Financeiro   | 70 |
| 1 3 1 1 - Ativo Financeiro  | 70 |
| 1 3 1 2 - Passivo Financeiro  | 71 |
| 1 3 1 3 - Situação Líquida Financeira   | 73 |
| 1 3 2 - Patrimônio Permanente   | 75 |
| 1 3 2 1 - Ativo Permanente  | 75 |
| 1 3 2 1 1 - Participações   | 75 |
| 1 3 2 1 2 - Dívida Ativa  | 78 |
| 1 3 2 2 - Passivo Permanente  | 82 |
| 1 3 2 2 1 - Dívida Fundada  | 82 |
| 1 3 2 2 1 1 - Dívida Fundada Interna  | 84 |
| 1 3 2 2 1 2 - Dívida Fundada Externa  | 86 |
| 1 3 3 - Gestão da Dívida Pública  | 87 |
| <b>1 4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>   | 94 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA</b>                                     | 99  |
| 2 1 - FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA   | 104 |
| 2 2 - FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA  | 129 |
| 2 3 - FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO . . . . .  | 159 |
| 2 4 - FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE . . . . .  | 184 |
| <b>CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS</b> | 207 |
| 3 1 - AUTARQUIAS  | 211 |
| 3 1 1 - Análise Consolidada dos Balanços Orçamentários  | 211 |
| 3 1 2 - Análise Consolidada dos Balanços Financeiros  | 214 |
| 3 1 3 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais   | 216 |
| 3 1 4 - Análise Consolidada das Demonstrações das Variações Patrimoniais  | 220 |
| 3 1 5 - Recursos Transferidos da Administração Direta   | 222 |
| 3 2 - FUNDAÇÕES   | 229 |
| 3 2 1 - Análise Consolidada dos Balanços Orçamentários  | 229 |
| 3 2 2 - Análise Consolidada dos Balanços Financeiros  | 233 |
| 3 2 3 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais   | 235 |
| 3 2 4 - Análise Consolidada das Demonstrações das Variações Patrimoniais  | 238 |
| 3 2 5 - Recursos Transferidos da Administração Direta   | 242 |
| 3 3 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS  | 249 |
| 3 3 1 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais   | 250 |
| 3 3 2 - Análise Consolidada das Demonstrações do Resultado do Exercício   | 256 |
| 3 3 3 - Recursos Transferidos da Administração Direta   | 262 |
| 3 3 4 - Destaques   | 263 |
| 3 3 4 1 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL   | 264 |
| 3 3 4 2 - Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE   | 279 |
| 3 3 4 3 - Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT  | 299 |
| 3 3 4 4 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN   | 317 |
| <b>SÍNTESE DO RELATÓRIO</b>   | 339 |
| <b>CONCLUSÃO E VOTO</b>   | 373 |
| <b>PARECER</b>  | 377 |

## **INTRODUÇÃO**



## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas, em atenção ao que prescreve o artigo 71 da Constituição Estadual, dando cumprimento às atribuições estatuídas no artigo 70 do mesmo texto constitucional, procedeu exame nas contas apresentadas pelo Exmo Sr Governador do Estado, relativas ao exercício de 1997

O presente Relatório abrange os resultados do acompanhamento da execução orçamentária, a análise do Balanço Geral do Estado, levantado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, bem como a conferência dos registros constantes da contabilidade da Secretaria da Fazenda, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Estadual no exercício de 1997 e, também, a observância aos princípios constitucionais de eficiência, eficácia e economicidade

Assim, a análise foi dividida em três capítulos, processando-se exame genérico sobre os programas estabelecidos no orçamento aprovado pela Lei Estadual nº 10 889, de 19-12-96

No Capítulo 1 - Análise das Gestões Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Administração Direta Estadual - demonstra-se o comportamento da Receita, da Despesa, da Situação Líquida Global e da Dívida Pública do Estado no exercício examinado e no decênio 1988/1997

Já no Capítulo 2 - Análise da Utilização dos Recursos nas Administrações Direta e Indireta - examina-se a aplicação dos recursos no atendimento ao interesse público, através da atuação do Governo nas áreas de interesse social e de infra-estrutura, nas funções de Defesa Nacional e Segurança Pública, Educação e Cultura, Saúde e Saneamento e Transporte

No Capítulo 3 - Análise das Gestões Orçamentária, Financeira e Econômica da Administração Indireta e Sociedades Controladas - efetua-se análise da situação econômico-financeira da Administração Indireta do Estado, que é constituída por 08 (oito) Autarquias, 17 (dezessete) Fundações, 15 (quinze) Sociedades de Economia Mista e suas 04 (quatro) Sociedades Controladas

Para tanto, selecionou-se para um exame mais aprofundado, as seguintes entidades o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)

A análise consolidada, também procedida neste Capítulo, demonstra, em termos globais, o comportamento dos valores ativos e passivos das entidades, bem como o desempenho das mesmas, em termos operacionais

Por fim, apresenta-se a Síntese do Relatório, a qual contém os principais tópicos abordados no Trabalho, e a Conclusão, que indica medidas que deverão ser adotadas para a defesa do interesse público. Desta forma, o Egrégio Plenário deste Tribunal de Contas, estará em condições de emitir Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado, referentes ao exercício de 1997, para julgamento pela Assembléia Legislativa

# CAPITULO I



## **CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL**

Neste Capítulo, busca-se oferecer uma análise da gestão dos recursos quanto a execução do orçamento, em termos econômicos e financeiros, não somente no que se refere às realizações de 1997, mas relacionando-as com os valores e índices mostrados em anos e gestões anteriores, abrangidos por uma série histórica que contempla os últimos 10 (dez) exercícios, com valores corrigidos até dezembro de 1997

### **1.1 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96 (Diretrizes Orçamentárias para 1997), orientou a elaboração da proposta orçamentária da Administração Direta, consubstanciada na Lei Estadual nº 10 889, de 19-12-96, que alocou recursos na ordem de R\$ 6 374 822 mil, a preços de julho de 1996

A despesa geral do Estado, a preços de julho de 1996, foi fixada em R\$ 6 365 967 mil, resultando no superávit de previsão de R\$ 8 855 mil, decorrente de emendas parlamentares parcialmente vetadas pelo Governador, reduzindo dotações cujos recursos não foram realocados

O artigo 3º da Lei Orçamentária previu a atualização dos saldos das dotações da receita e da despesa pela variação acumulada do IGPM/FGV, se este atingisse ou superasse a 7%, contado a partir de janeiro de 1997

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXERCÍCIO DE 1997

| ESPECIFICAÇÃO             | Em R\$ mil        |                       |
|---------------------------|-------------------|-----------------------|
|                           | VALOR             | RELATIVO<br>BASE FIXA |
| Lei Estadual nº 10 844/96 | 6 365 967         | 100,0                 |
| Créditos Especiais        | 171 288           | 2,7                   |
| Créditos Suplementares    | 5 148 401         | 80,8                  |
| Reduções                  | -1 036 615        | -16,3                 |
| <b>TOTAL AUTORIZADO</b>   | <b>10 649 041</b> | <b>167,2</b>          |

Fonte: Balanço Geral do Estado

Destaca-se que a proposta orçamentária para 1997 permitia, em seu artigo 4º, a abertura de créditos suplementares não sujeitos a limites, para atender às despesas relativas à aplicação ou transferência de receitas vinculadas, para suportar gastos com pessoal, encargos sociais e serviço da dívida. Para atender a "outras despesas correntes", o limite era de 15% do valor inicial atualizado de cada dotação orçamentária.

Resumidamente, o Balanço Orçamentário do Estado apresenta-se da seguinte forma:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996

| RECEITAS                         |                  |                  |              | DESPESAS                         | Valores em R\$ mil |                  |                |
|----------------------------------|------------------|------------------|--------------|----------------------------------|--------------------|------------------|----------------|
|                                  | 1997             | 1996*            | Var %        |                                  | 1997               | 1996*            | Var %          |
| Receitas Correntes               |                  |                  |              | Despesas Correntes               |                    |                  |                |
| ICMS                             | 3 856 958        | 4 186 096        | 7,86         | Pessoal e Encargos               | 3 929 681          | 4 194 814        | 6,32           |
| Outras Rec Correntes             | 1 977 500        | 1 795 607        | 10,13        | Juros e Enc da Dívida            | 276 342            | 253 841          | 8,86           |
|                                  |                  |                  |              | Transf Const a Municípios        | 1 276 468          | 1 347 853        | 5,30           |
|                                  |                  |                  |              | Outras Despesas Correntes        | 718 331            | 657 778          | 9,21           |
| <b>Total Receitas Correntes</b>  | <b>5 834 458</b> | <b>5 981 703</b> | <b>2,46</b>  | <b>Total Despesas Correntes</b>  | <b>6 200 821</b>   | <b>6 454 286</b> | <b>3,93</b>    |
| Receitas de Capital              |                  |                  |              | Despesas de Capital              |                    |                  |                |
| Oper Crédito (incluít rolagem)   | 1 596 601        | 1 320 231        | 20,93        | Investimentos                    | 205 581            | 152 613          | 34,71          |
| Alien de Bens (Partic Societ)    | 1 810 260        | 916 773          | 97,46        | Amortização da Dívida            | 1 430 166          | 1 101 856        | 29,79          |
| Outras Receitas de Capital       | 335 006          | 241 854          | 38,52        | Desp de Capital                  | 1 306 844          | 715 284          | 82,70          |
| <b>Total Receitas de Capital</b> | <b>3 741 867</b> | <b>2 478 858</b> | <b>50,95</b> | <b>Total Despesas de Capital</b> | <b>2 942 591</b>   | <b>1 969 763</b> | <b>49,39</b>   |
|                                  |                  |                  |              | <b>Total das Despesas</b>        | <b>9 143 412</b>   | <b>8 424 049</b> | <b>8,54</b>    |
|                                  |                  |                  |              | <b>Superávit Orçamentário</b>    | <b>432 913</b>     | <b>36 512</b>    | <b>1085,67</b> |
| <b>Total das Receitas</b>        | <b>9 576 325</b> | <b>8 460 561</b> | <b>13,19</b> | <b>Total das Desp e Superáv</b>  | <b>9 576 325</b>   | <b>8 460 561</b> | <b>13,19</b>   |

Fonte: Balanço Geral do Estado

\* Em valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Programa de Reforma do Estado (Receita de Alienação de Participações Societárias - Recurso nº 0133 e Receita de Alienação de Direitos de Subscrição - Recurso nº 0167), cujas operações geraram um resultado positivo, no exercício de R\$ 885 202 mil, contribuiu, decisivamente, para a geração do Superávit Orçamentário do Exercício no valor de R\$ 432 913 mil

Assim, caso não houvesse as referidas alienações, o Superavit transformaria-se em Déficit Orçamentário do Exercício no montante de R\$ 452 289 mil

Repetiu-se, neste exercício, a utilização de Recursos Vinculados, denominados componentes do Passivo Potencial do Balanço Geral do Estado, correspondentes a R\$ 2 010 120 mil (inclusive o resultado positivo de R\$ 885 202 mil retromencionado), para a cobertura de deficit do Tesouro do Estado

Tais valores constituem-se basicamente de parcelas de Recursos Vinculados, transferidos ao Estado através de convênios firmados com a União, ou recebidos através de Operações de Crédito, ou mesmo aqueles referentes a Fundos Especiais, e que, por força de lei, devem ser depositados em contas próprias, vinculadas. Esses recursos vêm sendo, sistematicamente, utilizados para suprir insuficiências de caixa do Tesouro. Tal procedimento obriga o Estado a empenhar os respectivos valores nos Programas a que se destinavam, ou seja, o chamado "Passivo Potencial", do qual a CAGE possui um registro paralelo, e cujo demonstrativo integra o Balanço Geral do Estado (fls 119/129, vol IV e 158 a 235, vol I, B G E)

No exercício de 1997, tais valores, como já referido anteriormente, alcançaram R\$ 2 010 120 mil, apresentando a seguinte composição e movimentação

| RECURSO               | Em R\$ mil               |           |                   |                              |                  |
|-----------------------|--------------------------|-----------|-------------------|------------------------------|------------------|
|                       | SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR | INGRESSO  | DESPESA EMPENHADA | VALOR INCLUÍDO/ EXCLUÍDO (*) | SALDO A EMPENHAR |
| 1 Estadual            | 737 577                  | 3 641 234 | 2 585 878         | 17                           | 1 792 950        |
| 2 Federal             | 138 071                  | 261 919   | 217 561           | 40                           | 182 389          |
| 3 Operação de Crédito | 10 766                   | 1 438 622 | 1 413 337         | 1 370                        | 34 681           |
| 4 Inst Privada        | 37                       | 199       | 135               | 1                            | 100              |
| TOTAL                 | 886 451                  | 5 341 974 | 4 216 911         | 1 394                        | 2 010 120        |

(\*) Inclusão não considerada como receita vinculada e exclusão não considerada na despesa

Dentre os recursos estaduais, salienta-se a Receita de Alienação de Participações Societárias - R\$ 1 432 472 mil e o Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual - R\$ 89 873 mil

Dentre os recursos federais, destacaram-se os Recursos do Salário Educação - R\$ 133 425 mil (BGE, vol IV, pags 125 e 126)

### 1.1.1 - RELAÇÃO ENTRE A RECEITA E A DESPESA ORÇAMENTÁRIAS

Conforme dados do Balanço Geral do Estado, as operações financeiras decorrentes da gestão orçamentária podem ser assim demonstradas, conforme sua origem

|                        | Em R\$ mil |           |
|------------------------|------------|-----------|
| RECEITA ARRECADADA     |            |           |
| Própria                | 6 988 891  |           |
| de Terceiros           | 2 587 434  | 9 576 325 |
|                        | ---        | ---       |
| DESPESA REALIZADA      |            |           |
| Corrente               | 6 200 821  |           |
| de Capital             | 2 942 591  | 9 143 412 |
|                        | ---        | ---       |
| SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO |            | 432 913   |

O resultado orçamentário, demonstrado a partir das previsões iniciais, é o seguinte

|   | Em R\$ mil |           |
|---|------------|-----------|
| RECEITA A MAIOR   |            |           |
| Receita Orçada  | 6 374 822  |           |
| (-) Receita Realizada                                   | 9 576 325  | 3 201 503 |
|   | ---        | ---       |
| DESPESA A MAIOR   |            |           |
| Despesa Fixada  | 6 365 967  |           |
| (+) Recursos referentes a veto que não foram realocados | 8 855      |           |
| (-) Despesa do Exercício                                | 9 143 412  | 2 768 590 |
|   | ---        | ---       |
| SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO                     |            | 432 913   |

Portanto, a Receita Arrecadada (R\$ 9 576 325 mil) superou em R\$ 3 201 503 mil os valores previstos, sendo suficiente para dar suporte aos gastos de competência do exercício, que alcançaram R\$ 9 143 412 mil

A tabela e o gráfico a seguir evidenciam a relação entre a Receita e a Despesa do Estado na forma como foram registradas nos últimos anos

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS  
PERÍODO 1988/97

Em R\$ mil\*

| ANO    | RECEITA   |                       | DESPESA   |                       | RECEITA<br>SOBRE<br>DESPESA<br>% |
|--------|-----------|-----------------------|-----------|-----------------------|----------------------------------|
|        | VALOR     | RELATIVO<br>BASE FIXA | VALOR     | RELATIVO<br>BASE FIXA |                                  |
| 1988   | 5 438 212 | 100,00                | 5 708 253 | 100,00                | 95,27                            |
| 1989   | 6 035 835 | 110,99                | 5 983 415 | 104,82                | 100,88                           |
| 1990   | 6 813 179 | 125,28                | 7 037 370 | 123,28                | 96,81                            |
| 1991   | 5 552 662 | 102,10                | 5 747 481 | 100,69                | 96,61                            |
| 1992   | 6 710 586 | 123,40                | 7 072 146 | 123,89                | 94,89                            |
| 1993   | 6 767 572 | 124,44                | 6 938 383 | 121,55                | 97,54                            |
| 1994   | 7 112 107 | 130,78                | 7 365 966 | 129,04                | 96,55                            |
| 1995   | 6 873 918 | 126,40                | 7 471 442 | 130,89                | 92,00                            |
| 1996   | 8 460 561 | 155,58                | 8 424 049 | 147,58                | 100,43                           |
| 1997   | 9 576 325 | 176,09                | 9 143 412 | 160,18                | 104,73                           |
| Médias |           |                       |           |                       |                                  |
| 1º Q   | 6 110 095 | 112,35                | 6 309 733 | 110,54                | 96,84                            |
| 2º Q   | 7 758 097 | 142,66                | 7 868 650 | 137,85                | 98,60                            |
| Decên  | 6 934 096 | 127,51                | 7 089 192 | 124,19                | 97,81                            |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

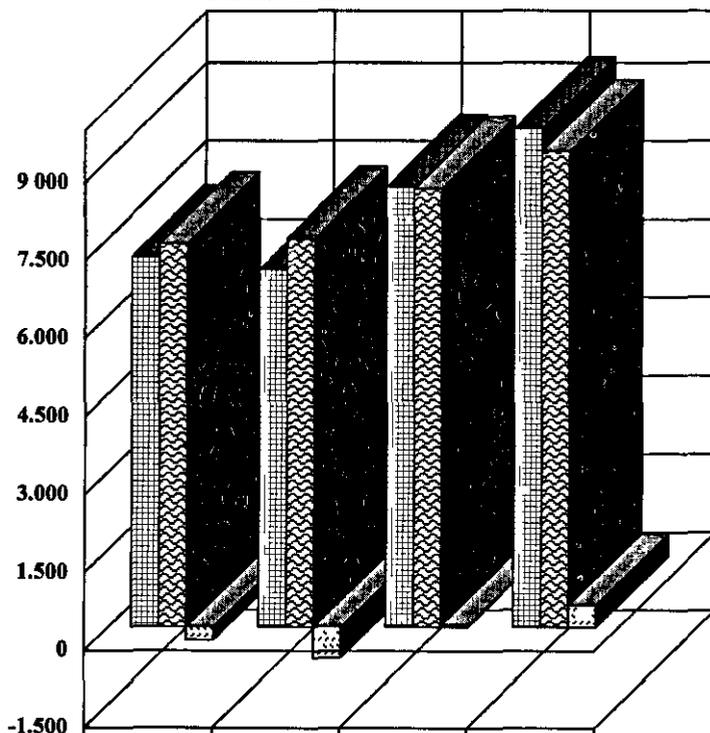
\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

# RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PERÍODO 1994/1997

Em R\$ milhões\*



|           | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  |
|-----------|-------|-------|-------|-------|
| Receita   | 7.112 | 6.874 | 8.461 | 9.576 |
| Despesa   | 7.366 | 7.471 | 8.424 | 9.143 |
| Resultado | -254  | -597  | 37    | 433   |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\*Vs. Inflac pelo IGP-DI - FGV (médico)

A supremacia dos gastos sobre os ingressos, que caracterizou o período 1988/95 (exceto 1989), teve o seu ponto marcante no exercício de 1995, quando a Receita representou apenas 92,00% da Despesa. Em 1996 e 1997, verificaram-se os outros superávits do decênio, quando as Receitas foram superiores às Despesas em 0,43% e 4,73%, respectivamente.

A Receita Orçamentária apresentou tendência de crescimento, notadamente no último quinquênio, sendo que, no exercício em análise, apresentou o maior crescimento, 76,09% em relação ao ano-base (1988) e 13,19% em relação a 1996.

Da mesma forma, a Despesa Orçamentária registrou tendência de crescimento. No exercício em análise, ocorreu a maior elevação, ou seja, de 60,18% em relação ao ano-base (1988) e 8,54% em relação a 1996.

No primeiro quinquênio, o déficit financeiro médio foi de R\$ 199 638 mil, reduzindo-se para R\$ 110 553 mil nos últimos cinco anos da série. Nos dez anos analisados, verifica-se que o déficit médio ficou em R\$ 155 096 mil, sendo que, no exercício em exame, o resultado positivo foi de R\$ 432 913 mil, o melhor registrado no decênio.

Em relação ao desempenho da Receita, verifica-se que, em todas as oportunidades, dentro dos dez anos analisados, os valores foram inferiores ao verificado no exercício em análise.

Quanto a Despesa Orçamentária, constata-se que o maior valor apresentado também ocorreu no exercício em análise.

### **1.1.2 - RECEITA**

A Receita Total do exercício de 1997 foi de R\$ 9 576 325 mil e, como já foi referido, apresentou um crescimento de 76,09% em relação a 1988 (primeiro ano da série) e crescimento de 13,19% em comparação com os valores arrecadados em 1996. A Receita Auferida em 1997 foi a maior registrada no decênio.

A Receita Total Média do segundo quinquênio (R\$ 7 758 097 mil) foi superior em 26,98% a verificada nos primeiros 05 (cinco) anos, evidenciando uma tendência de crescimento nos valores médios arrecadados.

Nos dez anos da série sob exame, a média da Receita Arrecadada foi de R\$ 6 934 096 mil, ou seja, em 1997 a receita superou a média em 38,11%. Observa-se, entretanto, que, se retradas as receitas atípicas do Programa de Reforma do Estado (R\$ 2 090 912 mil), este percentual cai para apenas 7,95%.

Em 1997, 60,93% da Receita Total correspondiam às Receitas Correntes (R\$ 5 834 458 mil), e 39,07% referiam-se às Receitas de Capital (R\$ 3 741 867 mil)

Ao longo do decênio, verifica-se que a participação média das Receitas Correntes e de Capital, em relação à Receita Total, foi de 80,78% e 19,22%, respectivamente, conforme se demonstra a seguir

| RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL<br>PERÍODO 1988/97 |                    |                     |                       |             |                     |                     |                       |             |               |                     |                       |  | Em R\$ mil* |  |  |
|--|--------------------|---------------------|-----------------------|-------------|---------------------|---------------------|-----------------------|-------------|---------------|---------------------|-----------------------|--|-------------|--|--|
| ANO  | RECEITAS CORRENTES |                     |                       |             | RECEITAS DE CAPITAL |                     |                       |             | RECEITA TOTAL |                     |                       |  |             |  |  |
|  | VALOR              | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIA<br>ÇÃO<br>ANUAL | PARTIC<br>% | VALOR               | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIA<br>ÇÃO<br>ANUAL | PARTIC<br>% | VALOR         | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIA<br>ÇÃO<br>ANUAL |  |             |  |  |
| 1988   | 4 824 979          | 100,00              |                       | 88,72       | 613 234             | 100 00              |                       | 11 28       | 5 438 212     | 100 00              |                       |  |             |  |  |
| 1989   | 5 729 774          | 118 75              | 18,75                 | 94,93       | 306 060             | 49 91               | 50 09                 | 5 07        | 6 035 835     | 110 99              | 10 99                 |  |             |  |  |
| 1990   | 5 382 187          | 111 55              | 6,07                  | 79 00       | 1 430 992           | 233 35              | 367 55                | 21 00       | 6 813 179     | 125 28              | 12 88                 |  |             |  |  |
| 1991   | 5 002 738          | 103 68              | 7,05                  | 90,10       | 549 924             | 89 68               | 61 57                 | 9 90        | 5 552 662     | 102 10              | 18 50                 |  |             |  |  |
| 1992   | 5 975 189          | 123,84              | 19 44                 | 89 04       | 735 397             | 119 92              | 33 73                 | 10 96       | 6 710 586     | 123,40              | 20 85                 |  |             |  |  |
| 1993   | 5 826 629          | 120 76              | 2,49                  | 86 10       | 940 943             | 153 44              | 27 95                 | 13 90       | 6 767 572     | 124 44              | 0,85                  |  |             |  |  |
| 1994   | 5 755 954          | 119 29              | 1,21                  | 80 93       | 1 356 153           | 221 15              | 44 13                 | 19 07       | 7 112 107     | 130 78              | 5 09                  |  |             |  |  |
| 1995   | 5 702 406          | 118,19              | 0,93                  | 82 96       | 1 171 512           | 191 04              | 13 62                 | 17 04       | 6 873 918     | 126 40              | 3,35                  |  |             |  |  |
| 1996   | 5 981 703          | 123 97              | 4 90                  | 70 70       | 2 478 858           | 404 23              | 111 59                | 29 30       | 8 460 561     | 155 58              | 23 08                 |  |             |  |  |
| 1997   | 5 834 458          | 120 92              | 2 46                  | 60 93       | 3 741 867           | 610 19              | 50 95                 | 39 07       | 9 576 325     | 176 09              | 13 19                 |  |             |  |  |
| MÉDIA  |                    |                     |                       |             |                     |                     |                       |             |               |                     |                       |  |             |  |  |
| 1ºQuin   | 5 382 973          | 111 56              | 6 27                  | 88,10       | 727 122             | 118 57              | 72 40                 | 11 90       | 6 110 095     | 112,35              | 6 56                  |  |             |  |  |
| 2ºQuin   | 5 820 230          | 120 63              | 0 44                  | 75 02       | 1 937 867           | 316 01              | 44 20                 | 24 98       | 7 758 097     | 142 66              | 7 77                  |  |             |  |  |
| Decênio  | 5 601 602          | 116 10              | 2 54                  | 80 78       | 1 332 494           | 217 29              | 56 74                 | 19 22       | 6 934 096     | 127 51              | 7 23                  |  |             |  |  |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

### 1.1.2.1 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

#### DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 1996 E 1997

Em R\$ mil\*

| TÍTULO                           | 1996      | 1997      | Acréscimo | Acréscimo % |
|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-------------|
| Receitas Tributárias             | 4 526 635 | 4 237 215 | -289 420  | 6 40        |
| Receitas de Contribuições        | 67 895    | 61 786    | 6 109     | 9 00        |
| Outras Rec Correntes             | 1 387 172 | 1 535 457 | 148 285   | 10,69       |
| Total Receitas Correntes         | 5 981 702 | 5 834 458 | 147 244   | 2,47        |
| Receitas de Operações de Crédito | 1 320 231 | 1 596 601 | 276 370   | 20 94       |
| Receitas de Alienação de Bens    | 916 772   | 1 810 260 | 893 488   | 97 46       |
| Receitas de Amort de Emprést     | 226 475   | 324 374   | 97 899    | 43 23       |
| Outras Rec de Capital            | 15 380    | 10 632    | 4 748     | 30 88       |
| Total das Receitas de Capital    | 2 478 858 | 3 741 867 | 1 263 009 | 50,96       |
| TOTAL GERAL                      | 8 460 560 | 9 576 325 | 1 115 765 | 13 19       |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Constata-se que a arrecadação de Receita Tributária apresentou uma significativa queda de R\$ 289 420 mil em valores constantes, fato que representa a substancial redução de 6,40%, em relação ao exercício anterior

A Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, Lei Kandir, que estabeleceu a não-incidência de ICMS sobre produtos industrializados e *semi-elaborados que se destinem ao exterior, bem como permitiu o crédito do imposto incidente sobre bens destinados ao Ativo Permanente, é tida como a principal responsável pela queda de arrecadação do ICMS* Além disso, a mudança de sistemática do FUNDOPEM, que passou de incentivo financeiro para incentivo fiscal, mediante a concessão de “crédito presumido”, decorre como a segunda principal responsável

Diante disso, embora o IPVA tenha elevado sua arrecadação em R\$ 50 075 mil, em valores constantes, em relação ao exercício anterior, equivalente a 21,74% de acréscimo e, embora o PIB/RS tenha crescido 5,70% no ano, a Receita Tributária decresceu 6,40%

Através do quadro demonstrativo do ICM/ICMS, constante no item 1 1 2 2 I, observa-se uma menor arrecadação de R\$ 329 138 mil em valores constantes, gerando uma redução equivalente a 7,86% em relação ao exercício anterior

Conforme se observa, as Receitas de Capital foram as responsáveis pelo aumento da Receita Total, tendo crescido R\$ 1 263 009 mil, o que equivaleu a um acréscimo de 50,96% em relação ao exercício anterior

Dentre o incremento das Receitas de Capital, destacaram-se, na Receita de Alienação de Bens, as seguintes operações

|   | Em R\$ mil |
|---|------------|
| Pagamento efetuado pela CADIP do saldo referente à alienação de 76 320 000 ações ON da CEEE                                 | 101 784    |
| Alienação de 24 300 000 ações O N da CRT  | 23 539     |
| Recebimento referente as diversas alienações de ações da CRT a seus funcionários  | 7 824      |
| Alienação de 519 628 011 ações da Cia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica ao consorcio vencedor da licitação | 1 635 000  |
| Recebimento referente as diversas alienações de ações da CEEE a seus funcionários   | 41 245     |
| TOTAL DAS OPERAÇÕES MENCIONADAS   | 1 809 392  |

### Nas Receitas de Operações de Crédito

|   | Em R\$ mil |
|---|------------|
| Rolagem dos títulos da dívida pública estadual (LFTs - RS)  | 1 322 106  |
| Contratos firmados com a CEF, BIRD, FINEP e BID, referentes aos financiamentos dos Programas Pró Guaíba, Pró-Rural 2 000, PNAFE/PROMOFAZ, PDV, FAPERGS e da consolidação de ARO | 274 495    |
| TOTAL DAS OPERAÇÕES MENCIONADAS<br>(B G E , vol IV fls 51, 109 e 110)   | 1 596 601  |

Referentemente aos R\$ 274 495 mil decorrentes de contratos firmados com instituições de crédito, o ingresso de recursos novos corresponde a R\$ 116 361 mil, sob o ponto de vista estritamente financeiro, já que os restantes R\$ 158 134 mil dizem respeito à consolidação de Empréstimos ARO em Dívida Fundada

Quanto às Receitas Correntes, que apresentaram no seu total um decréscimo de 2,47%, comparativamente ao exercício de 1996, com valores corrigidos pelo IGP-DI médio, destacam-se as Receitas Tributárias

|  | Em R\$ mil |
|--|------------|
| Redução de arrecadação de ICMS, em relação ao exercício anterior em 7,86% (considerando-se apenas aquele registrado na conta código 1113 02 002, no total de R\$ 3 856 958 mil, em 1997 e R\$ 4 186 096 mil em 1996) | -329 138   |
| Aumento de arrecadação do IPVA, no exercício, em 23,03% (considerando-se apenas aquele registrado na conta código 1112 05 001) (B G E , vol IV, fl 44)   | 50 708     |
| TOTAL DA REDUÇÃO MENCIONADA  | 278 430    |

A evolução da Receita Própria Líquida do Estado pode ser assim demonstrada

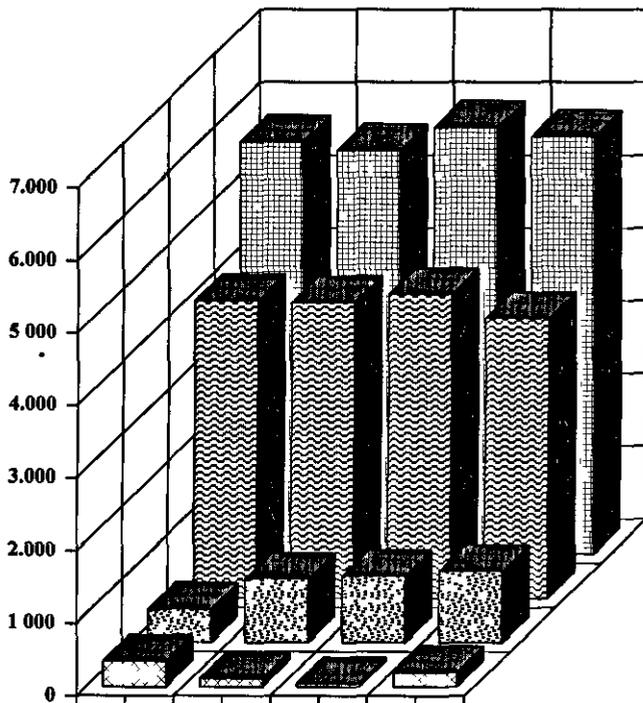
| RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA  |             |
|--|-------------|
|  | Em R\$ mil* |
| Receita Orçamentária Total   | 9 576 325   |
| ( ) Participações Constitucionais dos Municípios   | 1 233 553   |
| (-) Operações de Créditos  | 1 596 601   |
| Receita Própria Líquida - B G E /97, vol IV, fl 56   | 6 746 171   |
| (-) Eliminação dos efeitos das alienações relacionadas com o Programa de Reforma do Estado | 2 090 912   |
| Receita Própria Líquida Ajustada   | 4 655 259   |
| Receita Própria Líquida Ajustada do exercício de 1996                                      | 4 736 703   |
| Decréscimo de Receita Própria Líquida Ajustada no exercício 1,72%                          | 81 444      |
| Fonte Balanços Gerais do Estado  |             |
| * Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)  |             |
| Cálculos Equipe Técnica TCE/RS   |             |

Os gráficos que seguem evidenciam a participação das Receitas de ICMS, Transferências e Aplicações Financeiras, em relação a Receita Efetiva, entendida como a Receita Orçamentária deduzida das suas Mutações Patrimoniais

# ICMS, TRANSFERÊNCIAS, REC. APLIC.FINANC. x RECEITA EFETIVA

PERÍODO 1994/1997

Em R\$ milhões\*

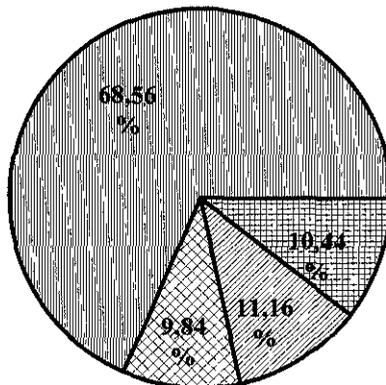


|                              | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  |
|------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Rec.Aplic Financ. [dotted]   | 353   | 115   | 50    | 203   |
| Transferências [cross-hatch] | 456   | 874   | 917   | 991   |
| ICMS [wavy]                  | 4.097 | 4.071 | 4.186 | 3.857 |
| Rec Efetiva [checkered]      | 5.671 | 5.553 | 5.870 | 5.744 |

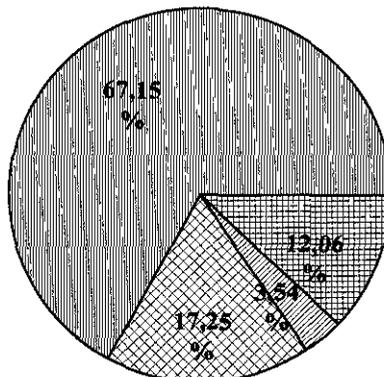
Fonte: Balanços Gerais do Estado  
\* Vls.inflac pelo IGP/DI - FGV (médio)

# ICMS, TRANSFERÊNCIAS, REC.APLIC.FINANCEIRAS x RECEITA EFETIVA

MÉDIA DO DECÊNIO 1988/1997



EXERCÍCIO DE 1997



■ ICMS  
■ Transferências  
■ Rec.Aplic.Financeiras  
■ Outros

Fonte: Balanços Gerais do Estado  
Vls Inflac. pelo IGP-DI-FGV (médio)

### 1.1.2.2 - RECEITAS CORRENTES

No exercício sob exame, as Receitas Correntes alcançaram R\$ 5 834 458 mil, decrescendo 2,46% em relação ao ano anterior e aumentando 20,92% em comparação a 1988. Cabe ressaltar que a média do segundo quinquênio apresentou um crescimento na ordem de 8,12% em relação ao primeiro, e que o valor arrecadado em 1997 foi superior em 4,15% aos valores médios do decênio.

#### 1.1.2.2.1 - ICMS

A parcela mais significativa das Receitas Correntes continua sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que, em 1997, respondeu por 66,11% do total arrecadado. A média verificada nos dez anos que compõem a série foi de 67,48%, conforme se verifica abaixo.

ICMS E TRANSFERÊNCIAS x TOTAL DE RECEITAS CORRENTES  
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil\*

| ANO     | ICM / ICMS |                |                |                          | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES |                |                |                          | RECEITAS CORRENTES |                |                |
|---------|------------|----------------|----------------|--------------------------|--------------------------|----------------|----------------|--------------------------|--------------------|----------------|----------------|
|         | VALOR      | REL. BASE FIXA | VARIAÇÃO ANUAL | PART. % NA REC. CORRENTE | VALOR                    | REL. BASE FIXA | VARIAÇÃO ANUAL | PART. % NA REC. CORRENTE | VALOR              | REL. BASE FIXA | VARIAÇÃO ANUAL |
| 1988    | 2 934 119  | 100,00         |                | 60,81                    | 419 880                  | 100,00         |                | 8,70                     | 4 824 979          | 100,00         |                |
| 1989    | 3 832 234  | 130,61         | 30,61          | 66,89                    | 373 503                  | 88,95          | 11,05          | 6,52                     | 5 729 774          | 118,75         | 18,75          |
| 1990    | 4 167 409  | 142,03         | 8,75           | 77,43                    | 790 844                  | 188,35         | 111,74         | 14,69                    | 5 382 187          | 111,55         | 6,07           |
| 1991    | 3 634 602  | 123,87         | 12,79          | 72,65                    | 668 392                  | 159,19         | -15,48         | 13,36                    | 5 002 738          | 103,68         | 7,05           |
| 1992    | 3 554 229  | 121,13         | 2,21           | 59,48                    | 645 171                  | 153,66         | 3,47           | 10,80                    | 5 975 189          | 123,84         | 19,44          |
| 1993    | 3 467 249  | 118,17         | -2,45          | 59,51                    | 692 834                  | 165,01         | 7,39           | 11,89                    | 5 626 629          | 120,76         | 2,49           |
| 1994    | 4 096 890  | 139,63         | 18,16          | 71,18                    | 750 053                  | 178,63         | 8,26           | 13,03                    | 5 755 954          | 119,29         | 1,21           |
| 1995    | 4 070 822  | 138,74         | 0,64           | 71,39                    | 868 306                  | 206,80         | 15,77          | 15,23                    | 5 702 406          | 118,19         | 0,93           |
| 1996    | 4 186 096  | 142,67         | 2,83           | 69,98                    | 901 599                  | 214,73         | 3,83           | 15,07                    | 5 981 703          | 123,97         | 4,90           |
| 1997    | 3 856 958  | 131,45         | 7,86           | 66,11                    | 983 075                  | 234,13         | 9,04           | 16,85                    | 5 834 458          | 120,92         | -2,46          |
| Média   |            |                |                |                          |                          |                |                |                          |                    |                |                |
| 1ºQüin  | 3 624 519  | 123,53         | 6,09           | 67,33                    | 579 558                  | 138,03         | 20,43          | 10,77                    | 5 382 973          | 111,56         | 6,27           |
| 2ºQüin  | 3 935 603  | 134,13         | 2,01           | 67,62                    | 839 174                  | 199,86         | 8,86           | 14,42                    | 5 829 230          | 120,63         | 0,44           |
| Decênio | 3 780 061  | 128,83         | 3,82           | 67,48                    | 709 366                  | 168,94         | 14,00          | 12,86                    | 5 601 602          | 116,10         | 2,54           |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Média)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que, em relação ao exercício anterior, enquanto o PIB/RS cresceu 5,70%, a arrecadação de ICMS sofreu redução no montante de R\$ 329.138 mil, em valores constantes, equivalente a 7,86%, tendo como principais fatores responsáveis por essa queda de desempenho, os arrolados a seguir:

\* Lei Complementar Federal nº 87/96, Lei Kandir, gerando uma redução acima de R\$ 300 000 mil

\* Isenções/Reduções de base de cálculo e menor atuação preditiva da fiscalização, fazendo com que a inadimplência e a sonegação aumentassem. Apenas para constar, as inscrições em Dívida Ativa cresceram R\$ 42 623 mil no exercício

\* Mudança de sistemática do FUNDOPEM, que passou a funcionar como "incentivo fiscal" através da concessão de "crédito presumido", produzindo uma menor arrecadação de, aproximadamente, R\$ 100 000 mil

No confronto do crescimento do ICMS com o Produto Interno Bruto - PIB/RS, constata-se que, na série 1988/1997, em 05 (cinco) exercícios (1989, 1990, 1994, 1995 e 1996), o ICMS experimentou acréscimo anual maior que o do PIB, conforme se observa na tabela seguinte

EVOLUÇÃO DO ICM ARRECADADO (1)  
CRESCIMENTO DO ICMS x PIB/RS  
PERÍODO 1988/1997

| ANO  | ARRECADADAÇÃO<br>ICM/ICMS | RELATIVO<br>BASE<br>FIXA | Em R\$ mil*        |            |
|------|---------------------------|--------------------------|--------------------|------------|
|      |                           |                          | CRESC<br>ANUAL (%) | PIB/RS (2) |
| 1988 | 3 003 176                 | 100,00                   | -                  | -0,10      |
| 1989 | 3 895 817                 | 129,72                   | 29,72              | 0,70       |
| 1990 | 4 229 869                 | 140,85                   | 8,57               | 3,20       |
| 1991 | 3 753 064                 | 124,97                   | -11,27             | 3,30       |
| 1992 | 3 554 229                 | 118,35                   | 5,30               | 8,60       |
| 1993 | 3 555 690                 | 118,40                   | 0,04               | 8,30       |
| 1994 | 4 198 882                 | 139,81                   | 18,09              | 2,90       |
| 1995 | 4 207 344                 | 140,10                   | 0,20               | 0,60       |
| 1996 | 4 333 652                 | 144,30                   | 3,00               | 0,00 **    |
| 1997 | 4 006 766                 | 133,42                   | 7,54               | 5,70 **    |

Fonte: Balanços Gerais do Estado  
FEE/Núcleo de Contas Regionais

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

\*\* Estimativa preliminar

(1) ICMS arrecadado a qualquer título

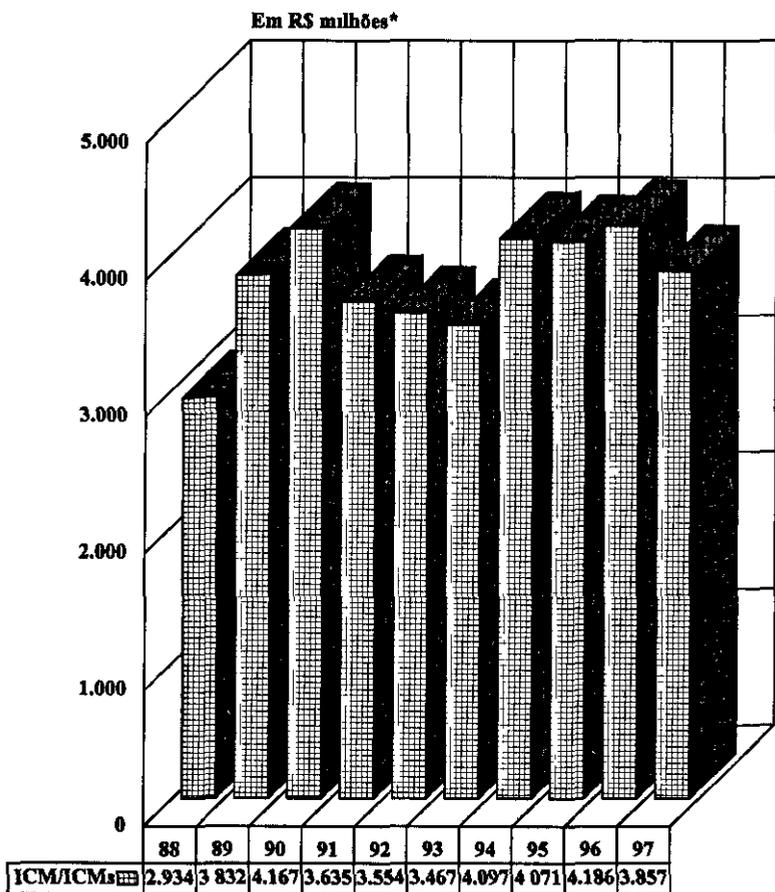
(2) Valores retificados pela FEE a partir de 1990

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No exercício de 1997, houve decréscimo de 7,54% na arrecadação do ICMS em relação ao ano anterior, enquanto o PIB/RS teve acréscimo de 5,70%

# DO ICM/ICMs

PERÍODO 1988/1997



### 1.1.2.2.2 - TRANSFERÊNCIAS

As Transferências Correntes tiveram uma participação média de 12,66% nas Receitas Correntes no período 1988/97 e, no exercício de 1997, a participação foi de 16,85%

Em conjunto, apenas 02 (dois) itens de receita arrolados, quais sejam, ICMS e Transferências Correntes, responderam, em média, no mesmo período, por 80,14% das Receitas Correntes

Das transferências da União (R\$ 971 946 mil), destaca-se a participação da Quota-Parte Fundo de Participação do Estado (R\$ 230 874 mil), do Imposto de Renda Retido na Fonte s/ Remuneração dos Servidores da Administração Direta (R\$ 216 809 mil) e Quota-Parte do IPI - Estados Exportadores (R\$ 274 309 mil)

### 1 1 2.2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As Receitas de Aplicações Financeiras, que, em 1997, participaram com 2,12% do total da receita do Estado, tiveram o seguinte comportamento no período de 1988 a 1997

RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA X RECEITA TOTAL  
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil\*

| ANO  | ARRECAÇÃO<br>DO ESTADO | RENDIMENTOS FINANCEIROS |         |           |                        |
|------|------------------------|-------------------------|---------|-----------|------------------------|
|      |                        | FGLTDP                  | OUTROS  | TOTAL     | PARTIC NA<br>REC TOTAL |
| 1988 | 5 438 212              | 1 093 080               | 2 203   | 1 095 283 | 20 14                  |
| 1989 | 6 035 834              | 1 140 800               | 86 979  | 1 227 779 | 20 34                  |
| 1990 | 6 813 179              | 74 603                  | 58 842  | 133 445   | 1 96                   |
| 1991 | 5 552 661              | 100 605                 | 206 881 | 307 486   | 5 54                   |
| 1992 | 6 710 586              | 987 286                 | 390 330 | 1 377 616 | 20,53                  |
| 1993 | 6 767 572              | 787 564                 | 510 734 | 1 298 298 | 19 18                  |
| 1994 | 7 112 106              | 185 841                 | 167 224 | 353 065   | 4 96                   |
| 1995 | 6 873 918              | 54 170                  | 59 902  | 114 072   | 1 66                   |
| 1996 | 8 460 561              | 18 749                  | 31 363  | 50 112    | 0 59                   |
| 1997 | 9 576 325              | 174 924                 | 28 492  | 203 416   | 2,12                   |

Fonte Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Tais Receitas, que decorreram, até 1989, quase que unicamente dos rendimentos de aplicações por conta do Fundo de Garantia da Liquidez dos Títulos da Dívida Pública - FGLTDP, foram intensificadas no biênio 1992/93, perdendo, a partir de 1994, sua significação em relação à receita total

### 1.1.2.3 - RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital apresentaram acréscimos significativos nos dois últimos exercícios Em 1997, totalizando R\$ 3 741 867 mil, tiveram um crescimento de 50,95% em relação a 1996 Tal fato decorreu das receitas oriundas do Programa de Reforma do Estado, atípicas, no total de R\$ 2.090 912 mil e do acréscimo dos ingressos via Operações de Crédito (20,93%) As Operações de Crédito responderam, em grande parte, pelas Receitas de Capital, representando 42,67% destas

A participação média das Operações de Crédito, em relação à totalidade das Receitas de Capital, decresceu de 97,65%, no primeiro quinquênio da série sob exame, para 78,36% no segundo

No mesmo período, as Transferências de Capital diminuíram sua participação média naquele total de 1,24% para 0,49%, como se demonstra a seguir

OPERAÇÕES DE CRÉDITO X TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL X RECEITAS DE CAPITAL  
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil\*

| ANO     | OPERAÇÕES DE CRÉDITO |                     |                       |           | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL |                     |                       |           | RECEITAS DE CAPITAL |                     |                       |
|---------|----------------------|---------------------|-----------------------|-----------|---------------------------|---------------------|-----------------------|-----------|---------------------|---------------------|-----------------------|
|         | VALOR                | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIA<br>ÇÃO<br>ANUAL | PART<br>% | VALOR                     | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIA<br>ÇÃO<br>ANUAL | PART<br>% | VALOR               | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIA<br>ÇÃO<br>ANUAL |
| 1988    | 611 126              | 100,00              |                       | 99,66     | 1 791                     | 100,00              |                       | 0,29      | 613 234             | 100,00              |                       |
| 1989    | 284 995              | 46,63               | 53,37                 | 93,12     | 4 555                     | 254,30              | 154,30                | 1,49      | 306 060             | 49,91               | 50,09                 |
| 1990    | 1 418 444            | 232,10              | 397,71                | 99,12     | 12 302                    | 686,73              | 170,05                | 0,86      | 1 430 992           | 233,35              | 367,55                |
| 1991    | 532 565              | 87,14               | 62,45                 | 96,84     | 16 844                    | 940,29              | 36,92                 | 3,06      | 549 924             | 89,68               | 61,57                 |
| 1992    | 731 747              | 119,74              | 37,40                 | 99,50     | 3 537                     | 197,46              | 79,00                 | 0,48      | 735 397             | 119,92              | 33,73                 |
| 1993    | 935 665              | 153,11              | 27,67                 | 99,44     | 5 149                     | 287,44              | 45,57                 | 0,55      | 940 943             | 153,44              | 27,95                 |
| 1994    | 1 337 283            | 218,82              | 42,92                 | 98,61     | 7 860                     | 438,76              | 52,65                 | 0,58      | 1 356 153           | 221,15              | 44,13                 |
| 1995    | 1 145 217            | 187,56              | 14,29                 | 97,84     | 6 046                     | 337,49              | 23,08                 | 0,52      | 1 171 512           | 191,04              | 13,62                 |
| 1996    | 1 320 231            | 216,03              | 15,18                 | 93,26     | 15 375                    | 868,30              | 154,32                | 0,82      | 2 478 858           | 404,23              | 111,59                |
| 1997    | 1 595 601            | 261,26              | 20,93                 | 42,67     | 7 755                     | 432,91              | 49,56                 | 0,21      | 3 741 867           | 610,19              | 50,95                 |
| 1º Quin | 715 775              | 117,12              | 79,82                 | 97,65     | 7 806                     | 435,76              | 70,57                 | 1,24      | 727 122             | 118,57              | 72,40                 |
| 2º Quin | 1 267 199            | 207,35              | 18,52                 | 78,36     | 8 437                     | 470,98              | 35,98                 | 0,49      | 1 937 867           | 316,01              | 44,20                 |
| Decênio | 991 487              | 162,24              | 45,77                 | 88,01     | 8 121                     | 453,37              | 51,35                 | 0,87      | 1 332 494           | 217,29              | 56,74                 |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FSV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

### 1.1.2 3.1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O montante previsto inicialmente e indicado a Assembléia Legislativa para cobertura do deficit orçamentário era de R\$ 187 786 mil (2,94% do orçamento) Ressalta--se que, em 1996, esta participação era de 11,04% Entretanto, em 1997, estas operações atingiram o montante de R\$ 1 596 601 mil, incluindo as receitas efetivamente recebidas e as das rolagens com títulos da Dívida Pública

Os recursos recebidos a título de Operações de Credito tiveram a seguinte finalidade

|                                |                               | Em R\$ mil       |
|--------------------------------|-------------------------------|------------------|
| CEF                            | PNAFE/PROMOFAZ                | 613              |
| CEF                            | Consolidação de ARO           | 158 134          |
| BIRD                           | Programa de Reforma do Estado | 53 805           |
| FINEP                          | Programa Pró Guaíba           | 2 764            |
| FINEP                          | FAPERGS                       | 3 107            |
| BID                            | Programa Pró Guaíba           | 51 005           |
| BID                            | Programa Pró Guaíba           | 1 767            |
| BIRD                           | Programa Pró-Rural 2000       | <u>3 300</u>     |
| RECEITA EFETIVA                |                               | 274 495          |
| Rolagem de LFTs RS             |                               | <u>1 322 106</u> |
| Total das Operações de Crédito |                               | 1 596 601        |

O reflexo dos valores obtidos através de Operações de Crédito e examinado no titulo referente a Dívida Pública

Cabe, ainda, salientar que as Operações de Credito responderam, em media, por 16,00% da Receita Total Arrecadada tanto em 1996 como em 1997

### 1.1.2.4 - RECEITA EFETIVA

As Receitas Efetivas, entendidas como as Receitas Totais deduzidas das Mutações Patrimoniais da Receita, apresentaram, em 1997, um decréscimo de 2,15% em relação a 1996

ICMS TRANSFERÊNCIAS RECEITA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS x RECEITA EFETIVA  
PERÍODO 1988/97

Em R\$ mil\*

| ANO     | IOM/IONS  |        | REC DE TRANSFER |        | RECEITA DE APLIC FINANCEIRAS |                |        | RECEITA EFETIVA |          |                     |
|---------|-----------|--------|-----------------|--------|------------------------------|----------------|--------|-----------------|----------|---------------------|
|         | VALOR     | PART % | VALOR           | PART % | VALOR                        | VARIACÃO ANUAL | PART % | VALOR           | REL BASE | VARIACÃO ANUAL FIXA |
| 1988    | 2 934 119 | 62,18  | 252 529         | 5,35   | 1 091 711                    |                | 23,14  | 4 718 795       | 100,00   |                     |
| 1989    | 3 832 234 | 67,48  | 227 598         | 4,01   | 1 223 775                    | 12,10          | 21,55  | 5 678 907       | 120,35   | 20,35               |
| 1990    | 4 167 409 | 78,61  | 484 566         | 9,14   | 133 011                      | 89,13          | 2,51   | 5 301 143       | 112,34   | 6,65                |
| 1991    | 3 634 602 | 73,52  | 415 985         | 8,41   | 306 483                      | 130,42         | 6,20   | 4 943 558       | 104,76   | 6,75                |
| 1992    | 3 554 229 | 60,16  | 388 811         | 6,58   | 1 377 616                    | 349,49         | 23,32  | 5 907 825       | 125,20   | 19,51               |
| 1993    | 3 467 249 | 60,34  | 418 885         | 7,29   | 1 299 266                    | 5,69           | 22,61  | 5 746 077       | 121,77   | 2,74                |
| 1994    | 4 096 890 | 72,25  | 455 765         | 8,04   | 353 066                      | 72,83          | 6,23   | 5 670 635       | 120,17   | 1,31                |
| 1995    | 4 070 822 | 73,31  | 874 352         | 15,75  | 115 510                      | 67,28          | 2,08   | 5 553 071       | 117,68   | 2,07                |
| 1996    | 4 186 096 | 71,31  | 916 973         | 15,62  | 50 110                       | 56,62          | 0,85   | 5 870 007       | 124,40   | 5,71                |
| 1997    | 3 856 958 | 67,15  | 990 830         | 17,25  | 203 416                      | 305,94         | 3,54   | 5 743 995       | 121,73   | 2,15                |
| Média   |           |        |                 |        |                              |                |        |                 |          |                     |
| 1º Q/in | 3 624 519 | 68,26  | 353 898         | 6,66   | 826 519                      | 100,72         | 15,57  | 5 310 046       | 112,53   | 6,61                |
| 2º Q/in | 3 935 603 | 68,84  | 731 361         | 12,79  | 404 274                      | 20,70          | 7,07   | 5 716 757       | 121,15   | 0,51                |
| Decênio | 3 780 061 | 68,56  | 542 630         | 9,84   | 615 396                      | 56,27          | 11,16  | 5 513 401       | 116,84   | 2,85                |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Em 1997, a participação do ICMS em relação à Receita Efetiva foi de 67,15%, sendo que a média do decênio foi de 68,56%. Em 1990, registrou-se a maior participação do período (78,61%)

As Receitas de Transferências representaram, em média, 9,84% das Receitas Efetivas ao longo do período sob exame

As Receitas de Aplicações Financeiras apresentaram significativas reduções no período 1993/1996

Tais reduções ocorreram, notadamente, nos exercícios de 1994, 1995 e 1996, quando o efeito inflacionário, fato gerador das altas remunerações dos capitais aplicados no mercado financeiro, sofreu significativa desaceleração, em função da estabilidade econômica experimentada no País neste período

Em 1997, entretanto, tais receitas tiveram uma variação positiva de 305,94%, passando de R\$ 50 110 mil para R\$ 203 416 mil. Tal fato deveu-se, fundamentalmente, ao aumento das receitas provenientes do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual (FGLTDPE), relativo à aplicação dos recursos oriundos das privatizações no setor telefônico e de energia elétrica, que passaram de R\$ 14 188 mil em 1996, em valores corrigidos, para R\$ 174 923 mil em 1997.

### 1.1.3 - DESPESA

A Despesa Realizada, efetivamente empenhada pela Administração Direta no exercício de 1997, atingiu o montante de R\$ 9 143 412 mil, representando um acréscimo de 43,63% sobre os R\$ 6 365 967 mil inicialmente fixados.

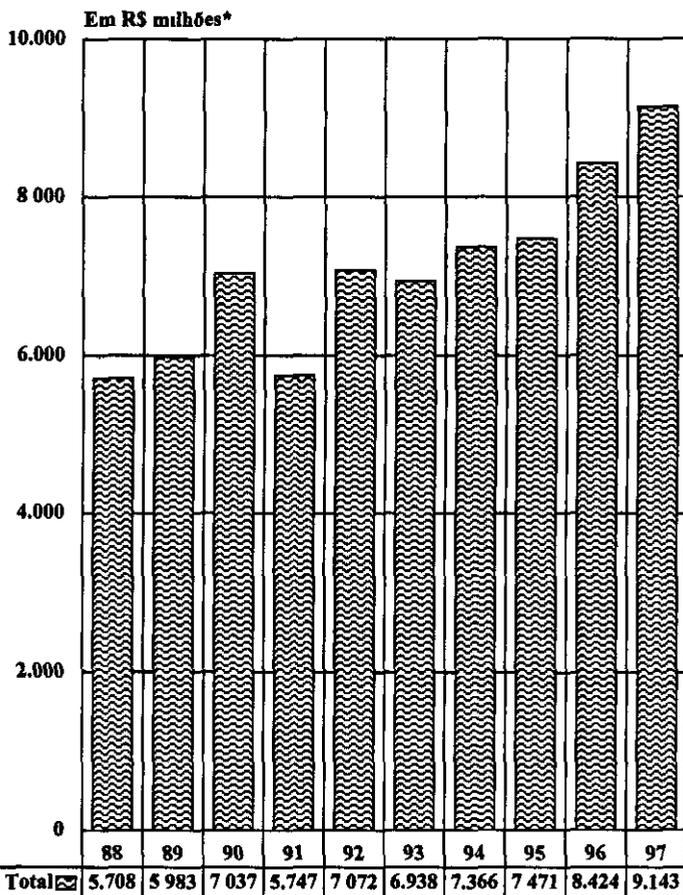
Os gastos correntes somaram R\$ 6 200 821 mil, enquanto que os de capital atingiram R\$ 2 942 591 mil, representando, respectivamente, 67,82% e 32,18% do total das despesas. As despesas, de acordo com a classificação econômica, assim se apresentaram em 1997.

|                     |           | Em R\$ mil |
|---------------------|-----------|------------|
| DESPESAS CORRENTES  |           |            |
| Custeio             | 2 541 002 |            |
| Transferências      | 3 659 819 | 6 200 821  |
| DESPESAS DE CAPITAL |           |            |
| Investimentos       | 205 581   |            |
| Inversões           | 922 456   |            |
| Transferências      | 1 814 554 | 2 942 591  |
|                     |           | - - -      |
| TOTAL               |           | 9 143 412  |

A evolução da Despesa Total Registrada, no período 1988/97, pode ser visualizada no gráfico e tabela que seguem.

# DESPESA TOTAL REGISTRADA

PERÍODO 1988/1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Vis. inflac. pelo IGP-DI - FGV (médio)

DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL  
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil\*

| ANO     | DESPESAS CORRENTES |                     |                   |           | DESPESAS DE CAPITAL |                     |                   |           | DESPESA TOTAL |                     |                   |
|---------|--------------------|---------------------|-------------------|-----------|---------------------|---------------------|-------------------|-----------|---------------|---------------------|-------------------|
|         | VALOR              | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIACÃO<br>ANUAL | PART<br>% | VALOR               | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIACÃO<br>ANUAL | PART<br>% | VALOR         | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIACÃO<br>ANUAL |
| 1988    | 4 484 684          | 100 00              |                   | 78 56     | 1 223 569           | 100 00              |                   | 21 44     | 5 708 253     | 100 00              |                   |
| 1989    | 4 387 111          | 97 82               | 2 18              | 73 32     | 1 596 304           | 130 46              | 30 46             | 26 68     | 5 963 415     | 104 82              | 4,82              |
| 1990    | 5 299 045          | 118 16              | 20 79             | 75 30     | 1 738 325           | 142 07              | 8 90              | 24 70     | 7 037 370     | 123 28              | 17 61             |
| 1991    | 4 619 688          | 103 01              | 12,82             | 80,38     | 1 127 793           | 92 17               | 35 12             | 19 62     | 5 747 481     | 100 69              | 18,33             |
| 1992    | 5 416 535          | 120 78              | 17 25             | 76 59     | 1 655 611           | 135 31              | 46 80             | 23 41     | 7 072 146     | 123 89              | 23 05             |
| 1993    | 5 290 249          | 117 96              | 2 33              | 76 25     | 1 648 135           | 134,70              | 0,45              | 23,75     | 6 938 383     | 121 55              | 1 89              |
| 1994    | 5 328 294          | 118 81              | 0 72              | 72 34     | 2 037 672           | 166 54              | 23 64             | 27 66     | 7 365 966     | 129 04              | 6 16              |
| 1995    | 5 743 750          | 128 07              | 7 80              | 76 88     | 1 727 692           | 141,20              | 15,21             | 23 12     | 7 471 442     | 130 89              | 1 43              |
| 1996    | 6 454 286          | 143 92              | 12 37             | 76 62     | 1 969 763           | 160 99              | 14 01             | 23 38     | 8 424 049     | 147 58              | 12,75             |
| 1997    | 6 200 821          | 138 27              | 3 93              | 67 82     | 2 942 591           | 240,49              | 49,39             | 32,18     | 9 143 412     | 160 18              | 8 54              |
| Média   |                    |                     |                   |           |                     |                     |                   |           |               |                     |                   |
| 1º Quin | 4 841 413          | 107 95              | 5 76              | 76 73     | 1 468 320           | 120 00              | 12,76             | 23 27     | 6 309 733     | 110 54              | 6 79              |
| 2º Quin | 5 803 480          | 129 41              | 2 93              | 73 75     | 2 066 170           | 168 78              | 14,27             | 26,25     | 7 868 650     | 137 85              | 5 40              |
| Decêmo  | 5 322 446          | 118 68              | 4 19              | 75 08     | 1 766 745           | 144 39              | 13 60             | 24 92     | 7 089 192     | 124 19              | 6 02              |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As Despesas de Capital vêm apresentando tendência de crescimento, comprovada pelo aumento do valor médio registrado no segundo quinquênio em comparação com o primeiro

1.1.3.1 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EM 1996 E 1997

Em R\$ mil\*

| TÍTULO                           | 1996             | 1997             | CRESCIMENTO    | Δ% 97/96     |
|----------------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|
| Pessoal e Encargos Sociais       | 4 194 814        | 3 929 681        | 265 133        | 6 32         |
| Juros e Encargos da Dívida       | 253 840          | 276 314          | 22 474         | 8 85         |
| Outras Despesas Correntes        | 2 005 630        | 1 994 826        | -10 804        | 0,54         |
| <b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>  | <b>6 454 284</b> | <b>6 200 821</b> | <b>253 463</b> | <b>3 93</b>  |
| Investimentos                    | 152 613          | 205 581          | 52 968         | 34,70        |
| Amortização da Dívida            | 1 101 865        | 1 457 563        | 355 698        | 32,28        |
| Outras Despesas de Capital       | 715 284          | 1 279 447        | 564 163        | 78,87        |
| <b>TOTAL DESPESAS DE CAPITAL</b> | <b>1 969 762</b> | <b>2 942 591</b> | <b>972 829</b> | <b>49,39</b> |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>8 424 046</b> | <b>9 143 412</b> | <b>719 366</b> | <b>8,54</b>  |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Fazendo-se um comparativo com a evolução das receitas (item 1 1 2 1), verifica-se que o crescimento da Receita Total deveu-se, exclusivamente, ao acréscimo das Receitas de Capital (permutativas, equivalentes a 113% do incremento), já que as Receitas Correntes decresceram 2,47% em relação a 1996 Assim, enquanto as Despesas de Capital cresceram em R\$ 972 829 mil (49,34%), as Despesas Correntes decresceram em R\$ 253 463 mil (3,93%), resultando no acréscimo de R\$ 719 366 mil (8,54%), em relação ao exercício anterior

Salienta-se que, embora o decréscimo verificado nas Despesas Correntes (R\$ 253 463 mil) tenha sido maior que o das Receitas Correntes (R\$ 147 244 mil), o mesmo não foi suficiente para cobrir o déficit corrente (R\$ 366 363 mil) resultante do confronto entre Despesas (R\$ 6.200 821 mil) e Receitas Correntes (R\$ 5 834 458 mil)

Por outro lado, embora a economia das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais tenha atingido o vultoso valor de R\$ 265 133 mil em valores constantes, equivalentes a 6,32 pontos percentuais, o mesmo não foi suficiente para suportar a redução de arrecadação do ICMS, que atingiu R\$ 329 138 mil, equivalente a 7,86%, aspecto que ocasionou a continuidade do déficit corrente retroinformado, extremamente prejudicial às finanças do Estado

Dentre o incremento verificado nas Despesas de Capital, destacaram-se

**INVESTIMENTOS**

|                                 | Em R\$ mil |
|---------------------------------|------------|
| - Obras e Instalações . . . . . | 37 283     |

**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA**

|                            | Em R\$ mil |
|----------------------------|------------|
| Resgate de títulos rolados | 390 719    |

**OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL**

|  | Em R\$ mil |
|--|------------|
| - Compra de Debêntures de Emissão da CADIP . . . . . | 278 647    |
| - Recompra de Ações da CEEE e CRT . . . . .          | 304 373    |

**1.1.3.2 - DESPESAS CORRENTES**

Tais despesas, que somaram R\$ 6 200 821 mil, no exercício de 1997, representam, historicamente, o segundo maior volume de gastos do governo

Dentre as Despesas Correntes, destacaram-se as Despesas com Pessoal, que assim se apresentaram, no exercício

| DESPESAS COM PESSOAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA   |  | Em R\$ mil       |
|---|--|------------------|
| EXERCÍCIO DE 1997                           |  |                  |
| ESPECIFICAÇÃO                               |  | VALOR            |
| Pessoal Civil Militar e Obrig Patronais     |  | 2 014 153        |
| Inativos                                    |  | 1 484 355        |
| Pensionistas                                |  | 32 639           |
| Salário Família                             |  | 27 422           |
| PASEP                                       |  | 42 839           |
| Auxílio Funeral                             |  | 1 690            |
| Contribuições ao IPERGS                     |  | 126 647          |
| (+) Transferência p/Autorqnas e Fundações   |  | 218 211          |
| <b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS</b> |  | <b>3 947 956</b> |
| ( ) Diárias de Viagem e Ajudas de Custo     |  | 36 370           |
| <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>          |  | <b>3 911 586</b> |

Assim estruturada, a Despesa Líquida com Pessoal representou, em 1997, 63,08% da totalidade das Despesas Correntes No ano anterior (1996), tal participação foi de 62,73%

Para uma melhor análise do crescimento da Despesa de Pessoal de um exercício para outro, faz-se necessário a abertura das principais importâncias informadas no quadro das Despesas de Pessoal, a saber

| ABERTURA DAS DESPESAS COM PESSOAL ATIVO POR ELEMENTOS     |  | ADMINISTRAÇÃO DIRETA |                  |                |             |                | Em R\$ mil* |
|---|--|----------------------|------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| ESPECIFICAÇÃO   |  | 1996                 | 1997             | CRESCIM        | VARIAÇÃO %  | PARTICIPAÇÃO % |             |
|   |  |                      |                  | 96/97          | S/ TOTAL    |                |             |
| 3111 Pessoal Civil  |  | 1 714 400            | 1 608 482        | 105 918        | 6 17        | 79 86          |             |
| 3112 Pessoal Militar                                      |  | 318 226              | 300 665          | 17 561         | 5 51        | 14 93          |             |
| Subtotal  |  | 2 032 626            | 1 909 147        | 123 479        | 6 07        | 94 79          |             |
| Demais Elementos  |  | 109 832              | 105 006          | 4 826          | 4 39        | 5 21           |             |
| <b>TOTAL PESSOAL CIVIL MILITAR E OBRIGAÇÕES PATRONAIS</b> |  | <b>2 142 458</b>     | <b>2 014 153</b> | <b>128 305</b> | <b>5 99</b> | <b>100 00</b>  |             |

Fonte Balanços Gerais do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Medio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Analisando-se apenas os elementos 3111 - Pessoal Civil e 3112 - Pessoal Militar, observa-se que os mesmos equivalem a 94,79% do montante das despesas com pessoal civil, militar e obrigações patronais, e que estas rubricas tiveram uma redução no exercício de R\$ 123 479 mil, ou seja, 6,07%

ABERTURA DOS ELEMENTOS 3111 E 3112 POR ÓRGÃOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| ÓRGÃO                     | Em R\$ mil |           |          |                        |   |
|---------------------------|------------|-----------|----------|------------------------|---|
|                           | 1996 (*)   | 1997      | REDUÇÃO  | VARIAÇÃO<br>%<br>96/97 | PARTICIPAÇÃO<br>% DA REDUÇÃO<br>S/TOTAL |
| 3 - Tribunal da Justiça   | 200 758    | 200 462   | -296     | -0,15                  | 0,24                                    |
| 12 - Secret da Just e Seg | 491 983    | 462 776   | -29 207  | -5,93                  | 23,65                                   |
| 19 - Secret da Educação   | 691 719    | 691 057   | -662     | 0,09                   | 0,54                                    |
| SUBTOTAL                  | 1 384 460  | 1 354 295 | -30 165  | -2,18                  | 24,43                                   |
| Demais Órgãos             | 648 166    | 554 852   | -93.314  | -14,39                 | 75,57                                   |
| TOTAL ELEM 3111 E 3112    | 2 032 626  | 1 909 147 | -123 479 | -6,07                  | 100,00                                  |

Fonte: Balanço Geral do Estado

(\*) Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Do decréscimo havido nos elementos 3111 e 3112 de R\$ 123 479 mil, 03 (três) órgãos participaram com R\$ 30 165 mil ou 24,43% da redução

Assim, todos os demais órgãos participaram com R\$ 93 314 mil, equivalentes a 75,57% do decréscimo ocorrido nas Despesas com Pessoal Ativo (Elementos 3111 e 3112)

Efetuando-se a análise do incremento havido no exercício dos proventos dos inativos, obtém-se, sucintamente, o seguinte resultado

ABERTURA DO ELEMENTO 3251 - INATIVOS, POR ÓRGÃOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| ÓRGÃO                   | Em R\$ mil* |           |         |                        |   |
|-------------------------|-------------|-----------|---------|------------------------|---|
|                         | 1996        | 1997      | CRESCIM | VARIAÇÃO<br>%<br>97/96 | PARTICIPAÇÃO<br>% DO CRESCIM<br>S/TOTAL |
| 12 - Secret da Educação | 473 230     | 490 859   | 17 629  | 3,72                   | 58,76                                   |
| Demais Órgãos           | 961 124     | 993 496   | 12 372  | 1,26                   | 41,24                                   |
| TOTAL INATIVOS          | 1 454 354   | 1 484 355 | 30 001  | 2,06                   | 100,00                                  |

Fonte: Balanço Geral do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

O demonstrativo acima indica que, em relação aos inativos, a participação maior do incremento dos proventos ocorreu através da Secretaria da Educação, no valor de R\$ 17 629 mil, equivalente a 58,76% do total do crescimento dos gastos no referido elemento. Aos demais órgãos, couberam apenas R\$ 12 372 mil, equivalendo à participação de 41,24% do incremento verificado.

Informa-se, ainda, que a despesa com Pessoal Inativo teve sua participação aumentada em 2,06%, em relação ao total das despesas com pessoal, comparativamente ao ano anterior, como se demonstra

**DESPESAS COM PESSOAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Em R\$ mil\*

| Classe           | 1996      | %      | 1997      | %      | Δ% 96/97 |
|------------------|-----------|--------|-----------|--------|----------|
| Inativos         | 1 454 354 | 35,92  | 1 484 355 | 37,95  | 2,06     |
| Desp Líq Pessoal | 4 048 572 | 100,00 | 3 911 586 | 100,00 | -3,38    |

Fonte: Balanço Geral do Estado  
\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme se verifica abaixo, a Despesa Líquida com Pessoal decresceu mais (3,38%) do que a Receita Corrente Líquida (2,03%)

**DESPESA LÍQUIDA C/PESSOAL E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil\*

| ANO  | REC CORR LÍQUIDA (1) |                | DESP LÍQUIDA C/PESSOAL |                |
|------|----------------------|----------------|------------------------|----------------|
|      | VALOR                | VARIAÇÃO ANUAL | VALOR                  | VARIAÇÃO ANUAL |
| 1996 | 4 686 758            |                | 4 048 572              |                |
| 1997 | 4 591 805            | 2,03           | 3 911 586              | -3,38          |

Fonte: Balanço Geral do Estado  
\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)  
(1) Receita Corrente Líquida = Receita Corrente deduzida das transferências constitucionais e legais aos Municípios  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O gasto com pessoal ativo, no período analisado, assim se apresentou

DESPESA COM PESSOAL ATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
PERÍODO 1988/97

Em R\$ mil)\*

| ANO     | VALOR     | TAXA<br>CRESCIMENTO | % SOBRE DES-<br>PESA TOTAL |
|---------|-----------|---------------------|----------------------------|
| 1988    | 1 486 103 | -                   | 26,03                      |
| 1989    | 1 815 557 | 22,17               | 30,34                      |
| 1990    | 2 113 573 | 16,41               | 30,03                      |
| 1991    | 1 827 592 | -13,53              | 31,80                      |
| 1992    | 2 038 283 | 11,53               | 28,82                      |
| 1993    | 1 923 535 | -5,63               | 27,72                      |
| 1994    | 2 047 934 | 6,47                | 27,80                      |
| 1995    | 1 956 002 | -4,49               | 26,18                      |
| 1996    | 2 142 458 | 9,53                | 25,43                      |
| 1997    | 2 014 153 | 5,99                | 22,03                      |
| Médias  |           |                     |                            |
| 1ºQuinq | 1 856 221 | 9,14                | 29,40                      |
| 2ºQuinq | 2 016 816 | -2,20               | 25,83                      |
| Decênio | 1 936 519 | 4,05                | 27,61                      |

\* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A despesa com pessoal ativo vem apresentando tendência indefinida ao longo da série, alternando acréscimos e reduções

Em 1997, verificou-se um decréscimo de R\$ 128 305 mil, ou seja, uma redução de 5,99% em relação a 1996, sendo que o valor despendido no exercício sob exame (R\$ 2 014 153 mil), ficou acima da média apurada no decênio, que foi de R\$ 1 936 519 mil. A participação da despesa com pessoal ativo, em relação à Despesa Total, tem-se mantido com relativa estabilidade ao longo dos dez anos analisados, com percentuais oscilando entre 25% a 32% e com uma média de 27,61%. Desta forma, o percentual registrado em 1997 (22,03%), ficou abaixo da média histórica verificada no decênio.

O dispêndio com inativos, em 1997, totalizou R\$ 1 484.355 mil, o que representou 16,23% da Despesa Total e 37,95% da Despesa Líquida com Pessoal, conforme se verifica a seguir

INATIVOS x DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL E TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
PERÍODO DE 1996/97

Em R\$ mil\*

| ANO  | DESPESA TOTAL |                   |               | DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (**) |                   |               |                     | DESPESA COM INATIVOS |                   |               |                       |                     |
|------|---------------|-------------------|---------------|----------------------------------|-------------------|---------------|---------------------|----------------------|-------------------|---------------|-----------------------|---------------------|
|      | VALOR         | BASE<br>FIXA<br>% | TAXA<br>CRESC | VALOR                            | BASE<br>FIXA<br>% | TAXA<br>CRESC | %<br>SOBRE<br>TOTAL | VALOR                | BASE<br>FIXA<br>% | TAXA<br>CRESC | %<br>SOBRE<br>PESSOAL | %<br>SOBRE<br>TOTAL |
| 1996 | 8 424 048     | 100 00            |               | 4 048 572                        | 100 00            |               | 48 06               | 1 454 354            | 100 00            |               | 35 92                 | 17 26               |
| 1997 | 9 143 412     | 108 53            | 8 53          | 3 911 586                        | 96 62             | 3 38          | 42 78               | 1 484 355            | 102 06            | 2 06          | 37 95                 | 16 23               |

Fonte Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

\*\* Despesa com Pessoal = Ativos + Inativos + Pensionistas

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O gasto com Inativos vem apresentando crescimento desde 1993, tendo aumentado, neste período, o correspondente a 57,24%

Em comparação a 1996, o crescimento foi de 2,06%

DESPESA C/PESSOAL ATIVO X DESPESA C/PESSOAL INATIVO  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
PERÍODO DE 1993/97

Em R\$ mil\*

| ANO  | DESPESA C/PESSOAL ATIVO | DESPESA C/PESSOAL INATIVO | RELAÇÃO PERCENTUAL |
|------|-------------------------|---------------------------|--------------------|
| 1993 | 1 923 534               | 943 976                   | 49 07              |
| 1994 | 2 047 933               | 1 058 923                 | 51 71              |
| 1995 | 1 956 002               | 1 310 712                 | 67 01              |
| 1996 | 2 142 458               | 1 454 354                 | 67 88              |
| 1997 | 2 014 153               | 1 484 355                 | 73 70              |

Fonte Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se verifica, no quinquênio 1993/1997, a relação percentual da Despesa com Pessoal Inativo, em relação aos gastos com Pessoal Ativo, em média, foi de 61,87%

Em 1997, a Despesa com Pessoal Ativo decresceu 5,99% em relação a 1996, e os gastos com Inativos aumentaram 2,06% no mesmo período

A comparação entre o crescimento do número de Servidores Ativos e Inativos encontra-se na tabela seguinte

INATIVOS E PENIONISTAS x ATIVOS E RECEITA EFETIVA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
PERÍODO 1996/97

Em R\$ mil\*

| ANO  | RECEITA EFETIVA (1) |                   |                | SERVIDORES CÍVIS E MILITARES |                   |                |               |                   |                |                     |              |                   |                |                       |
|------|---------------------|-------------------|----------------|------------------------------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|----------------|---------------------|--------------|-------------------|----------------|-----------------------|
|      | VALOR               | BASE<br>FIXA<br>% | TAXA<br>CRESC. | ATIVOS                       |                   |                | INATIVOS      |                   |                |                     |              |                   |                |                       |
|      |                     |                   |                | NÚMERO<br>(2)                | BASE<br>FIXA<br>% | TAXA<br>CRESC. | NÚMERO<br>(2) | BASE<br>FIXA<br>% | TAXA<br>CRESC. | %<br>SOBRE<br>ATIVO | VALOR<br>(3) | BASE<br>FIXA<br>% | TAXA<br>CRESC. | %<br>SOBRE<br>RECEITA |
| 1996 | 5 670 007           | 100 00            |                | 167 736                      | 100 00            |                | 89 733        | 100 00            |                | 53 50               | 1 464 354    | 100 00            |                | 24 77                 |
| 1997 | 5 743 995           | 97 86             | 2 15           | 162 038                      | 96 60             | 3 40           | 95 477        | 106 40            | 6 40           | 58 92               | 1 484 365    | 102 06            | 2 06           | 25 84                 |

Fonte: Balanços Gerais do Estado - RBDP nº 826 e Demonstrativo do Tribunal de Justiça

(1) Receita Efetiva = Receita Total - Mutuações

(2) Servidores em 31.12

(3) Despesa com Inativos Cívís e Militares

\* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se que, em 1997, houve decréscimo do número de Servidores Ativos (5 698 pessoas), correspondente a 3,40% a menos do que havia em 1996

Com relação aos Servidores Inativos, verifica-se uma tendência constante de crescimento anual, registrando um aumento de 6,40%, comparativamente ao exercício anterior

GASTOS COM INATIVOS x TOTAL DE INATIVOS x RECEITA EFETIVA x DESPESA TOTAL E  
SERVIDORES INATIVOS x ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
PERÍODO 1993/97

| ANO  | GASTO ANUAL POR<br>INATIVO<br>(Em R\$*) | COMPROMETIMENTO DOS<br>GASTOS C./INATIVOS EM<br>RELAÇÃO À RECEITA<br>EFETIVA (Em %) | COMPROMETIMENTO DOS<br>GASTOS C./INATIVOS EM<br>RELAÇÃO À DESPESA<br>TOTAL (Em %) | RELAÇÃO ENTRE<br>SERVIDORES INATIVOS<br>E ATIVOS (Em %) |
|------|---|---|---|---|
| 1993 | 14 461,73                               | 15,43   | 13,60   | 41,58   |
| 1994 | 14 993,86                               | 18,67   | 14,37   | 44,49   |
| 1995 | 16 373,27                               | 23,60   | 17,54   | 47,19   |
| 1996 | 16 207,58                               | 24,77   | 17,26   | 53,50   |
| 1997 | 15 546,73                               | 25,84   | 16,23   | 58,92   |

Fonte: Balanço Geral do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O gasto médio anual por Inativo, no exercício em análise, foi de R\$ 15 546,73 mil, ou seja, decresceu em 4,08%, em relação ao exercício anterior. Entretanto, foi superior em 25,07% ao gasto médio por Servidor Ativo que, em 1997, alcançou o valor de R\$ 12 430,13 mil.

A relação entre o número de Servidores Inativos por Ativos encontra-se em constante crescimento, atingindo, no exercício, 58,92%, ou seja, para cada 100 (cem) Servidores Ativos, já existem, no Estado, quase 59 (cinquenta e nove) Servidores Inativos, com tendência de crescimento desta relação.

Igualmente, sob o aspecto financeiro, a relação percentual entre as Despesas com Pessoal Inativo e as Despesas com Pessoal Ativo revela-se em constante crescimento, atingindo, no exercício sob análise, 73,70%, ou seja, para cada R\$ 1,00 pago a Servidores Ativos, já são pagos R\$ 0,74 para Servidores Inativos.

Além disso, como já foi apontado na análise do exercício anterior, a Contribuição Previdenciária Suplementar, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 10 588, de 28 de novembro de 1995, correspondente ao desconto mensal de 2% sobre a remuneração líquida dos servidores públicos estaduais, destinada a custear proventos de inatividade, revelou-se como medida ineficaz, visto que a importância arrecadada não foi depositada em conta bancária vinculada. Também não foi constituído e regulamentado o Fundo a que se referia a Lei retromencionada, constituindo-se, da forma como vem ocorrendo, em desvio de finalidade.

O acréscimo dos Gastos com Inativos, no valor de R\$ 30 001 mil, no exercício, a preços constantes, ou o total dos Gastos com Inativos no exercício, ou ainda as dificuldades financeiras do Estado não podem justificar a utilização dos recursos arrecadados para outros fins, visto que estes devem ser geridos segundo as regras de cálculos atuariais, de forma a garantir recursos para as inativações futuras.

Ressalta-se que, em 1996, foram arrecadados R\$ 49 071 mil e, em 1997, R\$ 61 044 mil por conta da referida Contribuição Previdenciária Suplementar.

Salienta-se, ainda, nas Despesas Correntes, as Transferências para os Municípios e os Encargos da Dívida Interna, conforme se visualiza na tabela seguinte.

TRANSFERÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA  
X  
DESPESAS CORRENTES  
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil\*

| ANO     | TRANSFERÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS |                |                |         | ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA |                |                |         | DESPESAS CORRENTES |                |                |
|---------|--------------------------------|----------------|----------------|---------|----------------------------|----------------|----------------|---------|--------------------|----------------|----------------|
|         | VALOR                          | REL. BASE FIXA | VARIAÇÃO ANUAL | PART. % | VALOR                      | REL. BASE FIXA | VARIAÇÃO ANUAL | PART. % | VALOR              | REL. BASE FIXA | VARIAÇÃO ANUAL |
| 1988    | 676 010                        | 100 00         |                | 15 07   | 912 546                    | 100 00         |                | 20 36   | 4 484 684          | 100 00         |                |
| 1989    | 1 007 627                      | 149 05         | 49 05          | 22 97   | 36 807                     | 4 25           | 95 75          | 0 88    | 4 367 111          | 97 82          | 2 18           |
| 1990    | 1 145 434                      | 169 44         | 13 68          | 21 62   | 174 258                    | 19 10          | 349 04         | 3 29    | 5 299 045          | 118 16         | 20 79          |
| 1991    | 1 047 340                      | 154 93         | -8 56          | 22 67   | 183 226                    | 20 08          | 5 15           | 3 97    | 4 619 688          | 103 01         | 12 82          |
| 1992    | 1 045 177                      | 154 61         | 0 21           | 19 30   | 324 752                    | 35 59          | 77 24          | 6 00    | 5 416 535          | 120 78         | 17 25          |
| 1993    | 1 071 487                      | 158 50         | 2 52           | 20 25   | 541 581                    | 59 35          | 66 77          | 10 24   | 5 290 249          | 117 96         | 2 33           |
| 1994    | 1 215 941                      | 179 87         | 13 48          | 22 82   | 286 883                    | 31 44          | 47 03          | 5 38    | 5 328 294          | 118 81         | 0 72           |
| 1995    | 1 233 647                      | 182 49         | 1 46           | 21 48   | 217 885                    | 23 88          | 24 05          | 3 79    | 5 743 750          | 128 07         | 7 80           |
| 1996    | 1 285 029                      | 191 57         | 4 98           | 20 06   | 248 007                    | 27 18          | 13 82          | 3 84    | 6 464 286          | 143 92         | 12 37          |
| 1997    | 1 233 553                      | 182 48         | -4 75          | 19 89   | 270 020                    | 29 59          | 8 88           | 4 35    | 6 200 821          | 138 27         | 3 93           |
| Média   |                                |                |                |         |                            |                |                |         |                    |                |                |
| 1ªQüin  | 984 317                        | 146 61         | 13 49          | 20 33   | 326 718                    | 35 80          | 83 92          | 6 75    | 4 841 413          | 107 95         | 5 76           |
| 2ªQüin  | 1 209 931                      | 178 98         | 3 54           | 20 85   | 312 875                    | 34 29          | 3 68           | 5 39    | 5 803 480          | 129 41         | 2 93           |
| Decênio | 1 097 124                      | 162 29         | 7 96           | 20 61   | 319 797                    | 35 04          | 39 34          | 6 01    | 5 322 446          | 118 68         | 4 19           |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGW (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se verifica, a partir de 1992, houve um crescimento contínuo das Transferências a Municípios, até 1996. Em 1997, apesar de ter decrescido em 4,75%, em relação ao exercício anterior, comparativamente ao primeiro ano da série (1988), apresentou um acréscimo de 82,48%. No decênio, a participação das Transferências no total das Despesas Correntes foi de 20,61%, enquanto que, em 1997, situou-se em 19,89%.

Quanto aos Encargos da Dívida Interna, a tendência é de redução da participação nas Despesas Correntes. No triênio 1993/95, registrou-se uma constante redução dos valores empenhados com Encargos da Dívida. Em 1997, ocorreu um decréscimo de 50,14% nos Encargos da Dívida, em relação ao exercício de 1993.

No exercício sob exame, os Encargos da Dívida (R\$ 270.020 mil) responderam com 4,35% das Despesas Correntes, ao passo que a participação média do decênio ficou em 6,01%, comprovando a tendência de redução desta despesa.

### 1.1.3.2.1- DESPESA COM PESSOAL - ANÁLISE SEGUNDO A LEI ESTADUAL Nº 10.844, DE 05-08-96

A Lei Complementar Federal nº 82, de 27-03-95, conhecida como Lei Camata, estabeleceu limites para os gastos com pessoal, ativo e inativo, em relação à Receita Corrente Líquida

No âmbito do Estado, a Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96 (Lei das Diretrizes Orçamentárias), introduziu, para o exercício de 1997, modificações significativas para o cálculo do comprometimento da Receita Corrente Líquida com os gastos com pessoal, definindo, em seu artigo 26, as despesas totais com pessoal e encargos sociais e a Receita Corrente Líquida da seguinte forma

- despesas totais com pessoal e encargos - o somatório das despesas da administração direta, autarquias (exceto a Caixa Econômica Estadual) e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público estadual referentes a pessoal ativo e inativo, pensionistas, abono-família, encargos patronais e contribuição ao IPERGS para assistência médica,

- receita corrente líquida - o somatório da receita corrente da administração direta, das autarquias (exceto a Caixa Econômica Estadual) e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, deduzidas as transferências por participações constitucionais e legais dos Municípios na arrecadação de tributos de competência dos Estados e as transferências intragovernamentais

Dentro desta nova definição, têm-se a seguinte situação

| DESPESA COM PESSOAL 1997                    |                  |                |                | Em R\$ mil       |
|---|------------------|----------------|----------------|------------------|
| ESPECIFICAÇÃO                               | ADM DIRETA       | AUTARQUIA      | FUNDAÇÃO       | TOTAL            |
| Pessoal Civil, Militar e Obrig Patronais    | 2 012 724        | 83 863         | 107 038        | 2 203 625        |
| Inativos                                    | 1 484 355        | 73 090         |                | 1 557 445        |
| Pensionistas                                | 32 639           | 296 095        |                | 328 734          |
| Salário Família                             | 27 422           | 1 100          |                | 28 522           |
| PASEP                                       | 42 839           | 1 805          | 794            | 45 438           |
| Auxílio Funeral                             | 1 690            |                |                | 1 690            |
| Contr ao IPERGS Lei nº 8191/86              | 126 647          | 157            |                | 126 804          |
| <b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS</b> | <b>3 728 316</b> | <b>456 110</b> | <b>107 832</b> | <b>4 292 258</b> |
| ( ) Diárias de Viagem e Ajudas de Custo     | 36 370           | 9 911          | 1 017          | 47 298           |
| <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>          | <b>3 691 946</b> | <b>446 199</b> | <b>106 815</b> | <b>4 244 960</b> |

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 1997

| ESPECIFICAÇÃO   | Em R\$ mil |           |          |           |
|---|------------|-----------|----------|-----------|
|   | ADM DIRETA | AUTARQUIA | FUNDAÇÃO | TOTAL     |
| Receita Corrente Total  | 5 834 458  | 821 716   | 200 823  | 6 856 997 |
| ( ) Transf Const a Municípios                                     | 1 233.537  |           |          | 1 233 537 |
| ( ) Transf Intragovernamentais                                    | 9 116      | 136 317   | 137 509  | 282 942   |
| = Receita Corrente Líquida  | 4 591 805  | 685 399   | 63 314   | 5 340 518 |
| Percentual entre Despesa Líquida com Pessoal/Rec Corrente Líquida | 80,40      | 65,10     | 168 71   | 79,49     |

1.1.3.3 - DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital, no decênio analisado, experimentaram uma participação média na Despesa Total de 24,92%. Em 1997, esta participação foi de 32,18%, uma vez que o valor total das mesmas foi de R\$ 2 942 591 mil, o que representou um acréscimo de 49,39% em relação a 1996 e uma majoração de 140,49% em comparação com o primeiro ano da série

Destaca-se, ainda, que a participação das Despesas de Capital em 1997, em relação à Despesa Total, foi a maior do decênio

Dentre as Despesas de Capital, destacam-se as Transferências Intragovernamentais, a Amortização da Dívida Interna e as Inversões Financeiras, cujas participações no total da Despesa, no exercício de 1997, foram de, respectivamente, 3,21%, 15,64% e 10,09%, conforme se observa a seguir

DESPESAS DE CAPITAL  
PRINCIPAIS ELEMENTOS  
EXERCÍCIO DE 1997

| Nº   | ELEMENTO                             | Em R\$ mil |                   |
|------|--------------------------------------|------------|-------------------|
|      |                                      | VALOR      | % S/DESPESA TOTAL |
| 4310 | - Transferências Intragovernamentais | 293 469    | 3,21              |
| 4350 | - Amortização da Dívida Interna      | 1 430 166  | 15,64             |
| 4200 | - Inversões Financeiras              | 922 456    | 10,09             |
| 4100 | - Investimentos                      | 205 581    | 2,25              |

A Amortização da Dívida Fundada Interna teve participação média de 13,14% do total despendido pela Administração Direta Estadual no período 1988/97, sendo que, no exercício de 1997, esta participação foi de 15,64%

Visualiza-se, também, que a participação mencionada foi crescente no período de 1991 a 1994, quando atingiu 19,05%, reduzindo-se em 1995 e 1996 e voltando a crescer em 1997

Cabe salientar que, em relação a 1988, houve um crescimento nos gastos com amortização na ordem de 172,95%, conforme se demonstra a seguir

DÍVIDA FUNDADA INTERNA  
AMORTIZAÇÃO X DESPESA TOTAL  
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil\*

| EXERCÍCIO | DESPESA<br>TOTAL | AMORTIZAÇÃO<br>DIV FUND INT | PARTIC<br>% | RELATIVO<br>BASE FIXA | VARIAÇÃO<br>ANUAL |
|-----------|------------------|-----------------------------|-------------|-----------------------|-------------------|
| 1988      | 5 708 253        | 523 960                     | 9 18        | 100 00                |                   |
| 1989      | 5 983 415        | 516 830                     | 8 64        | 98 64                 | 1 36              |
| 1990      | 7 037 370        | 603 498                     | 8 58        | 115 18                | 16 77             |
| 1991      | 5 747 481        | 525 338                     | 9 14        | 100,26                | 12 95             |
| 1992      | 7 072 146        | 907 589                     | 12 83       | 173 22                | 72,76             |
| 1993      | 6 938 383        | 1 095 155                   | 15 78       | 209 01                | 20 67             |
| 1994      | 7 365 966        | 1 403 134                   | 19 05       | 267,79                | 28 12             |
| 1995      | 7 471 442        | 1 234 999                   | 16 53       | 235,70                | -11 98            |
| 1996      | 8 424 049        | 1 073 858                   | 12 75       | 204,95                | -13,05            |
| 1997      | 9 143 412        | 1 430 166                   | 15 64       | 272 95                | 33 18             |
| Média     |                  |                             |             |                       |                   |
| 1º Quin   | 6 309 733        | 615 443                     | 9 75        | 117 46                | 18 80             |
| 2º Quin   | 7 868 650        | 1 247 462                   | 15,85       | 238 08                | 11 39             |
| Decêmo    | 7 089 192        | 931 453                     | 13 14       | 177,77                | 13 22             |

Fonte: Balanço Geral do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As Transferências Intragovernamentais tiveram, em 1997, a seguinte destinação

| TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS<br>EXERCÍCIO DE 1997 |         |           |
|---|---------|-----------|
| Em R\$ mil  |         |           |
| TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS                      | VALOR   | % S/TOTAL |
| Transferências a Autarquias                             | 270 202 | 92,07     |
| Transferências a Fundações                              | 17 354  | 5,91      |
| Contribuições a Fundos                                  | 4 420   | 0,51      |
| Contrib p/Despesas de Capital                           | 1 493   | 1,51      |
| TOTAL   | 293 469 | 100,00    |

Destacam-se, dentre elas, as Transferências a Autarquias para Despesas de Capital, que totalizaram, em 1997, R\$ 270 202 mil, assim distribuídos

| TRANSFERÊNCIAS A AUTARQUIAS<br>PARA DESPESAS DE CAPITAL<br>EXERCÍCIO DE 1997 |                |           |
|--|----------------|-----------|
| Em R\$ mil   |                |           |
| AUTARQUIA  | VALOR RECEBIDO | % S/TOTAL |
| DAER   | 266 671        | 98,69     |
| DEPRC  | 3 500          | 1,29      |
| AGERGS   | 31             | 0,02      |
| TOTAL  | 270 202        | 100 00    |

Portanto, verifica-se que o DAER foi o maior beneficiado pelas Transferências, sendo-lhe destinados R\$ 266 671 mil, equivalentes a 98,69% do total repassado às Autarquias para Despesas de Capital

Dentre as Transferências de Capital às Fundações, salientam-se os repasses efetuados à METROPLAN no montante de R\$ 10 798 mil

Em 1997, os Investimentos e as Inversões atingiram R\$ 1 128 037 mil, ou seja, 12,34% da Despesa Total, estando assim constituídos

|                                       |         | Em R\$ mil       |
|---------------------------------------|---------|------------------|
| <b>INVESTIMENTOS</b>                  |         |                  |
| Obras e Instalações                   | 124 986 |                  |
| Equip e Material Permanente           | 48 568  |                  |
| Invest em Regime de Execução Especial | 17 953  |                  |
| Constituição ou Aumento do Capital    | 3 640   |                  |
| Diversos Investimentos                | 10 434  | 205 581          |
| <b>INVERSÕES</b>                      |         | 922 456          |
|                                       |         | -                |
|                                       |         | -                |
| <b>TOTAL</b>                          |         | <b>1 128 037</b> |

A análise do comportamento dos gastos com Investimentos e Inversões Financeiras, no período 1988/97, indicou que 1997 foi o exercício com melhor desempenho da série, no que se refere ao montante e a participação no total dos gastos públicos, como se observa na tabela a seguir

| INVESTIMENTOS E INVERSÕES<br>x<br>DESPEZA TOTAL<br>PERÍODO DE 1988/1997 |                  |                     |                   |               |         |           |                     |                   |           |
|---|------------------|---------------------|-------------------|---------------|---------|-----------|---------------------|-------------------|-----------|
| Em R\$ mil*   |                  |                     |                   |               |         |           |                     |                   |           |
| ANO   | DESPEZA<br>TOTAL | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIACÃO<br>ANUAL | INVESTIMENTOS |         |           | REL<br>BASE<br>FIXA | VARIACÃO<br>ANUAL | PART<br>% |
|   |                  |                     |                   | INVEST        | INVERS  | TOTAL     |                     |                   |           |
| 1988  | 5 708 253        | 100 00              |                   | 268 865       | 23 548  | 292 413   | 100 00              |                   | 5 12      |
| 1989  | 5 983 414        | 104 82              | 4,82              | 448 524       | 125 741 | 574 266   | 196 39              | 96 39             | 9 60      |
| 1990  | 7 037 370        | 123 28              | 17 61             | 306 986       | 89 591  | 396 577   | 135 62              | 30 94             | 5 64      |
| 1991  | 5 747 482        | 100 69              | 18 33             | 144 868       | 34 212  | 179 079   | 61 24               | 54 84             | 3 12      |
| 1992  | 7 072 146        | 123,89              | 23 05             | 227 690       | 4 184   | 231 864   | 79 29               | 29 48             | 3 28      |
| 1993  | 6 938 383        | 121 55              | 1 89              | 155 129       | 50 532  | 205 660   | 70 33               | 11,30             | 2 96      |
| 1994  | 7 365 966        | 129 04              | 6 16              | 175 546       | 69 590  | 245 136   | 83 83               | 19 19             | 3 33      |
| 1995  | 7 471 442        | 130,89              | 1,43              | 89 741        | 167 183 | 256 924   | 87 86               | 4 81              | 3 44      |
| 1996  | 8 424 049        | 147 58              | 12 75             | 152 613       | 489 775 | 642 388   | 219 69              | 150 03            | 7 63      |
| 1997  | 9 143 412        | 160,18              | 8 54              | 205 581       | 922 456 | 1 128 037 | 385 77              | 75 60             | 12 34     |
| Média   |                  |                     |                   |               |         |           |                     |                   |           |
| 1º Quin   | 6 309 733        | 110,54              | 6 79              | 279 384       | 55 455  | 334 840   | 114 51              | 10 02             | 5,31      |
| 2º Quin   | 7 868 650        | 137 85              | 5,40              | 155 722       | 339 907 | 495 629   | 169,50              | 47,67             | 6 30      |
| Decêmo  | 7 089 192        | 124 19              | 6 02              | 217 553       | 197 681 | 415 234   | 142 00              | 30 93             | 5 86      |

Fonte Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Medio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A participação dos Investimentos e Inversões, no total despendido pelo Estado, tem apresentado crescimento desde 1994, registrando, em 1997, percentual de 12,34%, o maior do decênio

Os valores gastos em 1997 (R\$ 1 128 037 mil) representaram uma majoração de 75,60% em relação a 1996 e de 285,77% em comparação ao primeiro ano da série (1988) Conjugados aos montantes investidos através das Autarquias, estes valores assim se apresentam no período 88/97

INVESTIMENTOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA + AUTARQUIAS  
PERÍODO DE 1988/1997

| ANO  | Em R\$ mil*       |           |           |                    |                |                           | DESPESA TOTAL |
|------|-------------------|-----------|-----------|--------------------|----------------|---------------------------|---------------|
|      | ADMINISTR. DIRETA | AUTARQUIA | TOTAL     | RELATIVO BASE FIXA | VARIAÇÃO ANUAL | % SOBRE DESPESA TOTAL (1) |               |
| 1988 | 292 413           | 173 420   | 465 833   | 100,00             |                | 8,16                      | 5 708 253     |
| 1989 | 574 265           | 419 131   | 993 396   | 213,25             | 113,25         | 16,80                     | 5 983 415     |
| 1990 | 396 578           | 475 994   | 872 571   | 187,31             | -12,16         | 12,40                     | 7 037 370     |
| 1991 | 179 080           | 142 553   | 321 632   | 69,04              | 63,14          | 5,60                      | 5 747 481     |
| 1992 | 231 863           | 147 902   | 379 764   | 81,52              | 18,07          | 5,37                      | 7 072 146     |
| 1993 | 205 660           | 141 912   | 347 572   | 74,61              | 8,48           | 5,01                      | 6 938 383     |
| 1994 | 245 136           | 233 769   | 478 905   | 102,81             | 37,79          | 6,50                      | 7 365 966     |
| 1995 | 256 923           | 120 180   | 377 103   | 80,95              | 21,26          | 5,05                      | 7 471 442     |
| 1996 | 642 388           | 211 401   | 853 789   | 183,28             | 126,41         | 10,14                     | 8 424 049     |
| 1997 | 1 128 037         | 270 367   | 1 398 404 | 300,19             | 63,79          | 15,29                     | 9 143 412     |

Fonte: Balanços das Autarquias

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

(1) Participação dos Investimentos Totais na Despesa da Administração Direta

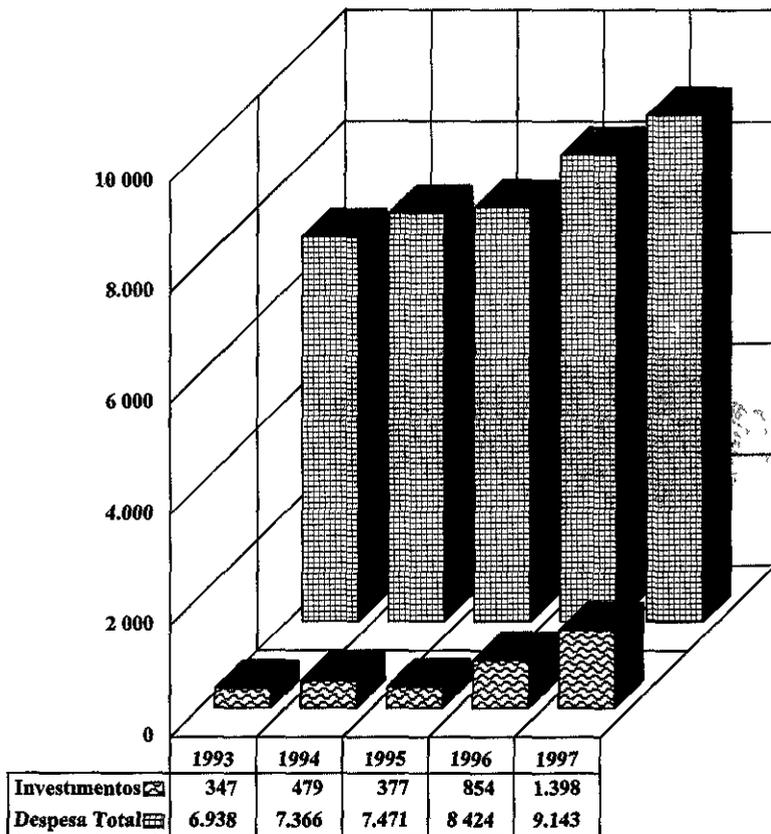
Em 1997, os Investimentos da Administração Centralizada e Autárquica totalizaram R\$ 1 398 404 mil, o que representou um acréscimo de 63,79% em relação aos valores de 1996. A participação em relação à Despesa Total, em 1997, foi de 15,29%, em função, basicamente, do significativo acréscimo dos Investimentos realizados através da Administração Direta, que, de um ano para outro, cresceram 75,60%

Salienta-se que a participação média, no decênio, dessas despesas, em relação à Despesa Total, foi de 9,01%, em função dos desempenhos verificados nos biênios 89/90 (16,60% e 12,40%) e 96/97 (10,14% e 15,29%), que elevaram a média de forma decisiva

A evolução da participação dos Investimentos Totais, em relação à Despesa Total, pode ser visualizada através do gráfico que segue

# INVESTIMENTOS (ADM.DIRETA+AUTÁRQUICA) x DESPESA TOTAL (ADM.DIRETA) PERÍODO 1993/1997

Em R\$ milhões\*



Fonte Balanços Gerais do Estado e  
Balanços das Autarquias

\* Vs.inflac pelo IGP-DI - FGV (médio)

## **1.1.4 - PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO**

### **1.1.4.1 - FUNDAMENTO LEGAL**

A Lei nº Estadual nº 10 607, de 28-12-95, instituiu o Programa de Reforma do Estado - PRE, com os seguintes objetivos

- I reestruturar a exploração pelo Estado da atividade econômica,
- II contribuir para a redução da dívida pública no Estado,
- III permitir a retomada de investimentos nas sociedades e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada,
- IV permitir à administração pública concentrar seus esforços nas atividades em que a presença do Estado assegure o bem estar social

A referida Lei previu a desestatização de empreendimentos, sendo executada mediante as seguintes formas operacionais

- I alienação de participação societária, inclusive do controle acionário,
- II abertura de capital,
- III aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição,
- IV transformação, incorporação, fusão ou cisão,
- V alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens, direitos e instalações,
- VI dissolução de sociedades ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a consequente alienação de seus Ativos

Esta Lei previu, ainda, a criação do Fundo de Reforma do Estado, a ser regulamentado por ato do Poder Executivo, cujo patrimônio será constituído por direitos ou títulos representativos da propriedade das ações e cotas de capital de sociedades em que o Estado possua participação, majoritária ou não, e pela totalidade das receitas decorrentes do Programa de Reforma do Estado

Os recursos oriundos do Programa de Reforma do Estado, disponíveis no respectivo Fundo, serão utilizados da seguinte forma

- I no Fundo de Promoção da Cidadania,
- II na redução da dívida mobiliária do Estado,
- III em investimentos necessários à implantação, no Estado, de empreendimentos estratégicos privados, que sejam de grande relevância e revestidos de meritismo

A Lei Estadual nº 10 607, de 28-12-95, previu que o Fundo de Promoção da Cidadania seria regulamentado pelo Poder Executivo, destinado a empreendimentos nas áreas Social, de Educação, Saúde, inclusive Saneamento, Segurança Pública e Infra-Estrutura Básica, previstos no Plano Plurianual de Investimentos e no Orçamento do Estado, cujo Patrimônio será constituído dos recursos repassados pelo Fundo de Reforma do Estado

O Decreto Estadual nº 36 756, de 27-06-96, regulamentou o Fundo de Reforma do Estado do Rio Grande do Sul - FRE/RS, com a finalidade de concentrar recursos resultantes das atividades do Programa de Reforma do Estado, para financiar ações do governo no Fundo de Promoção da Cidadania, na redução da dívida mobiliária do Estado, e em investimentos de empreendimentos estratégicos privados de caráter relevante e revestidos de meritismo. O referido decreto previu que o patrimônio do FRE/RS é constituído

*“ por direitos ou títulos representativos da propriedade das ações e cotas de capital de sociedades em que o Estado possua participação majoritária ou não e pela totalidade das receitas decorrentes do Programa de Reforma do Estado, ”*

O referido Decreto, ainda, previu

- um sistema de subcontas vinculado aos programas prioritários do Programa de Reforma do Estado,

- que a movimentação financeira dos recursos do FRE/RS fosse feita através do Sistema Financeiro Estadual, em conta denominada “Fundo de Reforma do Estado do Rio Grande do Sul”,

- que o FRE/RS fosse administrado pelo Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado - COD/PRE, instituído pelo Decreto Estadual nº 36.437/96, alterado pelo Decreto Estadual nº 36 755/96

O Decreto também autorizou a criação de uma unidade orçamentária na Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

#### **1.1.4.1.1- CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO**

O Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado autorizou a alienação de ações de empresas do Estado, bem como autorizou despesas, no exercício de 1997, na ordem de R\$ 945 108 mil. As receitas das alienações, em valores superiores às despesas autorizadas no exercício, e o destino destes recursos são tratados nos tópicos 1.1.4.2 a 1.1.4.5.

Ressaltamos algumas decisões do referido Conselho, além das autorizações e liberações de recursos, no exercício de 1997, que foram as seguintes

- autorização para o lançamento do processo licitatório, buscando a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços técnicos, visando a implantação e consolidação da reestruturação societária e patrimonial da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, e alienação das ações das empresas a serem criadas dessa reestruturação, conforme Lei Estadual nº 10 900, de 26/12/96 (Ata nº 04, Sessão de 08-01-97);

- aprovação da concessão de financiamento à empresa General Motors do Brasil Ltda. no valor de R\$ 253.296 mil (Ata nº 06, Sessão de 15-03-97),

- homologação do resultado da venda das ações de emissão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT aos empregados daquela Companhia no montante de R\$ 7 899 mil (Ata nº 08, Sessão de 07-07-97);

- autorização da transferência, aos empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, de 15.531.000 ações ordinárias vinculadas à referida Companhia, na forma estabelecida pelo Edital Internacional de Venda de Ações nº COD-04/96, com as restrições previstas no item 13.1 do mencionado instrumento convocatório (Ata nº 09, sessão de 18-08-97),

- aprovação da alienação de 571.590 812 ações ordinárias, correspondentes a 99,83% do capital votante da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, de propriedade do Estado do RGS, e 536.344 395 ações ordinárias, representativas de 100% do capital votante da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (Ata nº 10, Sessão de 17-09-97);

- ratificação dos atos praticados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco do Estado do RGS (**Ata nº 11, Sessão de 09-10-97**), em especial

- aprovação da assunção de contingências, pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL, de compromissos assumidos pela Companhia União de Seguros Gerais, na qualidade de membro integrante da GESB, com objetivo de sanear financeiramente a empresa de seguros e obter o máximo valor de venda,
- aprovação de acordo operacional, cujo objeto é a venda de produtos de seguro, previdência e capitalização, próprios e de terceiros, conveniados com a Companhia União de Seguros Gerais, na rede e postos de serviços do BANRISUL, em regime de exclusividade,
- aprovação, em todos os seus termos, do edital de venda de 75 133 092 ações ordinárias de emissão da Companhia União de Seguros Gerais

- autorização da liberação de R\$ 333 670 mil, com aplicação destinada a atender compromissos assumidos pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (**Ata nº 12, Sessão de 27-10-97**),

- ratificação da decisão da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, no sentido de autorizar a abertura de Capital Social da Companhia, com vistas ao lançamento de debêntures de emissão da Companhia (**Ata nº 13, Sessão de 10/11/97**),

- autorização da liberação de R\$ 14 150 mil com aplicação destinada a atender compromissos assumidos pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (**Ata nº 14, Sessão de 27-11-97**),

- autorização do lançamento do edital de licitação nº Cod-08/97, que trata da seleção de empresas especializadas para prestação de serviços técnicos de reavaliação econômico-financeira e modelagem de uma sistemática de venda, visando à alienação de ações da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (**Ata nº 15, Sessão de 11-12-97**)

### 1.1.4.2 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - SALDO E APLICAÇÃO

|  | Em R\$ mil |
|--|------------|
| SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO   | 585 581    |
| Receitas   |            |
| JANEIRO  |            |
| Recebimento da CADIP do saldo referente à alienação de 76 320 000 ações O N da CEEE                | 101 783    |
| MAIO   |            |
| Alienação de 24 300 000 ações O N da CRT   | 23 539     |
| AGOSTO   |            |
| Alienação de ações da CRT a seus funcionários  | 7 822      |
| OUTUBRO  |            |
| Alienação de 519 628 011 ações O N da Companhia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica | 1 635 000  |
| Recebimento referente à alienação de ações da CRT a seus funcionários                              | 2          |
| - Resgate de debêntures de emissão da CADIP que o Estado adquiriu do BNDESPAR                      | 278 647    |
| DEZEMBRO   |            |
| Recebimento referente à alienação de ações da CEEE a seus funcionários                             | 41 245     |
| Venda de Direitos de subscrição CRT/BNDES  | 2 874      |
| (+) RECEITA DO EXERCÍCIO DE 1997   | 2 090 912  |
| Despesas   |            |
| MARÇO  |            |
| Assessoramento e Consultoria CRT   | 1 699      |
| OUTUBRO  |            |
| Compra de debêntures de emissão da CADIP junto ao BNDES/BNDESPAR                                   | 278 647    |
| Encargos Contratuais do empréstimo BNDESPAR, relativo à operação CEEE/CADIP                        | 50 508     |
| Recompra de ações da CEEE junto à CADIP  | 278 647    |
| Recompra de ações CRT junto à CADIP  | 25 726     |
| NOVEMBRO   |            |
| Despesas de divulgação CEEE  | 17         |
| DEZEMBRO   |            |
| Remuneração ações CO/NN CEEE   | 5 435      |
| Assessoramento e Consultoria   | 198        |
| - Despesas de divulgação CEEE  | 89         |
| Assessoria e Consultoria Procergs/Corag  | 182        |
| Subtotal 1 das Despesas  | 641 148    |
| Aplicação por Função   |            |
| Indústria, Comércio e Serviços   | 322 431    |
| Transporte   | 170 177    |
| Saúde e Saneamento   | 35 558     |
| Judiciária   | 13 498     |
| Segurança Pública  | 9 226      |
| Habituação e Urbanismo   | 5 306      |
| - Assistência e Previdência  | 4 085      |
| - Educação e Cultura   | 2 262      |
| Administração e Planejamento   | 1 919      |
| Trabalho   | 100        |
| Subtotal 2 das Despesas  | 564 562    |
| ( ) TOTAL DAS DESPESAS   | 1 205 710  |
| = SALDO FINAL DO EXERCÍCIO   | 1 470 783  |

Convém ressaltar que a receita de alienação de participações societárias gerou baixas de Ativos Permanentes correspondentes e de igual importância por se tratarem de Receitas de Mutações Patrimoniais

Na aplicação dos recursos do Programa de Reforma do Estado, no valor de R\$ 564 562 mil, pode-se visualizar os principais projetos e objetivos da aplicação

| PROJETO/ATIVIDADE                                  | Em R\$ mil |
|--|------------|
| 2292 Atração de Investimentos (*)                  | 307 778    |
| 1466 Contribuição ao DAER para despesas de capital | 160 881    |
| 2232-Hosp Pólos/referência                         | 18 107     |
| 1341 Implantação e despesas espaços industriais    | 14 653     |
| 9011 Hospitais Municipais                          | 5 462      |
| 2361-Conservação de Rodovias                       | 6 111      |
| Outros   | 51 570     |

(\*) Destaca-se o financiamento à Empresa General Motors do Brasil Ltda no valor de R\$ 253 296 mil

A movimentação dos recursos do Programa de Reforma do Estado, no exercício de 1997, anteriormente exposta, pode ser assim resumida

|   | Em R\$ mil |
|---|------------|
| Ingresso de recursos do Programa de Reforma do Estado | 2 090 912  |
| (-) Recursos utilizados no exercício                  | 1 205 710  |
| = Saldo de recursos do exercício                      | 885 202    |
| (+) Saldo de recursos do exercício anterior           | 585 581    |
| Saldo final de recursos                               | 1 470 783  |

### 1.1.4.3- REFLEXOS DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

|                       | Em R\$ mil |           |           |
|-----------------------|------------|-----------|-----------|
|                       | Receita    | Despesa   | Resultado |
| Recurso Vinculado     | 5 341 974  | 4 216 912 | 1 125 062 |
| Recurso Não-Vinculado | 4 234 351  | 4 926 500 | -692 149  |
| Resultado Financeiro  | 9 576 325  | 9 143 412 | 432 913   |

Do resultado da movimentação financeira dos recursos vinculados (superávit de R\$ 1.125 062 mil), R\$ 692 149 mil foram utilizados para financiar despesas não-vinculadas. Observa-se, ainda, que do referido resultado de R\$ 1 125.062 mil a quase totalidade dos recursos são oriundos do Programa de Reforma do Estado, como segue

| Em R\$ mil        |           |           |           |          |
|-------------------|-----------|-----------|-----------|----------|
| RECURSOS          | Receita   | Despesa   | Resultado | Partic % |
| Rec. Vinc (Total) | 5 341 974 | 4 216 912 | 1.125 062 | -        |
| Rec Vinc.(PRE)    | 2.090 912 | 1 205 710 | 885 202   | 78,7     |

Portanto, os recursos financeiros do Programa de Reforma do Estado são utilizados em parte para financiar despesas não vinculadas ao Programa, além de possibilitarem um resultado orçamentário positivo, como se pode visualizar no quadro abaixo

EFEITO DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

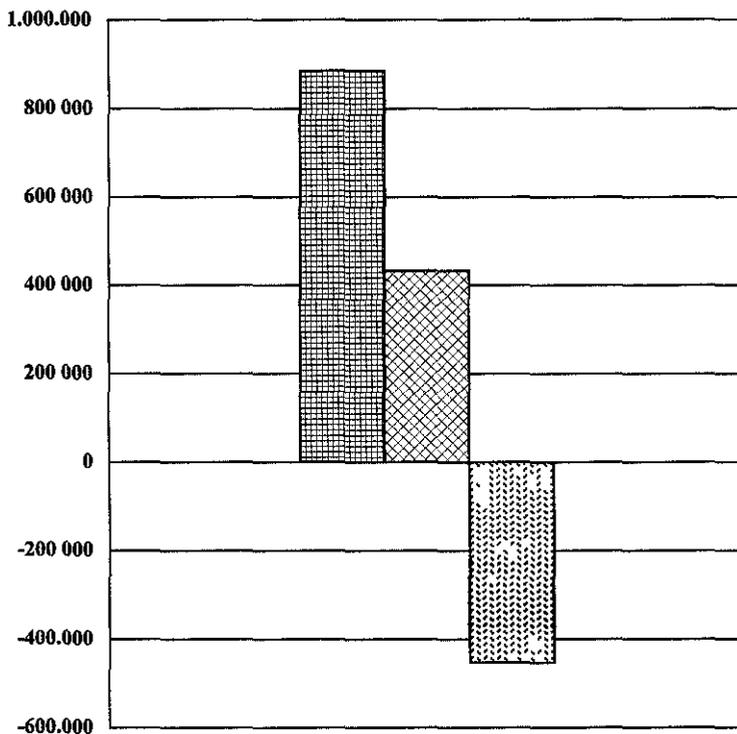
| Em R\$ mil  |          |
|---|----------|
| Resultado Orçamentário(*)   | 432 913  |
| (-) Resultado das Operações do Programa de Reforma do Estado                    | 885 202  |
| Resultado Orçamentário, excluídas as operações do Programa de Reforma do Estado | -452 289 |

(\*) O valor da venda da Cia. Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e da Cia. União de Seguros Gerais não é considerado no efeito do Programa de Reforma do Estado (Administração Centralizada), visto que estes recursos são de propriedade da CEEE e do BANRISUL, respectivamente

Graficamente, tal situação pode ser assim representada

# EFEITOS DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO NO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 1997



## RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

|                |                  |
|----------------|------------------|
| PRE            | RS 885 202 mil   |
| Incluído o PRE | RS 432 913 mil   |
| Excluído o PRE | RS (452.289) mil |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

#### 1.1.4.4- OPERAÇÕES DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO NA CEEE

Os recursos provenientes da alienação da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, Receita da Companhia Estadual remanescente, nos termos da Ordem de Serviço nº 181/95, foram aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC. O valor da alienação da Distribuidora foi de R\$ 1 510 000 mil

A Companhia Estadual de Energia Elétrica utilizou, até 31-12-97, parcela destes recursos nos seguintes compromissos e obrigações

|  | Em R\$ mil    |
|--|---------------|
| - Pagamento de adiantamento ao Banco Nac de Deserv Econôm e Soc -BNDES | 71 414        |
| - Resgate 7ª emissão de Debêntures                                     | 207 061       |
| - Comissão CLC e BVES  | 756           |
| - Causa Trabalhista Diferenças de periculosidade                       | 24 448        |
| - Déficit de caixa   | 30 000        |
| - Outras utilidades  | <u>18 107</u> |
| Total utilizado até 31 12 97   | 351 786       |

Os recursos aplicados no SIAC são utilizados no Fundo de Garantia para Liquidez da Dívida Pública Estadual. Tais recursos permitem a diminuição do custo do Serviço da Dívida, enquanto não utilizados pelo Tesouro ou pela CEEE.

Os recursos aplicados pela CEEE no SIAC serão utilizados pela Companhia de acordo com suas necessidades ou conforme as determinações do Conselho de Reforma do Estado (a utilização dos recursos por parte do Conselho sofre restrições, visto que os recursos são de propriedade da CEEE, embora o Estado seja acionista majoritário da Companhia). O Governo do Estado, para utilizar de forma permanente os recursos da CEEE, ou parte deles, deverá efetuar retiradas de recursos financeiros da Companhia através de redução do Capital Social da Companhia, juntamente com os acionistas minoritários.

Registra-se, como evento subsequente, que, na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04-03-98, foi aprovada a redução de Capital no valor de R\$ 415 000 mil, visando ao cumprimento da Lei Estadual nº 11 076, de 06-01-98, bem como à solicitação do acionista majoritário, expressa no Ofício nº 075/98-GSF, de 23 de janeiro de 1998, de restituição aos acionistas da parte do valor de suas ações.

### **1.1.4.5- OPERAÇÕES DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO NO BANRISUL**

A justificativa para a alienação das ações do Capital Social da Companhia União de Seguros Gerais foi que esta alienação enquadrava-se nos objetivos fundamentais estabelecidos pelo Programa de Reforma do Estado (PRE) O BANRISUL buscou, através da alienação (nos termos do capítulo 1, item 1.3 do edital de licitação/DOE - 10-10-97) de ações ordinárias da Cia União, melhorar sua situação financeira, além de expandir as atividades de seguro no Estado, e melhorar a competitividade da citada Companhia

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul vendeu 68 302 811 ações ordinárias nominativas, representativas de cerca de 71,45% do Capital Social da Companhia União de Seguros Gerais, por R\$ 50 100 mil ao Bradesco Seguros S A (o Conselho de Reforma do Estado aprovou, em sessão realizada em 27-10-97, ata COD-PRE nº 12, estas despesas)

Destaca-se que, através da cláusula terceira - Obrigações Especiais do Vendedor, inciso III, este responsabiliza-se, perante o novo grupo de controle, pelas obrigações remanescentes assumidas pela Companhia União, na qualidade de membro *integrante do Grupo de Empresas Seguradoras Brasileiras - GESB, conforme item 4.4 do Edital*

Outro evento importante é o Acordo Operacional realizado em 1º de outubro de 1997, com vigência de cinco anos, cujo objeto é a venda de produtos de seguros, previdência e capitalização próprios ou de terceiros conveniados com a Companhia União, na rede de postos de serviços do BANRISUL, em regime de exclusividade

## 1.2 - GESTÃO FINANCEIRA

### 1.2.1 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

O detalhamento da movimentação financeira conjuga as disponibilidades iniciais com os ingressos e desembolsos, de modo a evidenciar os valores numéricos existentes quando do término do exercício. As disponibilidades financeiras correspondem a 58,68% do saldo de Restos a Pagar.

| MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA  |           | Em R\$ mil |
|--|-----------|------------|
| SALDO DISPONÍVEL E VINCULADO EM 31/12/96                                     |           | 620 947    |
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA   |           | 9 576 325  |
| Receita Corrente   | 5 834 458 |            |
| Receita de Capital   | 3 741 867 |            |
| DESPESA ORÇAMENTÁRIA   |           | 9 143 412  |
| Despesa Corrente   | 6 200 821 |            |
| Despesa de Capital   | 2 942 591 |            |
| RESULTADO DA EXECUÇÃO EXTRA-ORÇAMENTÁRIA                                     |           | 415 989    |
| Formação de Dívidas  | 933 777   |            |
| Formação de Créditos   | 1 349 766 |            |
| SALDO DISPONÍVEL E VINCULADO EM 31/12/97                                     |           | 637 871    |
| SALDO DE RESTOS A PAGAR, SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR E<br>CONSIGNAÇÕES A PAGAR |           | 1 087 057  |

### 1.2.2 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS VINCULADOS

A movimentação financeira dos Recursos Vinculados é representada pelos valores recebidos e sua respectiva aplicação, que, conjugados com os saldos do exercício anterior, resultam nos novos saldos que passam para o próximo exercício.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS VINCULADOS

|                     |                  |                   |              |                  | Em R\$ mil |
|---------------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|------------|
| RECURSO             | RECEITA          | DESPESA           | AJUSTE       | RESULTADO        |            |
| Estadual            | 3 641 234        | 2 585 879         | 17           | 1 055 372        |            |
| Federal             | 261 919          | -217 561          | 40           | 44 318           |            |
| Instituição Privada | 199              | - 135             | 1            | 63               |            |
| Operação de Crédito | 1 438 622        | -1 413 337        | -1 370       | 23 915           |            |
| <b>TOTAL</b>        | <b>5 341 974</b> | <b>-4 216 912</b> | <b>1 394</b> | <b>1 123 668</b> |            |

Pela demonstração acima, ficou evidenciado um superávit da execução dos Recursos Vinculados no montante de R\$ 1 123 668 mil, ou seja, foram recebidos valores que não foram aplicados até o final do exercício, causando, assim, um aumento no Passivo Potencial

O saldo de Recursos Vinculados do exercício anterior, no montante de R\$ 886 451 mil, mais o resultado da movimentação financeira dos Recursos Vinculados do exercício, retroinformado, resultaram na nova situação potencial, denominada Balanço Financeiro Potencial, totalizando R\$ 2 010 120 mil (BGE, vol IV, fls 125 a 127)

Com a inclusão do saldo da movimentação financeira dos Recursos Vinculados não empenhados no exercício, temos a Situação Líquida Financeira Ajustada

SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA AJUSTADA

|   |           |                  | Em R\$ mil |
|---|-----------|------------------|------------|
| Ativo Financeiro                            |           | 2 363 664        |            |
| Recursos Vinculados                         |           |                  |            |
| Recursos Oper Crédito                       | 1 834     |                  |            |
| Ativo Financeiro Ajustado                   |           | 2 365 498        |            |
| Passivo Financeiro                          |           | 2 525 522        |            |
| Recursos Vinculados                         |           |                  |            |
| Recursos Estaduais                          | 1 792 950 |                  |            |
| Recursos Federais                           | 182 388   |                  |            |
| Rec Inst Priv /Oper Cred                    | 36 616    |                  |            |
| Passivo Financeiro Ajustado                 |           | - 4 537 476      |            |
| <b>SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA AJUSTADA</b> |           | <b>2 171 978</b> |            |

### 1.3 - GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, nos seus aspectos qualitativo e quantitativo, demonstra os efeitos das variações sofridas pelo Patrimônio do Estado em consequência dos atos de gestão praticados no exercício. Com a exclusão dos bens de uso comum, que não são incorporados ao Patrimônio do Estado, todos os fatos de natureza econômico-financeira concorrem para alterar a substância e a contra-substância patrimoniais, sejam estes fatos originados da Execução Orçamentária ou Extra-Orçamentária.

O Patrimônio do Estado é representado por componentes Ativos e Passivos, estruturados de forma a dividi-lo em duas áreas Financeira, que compreende o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, e Permanente, subdividida em Ativo Permanente e Passivo Permanente. O Ativo Financeiro apresenta os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis, enquanto o Passivo Financeiro representa os compromissos exigíveis, cuja movimentação independe de autorização orçamentária. A movimentação de valores na área do Patrimônio Permanente depende de prévia autorização legislativa.

Resumidamente, o Balanço Patrimonial do Estado tem sua situação demonstrada, em 31 de dezembro de 1997, da seguinte forma:

| BALANÇOS PATRIMONIAIS<br>DOS EXERCÍCIOS FINIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 |            |            |             |                                |            |            |             |
|--|------------|------------|-------------|--------------------------------|------------|------------|-------------|
| ATIVO  |            |            |             | PASSIVO                        |            |            |             |
| TÍTULOS  | VALORES    |            |             | TÍTULOS                        | VALORES    |            |             |
|  | 1997       | 1996*      | Var % 97/96 |                                | 1997       | 1996*      | Var % 97/96 |
| Ativo Financeiro   |            |            |             | Passivo Financeiro             |            |            |             |
| Disponível   | 46.109     | 333.241    | 86,16       | Restos a Pagar Processados     | 699.059    | 469.511    | 48,89       |
| Vinculado em C.C. Banc.  | 591.762    | 334.157    | 77,09       | Restos a Pagar Não Processados | 338.797    | 218.194    | 55,27       |
| Realizável   | 1.725.793  | 404.158    | 327,01      | Serviços de Dívida a Pagar     | 18.701     | 53.905     | 65,31       |
|  |            |            |             | Depósitos                      | 1.465.987  | 848.904    | 72,69       |
|  | 2.363.664  | 1.071.556  | 120,58      | Débitos de Tesouraria          |            | 117.553    |             |
|  |            |            |             | Diversos                       | 2.978      | 2.756      | 8,06        |
|  |            |            |             |                                | 2.525.522  | 1.710.823  | 47,62       |
| Ativo Permanente   |            |            |             | Passivo Permanente             |            |            |             |
| Bens do Estado   | 259.124    | 129.710    | 99,77       | Dívida Fundada Interna         | 10.761.096 | 9.366.873  | 14,88       |
| Participações  | 2.093.337  | 1.847.974  | 13,28       | Dívida Fundada Externa         | 252.274    | 170.286    | 48,15       |
| Créditos   | 602.161    | 335.175    | 79,66       |                                | -          | -          |             |
| Dívida Ativa   | 2.993.891  | 2.460.070  | 21,70       |                                | 11.013.370 | 9.537.159  | 15,48       |
| Diversos   | 158.514    | 98.196     | 61,43       |                                |            |            |             |
|  | 6.107.027  | 4.871.125  | 25,47       |                                |            |            |             |
| Passivo a Descoberto   | 5.068.201  | 5.305.301  | 4,47        | Total do Passivo               | 13.538.892 | 11.247.982 | 20,37       |
| Total do Ativo   | 13.538.892 | 11.247.982 | 20,37       |                                |            |            |             |

Fonte: Balanço Geral do Estado

\* Em valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (dezembro)

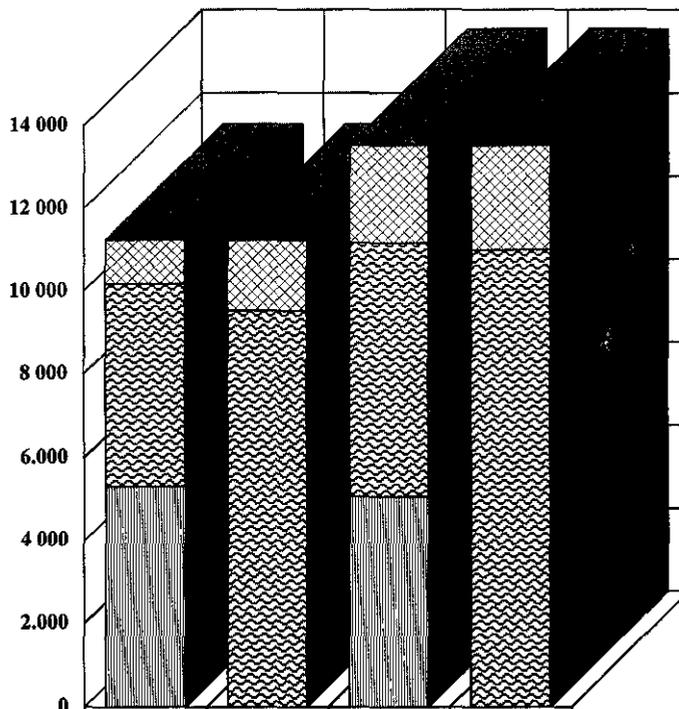
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Graficamente, os Balanços Patrimoniais ficam assim demonstrados

# BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS DE 1996 E 1997

Em RS milhões\*



|               | Ativo-96 | Passivo-96 | Ativo-97 | Passivo-97 |
|---------------|----------|------------|----------|------------|
| Financeiro    | 1.072    | 1.711      | 2.364    | 2.526      |
| Permanente    | 4.871    | 9.537      | 6.107    | 11.013     |
| P. Descoberto | 5.305    | 0          | 5.068    | 0          |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Vis. inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

### 1.3.1 - PATRIMÔNIO FINANCEIRO

O Patrimônio Financeiro do Estado, em 31-12-7, segundo o Balanço Patrimonial, estava representado pelo Ativo Financeiro no valor de R\$ 2 363 664 mil e pelo Passivo Financeiro no valor de R\$ 2 525 522 mil. Os valores passivos superaram os valores ativos em R\$ 161 858 mil, ou seja, em 6,85%

A Situação Líquida Financeira Ajustada foi negativa, na ordem de R\$ 2 171 977 mil, conforme demonstrado no subitem 1 2 2

#### 1.3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

A composição do Ativo Financeiro, nos exercícios de 1993 a 1997, em valores atualizados, é a seguinte

| TÍTULO     | ATIVO FINANCEIRO<br>PERÍODO 1993/97 |        |         |        |         |        |           |        |           |        | Em R\$ mil* |   |
|------------|-------------------------------------|--------|---------|--------|---------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-------------|---|
|            | 1993                                |        | 1994    |        | 1995    |        | 1996      |        | 1997      |        | VALOR       | % |
|            | VALOR                               | %      | VALOR   | %      | VALOR   | %      | VALOR     | %      | VALOR     | %      |             |   |
| Disponível | 68 770                              | 32 11  | 81 998  | 25 72  | 260 106 | 49 41  | 333 241   | 31 10  | 46 109    | 1 95   |             |   |
| Vinculado  | 95 756                              | 34 63  | 85 291  | 26 75  | 43 888  | 8 34   | 334 157   | 31 18  | 691 762   | 25 04  |             |   |
| Realizável | 91 964                              | 33 26  | 151 551 | 47 53  | 222 396 | 42 25  | 404 158   | 37 72  | 1 725 793 | 73 01  |             |   |
| TOTAL      | 276 490                             | 100 00 | 318 840 | 100 00 | 526 400 | 100 00 | 1 071 556 | 100 00 | 2 363 664 | 100 00 |             |   |

Fonte: Balanços Gerais do Estado  
\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Ativo Financeiro compreende os valores cuja movimentação independe de autorização orçamentária. No exercício em análise, o Ativo Financeiro situou-se em R\$ 2 363 664 mil, sendo que se verificou um acréscimo percentual substancial nas contas representativas do Realizável (327,01%), em relação ao exercício anterior, fato que se refletiu no acréscimo percentual do saldo do Ativo Financeiro na ordem de 120,58%. Dessa forma, os valores do Realizável, que representavam 37,72% do total, em 1996, passaram a representar 73,01% em 1997.

O subgrupo Realizável acha-se composto, basicamente, por duas contas. Devedores, com 7,14% e FGLTDPE, com 91,61%

O elevado crescimento observado no Ativo Financeiro Realizável, na conta FGLTDPE, proveio, principalmente, do recebimento e posterior aplicação no fundo de liquidez dos recursos oriundos da privatização da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (BGE, vol IV, p 85)

A participação das Disponibilidades no Ativo Financeiro sofreu redução de 28,59% em relação ao exercício anterior

O subgrupo Vinculado reduziu sua participação, no total do Ativo Financeiro, de 31,18% para 25,04% no último exercício

Os Recursos Vinculados, por força de lei, devem ser depositados em contas próprias, vinculadas. No entanto, tais recursos vêm sendo utilizados para suprir insuficiências de caixa do Tesouro do Estado. Assim, cabe destacar que o saldo, em 31-12-97, de Recursos Vinculados não aplicados atingia o montante de R\$ 2 010 120 mil (BGE, vol IV, fls 123 a 127 e vol I, fls 158 a 246). Todavia, esta importância não encontrava correspondência com os saldos das contas bancárias vinculadas, registrados no Ativo Financeiro do Balanço Geral do Estado, uma vez que os depósitos em contas vinculadas totalizavam apenas R\$ 591 762 mil, restando, então, uma insuficiência de R\$ 1 418 358 mil.

Da situação acima exposta, infere-se que foram efetuados gastos com desvio de finalidade.

### 1.3.1.2 - PASSIVO FINANCEIRO

O Balanço Geral do Estado apresentou um Passivo Financeiro na ordem de R\$ 2 525 522 mil, integrado por obrigações de curto prazo que constituíam a Dívida Flutuante em 31-12-97, conforme se demonstra abaixo

|                                | Em R\$ mil | %      |
|--------------------------------|------------|--------|
| Restos a Pagar Processados     | 699 059    | 27,68  |
| Restos a Pagar Não Processados | 338 797    | 13,41  |
| Serviço da Dívida a Pagar      | 18 701     | 0,74   |
| Depósitos                      | 1 465 987  | 58,05  |
| Diversos                       | 2 978      | 0,12   |
| TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO    | 2 525 522  | 100,00 |

Os Depósitos representaram 58,05 % do total do Passivo Financeiro, sendo que R\$ 1 426 992 mil correspondiam ao SIAC - Depósito do Sistema Integrado de Administração de Caixa (BGE, vol I, p 965)

Do montante depositado no SIAC, R\$ 1 158 092 mil (81,2%) pertenciam a CEEE, R\$ 102 550 mil (7,2%), a CRT e R\$ 92 949 mil (6,5%), a CADIP

O saldo da conta Restos a Pagar representou 41,09% do total do Passivo Financeiro, sendo integrado por R\$ 699.059 mil processados e R\$ 338 797 mil não-processados. O referido grupo de contas registrou um acréscimo de 50,91%, a preços constantes, em relação ao exercício de 1996

Do total de Restos a Pagar Processados, 03 (três) subcontas abarcaram 65,02% do valor, quais sejam:

| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS         |            |        |
|------------------------------------|------------|--------|
| SALDO EM 31-12-97                  |            |        |
|                                    | Em R\$ mil |        |
| SUBCONTA                           | VALOR      | %      |
| Contrib e Transf a Autarquias      | 97 267     | 13,91  |
| Contrib e Transf a Fundações       | 180 975    | 25,89  |
| Fornecedores de Bens e/ou Serviços | 47 709     | 6,82   |
| Folhas de Pessoal a Pagar          | 176 325    | 25,22  |
| Precatórios Judiciais a Pagar      | 48 305     | 6,91   |
| Indenizações e Rest a Pagar        | 32 778     | 4,69   |
| Prefeituras, Imp Multas a Pagar    | 43 792     | 6,26   |
| Outros                             | 71 908     | 10,30  |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS         | 699 059    | 100,00 |

Dos Restos a Pagar Não-Processados, 02 (duas) contas contemplaram 80,97% do valor total, quais sejam

| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS     |            |        |
|------------------------------------|------------|--------|
| SALDO EM 31-12-97                  |            |        |
|                                    | Em R\$ mil |        |
| SUBCONTA                           | VALOR      | %      |
| Fornecedores de Bens e/ou Serviços | 194 385    | 57,38  |
| Contratos e Convênios a Liquidar   | 79 934     | 23,59  |
| Outras Contas                      | 64 478     | 19,03  |
| RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS     | 338 797    | 100,00 |

A participação da subconta Fornecedores de Bens e/ou Serviços foi de 57,38%

Os Restos a Pagar Não-Processados tiveram, no exercício em pauta, um acréscimo de 55,27%, a preços constantes, em relação ao exercício anterior

O demonstrativo que segue apresenta a evolução da Dívida Flutuante escriturada nos últimos 05 (cinco) exercícios

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DE BALANÇO**  
PERÍODO 1993/1997

Em R\$ mil\*

| TÍTULO           | 1993           |               | 1994           |               | 1995             |               | 1996             |               | 1997             |               | PERCENTUAL    |              |
|------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|---------------|--------------|
|                  | VALOR          | %             | VALOR          | %             | VALOR            | %             | VALOR            | %             | VALOR            | %             | 1997/93       | 1997/96      |
| Restos a Pagar   | 183 078        | 54,37         | 337 254        | 68,21         | 869 469          | 68,73         | 687 705          | 40,20         | 1 037 856        | 41,09         | 466,89        | 50,92        |
| Serv. Div. Pagar | 81 808         | 24,30         | 15 277         | 3,09          | 21 425           | 1,69          | 53 905           | 3,15          | 18 701           | 0,74          | 77,14         | 66,31        |
| Depósitos        | 69 402         | 20,61         | 135 283        | 27,36         | 157 704          | 12,47         | 848 904          | 49,62         | 1 465 987        | 58,05         | 2012,31       | 72,69        |
| Déb. Tesouraria  | 2 223          | 0,66          |                |               | 197 700          | 15,62         | 117 553          | 6,87          |                  |               |               |              |
| Diversos         | 200            | 0,06          | 6 634          | 1,34          | 18 917           | 1,49          | 2 756            | 0,16          | 2 978            | 0,12          | 1389,00       | 8,06         |
| <b>TOTAL</b>     | <b>336 711</b> | <b>100,00</b> | <b>494 448</b> | <b>100,00</b> | <b>1 265 115</b> | <b>100,00</b> | <b>1 710 823</b> | <b>100,00</b> | <b>2 525 522</b> | <b>100,00</b> | <b>650,06</b> | <b>47,62</b> |

Fonte: Balanços Gerais do Estado  
\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Pelos valores registrados, a Dívida Flutuante aumentou, em 1997, 47,62% em relação ao ano anterior, em decorrência, basicamente, do aumento dos Depósitos (72,69%), em especial, Depósitos do Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC (R\$ 1 426 992 mil)

### 1.3.1.3 - SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

O Balanço Geral do Estado demonstrou, em 1997, uma Situação Líquida Financeira negativa de R\$ 161 858 mil

**SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL**  
SALDO EM 31-12-97

Em R\$ mil

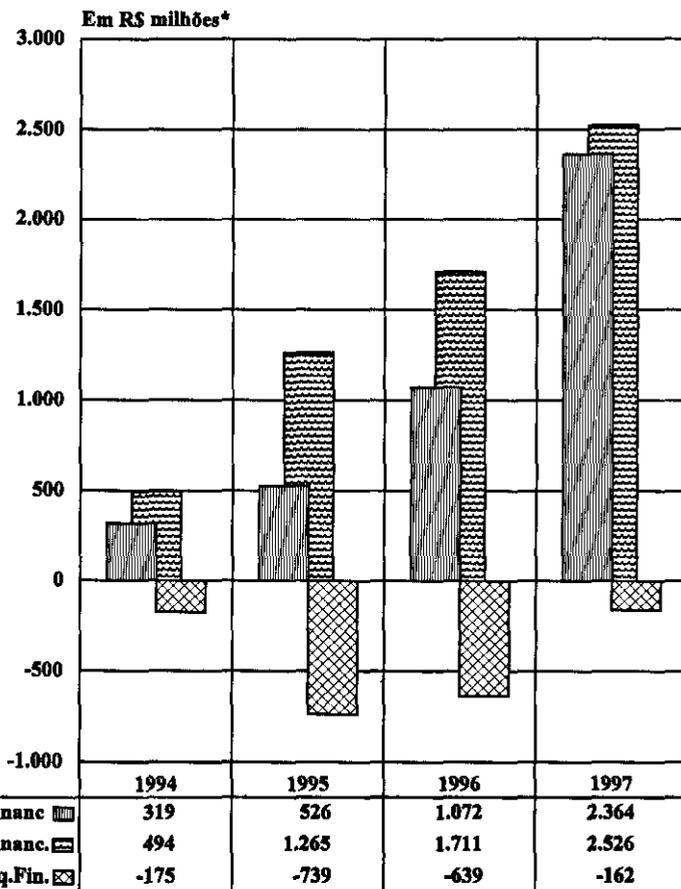
| SALDO                                 | VALOR   |
|---------------------------------------|---------|
| Saldo Patrimonial Financeiro Anterior | 594 771 |
| Superávit Financeiro do Exercício     | 432 913 |
| Saldo Patrimonial Financeiro Atual    | 161 858 |

A origem do Superávit Financeiro do exercício, no valor de R\$ 432 913 mil, resultou do superávit dos Recursos Vinculados, no montante de R\$ 1 125 062 mil, e do déficit dos recursos do Tesouro do Estado, que somou R\$ 692 149 mil

O gráfico demonstra esta situação nos últimos 04 (quatro) exercícios

# EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

PERÍODO 1994/1997



Fonte. Balanços Gerais do Estado

\* Vls. inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

## 1.3.2 - PATRIMÔNIO PERMANENTE

### 1 3.2.1- ATIVO PERMANENTE

Este grupo, que registra os Bens Permanentes do Estado, assim como os Créditos e Valores, somava, em 31-12-97, R\$ 6 107 027 mil, apresentando um acréscimo real de 25,37% em relação a 1996, estando assim constituído

COMPOSIÇÃO ATIVO PERMANENTE EM 31-12-97

| ATIVO PERMANENTE | 1996      | 1997      | Em R\$ mil*         |                          |
|------------------|-----------|-----------|---------------------|--------------------------|
|                  |           |           | VARIACÃO<br>% 97/96 | PARTICIPACÃO<br>NO TOTAL |
| Bens do Estado   | 129 710   | 259 124   | 99,77               | 4,24                     |
| Participações    | 1 847 974 | 2 093 337 | 13,28               | 34,28                    |
| Créditos         | 335 175   | 602 161   | 79,66               | 9,86                     |
| Dívida Ativa     | 2 460 070 | 2 993 891 | 21,70               | 49,02                    |
| Diversos         | 98 196    | 158 514   | 61,43               | 2 60                     |
| TOTAL            | 4 871 125 | 6 107 027 | 25,37               | 100,00                   |

\* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (dezembro)  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Assim como nos exercícios anteriores, os Bens Imóveis e de Natureza Industrial da Administração Direta não sofreram correção monetária, nem reavaliação, razão pela qual deixaram de ser analisadas

#### 1 3.2.1.1 - PARTICIPAÇÕES

As participações do Estado somaram, no exercício, o valor de R\$ 2 093 337 mil, representando 34,28% de todo o Ativo Permanente, constituindo-se, dessa forma, no segundo subgrupo de saldo mais representativo do Ativo Permanente

No exercício sob análise, o Estado reduziu sua participação societária na CEEE em R\$ 960 330 mil, transferindo para a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica o valor de R\$ 387,744 mil, ainda sob o controle do Estado, e R\$ 572 586 mil para a Companhia Norte-Nordeste, hoje Rio Grande Energia S/A, alienada pelo Estado no valor de R\$ 1.635 000 mil

Considerando as principais participações do Estado, em relação ao Patrimônio Líquido das Empresas Controladas, temos que

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO AO PL DAS EMPRESAS

Em R\$ mil

| EXERCÍCIO | PARTICIPAÇÕES<br>  RELAÇÃO AO PL* | VALOR REGIST<br>  CONTABILIDADE** | DIFERENÇA | MARGEM<br>  % | BGE, f1<br>  vol IV |
|-----------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------|---------------|---------------------|
| 1995      | 5 736 783                         | 1 818 298                         | 3.918 485 | 215,50        | 111                 |
| 1996      | 3 245 947                         | 1 836 917                         | 1 409 030 | 76,71         | 99                  |
| 1997      | 2 773 356                         | 2 083 128                         | 690 228   | 33,13         | 96                  |

\*Valores inflacionados pelo IGP-DI (dezembro) FGV

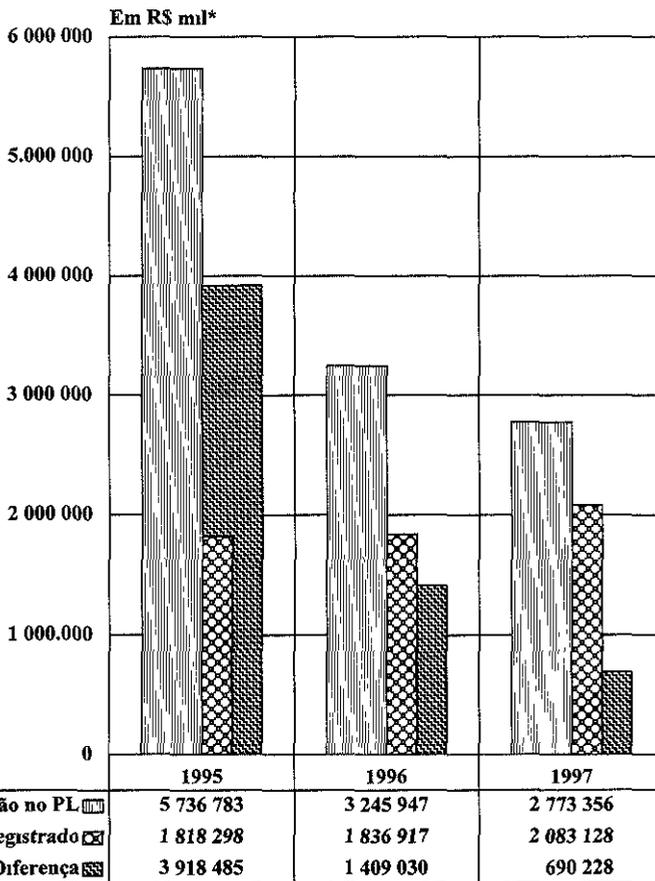
\*\*Participações Societárias em Empresas sob controle do Estado

A margem de garantia entre o valor das participações do Estado no Patrimônio Líquido das empresas e o valor registrado na contabilidade, que apresentava um percentual de 215,50% no exercício de 1995, baixou para apenas 33,13% no exercício de 1997, refletindo, desse modo, a efetiva perda de valor ocorrida nas participações do Estado, embora esta perda de valor não transpareça na análise dos dados registrados na conta Participações do BGE

O gráfico a seguir demonstram as variações ocorridas na Participação do Estado em relação ao PL das Empresas

# PARTICIPAÇÕES DO ESTADO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS

PERÍODO 1995/1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Vls inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

### 1.3.2.1.2 - DÍVIDA ATIVA

Transcreve-se abaixo a movimentação ocorrida na conta Dívida Ativa no exercício de 1997, a saber

|                                       | Em R\$ mil   |              |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
|                                       | Bal Patr (1) | Relatório(2) |
| Saldo em 31-12-96                     |              |              |
| - Tributária                          | 2 284 361    | 2 284 507    |
| - Prestação de Serviços               | 4 481        | 4 506        |
| Total                                 | 2 288 842    | 2 289 013    |
| Baixas por cobrança - 1997            |              |              |
| Dívida Ativa Tributária (4,59%)       | 104 852      | 105 514      |
| - Dívida Ativa Não Tributária (4,66%) | 209          | 209          |
| Total                                 | 105 061      | 105 723      |
| Baixas por cancelamento - 1997        |              |              |
| Dívida Ativa Tributária (8,46%)       | 193 342      | 193 111      |
| - Dívida Ativa Não Tributária (3,79%) | 171          | 171          |
| Total                                 | 193 513      | 193 282      |
| Inscrições 1997                       |              |              |
| - Dívida Ativa Tributária             | 1 002 312    | 1 002 312    |
| Dívida Ativa Não-Tributária           | 1 311        | 1 311        |
| Total                                 | 1 003 623    | 1 003 623    |
| Saldo em 31-12-97                     |              |              |
| - Dívida Ativa Tributária             | 2 988 478    | 2 988 193    |
| Dívida Ativa Não-Tributária           | 5 413        | 5 438        |
| Total                                 | 2 993 891    | 2 993 631    |

(1) BGE, vol I, fl 54 e 971

(2) BGE, vol IV, fl 101

O Balanço Patrimonial apresentou um saldo de Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 1997, na ordem de R\$ 2 993 891 mil. Nos Relatórios da Divisão de Cobrança o saldo da Dívida Ativa (BGE, vol. IV, fl. 101) atingiu o valor de R\$ 2 993 631 mil, evidenciando, entre os Relatórios e a Contabilidade, uma diferença de R\$ 260 mil.

A Dívida Ativa Tributária somou R\$ 2 988 478 mil, representando 48,94% de todo o Ativo Permanente, constituindo-se, dessa forma, no subgrupo mais representativo do Ativo Permanente

Os relatórios do Departamento da Receita Pública Estadual da Secretaria da Fazenda do Estado informam que os grandes devedores concentraram 51,79% dos valores inscritos em Dívida Ativa, considerando os 200 (duzentos) maiores devedores em 31-12-97

Em 1997, a inscrição de valores em Dívida Ativa atingiu o montante de R\$ 1 003 623 mil, sendo que apenas R\$ 244 679 mil referiam-se a Receita Lançada e Não-Arrecadada. Os restantes R\$ 758 944 mil foram oriundos de correção monetária, juros e multas. Estes valores, agregados às exclusões e ao saldo final de 1996, totalizaram R\$ 2 993 891 mil em 31-12-97

A cobrança registrada, por sua vez, incluindo-se as baixas por adjudicação de bens e por dação em pagamento, importou em R\$ 105 061 mil, sendo muito menor que o montante das exclusões realizadas no exercício, na ordem de R\$ 193 513 mil

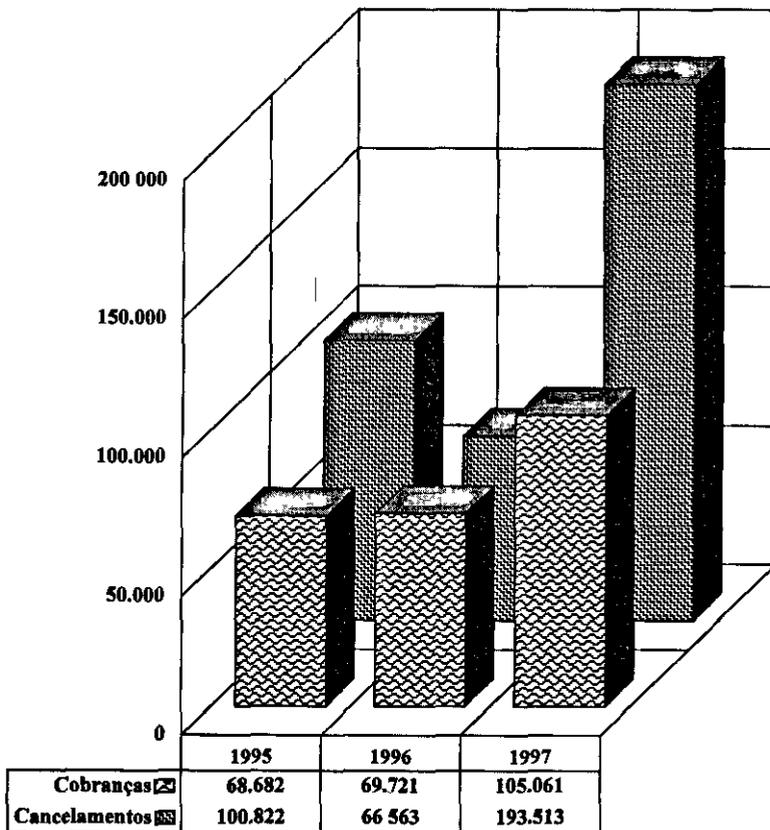
Embora os cancelamentos da Dívida Ativa tenham sido relevantes no exercício, o BGE omite quaisquer informações sobre os motivos preponderantes que determinaram os referidos cancelamentos, os quais equivaleram a 8,45% do saldo em 31-12-96 e cresceram 190% em relação aos cancelamentos do exercício anterior atualizados

O gráfico a seguir demonstra a cobrança e os cancelamentos dos valores inscritos em Dívida Ativa nos exercícios de 1995, 1996 e 1997

# COBRANÇAS E CANCELAMENTOS DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

PERÍODO 1995/1997

Em RS mil\*



Fonte. Balanços Gerais do Estado

\* Vs. inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

A evolução dos saldos registrados nos Balanços Gerais do Estado, relativos aos créditos lançados em Dívida Ativa, no período de 1988 a 1997, consta a seguir

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA  
PERÍODO 1988/97

Em R\$ mil\*

| EXERCÍCIO | SALDO DE BALANÇO | BASE FIXA | BASE MÓVEL |
|-----------|------------------|-----------|------------|
| 1988      | 375 690          | 100,00    |            |
| 1989      | 277 291          | 73,80     | 73 81      |
| 1990      | 371 630          | 98 91     | 134 02     |
| 1991      | 588 780          | 156,71    | 158,43     |
| 1992      | 822 308          | 218,87    | 139 66     |
| 1993      | 1 175 593        | 312 91    | 142 96     |
| 1994      | 1 187 597        | 316 11    | 101,02     |
| 1995      | 1 680 870        | 447,40    | 141 54     |
| 1996      | 2 460 070        | 654,81    | 146,36     |
| 1997      | 2 993 891        | 796,90    | 121,70     |

Fonte Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A Dívida Ativa apresentou um crescimento de 21,70%, em comparação ao saldo final de 1996

Na pagina 99 do volume IV do Balanço Geral do Estado é demonstrada a composição da dívida, segundo as instâncias de cobrança, a saber

INSTÂNCIAS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

Em %

| ANO  | COBRANÇA JUDICIAL | COBRANÇA ADMINISTRATIVA |
|------|-------------------|-------------------------|
| 1991 | 70 3              | 29,7                    |
| 1992 | 79 0              | 21 0                    |
| 1993 | 87 3              | 12 7                    |
| 1994 | 90,0              | 10,0                    |
| 1995 | 90 1              | 9,9                     |
| 1996 | 86,5              | 13,5                    |
| 1997 | 88,0              | 12 0                    |

### 1.3.2.2 - PASSIVO PERMANENTE

O Passivo Permanente registra os saldos das Dívidas Fundadas Interna e Externa, oriundos de empréstimos ou de lançamento de títulos no mercado, com prazo superior ao exercício, decorrentes de Operações de Crédito autorizadas pelo Legislativo

Esta conta estava assim constituída em 1997

|                        | Em R\$ mil |
|------------------------|------------|
| Dívida Fundada Interna | 10 761 096 |
| Dívida Fundada Externa | 252 274    |
| Total                  | 11 013 370 |

#### 1.3.2.2.1 - DÍVIDA FUNDADA

O Passivo Permanente, no Balanço Geral do Estado, somou R\$ 11 013 370 mil, sendo R\$ 10 761 096 mil relativos à Dívida Fundada Interna e R\$ 252 274 mil oriundos de Dívida Fundada Externa

Este saldo teve a seguinte composição:

|                    | Em R\$ mil |
|--------------------|------------|
| Em títulos         | 8 144 173  |
| Em contratos       | 2 859,948  |
| Em renegociação    | 1,188      |
| Débitos Parcelados | 8 061      |
| TOTAL              | 11.013,370 |

O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, em andamento, que prevê a transformação da dívida composta em títulos para dívida contratual, alterará esta composição, ao mesmo tempo em que reduzirá a exigibilidade dos recursos do Fundo de Liquidez do Estado, gerido pelo Banrisul

Destacamos, como evento subsequente, a aprovação pelo Senado Federal da Resolução nº 64, de 01-07-98, que autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, consubstanciadas no Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado com a União, em 15-04-98, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e no contrato de promessa de compra e venda de ações e outras avenças, firmado em 15 de abril de 1998, entre as Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás e o Estado do Rio Grande do Sul, com a intervenção da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e da União. Quanto às condições da operação de crédito, salienta-se que do valor da dívida a ser adquirida pela União (R\$ 9 427 325 mil) será deduzida a parcela de R\$ 1 644 902 mil referente a subsídio concedido pela União ao Estado do Rio Grande do Sul. Assim sendo, foi refinanciado o valor de R\$ 7 782 423 mil da seguinte forma:

\* R\$ 7 157 035 mil - correspondentes ao valor da dívida mobiliária existente em 31-03-96, ainda não paga, ou a que, constituída após essa data, consubstanciou sua simples rolagem, com atualização até 15-04-98,

\* R\$ 625 388 mil - correspondentes aos saldos devedores dos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, existentes em 16-12-97, e sucedâneos, atualizados até 15-04-98

Quanto aos encargos, os juros serão de 6% a a e a atualização do saldo devedor será pelo IGP-DI mensalmente. O prazo será de 360 prestações mensais e consecutivas. As garantias serão as receitas próprias do Estado, as transferências constitucionais e os créditos de que trata a Lei Complementar Federal nº 87, de 13-09-96.

As condições de pagamento serão as seguintes:

- amortização extraordinária

\* R\$ 500 000 mil - mediante transferência de titularidade das ações da Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica para a União,

\* R\$ 150 000 mil - mediante incorporação deste valor, que, no contrato, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás reconhece como crédito da União, em futuro aumento de capital da Eletrobrás a ser subscrito e integralizado pela União,

\* R\$ 500 000 mil - que correspondem ao valor de dívidas da empresa Cia Estadual de Energia Elétrica - CEEE junto ao Governo Federal, que serão liquidadas até 30-11-98

- amortização em 360 parcelas mensais, pela Tabela Price, limitadas ao dispêndio mensal de 1/12 de 13% da Receita Líquida Real do Estado - RLR

O descumprimento pelo Estado das obrigações constantes no Contrato de Refinanciamento, incluindo atrasos de pagamentos, assim como das metas fiscais e financeiras, acordadas em seu Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, implicará, enquanto persistir o descumprimento, a substituição dos encargos financeiros referidos por encargos equivalentes ao custo médio de colocação da dívida mobiliária federal, acrescidos de juros moratórios de 1% a a , e a elevação do limite de dispêndio para 17% da RLR

### 1.3.2.2.1.1 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A Dívida Fundada Interna, em 31-12-97, teve a seguinte origem e composição

|                          |             | Em R\$ mil |
|--------------------------|-------------|------------|
| SALDO EM 31-12-96        | .           | 8 714 916  |
| (+) Operações realizadas |             |            |
| Por títulos              | . 1 322 106 |            |
| Por contratos            | . 164 619   | 1 486 725  |
| (+) Reajustes efetuados  |             |            |
| Por títulos              | . 1 616 985 |            |
| Por contratos            | . 376 227   | 1 993 212  |
| ( ) Amortizações         |             |            |
| De títulos               | . 1 338 040 |            |
| De contratos             | . 95 717    | 1 433 757  |
| SALDO EM 31 12-97        | .           | 10 761 096 |

O saldo existente no final de 1997 sofreu acréscimo nominal de 23,48 % em relação ao saldo final de 1996

Verificou-se que as Operações com Títulos contribuíram com as maiores parcelas na formação da Dívida Fundada Interna (88,93 % das Captações e 81,12 % dos Reajustes), assim como no respectivo resgate (93,32% das Amortizações)

Enfocada sob o ângulo das Captações e Amortizações, esta Dívida assim se apresenta no decênio

DÍVIDA FUNDADA INTERNA  
CAPTAÇÃO E AMORTIZAÇÃO  
PERÍODO 1988/97

| ANO  | CAPTAÇÃO   | AMORTIZAÇÃO | CAPTAÇÃO S/<br>AMORTIZAÇÃO<br>% |
|------|------------|-------------|---------------------------------|
| 1988 | 47         | 57          | 82,46                           |
| 1989 | 408        | 803         | 50,81                           |
| 1990 | 62 121     | 26 639      | 233 20                          |
| 1991 | 119 257    | 150 601     | 79,19                           |
| 1992 | 1 782 496  | 2 250 496   | 79 20                           |
| 1993 | 50 515 432 | 59 843 168  | 84 41                           |
| 1994 | 655 721    | 698 922     | 93,82                           |
| 1995 | 928 186    | 1 030 153   | 90,10                           |
| 1996 | 1 217 948  | 989 351     | 123,11                          |
| 1997 | 1 486 725  | 1 433 757   | 103,69                          |

Fonte Balanços Gerais do Estado  
Até 1992, em Cr\$ milhão, 1993, em Cr\$ mil, 1994 a 1997 em R\$ mil

No quadro que segue, tem-se a evolução da Dívida Fundada Interna no decênio

DÍVIDA FUNDADA INTERNA  
PERÍODO 1988/97

Em R\$ mil\*

| ANO  | SALDO EM<br>31 12 | VARIAÇÃO<br>ANUAL | RELATIVO<br>BASE FIXA |
|------|-------------------|-------------------|-----------------------|
| 1988 | 3 842 794         |                   | 100 00                |
| 1989 | 4 484 786         | 16,71             | 116,71                |
| 1990 | 4 205 914         | 6,22              | 109,45                |
| 1991 | 4 084 185         | 2,89              | 106 28                |
| 1992 | 5 044 052         | 23 50             | 131 26                |
| 1993 | 5 198 274         | 3 06              | 135,27                |
| 1994 | 5 604 074         | 7,81              | 145 83                |
| 1995 | 8 031 266         | 43 31             | 209 00                |
| 1996 | 9 366 873         | 16 63             | 243,75                |
| 1997 | 10 761 096        | 11 49             | 280,03                |

Fonte Balanços Gerais do Estado

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Visualiza-se um crescimento na Dívida Fundada Interna de 1996 para 1997, inferior ao período 94/95. O aumento do saldo da Dívida Fundada Interna, em 1997, deveu-se, em primeiro lugar, ao fato de que as Captações foram superiores às Amortizações, e, em segundo lugar, aos reajustes efetuados no período.

### 1.3.2.2.1.2 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

As dívidas de longo prazo de origem externa apresentaram, no exercício de 1997, a seguinte movimentação:

|   | Em R\$ mil |
|---|------------|
| SALDO EM 31-12-96                                 | 158 434    |
| (+) Operações de crédito realizadas por contratos | 109 876    |
| (+) Reajustes efetuados                           | 11 360     |
| (-) Amortizações                                  | 27 396     |
|   | -----      |
| SALDO EM 31 12 97                                 | 252 274    |

Observa-se que a Dívida Fundada Externa, no período de 1992 a 1996, apresentou significativas reduções, retomando seu crescimento em 1997, quando apresentou uma variação anual de 48,15%, conforme se demonstra

| DÍVIDA FUNDADA EXTERNA |                   |                   |                       |
|------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|
| PERÍODO 1988/97        |                   |                   |                       |
|                        | Em R\$ mil*       |                   |                       |
| ANO                    | SALDO EM<br>31 12 | VARIACÃO<br>ANUAL | RELATIVO<br>BASE FIXA |
| 1988                   | 593 066           | -                 | 100,00                |
| 1989                   | 488 025           | -17,71            | 82,29                 |
| 1990                   | 541 099           | 10,88             | 91,24                 |
| 1991                   | 618 885           | 14,38             | 104,36                |
| 1992                   | 604 849           | -2,27             | 101,99                |
| 1993                   | 552 435           | -8,67             | 93,15                 |
| 1994                   | 330 092           | 40,25             | 55,66                 |
| 1995                   | 196 414           | 40,50             | 33,12                 |
| 1996                   | 170 286           | -13,30            | 28,71                 |
| 1997                   | 252 274           | 48,15             | 42,54                 |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores inflacionados p/IGP-DI/FGV (dez)

### 1.3.3 - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela que segue traduz a evolução da Dívida Pública Total, englobando os compromissos de curto e longo prazos (Flutuante e Fundada), no decênio 1988/97, a preços constantes

| DÍVIDA PÚBLICA TOTAL<br>PERÍODO 1988/97 |            |                       |                   |
|---|------------|-----------------------|-------------------|
| Em R\$ mil*                             |            |                       |                   |
| ANO                                     | VALOR      | RELATIVO<br>BASE FIXA | VARIAÇÃO<br>ANUAL |
| 1988                                    | 5 062 969  | 100,00                |                   |
| 1989                                    | 5 146 527  | 101,65                | 1,65              |
| 1990                                    | 5 170 027  | 102,11                | 0,46              |
| 1991                                    | 5 073 723  | 100,21                | -1,86             |
| 1992                                    | 6 057 117  | 119,64                | 19,38             |
| 1993                                    | 6 087 419  | 120,23                | 0,50              |
| 1994                                    | 6 428 613  | 126,97                | 5,60              |
| 1995                                    | 9 492 796  | 187,49                | 47,66             |
| 1996                                    | 11 247 982 | 222,16                | 18,49             |
| 1997                                    | 13 538 892 | 267,41                | 20,37             |
| Média 1º Quinq                          | 5 302 072  | 104,72                | 4,90              |
| Média 2º Quinq                          | 9 359 140  | 184,85                | 18,52             |
| Média Decênio                           | 7 330 606  | 144,78                | 12,47             |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (dezembro)

O saldo médio da Dívida Pública Total, no período 1988/97, em valores reais, atingiu o montante de R\$ 7 330 606 mil. Evidencia-se um acréscimo no montante médio desta dívida do primeiro para o segundo quinquênio da série.

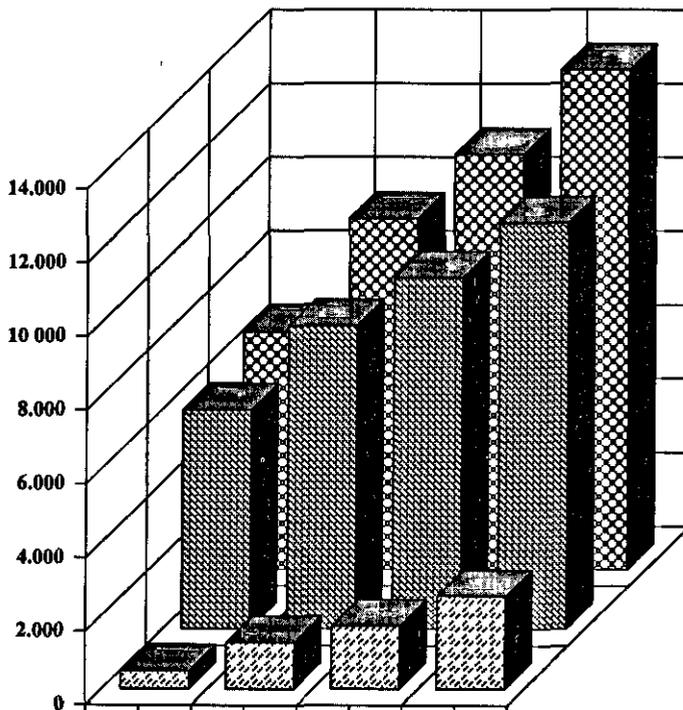
A maior taxa de crescimento verificou-se no ano de 1995, quando alcançou 47,66% em relação a 1994.

Graficamente, a Dívida Pública Total fica assim representada

# DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

PERÍODO 1994/1997

Em R\$ milhões\*



|                | 1994  | 1995  | 1996   | 1997   |
|----------------|-------|-------|--------|--------|
| Dív. Flutuante | 494   | 1.265 | 1.711  | 2.526  |
| Dív. Fundada   | 5.934 | 8.228 | 9.537  | 11.013 |
| Dívida Total   | 6.429 | 9.493 | 11.248 | 13.539 |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\*Vis inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

A composição da Dívida do Estado, no decênio 1988/97, bem como seu comportamento, em valores constantes, de acordo com o registrado nos respectivos Balanços Gerais do Estado, encontra-se na tabela que segue

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA  
PERÍODO 1988/97

Em R\$ mil\*

| ANO      | DÍVIDA<br>FLUTUANTE | PART<br>% | VARIACÃO |   | DÍVIDA FUNDADA |         |            | PART<br>% | VARIACÃO | TOTAL DA<br>DÍVIDA<br>PÚBLICA |
|----------|---------------------|-----------|----------|---|----------------|---------|------------|-----------|----------|-------------------------------|
|          |                     |           | ANUAL    | + | INTERNA        | EXTERNA | TOTAL      |           |          |                               |
| 1988     | 627 109             | 12 39     |          |   | 3 842 794      | 593 066 | 4 435 860  | 87 61     |          | 5 062 969                     |
| 1989     | 173 716             | 3 38      | 72 30    |   | 4 484 786      | 488 025 | 4 972 811  | 96 62     | 12 10    | 5 146 527                     |
| 1990     | 423 014             | 8 18      | 143 51   |   | 4 205 914      | 541 099 | 4 747 013  | 91 82     | 4 54     | 5 170 027                     |
| 1991     | 370 652             | 7 31      | 12 38    |   | 4 084 185      | 618 885 | 4 703 070  | 92 69     | 0 93     | 5 073 723                     |
| 1992     | 408 216             | 6 74      | 10 13    |   | 5 044 052      | 604 849 | 5 648 901  | 93 26     | 20 11    | 6 057 117                     |
| 1993     | 336 711             | 5 53      | 17 52    |   | 5 198 274      | 552 435 | 5 750 709  | 94 47     | 1 80     | 6 087 419                     |
| 1994     | 494 447             | 7 69      | 46 85    |   | 5 604 074      | 330 092 | 5 934 166  | 92 31     | 3 19     | 6 428 613                     |
| 1995     | 1 265 116           | 13 33     | 155 86   |   | 8 031 266      | 196 414 | 8 227 680  | 86 67     | 38 65    | 9 492 796                     |
| 1996     | 1 710 823           | 15 21     | 35 23    |   | 9 366 873      | 170 286 | 9 537 159  | 84 79     | 15 92    | 11 247 982                    |
| 1997     | 2 525 522           | 18 65     | 47 62    |   | 10 761 096     | 252 274 | 11 013 370 | 81 35     | 15 48    | 13 538 892                    |
| 1º Quinq | 400 541             | 7 60      | 17 24    |   | 4 332 346      | 568 184 | 4 901 531  | 92 40     | 6 68     | 5 302 072                     |
| 2º Quinq | 1 266 523           | 12 09     | 53 60    |   | 7 792 316      | 300 300 | 8 092 616  | 87 91     | 15 00    | 9 359 140                     |
| Decênio  | 833 532             | 9 85      | 37 44    |   | 6 062 331      | 434 742 | 6 497 073  | 90 15     | 11 30    | 7 330 606                     |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Pelos valores registrados, a Dívida de Curto Prazo (Dívida Flutuante), em 1997, cresceu 47,62% em relação ao ano anterior

A Dívida Fundada registrada em 1997, na importância de R\$ 11 013 370 mil, foi a maior do decênio. No segundo quinquênio da série, a Dívida Fundada cresceu a uma taxa média anual de 15,00%, semelhante ao acréscimo ocorrido no exercício em análise

No exercício sob exame, as participações dos débitos de curto e longo prazos, no total, foram de 18,67% e 81,35%, respectivamente, revelando uma tendência de concentração dos débitos no longo prazo, ou seja, de alongamento do perfil de prazos da dívida

O dispêndio com a Dívida Pública, no exercício de 1997, assim se apresentou

| DÍVIDA PÚBLICA - GASTOS<br>EXERCÍCIO DE 1997 |                  |                |                                 |
|--|------------------|----------------|---------------------------------|
| Em R\$ mil                                   |                  |                |                                 |
| DÍVIDA                                       | AMORTIZAÇÃO      | ENCARGOS       | TOTAL GASTO C/ A DÍVIDA PÚBLICA |
| DÍV FUNDADA INTERNA                          |                  |                |                                 |
| Títulos                                      | 1.338 040        |                | 1 338 040                       |
| Contratos                                    | 95 716           | 97 868         | 193 584                         |
| DÍV FUNDADA EXTERNA                          |                  |                |                                 |
| Contratos                                    | 27 397           | 6 321          | 33 718                          |
| DÍVIDA FLUTUANTE                             |                  |                |                                 |
| Enc Empr ARO                                 |                  | 8 268          |                                 |
| Rem Dep SIAC                                 |                  | 140 243        |                                 |
| Outros Encargos                              |                  | 23 820         | 172 331                         |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>1 461 153</b> | <b>276 520</b> | <b>1 737 673</b>                |
| Fonte Balanços Gerais do Estado              |                  |                |                                 |

Em 1997, a exemplo do ano anterior, a grande concentração de recursos esteve voltada para a Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna, visto que este gasto representou 88,14% do total da despesa com a Dívida Pública

A relação entre os dispêndios contabilizados com o pagamento da Dívida Pública e a evolução da Despesa Pública Total, registrada nos Balanços Gerais do Estado, no decênio 1988/97, é demonstrada na tabela seguinte

| SERVIÇO DA DÍVIDA x DESPESA TOTAL<br>PERÍODO 1988/97 |               |                           |                    |                |        |
|--|---------------|---------------------------|--------------------|----------------|--------|
| Em R\$ mil*  |               |                           |                    |                |        |
| ANO  | DESPESA TOTAL | SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA |                    |                |        |
|  |               | VALOR                     | RELATIVO BASE FIXA | VARIACÃO ANUAL | PART % |
| 1988   | 5 685 466     | 2 670 420                 | 100 00             |                | 46 97  |
| 1989   | 5 959 529     | 999 853                   | 37,44              | -62,56         | 16 78  |
| 1990   | 7 009 277     | 1 296 581                 | 48 63              | 29 88          | 18 53  |
| 1991   | 5 724 538     | 1 424 687                 | 53 35              | 9 71           | 24 89  |
| 1992   | 7 043 915     | 2 083 334                 | 78 02              | 46,23          | 29,58  |
| 1993   | 6 910 686     | 2 829 095                 | 105 94             | 35,80          | 40 94  |
| 1994   | 7 336 562     | 1 613 334                 | 60 41              | 42 97          | 21,99  |
| 1995   | 7 441 617     | 1 440 154                 | 53,93              | 10,73          | 19 35  |
| 1996   | 8 390 421     | 1 343 665                 | 50,32              | 6,70           | 16,01  |
| 1997   | 9 143 412     | 1 737 673                 | 65 07              | 29 32          | 19,00  |
| 1º Quin  | 6 284 545     | 1 695 375                 | 63,49              | 5,81           | 26,98  |
| 2º Quin  | 7 844 539     | 1 792 784                 | 67,13              | 0,94           | 22,85  |
| Decênio  | 7 064 542     | 1 744 079                 | 65,31              | 3,10           | 24,69  |

Fonte Balanços Gerais do Estado

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Os valores despendidos no Serviço da Dívida, bem como os percentuais de participação em relação ao total da despesa, sofreram acréscimo em relação ao exercício anterior

Tendência semelhante se constata no confronto do Serviço da Dívida com o respectivo saldo em 31 de dezembro de cada exercício, conforme se demonstra a seguir

DESPESAS COM A DÍVIDA FUNDADA x SALDO  
PERÍODO 1988/97

| ANO  | SALDO DA DÍVIDA | PRINCIPAL |            | ENCARGOS |            | SERVIÇO DA DÍVIDA |
|------|-----------------|-----------|------------|----------|------------|-------------------|
|      |                 | VALOR     | % S/ SALDO | VALOR    | % S/ SALDO | S/ SALDO %        |
| 1988 | 1 421           | 69        | 4 86       | 106      | 7 47       | 12 32             |
| 1989 | 27 197          | 842       | 3 10       | 89       | 0 33       | 3 42              |
| 1990 | 430 742         | 26 639    | 6 18       | 7 727    | 1 79       | 7 98              |
| 1991 | 2 273 330       | 150 603   | 6 62       | 43 467   | 1 91       | 8 54              |
| 1992 | 36 830 579      | 2 250 535 | 6 13       | 839 770  | 2 28       | 8 39              |
| 1993 | 1 039 180       | 60 407    | 5,81       | 32 279   | 3 11       | 8 92              |
| 1994 | 4 399 436       | 705 154   | 16 24      | 101 692  | 2 31       | 18 34             |
| 1995 | 7 001 300       | 1 055 716 | 15 08      | 150 379  | 2 15       | 17 23             |
| 1996 | 8 873 350       | 1 014 914 | 11 44      | 235 229  | 2,65       | 14 09             |
| 1997 | 11 013 370      | 1 461 153 | 13 27      | 276 520  | 2 51       | 15,78             |

Fonte Balanços Gerais do Estado

Ate 1992 em Cr\$ milThão 1993 em CR\$ mil 1994 a 1997 em R\$ mil

Após os decréscimos ocorridos no periodo 94/96, os pagamentos da Dívida Pública da Administração Direta registraram sensível acréscimo sobre o Saldo da Dívida no exercício de 1997, essencialmente destinados ao pagamento do Principal

Na tabela seguinte, é mostrada a evolução da Dívida Pública, no período 1989/97, e sua relação com a Receita de Impostos

RECEITA DE IMPOSTOS x DÍVIDA PÚBLICA  
PERÍODO 1989/97

| ANO  | RECEITA DE IMPOSTOS (*) | DÍVIDA PÚBLICA | DP/RI % | NÚMERO DE MESES (**) |
|------|-------------------------|----------------|---------|----------------------|
| 1989 | 6 064                   | 27 197         | 448,45  | 54                   |
| 1990 | 365 743                 | 430 742        | 117,77  | 14                   |
| 1991 | 852 745                 | 2 452 494      | 287,60  | 34                   |
| 1992 | 9 226 224               | 36 380 579     | 394,32  | 47                   |
| 1993 | 196 258 202             | 1 039 580 193  | 529,70  | 63                   |
| 1994 | 2 128 657               | 4 766 006      | 233,89  | 26                   |
| 1995 | 3 568 763               | 8 077 843      | 226,35  | 27                   |
| 1996 | 4 107 624               | 10 465 095     | 254,77  | 31                   |
| 1997 | 4 152 480               | 13 538 892     | 326,04  | 39                   |

\* Valores Nominais

\*\* N° de meses necessários ao pagamento da dívida a partir da Receita de Impostos

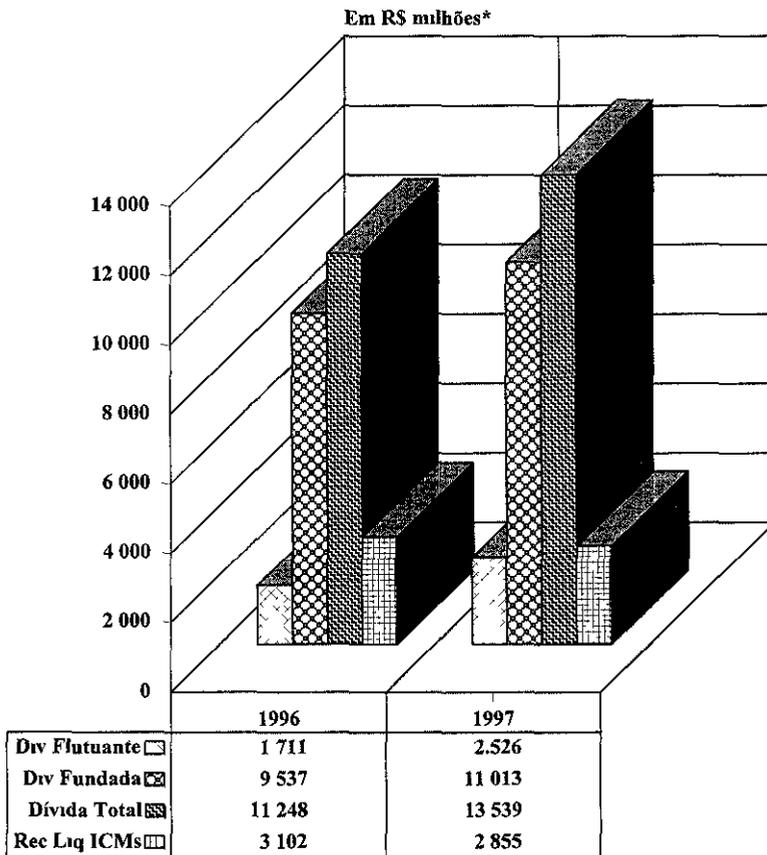
Até 1992, em Cr\$ milhão, 1993, em CR\$ mil, 1994 a 1997, em R\$ mil

Constata-se que a melhor relação da Dívida Pública com a Receita de Impostos foi obtida em 1990. No exercício de 96 para 97, o comprometimento integral da Receita Anual de Impostos na liquidação total da Dívida Pública Estadual mostrou-nos que o número de meses necessários à sua quitação elevou-se de 31 meses para 39 meses.

Graficamente, o Saldo da Dívida Pública, em relação à Receita Líquida de ICMS, assim se apresenta

# EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EM RELAÇÃO À RECEITA LÍQUIDA DE ICMS

PERÍODO DE 1996/1997



Fonte: Balanços Geras do Estado

\*Vls inflac pelo IGP-DI - FGV (médio/dezembro)

## 1.4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Resumidamente, a Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta-se da seguinte forma

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
DOS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996

Em R\$ mil

| VARIAÇÕES ATIVAS             |            |            |             | VARIAÇÕES PASSIVAS           |            |            |             |
|------------------------------|------------|------------|-------------|------------------------------|------------|------------|-------------|
| TÍTULOS                      | VALORES    |            |             | TÍTULOS                      | VALORES    |            |             |
|                              | 1997       | 1996*      | Var % 97/96 |                              | 1997       | 1996*      | Var % 97/96 |
| Receita Orçamentária         |            |            |             | Despesa Orçamentária         |            |            |             |
| Receitas Correntes           | 5 834 468  | 5 981 703  | 2,46        | Despesas Correntes           | 6 200 821  | 6 464 286  | 3,93        |
| Receitas de Capital          | 3 741 867  | 2 478 858  | 50,95       | Despesas de Capital          | 2 942 591  | 1 969 763  | 49,39       |
|                              | 9 576 325  | 8 460 561  | 13,19       |                              | 9 143 412  | 8 424 049  | 8,54        |
| Mut. Patrimoniais da Despesa | 2 555 019  | 1 657 002  | 54,20       | Mut. Patrimoniais da Receita | 3 832 329  | 2 590 555  | 47,93       |
| Var. At. Indep. Exec. Orç.   | 4 062 533  | 3 178 538  | 27,81       | Var. Pass. Indep. Exec. Orç. | 3 350 298  | 2 935 742  | 14,12       |
| Total da Receita             | 16 193 877 | 13 296 101 | 21,79       |                              |            |            |             |
| Déficit do Exercício         | 132 162    | 654 245    | 79,80       |                              |            |            |             |
| Total                        | 16 326 039 | 13 950 346 | 17,03       | Total                        | 16 326 039 | 13 950 346 | 17,03       |

Fonte: Balanço Geral do Estado

\*Em valores inflacionados pelo IGP DI/FB/ (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

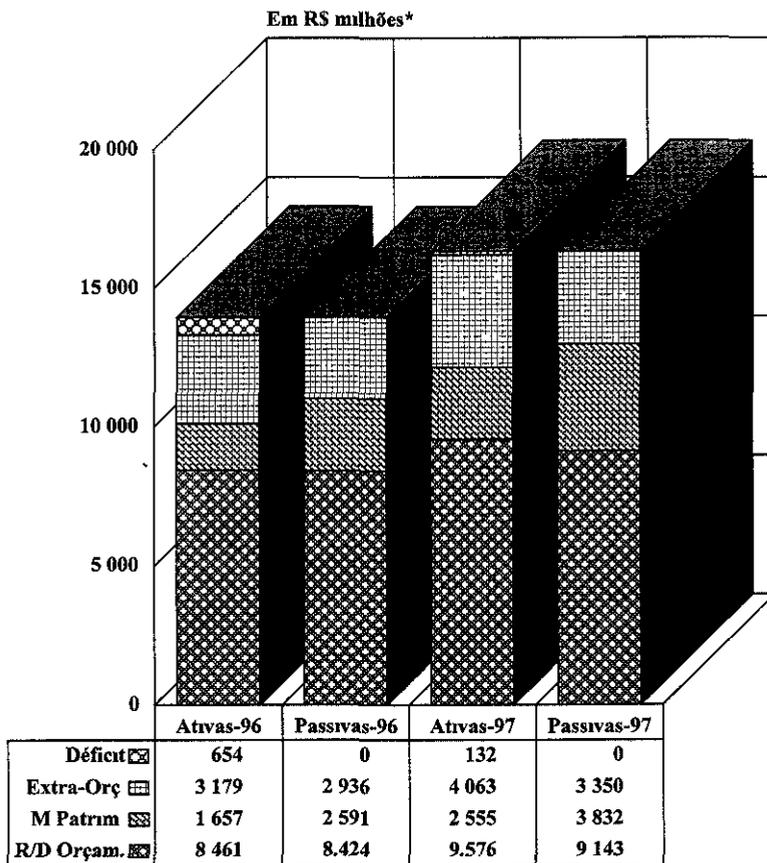
As Receitas de Capital apresentaram um acréscimo de 50,95%, e as Receitas Correntes decresceram em 2,46%. Da mesma forma, as Despesas de Capital tiveram crescimento de 49,39%, e as Despesas Correntes foram reduzidas em 3,93% em relação ao exercício anterior.

O Déficit do Exercício de 1997 apresentou redução de 79,80% em relação ao Déficit do Exercício de 1996.

Graficamente, a Demonstração das Variações Patrimoniais dos exercícios de 1997 e 1996, assim se apresenta

# DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS DE 1996 E 1997



Fonte Balanços Gerais do Estado

Obs Variações Ativas e Passivas Ajustadas

\* Vls.inflac pelo IGP-DI - FGV (médio)

As variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio do Estado acham-se discriminadas na Demonstração das Variações Patrimoniais

O Resultado Patrimonial ou Econômico do Exercício de 1997, segundo o referido demonstrativo, apresentou um Déficit de R\$ 132 162 mil, que teve a seguinte origem

| GESTÃO ORÇAMENTÁRIA                          |           | Em R\$ mil |
|--|-----------|------------|
| Receita Total                                | 9 576 325 |            |
| ( ) Mutação Patrim Receita                   | 3 832 329 | 5 743 996  |
|  | .. ....   |            |
| Despesa Total                                | 9 143 412 |            |
| (-) Mutação Patrim Despesa                   | 2 555 019 | 6 588 393  |
|  | ... ..    | .. ....    |
| DÉFICIT                                      | .         | 844 397    |
|  |           |            |
| GESTÃO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA |           |            |
| Variações Ativas                             | 4 062 533 |            |
| (+) Variações Passivas                       | 3 350 298 |            |
| Superávit Indep de Exec Orçam                |           | 712 235    |
|  |           | .. ....    |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (DÉFICIT) |           | 132 162    |

O reflexo decorrente do resultado negativo do exercício na Situação Líquida Inicial, que configura o teste de relevação contábil do Saldo Patrimonial, assim se apresenta

|                                       | Em R\$ mil |
|---------------------------------------|------------|
| PASSIVO REAL A DESCOBERTO EM 31-12-96 | 4 936 039  |
| Déficit Patrimonial do Exercício      | 132 162    |
|                                       | .. ..      |
| PASSIVO REAL A DESCOBERTO EM 31-12-97 | 5 068 201  |

As variações que determinaram o Resultado Patrimonial do Exercício provocaram uma melhoria na Situação Líquida Financeira no valor de R\$ 432 913 mil, que, conjugada ao decréscimo de R\$ 565 075 mil na Situação Líquida Permanente, totalizou um Déficit de R\$ 132 162 mil

## *CAPITULO 2*



## **CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA ESTADUAL**

Esta análise visa retratar o comportamento da execução orçamentária da despesa na Administração Direta, bem como, apresentar as repercussões físico-financeiras decorrentes da utilização de verbas públicas nos Órgãos da Administração Indireta Estadual

Para tanto, os gastos públicos foram examinados, tendo como referencial a Classificação Funcional-Programática, procedimento que se coaduna aos dispositivos legais, Lei Federal nº 4 320/64 e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Resolução nº 460, arts 67 e 68)

As Funções Governamentais, por agregarem o nível máximo de ações do Estado no cumprimento de seus objetivos socio-econômicos, foram alvo de um detalhamento mais minucioso Assim, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselheiro-Relator, procedeu-se à seleção das Funções 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública, 08 - Educação e Cultura, 13 - Saúde e Saneamento e 16 - Transporte para o exame da aplicação dos recursos da Administração Pública

Nesse sentido, dentro de cada uma das Funções selecionadas para análise, consideraram-se os Programas mais representativos e as Atividades e Projetos implementados no exercício de 1997

No primeiro momento, procurou-se evidenciar a execução das Funções com seus Programas em termos monetários, trabalho que teve como ferramental o Orçamento Anual de 1997, com suas alterações, e o Balanço Geral do Estado do mesmo ano, documentos responsáveis pelas demonstrações das dotações iniciais e das despesas realizadas. Dentro desse enfoque, elaboraram-se tabelas para ressaltar a evolução, bem como o comportamento dos gastos das Funções e Programas em relação à despesa total da Administração Direta Estadual na década de 1988/97.

Tendo em vista os reflexos monetários experimentados em cada Função e a relevância econômica e/ou social, a análise prosseguiu no sentido de demonstrar o impacto resultante nos Órgãos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta devido à execução das Atividades e/ou Projetos no decorrer do exercício de 1997.

Entretanto, em alguns setores da Administração Pública, a avaliação de desempenho pretendida foi dificultada em virtude da impossibilidade de obtenção de dados precisos, seja por modificações nos sistemas cadastrais, seja devido à própria inexistência.

A Função 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública, classificada na Área Social, com dispêndio total de R\$ 493 886 mil e participação de 5,40% nos gastos totais da Administração Direta Estadual, posicionou-se em quinto lugar dentre as Funções de Governo no consumo de recursos. Em valores constantes, o volume dos gastos na Função apresentou um acréscimo de 36,17% em relação ao ano-base da série (1988) e, em comparação ao ano anterior, constata-se uma redução de 8,68%.

A Função 08 - Educação e Cultura, também classificada na Área Social, realizou R\$ 952 401 mil em despesa, ocupando o quarto lugar no consumo de recursos da Administração Direta Estadual e apresentando a participação de 10,42% no total despendido. Em comparação ao ano-base (1988), verifica-se um acréscimo de 10,08%, já em relação ao exercício anterior, constata-se um incremento de 1,41%.

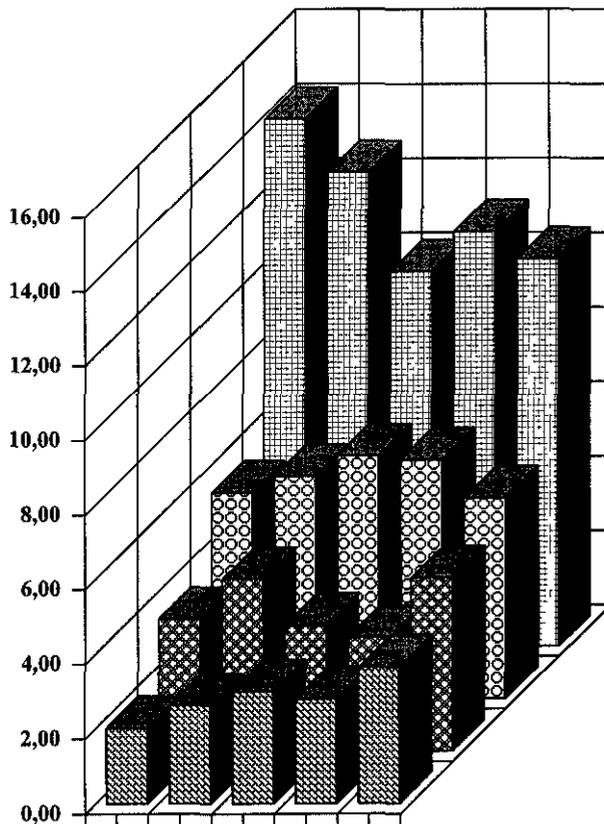
A Função 13 - Saúde e Saneamento, ainda pertencente à Área Social, com 3,65% de participação no total dos gastos realizados pela Administração Direta Estadual, classificou-se em nono lugar na utilização de recursos. O total consumido (R\$ 333 477 mil), quando comparado ao ano-base (1988) e ao ano anterior, em valores constantes, registra um acréscimo de 260,80% e 41,68%, respectivamente.

A Função 16 - Transporte, classificada na Área de Infra-Estrutura, com despesa realizada de R\$ 425 111 mil, posicionou-se em sétimo lugar, atingindo 4,65% na participação total dos recursos despendidos pela Administração Direta Estadual. Tendo como balizador o ano de 1988, em valores constantes, o total de despesas executadas na Função experimentou aumento de 56,67%. Em relação ao ano anterior, verifica-se um incremento de 65,61%.

# PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES SELECIONADAS NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL

PERÍODO 1993/1997

Em Percentuais



|                      | 1993  | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Saúde e Saneamento   | 2,01  | 2,62  | 2,99  | 2,79  | 3,65  |
| Transporte           | 3,54  | 4,61  | 3,38  | 3,05  | 4,65  |
| Def Nac. Seg Pública | 5,54  | 5,98  | 6,53  | 6,42  | 5,40  |
| Educação e Cultura   | 14,19 | 12,75 | 10,08 | 11,15 | 10,42 |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO  
 PERÍODO DE 1988/1997

| Nº | FUNÇÃO         | Em R\$ mil* |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
|----|----------------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|    |                | 88          | 89        | 90        | 91        | 92        | 93        | 94        | 95        | 96        | 97        |
| 01 | Legislativa    | 71 846      | 87 325    | 88 150    | 96 346    | 108 344   | 116 215   | 108 927   | 137 448   | 150 536   | 149 896   |
| 02 | Judiciária     | 252 168     | 313 442   | 342 476   | 323 705   | 375 877   | 414 278   | 373 365   | 456 718   | 472 861   | 488 881   |
| 03 | Adm e Planej   | 1 817 424   | 795 026   | 1 070 140 | 1 190 739 | 1 916 523 | 2 089 418 | 2 121 422 | 1 913 057 | 2 432 070 | 2 759 214 |
| 04 | Agricultura    | 93 314      | 97 040    | 120 015   | 107 649   | 150 644   | 139 706   | 134 838   | 95 276    | 128 251   | 104 123   |
| 05 | Comunicações   | 5 341       | 22 933    | 5 628     | 23 123    | 109       |           |           |           |           |           |
| 06 | Def N Seg Públ | 362 690     | 429 225   | 569 041   | 455 691   | 556 347   | 394 326   | 440 494   | 488 160   | 540 818   | 493 895   |
| 07 | Des Regional   | 661 533     | 989 040   | 1 116 583 | 1 047 447 | 1 107 004 | 1 071 575 | 1 239 314 | 1 249 945 | 1 296 746 | 1 234 705 |
| 08 | Educ Cultura   | 865 172     | 1 121 462 | 1 265 043 | 903 310   | 1 060 007 | 984 809   | 939 377   | 753 030   | 539 191   | 952 401   |
| 09 | Energ R Miner  | 139 842     | 222 996   | 80 202    | 52 306    | 8 861     | 1 810     | 33 589    | 22 925    | 6 986     | 7 456     |
| 10 | Hab Urbanismo  | 47 675      | 44 937    | 55 346    | 16 847    | 28 236    | 20 978    | 56 750    | 71 337    | 14 032    | 33 163    |
| 11 | Ind Com Serv   | 25 629      | 106 176   | 235 466   | 15 776    | 27 710    | 36 837    | 28 178    | 119 190   | 36 883    | 354 763   |
| 12 | Rel Exteriores |             |           |           | 255       |           |           |           |           | 246       | 780       |
| 13 | Saude e Saneam | 92 428      | 125 221   | 154 574   | 147 871   | 151 177   | 139 382   | 193 052   | 223 338   | 235 377   | 333 477   |
| 14 | Trabalho       | 7 919       | 7 258     | 8 398     | 8 683     | 29 429    | 31 425    | 30 545    | 25 202    | 30 150    | 27 908    |
| 15 | Assist Previd  | 994.302     | 1 126.376 | 1 264 205 | 1 094 084 | 1 239.874 | 1 261.858 | 1 327 728 | 1 663 225 | 1 883.214 | 1 777 937 |
| 16 | Transporte     | 271 348     | 494 988   | 682 103   | 263 650   | 312 106   | 245 766   | 339 397   | 252 591   | 256 888   | 425 111   |
|    |                | 5 708 630   | 5 983 432 | 7 037 390 | 5 747 482 | 7 072 146 | 6 938 383 | 7 365 966 | 7 471 442 | 8 424 049 | 9 143 412 |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI FGV (Médio)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO  
 PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL SOBRE O TOTAL DA DESPESA  
 PERÍODO DE 1988/1997

| Nº | FUNÇÃO         | Em %   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|----|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|    |                | 88     | 89     | 90     | 91     | 92     | 93     | 94     | 95     | 96     | 97     |
| 01 | Legislativa    | 1,26   | 1,46   | 1,25   | 1,68   | 1,53   | 1,67   | 1,48   | 1,84   | 1,79   | 1,64   |
| 02 | Judiciária     | 4,42   | 5,24   | 4,87   | 5,63   | 5,31   | 5,97   | 5,07   | 6,11   | 5,61   | 5,35   |
| 03 | Adm e Planej   | 33,84  | 13,29  | 15,21  | 20,72  | 27,10  | 30,11  | 28,90  | 25,60  | 28,87  | 30,18  |
| 04 | Agricultura    | 1,63   | 1,62   | 1,71   | 1,87   | 2,13   | 2,01   | 1,83   | 1,28   | 1,52   | 1,14   |
| 05 | Comunicações   | 0,09   | 0,38   | 0,08   | 0,40   | 0,00   | 0,00   |        |        |        |        |
| 06 | Def N Seg Públ | 6,35   | 7,17   | 8,09   | 7,98   | 7,87   | 5,54   | 5,98   | 6,53   | 6,42   | 5,40   |
| 07 | Des Regional   | 11,59  | 16,53  | 15,87  | 18,22  | 15,85  | 15,44  | 16,82  | 16,73  | 15,39  | 13,50  |
| 08 | Educ Cultura   | 15,16  | 18,74  | 17,98  | 15,72  | 14,99  | 14,19  | 12,75  | 10,08  | 11,15  | 10,42  |
| 09 | Energ R Miner  | 2,45   | 3,73   | 1,14   | 0,91   | 0,13   | 0,03   | 0,46   | 0,31   | 0,08   | 0,08   |
| 10 | Hab Urbanismo  | 0,84   | 0,75   | 0,79   | 0,29   | 0,40   | 0,30   | 0,76   | 0,95   | 0,17   | 0,38   |
| 11 | Ind Com Serv   | 0,45   | 1,77   | 3,35   | 0,27   | 0,39   | 0,53   | 0,38   | 1,60   | 0,44   | 3,88   |
| 12 | Rel Exteriores |        |        |        | 0,00   |        |        |        |        |        | 0,01   |
| 13 | Saude e Saneam | 1,62   | 2,09   | 2,20   | 2,57   | 2,14   | 2,01   | 2,62   | 2,99   | 2,79   | 3,65   |
| 14 | Trabalho       | 0,14   | 0,12   | 0,12   | 0,15   | 0,42   | 0,46   | 0,41   | 0,34   | 0,36   | 0,31   |
| 15 | Assist Previd  | 17,42  | 18,82  | 17,96  | 19,04  | 17,53  | 18,19  | 18,03  | 22,26  | 22,36  | 19,45  |
| 16 | Transporte     | 4,75   | 8,27   | 9,41   | 4,59   | 4,41   | 3,54   | 4,61   | 3,38   | 3,05   | 4,65   |
|    |                | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO  
 PERÍODO DE 1988/1997

| Nº | FUNÇÃO         | Relativo (Base 1988=100) |        |        |        |        |        |        |        |        |          |
|----|----------------|--------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------|
|    |                | 88                       | 89     | 90     | 91     | 92     | 93     | 94     | 95     | 96     | 97       |
| 01 | Legislativa    | 100 00                   | 121 55 | 122 69 | 134 10 | 150 80 | 161 76 | 151 61 | 191 31 | 209 53 | 208 22   |
| 02 | Judiciária     | 100 00                   | 124 30 | 135 81 | 128 37 | 149 06 | 164 29 | 148 06 | 181 12 | 187 52 | 193 88   |
| 03 | Adm e Planej   | 100 00                   | 43 74  | 58 88  | 65 52  | 105 45 | 114 97 | 116 73 | 105 26 | 133 82 | 151 82   |
| 04 | Agricultura    | 100 00                   | 103 99 | 128 61 | 115 36 | 161 33 | 149 71 | 144 50 | 102 10 | 137 44 | 111 58   |
| 05 | Comunicações   | 100 00                   | 429 33 | 105 37 | 432 90 | 2 04   | 0 00   |        |        |        |          |
| 06 | Def N Seg Públ | 100 00                   | 118 34 | 156 89 | 125 64 | 153 39 | 105 97 | 121 45 | 134 59 | 149 11 | 136 17   |
| 07 | Des Regional   | 100 00                   | 149 51 | 168 79 | 158 34 | 167 34 | 161 98 | 187 34 | 188 95 | 196 02 | 186 64   |
| 08 | Educ Cultural  | 100 00                   | 129 62 | 146 22 | 104 41 | 122 52 | 113 83 | 108 58 | 87 04  | 108 56 | 110 08   |
| 09 | Energ R Miner  | 100 00                   | 159 46 | 57 35  | 37 40  | 6 34   | 1 29   | 24 02  | 16 39  | 5 00   | 5 33     |
| 10 | Hab Urbanismo  | 100 00                   | 94 26  | 116 09 | 35 34  | 59 23  | 44 00  | 116 94 | 149 63 | 29 43  | 69 56    |
| 11 | Ind Com Serv   | 100 00                   | 414 28 | 918 83 | 61 55  | 108 12 | 143 73 | 109 95 | 466 06 | 143 91 | 1 384 23 |
| 12 | Rel Externos   |                          |        |        | 100 00 |        |        |        | 96 47  |        | 305 88   |
| 13 | Saude e Saneam | 100 00                   | 135 48 | 167 24 | 159 99 | 163 56 | 150 80 | 208 87 | 241 64 | 254 66 | 360 80   |
| 14 | Trabalho       | 100 00                   | 91 65  | 106 05 | 109 65 | 371 63 | 396 84 | 385 72 | 318 25 | 380 74 | 352 42   |
| 15 | Assist Previd  | 100 00                   | 113 28 | 127 14 | 110 04 | 124 70 | 126 91 | 133 53 | 167 28 | 189 40 | 178 81   |
| 16 | Transporte     | 100 00                   | 182 42 | 244 00 | 97 16  | 115 02 | 90 57  | 125 08 | 93 09  | 94 60  | 156 67   |
|    |                | 100 00                   | 104 81 | 123 28 | 100 68 | 123 89 | 121 54 | 129 03 | 130 88 | 147 57 | 160 17   |

Fonte: Balanços Gerais do Estado  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO  
 PERÍODO DE 1988/1997

| Nº | FUNÇÃO         | Variação Percentual Ano a Ano |        |        |        |        |          |        |       |        |    |
|----|----------------|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|----------|--------|-------|--------|----|
|    |                | 88                            | 89     | 90     | 91     | 92     | 93       | 94     | 95    | 96     | 97 |
| 01 | Legislativa    | 21 55                         | 0 94   | 9 30   | 12 45  | 7 27   | 6 27     | 25 18  | 9 62  | 0 62   |    |
| 02 | Judiciária     | 24 30                         | 9 26   | 5 48   | 16 12  | 10 22  | 9 88     | 22 32  | 3 53  | 3 39   |    |
| 03 | Adm e Planej   | 55 25                         | 34 60  | 11 27  | 60 95  | 9 02   | 1 53     | 9 82   | 27 13 | 13 45  |    |
| 04 | Agricultura    | 3 99                          | 23 68  | 10 30  | 39 85  | 7 20   | 3 48     | 29 34  | 34 61 | 18 81  |    |
| 05 | Comunicações   | 329 33                        | 75 46  | 310 85 | 99 53  | 100 00 |          |        |       |        |    |
| 06 | Def N Seg Públ | 18 34                         | 32 57  | 19 92  | 22 09  | 30 92  | 14 61    | 10 92  | 10 79 | 8 68   |    |
| 07 | Des Regional   | 49 51                         | 12 90  | 6 19   | 5 69   | 3 20   | 15 05    | 0 86   | 3 74  | 4 78   |    |
| 08 | Educ Cultural  | 29 62                         | 12 80  | 28 59  | 17 35  | 7 09   | 4 61     | 19 84  | 24 72 | 1 41   |    |
| 09 | Energ R Miner  | 59 46                         | 64 03  | 34 78  | 83 06  | 79 57  | 1 755 47 | 31 75  | 69 53 | 6 73   |    |
| 10 | Hab Urbanismo  | 5 74                          | 23 16  | 69 56  | 67 60  | 25 70  | 166 75   | 27 96  | 80 33 | 136 33 |    |
| 11 | Ind Com Serv   | 314 28                        | 121 79 | 93 30  | 75 65  | 32 94  | 23 51    | 322 99 | 69 05 | 861 85 |    |
| 12 | Rel Externos   |                               |        |        |        |        |          |        |       |        |    |
| 13 | Saúde e Saneam | 35 48                         | 23 44  | 4 34   | 2 24   | 7 80   | 38 51    | 15 69  | 5 39  | 41 68  |    |
| 14 | Trabalho       | 8 35                          | 15 72  | 3 40   | 238 91 | 6 78   | 2 80     | 17 49  | 19 63 | 7 44   |    |
| 15 | Assist Previd  | 13 28                         | 12 24  | 13 46  | 13 33  | 1 77   | 5 22     | 25 27  | 13 23 | 5 59   |    |
| 16 | Transporte     | 82 42                         | 33 76  | 60 18  | 18 38  | 21 26  | 38 10    | 25 58  | 1 62  | 66 61  |    |
|    |                | 4 81                          | 17 61  | 18 33  | 23 05  | 1 89   | 6 16     | 1 43   | 12 75 | 8 54   |    |

Fonte: Balanços Gerais do Estado  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

## 2.1 - FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

*"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a garantia da segurança nacional e da preservação da ordem pública".*

No âmbito estadual, a Secretaria da Justiça e da Segurança implementou integralmente as ações inerentes à Função Defesa Nacional e Segurança Pública, através de suas diversas unidades orçamentárias, sendo que os recursos financeiros direcionados a essa Função processaram-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA  
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

| Nº | ÓRGÃO                                | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI % |
|----|--------------------------------------|-----------------|--------|-------------------|--------|---------|
|    |                                      | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |         |
| 12 | Secretaria da Justiça e da Segurança | 323 613         | 100,00 | 493 886           | 100,00 | 152 62  |
|    | TOTAL                                | 323 613         | 100,00 | 493 886           | 100,00 | 152 62  |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Os registros do quadro demonstram que a dotação inicial para a Função Defesa Nacional e Segurança Pública previu recursos no montante de R\$ 323 613 mil, ao passo que a despesa realizada chegou ao total de R\$ 493 886 mil, apontando, por conseguinte, um acréscimo de 52,62% acima do prefixado

Notadamente, sobre o total das despesas realizadas por conta da Função, a Brigada Militar e a Polícia Civil movimentaram recursos financeiros, na ordem de 96,42%, em 1997

O percentual supramencionado vincula-se apenas às despesas realizadas nas Unidades Orçamentárias 12 03 e 12 04. Se incluídos mais os gastos efetivados a favor do Fundo Especial da Segurança Pública (12 60), o total absorvido pelas Corporações alcançou o percentual de 98,92% do total das despesas da Função, como se demonstra a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS NA DESPESA REALIZADA NA  
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

| Nº    | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA            | DOTAÇÃO INICIAL | DESPESA REALIZADA | DESP REAL / DOT IN (%) | PART % DESP REALIZ TOTAL |
|-------|---------------------------------|-----------------|-------------------|------------------------|--------------------------|
| 12    | Secr da Justiça e da Segurança  |                 |                   |                        |                          |
| 12 01 | Sec Justiça Seg Pública (Gab )  | 2 650           | 5 300             | 200,01                 | 1 07                     |
| 12 03 | Brigada Militar                 | 198 315         | 324 101           | 163 43                 | 65 62                    |
| 12 04 | Polícia Civil                   | 103 425         | 152 134           | 147 10                 | 30,80                    |
| 12 10 | Sec Justiça Transf Adm Indireta | 3 050           | 0                 | 0 00                   | 0 00                     |
| 12 60 | Fundo Esp Seg Pública           | 16 173          | 12 351            | 76,37                  | 2 50                     |
| TOTAL |                                 | 323 613         | 493 886           | 152 62                 | 100 00                   |

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997 Volume II  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Quanto a série estatística a seguir representada, compreendendo o período de 1988 a 1997, observa-se que os recursos direcionados à Função Defesa Nacional e Segurança Pública pela Administração Direta Estadual, oscilaram entre crescimentos e significativas reduções

No período analisado (1988-1997), referentemente aos gastos realizados na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, em valores constantes, sobressaiu-se o exercício de 1988 como o de menor desempenho da série. O ápice da série, no entanto, em despesas executadas, foi atingido no ano de 1990. Em 1991, os recursos a ela alocados apresentaram-se reduzidos, comparativamente a 1990. O ano de 1992 demonstrou significativa recuperação de recursos, evidenciando, desse modo, a segunda maior aplicação no decênio. No exercício de 1993, os gastos realizados apresentaram-se bem aquém do executado em 1992. Nos anos de 1994, 1995 e 1996, as despesas efetivadas a favor da Função registraram crescimentos de, respectivamente, 14,61%, 10,82% e 10,79%, confrontando-se com os dispêndios realizados nos anos imediatamente anteriores aos mesmos.

Em 1997, verifica-se que as despesas executadas na Função Defesa Nacional e Segurança Pública mostraram-se superiores em 36,17%, em relação ao ano-basilar da série (1988), sendo que, comparativamente ao ano anterior (1996), houve um decréscimo de 8,68%.

Quanto à participação relativa no total dos gastos realizados pela Administração Direta Estadual, as despesas da Função registraram uma participação de 5,40%. Tal participação, entretanto, proporcionalmente, mostrou-se inferior em 1,02%, em relação à participação relativa alcançada em 1996. Ainda assim, ocupou a quinta posição dentre as 16 (dezesseis) outras Funções Orçamentárias priorizadas e executadas pelo Estado em 1997.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES - 1988/1997  
 FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública  
 Em R\$ mil

| ANO + | EM VALORES CONSTANTES* | RELATIVO BASE FIXA | VARIACÃO % ANO A ANO | PARTICIPACÃO % NA DESPESA TOTAL |
|-------|------------------------|--------------------|----------------------|---------------------------------|
| 1988  | 362 690                | 100,00             |                      | 6,35                            |
| 1989  | 429 225                | 118,34             | 18,34                | 7,17                            |
| 1990  | 569 041                | 156,89             | 32,57                | 8,09                            |
| 1991  | 455 691                | 125,64             | 19,92                | 7,93                            |
| 1992  | 556 347                | 153,39             | 22,09                | 7,87                            |
| 1993  | 384 326                | 105,97             | 30,92                | 5,54                            |
| 1994  | 440 484                | 121,45             | 14,61                | 5,98                            |
| 1995  | 488 160                | 134,59             | 10,82                | 6,53                            |
| 1996  | 540 818                | 149,11             | 10,79                | 6,42                            |
| 1997  | 493 886                | 136,17             | 8,68                 | 5,40                            |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

A Função Defesa Nacional e Segurança Pública, durante 1997, foi movimentada tanto por Programas Típicos (Segurança Pública), na ordem de 98,91% dos recursos, quanto por Programas Atípicos (Ensino Superior, Fundamental e Administração), com os restantes 1,09%, como se observa a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
 PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA  
 FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

| Nº | PROGRAMA           | PROJETO |      | DESPESA REALIZADA |           | ATIVIDADE |      | DESPESA REALIZADA |         | PARTIC PERCENT S/TOTAL |
|----|--------------------|---------|------|-------------------|-----------|-----------|------|-------------------|---------|------------------------|
|    |                    | PREV    | EXEC | NO PROJETO        | REALIZADA | PREV      | EXEC | NA ATIVID         | TOTAL   |                        |
| 7  | Administração      | /       | /    |                   |           | 1         | 1    | 5 300             | 5 300   | 1,07                   |
| 30 | Segurança Pública  | 7       | 2    | 1 971             |           | 12        | 8    | 486 544           | 488 515 | 98,91                  |
| 42 | Ensino Fundamental | /       | /    |                   |           | 1         | /    |                   |         | 0,00                   |
| 44 | Ensino Superior    | /       | /    |                   |           | 1         | 1    | 71                | 71      | 0,01                   |
|    | TOTAL              | 7       | 2    | 1 971             |           | 15        | 10   | 491 915           | 493 886 | 100,00                 |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Os Projetos e Atividades previstos e realizados na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, são apresentados na tabela que segue, destacando-se a Atividade 2064 - Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva, que indicou um incremento de 71,16% sobre a dotação inicial e uma participação de 59,91% no total dos gastos efetivados na Função

Verificou-se, ainda, que dos 07 (sete) Projetos orçados, apenas 02 (dois) foram implementados, representando uma participação de tão-somente 0,40% no total investido na Função

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA  
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

| Nº   | PROJETO E/OU<br>ATIVIDADE   | DOTAÇÃO |             | DESPESA<br>REALIZADA | PARTIC<br>% | DR/DI<br>% |
|------|---|---------|-------------|----------------------|-------------|------------|
|      |   | INICIAL | PARTEC<br>% |                      |             |            |
| 1016 | Reaparelhamento Operacional da Brigada Militar                    | 720     | 0 22        |                      |             |            |
| 1017 | Reaparelhamento Operacional do Corpo de Bombeiros                 | 2 500   | 0 77        |                      |             |            |
| 1796 | Renovação e Ampliação da Frota de Viaturas da BM                  | 2 280   | 0 70        |                      |             |            |
| 1797 | Renovação e Ampliação da Frota de Viaturas da Polícia Civil       | 1 383   | 0 43        |                      |             |            |
| 1810 | Reaparelhamento Operacional da Polícia Civil                      | 698     | 0 22        |                      |             |            |
| 1814 | Construção e Reforma de Unidades Policiais Civis                  | 1 540   | 0 48        | 1 040                | 0 21        | 67 53      |
| 2064 | Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva                      | 172 866 | 53 42       | 296 871              | 59 91       | 171 16     |
| 2065 | Manutenção dos Serviços de Saúde                                  | 409     | 0 13        | 100                  | 0 02        | 24 37      |
| 2066 | Manutenção do Ensino e da Pesquisa                                | 472     | 0 15        | 71                   | 0 01        | 15 04      |
| 2067 | Manutenção dos Serviços de Bombeiros                              | 12 965  | 4 00        | 28 059               | 5 68        | 216 59     |
| 2131 | Coordenação Geral   | 2 650   | 0 82        | 5 300                | 1 07        | 200 01     |
| 2350 | Manutenção dos Serviços da Polícia Civil                          | 99 804  | 30 84       | 151 094              | 30 59       | 151 39     |
| 2713 | Segurança nas Escolas   | 6 113   | 1 89        |                      |             |            |
| 2718 | Contr. ao DETRAN p/Desps com Pessoal e Encargos Sociais           | 2 000   | 0 62        |                      |             |            |
| 2719 | Contr. ao DETRAN p/Outras Despesas Correntes                      | 1 000   | 0 31        |                      |             |            |
| 2720 | Contr. ao DETRAN p/Despesas de Capital                            | 50      | 0 02        |                      |             |            |
| 8007 | Manutenção e Resp dos Serviços da Coordenadoria Geral de Perícias | 664     | 0 21        |                      |             |            |
| 8020 | Manutenção e Reaparelhamento da Brigada Militar                   | 664     | 0 21        | 2 563                | 0 52        | 386 14     |
| 8021 | Manutenção e Reaparelhamento da Polícia Civil                     | 2 655   | 0 82        | 1 654                | 0 33        | 62 27      |
| 8022 | Conselho Estadual de Entomopercenites                             | 332     | 0 10        | 17                   | 0 00        | 5 22       |
| 8023 | Formulação e Coord. Política de Segurança Pública                 | 1 858   | 0 57        | 7 186                | 1 46        | 386 77     |
| 9026 | Integração de Transmissão de Dados e Telecomunicações             | 10 000  | 3 09        | 931                  | 0 19        | 9 31       |
|      | TOTAL   | 323 613 | 100 00      | 493 886              | 100 00      | 152 62     |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto à participação dos Elementos de Despesas, observou-se que os recursos humanos absorveram a quase totalidade dos gastos, como demonstram as despesas dos Elementos 3111, 3112, 3113, 3114, 3193 e 3293 que, em conjunto, atingiram 92,00% do total alocado a Função

Todavia, há que se mencionar que os gastos executados no Elemento 4120, relativamente a aquisição de Equipamentos e Material Permanente, só alcançaram 1,71% do montante investido na Função

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA  
FUNÇÃO 6 - Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

| Nº   | ELEMENTO                                    | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
|------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
| 3111 | Pessoal Civil                               | 111 068         | 34,32    | 148 668           | 30 10    | 133 85  |
| 3112 | Pessoal Militar                             | 143 587         | 44 37    | 274 563           | 56 59    | 191 22  |
| 3113 | Obrigações Patronais                        | 201             | 0 06     | 99                | 0 02     | 49 43   |
| 3114 | Diárias e Ajuda de Custo                    | 8 272           | 2 56     | 15 836            | 3 21     | 191 44  |
| 3120 | Material de Consumo                         | 12 264          | 3 79     | 10 833            | 2 19     | 88 33   |
| 3131 | Remuneração de Serviços Pessoais            | 184             | 0 06     | 27                | 0 01     | 14 84   |
| 3132 | Outros Serviços e Encargos                  | 24 182          | 7,47     | 17 799            | 3 60     | 73 60   |
| 3192 | Despesas de Exercícios Anteriores           |                 |          | 79                | 0 02     |         |
| 3193 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal   |                 |          | 15 202            | 3 08     |         |
| 3211 | Transferências Operacionais                 | 3 000           | 0 93     | 365               | 0 07     | 12 17   |
| 3221 | Transferências à União                      |                 |          | 94                | 0 02     |         |
| 3231 | Subvenções Sociais                          |                 |          |                   |          |         |
| 3254 | Apoio Financeiro a Estudantes               |                 |          | 92                | 0 02     |         |
| 3259 | Outras Transferências a Pessoas             |                 |          | 10                | 0 00     |         |
| 3292 | Despesas de Exercícios Anteriores           |                 |          | 130               | 0 03     |         |
| 3293 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal   |                 |          | 4                 | 0 00     |         |
| 4110 | Obras e Instalações                         | 1 630           | 0 50     | 1 847             | 0 33     | 101 01  |
| 4120 | Equipamentos e Material Permanente          | 19 154          | 5 92     | 8 413             | 1 71     | 44 02   |
| 4192 | Despesas de Exercícios Anteriores           |                 |          | 1                 | 0 00     |         |
| 4210 | Aquisição de Imóveis                        |                 |          |                   |          |         |
| 4260 | Const ou Aum de Cap de Emp Comerc ou Financ | 21              | 0 01     | 4                 | 0 00     | 21 29   |
| 4311 | Auxílios para Despesas de Capital           | 50              | 0 02     |                   |          |         |
|      | TOTAL                                       | 323 613         | 100 00   | 493 886           | 100 00   | 152 62  |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

### 2.1.1 - PROGRAMA 30 - SEGURANÇA PÚBLICA

*"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas para a preservação e manutenção da ordem pública".*

O Programa Segurança Pública foi desenvolvido na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, da qual é característico, sendo executado pela Secretaria da Justiça e da Segurança, por intermédio da Brigada Militar (65,62%) e Polícia Civil (30,80%) As despesas efetivadas, por conta deste Programa, demonstraram comportamento, nos últimos dez anos (1988/1997), idêntico ao da Função na qual está inserido

Em 1997, verificou-se que os recursos alocados ao Programa foram superiores em 35,07% àqueles aplicados no ano-base (1988), porém 8,86% inferiores em relação ao ano anterior (1996)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997  
 PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

| ANO  | EM<br>+ VALORES<br>CONSTANTES* | RELATIVO<br>BASE<br>FIXA | VARIÇÃO<br>%<br>ANO A ANO | PARTICIPAÇÃO |       |
|------|--------------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------|-------|
|      |                                |                          |                           | % NA DESPESA | TOTAL |
| 1988 | 361 675                        | 100 00                   |                           |              | 6 34  |
| 1989 | 428 325                        | 118,43                   | 18 43                     |              | 7 16  |
| 1990 | 560 569                        | 154,99                   | 30 87                     |              | 7 97  |
| 1991 | 449 997                        | 124 42                   | 19,72                     |              | 7 83  |
| 1992 | 552 730                        | 152 83                   | 22 83                     |              | 7,82  |
| 1993 | 380 410                        | 105,18                   | 31 18                     |              | 5,48  |
| 1994 | 439 329                        | 121,47                   | 15 49                     |              | 5 96  |
| 1995 | 486 797                        | 134 59                   | 10 80                     |              | 6 52  |
| 1996 | 536 022                        | 148 21                   | 10,11                     |              | 6,36  |
| 1997 | 488 515                        | 135 07                   | 8 86                      |              | 5,34  |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Salienta-se, ainda, que, dentre os 51 (cinquenta e um) Programas implementados pela Administração Direta Estadual, o Programa Segurança Pública alcançou o sexto lugar em despesas realizadas, pois atingiu o percentual de 5,34% de participação no total despendido

A dotação inicial previu recursos de R\$ 314 379 mil para o Programa. No entanto, a despesa realizada atingiu R\$ 488 515 mil, apresentando um acréscimo de 55,39% sobre a dotação prefixada, como se demonstra abaixo

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
 PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO  
 PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

| Nº | ÓRGÃO                                | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI<br>% |
|----|--------------------------------------|-----------------|--------|-------------------|--------|------------|
|    |                                      | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |            |
| 12 | Secretaria da Justiça e da Segurança | 314 379         | 100 00 | 488 515           | 100 00 | 156 39     |
|    | TOTAL                                | 314 379         | 100 00 | 488 515           | 100 00 | 155 39     |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO  
PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

| Nº | ÓRGÃO                           | PROJETO     |                      | ATIVIDADE   |                     | DESPESA         |        | PARTIC. PERCENT S/TOTAL |
|----|---------------------------------|-------------|----------------------|-------------|---------------------|-----------------|--------|-------------------------|
|    |                                 | + PREV/EXEC | REALIZADA NO PROJETO | + PREV/EXEC | REALIZADA NA ATIVID | REALIZADA TOTAL |        |                         |
| 12 | Secretaria da Justiça e da Segu | 7 / 2       | 1 971                | 12 / 8      | 486 544             | 488 515         | 100 00 |                         |
|    | TOTAL                           | 7 / 2       | 1 971                | 12 / 8      | 486 544             | 488 515         | 100 00 |                         |

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Observa-se, pela tabela acima, que das 12 (doze) Atividades previstas, 8 (oito) foram implementadas, absorvendo recursos no montante de R\$ 486 544 mil, o que equivaleu a 99,60% do total despendido Quanto aos Projetos, constatou-se que dos 07 (sete) programados no Orçamento, foram movimentados 02 (dois) O total despendido com os mesmos representou, apenas, 0,40% da despesa realizada no Programa. Essa pequena aplicação de recursos em Projetos prejudicou bastante o reaparelhamento operacional dos Órgãos Estaduais responsáveis pela Segurança Pública

Abaixo, demonstra-se a participação dos Projetos e das Atividades no total gasto pelo Programa Segurança Pública

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

| Nº   | PROJETO E/OU ATIVIDADE  | DOTAÇÃO |          | DESPESA   |          | DR/DI  |
|------|---|---------|----------|-----------|----------|--------|
|      |   | INICIAL | PARTIC % | REALIZADA | PARTIC % |        |
| 1016 | Reaparelhamento Operacional da Brigada Militar                    | 720     | 0 23     |           |          |        |
| 1017 | Reaparelhamento Operacional do Corpo de Bombeiros                 | 2 500   | 0 80     |           |          |        |
| 1796 | Renovação e Ampliação da Frota de Viaturas da BM                  | 2 280   | 0 73     |           |          |        |
| 1797 | Renovação e Ampliação da Frota de Viaturas da Polícia Civil       | 1.383   | 0 44     |           |          |        |
| 1810 | Reaparelhamento Operacional da Polícia Civil                      | 698     | 0 22     |           |          |        |
| 1814 | Construção e Reforma de Unidades Policiais Cíveis                 | 1 540   | 0 49     | 1 040     | 0 21     | 67 53  |
| 2064 | Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva                      | 172 866 | 54 99    | 295 871   | 60 57    | 171 16 |
| 2066 | Manutenção dos Serviços de Saúde                                  | 409     | 0 13     | 100       | 0 02     | 24 37  |
| 2067 | Manutenção dos Serviços de Bombeiros                              | 12 355  | 4 12     | 28 059    | 5 74     | 216 59 |
| 2260 | Manutenção dos Serviços da Polícia Civil                          | 99 804  | 31 75    | 151 094   | 30 93    | 151 39 |
| 2718 | Contr ao DETRAN p/Desps com Pessoa e Encargos Sociais             | 2 000   | 0 64     |           |          |        |
| 2719 | Contr ao DETRAN p/Outras Despesas Correntes                       | 1 000   | 0 32     |           |          |        |
| 2720 | Contr ao DETRAN p/Despesas de Capital                             | 50      | 0 02     |           |          |        |
| 8007 | Manutenção e Reap dos Serviços da Coordenadoria Geral de Perícias | 664     | 0 21     |           |          |        |
| 8020 | Manutenção e Reaparelhamento da Brigada Militar                   | 664     | 0 21     | 2 563     | 0 52     | 386 14 |
| 8021 | Manutenção e Reaparelhamento da Polícia Civil                     | 2 655   | 0 84     | 1 054     | 0 34     | 62 27  |
| 8022 | Conselho Estadual de Entorpecentes                                | 332     | 0 11     | 17        | 0 00     | 5 22   |
| 8023 | Formulação e Coord Política de Segurança Pública                  | 1 858   | 0 59     | 7 186     | 1 47     | 386 77 |
| 9026 | Integração de Transmissão de Dados e Telecomunicações             | 10 000  | 3 18     | 931       | 0 19     | 9 31   |
|      | TOTAL   | 314 379 | 100 00   | 488 515   | 100 00   | 156 39 |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Reparou-se que apenas 03 (três) Atividades executadas concentraram 97,24% dos recursos destinados ao Programa, o que significou um total de R\$ 475 024 mil A Atividade nº 2064 - Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva, desenvolvida pela Brigada Militar, foi destinatária da maioria dos recursos aplicados, ou seja, 60,57% As Atividades nºs 2350 - Manutenção dos Serviços de Polícia Civil e 2067 - Manutenção dos Serviços de Bombeiros administraram, respectivamente, 30,93% e 5,74% daquele valor

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO  
PROGRAMA 30 Segurança Pública

| Nº   | ELEMENTO                                     | Em R\$ mil      |          |                   |          |         |  |
|------|--|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|--|
|      |  | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |  |
| 3111 | Pessoal Civil                                | 109 823         | 34 93    | 145 909           | 29 87    | 132 86  |  |
| 3112 | Pessoal Militar                              | 137 660         | 43 79    | 274 385           | 56 17    | 199 32  |  |
| 3113 | Obrigações Patronais                         | 193             | 0 06     | 96                | 0 02     | 49 67   |  |
| 3114 | Diárias e Ajuda de Custo                     | 8 216           | 2 61     | 15 690            | 3 21     | 190 97  |  |
| 3120 | Maternal de Consumo                          | 11 850          | 3 77     | 10 626            | 2 18     | 89 67   |  |
| 3131 | Remuneração de Serviços Pessoais             | 180             | 0 06     | 3                 | 0 00     | 1 48    |  |
| 3132 | Outros Serviços e Encargos                   | 22 712          | 7 22     | 15 920            | 3 26     | 70 09   |  |
| 3192 | Despesas de Exercícios Anteriores            |                 |          | 76                | 0 02     |         |  |
| 3193 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal    |                 |          | 15 152            | 3 10     |         |  |
| 3211 | Transferências Operacionais                  | 3 000           | 0 95     | 365               | 0 07     | 12 17   |  |
| 3221 | Transferências à União                       |                 |          | 94                | 0 02     |         |  |
| 3254 | Apoio Financeiro a Estudantes                |                 |          | 92                | 0 02     |         |  |
| 3259 | Outras Transferências a Pessoas              |                 |          | 10                | 0 00     |         |  |
| 3292 | Despesas de Exercícios Anteriores            |                 |          | 7                 | 0 00     |         |  |
| 3293 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal    |                 |          | 4                 | 0 00     |         |  |
| 4110 | Obras e Instalações                          | 1 630           | 0 52     | 1 647             | 0 34     | 101 01  |  |
| 4120 | Equipamentos e Material Permanente           | 19 043          | 6 06     | 8 431             | 1 73     | 44 28   |  |
| 4192 | Despesas de Exercícios Anteriores            |                 |          | 1                 | 0 00     |         |  |
| 4210 | Aquisição de Imóveis                         |                 |          |                   |          |         |  |
| 4260 | Const ou Aun de Cap de Entr Comerc ou Financ | 21              | 0 01     | 4                 | 0 00     | 21 29   |  |
| 4311 | Auxílios para Despesas de Capital            | 50              | 0 02     |                   |          |         |  |
|      | TOTAL  | 314 379         | 100 00   | 488 515           | 100 00   | 155 39  |  |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Examinando-se a composição dos elementos de despesas utilizados na implementação do Programa, fica evidenciado que os recursos humanos, que, inclusive em quantidade, mostraram-se insuficientes para o cumprimento dos objetivos do mesmo, absorveram a quase totalidade do valor despendido, ou seja, as despesas com Pessoal Civil e Militar - Elementos 3111, 3112, 3113, 3114, 3193 e 3293 somaram recursos no valor de R\$ 451 236 mil, que equivaleram a 92,37% do total Concomitantemente, os recursos destinados a Material de Consumo e a Equipamento e Material Permanente, nos montantes de R\$ 10 626 mil e R\$ 8 431 mil, alcançaram tão-somente 2,18% e 1,73%, respectivamente, do aplicado/ano no Programa

## BRIGADA MILITAR

A atribuição exclusiva da Brigada Militar é o policiamento ostensivo em todo território do Rio Grande do Sul, com o objetivo de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos

O Comando de Policiamento da Capital - CPC, o Policiamento de Áreas - CPA/1-6, o Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual - BPRv, o Comando do Corpo de Bombeiros - CCB, todos com autonomia, porém com subordinação direta ao Comando-Geral, conjuntamente somaram, em 31/12/97, um efetivo de 22 756 policiais militares. Incluindo-se os 2 252 policiais desempenhando atividades em Órgãos de Apoio, constata-se um efetivo total de 25 008 policiais

A evolução do efetivo da Brigada Militar, em confronto com a da população do Estado, apresenta-se como segue

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA BRIGADA MILITAR  
E DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL  
PERÍODO DE 1988/1997

| ANO  | Nº     | EFETIVO DA BRIGADA MILITAR (*) |               | POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL<br>Nº DE HABITANTES | POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL |               |
|------|--------|--------------------------------|---------------|--|--------------------------------|---------------|
|      |        | RELATIVO                       |               |  | RELATIVO                       |               |
|      |        | BASE<br>FIXA                   | BASE<br>MÓVEL |  | BASE<br>FIXA                   | BASE<br>MÓVEL |
| 1988 | 22 684 | 100,00                         | 100 00        | 8 708 692  | 100,00                         | 100,00        |
| 1989 | 23 618 | 104 12                         | 104 12        | 8 826 965  | 101 36                         | 101 36        |
| 1990 | 24 128 | 106,36                         | 102,16        | 8 941 318  | 102 67                         | 101 30        |
| 1991 | 29 962 | 132,08                         | 124,18        | 9 135 479  | 104,90                         | 102,17        |
| 1992 | 29 352 | 129 39                         | 97 96         | 9 251 307  | 106 23                         | 101 27        |
| 1993 | 29 044 | 128 03                         | 98 95         | 9 384 358  | 107 76                         | 101,44        |
| 1994 | 28 560 | 125 90                         | 98 33         | 9 502 416  | 109 11                         | 101,26        |
| 1995 | 27 467 | 121,08                         | 96,17         | 9 619 416  | 110,46                         | 101,23        |
| 1996 | 25 774 | 113,62                         | 93,84         | 9 624 529  | 110,52                         | 100,05        |
| 1997 | 25 008 | 110,24                         | 97,02         | 9 718 154  | 111,59                         | 100,97        |

Fontes Brigada Militar Assessoria Jurídica  
FEE - Estimativa Populacional por Município/RS 1997  
(\*) Incluído efetivo existente em Órgãos de Apoio e BPRv  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No período de 1988 a 1990, notam-se acréscimos pouco expressivos no efetivo da Brigada Militar. No ano de 1991, todavia, o mesmo apresentou o maior crescimento da série ao atingir 32,08%, em relação ao ano-base (1988), e 24,18%, comparativamente ao ano anterior (1990). Nos anos seguintes ao pico (1991), verifica-se gradativa e contínua diminuição no número de policiais militares. No exercício em

análise, o efetivo sofreu uma redução de 766 policiais, que significou uma perda de 2,97% em relação a 1996

A relação número de policiais militares por mil habitantes mostrou fraco crescimento no ano de 1989, confrontando-se com 1988, prosseguindo a mesma tendência até o ano de 1990. Em 1991, a relação atingiu o pico da série (3,28). Depois, passa a registrar contínua diminuição, alcançando o menor índice da série em 1997, quando mostra 2,57 policiais/mil habitantes, como a seguir se demonstra

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE POLICIAIS  
MILITARES POR MIL HABITANTES  
1988/1997

| ANO  | Nº DE<br>POLICIAIS POR<br>MIL HABITANTES |
|------|--|
| 1988 | 2,60                                     |
| 1989 | 2,68                                     |
| 1990 | 2,70                                     |
| 1991 | 3,28                                     |
| 1992 | 3,17                                     |
| 1993 | 3,09                                     |
| 1994 | 3,00                                     |
| 1995 | 2,86                                     |
| 1996 | 2,68                                     |
| 1997 | 2,57                                     |

Fontes: Brigada Militar Assessoria  
Jurídica e FEE Estimativa  
Populacional/RS 1997  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A respeito da distribuição do efetivo da Brigada Militar, em 31/12/97, constata-se que 82,52% dos policiais estavam lotados na atividade-fim. Quanto à atividade-meio, verifica-se que na Capital, onde está localizado o Comando da Corporação, existiu a maior concentração, conforme dados abaixo

BRIGADA MILITAR EFETIVO EM 31.12.97

| LOTAÇÃO + | ATIVIDADE |            |        |            | TOTAL  | PART   |            |
|-----------|-----------|------------|--------|------------|--------|--------|------------|
|           | MEIO      | PART % (1) | FIM    | PART % (1) |        | QUANT  | PART % (1) |
| Capital   | 2 576     | 58,93      | 3 746  | 18,15      | 6 322  | 100,00 | 25,28      |
| Interior  | 1 795     | 41,07      | 16 891 | 81,85      | 18 686 | 100,00 | 74,72      |
| TOTAL     | 4 371     | 17,48      | 20 637 | 82,52      | 25 008 | 100,00 | 100,00     |

(1) Sobre o total da atividade

(2) Sobre o total do efetivo no Estado

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Concernentemente à evolução do efetivo da Brigada Militar na Capital e no Interior, observa-se um acentuado decréscimo no da Capital, tendência esta que começou a partir do ano de 1992, quando a Capital detinha 31,04% dos policiais contra 68,96% lotados no Interior No exercício em análise, a Capital contou com 6 322 policiais, ou seja, 25,28% do total, enquanto no Interior encontravam-se lotados 18 686, equivalendo a 74,72%, tal qual se mostra a seguir

**BRIGADA MILITAR EVOLUÇÃO DO EFETIVO  
PARTICIPACÃO (%) SOBRE TOTAL  
1992/1997**

| LOTAÇÃO  | 1992   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   |
|----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Capital  | 31,04  | 30,75  | 27,37  | 27,51  | 26,79  | 25,28  |
| Interior | 68,96  | 69,25  | 72,63  | 72,49  | 73,21  | 74,72  |
| TOTAL    | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte Brigada Militar Assessoria Jurídica  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Por conveniente, há que se registrar que o efetivo legalmente previsto da Brigada Militar alcança o total de 33 650 policiais No entanto, apenas 74,32% dos cargos previstos em lei estavam preenchidos em 1997, o que evidencia uma defasagem de 25,68%, como confirmam os dados da tabela abaixo

**EFETIVO DA BRIGADA MILITAR  
1996/1997**

| ANO  | EFETIVO      |               | % GRAU DE OCUPAÇÃO (B/A) | % DEFASAGEM DO EFETIVO (B/A) |
|------|--------------|---------------|--------------------------|------------------------------|
|      | PREVISTO (A) | EXISTENTE (B) |                          |                              |
| 1996 | 33 650       | 25 774        | 76,59                    | 23,41                        |
| 1997 | 33 650       | 25 008        | 74,32                    | 25,68                        |

Fonte Relatório de Atividades da Brigada Militar - 1997  
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

**DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR COMANDO  
1997**

| CARGO                   | PREVISTO | EXISTENTE | % S/ TOTAL EXISTENTE |
|-------------------------|----------|-----------|----------------------|
| Policinamento Ostensivo | 25 637   | 18 929    | 75,69                |
| Bombeiros               | 4 221    | 2 894     | 11,57                |
| Rodoviário              | 1 056    | 933       | 3,73                 |
| Órgãos de Apoio         | 2 736    | 2 252     | 9,01                 |
| TOTAL                   | 33 650   | 25 008    | 100,00               |

Fonte Relatório de Atividades da Brigada Militar - 1997  
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto à frota de veículos da Brigada Militar, verifica-se a existência de 2 380 veículos no exercício em análise, tipificados como segue

**BRIGADA MILITAR**  
**VEÍCULOS DISPONÍVEIS EM 31-12-97**

| TIPO         | CAPITAL    | INTERIOR     | TOTAL        |
|--------------|------------|--------------|--------------|
| Ônibus       | 003        | 002          | 005          |
| Microônibus  | 025        | 036          | 061          |
| Caminhões    | 009        | 025          | 034          |
| Automóveis   | 181        | 1 316        | 1 517        |
| Utilitários  | 070        | 217          | 287          |
| Motocicletas | 080        | 156          | 236          |
| Outros       | 182        | 078          | 260          |
| <b>TOTAL</b> | <b>550</b> | <b>1 830</b> | <b>2 380</b> |
| x            | 23         | 77           | 100          |

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A frota de veículos a disposição da Brigada Militar, para o atendimento tanto da atividade-fim como da atividade-meio, em 1997, cresceu 5,36%, confrontando-se com os dados apresentados no ano anterior. No tocante à distribuição dos veículos entre o Interior e a Capital, observou-se que 77% dos veículos da Brigada Militar achavam-se lotados no Interior, enquanto a Capital detinha os 23% restantes.

Verifica-se, ainda, que a frota da Capital cresceu 12 veículos, ou seja, 2,23% em relação a 1996. No Interior, todavia, aumentou 109 veículos, o que representou um acréscimo de 6,33%, como segue:

**EVOLUÇÃO DA FROTA DA BRIGADA MILITAR**  
**1990/1997**

| ANO  | Nº DE VEÍCULOS DISPONÍVEIS |      |         |          |      |         |       |
|------|----------------------------|------|---------|----------|------|---------|-------|
|      | CAPITAL                    | PERC | S/TOTAL | INTERIOR | PERC | S/TOTAL | TOTAL |
| 1990 | 534                        | 28   |         | 1 348    | 72   |         | 1 882 |
| 1991 | 502                        | 27   |         | 1 381    | 73   |         | 1 883 |
| 1992 | 829                        | 38   |         | 1 349    | 62   |         | 2 178 |
| 1993 | 475                        | 22   |         | 1 670    | 78   |         | 2 145 |
| 1994 | 779                        | 33   |         | 1 561    | 67   |         | 2 340 |
| 1995 | 649                        | 28   |         | 1 658    | 72   |         | 2 307 |
| 1996 | 538                        | 24   |         | 1 721    | 76   |         | 2 259 |
| 1997 | 550                        | 23   |         | 1 830    | 77   |         | 2 380 |

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No quadro a seguir, evidencia-se que 69,12% do total da frota compõe-se de viaturas com mais de cinco anos de uso. No Interior do Estado, esta situação atingiu 72,65% da frota. Na Capital e Região Metropolitana, o percentual caiu para 58,17%. Convm salientar que a vida útil para veículos utilizados nesse tipo de atividade, de forma intensiva, e de no máximo 4 anos.

BRIGADA MILITAR  
FAIXA ETÁRIA DAS VIATURAS EM 31.12.97

| FAIXA ETÁRIA    | EXISTÊNCIA                     |          | TOTAL | %      | ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO |
|-----------------|--------------------------------|----------|-------|--------|-----------------------------|
|                 | CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA | INTERIOR |       |        |                             |
| 0 A 2 ANOS      | 56                             | 174      | 230   | 9,66   | BOM                         |
| 2 A 5 ANOS      | 187                            | 318      | 505   | 21,22  | REGULAR                     |
| 6 A 10 ANOS     | 180                            | 642      | 822   | 34,54  | MAU                         |
| MAIS DE 10 ANOS | 158                            | 665      | 823   | 34,58  | MAU                         |
| TOTAL           | 581                            | 1.799    | 2.380 | 100,00 |                             |

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O registro de ocorrências efetivadas pela Brigada Militar, no período compreendido entre 1988/97, mostra o que segue

BRIGADA MILITAR  
EVOLUÇÃO DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS  
1988/1997

| ANO  | DE TRÁNSITO            | CONTRA OS COSTUMES | CONTRA O PATRIMÔNIO | CONTRA A PESSOA | CONTRA O MEIO AMBIENTE | OUTRAS OCORRÊNCIAS |
|------|------------------------|--------------------|---------------------|-----------------|------------------------|--------------------|
| 1988 | Número<br>Relativo(*)  | 430 230<br>100     | 61 862<br>100       | 25 947<br>100   | 40 787<br>100          | n 1<br>n 1         |
| 1989 | Número<br>Relativo     | 416 787<br>97      | 64 026<br>103       | 30 773<br>119   | 45 760<br>113          | n 1<br>n 1         |
| 1990 | Número<br>Relativo     | 452 911<br>109     | 69 675<br>109       | 31 467<br>102   | 49 164<br>107          | n 1<br>n 1         |
| 1991 | Número<br>Relativo     | 521 451<br>121     | 79 574<br>129       | 33 132<br>128   | 52 271<br>128          | n 1<br>n 1         |
| 1992 | Número<br>Relativo     | 552 475<br>128     | 90 407<br>146       | 39 774<br>153   | 54 655<br>134          | n 1<br>n 1         |
| 1993 | Número<br>Relativo     | 472 200<br>110     | 86 071<br>139       | 31 149<br>120   | 42 125<br>103          | n 1<br>13 287      |
| 1994 | Número<br>Relativo     | 591 266<br>137     | 91 489<br>148       | 130 117<br>501  | 38 234<br>94           | n 1<br>9 792       |
| 1995 | Número<br>Relativo     | 809 855<br>188     | 82 649<br>135       | 31 457<br>121   | 33 517<br>82           | n 1<br>15 355      |
| 1996 | Número<br>Relativo(**) | 794 009<br>185     | 72 713<br>118       | 28 047<br>108   | 29 069<br>71           | 512<br>13 195      |
| 1997 | Número<br>Relativo     | 645 952<br>150     | 66 429<br>107       | 27 627<br>106   | 26 337<br>65           | 1 898<br>13 893    |

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica

(\*) Cálculo percentual realizado sobre o ano base (1988)

(\*\*) Ajustadas quantidades de acordo com Relatório da Brigada Militar 1997 (pág. 12 errata)

Através da tabela retromencionada, observa-se que as Ocorrências registradas Contra os Costumes, Contra o Patrimônio e Contra a Pessoa diminuíram, no exercício de 1997, em relação ao anterior (1996), permanecendo a tendência de queda verificada em 1993 Quanto às Ocorrências de Trânsito, que apresentavam propensão ao crescimento, verifica-se decréscimo de 18,65%, em relação a 1996

Confrontando-se os dados de 1997 com os do ano-base (1988), temos que as Ocorrências de Trânsito cresceram 50%, as Contra os Costumes 7% e as Contra o Patrimônio 6% Excetuaram-se as Ocorrências Contra a Pessoa, que decresceram 35% no mesmo período

Na tabela abaixo, verifica-se a natureza das ocorrências

|                               |                         | BRIGADA MILITAR<br>NATUREZA DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO RIO GRANDE DO SUL<br>1996/1997 |         |                          |                          |              |      |
|-------------------------------|-------------------------|---|---------|--------------------------|--------------------------|--------------|------|
| DISCRIMINAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS |                         | 1996  | 1997    | % 1997 S/<br>TOTAL CATEG | % 1997 S/<br>TOTAL GERAL | %<br>1997/96 |      |
| Acidentes de Trânsito         | Com danos materiais     | 46 215  | 45 573  | 7 06                     | 5 83                     | 1 82         |      |
|                               | Com lesões corporais    | 17 134  | 14 909  | 2 31                     | 1 91                     | 12 99        |      |
|                               | Com morte de pessoas    | 634   | 654     | 0 10                     | 0 08                     | 3 15         |      |
|                               | Infração de trânsito    | 728 613   | 582 451 | 90 17                    | 74 49                    | 20 06        |      |
|                               | Conflito de circulação  | 651   | 343     | 0 05                     | 0 04                     | 47 41        |      |
|                               | Atropelamento de pessoa | 762   | 2 022   | 0 31                     | 0 26                     | 165 35       |      |
| Total                         |                         | 794 009   | 645 952 | 100 00                   | 82 58                    | 18 67        |      |
| Contra os Costumes            | Ato obsceno             | 1 016   | 972     | 1 46                     | 0 12                     | 4 33         |      |
|                               | Embriaguez              | 4 344   | 3 876   | 5 83                     | 0 50                     | 10 77        |      |
|                               | Desordem                | 62 705  | 50 775  | 76 43                    | 6 49                     | 19 03        |      |
|                               | Pert trab e sos alheio  | 4 648   | 10 806  | 16 27                    | 1 38                     | 132 49       |      |
| Total                         |                         | 72 713  | 66 429  | 100 00                   | 8 50                     | 8 64         |      |
| Contra o Patrimônio           | Dano                    | 4 361   | 4 758   | 17 22                    | 0 61                     | 9 10         |      |
|                               | Furto de veículo        | 2 614   | 2 262   | 8 19                     | 0 29                     | 13 47        |      |
|                               | Furto simples           | 6 939   | 6 492   | 23 50                    | 0 83                     | 6 44         |      |
|                               | Abrigo                  | 762   | 614     | 2 22                     | 0 08                     | 19 42        |      |
|                               | Furto qualificado       | 13 371  | 13 501  | 48 87                    | 1 73                     | 0 97         |      |
| Total                         |                         | 28 047  | 27 627  | 100 00                   | 3 53                     | 1 50         |      |
| Contra a Pessoa               | Roubo                   | 7 982   | 9 712   | 36 88                    | 1 24                     | 21 67        |      |
|                               | Agressão com lesões     | 8 590   | 7 756   | 29 46                    | 0 99                     | 9 71         |      |
|                               | Homicídio               | 395   | 349     | 1 33                     | 0 04                     | 11 65        |      |
|                               | Encontro de cadáver     | 1 917   | 1 764   | 6 70                     | 0 23                     | 7 98         |      |
|                               | Roubo a banco           | 176   | 276     | 1 05                     | 0 04                     | 54 19        |      |
|                               | Sequestro               | 72  | 72      | 0 27                     | 0 01                     | 0 00         |      |
|                               | Res desobediência des   | 599   | 433     | 1 64                     | 0 06                     | 27 71        |      |
|                               | Porte ilegal de armas   | 9 335   | 5 975   | 22 69                    | 0 76                     | 35 99        |      |
| Total                         |                         | 29 069  | 26 337  | 100 00                   | 3 37                     | 9 40         |      |
| Contra o Meio Ambiente        | Contra a fauna/pesca    | 218   | 836     | 44 05                    | 0 11                     | 283 49       |      |
|                               | Contra a flora          | 219   | 718     | 37 83                    | 0 09                     | 227 85       |      |
|                               | Poluição                | 75  | 344     | 18 12                    | 0 04                     | 358 67       |      |
| Total                         |                         | 512   | 1 898   | 100 00                   | 0 24                     | 270 70       |      |
| Outras                        | Incêndio                | 8 033   | 833     | 6 00                     | 0 11                     | 89 63        |      |
|                               | Risco Excepcional       | 229   | 6 677   | 48 06                    | 0 86                     | 2 829 81     |      |
|                               | Infrações contra consum | 886   | 1 051   | 7 56                     | 0 13                     | 53 21        |      |
|                               | Tóxicos                 | 3 830   | 4 426   | 31 86                    | 0 57                     | 15 56        |      |
|                               | Inundação               | 187   | 512     | 3 69                     | 0 07                     | 173 80       |      |
|                               | Vendável                | 124   | 266     | 1 91                     | 0 03                     | 114 52       |      |
|                               | Desabamento             | 70  | 93      | 0 67                     | 0 01                     | 32 86        |      |
|                               | Deslizamento            | 30  | 35      | 0 25                     | 0 00                     | 16 67        |      |
|                               |                         | Naufrágio   | 7       |                          |                          |              |      |
|                               | Total                   |   | 13 195  | 13 893                   | 100 00                   | 1 78         | 5 29 |
| TOTAL GERAL                   |                         | 937 545   | 781 936 |                          | 100,00                   | 16 60        |      |

Fonte: Relatório da Brigada Militar  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS 1997 (pág 12 errata)

Pelas informações da tabela, apura-se que, em 1997, houve predomínio, sobre as demais categorias, do evento vinculado a Acidentes de Trânsito, sendo que nesta categoria as Transgressões tomaram posição de destaque

Na categoria Contra os Costumes, as infrações pertinentes a Desordens salientaram-se

O Furto Qualificado distinguiu-se na categoria Contra o Patrimônio E eventos ligados a Roubo sobressaíram-se na categoria Contra a Pessoa, seguido por Agressões com Lesões, em quantidade registrada

Analisando-se os Serviços Prestados e as Providências Tomadas pelos policiais militares, no período 1988/1997, resultantes das ocorrências registradas, elaborou-se a seguinte tabela evolutiva.

BRIGADA MILITAR  
EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS/PROVIDÊNCIAS TOMADAS  
1988/1997

| ANO  | SERVIÇOS PRESTADOS (1) | PROVIDÊNCIAS TOMADAS (1) |
|------|------------------------|--------------------------|
| 1988 | Número 316 692         | 723 515                  |
|      | Relativo(*) 100        | 100                      |
| 1989 | Número 313 997         | 715 751                  |
|      | Relativo 99            | 99                       |
| 1990 | Número 282 133         | 773 837                  |
|      | Relativo 89            | 107                      |
| 1991 | Número 283 228         | 859 900                  |
|      | Relativo 89            | 119                      |
| 1992 | Número 299 754         | 841 950                  |
|      | Relativo 95            | 116                      |
| 1993 | Número 264 836         | 790 123                  |
|      | Relativo 84            | 109                      |
| 1994 | Número 340 127         | 844 804                  |
|      | Relativo 107           | 117                      |
| 1995 | Número 235 572         | 1 200 732                |
|      | Relativo 74            | 166                      |
| 1996 | Número 208 745         | 1 226 784                |
|      | Relativo(**) 66        | 170                      |
| 1997 | Número 208 015         | 951 716                  |
|      | Relativo 66            | 133                      |

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica  
(\*) Calculado percentual sobre o ano base (1988)  
(\*\*) Ajustadas quantidades de acordo com Relatório da Brigada Militar - 1997 (pág 12 errata)  
(1) Discriminação em Tabela específica logo abaixo

No período em análise, os Serviços Prestados pela Brigada Militar expressam números relativos, que mostram uma tendência decrescente, comparativamente ao ano-basilar da serie Assim, em 1997, os serviços representaram 66% do efetivado no ano-base (1988) Confrontando-se, todavia, com o realizado em 1996, observa-se uma queda de 0,35%

Quanto as Providências Tomadas, a série estudada evidenciou movimentos crescentes ao longo do período, comparando-se com a quantidade registrada no ano de 1988 No exercício de 1997, certifica-se que foram superiores em 33% ao indicado no ano-base Comparativamente ao ano anterior (1996), as Providências Tomadas apresentaram uma redução de 21,61%

BRIGADA MILITAR  
NATUREZA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS  
1996/1997

| ESPECIFICAÇÃO                   | 1996      | 1997      | % 1997<br>S/CATEG | % 1997<br>S/TOTAL | % 1997/96 |
|---------------------------------|-----------|-----------|-------------------|-------------------|-----------|
| Abastecimento                   | 1 513     | 1 094     | 0 53              | 0 09              | 27 69     |
| Apoio à autoridade              | 10 476    | 9 679     | 4 65              | 0 83              | 7 61      |
| Salvamento de pessoas           | 3 824     | 2 658     | 1 28              | 0 23              | 30 49     |
| Salvamento de animais           | 415       | 267       | 0 13              | 0 02              | 35 66     |
| Esgotamento                     | 169       | 153       | 0 07              | 0 01              | 9 47      |
| Remoção de fonte perigosa       | 9 007     | 6 794     | 3 25              | 0 58              | 25 01     |
| Resgate                         | 100       | 57        | 0 03              | 0 00              | 43 00     |
| Buscas                          | 636       | 309       | 0 15              | 0 03              | 51 42     |
| Lavagem de pista                | 1 031     | 730       | 0 35              | 0 06              | 29 19     |
| Combate a incêndio (25/38)      | 5 321     | 4 222     | 2 03              | 0 36              | 20 65     |
| Patrulhamento                   | 1 727     | 1 695     | 0 81              | 0 14              | 1 85      |
| Serviços                        | 8 271     | 9 908     | 4 76              | 0 85              | 19 79     |
| Assistência                     | 58 419    | 62 954    | 30 26             | 5 38              | 7 76      |
| Prestados                       | 6 306     | 5 221     | 2 51              | 0 45              | 17 21     |
| Guarda em estab. penais         | 61 835    | 65 163    | 31 32             | 5 57              | 5 38      |
| Inspeção de local               | 10 224    | 14 667    | 7 05              | 1 25              | 43 46     |
| Controle de trânsito            | 10 580    | 5 754     | 2 77              | 0 49              | 45 61     |
| Pol. em loc. de div. públ.      | 3 043     | 2 356     | 1 13              | 0 20              | 22 58     |
| Pol. em Dist. Pas. Sol. e Proc. | 1 085     | 906       | 0 44              | 0 08              | 16 50     |
| Pol. em praças desportivas      | 2 154     | 1 451     | 0 70              | 0 12              | 32 64     |
| Perm. em locais interditos      | 85        | 83        | 0 04              | 0 01              | 2 35      |
| Escolta ou diligência           | 3 911     | 3 313     | 1 59              | 0 28              | 15 29     |
| Ativ. prev. de bombeiros        | 3 794     | 4 150     | 1 99              | 0 35              | 9 38      |
| Operações de policiamento       | 4 183     | 3 726     | 1 79              | 0 32              | 10 93     |
| Apoio ou reforço                | 636       | 755       | 0 36              | 0 06              | 18 71     |
| Total Serviços                  | 208 745   | 208 025   | 100 00            | 17 78             | 0 34      |
| Recolhimento de veículo         | 68 970    | 43 727    | 4 55              | 3 74              | 36 60     |
| Desarmamento                    | 15 905    | 9 412     | 0 98              | 0 80              | 40 82     |
| Encaminhamento de incapaz       | 13 894    | 9 582     | 1 00              | 0 82              | 31 03     |
| Averiguações                    | 91 627    | 105 919   | 11 01             | 9 05              | 15 60     |
| Provid. Tomadas                 | 33 161    | 22 913    | 2 38              | 1 96              | 30 90     |
| Encaminhamento de menor         | 12 371    | 10 196    | 1 06              | 0 87              | 17 58     |
| Advertência                     | 16 958    | 13 510    | 1 40              | 1 15              | 20 33     |
| Compos. e or. de partes         | 186 511   | 174 926   | 18 19             | 14 95             | 6 21      |
| Prisão                          | 29 833    | 21 719    | 2 26              | 1 86              | 27 20     |
| Notif. p/infir. de trânsito     | 744 851   | 542 431   | 56 40             | 46 37             | 27 18     |
| Encaminhamento de OMI           | 12 703    | 6 694     | 0 70              | 0 57              | 47 30     |
| Encaminhamento ao JEC           |           | 687       | 0 07              | 0 06              |           |
| Apr. prod. ut. inf. e meio amb. |           |           |                   |                   |           |
| Total Providências              | 1 226 784 | 961 716   | 100 00            | 82 22             | 21 61     |
| TOTAL GERAL                     | 1 435 529 | 1 169 741 |                   | 100 00            | 18 51     |

Observando-se a natureza dos Serviços Prestados pela Brigada Militar, tem-se que as Inspeções de Locais distinguiram-se em quantidade, seguidas imediatamente por Assistência.

Relativamente às Providências Tomadas, os registros evidenciam que as Notificações por Infrações de Trânsito sobressaíram-se entre as demais

Ao finalizar-se a análise do efetivo e atuação da Brigada Militar, entende-se que a atuação da Corporação acha-se prejudicada pelo decréscimo de seu efetivo, agravada pelo elevado número de policiais concentrados na atividade-meio (17,48% do total) Na Capital, os dados mostram que 40,75% dos policiais desempenham funções na atividade-meio, isto é, 2 576 de um total de 6 322 Outras circunstâncias que merecem ser salientadas dizem respeito ao fato de que 69,12% do total dos veículos possuem faixa etária superior a 5 anos de uso e 90,34% dos mesmos apresentam estado de conservação entre regular e mau Tais fatores contribuem para que a atuação da Brigada Militar não se desenvolva de forma plenamente satisfatória

## POLÍCIA CIVIL

À Polícia Civil incumbe o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, exceto as militares Para a consecução desta finalidade, contou, no ano de 1997, com 5 973 policiais civis, assim distribuídos

### POLÍCIA CIVIL DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR REGIÃO 1997

| CATEGORIA FUNCIONAL     | CAPITAL          | % (*)        | ÁREA METROP      | % (*)        | INTERIOR         | % (*)        | TOTAL            | % (*)         |
|-------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|---------------|
| Delegado de Polícia     | 91               | 32,50        | 36               | 12,86        | 153              | 54,64        | 280              | 100,00        |
| Comissário Polícia      | 174              | 62,37        | 17               | 6,09         | 88               | 31,54        | 279              | 100,00        |
| Com Divers Públicas     | 7                | 100,00       |                  |              |                  |              | 7                | 100,00        |
| Inspetor Polícia        | 820              | 32,68        | 354              | 14,11        | 1 395            | 53,21        | 2 569            | 100,00        |
| Insp Divers Públicas    | 9                | 100,00       |                  |              |                  |              | 9                | 100,00        |
| Escrivão Polícia        | 738              | 34,53        | 205              | 9,59         | 1 194            | 55,87        | 2 137            | 100,00        |
| Investigador            | 388              | 51,60        | 119              | 15,82        | 245              | 32,58        | 752              | 100,00        |
| <b>TOTAL DO EFETIVO</b> | <b>2 227</b>     | <b>37,28</b> | <b>731</b>       | <b>12,24</b> | <b>3 015</b>     | <b>50,48</b> | <b>5 973</b>     | <b>100,00</b> |
| <b>POPULAÇÃO</b>        | <b>1 285 019</b> | <b>13,22</b> | <b>1 990 499</b> | <b>20,48</b> | <b>6 442 636</b> | <b>66,29</b> | <b>9 718 154</b> | <b>100,00</b> |

Fonte Relatório da Polícia Civil/1997 DIPLANCO e FEE Estimativa Populacional/RS 1997

(\*) Os percentuais apurados referem-se ao total de cargos providos na respectiva categoria funcional  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Os registros da tabela evidenciam que o Interior do Estado concentrou 50,48% do efetivo total da Polícia Civil. A Capital contou com 37,28%, contrastando com a Área Metropolitana (excluindo Porto Alegre), que somou os 12,24% remanescentes. Em 1997, a Capital, com uma população inferior em 35% da existente na Área Metropolitana, obteve 205% mais policiais do que o resto da mesma. Registra-se, ainda, por oportuno, que ao relacionar-se as ocorrências policiais havidas na Capital e Área Metropolitana com os respectivos números de policiais lotados nessas regiões, constatou-se que, para cada policial lotado na Capital, foram relacionadas 104 ocorrências, enquanto que na Área Metropolitana 246. No Interior do Estado, este indicador mostra 144 ocorrências e, computando-se essas três regiões, constata-se que, em nível de Estado, a relação é de 141 ocorrências por policial civil, como segue:

| POLÍCIA CIVIL   |          |         |         |         |                  |                      |         |         |         |                  |
|---|----------|---------|---------|---------|------------------|----------------------|---------|---------|---------|------------------|
| EVOLUÇÃO DO EFETIVO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E OCORRÊNCIAS POR POLICIAL POR REGIÃO |          |         |         |         |                  |                      |         |         |         |                  |
| 1994/1997   |          |         |         |         |                  |                      |         |         |         |                  |
| REGIÃO +<br>DISCRIMINAÇÃO   | CAPITAL  |         |         |         |                  | REGIÃO METROPOLITANA |         |         |         |                  |
|   | 1994     | 1995    | 1996    | 1997    | VAR (%)<br>97/96 | 1994                 | 1995    | 1996    | 1997    | VAR (%)<br>97/96 |
| Nº Políc (1)  | 2 099    | 2 263   | 2 242   | 2 227   | 0,67             | 481                  | 741     | 823     | 731     | 11,18            |
| Nº Ocorr (2)  | 190 531  | 209 417 | 228 685 | 231 732 | 1,33             | 107 883              | 117 089 | 190 382 | 180 088 | 5,41             |
| Ocorr p/Pol   | 90,77    | 92,54   | 102,00  | 104,05  | 2,01             | 224,28               | 158,01  | 231,32  | 246,36  | 6,50             |
| REGIÃO +<br>DISCRIMINAÇÃO   | INTERIOR |         |         |         |                  | TOTAL DO ESTADO      |         |         |         |                  |
|   | 1994     | 1995    | 1996    | 1997    | VAR (%)<br>97/96 | 1994                 | 1995    | 1996    | 1997    | VAR (%)<br>97/96 |
| Nº Políc (1)  | 3 016    | 2 980   | 3 192   | 3 015   | 5,55             | 5 596                | 5 984   | 6 257   | 5 973   | 4,54             |
| Nº Ocorr (2)  | 443 881  | 456 672 | 444 865 | 436 223 | 1,94             | 742 295              | 786 178 | 863 932 | 848 043 | 1,84             |
| Ocorr p/Pol   | 147,17   | 153,25  | 139,37  | 144,68  | 3,81             | 132,65               | 131,38  | 138,07  | 141,98  | 2,83             |

Fonte: DIPLANCO - Relatórios Polícia Civil 1994 a 1997

(1) Do Quadro de Servidores da Polícia Civil, considerado apenas o Quadro Policial

(2) Incluídas todas as categorias de ocorrências (criminal + trânsito + outras)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O efetivo total da Polícia Civil mostrou, em 1997, um decréscimo de 4,54% (menos 284 policiais) em relação ao ano anterior, assim distribuído na Área Metropolitana, diminuiu 11,18% (92 policiais), no Interior do Estado, 5,55% (177 policiais), e, na Capital, 0,67% (15 policiais)

Quanto ao número de ocorrências, os dados mostram a seguinte evolução na Capital, um aumento de 1,33%, na Área Metropolitana, um decréscimo de 5,41% e, no Interior, também, um decréscimo de 1,94%

O elevado número de ocorrências atendidas por policial civil, principalmente na Área Metropolitana e no Interior, tem como efeito uma menor possibilidade de eficácia na consecução dos objetivos da Polícia Civil

Conforme comentário anterior, em 1997, a maior carga de ocorrências por policial aconteceu na Área Metropolitana (246,36). No entanto, considerando-se a quantidade de ocorrências registradas por mil habitantes/ano, verifica-se que a Capital concentrou o maior número por cada grupo de mil habitantes/ano, alcançando 180, enquanto a Área Metropolitana, 90 e o Interior, 67 Tais informações evidenciam, em parte, a necessidade de um maior número de policiais na Capital para atender à demanda da população por proteção policial

| Nº DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS<br>POR MIL HABITANTES |         |                       |          |       |
|---|---------|-----------------------|----------|-------|
| ANO (*)   | CAPITAL | ÁREA<br>METROPOLITANA | INTERIOR | TOTAL |
| 1996  | 177,79  | 97,65                 | 69,63    | 89,76 |
| 1997  | 180,33  | 90,47                 | 67,71    | 87,26 |

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

(\*) Optou-se pela análise das ocorrências totais não apenas criminais

A tabela seguinte indica que, do total de ocorrências registradas pela Polícia Civil, 21,24% corresponde à Área Metropolitana, 27,32%, à Capital e 51,44%, ao Interior

| POLÍCIA CIVIL<br>OCORRÊNCIAS REGISTRADAS POR REGIÃO E CATEGORIA<br>1997 |                     |         |                    |          |         |            |
|---|---------------------|---------|--------------------|----------|---------|------------|
| DISCRIMINAÇÃO DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS(*)                             |                     | CAPITAL | ÁREA METROPOL (**) | INTERIOR | TOTAL   | % S/ TOTAL |
| OCORRÊNCIAS<br>CRIMINAIS  | Arrombamentos       | 4 773   | 7 646              | 25 778   | 38 197  | 4,50       |
|   | Furtos de Veículos  | 5 569   | 3 707              | 5 168    | 14 444  | 1,70       |
|   | Furtos em Veículos  | 4 057   | 2 711              | 9 701    | 16 469  | 1,94       |
|   | Abigeatos           | 198     | 633                | 3 851    | 4 682   | 0,55       |
|   | Outros Furtos       | 22 212  | 13 225             | 39 310   | 74 747  | 8,81       |
|   | Roubos              | 10 989  | 12 097             | 8 198    | 31 284  | 3,69       |
|   | Tóxicos             | 1 521   | 829                | 1 969    | 4 319   | 0,51       |
|   | Estelionatos        | 2 573   | 1 992              | 7 261    | 11 826  | 1,39       |
|   | Homicídios          | 547     | 482                | 1 045    | 2 074   | 0,24       |
| Lesões Corporais  | 12 595              | 10 800  | 34 113             | 57 508   | 6,78    |            |
| Total de Ocorrências Criminais  |                     | 65 034  | 54 122             | 136 394  | 255 550 | 30,13      |
| ACIDENTES<br>DE<br>TRÂNSITO   | Com morte           | 315     | 325                | 1 226    | 1 866   | 0,22       |
|   | C/ lesões corporais | 8 084   | 7 587              | 15 887   | 31 558  | 3,72       |
| C/ danos materiais  |                     | 40 930  | 11 299             | 40 262   | 92 491  | 10,91      |
| Total de Acidentes de Trânsito  |                     | 49 329  | 19 211             | 57 375   | 125 915 | 14,85      |
| Outras Ocorrências (1)  |                     | 117 369 | 106 755            | 242 454  | 466 578 | 55,02      |
| TOTAL GERAL DE OCORRÊNCIAS  |                     | 231 732 | 180 088            | 436 223  | 848 043 | 100,00     |
| % DA REGIÃO SOBRE TOTAL   |                     | 27,32   | 21,24              | 51,44    | 100,00  | -          |

Fonte DIPLANCO Relatório da Polícia Civil 1997

(\*) Incluindo todas as categorias de ocorrências

(\*\*) 1ª, 2ª e 3ª DRMs

(1) Vide tabela logo abaixo especificada

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

POLÍCIA CIVIL  
OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO TOTAL DO ESTADO/RS  
1996/1997

| DISCRIMINAÇÃO DE OCORRÊNCIAS | 1996    | 1997    | % S/ TOTAL | % 1997/96 |
|------------------------------|---------|---------|------------|-----------|
| Arrombamentos                | 38 009  | 38 197  | 4 50       | 0,47      |
| Furtos de veículos           | 11 889  | 14 444  | 1 70       | 21 49     |
| Furtos em veículos           | 15 562  | 16 469  | 1 94       | 5 83      |
| Abigeato                     | 4 480   | 4 682   | 0 55       | 4 51      |
| Outros Furtos                | 78 121  | 74 747  | 8 81       | 4 32      |
| Roubos                       | 28 937  | 31 284  | 3 69       | 8 11      |
| Tóxicos                      | 3 767   | 4 319   | 0 51       | 14 65     |
| Estelionato                  | 12 625  | 11 826  | 1 39       | 6 33      |
| Homicídios                   | 1 177   | 2 074   | 0 24       | 76 21     |
| Lesões Corporais             | 61 928  | 57 508  | 6 78       | 7 14      |
| TOTAL OCORRÊNCIAS CRIMINAIS  | 256 496 | 255 550 | 30 13      | 0 37      |
| Acidentes de Trânsito        | 2 098   | 1 866   | 0 22       | 11 06     |
| de Lesões corporais          | 31 618  | 31 558  | 3 72       | 0 19      |
| Com danos materiais          | 96 152  | 92 491  | 10 91      | 3 81      |
| TOTAL ACIDENTES DE TRÂNSITO  | 129 868 | 125 915 | 14 85      | 3 04      |
| OUTRAS OCORRÊNCIAS (1)       | 476 497 | 466 578 | 55 02      | 2 08      |
| TOTAL GERAL DE OCORRÊNCIAS   | 862 860 | 848 043 | 100 00     | 1 72      |

Fonte Polícia Civil DIPLANCO  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
(1) Vide tabela específica abaixo

CATEGORIA "OUTRAS OCORRÊNCIAS" POLÍCIA CIVIL  
1997

| DISCRIMINAÇÃO                  | Nº OCOR | % S/TOTAL |
|--------------------------------|---------|-----------|
| Apropriação Indébita           | 3 098   | 0 66      |
| Contra a Administração Pública | 10 642  | 2 28      |
| Contra os Costumes             | 4 888   | 1 05      |
| Contra a Família               | 5 655   | 1 21      |
| Com Arma de Fogo               | 294     | 0 06      |
| Suicídio                       | 860     | 0 18      |
| Afogamentos                    | 348     | 0,07      |
| Incêndio                       | 628     | 0 13      |
| Desaparecimentos               | 2 660   | 0 57      |
| Perda de Documentos Afins      | 100 930 | 21 63     |
| Contravenção no Trânsito       |         |           |
| Outras                         | 336 575 | 72 14     |
| TOTAL                          | 466 578 | 100 00    |

Fonte Polícia Civil DIPLANCO  
Cálculo Equipe Técnica TCE/RS

Observando-se as informações da tabela "Ocorrências Registradas por Região e Categoria", tem-se que, do total de ocorrências registradas no Estado, pela Polícia Civil, 55,02% dizem respeito a ocorrências classificadas em Outras, 30,13%, a Criminais e 14,85%, a Acidentes de Trânsito. Verifica-se, ainda, que, do total de 848 043 ocorrências apontadas no ano de 1997, houve um decréscimo de 1,72% em relação a 1996

É preciso destacar que a principal atividade da Polícia Civil é a investigação criminal, servindo o inquérito policial como instrumento importante para a preservação da cidadania dentro do Estado de Direito. Desse modo, analisando-se as atividades cartorárias da Polícia Civil, verificou-se que os inquéritos policiais instaurados decresceram 27,19%, comparativamente a 1996, e os Remetidos à Justiça, 34,86%, como se demonstra a seguir

POLÍCIA CIVIL  
ATIVIDADES CARTORÁRIAS NO TOTAL DO ESTADO/RS  
1996/1997

| DISCRIMINAÇÃO                    | 1996    | 1997    | % s/1996 |
|----------------------------------|---------|---------|----------|
| Ocorrências registradas          | 862 860 | 848 043 | -1,72    |
| Inquéritos instaurados (*)       | 249 111 | 180 661 | 27,19    |
| Inquéritos remetidos (*)         | 273 297 | 178 029 | 34,86    |
| Inquéritos em andamento          | 42 986  | 45 449  | 5,73     |
| Prisões preventivas solicitadas  | 2 173   | 2 254   | 3,73     |
| Flagrantes elaborados            | 5 171   | 5 308   | 2,65     |
| Temas circunstanciados remetidos | 89 091  | 60 869  | 31,69    |

Fonte DIPLANCO Relatório Anual da Polícia Civil 1997

Cálculo Equipe Técnica TCE/RS

(\*) Vide tabela abaixo

POLÍCIA CIVIL  
NATUREZA DOS INQUÉRITOS INSTAURADOS E REMETIDOS  
1996/1997

| DISCRIMINAÇÃO DOS INQUÉRITOS | INQUÉRITOS INSTAURADOS |                | INQUÉRITOS REMETIDOS |                |
|------------------------------|------------------------|----------------|----------------------|----------------|
|                              | 1996                   | 1997           | 1996                 | 1997           |
| Abigeatos                    | 358                    | 256            | 273                  | 268            |
| Arronbamentos                | 4 165                  | 3 672          | 4 642                | 3 570          |
| Furto de Veículos            | 749                    | 579            | 601                  | 429            |
| Outros Furtos                | 11 379                 | 9 450          | 12 390               | 8 550          |
| Roubos                       | 3 934                  | 4 111          | 3 885                | 3 565          |
| Tóxicos                      | 4 221                  | 4 711          | 4 306                | 4 217          |
| Estelionato                  | 12 500                 | 7 243          | 13 024               | 5 988          |
| Homicídios                   | 2 261                  | 1 940          | 2 439                | 1 899          |
| Lesões Corporais             | 47 487                 | 31 968         | 57 580               | 34 152         |
| Acid Trânsito c/ Morte       | 2 121                  | 1 895          | 2 439                | 1 676          |
| Acid Trânsito c/ Lesões      | 25 157                 | 12 038         | 29 402               | 12 081         |
| Outros contra o Patrim       | 6 369                  | 5 195          | 6 489                | 5 206          |
| Outros contra a Pessoa       | 39 028                 | 40 878         | 40 672               | 40 245         |
| Outras Ocorrências           | 89 382                 | 56 725         | 95 155               | 56 183         |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>249 111</b>         | <b>180 661</b> | <b>273 297</b>       | <b>178 029</b> |

Fonte DIPLANCO - Relatório Anual da Polícia Civil - 1997

A variação do efetivo da Polícia Civil, em relação à evolução populacional do Estado, apresenta-se a seguir

EFETIVO DA POLÍCIA CIVIL  
1988/1997

| ANO  | EFETIVO         |                  |            |                             | POPULAÇÃO         |            |
|------|-----------------|------------------|------------|-----------------------------|-------------------|------------|
|      | PREVISTO<br>(A) | EXISTENTE<br>(B) | REL<br>(1) | % GRAU DE<br>OCUPAÇÃO (B/A) | HABITANTES<br>(C) | REL<br>(2) |
| 1988 | 7 858           | 5 629            | 100        | 71,63                       | 8 708 692         | 100        |
| 1989 | 7 858           | 5 511            | 98         | 70,13                       | 8 826 965         | 101        |
| 1990 | 7 856           | 5 679            | 101        | 72,28                       | 8 941 318         | 103        |
| 1991 | 7 855           | 5 443            | 97         | 69,29                       | 9 135 479         | 105        |
| 1992 | 12 449          | 5 289            | 94         | 42,48                       | 9 251 307         | 106        |
| 1993 | 12 449          | 5 408            | 96         | 43,44                       | 9 384 358         | 108        |
| 1994 | 12 541          | 5 596            | 99         | 44,62                       | 9 502 416         | 109        |
| 1995 | 12 549          | 5 984            | 106        | 47,69                       | 9 619 416         | 110        |
| 1996 | 12 549          | 6 257            | 111        | 49,86                       | 9 624 529         | 111        |
| 1997 | 10 888          | 5 973            | 106        | 54,90                       | 9 718 154         | 112        |

Fontes: DIPLANCO - Relatórios Polícia Civil - 1988 a 1997 e  
FEE - Estimativa Populacional por Município/RS - 1997)

(1) o número relativo foi calculado sobre a coluna (B)

(2) o número relativo foi calculado sobre a coluna (C)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As informações existentes na tabela indicam que o efetivo da Polícia Civil decresceu no período compreendido entre 1989 a 1994, confrontando-se com o registrado no ano-basilar da série (1988). Em 1996, demonstrou crescimento de 11,16% em relação a 1988. No exercício em análise, o efetivo aumentou 6%, confrontando-se com o existente em 1988, e decresceu 4,54%, com o registrado em 1996.

Nos anos da série estudada, a população total do Estado cresceu de forma moderada e contínua, se comparada com a existente em 1988. Desse modo, a relação habitantes/policial passou de 1 547, em 1988, para 1 627, em 1997, o que revela que cada policial civil, neste período, obteve carga de responsabilidade de 80 pessoas a mais. Constata-se, ainda, que somente 54,90% dos cargos previstos em lei, foram efetivamente preenchidos, em 1997, pela Polícia Civil.

Tanto no exercício de 1997 como no de 1996, a Polícia Civil fez significativa utilização de estagiários no desempenho de atividades administrativas, conforme consta no Balanço Geral do Estado/97 e Relatório Anual da Polícia Civil/97.

O custo anual apurado, em razão da utilização de 895 estagiários (FDRH e FGTAS), alcançou o montante de R\$ 2 771 mil (Unidade Orçamentária 12.04 - elemento de despesa 3132 0620) em detrimento de uma maior profissionalização e melhor continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Corporação

Constatou-se que essa despesa superou, em 166,00%, o total investido em Obras e Instalações (elemento 4110) E confrontando-se, ainda, o total despendido, em 1997, com Combustíveis (3120 0053), Serv Cons Veículos (3132 0347) e Material para Conservação de Veículos (3120 0151), na Unidade Orçamentária 12 04, conclui-se que a despesa com estagiários mostrou-se superior em, respectivamente, 38,00%, 2 268,00% e 599,00%

Com vistas a que seja dado amplo conhecimento do trabalho implementado pela Polícia Civil, também no cumprimento de suas atribuições administrativas, tem-se que, em 1997, foram expedidos 912 433 documentos, inferiores em 23,75% ao registrado em 1996, como se mostra abaixo

POLÍCIA CIVIL  
DOCUMENTOS EXPEDIDOS  
1995/1997

| DOCUMENTO                        | 1995      | 1996      | 1997    | % 1997/1996 |
|----------------------------------|-----------|-----------|---------|-------------|
| Cédulas de Identidade            | 267 832   | 315 641   | 213 152 | 32,47       |
| Carteira Nacional de Habilitação | 386 917   | 379 745   | 275 930 | 27,34       |
| Atestados                        | 30 794    | 23 894    | 21 557  | -9,78       |
| Registro de Veículos             | 349 567   | 405 374   | 337 696 | -16,70      |
| Portes de Armas                  | 40 839    | 32 436    | 26 762  | 17,49       |
| Registro de Armas                | 41 063    | 39 596    | 37 336  | 5,71        |
| TOTAL                            | 1 117 012 | 1 196 686 | 912 433 | -23,75      |

Fonte DIPLANCO Relatório Anual da Polícia Civil - 1997  
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Relativamente às receitas geradas por meio de atividades desenvolvidas pela Polícia Civil, no exercício sob análise, foram arrecadados R\$ 59.487 mil, valor este 29,68% mais elevado que o realizado em 1996, como segue

POLÍCIA CIVIL  
ARRECAÇÃO DE RECEITAS  
1995/1997

|                         |               |               |               |              | Em R\$ mil |
|-------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|------------|
| DISCRIMINAÇÃO           | 1995          | 1996          | 1997          | % 1997/1996  |            |
| DAME/DINP               | 176           | 466           | 412           | -11,59       |            |
| Seções de Armas         | 697           | 1.140         | 1.236         | 8,42         |            |
| Postos de Identificação | 389           | 194           | 1.942         | 900,00       |            |
| Trânsito                |               |               |               |              |            |
| Multas                  | 13.405        | 18.939        | 17.746        | 6,30         |            |
| Outros                  | 11.865        | 18.478        | 29.345        | 58,81        |            |
| Diversos                | 4.192         | 6.655         | 8.806         | 32,32        |            |
| <b>TOTAL</b>            | <b>30.724</b> | <b>45.872</b> | <b>59.487</b> | <b>29,68</b> |            |

Fonte: DIPLANCO Relatório Anual da Polícia Civil - 1997  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No que diz respeito à frota de veículos, observa-se que o ano de 1990 atingiu o pico da série ao registrar 1.104 viaturas. No ano de 1997, constata-se um acréscimo de 11,05% (mais 103) em relação ao ano anterior.

Cabe assinalar que a frota mínima necessária para um eficiente desempenho das atividades policiais, conforme indica o Relatório da Polícia Civil - 1997, seria de, aproximadamente, 1.652 viaturas, o que demonstra, objetivamente, a existência de um déficit de 617 veículos.

POLÍCIA CIVIL  
EVOLUÇÃO DA FROTA  
1988/1997

| EXERCÍCIO          | 1988 | 1989 | 1990  | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997  |
|--------------------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Numero de Veículos | 878  | 846  | 1.104 | 899  | 856  | 965  | 937  | 995  | 932  | 1.035 |

Fonte: Relatórios Polícia Civil - 1988 a 1997 DIPLANCO

Quanto ao ano de fabricação das viaturas que compõem a frota da Polícia Civil constituída por 1.035 veículos, constata-se que 7,83% deveriam ser desativados por apresentarem data de fabricação anterior ao ano de 1987. Evidencia-se, ainda, que 65,00% das viaturas encontram-se na faixa etária de 4 a 9 anos, aproximando-se, desse modo, do limite técnico de 04 (quatro) anos recomendado como vida útil para veículos que atuam nesse tipo de atividade. Agrega-se a isso, a escassez de recursos financeiros para a manutenção da frota, o que compromete mais a situação vigente.

POLÍCIA CIVIL  
ANO FABRICAÇÃO FROTA

| NÚMERO DE VIATURAS | VIATURAS EXISTENTES ANO FABRICAÇÃO |             |      |      |      |       | FROTA MÍNIMA NECESSÁRIA |
|--------------------|------------------------------------|-------------|------|------|------|-------|-------------------------|
|                    | ANTERIOR A 1987                    | 1987 A 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | TOTAL |                         |
|                    | 81                                 | 671         | 53   | 74   | 156  | 1 035 | 1 662                   |

Fonte Relatório da Polícia Civil/1997 - DIPLANCO, pág 24

Quanto ao armamento em disponibilidade pela Polícia Civil, no período de 1991/97, observa-se moderado crescimento na quantidade empregada pelo efetivo. Todavia, em 1997, a Polícia Civil contou com menos 112 armas do que dispunha em 1996, o que significou uma diminuição de 1,14% na quantidade.

POLÍCIA CIVIL  
ARMAMENTO - 1991/1997

| ANO             | 1991  | 1992  | 1993  | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Armamento Total | 7 560 | 8 560 | 9 082 | 8 086 | 8 279 | 9 777 | 9 665 |

Fonte Relatório Polícia Civil - 1991 a 1997 - DIPLANCO

## 2.2 - FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

*"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações do governo voltadas à formação intelectual, moral, cívica e profissional do homem, visando a sua preparação para o exercício consciente da cidadania, assim como a sua habilitação para uma participação eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social, à difusão e preservação da cultura"*

A Secretaria de Educação foi responsável por 97,21% das despesas realizadas na Função, o restante, 2,79%, desenvolveu-se através de outros órgãos da Administração Estadual, situação que se comprova no quadro a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA  
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

| Nº | ÓRGÃO                                       | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI<br>% |
|----|---|-----------------|--------|-------------------|--------|------------|
|    |   | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |            |
| 11 | Secretaria da Cultura                       | 24 424          | 2 42   | 25 797            | 2 71   | 105 62     |
| 13 | Secretaria da Coordenação e do Planejamento | 1 741           | 0 17   | 580               | 0 06   | 33,30      |
| 19 | Secretaria da Educação                      | 981 617         | 97 37  | 925 868           | 97 21  | 94 32      |
| 27 | Conselho Estadual de Educação               | 383             | 0 04   | 157               | 0 02   | 40 95      |
|    | TOTAL                                       | 1 008 165       | 100 00 | 952 401           | 100 00 | 94 47      |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Orçamento Anual de 1997 destinou R\$ 1 008 165 mil para dotação inicial da Função 8. No entanto, as despesas realizadas atingiram o montante de R\$ 952 401 mil, 5,53% a menos que o previsto. Tal procedimento resultou em um saldo de R\$ 55 764 mil não utilizados na Função.

Considerando o período de 1988 até 1997, em 1995, as despesas realizadas na Função atingiram o menor valor da série analisada, ao passo que, no exercício em exame, em valores constantes, constatou-se um incremento de apenas 1,41% em relação ao ano anterior, como se verifica a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES - 1988/1997  
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

| ANO  | EM VALORES CONSTANTES * | RELATIVO BASE FIXA | VARIAÇÃO % ANO A ANO | PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL |
|------|-------------------------|--------------------|----------------------|---------------------------------|
| 1988 | 865 172                 | 100,00             | -                    | 15,16                           |
| 1989 | 1 121 452               | 129,62             | 29,62                | 18,74                           |
| 1990 | 1 265 043               | 146,22             | 12,80                | 17,98                           |
| 1991 | 903 310                 | 104,41             | 28,59                | 15,72                           |
| 1992 | 1.060 007               | 122,52             | 17,35                | 14,99                           |
| 1993 | 984 809                 | 113,83             | -7,09                | 14,19                           |
| 1994 | 939 377                 | 108,58             | -4,61                | 12,75                           |
| 1995 | 753 030                 | 87,04              | -19,84               | 10,08                           |
| 1996 | 939 191                 | 108,56             | 24,72                | 11,15                           |
| 1997 | 952 401                 | 110,08             | 1,41                 | 10,42                           |

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Com relação à participação desta Função na despesa total da Administração Direta, observa-se a manutenção da tendência de redução apresentada desde 1989. Nota-se, ainda, que, em 1997, esta participação apresentou decréscimo de 0,73 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Neste sentido, o índice registrado no exercício em exame só não foi inferior ao de 1995, ano em que, em valores constantes, a despesa realizada apresentou menor valor.

Durante o exercício de 1997, a Função Educação e Cultura foi executada por 14 (quatorze) Programas, onde os recursos utilizados apresentaram o comportamento descrito na tabela a seguir.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA  
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

| Nº | PROGRAMA                          | PROJETO   |            | DESPA     |           | DESPA     |           | DESPA     |       | PARTIC<br>PERCENT<br>\$/TOTAL |
|----|-----------------------------------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|-------------------------------|
|    |                                   | +         | +          | REALIZADA | +         | REALIZADA | REALIZADA | REALIZADA | TOTAL |                               |
|    |                                   | PREV EXEC | NO PROJETO | PREV EXEC | NA ATIVID | TOTAL     |           |           |       |                               |
| 7  | Administração                     | 1 / 1     | 440        | 2 / 2     | 64 237    | 64 678    | 6 79      |           |       |                               |
| 9  | Planejamento Governamental        | /         |            | 1 / 1     | 157       | 157       | 0 02      |           |       |                               |
| 22 | Telecomunicações                  | /         |            | 3 / 2     | 6 538     | 6 538     | 0 69      |           |       |                               |
| 41 | Educação da Criança de 0 a 6 Anos | /         |            | 1 / 1     | 13        | 13        | 0 00      |           |       |                               |
| 42 | Ensino Fundamental                | 1 / 1     | 139        | 1 / 1     | 590 834   | 590 973   | 62 05     |           |       |                               |
| 43 | Ensino Médio                      | 1 / 1     | 31         | 3 / 3     | 107 615   | 107 645   | 11 30     |           |       |                               |
| 44 | Ensino Superior                   | /         |            | 1 / 1     | 6 555     | 6 555     | 0 69      |           |       |                               |
| 45 | Ensino Supletivo                  | /         |            | 1 / 1     | 3 810     | 3 810     | 0 40      |           |       |                               |
| 46 | Educação Física e Desportos       | /         |            | 1 / 1     | 8 081     | 8 081     | 0 85      |           |       |                               |
| 47 | Assistência a Educandos           | /         |            | 3 / 3     | 30 393    | 30 393    | 3 19      |           |       |                               |
| 48 | Cultura                           | 8 / 8     | 2 848      | 10 / 10   | 16 411    | 19 259    | 2 02      |           |       |                               |
| 49 | Educação Especial                 | 1 / 1     | 55         | 4 / 4     | 3 237     | 3 292     | 0 35      |           |       |                               |
| 75 | Saúde                             | /         |            | 1 / 1     | 38 767    | 38 767    | 4 07      |           |       |                               |
| 81 | Assistência                       | /         |            | 2 / 2     | 72 241    | 72 241    | 7 59      |           |       |                               |
|    | TOTAL                             | 12 / 12   | 3 514      | 34 / 33   | 948 888   | 952 401   | 100 00    |           |       |                               |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Os Programas Típicos Ensino Fundamental, Ensino Medio, Ensino Superior, Ensino Supletivo, Educação Física e Desportos, Assistência a Educandos, Cultura e Educação Especial consumiram 80,85% do total desenvolvido na Função

Ressalta-se, porem, que, em 1997, a Função 8 - Educação e Cultura apresentou os valores pagos aos programas de Saúde (75) e de Assistência (81) de forma discriminada, sendo que a soma destes representou 11,66% do despendido na Função Este valor adicionado ao citado anteriormente, resultou em 92,51% do realizado na Função

Destaca-se, ainda, que as despesas realizadas no Programa Saúde corresponderam à atividade Contribuições ao IPE, enquanto as do Programa Assistência referiram-se as despesas efetuadas através das atividades Vale-Refeição e Abono-Família

A Função Educação e Cultura apresentou movimentações nos 12 (doze) Projetos contemplados com recursos orçamentários para o exercício de 1997 No que tange às Atividades, no total de 34 (trinta e quatro) com dotação inicial, apenas uma não apresentou desenvolvimento, conforme se observa a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA  
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

| Nº    | PROJETO E/OU ATIVIDADE  | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC X | DESPESA REALIZADA | PARTIC X | DR/DI X |
|-------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
| 1148  | Contr à Fundação Ospa para Despesas de Capital                      | 147             | 0 01     | 335               | 0,04     | 227,94  |
| 1149  | Contr à Fundação IGTF para Despesas de Capital                      | 734             | 0 07     | 433               | 0 05     | 59 02   |
| 1150  | Contr à Fundação Cultural P R TV p/Desp de Capital                  | 150             | 0 01     | 78                | 0 01     | 52,07   |
| 1151  | Contr à Fundação Teatro São Pedro para Despesas de Capital          | 2               | 0 00     | 2                 | 0 00     | 89 61   |
| 1510  | Contr à FADERS para Despesas de Capital                             | 60              | 0 01     | 55                | 0 01     | 92 11   |
| 1519  | Contr à Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Desps Capital       | 1 031           | 0 10     | 31                | 0 00     | 2 96    |
| 1794  | Ponto dos Casais  | 500             | 0 05     | 500               | 0 05     | 100 00  |
| 1795  | Incentivo à Cultura   | 3 250           | 0 32     | 841               | 0 09     | 25 89   |
| 1831  | Primeira Bienal de Artes Visuais do Mercosul                        | 200             | 0 02     | 583               | 0 06     | 291 50  |
| 1832  | Piano Turístico e Cultural das Missões                              | 76              | 0 01     | 76                | 0 01     | 99 54   |
| 2116  | Contr à Fundação Teatro São Pedro p/Despesas com Pessoa             | 366             | 0 04     | 373               | 0 04     | 101 80  |
| 2117  | Contr à Fundação Teatro São Pedro p/Outras Despesas Correntes       | 177             | 0 02     | 226               | 0 02     | 127 36  |
| 2119  | Conservação do Patrimônio Cultural                                  | 620             | 0 06     | 2 869             | 0 30     | 462 80  |
| 2120  | Administração no Órgão Central e Inst. Culturais Subordinadas       | 5 167           | 0 51     | 5 961             | 0 63     | 115 37  |
| 2121  | Formulação da Política e Ação Cultural                              | 1 167           | 0 12     | 787               | 0 08     | 67 44   |
| 2125  | Contribuição à Fundação Ospa p/Despesas com Pessoa                  | 3 939           | 0 39     | 4 209             | 0 44     | 106 87  |
| 2126  | Contribuição à Fundação Ospa p/Outras Despesas Correntes            | 352             | 0 03     | 452               | 0 05     | 128 44  |
| 2127  | Contr à Fundação IGTF p/Despesas com Pessoa                         | 792             | 0 08     | 861               | 0 09     | 108 66  |
| 2128  | Contr à Fundação IGTF p/Outras Despesas Correntes                   | 224             | 0 02     | 174               | 0 02     | 77 52   |
| 2129  | Contr à Fund CPRTV p/Despesas com Pessoa                            | 5 846           | 0 58     | 5 582             | 0 61     | 100 13  |
| 2130  | Contr à Fund CPRTV p/Outras Despesas Correntes                      | 466             | 0 05     | 686               | 0 07     | 147 20  |
| 2176  | Apoio ao Programa de Parceria Comunitária Nãos Dadas                | 4 000           | 0 40     | 4 000             | 0 42     | 99 99   |
| 2363  | Administração do Sistema Educacional                                | 59 337          | 5 89     | 60 840            | 6 39     | 102 53  |
| 2364  | Educação Infantil   | 580             | 0 06     | 13                | 0 00     | 2 22    |
| 2365  | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental                  | 589 985         | 58 52    | 590 834           | 62 04    | 100 14  |
| 2368  | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio                        | 121 350         | 12 04    | 99 864            | 10 49    | 82 29   |
| 2371  | Integração com o Ensino Superior                                    | 16 104          | 1 60     | 6 555             | 0 69     | 40 70   |
| 2372  | Alfabetização de Jovens e Adultos                                   | 10 389          | 1 03     | 3 810             | 0 40     | 36 67   |
| 2373  | Assistência ao Aluno  | 14 073          | 1 40     | 26 323            | 2 76     | 187 04  |
| 2374  | Desenvolvimento da Educação Especial                                | 1 200           | 0 12     | 168               | 0 02     | 13 98   |
| 2405  | Coordenação Geral da Educação Física e do Desporto                  | 32 310          | 3 20     | 8 081             | 0 85     | 25 01   |
| 2434  | Contr à FADERS para Despesas com Pessoa                             | 2 140           | 0,21     | 2 249             | 0 24     | 105 06  |
| 2436  | Contr à FADERS para Outras Despesas Correntes                       | 444             | 0 04     | 577               | 0 06     | 129 82  |
| 2437  | Contr à Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Desp c/Pessoa       | 5 851           | 0 58     | 7 518             | 0 79     | 128 48  |
| 2438  | Contr à Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Outras Desp Cor | 70              | 0 01     | 233               | 0 02     | 333 66  |
| 2468  | Ordenamento e Normatização do Sistema Estadual de Ensino            | 383             | 0 04     | 157               | 0 02     | 40 95   |
| 2462  | Publicidade   | 400             | 0 04     | 3 397             | 0 36     | 849 24  |
| 2557  | Publicidade   | 160             | 0 02     | 499               | 0 05     | 312 02  |
| 2694  | Contr ao IPE  | 40 300          | 4 00     | 39 767            | 4 07     | 96 20   |
| 2695  | Vale-Refeição   | 76 311          | 7 57     | 56 311            | 5 91     | 73 79   |
| 2717  | Abono Família   | 5 438           | 0 54     | 15 930            | 1 67     | 292 91  |
| 2723  | Contr à FRIE TVE p/pagto de Precatórios                             | 90              | 0 01     |                   |          |         |
| 2724  | Contr à FADERS p/pagto de Precatórios                               | 174             | 0 02     | 244               | 0 03     | 140 31  |
| 2739  | Casas de Estudantes Autônomas                                       | 70              | 0 01     | 70                | 0 01     | 100 00  |
| 9111  | Treinamento de Recursos Humanos SCP/FDRH Pró Quilba                 | 801             | 0 08     | 440               | 0 05     | 54 96   |
| 9118  | Educação Ambiental Secretaria da Educação Pró Quilba                | 940             | 0 09     | 139               | 0 01     | 14 83   |
| TOTAL |   | 1 098 165       | 100 00   | 952 401           | 100 00   | 94 47   |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No que concerne aos Projetos, destacam-se as seguintes situações

1795 - Incentivo a Cultura - a despesa realizada, no montante de R\$ 841 mil (25,89% inferior à dotação inicial), teve uma participação de 0,09% no total da Função,

1831 - Primeira Bienal de Artes Visuais do Mercosul - a despesa realizada, no montante de R\$ 583 mil (291,50% acima da dotação inicial), teve uma participação de 0,06% no total da Função,

1794 - Porto dos Casais - o projeto consumiu na integralidade sua dotação inicial de R\$ 500 mil, participando do total da Função na taxa de 0,05%,

1149 - Contribuição à Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - a despesa de capital apresentou despesa realizada de R\$ 433 mil,

Como fato em comum entre os Projetos retrodestacados, os quais foram responsáveis por maiores índices de participação nas despesas da Função, destaca-se que todos estão vinculados à Cultura

Quanto às Atividades, as mais representativas foram

2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - a despesa realizada, no montante de R\$ 590 834 mil (0,14% acima da dotação inicial), teve uma participação na ordem de 62,04% no total da Função,

2368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio - a despesa realizada, no montante de R\$ 99 864 mil (82,29% da dotação inicial), teve uma participação na ordem de 10,49% no total da Função,

2363 - Administração do Sistema Educacional - a despesa realizada, no montante de R\$ 60 840 mil (2,53% superior à dotação inicial), teve uma participação na ordem de 6,39% no total da Função,

2695 - Vale-Refeição - a despesa realizada, no montante de R\$ 56 311 mil (73,79% da dotação inicial), teve uma participação de 5,91% no total da Função,

2694 - Contribuição ao IPE - a despesa realizada, no montante de R\$ 38 767 mil (96,20% da dotação inicial), teve participação de 4,07% no total da Função,

2373 - Assistência ao Aluno - a despesa realizada, no montante de R\$ 26 323 mil (87,04% acima da dotação inicial), teve uma participação na ordem de 2,76% no total da Função,

2717 - Abono-Família - a despesa realizada, no montante de R\$ 15 930 mil (192,91% acima da dotação inicial), teve participação 1,67% no total da Função

No exame das atividades que participaram na despesa da Função 8 - Educação e Cultura, verificou-se que a Atividade 2371 - Integração com o Ensino Superior, responsável pela concessão de bolsas rotativas de estudos através do crédito educativo - PROCRED, cuja dotação orçamentária era de R\$ 16 104 mil, realizou apenas R\$ 6 555 mil, ou seja, 40,70% do previsto

Ainda quanto a este aspecto, ressalta-se que a Constituição Estadual, artigo 201, parágrafo 3º, dispõe que o Estado deve aplicar meio por cento da Receita Líquida de Impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino superior comunitário, o que foi regulamentado com o Programa de Crédito Educativo (PROCRED), criado através da Lei Estadual nº 10 713, de 16 de janeiro de 1996

Assim, considerando-se que no exercício de 1997 a Receita Líquida de Impostos do Estado alcançou a cifra de R\$ 3 796 665 mil, comprova-se que o Executivo Estadual não cumpriu o dispositivo Constitucional, ficando aquém do previsto (R\$ 18 983 mil) em R\$ 12 428 mil, ou seja, realizou apenas 34,53% do valor indicado na Lei Maior

DESPESA COM ENSINO SUPERIOR - PROCRED

|   | Em R\$ mil |
|---|------------|
| 1 Receita Líquida de Impostos*  | 3 796 665  |
| 2 Artigo 201, parágrafo 3º da CE (0 5% do item 1)                     | 18 983     |
| 3 Valor realizado através da Atividade 2371 .. .. .                   | 6 555      |
| 4 Valor realizado a menor do que o previsto na legislação (2-3) ..... | 12 428     |

\* Fonte BGE, vol I, fls 101 a 135

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA  
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

| Nº   | ELEMENTO                                    | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
|------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
| 3111 | Pessoal Civil                               | 749 326         | 74 33    | 695 627           | 73 04    | 92 83   |
| 3113 | Obrigações Patronais                        | 44              | 0 00     | 119               | 0 01     | 271 63  |
| 3114 | Diárias e Ajuda de Custo                    | 2 675           | 0 27     | 685               | 0 07     | 25 62   |
| 3120 | Material de Consumo                         | 7 327           | 0 73     | 3 540             | 0 37     | 48 32   |
| 3131 | Remuneração de Serviços Pessoais            | 1 507           | 0 15     | 640               | 0 07     | 42 43   |
| 3132 | Outros Serviços e Encargos                  | 57 086          | 5 66     | 75 913            | 7 97     | 132 96  |
| 3192 | Despesas de Exercícios Anteriores           |                 |          | 692               | 0 07     |         |
| 3193 | Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal |                 |          | 7 788             | 0 82     |         |
| 3211 | Transferências Operacionais                 | 20 667          | 2 05     | 23 409            | 2 46     | 113 27  |
| 3213 | Contribuições Correntes                     | 40 300          | 4 00     | 38 767            | 4 07     | 96 20   |
| 3214 | Contribuições a Fundos                      |                 |          |                   |          |         |
| 3221 | Transferências à União                      | 100             | 0 01     | 100               | 0 01     | 100 00  |
| 3223 | Transferências a Municípios                 | 13 357          | 1 32     | 23 186            | 2 43     | 173 58  |
| 3231 | Subvenções Sociais                          | 20 926          | 2 08     | 11 579            | 1 22     | 55 33   |
| 3242 | Transferências a Organismos Internacionais  |                 |          |                   |          |         |
| 3253 | Salário Família                             | 5 438           | 0 54     | 15 330            | 1 67     | 292 91  |
| 3254 | Apoio Financeiro a Estudantes               | 300             | 0 03     | 2                 | 0 00     | 0 52    |
| 3291 | Sentenças Judiciais                         | 264             | 0 03     | 244               | 0 03     | 92 37   |
| 3292 | Despesas de Exercícios Anteriores           |                 |          | 1 864             | 0 20     |         |
| 3293 | Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal |                 |          | 22                | 0 00     |         |
| 4110 | Obras e Instalações                         | 40 668          | 4 03     | 22 963            | 2 40     | 56 22   |
| 4120 | Equipamentos e Material Permanente          | 38 083          | 3 78     | 13 862            | 1 46     | 36 40   |
| 4192 | Despesas de Exercícios Anteriores           |                 |          | 4                 | 0 00     |         |
| 4210 | Aquisição de Imóveis                        | 456             | 0 05     |                   |          |         |
| 4270 | Concessão de Empréstimos                    |                 |          | 6 470             | 0 68     |         |
| 4311 | Auxílios para Despesas de Capital           | 2 124           | 0 21     | 934               | 0 10     | 43 98   |
| 4321 | Transferências da União                     |                 |          | 1 575             | 0 17     |         |
| 4323 | Transferências a Municípios                 | 7 508           | 0 74     | 5 231             | 0 55     | 69 67   |
| 4331 | Auxílios para Despesas de Capital           | 10              | 0 00     |                   |          |         |
| 4392 | Despesas de Exercícios Anteriores           |                 |          | 1 357             | 0 14     |         |
|      | TOTAL                                       | 1 008 166       | 100 00   | 952 401           | 100 00   | 94 47   |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TGE/RS

Em nível de elementos, os maiores dispêndios realizados na Função ocorreram em Pessoal Civil (73,04% do total da Função), seguido de Outros Serviços e Encargos (7,97%), Contribuições Correntes (4,07%), Transferências a Municípios (2,43%), Obras e Instalações (2,40%) e Equipamentos e Material Permanente (1,46%)

Em análise estatística do quadro acima, verifica-se que o exercício de 1997 apresentou relevante defasagem, entre os valores das dotações iniciais e os realizados, nos elementos 4110 - Obras e Instalações (56,22% do previsto) e 4120 - Equipamentos e Material Permanente (36,40% do previsto)

De outra forma, no exame do total despendido pela Administração Direta no Elemento 4110 - Obras e Instalações, verificou-se que no exercício em exame foi aplicado na Função Educação e Cultura o percentual de 18,29%, enquanto que nos exercícios de 1996, 1995, 1994 e 1993 estes percentuais ficaram, respectivamente, em 48,51%, 29,17%, 94,14% e 93,97%, demonstrando, assim, que após o pequeno acréscimo ocorrido no ano de 1996, a tendência ao declínio da participação deste elemento na Função voltou a ser executada. Nota-se, ainda, que o percentual do exercício de 1997 é o mais baixo apresentado até então

|   | Em R\$ mil |           |
|---|------------|-----------|
|   | PREVISTO   | REALIZADO |
| Total na Despesa da Adm Direta Estadual         | 111 672    | 124 986   |
| Total na Despesa da Função 8 - Educ e Cultura   | 40 668     | 22 863    |
| Participação da Função 8 s/Total Adm Direta (%) | 36,42      | 18,29     |

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A Lei Fundamental do Estado, parágrafo 2º, artigo 202, dispõe que não menos de 10 (dez) por cento dos recursos destinados ao ensino, previsto no "caput" do artigo, devem ser aplicados na manutenção e conservação das Escolas Públicas Estaduais, de forma a criar condições que lhe garantam o funcionamento normal e um padrão mínimo de qualidade

|   | Em R\$ mil |
|---|------------|
| 1 Receita Líquida de Impostos               | 3 796 665  |
| 2- Art 202 da CE - 35% do item 1            | 1 328 832  |
| 3- Parágrafo 2º - 10% do item 2             | 132 883    |
| 4- Valor realizado através do elemento 4110 | 22 863     |

Neste sentido, verifica-se que o elemento 4110 - Obras e Instalações, onde devem ser inscritos os dispêndios relativos aos procedimentos retrocitados, registrou que a despesa realizada no ano de 1997 alcançou apenas R\$ 22 863 mil, ou seja, o montante realizado representa 1,72% de R\$ 1 328 832 mil e 17,21% do valor que a Constituição Estadual preconizou como obrigatório ( R\$ 132 883 mil)

### Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O percentual mínimo fixado pela Constituição Federal, em seu art 212, para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino público, é de 25% da receita resultante de impostos, incluídos os provenientes de transferências da União e excluídas as receitas que o Estado deve transferir aos Municípios por determinação constitucional Já a Constituição Estadual, no art. 202, determina o mínimo de 35%

Para o exercício de 1997

|                                     | Em R\$ mil |
|-------------------------------------|------------|
| 1 Receita Líquida de Impostos ...   | 3 796 665  |
| 1 1 - Art 212 da CF (25% do item 1) | 949 166    |
| 1 2 - Art 202 da CE (35% do item 1) | 1 328 832  |

Fonte BGE, vol I, fls 101 a 135

De acordo com os dados apresentados no B G E (vol I), o Estado aplicou, no exercício sob exame, a quantia de R\$ 1 318 066 mil, assim discriminada

| Em R\$ mil                                      |                            |                             |
|---|----------------------------|-----------------------------|
| FUNÇÃO  | TOTAL DA DESPESA REALIZADA | PARTICIPAÇÃO DO RECURSO 002 |
| 08 Educ e Cultura                               | 952 401                    | 823 665                     |
| 13-Secret Coord e Planej                        | 4 127                      | 565                         |
| 15-Assist e Previd                              | 492 580                    | 492 580                     |
| -----   |                            |                             |
| Total do Recurso 002 Manut e Desenv do Ensino   |                            | 1 316 981                   |
| (+)Amort e Custeio Op Credito Relac com Ensino  |                            | 1 085                       |
| -----   |                            |                             |
| TOTAL APLIC NA MANUT E DESENV DO ENSINO PÚBLICO |                            | 1 318 066                   |
| -----   |                            |                             |

Fonte BGE vol I, fls 108 a 134, vol IV fls 73 e 74

3°

Na totalidade do Recurso 002 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, estão incluídos os gastos realizados com o mesmo na Função 15 - Assistência e Previdência, os quais se constituem em Encargos Financeiros do Estado e não guardam relação com a atividade operacional. No entanto, destaca-se que tais dispêndios foram adicionados aos gastos com Educação, tendo como suporte o Parecer nº 8 648/91 - PGE, com posição favorável à vigência da Lei Federal nº 7 348/85, que, em seu art 6º, § 1º e alíneas, definiu as despesas a serem consideradas em "manutenção e desenvolvimento do ensino".

O montante de R\$ 492 580 mil referente aos proventos dos inativos da SEC representou 37,37% do valor global aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No exercício em exame, o Estado aplicou R\$ 1 318 066 mil, montante que corresponde a 34,72% da Receita Líquida de Impostos (R\$ 3 796 665 mil), na manutenção e desenvolvimento do ensino público. O valor aplicado ficou 0,28 pontos percentuais aquém do estabelecido na Constituição Estadual e 9,72 além do estabelecido na Constituição Federal.

Em relação ao exercício anterior, quando as despesas somaram R\$ 1 118 166 mil, constatou-se um aumento de 17,87% no total despendido.

## 2.2.1 - PROGRAMA 42 - ENSINO FUNDAMENTAL

*"Este Programa envolve o conjunto de ações que visam proporcionar o ensino regular de primeiro grau destinado à formação da criança e do pré-adolescente, independentemente de sua aptidão física ou intelectual".*

Como verificado anteriormente, este programa contou com dotação inicial de R\$ 589 985 mil (58,52% dos recursos totais da Função 8 - Educação e Cultura) Entretanto, na despesa realizada, os dispêndios com o Ensino Fundamental somaram R\$ 590 834 mil (62,04% dos R\$ 952 401 mil consumidos na Função)

Constatou-se, também, que quase a totalidade da execução deste Programa realizou-se através da Secretaria da Educação (99,98%), e o restante coube à Secretaria da Coordenação e do Planejamento (0,02%). A Secretaria da Justiça e da Segurança, embora apresentasse dotação inicial no valor de R\$ 6 113 mil, correspondente a 1,02% dos recursos previstos, não efetuou despesas

Observou-se, ainda, que as despesas realizadas através da Secretaria da Coordenação e do Planejamento ficaram 85,17% aquém do previsto, enquanto as efetivadas pela Secretaria da Educação superaram 0,14% a dotação inicial

| ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 |   |                 |        |                   |        |        |   |
|------------------------------------|---|-----------------|--------|-------------------|--------|--------|---|
| PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO         |   |                 |        |                   |        |        |   |
| PROGRAMA 42 Ensino Fundamental     |   |                 |        |                   |        |        |   |
| Nº                                 | ÓRGÃO                                     | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI  | % |
|                                    |   | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |        |   |
| 12                                 | Secretaria da Justiça e da Segurança      | 6 113           | 1 02   |                   |        |        |   |
| 13                                 | Secretaria da Coordenação e do Planejamen | 940             | 0,16   | 139               | 0 02   | 14 83  |   |
| 19                                 | Secretaria da Educação                    | 589 985         | 98 82  | 590 834           | 99 98  | 100 14 |   |
|                                    | TOTAL                                     | 597 037         | 100 00 | 590 973           | 100 00 | 98 98  |   |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No Orçamento Anual de 1997, estava previsto que o programa contaria com a participação das seguintes Funções. Função 6 - Defesa Nacional e Segurança Pública, sem movimentação no exercício e Função 8 - Educação e Cultura, com despesas no valor de R\$ 590 973 mil

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO  
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Em R\$ mil

| Nº | FUNÇÃO                           | PROJETO                | DESPESA                 | ATIVIDADE              | DESPESA                | DESPESA            | PARTIC<br>PERCENT<br>S/TOTAL |
|----|----------------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|--------------------|------------------------------|
|    |                                  | + - - - -<br>PREV EXEC | REALIZADA<br>NO PROJETO | + - - - -<br>PREV EXEC | REALIZADA<br>NA ATIVID | REALIZADA<br>TOTAL |                              |
| 6  | Defesa Nacional e Segurança Públ | /                      |                         | 1 /                    |                        |                    | 0 00                         |
| 8  | Educação e Cultura               | 1 / 1                  | 139                     | 1 / 1                  | 590 834                | 590 973            | 100 00                       |
|    | TOTAL                            | 1 / 1                  | 139                     | 2 / 1                  | 590 834                | 590 973            | 100 00                       |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As despesas no Programa Ensino Fundamental, nos últimos dez anos, quando analisadas em valores constantes e tendo por base o ano de 1988, demonstraram que os menores dispêndios ocorreram nos anos de 1994 e 1995, sendo este último o de pior desempenho

Neste aspecto, observou-se que a despesa realizada no exercício de 1997 apresentou declínio de 11,20% em relação ao ano anterior. Notou-se, também, que o valor despendido no ano em exame retornou às cifras realizadas no ano-base, ou seja, o de dez anos atrás

Quanto à participação do Programa nos dispêndios totais do Estado, constatou-se que o ano de 1997 registrou a volta da tendência declinante apresentada a partir do ano 1989, situação que se evidencia com a redução de 1,44 pontos percentuais em relação ao ano anterior e com o registro do menor índice de participação da série em tela (6,46%)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997  
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Em R\$ mil

| ANO  | EM<br>VALORES<br>CONSTANTES* | RELATIVO<br>BASE<br>FIXA | VARIAÇÃO<br>%<br>ANO A ANO | PARTICIPAÇÃO<br>% NA DESPESA<br>TOTAL |
|------|------------------------------|--------------------------|----------------------------|---------------------------------------|
| 1988 | 589 488                      | 100 00                   |                            | 10 33                                 |
| 1989 | 776 594                      | 131 74                   | 31 74                      | 12 98                                 |
| 1990 | 897 379                      | 152,23                   | 15 55                      | 12 75                                 |
| 1991 | 606 230                      | 102 84                   | 32,44                      | 10 55                                 |
| 1992 | 765 761                      | 129 90                   | 26 32                      | 10 83                                 |
| 1993 | 695 415                      | 117 97                   | 9,19                       | 10 02                                 |
| 1994 | 561 410                      | 95 24                    | 19 27                      | 7,62                                  |
| 1995 | 489 031                      | 82 96                    | 12 89                      | 6 55                                  |
| 1996 | 665 520                      | 112 90                   | 36,09                      | 7 90                                  |
| 1997 | 590 973                      | 100 25                   | 11 20                      | 6 46                                  |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

No Programa Ensino Fundamental, destaca-se a Atividade 2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental com 99,98% do total das despesas realizadas, como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental)

| Nº   | PROJETO E/OU ATIVIDADE                                | Em R\$ mil      |          |                   |          |         |
|------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
|      |   | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
| 2365 | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental)   | 589 985         | 98 82    | 590 834           | 99 98    | 100 14  |
| 2713 | Segurança nas Escolas                                 | 6 113           | 1,02     |                   |          |         |
| 9118 | Educação Ambiental Secretaria da Educação Pró-Guariba | 940             | 0 16     | 139               | 0 02     | 14 83   |
|      | TOTAL   | 597 037         | 100 00   | 590 973           | 100 00   | 98 98   |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Neste Programa, o Elemento Pessoal Civil representou 83,62% em relação ao volume de recursos realizados, seguido de Outros Serviços e Encargos (7,73%), Transferências a Municípios (2,53%) e Obras e Instalações (2,41%), conforme o demonstrativo a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO  
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental)

| Nº   | ELEMENTO                                   | Em R\$ mil      |          |                   |          |         |
|------|--|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
|      |  | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
| 3111 | Pessoal Civil                              | 502 322         | 84 14    | 494 185           | 83 62    | 98 38   |
| 3112 | Pessoal Militar                            | 5 866           | 0 98     |                   |          |         |
| 3113 | Obrigações Patronais                       | 24              | 0 00     | 72                | 0 01     | 297,23  |
| 3114 | Diárias e Ajuda de Custo                   |                 |          | 212               | 0 04     |         |
| 3120 | Material de Consumo                        | 902             | 0 15     | 52                | 0 01     | 5 71    |
| 3131 | Remuneração de Serviços Pessoais           | 109             | 0 02     | 223               | 0 04     | 205 34  |
| 3132 | Outros Serviços e Encargos                 | 41 467          | 6,94     | 45 685            | 7 73     | 110 20  |
| 3192 | Despesas de Exercícios Anteriores          |                 |          | 50                | 0 01     |         |
| 3193 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal  |                 |          | 6 078             | 1 03     |         |
| 3223 | Transferências a Municípios                | 10 057          | 1 68     | 14 936            | 2 53     | 148 52  |
| 3231 | Subvenções Sociais                         |                 |          | 175               | 0 03     |         |
| 3242 | Transferências a Organismos Internacionais |                 |          |                   |          |         |
| 3254 | Apoio Financeiro a Estudantes              |                 |          | 2                 | 0 00     |         |
| 3292 | Despesas de Exercícios Anteriores          |                 |          | 203               | 0 03     |         |
| 3293 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal  |                 |          | 19                | 0 00     |         |
| 4110 | Obras e Instalações                        | 7 418           | 1 24     | 14 251            | 2 41     | 192 10  |
| 4120 | Equipamentos e Material Permanente         | 25 500          | 4,27     | 11 259            | 1 91     | 44 15   |
| 4192 | Despesas de Exercícios Anteriores          |                 |          | 3                 | 0 00     |         |
| 4210 | Aquisição de Imóveis                       | 182             | 0 03     |                   |          |         |
| 4321 | Transferências da União                    |                 |          | 1 575             | 0 27     |         |
| 4323 | Transferências a Municípios                | 3 200           | 0 54     | 1 995             | 0 34     | 62 34   |
|      | TOTAL                                      | 597 037         | 100 00   | 590 973           | 100 00   | 98 98   |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Com a finalidade de observar o desempenho do Estado no setor educacional, no que se refere ao Ensino Fundamental, examinou-se o comportamento de algumas variáveis físicas e organizacionais registradas no exercício de 1997, e comparou-se com os dados apresentados nos últimos anos.

A seguir, de forma sucinta, demonstra-se a tabulação e análise dos dados disponíveis. Este trabalho analisou em partes do universo em exame, sem considerar a divisão existente entre áreas urbanas e rurais, e, na medida do possível, avaliando as principais variáveis selecionadas.

## ENSINO FUNDAMENTAL

A evolução das matrículas, a aplicação dos recursos organizacionais e as taxas de evasão e reprovação dos exercícios compreendidos no período entre 1992 e 1997 podem ser observadas a seguir:

| DESCRIÇÃO                  | EXERCÍCIO |         |         |         |          |         |
|----------------------------|-----------|---------|---------|---------|----------|---------|
|                            | 1992      | 1993    | 1994    | 1995    | 1996     | 1997    |
| Matrículas Iniciais (n°)   | 880 010   | 904 585 | 952 145 | 947 943 | 961 878  | 954 287 |
| Prof. em Exercício (n°) *  | 69 797    | 58 109  | 61 015  | 59 563  | 86 114 * | 81 568  |
| Regente de Classe (n°)     | 51 557    | 47 694  | 52 518  | 51 820  | 57 305   | 53 543  |
| Prof. sem Regência (n°) ** | 18.230    | 10 415  | 8 417   | 13 378  |          |         |
| Estab. de Ensino (n°)      | 3 211     | 3 441   | 3 380   | 3 316   | 3 292    | 3 220   |
| Salas de Aula (n°) ***     | 35 263    | 36 926  |         | 38 711  | 38 638   | 37 928  |
| Taxa de Evasão (%)         | 17,04     | 14,32   | 13,37   | 7,33    | 7,15     | 6,0     |
| Taxa de Reprovação (%)     |           |         |         | 20,93   | 19,94    | 15,86   |
| Relação Aluno/Regente      | 17        | 19      | 18      | 18      | 17       | 18      |
| Relação Aluno/Sala de Aula | 25        | 25      |         | 24      | 25       | 25      |

Fonte: Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

\* A partir de 1996 - informado apenas o total de professores

\*\* A partir de 1996 - não foi informado

\*\*\* Considerados os três turnos

Não informados

As Matrículas Iniciais da dependência estadual, no exercício de 1997, totalizaram 954 287, registrando decréscimo de 0,79% em relação a 1996

### DADOS CONSOLIDADOS ENSINO REGULAR DE 1º GRAU (FUNDAMENTAL) MATRÍCULAS INICIAIS PERÍODO DE 1988/97

| ANO      | MATRÍCULAS INICIAIS |        |            |        |                |        | PARTICIPAÇÃO NO TOTAL(%) |            |
|----------|---------------------|--------|------------|--------|----------------|--------|--------------------------|------------|
|          | ESTADUAL            |        | PARTICULAR |        | TOTAL          |        | ESTADUAL                 | PARTICULAR |
|          | QUANTIDADE          | VAR. % | QUANTIDADE | VAR. % | QUANTIDADE(**) | VAR. % |                          |            |
| 1988     | 755 889             | 3,18   | 222 527    | 2,81   | 1 477 021      | 3,65   | 51,18                    | 15,07      |
| 1989     | 791 298             | 4,68   | 215 648    | 3,09   | 1 531 265      | 3,67   | 51,68                    | 14,08      |
| 1990     | 811 670             | 2,57   | 216 363    | 0,33   | 1 575 379      | 2,88   | 51,52                    | 13,73      |
| 1991     | 826 903             | 1,88   | 213 631    | 1,26   | 1 623 141      | 3,03   | 50,94                    | 13,16      |
| 1992(**) | 880 010             | 6,42   | 187 444    | 12,26  | 1 668 341      | 2,78   | 52,75                    | 11,24      |
| 1993(**) | 904 585             | 2,79   | 179 348    | 4,32   | 1 675 388      | 0,42   | 54,00                    | 10,70      |
| 1994(**) | 952 145             | 5,25   | 174 546    | 2,68   | 1 709 738      | 2,05   | 55,69                    | 10,21      |
| 1995(**) | 947 943             | 0,44   | 183 470    | 5,11   | 1 716 863      | 0,42   | 55,21                    | 10,69      |
| 1996     | 961 878             | 1,47   | 178 416    | 2,75   | 1 738 014      | 1,23   | 55,34                    | 10,27      |
| 1997     | 954 287             | 0,79   | 170 563    | 4,40   | 1 743 913      | 0,34   | 54,72                    | 9,78       |

Fonte: Secretaria da Educação - Unidade de Informática

(\*) Inclui calendários A, B e C (Calendário Rotativo)

(\*\*) Inclui dependência Federal e Municipal

Verificou-se, no período de 1994 a 1997, que a distribuição percentual das Matrículas Iniciais do Ensino Fundamental apresentou pouca oscilação entre os mantenedores, ou seja, Estado, Município, União e Entidades Privadas

| MANTENED   | 1994(*)    |        | 1995(*)    |        | 1996       |        | 1997       |        |
|------------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|
|            | Matrículas | %      | Matrículas | %      | Matrículas | %      | Matrículas | %      |
| ESTADUAL   | 932 679    | 55,18  | 941 192    | 55,09  | 961 878    | 55,34  | 954 287    | 54,72  |
| PARTICULAR | 174 546    | 10,33  | 183 470    | 10,74  | 178 416    | 10,27  | 170 563    | 9,78   |
| MUNICIPAL  | 581 415    | 34,40  | 582 243    | 34,08  | 596 857    | 34,34  | 618 164    | 35,45  |
| FEDERAL    | 1 632      | 0,10   | 1 515      | 0,09   | 863        | 0,05   | 899        | 0,05   |
| TOTAL      | 1 690 272  | 100,00 | 1 708 420  | 100,00 | 1 738 014  | 100,00 | 1 743 913  | 100,00 |

Fonte: Secretaria da Educação Unidade de Informática

(\*) Inclui calendários A, B e C (Calendário Rotativo) O número de matrículas iniciais diverge da tabela do ano anterior devido a alterações dos dados que foram realizadas pela SEC no decorrer deste exercício

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Nas tabelas anteriores, constata-se tendência crescente no total das Matrículas Iniciais No exercício em exame, o acréscimo sobre o ano anterior foi de 0,34%, já, em relação ao ano-base (1994), o incremento foi de 3,17%

No ano de 1995, último em que o Ensino Público contou com o calendário rotativo, os estabelecimentos Privados registraram significativo aumento no número de Matrículas Iniciais No entanto, nos anos subseqüentes, observam-se sucessivas quedas, sendo que, no exercício de 1997, houve uma redução de 4,40% em relação ao ano anterior

A dependência Estadual vinha incrementando suas matrículas, anualmente, desde 1987, sendo que, no exercício de 1992, com a implantação do calendario rotativo, houve crescimento de 6,42% em relação ao ano de 1991 Com o final deste sistema no ano de 1995, constatou-se decréscimo de 0,44% em relação ao ano anterior O ano de 1996 apresentou um aumento de 1,47%, enquanto 1997 registrou, novamente, uma diminuição nas Matrículas Iniciais (0,79%)

Dos quadros retrodestacados, ressalta-se que os estabelecimentos vinculados ao Estado foram responsáveis por mais da metade das Matrícula Iniciais do Ensino Fundamental (54,72%), seguidos pelos mantidos com recursos Municipais, com participação de 35,45%, e os Particulares com 9,78%

A partir de 1996, conforme informação da Secretaria de Educação, através do Departamento de Planejamento - Divisão de Informática, o número de professores

em exercício passou a ser coletado de forma a abranger o total real (Pré-Escolar + 1º e 2º Graus) e não da maneira tabulada até 1995, ou seja, professor em exercício por grau escolar. Com relação aos professores sem regência de classe, não existe mais a coleta deste dado por parte da Secretaria. Dessa forma, fica prejudicado o estudo da série até então apresentada (exercício de 1995)

REGENTES DE CLASSE  
ENSINO FUNDAMENTAL  
PERÍODO DE 1988/97

| ANO     | REGENTES DE CLASSE |       |            |       | ALUNOS POR REGENTE |            |
|---------|--------------------|-------|------------|-------|--------------------|------------|
|         | ESTADUAL           |       | PARTICULAR |       | ESTADUAL           | PARTICULAR |
|         | QUANT              | VAR % | QUANT      | VAR % |                    |            |
| 1988    | 51 642             | 1 41  | 10 967     | 0 27  | 14 64              | 20 29      |
| 1989    | 52 003             | 0 70  | 10 719     | 2 26  | 15 22              | 20 12      |
| 1990    | 55 686             | 7 08  | 10 835     | 1 08  | 14 58              | 19 97      |
| 1991    | 51 307             | 7 86  | 10 688     | 1 36  | 16 12              | 19 99      |
| 1992(*) | 51 567             | 0 51  | 10 523     | 1 54  | 17 07              | 17 81      |
| 1993(*) | 47 694             | 7 51  | 10 146     | 3 58  | 19 00              | 18 00      |
| 1994(*) | 52 519             | 10 12 | 10 039     | 1 05  | 18 13              | 17 39      |
| 1995(*) | 51 820             | 1 33  | 10 610     | 5 69  | 18 29              | 17 29      |
| 1996    | 57 305             | 10 58 | 11 700     | 10 27 | 16 79              | 15 25      |
| 1997    | 53 543             | 6 56  | 11 555     | 1 23  | 18 00              | 15 00      |

Fonte: Secretaria da Educação - Unidade de Informática  
(\*) Inclui calendários A, B e C  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Sobre esse aspecto, destaca-se que Regente de Classe é o professor que exerce função docente (professor em sala de aula). Pelo demonstrativo acima, pode-se observar que o aumento na quantidade de regentes apresentado no exercício de 1996 não se manteve no ano em análise. Pelo contrário, constatou-se um decréscimo de 6,56%.

Quanto à relação Aluno/Regente de Classe, que representa o número de alunos por professor em sala de aula, a série em análise mostra que 1997 voltou a apresentar aumento no índice, enquanto em dependências Particulares a tendência decrescente continuou em evidência.

De outra forma, ao comparar os números retrocitados com o espectro geral do Ensino Fundamental, no período 1994 a 1997, observa-se que o Estado é o mantenedor com maior redução de professores regentes no ano de 1997. Já, as dependências Particulares apresentaram uma pequena queda, enquanto as pertencentes à rede Municipal mantiveram a tendência crescente.

**ENSINO FUNDAMENTAL**

| ANO  | REGENTES DE CLASSE |       |        |       |        |      |     |       | ALUNOS/REGENTES |      |     |     |
|------|--------------------|-------|--------|-------|--------|------|-----|-------|-----------------|------|-----|-----|
|      | EST                | %     | PART   | %     | MUN    | %    | FED | %     | EST             | PART | MUN | FED |
| 1994 | 51 519             |       | 10 039 |       | 36 418 |      | 128 |       | 18              | 17   | 16  | 13  |
| 1995 | 51 447             | 0,14  | 10 610 | 5,69  | 35 410 | 0,02 | 105 | 18,00 | 18              | 17   | 16  | 14  |
| 1996 | 57 305             | 11,39 | 11 700 | 10,27 | 38 616 | 9,05 | 166 | 58,10 | 17              | 15   | 15  | 5   |
| 1997 | 53 543             | 6,56  | 11 555 | 1,24  | 38 922 | 0,79 | 85  | 49,00 | 18              | 15   | 16  | 11  |

Fonte: Secretaria de Educação Unidade de Informática

Neste sentido, cabe observar que a promulgação da Lei Federal nº 9 394, responsável pela regulamentação de novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ocorrida em 20 de dezembro de 1996, estabeleceu que os Municípios devem oferecer educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental (art 11, inciso V)

O Estado, segundo a mesma Lei, ficou com a atribuição de assegurar o Ensino Fundamental e, com prioridade, o Ensino Médio (art 10, inciso VI)

Portanto, em face das novas condições que a Lei impôs aos Governos Municipais e Estaduais, ressalta-se que nos próximos anos devem ocorrer modificações substantivas na aplicação dos recursos destinados ao Ensino

**TAXA DE EVASÃO  
ENSINO FUNDAMENTAL  
PERÍODO DE 1988/97**

Em %

| ANO  | TOTAL | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |          |           |            |
|------|-------|----------------------------|----------|-----------|------------|
|      |       | FEDERAL                    | ESTADUAL | MUNICIPAL | PARTICULAR |
| 1988 | 8,37  | 10,73                      | 10,19    | 7,95      | 2,98       |
| 1989 | 8,36  | 17,72                      | 10,19    | 8,10      | 2,17       |
| 1990 | 7,35  | 12,77                      | 9,02     | 6,96      | 1,99       |
| 1991 | 7,11  | 11,48                      | 8,98     | 6,42      | 1,62       |
| 1992 | 6,68  | 13,08                      | 17,04    | 6,28      | 1,12       |
| 1993 | 6,67  | 9,62                       | 14,32    | 6,11      | 1,11       |
| 1994 | 12,88 | 10,72                      | 13,37    | 5,67      | 1,01       |
| 1995 | 5,86  | 9,31                       | 7,34     | 4,88      | 1,15       |
| 1996 | 5,69  | 1,39                       | 7,15     | 4,71      | 0,95       |
| 1997 | 4,72  | 0,11                       | 6,00     | 3,81      | 0,70       |

Fonte: Secretaria de Educação Unidade de Informática

A tabela anterior demonstra a Taxa de Evasão de alunos matriculados no Ensino Fundamental em todas as dependências

A análise em tela demonstra que as maiores Taxas de Evasão encontraram-se nas dependências Estadual e Municipal, seguidas pela rede Particular e, por fim, com as menores Taxas de Evasão, aparece a rede Federal. As duas últimas com taxas inferiores a 1% (um por cento)

Verifica-se, ainda, que a Taxa Total de Evasão no Ensino Fundamental atingiu o ápice no ano de 1994, enquanto que nos estabelecimentos estaduais, o maior índice foi registrado em 1992, fato que foi atribuído a soma das taxas isoladas que aconteceram nos três calendários

Por fim, destaca-se que, no confronto do exercício em exame com o anterior, todas as mantenedoras de estabelecimentos de Ensino registraram queda na Taxa de Evasão Escolar, situação que se reflete na obtenção da menor Taxa Total de Evasão do período em análise

## 2.2.2 - PROGRAMA 43 - ENSINO MÉDIO

*"Conjunto de ações que visam assegurar ao jovem a habilitação profissional de nível médio, objetivando a formação de mão-de-obra qualificada e o acesso ao ensino superior".*

A execução do Programa Ensino Médio foi efetuada, na sua totalidade, pela Secretaria de Educação, através de 01 (um) Projeto e 03 (três) Atividades

Para a execução deste Programa foram previstos, inicialmente, recursos no montante de R\$ 128 302 mil. Durante o exercício de 1997, as despesas realizadas atingiram o valor de R\$ 107 645 mil

| ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997<br>PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO<br>PROGRAMA 43 Ensino Médio |                        |                 |        |                   |        |            | Em R\$ mil |
|--|------------------------|-----------------|--------|-------------------|--------|------------|------------|
| Nº   | ÓRGÃO                  | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI<br>% |            |
|  |                        | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |            |            |
| 19   | Secretaria da Educação | 128 302         | 100 00 | 107 645           | 100 00 | 83 90      |            |
|  | TOTAL                  | 128 302         | 100 00 | 107 645           | 100 00 | 83 90      |            |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Do Programa Ensino Médio, participou somente a Função Educação e Cultura, através de 01 (um) Projeto e 03 (três) Atividades

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO  
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

| Nº | FUNÇÃO             | PROJETO        | DESPESA                 | ATIVIDADE      | DESPESA                | DESPESA            | PARTIC             |
|----|--------------------|----------------|-------------------------|----------------|------------------------|--------------------|--------------------|
|    |                    | +<br>PREV EXEC | REALIZADA<br>NO PROJETO | +<br>PREV EXEC | REALIZADA<br>NA ATIVID | REALIZADA<br>TOTAL | PERCENT<br>S/TOTAL |
| 8  | Educação e Cultura | 1 / 1          | 31                      | 3 / 3          | 107 615                | 107 645            | 100 00             |
|    | TOTAL              | 1 / 1          | 31                      | 3 / 3          | 107 615                | 107 645            | 100 00             |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A participação do Programa Ensino Médio no total despendido pela Administração Direta Estadual, no período de 1988/97, demonstrou tendência decrescente de 1989 a 1995, sendo que, em 1996, ocorreu recuperação (0,07 pontos percentuais sobre o ano anterior) e, no período em análise, uma nova queda (0,14 pontos em relação ao ano anterior)

Quando analisada em termos de valores constantes, considerando como base o ano de 1988, constata-se que após o significativo aumento apresentado no ano de 1996 (18,86%), em 1997, a despesa realizada no Programa 43 - Ensino Médio apresentou redução de 3,27% em comparação ao ano anterior

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997  
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

| ANO  | EM<br>VALORES<br>CONSTANTES* | RELATIVO<br>BASE<br>FIXA | VARIÇÃO<br>%<br>ANO A ANO | PARTICIPAÇÃO<br>% NA DESPESA<br>TOTAL |
|------|------------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------------------|
| 1988 | 105 773                      | 100 00                   |                           | 1 85                                  |
| 1989 | 148 926                      | 140 80                   | 40 80                     | 2,49                                  |
| 1990 | 147 128                      | 139 10                   | 1,21                      | 2,09                                  |
| 1991 | 104 231                      | 98 54                    | 29 16                     | 1 81                                  |
| 1992 | 106 055                      | 100 27                   | 1 75                      | 1 50                                  |
| 1993 | 106 786                      | 100 96                   | 0 69                      | 1 54                                  |
| 1994 | 100 882                      | 95 38                    | 5 53                      | 1,37                                  |
| 1995 | 93 626                       | 88 52                    | 7 19                      | 1 25                                  |
| 1996 | 111 287                      | 105 21                   | 18 86                     | 1 32                                  |
| 1997 | 107 645                      | 101 77                   | 3 27                      | 1,18                                  |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

O Programa Ensino Médio foi desenvolvido através dos seguintes Projetos e Atividades

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

| Nº   | PROJETO E/OU ATIVIDADE  | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
|------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
| 1519 | Contr à Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Desps Capital       | 1 031           | 0 80     | 31                | 0 03     | 2 96    |
| 2368 | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio                        | 121 350         | 94 58    | 99 864            | 92 77    | 82 29   |
| 2437 | Contr à Fund Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Desps c/Pessoal     | 5 851           | 4 56     | 7 518             | 6 98     | 128 46  |
| 2438 | Contr a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Outras Desp Cor | 70              | 0 05     | 233               | 0 22     | 333 66  |
|      | TOTAL   | 128 302         | 100 00   | 107 645           | 100 00   | 83 90   |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Em face da tabela em exame, observa-se que a despesa realizada de R\$ 107 645 mil representou 83,90% da dotação inicial, sendo que desta R\$ 99 864 mil (92,77%) foram despendidos através da Atividade 2368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio, e os restantes R\$ 7 782 mil (7,33%) foram gastos em Projetos e Atividades ligadas à Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha

Atividade nº 2 368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio

*"... visa manter os recursos humanos necessários para o funcionamento da rede estadual de ensino médio".*

Nessa Atividade, observa-se que a participação mais significativa foi a do Elemento 3111 - Pessoal Civil no montante da despesa realizada à conta do Programa Ensino Médio, em 1997, na ordem de 83,30%, conforme se verifica na tabela que segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO  
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

| Nº   | ELEMENTO                                   | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
|------|--|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
| 3111 | Pessoal Civil                              | 108 013         | 84 19    | 89 667            | 83 30    | 83 01   |
| 3113 | Obrigações Patronais                       | 5               | 0 00     | 14                | 0 01     | 289 30  |
| 3120 | Material de Consumo                        | 340             | 0 26     | 5                 | 0 00     | 1 47    |
| 3131 | Remuneração de Serviços Pessoais           | 100             | 0 08     | 91                | 0 08     | 91 35   |
| 3132 | Outros Serviços e Encargos                 | 2 145           | 1 67     | 4 486             | 4 17     | 209 08  |
| 3193 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal  |                 |          | 832               | 0 77     |         |
| 3211 | Transferências Operacionais                | 5 921           | 4 61     | 7 751             | 7 20     | 130 90  |
| 3231 | Subvenções Sociais                         |                 |          | 125               | 0 12     |         |
| 3242 | Transferências a Organismos Internacionais |                 |          | 2                 | 0 00     |         |
| 3293 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal  |                 |          | 2 701             | 2 51     | 108 05  |
| 4110 | Obras e Instalações                        | 2 500           | 1 95     | 1 941             | 1 80     | 23 54   |
| 4120 | Equipamentos e Material Permanente         | 8 247           | 6 43     |                   |          |         |
| 4311 | Auxílios para Despesas de Capital          | 1 031           | 0 80     | 31                | 0 03     | 2 96    |
|      | TOTAL                                      | 128 302         | 100 00   | 107 645           | 100 00   | 83 90   |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A seguir, analisa-se o desempenho estadual no Ensino Médio. Alerta-se, entretanto, que foi utilizada a mesma metodologia e indicadores empregados na avaliação do Ensino Fundamental com as mesmas limitações.

Sabenta-se que ficou prejudicada a continuidade da análise realizada nos trabalhos anteriores em decorrência da mudança de metodologia adotada na coleta de dados por parte da Secretaria de Educação.

### ENSINO MÉDIO

No quadro a seguir registra-se a evolução das matrículas iniciais, a utilização de recursos humanos e físicos, e taxas que possibilitem inferir sobre a qualidade do Ensino Médio no período de 1992 a 1997.

| DESCRIÇÃO                        | EXERCÍCIO |         |         |         |          |         |
|----------------------------------|-----------|---------|---------|---------|----------|---------|
|                                  | 1992      | 1993    | 1994    | 1995    | 1996     | 1997    |
| Matrículas Iniciais (n°)         | 183.166   | 200.507 | 223.117 | 231.932 | 261.407  | 286.144 |
| Prof. em Exercício (n°) *        | 21.526    | 17.798  | 19.379  | 19.112  | 86.114 * | 81.568* |
| Regente de Classe (n°)           | 14.161    | 13.213  | 15.108  | 15.088  | 15.757   | 15.240  |
| Prof. sem Regência (n°) **       | 7.365     | 4.586   | 4.271   | 5.269   | -        | -       |
| Estab. de Ensino Utilizados (n°) | 540       | 557     | 568     | 551     | 548      | 578     |
| Salas de Aula Utilizadas (n°)    | 6.018     | 6.710   | -       | 7.559   | 8.157    | 8.631   |
| Taxa de Evasão (%)               | 33,63     | 25,37   | 22,37   | 16,90   | 15,97    | 13,62   |
| Taxa de Reprovação (%)           | -         | -       | -       | 23,42   | 20,82    | 14,99   |
| Relação Aluno/Regente            | 12,93     | 15,17   | 14,77   | 15,37   | 16,59    | 18,78   |
| Relação Aluno/Sala de Aula       | 30,44     | 29,88   | -       | 30,68   | 32,04    | 33,15   |

Fonte: Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

\* A partir de 1996 fornecido em totais

\*\* A partir de 1996 não foi fornecido

Não informados

As Matrículas Iniciais registradas na dependência Estadual tiveram um incremento na ordem de 9,46%, de 1996 para 1997, sendo que neste último atingiram a soma de 286.144 matrículas.

DADOS CONSOLIDADOS ENSINO MÉDIO  
MATRÍCULAS INICIAIS  
PERÍODO DE 1988/97

| ANO     | MATRÍCULAS INICIAIS |       |            |       |                |       | PARTICIPAÇÃO NO TOTAL(%) |            |
|---------|---------------------|-------|------------|-------|----------------|-------|--------------------------|------------|
|         | ESTADUAL            |       | PARTICULAR |       | TOTAL          |       | ESTADUAL                 | PARTICULAR |
|         | QUANTIDADE          | VAR % | QUANTIDADE | VAR % | QUANTIDADE(**) | VAR % |                          |            |
| 1988    | 134 286             | 6,76  | 66 172     | 1 68  | 212 546        | 4 29  | 63,18                    | 31 13      |
| 1989    | 142 535             | 6,14  | 63 143     | 4 58  | 218 202        | 2 66  | 65 32                    | 28 94      |
| 1990    | 146 972             | 3,11  | 62 468     | 1 07  | 221 318        | 1 43  | 66 41                    | 28 22      |
| 1991    | 152 894             | 4,03  | 61 210     | 2,01  | 227 300        | 2 70  | 67 26                    | 26 93      |
| 1992(*) | 183 166             | 19 80 | 57 713     | 5,71  | 254 148        | 11 81 | 72 07                    | 22 71      |
| 1993(*) | 200 507             | 9 47  | 61 373     | 6 34  | 276 356        | 8,74  | 72 55                    | 22 21      |
| 1994(*) | 223 117             | 11 28 | 66 001     | 7 54  | 303 671        | 9 88  | 73 47                    | 21,73      |
| 1995(*) | 231 932             | 3,95  | 75 157     | 13 87 | 321 463        | 5 86  | 72 15                    | 23 38      |
| 1996    | 261 407             | 12 71 | 80 764     | 7,46  | 357 604        | 11,24 | 73 10                    | 22 58      |
| 1997    | 286 144             | 9 46  | 84 854     | 5 06  | 387 416        | 8 33  | 73 86                    | 21,90      |

Fonte Secretaria da Educação Departamento de Planejamento/Divisão de Informática  
(\*) Inclui calendários A B e C  
(\*\*) Inclui dependências Federal e Municipal  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Na tabela acima, observa-se a evolução e comportamento das Matrículas Iniciais no Ensino Médio nas dependências Estadual e Particular e a respectivas participações no Total do Estado

Das tabelas retrodestacadas, salienta-se que o ano de 1992 caracterizou-se por ser o de maior incremento percentual em relação ao anterior (11,81%) Tal fato pode ter sido originado pela soma indiscriminada das Matrículas Iniciais dos três calendários que foram implementados naquele exercício

A seguir, apresenta-se a distribuição das Matrículas Iniciais entre as diversas mantenedoras que se responsabilizam pelo Ensino Médio no Estado, ou seja, as Entidades Particulares, as Escolas Municipais e as pertencentes ao governo Estadual e Federal, no intervalo de 1994 a 1997

| MANTENED   | 1994       |        | 1995       |        | 1996       |        | 1997       |        |
|------------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|
|            | QUANTIDADE | %      | QUANTIDADE | %      | QUANTIDADE | %      | QUANTIDADE | %      |
| ESTADUAL   | 217 060    | 72 93  | 230 304    | 72 01  | 261 407    | 73 10  | 286 144    | 73 86  |
| PARTICULAR | 66 001     | 22 18  | 75 157     | 23 50  | 80 764     | 22 58  | 84 854     | 21 90  |
| MUNICIPAL  | 4 745      | 1 59   | 4 916      | 1,54   | 5 342      | 1 49   | 5 760      | 1 49   |
| FEDERAL    | 9 808      | 3 30   | 9 458      | 2 96   | 10 091     | 2,82   | 10 658     | 2 75   |
| TOTAL      | 297 614    | 100 00 | 319 835    | 100 00 | 357 604    | 100 00 | 387 416    | 100,00 |

Fonte Secretaria da Educação Unidade de Informática  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Assim sendo, observa-se que nesse nível de ensino as Matrículas Iniciais Totais são historicamente bem inferiores ao ensino fundamental. No entanto, no período de 1994 a 1997, houve um incremento no número de matrículas na ordem de 30,17%. O Estado, que respondeu por 73% das matrículas (em média), foi o que, quantitativamente, mais contribuiu na obtenção desse índice, visto que as escolas estaduais registravam um acréscimo de 31,82% no período.

Em relação ao ano anterior, constata-se que o número de Matrículas Iniciais apresentou crescimento em todas as mantenedoras, destacando-se as Escolas Estaduais com 9,46% e as Entidades Particulares com 5,06%, que, juntas, correspondem a 95% do total.

Embora a participação total das duas maiores mantenedoras venha se mantendo estável no período em exame (em torno de 95%), identifica-se que, no último decênio, o acréscimo de pontos percentuais na participação das Matrículas Iniciais de Ensino Médio do Estado ocorreu na medida em que se reduzia a participação das Entidades Particulares.

| ANO  | PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%) |            |            |
|------|---------------------------|------------|------------|
|      | ESTADUAL                  | PARTICULAR | EST + PART |
| 1988 | 63,18                     | 31,13      | 94,21      |
| 1997 | 73,86                     | 21,90      | 95,76      |

Quanto à verificação do número de professores que não estão atuando em sala de aula, reforça-se o comentário realizado quando da análise do Ensino Fundamental. Ocorre que, a partir de 1996, conforme informa a Secretaria de Educação, através do Departamento de Planejamento - Divisão de Informática, o número de professores em exercício passou a ser coletado abrangendo o total real (Pré-Escolar + 1º + 2º Graus) e não da maneira até então tabulada, ou seja, professor em exercício por Grau de Ensino. Com relação aos professores sem regência de classe, não existe mais a coleta deste dado. Dessa forma, fica inviabilizada a seqüência do estudo da série apresentada até o exercício de 1995.

REGENTES DE CLASSE  
ENSINO MÉDIO  
PERÍODO DE 1988/97

| ANO     | REGENTES DE CLASSE |       |            |       | ALUNOS POR REGENTE |            |
|---------|--------------------|-------|------------|-------|--------------------|------------|
|         | ESTADUAL           |       | PARTICULAR |       | ESTADUAL           | PARTICULAR |
|         | QUANT              | VAR % | QUANT      | VAR % |                    |            |
| 1988    | 12 135             | 2 18  | 5 859      | 3,30  | 11 07              | 11,29      |
| 1989    | 12 779             | 5 31  | 5 731      | 2,18  | 11 15              | 11,02      |
| 1990    | 14 233             | 11 38 | 5 762      | 0 54  | 10 33              | 10,84      |
| 1991    | 13 408             | 5,80  | 5 700      | 1,08  | 11,40              | 10 74      |
| 1992(*) | 14 161             | 5 62  | 5 798      | 1 72  | 13 00              | 10 00      |
| 1993(*) | 13 213             | 6 69  | 5 871      | 1 26  | 15 17              | 10 45      |
| 1994(*) | 15 108             | 14 34 | 6 094      | 3 80  | 14 77              | 10 83      |
| 1995(*) | 15 088             | 0,13  | 6 399      | 5 00  | 15 37              | 11,75      |
| 1996    | 15 757             | 4,43  | 7 179      | 12,19 | 16,59              | 11,25      |
| 1997    | 15 240             | 3,28  | 7 454      | 3,83  | 18,77              | 11,38      |

Fonte Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/  
Divisão de Informática

(\*) Inclui calendários A B e C  
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Acima, encontra-se a demonstração dos Regentes de Classe do Ensino Médio Estadual e Particular e do número de Alunos por Regente

Em termos absolutos, observa-se uma tendência crescente de Regentes de Classe na dependência Estadual até 1990, passando a oscilar a partir de 1991. Já na dependência Particular, visualiza-se uma oscilação negativa até 1991, ano que atinge a menor quantidade de professores regentes.

Na análise do exercício de 1997 em relação ao ano anterior, verifica-se que o Estado apresentou um decréscimo de 3,28% de professores regentes, enquanto as Escolas Particulares registraram um aumento de 3,83%.

Com referência à relação Alunos por Regente, percebe-se que, na dependência Estadual, este número, no decênio demonstrado, tendeu ao aumento, enquanto que, na rede Particular, esta relação foi mais ou menos estável. O exercício de 1997 registrou aproximadamente, 19 Alunos/Regente na dependência Estadual e 11 na Particular.

TAXA DE EVASÃO  
ENSINO MÉDIO DE 2º GRAU  
PERÍODO DE 1988/97

| ANO | TOTAL | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |          |           |            |
|-----|-------|----------------------------|----------|-----------|------------|
|     |       | FEDERAL                    | ESTADUAL | MUNICIPAL | PARTICULAR |

- 152 -

|      |       |       |       |       |      |
|------|-------|-------|-------|-------|------|
| 1988 | 16,93 | 10,15 | 21,10 | 21,70 | 9,02 |
| 1989 | 18,80 | 10,52 | 23,39 | 17,19 | 9,62 |
| 1990 | 17,78 | 9,85  | 22,01 | 22,54 | 8,49 |
| 1991 | 16,10 | 12,95 | 19,82 | 15,00 | 7,01 |
| 1992 | 15,12 | 9,84  | 33,63 | 13,27 | 5,18 |
| 1993 | 15,32 | 10,09 | 25,37 | 15,45 | 5,58 |
| 1994 | 12,88 | 9,62  | 13,71 | 14,45 | 4,80 |
| 1995 | 13,96 | 10,34 | 16,91 | 13,52 | 5,20 |
| 1996 | 12,95 | 7,57  | 15,97 | 10,61 | 3,80 |
| 1997 | 11,11 | 8,09  | 13,62 | 6,17  | 3,21 |

Fonte: Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/  
Divisão de Informática

Pelas Taxas de Evasão demonstradas acima, observa-se o alto número de estudantes que abandonam ou são levados a abandonar os estudos no Segundo Grau em todas as dependências

Ao longo da série supramencionada, verifica-se que esse índice tem sido mais acentuado nas dependências pertencentes ao Estado, circunstância que pode encontrar explicação no fato de o Estado ser o responsável pelo atendimento da classe menos favorecida da população

De outra forma, ao observar o total de matrículas iniciais registradas no ensino Fundamental e Médio, percebe-se a expressividade das atribuídas ao Estado, o que significa aumento de responsabilidade do Governo na formação e preparação de seus cidadãos

Já no exercício sob exame, a Taxa Total de Evasão coletada foi a mais baixa do período em tela, sendo que, com exceção das Escolas Federais, todas as dependências escolares registraram redução na taxa

Ainda sobre essa matéria, denota-se que o índice mais elevado da Taxa de Evasão escolar permaneceu nos estabelecimentos mantidos pelo Estado (13,62%), seguido pelos estabelecimentos Federais (8,09%), Municipais (6,17%) e Particulares (3,21%)

## ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

### Utilização dos recursos físicos (salas de aula)

| ANO | TURNO | SALAS DE AULA |            |         |               |
|-----|-------|---------------|------------|---------|---------------|
|     |       | EXISTENTES    | UTILIZADAS | OCIOSAS | OCIOSIDADE(%) |
| 1   | MANHÃ | 24 379        | 20 449     | 3 930   | 16 12         |
| 9   | TARDE | 24 379        | 19 058     | 5 321   | 21 83         |
| 9   | NOITE | 24 379        | 5 485      | 18 894  | 77 50         |
| 2   | TOTAL | 73 137        | 44 992     | 28 145  | 38 48         |
|     | M+T   | 48 758        | 39 507     | 9 251   | 18 97         |
| 1   | MANHÃ | 25 544        | 21 402     | 4 142   | 16 22         |
| 9   | TARDE | 25 544        | 20 002     | 5 542   | 21 70         |
| 9   | NOITE | 25 544        | 6 684      | 18 860  | 73 83         |
| 3   | TOTAL | 76 632        | 48 088     | 28 544  | 37 25         |
|     | M+T   | 51 088        | 41 404     | 9 684   | 18 96         |
| 1   | MANHÃ | 26 641        | 22 356     | 4 285   | 16 08         |
| 9   | TARDE | 26 641        | 21 161     | 5 480   | 20,57         |
| 9   | NOITE | 26 641        | 6 708      | 19 933  | 74,82         |
| 4   | TOTAL | 79 923        | 50 225     | 29 698  | 37,16         |
|     | M+T   | 53 282        | 43 517     | 9 765   | 18 37         |
| 1   | MANHÃ | 26 802        | 22 692     | 4 110   | 15 33         |
| 9   | TARDE | 26 802        | 21 230     | 5 572   | 20 79         |
| 9   | NOITE | 26 802        | 6 646      | 20 156  | 75 20         |
| 5   | TOTAL | 80 406        | 50 568     | 29 838  | 37 11         |
|     | M+T   | 53 604        | 43 922     | 9 682   | 18 06         |
| 1   | MANHÃ | 27 305        | 23 037     | 4 268   | 15 63         |
| 9   | TARDE | 27 305        | 21 791     | 5 514   | 20 19         |
| 9   | NOITE | 27 305        | 7 188      | 20 117  | 73 68         |
| 6   | TOTAL | 81 915        | 52 016     | 29 899  | 36 50         |
|     | M+T   | 54 610        | 44 828     | 9 782   | 17 91         |
| 1   | MANHÃ | 27 320        | 22 896     | 4 334   | 15 86         |
| 9   | TARDE | 27 320        | 21 869     | 5 431   | 19 95         |
| 9   | NOITE | 27 320        | 7 485      | 19 835  | 72 60         |
| 7   | TOTAL | 81 960        | 52 340     | 29 620  | 36 14         |
|     | M+T   | 54 640        | 44 855     | 9 785   | 17 91         |

Fonte Secret da Educação Deptº de Planej /Divisão de Informática

Obs 1 Não estão computadas as salas utilizadas em outros estabelecimentos

2 Considerados todos os níveis (Pré escolar 1ºG 2ºG e outros)

3 Considerados os calendários A B e C para salas de aula utilizadas  
1992 1993 1994 e 1995

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Os estabelecimentos/salas de aula estaduais de ensino existentes, em que pese desconhecer-se as condições de utilização e a distribuição geográfica, comportam a demanda atual. Sabe-se, ainda, que existe capacidade disponível, pois, aproximadamente 37% das salas de aula, computados todos os níveis nos três turnos, não foram utilizadas no ano de 1997, conforme dados fornecidos pela Secretaria da Educação

### Utilização de Recursos Humanos (Professores)

O Departamento de Planejamento/Divisão de Informática da Secretaria da Educação não realiza o controle de professores não regentes desde 1995, procedimento que em muito prejudica a análise das despesas realizadas efetivamente com o Ensino. Mais ainda, quando se observa a falta de discriminação do nível de ensino ao qual o professor não regente está vinculado

O Sistema PGRH, do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria, registra que, no exercício de 1997, os professores especialistas estavam alocados da seguinte forma

| PROFESSORES / ESPECIALISTAS |        |                         |        |                            |       |
|-----------------------------|--------|-------------------------|--------|----------------------------|-------|
| REGENTES (EXR)              |        | SERVIÇOS ADMINIST (EXR) |        | A DISP DE DE OUTROS ÓRGÃOS |       |
| EFETIVOS                    | 55 888 | EFETIVOS                | 34 423 | COM ÔNUS                   | 1 955 |
| C EMERG                     | 3 411  | C EMERG                 | 285    | SEM ÔNUS                   | 110   |
| TOTAL                       | 59 299 | TOTAL                   | 34 708 | TOTAL                      | 2 065 |

Conforme a tabela, constata-se que os Serviços Administrativos da Secretaria utilizaram-se de 34 423 professores efetivos e 285 com contratos emergenciais

Sobre os números retrodestacados, ressalta-se a possibilidade de professores regentes também realizarem serviços administrativos, o que pode proporcionar sua presença nas duas colunas

Assim sendo, sobre a utilização de professores em serviços administrativos, verifica-se que o Departamento de Planejamento - Unidade de Informática registra 81 568 professores em atividade no exercício de 1997, para todos os níveis (Pré-Escola, 1º Grau e 2º Grau). Em face deste fato, constata-se que, dos 81 568 professores registrados na Secretaria de Educação, 34 708, ou seja, 42,55% exerceram atividades ligadas a serviços administrativos

Por fim, no final do ano de 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional nº14 e a entrada em vigor das Leis Federais nº 9 394 e nº 9.424, ocorreu

um novo regramento para as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, fato que deve ser considerado quando da identificação das despesas com professores, pois, nos últimos dois anos, com a falta de controle da Secretaria da Educação sobre a utilização de professores no primeiro e no segundo grau, e os que não atuam em regência de classe, tal levantamento ficou inviabilizado

## **DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

O exercício de 1997, devido à promulgação da Emenda Constitucional nº14 e de Leis pertinentes à implementação da reforma do ensino Lei Federal nº 9 394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Federal nº 9 424 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magisterio, ocorridas no final do ano de 1996, transformou-se em um marco para a Educação Nacional

A Emenda Constitucional nº 14, em seu artigo 5º, faz referência a inserção de novos dispositivos no artigo 60 do ADCT O "caput" indica que não menos de 60% dos recursos previstos no artigo 212 devem ser alocados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, tendo como objetivo a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério

Da mesma forma, o paragrafo 1º registra que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF, a ser criado nos Estados e no Distrito Federal, assegurara a distribuição de responsabilidades e recursos entre os Estados e seus Municípios, na forma do disposto no artigo 211 da Constituição Federal (CF)

No parágrafo segundo, a Emenda aponta os recursos que constituirão o Fundo e indica que a sua distribuição deve ocorrer proporcionalmente ao número de alunos atendidos nas respectivas redes de Ensino Fundamental

O parágrafo 3º registra que o Governo Federal complementará os recursos, sempre que os Estados e o Distrito Federal não alcancem o valor mínimo por aluno, enquanto o parágrafo 4º define o prazo de cinco anos como o periodo para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios se ajustem progressivamente

Ressalta-se, também, que o parágrafo 5º obriga que no mínimo 60% dos recursos provenientes do Fundo devam ser empregados na remuneração de professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério

Segundo o previsto no parágrafo 6º, esta emenda deveria entrar em vigor em primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação, ou seja, em 1997

Da Lei Federal nº 9 424, de 24 de dezembro de 1996, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, cabe observar com mais atenção os dispositivos arrolados a seguir

O artigo 8º dispõe que a instituição do Fundo previsto na Lei, e a correspondente aplicação de seus recursos não isentam os Estados, Distrito Federal e os Municípios da obrigatoriedade de aplicar, na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma prevista no artigo 212 da Constituição Federal

Destaca, em seu artigo 9º, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam elaborar um novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério no prazo de seis meses a contar da vigência desta Lei (este artigo foi questionado no STF)

No artigo 10º aponta as obrigatoriedades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em comprovar o efetivo cumprimento do artigo 212 da CF, a apresentação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério no prazo referido no artigo 9º e as informações solicitadas por ocasião do censo escolar. Já o artigo 11º dispõe que os órgãos responsáveis pelo sistema de ensino, assim como os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, criarão mecanismos para fiscalizar o cumprimento do artigo 212 da CF e desta Lei

Ressalta-se que a Medida Provisória nº 1.565, em seu artigo 2º, dispõe que a quota estadual do Salário-Educação, prevista no artigo 15º, § 1º, inciso 11, da Lei Federal nº 9 424, teria sua distribuição regulamentada em Lei Estadual

Já a Lei Federal nº 9 394, sancionada pelo Presidente da República, em 20 de dezembro de 1996, é responsável pelo estabelecimento de novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde, entre outros artigos, destacam-se os mencionados a seguir:

*“Art 69 A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, das receitas resultantes de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (grifo nosso)*

*Art 70 Considerar-se-ão como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, a*

*I- remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da Educação,*

*II- aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino,*

- III- uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino,*
- IV- levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino,*
- V- realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino,*
- VI- concessão de bolsas de estudos a alunos de escolas públicas e privadas,*
- VII- amortização e custeio de operações de créditos destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo,*
- VIII- aquisição de matéria didático-escolar e manutenção de programa de transporte escolar,*

*Art 71 Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com*

- I- pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão,*
- II- subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural,*
- III- formação de quadros especiais para Administração Pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos,*
- IV- programas suplementares de alimentação, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social,*
- V- obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar,*
- VI- pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino "*

### **POSIÇÃO DO ESTADO FRENTE À REFORMA DO ENSINO**

Ao analisar as despesas efetuadas pelo Executivo Estadual com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, verificou-se que, no exercício de 1997, o Estado não empreendeu as alterações necessárias para adequação às novas normas estabelecidas na legislação retrocitada

Neste sentido, ressalta-se que a Lei Federal nº 9 394, responsável pelo estabelecimento das novas diretrizes e bases da educação nacional, definiu claramente os dispêndios que constituem, ou não, despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Assim sendo, constata-se que este diploma legal, ao contrário da Lei Federal nº 7 348, vigente até a promulgação desta, não contempla as despesas referentes aos pagamentos de proventos dos inativos da Secretaria e as realizadas com programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, circunstâncias que não foram observadas pelo Executivo na execução financeira do Estado

Outra situação a ressaltar, prende-se ao fato de o Estado do Rio Grande do Sul não ter editado, no ano de 1997, a Lei que regulamenta a distribuição dos recursos do salário-educação, conforme previsto na Medida Provisória nº 1 565-10 Tal procedimento ganha relevância quando se constata que a utilização dos recursos provenientes do salário-educação, no exercício de 1997, apresentou o seguinte desempenho

|  | Em R\$ mil |
|--|------------|
| Saldo de Recursos vinculados exerc 1996              | 103 952    |
| Receita do ano de 1997                               | 109 239    |
| Despesa realizada no exerc 1997                      | 79 766     |
| Saldo de Recursos vinculado a empenhar no próx exerc | 133 425    |

Evidencia-se que o Executivo Estadual despendeu apenas 73,02% da receita auferida através do salário-educação no exercício de 1997 Da mesma forma, verifica-se que o ano encerrou com saldo a empenhar de R\$ 133 425 mil, valor superior a 10% do total aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino publico estadual, no período em exame, e superior ao total das despesas realizadas com recursos vinculados no exercício (R\$ 95 243 mil)

### 2.3 - FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

*"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos de Governo que visam à melhoria do nível de saúde da população, bem como a preservação, controle e uso adequado dos elementos naturais".*

Cumpra registrar, prioritariamente, na análise da Função Saúde e Saneamento, que a Lei Estadual nº 10 844, de 05 de agosto de 1996, que tratou das diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias para o exercício econômico-financeiro de 1997, em seu artigo 20, estabeleceu que o montante de recursos alocados na Secretaria da Saúde e Meio Ambiente (SSMA) não deveria ser inferior a **10% da Receita Tributária Líquida**, desconsideradas as transferências da União, relativas a convênio com o SUS e aos pagamentos dos prestadores de serviços de saúde

Assinala-se que, no final do exercício de 1997, as despesas totais executadas pela SSMA alcançaram R\$ 269 559 mil, incluindo recursos do SUS, como demonstram informações existentes no Balanço Geral do Estado de 1997

Em decorrência, portanto, do que foi determinado no artigo 20, parágrafo único, da Lei supra-referida, tem-se que a Administração Estadual não alocou os recursos legalmente exigidos, tendo apenas aplicado 7,16% da Receita Tributária Líquida, como se demonstra abaixo

| Discriminação dos Títulos   | Em mil R\$ |
|---|------------|
| Receita Tributária  | 4 237 215  |
| ( ) Participação dos Municípios   | 1 100 235  |
| ICMS (25%)  | 964 240    |
| IPVA (50%)  | 135 439    |
| ITBI (50%)  | 557        |
| Receita Tributária Líquida  | 3 136 980  |
| Despesa Total da SSMA   | 269 559    |
| ( ) Recursos SUS  | 45 107     |
| Recursos alocados na SSMA pela<br>Administração Estadual                              | 224 452    |
| Relação percentual entre RTL e<br>recursos alocados na SSMA                           | 7 16%      |
| Fonte Balanço Geral do Estado - 1997, vol I<br>(fls 158 a 235) e vol IV (fls 74 e 75) |            |

Também, apresenta-se oportuno informar que a Função Saúde e Saneamento, neste exercício, apresentou despesas totais de R\$ 333 477 mil. Todavia, excluindo-se os recursos provenientes do SUS (R\$ 45 107 mil), verifica-se um total de R\$ 288 370 mil, que equivaleu a 9,19% da Receita Tributária Líquida.

A execução financeira da Função Saúde e Saneamento, durante 1997, mostra que 80,56% do total de recursos a ela alocados foram executados pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA, 0,83%, pela Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação - SOPSH e 18,61%, pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, como se demonstra a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA  
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

| Nº    | ÓRGÃO   | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI % |
|-------|---|-----------------|--------|-------------------|--------|---------|
|       |   | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |         |
|       | SEC. DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO SCP            | 72 232          | 15,79  | 62 045            | 18,61  | 85,90   |
| 13 84 | Fundo Pró Guafba                                  | 63 687          | 13,92  | 50 076            | 15,02  | 78,63   |
| 13 90 | FUNDOPTIMES                                       | 8 545           | 6,92   | 11 969            | 3,59   | 140,07  |
|       | SEC. DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE SSMA             | 368 958         | 80,67  | 268 639           | 80,56  | 72,81   |
| 20 01 | Gab. Secretário SSMA                              | 249 906         | 54,64  | 169 048           | 50,69  | 67,64   |
| 20 10 | Transf. Adm. Indireta SSMA                        | 4 975           | 1,09   | 7 238             | 2,17   | 145,49  |
| 20 33 | Encargos Gerais da SSMA                           | 46 302          | 10,12  | 37 126            | 11,13  | 80,18   |
| 20 95 | Fundo Estadual de Saúde PES                       | 67 775          | 14,82  | 55 227            | 16,56  | 81,49   |
|       | SEC. OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO SOPSH | 16 200          | 3,54   | 2 793             | 0,83   | 17,24   |
|       | TOTAL   | 457 390         | 100,00 | 333 477           | 100,00 | 72,91   |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que a dotação inicial de recursos para a Função foi fixada em R\$ 457 390 mil, porém as despesas realizadas posicionaram-se inferiores à previsão inicial em 27,09%, só atingindo R\$ 333 477 mil.

As despesas realizadas na Função, no período 1988/1997, como se ilustra na tabela abaixo, examinadas por método comparativo, evidenciam uma alternância de gastos que mostraram quedas e recuperações. No ano de 1988, houve a menor aplicação de recursos, atingindo uma participação relativa de 1,62% na despesa total efetivada pela Administração Direta Estadual. Em 1997, os gastos realizados superaram os do ano-basilar da série (1988) em 260,80% e, em relação a 1996, 41,68%. Referentemente à participação das despesas da Função no total executado pela Administração Direta Estadual, verifica-se que a mesma atingiu 3,65%, caracterizando-se como a maior do decênio.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES 1988/1997  
 FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

| ANO  | EM VALORES<br>CONSTANTES* | RELATIVO<br>BASE FIXA | VARIAÇÃO %<br>ANO A ANO | PARTIC % NA<br>DESPESA TOTAL |
|------|---------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------------|
| 1988 | 92 428                    | 100 00                |                         | 1 62                         |
| 1989 | 125 221                   | 135 48                | 35 48                   | 2 09                         |
| 1990 | 154 574                   | 167 24                | 23 44                   | 2 20                         |
| 1991 | 147 871                   | 159 99                | 4 34                    | 2 57                         |
| 1992 | 151 177                   | 163 56                | 2 24                    | 2 14                         |
| 1993 | 139 382                   | 150 80                | 7 80                    | 2 01                         |
| 1994 | 193 052                   | 208 87                | 38 51                   | 2 62                         |
| 1995 | 223 338                   | 241 64                | 15 69                   | 2 99                         |
| 1996 | 235 377                   | 254 66                | 5 39                    | 2 79                         |
| 1997 | 333 477                   | 360 80                | 41 68                   | 3 65                         |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
 \*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

A tabela abaixo evidencia que a Função Saúde e Saneamento, durante o exercício de 1997, desenvolveu-se por Programas Típicos e Atípicos. Os primeiros participaram com 99,94%, e os segundos, com 0,06% do total despendido pela função, como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
 PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA  
 FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

| Nº | PROGRAMA                      | PROJETO |      | DESPESA                 |           | ATIVIDADE |      | DESPESA                |                    | PARTIC<br>PERCENT<br>S/TOTAL |
|----|-------------------------------|---------|------|-------------------------|-----------|-----------|------|------------------------|--------------------|------------------------------|
|    |                               | PREV    | EXEC | REALIZADA<br>NO PROJETO | REALIZADA | PREV      | EXEC | REALIZADA<br>NA ATIVID | REALIZADA<br>TOTAL |                              |
| 7  | Administração                 | /       |      |                         |           | 1 / 1     |      | 213                    | 213                | 0 06                         |
| 60 | Serviços de Utilidade Pública | 1 /     |      |                         |           | /         |      |                        |                    | 0 00                         |
| 75 | Saúde                         | 16 /    | 11   | 19 567                  |           | 23 / 19   |      | 243 163                | 262 730            | 78 79                        |
| 76 | Saneamento                    | 7 /     | 5    | 56 535                  |           | 2 / 2     |      | 1 771                  | 58 305             | 17 48                        |
| 77 | Proteção ao Meio Ambiente     | 4 /     | 4    | 6 681                   |           | 1 / 1     |      | 5 548                  | 12 229             | 3 67                         |
|    | TOTAL                         | 28 /    | 20   | 82 782                  |           | 27 / 23   |      | 250 695                | 333 477            | 100 00                       |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No que diz respeito aos Projetos e Atividades previstos e realizados na Função Saúde e Saneamento, destaca-se a Atividade 2485 - Desenvolvimento de Recursos Humanos que, no final do exercício, apresentou um incremento de 1 655,44% sobre a dotação inicialmente prevista, perfazendo, desse modo, 16,88% dos gastos executados. Todavia, cumpre evidenciar que essa Atividade ao ser orçada contava com recursos cuja participação atingia tão-somente 0,70% do total das despesas previstas para a Função.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA  
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

| Nº   | PROJETO E/OU ATIVIDADE  | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI %  |
|------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|----------|
| 1057 | Programa de Ação Social em Saneamento                                     |                 |          |                   |          |          |
| 1076 | Polo de Capacitação para Saúde da Família                                 |                 |          |                   |          |          |
| 1560 | Contrib à Fund Est. de Pesquisa e Produção em Saúde p/Desp de Capital     | 285             | 0 06     | 700               | 0 21     | 245 27   |
| 1588 | Municipalização dos Serviços de Saúde                                     | 50 799          | 11 11    | 65                | 0 02     | 0 13     |
| 1771 | Implementação do Programa de Saneamento Básico Comunitário PROSAN         | 6 510           | 1 42     | 1 596             | 0 48     | 24 52    |
| 1774 | Ampliação de Hospitais Públicos   | 860             | 0 19     |                   |          |          |
| 1777 | Plano de Erradicação do Vetor do Dengue no Rio Grande do Sul              | 1 037           | 0 23     |                   |          |          |
| 1800 | Programa Estadual de Saneamento Rural                                     | 3 020           | 0 66     | 866               | 0 25     | 28 68    |
| 1850 | PIA 2000 Programa de Garantia e Reabilitação Nutricional                  | 9 209           | 2 01     | 4 127             | 1 24     | 44 81    |
| 1853 | Sistema Estadual de Saneamento  | 700             | 0 15     |                   |          |          |
| 1854 | Drainagem Urbana e Proteção Contra as Cheias                              | 10 400          | 2 27     | 304               | 0 09     | 2 92     |
| 1858 | Implementação do Programa de Doação de Órgãos e Transplantes              | 24              | 0 01     |                   |          |          |
| 1859 | Progr de Atenção a Pessoas Portadoras de Deficiências ou de Altas Habilid | 3 824           | 0 84     | 2 959             | 0 89     | 77 38    |
| 2177 | Apoio ao Programa de Parceria Comunitária Mãos Dadas                      | 4 000           | 0 87     | 4 000             | 1 20     | 100 00   |
| 2332 | Implementação de Hospitais Polo e de Referência Regional                  | 22 200          | 4 86     | 19 107            | 5 73     | 86 07    |
| 2481 | Formulação e Coordenação do Sistema Único de Saúde                        | 36 132          | 7 90     | 15 575            | 4 67     | 43 11    |
| 2485 | Desenvolvimento de Recursos Humanos                                       | 3 207           | 0 70     | 56 290            | 16 88    | 1 756 44 |
| 2486 | Implementação das Ações de Saúde através de Convênios e Contratos         | 8 842           | 1 93     | 21 194            | 6 36     | 239 71   |
| 2487 | Publicidade   | 300             | 0 07     | 213               | 0 06     | 70 84    |
| 2488 | Apoio Operacional às Ações de Saúde                                       | 19 154          | 4 19     | 7 928             | 2 38     | 41 39    |
| 2490 | Contr à Fund de Proteção Ambiental p/Desps com Pessoal                    | 3 691           | 0 81     | 5 548             | 1 66     | 150 33   |
| 2491 | Assistência Médico Sanitária em Geral                                     | 40 996          | 8 96     | 6 291             | 1 89     | 15 35    |
| 2492 | Controle e Vigilância Epidemiológica                                      | 585             | 0 13     |                   |          |          |
| 2497 | Manutenção Operação Litoral   | 1 500           | 0 33     | 2 346             | 0 70     | 156 37   |
| 2499 | Manutenção do Programa de Saneamento Básico Comunitário PROSAN            | 1 025           | 0 22     | 148               | 0 04     | 14 41    |
| 2501 | Assistência Médico Hospitalar Hospital Psiquiátrico São Pedro             | 17 297          | 3 78     | 11 807            | 3 54     | 68 26    |
| 2502 | Assistência Médico Hospitalar Hospital Sanatório Partenon                 | 6 144           | 1 34     | 5 704             | 1 71     | 92 84    |
| 2503 | Assistência Médico Hospitalar Hospital Colônia Itapoá                     | 4 601           | 1 01     | 3 066             | 0 92     | 66 63    |
| 2504 | Assistência Médico Hospitalar Hospital Alexandre Lisboa                   | 481             | 0 11     | 165               | 0 05     | 34 27    |
| 2507 | Assistência Médico Hospitalar Hospital de Alvorada                        | 5 146           | 1 13     | 3 913             | 1 17     | 76 04    |
| 2508 | Assistência Médico Hospitalar Hospital de Cachoeirinha                    | 5 927           | 1 30     | 2 541             | 0 76     | 42 86    |
| 2509 | Manutenção do Conselho Estadual de Saúde                                  | 108             | 0 02     | 15                | 0 00     | 14 20    |
| 2537 | Contrib à Fund Est. de Prod e Pesq em Saúde p/Despesas com Pessoal        | 10              | 0 00     |                   |          |          |
| 2538 | Contrib Fund Est. de Prod e Pesq em Saúde p/outras Desp Correntes         | 989             | 0 22     | 989               | 0 30     | 100 00   |
| 2551 | Constr de Pogos e Agudes no Interior do Estado                            | 2 080           | 0 46     | 1 623             | 0 49     | 78 02    |
| 2693 | Pag de Encargos c/Inativos da SSMA  | 37 710          | 8 24     | 37 121            | 11 13    | 98 44    |
| 2696 | Contr ao IPE  | 4 900           | 1 07     |                   |          |          |
| 2697 | Vale Refeição   | 3 420           | 0 75     |                   |          |          |
| 2721 | Abono Família   | 272             | 0 06     |                   |          |          |
| 8510 | Apoio ao Sistema Único de Saúde SUS                                       | 37 034          | 8 10     | 45 107            | 13 53    | 121 80   |
| 9011 | Conclusão de Hospitais Municipais   | 9 203           | 2 01     | 5 462             | 1 64     | 59 35    |
| 9012 | Reestruturação do Hospital Sanatório Partenon                             | 1 266           | 0 28     |                   |          |          |
| 9013 | Programa de Agentes Comunitários de Saúde                                 | 1 253           | 0 27     |                   |          |          |
| 9105 | Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Cachoeirinha/Gravatá CORS       | 27 672          | 6 05     | 40 820            | 12 24    | 147 51   |
| 9106 | Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos DMAE Pró Guaíba                 | 17 691          | 3 87     | 2 575             | 0 77     | 14 55    |
| 9107 | Sistema de Resíduos Sólidos em Porto Alegre DMAE Pró Guaíba               | 500             | 0 11     |                   |          |          |
| 9108 | Sistema de Manejo e Contr de Contam por Agrotóx EWATER Pró Guaíba         | 8 634           | 1 89     | 3 940             | 1 18     | 45 64    |
| 9114 | Plano de Ações p/Contr de Poluição Ind da Bacia Hidrográf do Guaíba       | 3 617           | 0 79     | 2 135             | 0 64     | 59 03    |
| 9117 | Rede de Monitoramento Ambiental FEPAM/CORSAN/DMAE Pró-Guaíba              | 3 989           | 0 87     | 597               | 0 18     | 14 97    |
| 9119 | Aquisição de Terrenos FZB/DNRV/CORSAN                                     | 1 695           | 0 35     | 8                 | 0 00     | 0 52     |
| 9207 | Desenv de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente           | 8 545           | 1 87     | 11 969            | 3 59     | 140 07   |
| 9562 | Reestruturação de Rede de Unidades Assistenciais                          | 7 590           | 1 66     | 1 497             | 0 45     | 19 72    |
| 9566 | Construção Aparelhamento e Equipagem Hosp de Caxias do Sul                | 7 651           | 1 67     | 2 761             | 0 83     | 36 09    |
| 9582 | Programa Estadual de Sangue e Hemoderivados                               | 822             | 0 18     | 50                | 0 01     | 6 05     |
| 9589 | Prevenção e Controle da AÍDS  | 2 957           | 0 65     | 75                | 0 02     | 2 54     |
|      | TOTAL   | 467 391         | 100 00   | 333 477           | 100 00   | 72 91    |

Fonte: Secretária da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se, através da tabela, que os 28 (vinte e oito) Projetos orçados somaram 41,47% do previsto para a Função Saúde e Saneamento. No entanto, só foram executados 20 (vinte) que, no final de 1997, alcançaram 24,82% dos recursos movimentados na Função. Dentre os executados, destaca-se o Projeto 9105 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos - Cachoeirinha/Gravatá - CORS, cuja despesa

realizada, no final do exercício, alcançou 12,24% do total investido na Função. Registra-se, ainda, o desempenho do Projeto 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente, que participou com 3,59% no cômputo das despesas executadas na Função.

Analisando-se as 27 (vinte e sete) Atividades orçadas, destacam-se, em termos de gastos executados, as seguintes:

- 2485 - Desenvolvimento de Recursos Humanos, como antes salientado, mostrou uma participação de 16,88% nas despesas totais da Função, e um incremento de 1.655,44% sobre a dotação inicialmente prevista,
- 8510 - Apoio ao Sistema Unificado de Saúde - SUS, com uma participação de 13,53% no total das despesas implementadas. Essa Atividade superou em 21,80% os recursos orçados.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA  
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

|      |   |                 |          |                   |          |          | Em R\$ mil |
|------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|----------|------------|
| Nº   | ELEMENTO  | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI    |            |
| 3111 | Pessoal Civil   | 78 445          | 17 15    | 83 893            | 25 16    | 106 94   |            |
| 3113 | Obrigações Patronais                                    | 12 635          | 2 76     | 1 440             | 0 43     | 11 40    |            |
| 3114 | Diárias e Ajuda de Custo                                | 1 858           | 0 41     | 856               | 0 25     | 46 08    |            |
| 3120 | Material de Consumo                                     | 45 123          | 9 87     | 31 198            | 9 35     | 69 14    |            |
| 3131 | Remuneração de Serviços Pessoais                        | 1 543           | 0 34     | 985               | 0 30     | 63 81    |            |
| 3132 | Outros Serviços e Encargos                              | 31 125          | 6 80     | 19 222            | 5 76     | 61 76    |            |
| 3191 | Sentenças Judiciais                                     |                 |          | 130               | 0 04     |          |            |
| 3192 | Despesas de Exercícios Anteriores                       | 503             | 0 11     | 1 607             | 0 49     | 319 41   |            |
| 3193 | Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal             |                 |          | 811               | 0 24     |          |            |
| 3211 | Transferências Operacionais                             | 5 090           | 1 11     | 6 567             | 1 97     | 129 01   |            |
| 3212 | Subvenções Econômicas                                   |                 |          |                   |          |          |            |
| 3213 | Contribuições Correntes                                 | 4 900           | 1 07     | 786               | 0 24     | 16 04    |            |
| 3221 | Transferências à União                                  | 400             | 0 09     | 1 523             | 0 46     | 380 83   |            |
| 3223 | Transferências a Municípios                             | 49 507          | 10 82    | 12 192            | 3 66     | 24 63    |            |
| 3224 | Transferências a Instituições Multigovernamentais       | 262             | 0 06     | 11                | 0 00     | 4 10     |            |
| 3231 | Subvenções Sociais                                      | 11 147          | 2 44     | 22 568            | 6 77     | 202 46   |            |
| 3233 | Contribuições Correntes                                 | 2 030           | 0 44     |                   |          |          |            |
| 3251 | Inativos  | 37 710          | 8 24     | 37 121            | 11 13    | 98 44    |            |
| 3253 | Salário Família   | 272             | 0 06     | 5                 | 0 00     | 1 94     |            |
| 3254 | Apoio Financeiro a Estudantes                           |                 |          |                   |          |          |            |
| 3259 | Outras Transferências a Pessoas                         | 4 705           | 1 03     | 1 711             | 0 51     | 36 36    |            |
| 3291 | Sentenças Judiciais                                     |                 |          | 52                | 0 02     |          |            |
| 3292 | Despesas de Exercícios Anteriores                       | 1               | 0 00     | 46                | 0 01     | 4 634 51 |            |
| 3293 | Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal             |                 |          | 1                 | 0 00     |          |            |
| 4110 | Obras e Instalações                                     | 20 399          | 4 46     | 4 682             | 1 40     | 22 95    |            |
| 4120 | Equipamentos e Material Permanente                      | 25 230          | 5 73     | 4 844             | 1 45     | 18 47    |            |
| 4192 | Despesas de Exercícios Anteriores                       | 357             | 0 08     |                   |          |          |            |
| 4210 | Aquisição de Imóveis                                    | 1 585           | 0 35     |                   |          |          |            |
| 4260 | Const. ou Aum. de Cap. de Emp. Comerc. ou Financiamento | 100             | 0 02     | 1                 | 0 00     | 1 12     |            |
| 4270 | Concessão de Empréstimos                                | 8 545           | 1 87     | 57 224            | 17 16    | 669 68   |            |
| 4311 | Auxílios para Despesas de Capital                       | 285             | 0 06     | 836               | 0 25     | 293 03   |            |
| 4312 | Contribuições para Despesas de Capital                  |                 |          | 197               | 0 06     |          |            |
| 4321 | Transferências da União                                 |                 |          | 20                | 0 01     |          |            |
| 4323 | Transferências a Municípios                             | 78 521          | 17 17    | 36 646            | 10 99    | 46 67    |            |
| 4324 | Transferências a Inst. Multigovernamentais              | 27 672          | 6 05     |                   |          |          |            |
| 4331 | Auxílios para Despesas de Capital                       | 300             | 0 07     | 6 253             | 1 88     | 2 084 48 |            |
| 4332 | Contribuições para Despesas de Capital                  | 5 651           | 1 24     |                   |          |          |            |
| 4392 | Despesas de Exercícios Anteriores                       | 521             | 0 11     | 50                | 0 01     | 9 60     |            |
|      | TOTAL   | 457 391         | 100 00   | 333 477           | 100 00   | 72 91    |            |

Quanto à participação dos elementos de despesa na Função Saúde e Saneamento, os registros existentes na tabela indicam que além do elemento 3111 - Pessoal Civil, que participou com 25,16% (R\$ 83 893 mil) do total executado, distinguiram-se, também, os elementos 4270 - Concessão de Empréstimos e 3251 - Inativos, ambos atingindo 28,29% (R\$ 94 345 mil) nas despesas realizadas na Função

Com referência ao elemento 4323 - Transferências a Municípios, tem-se que representou 10,99% (R\$ 36 646 mil) na despesa total executada E o elemento 3120 - Material de Consumo, representou 9,36%, ou seja, R\$ 31 198 mil no global das despesas da Função

### 2.3.1 - PROGRAMA 75 - SAÚDE

*"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido da promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde".*

Constatou-se que as despesas efetivadas para a implementação do Programa Saúde foram administradas em 68,49% pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, em 17,89% por Encargos Gerais do Estado, em 10,11% pela Secretaria da Educação, em 2,94% pelo Tribunal de Justiça e os 0,57% restantes pelo Ministério Público

| ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 |  |                 |        |                   |        |        | Em R\$ mil |
|------------------------------------|--|-----------------|--------|-------------------|--------|--------|------------|
| PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO         |  |                 |        |                   |        |        |            |
| PROGRAMA 75 Saúde                  |  |                 |        |                   |        |        |            |
| Nº                                 | ÓRGÃO                                  | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI  |            |
|                                    |  | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |        |            |
| 03 33                              | TRIBUNAL DE JUSTIÇA                    | 10 210          | 2 27   | 11 296            | 2 94   | 110 64 |            |
| 09 33                              | MINISTÉRIO PÚBLICO                     | 2 644           | 0 59   | 2 183             | 0 57   | 82 56  |            |
| 19 33                              | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO                 | 40 300          | 8 95   | 38 767            | 10 11  | 96 20  |            |
| 20                                 | SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE | 363 943         | 80 86  | 262 730           | 68,49  | 72 19  |            |
| 20 01                              | SSMA Gabinete do Secretário            | 248 582         | 55,22  | 168 688           | 43,97  | 67,86  |            |
| 20 10                              | Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente | 1 285           | 0 29   | 1 689             | 0 44   | 131 44 |            |
| 20 33                              | Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente | 46 302          | 10,29  | 37 126            | 9,68   | 80,18  |            |
| 20 95                              | Fundo Estadual de Saúde                | 67 774          | 15 06  | 55 227            | 14 40  | 81 49  |            |
| 33 01                              | ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO         | 33 048          | 7,34   | 68 647            | 17 89  | 207,72 |            |
|                                    | TOTAL                                  | 450 145         | 100 00 | 383 623           | 100 00 | 85 22  |            |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O total de R\$ 383 623 mil gasto no Programa Saúde, no exercício sob análise, representou um decréscimo de 14,78% em relação à dotação inicialmente prevista, conforme evidenciam os dados da Tabela acima

Salienta-se, também, que, do total de recursos financeiros aplicados na Função Saúde e Saneamento, igual a R\$ 333 477 mil, as despesas do Programa Saúde, direcionadas especificamente à Função, atingiram o total de R\$ 262 730 mil, importando numa participação relativa de 78,78% no cômputo das despesas realizadas na referida Função

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO  
PROGRAMA 75 Saúde

Em R\$ mil

| Nº | FUNÇÃO                    | PROJETO        | DESPESA                 | ATIVIDADE      | DESPESA                | DESPESA            | PARTIC |
|----|---------------------------|----------------|-------------------------|----------------|------------------------|--------------------|--------|
|    |                           | +<br>PREV EXEC | REALIZADA<br>NO PROJETO | +<br>PREV EXEC | REALIZADA<br>NA ATIVID | REALIZADA<br>TOTAL |        |
| 8  | Educação e Cultura        | /              |                         | 1 / 1          | 38 767                 | 38 767             | 10 11  |
| 13 | Saúde e Saneamento        | 16 / 11        | 19 567                  | 23 / 19        | 243 163                | 262 730            | 68 49  |
| 15 | Assistência e Previdência | /              |                         | 5 / 5          | 82 126                 | 82 126             | 21 41  |
|    | TOTAL                     | 16 / 11        | 19 567                  | 29 / 25        | 364 057                | 383 623            | 100 00 |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Merece esclarecer que a soma das despesas realizadas nesse Programa, como nos exercícios anteriores, suplantou o montante investido na própria Função. Essa situação tem ocorrido porque no Programa Saúde são inseridas despesas que se vinculam a outras diferentes Funções. No exercício sob análise, este Programa absorveu despesas da Função 08 - Educação e Cultura no valor de R\$ 38 767 mil, que equivaleram a 10,11%, e da Função 15 - Assistência e Previdência igual a R\$ 82 126 mil, tendo significado uma participação relativa de 21,41% no total das despesas efetivadas no Programa.

Em 1997, englobando dispêndios das funções retromencionadas, o total investido no Programa alcançou o montante de R\$ 383 623 mil, superando em R\$ 50 146 mil as despesas anuais realizadas na Função Saúde, já que importaram em R\$ 333 477 mil.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS - 1988/1997  
PROGRAMA 75 Saúde

Em R\$ mil

| ANO  | EM                     | VARIAÇÃO             | VARIAÇÃO                | PARTICIPAÇÃO          |
|------|------------------------|----------------------|-------------------------|-----------------------|
|      | VALORES<br>CONSTANTES* | % SOBRE<br>BASE FIXA | % SOBRE ANO<br>ANTERIOR | % NA DESPESA<br>TOTAL |
| 1988 | 86 169                 | 100 00               |                         | 1 51                  |
| 1989 | 95 591                 | 110,93               | 10 93                   | 1 60                  |
| 1990 | 121 097                | 140,54               | 26,68                   | 1,72                  |
| 1991 | 101 398                | 117 67               | 16,27                   | 1,76                  |
| 1992 | 108 744                | 126 20               | 7 25                    | 1 54                  |
| 1993 | 164 557                | 190,97               | 51,32                   | 2,37                  |
| 1994 | 177 610                | 206,12               | 7,93                    | 2,41                  |
| 1995 | 256 772                | 297,99               | 44,57                   | 3,44                  |
| 1996 | 288 298                | 334,57               | 12,28                   | 3,42                  |
| 1997 | 383 623                | 445,20               | 33,06                   | 4,20                  |

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Ainda, no exercício sob análise, as despesas efetivadas por conta do Programa revelaram um crescimento de 345,20% em relação ao investido no ano-basilar, e, confrontando-se com as despesas executadas no ano anterior (1996), um crescimento de 33,06%

Registra-se que, do total gasto no Programa, 31,51% (R\$ 120 893 mil) foram utilizados nas Funções Educação e Cultura e Assistência e Previdência

Inferese, pois, que a inclusão dos dispêndios das Funções Educação e Cultura e Previdência e Assistência no Programa Saúde, que é próprio da Função Saúde e Saneamento, elevou a sua participação para mais 1,33% na despesa total realizada pela Administração Direta Estadual. Ao ser excluído o valor de R\$ 120 893 mil, a participação do Programa, de 4,20%, baixou para 2,87%

Alguns Projetos orçados pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA, típicos do Programa Saúde, não foram implementados, comentando-se o que segue

1 Projeto 1774 - Ampliação de Hospitais Públicos - objetivava ofertar leitos e consultas ambulatoriais nos hospitais públicos de Alvorada e de Cachoeirinha, reduzindo os encaminhamentos de pacientes para Porto Alegre, dotando essas Unidades de maior resolutividade,

2 Projeto 1777 - Plano de Erradicação do Vetor do Dengue no Rio Grande do Sul - visava a evitar ocorrência de casos autóctones no Estado,

3 Projeto 1858 - Implementação do Programa de Doações de Órgãos - pretendia apoiar e incentivar a retirada de órgãos e a realização de transplantes no Estado, conforme Lei Estadual nº 8 750/88,

4 Projeto 9012 - Reestruturação do Hospital Sanatório Partenon, em Porto Alegre - previa reformar a estrutura física do Hospital, transformando-o em Hospital especializado em tratamento de doenças infecto-contagiosas e de referência no tratamento da AIDS e tuberculose no Estado

Voltando-se ao já comentado, na análise da Função Saúde e Saneamento, tem-se que a Atividade 2485 -Desenvolvimento de Recursos Humanos mostrou uma dotação inicial de R\$ 3 207 mil (0,71%) Todavia, no final de 1997, revelou um acréscimo de 1 655,44%, em termos de despesa realizada sobre dotação prevista, significando uma aplicação de recursos igual a R\$ 56 290 mil que, em termos relativos, representou uma participação de 14,67% no total dos recursos despendidos no Programa Saúde

Ainda, sobre a Atividade 2485, cabe registrar que por meio dessa Atividade Orçamentária são movimentados os recursos humanos da SSMA, bem como assessorados os Municípios na área de RH para implantação do SUS

Vale salientar que, do total de R\$ 383 623 mil gastos no Programa Saúde, R\$ 120 893 mil dizem respeito às Funções Assistência e Previdência e Educação e Cultura, executados nos Projetos e Atividades Atípicos da Função Saúde, conforme se demonstra na tabela abaixo

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
PROGRAMA 75 Saúde

Em R\$ mil

| Nº   | PROJETO E/OU ATIVIDADE  | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPEZA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
|------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
| 1076 | Polo de Capacitação para Saúde da Família                         |                 |          |                   |          |         |
| 2018 | Contribuição ao IPE Abono Família e Auxílio Funeral dos Inativos  | 3 455           | 0 77     | 3 875             | 1 01     | 112 14  |
| 2019 | Contr ao IPE Abono Família e Auxílio Funeral Servidores Inativos  | 887             | 0 20     | 714               | 0 19     | 80 45   |
| 2668 | Contr ao IPE para Assistência Médica                              | 33 048          | 7 34     | 68 647            | 17 89    | 207 72  |
| 2679 | Contr ao IPE para Assistência Médica dos Servidores Ativos        | 6 755           | 1 50     | 7 421             | 1 93     | 109 86  |
| 2684 | Contribuição ao IPE para Assistência Médica dos Servidores Ativos | 1 758           | 0 39     | 1 470             | 0 38     | 83 63   |
| 2694 | Contr ao IPE  | 40 300          | 8 95     | 38 767            | 10 11    | 96 20   |
|      | PROJETOS/ATIVIDADES ANALISADOS NA FUNÇÃO 13                       | 351 843         | 78 16    | 262 730           | 68 49    | 74 67   |
|      | TOTAL   | 450 145         | 100 00   | 383 623           | 100 00   | 85 22   |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Então, dos R\$ 262 730 mil restantes empregados no Programa Saúde, através da Função Saúde e Saneamento, tem-se que a origem dos recursos procedeu do Fundo Estadual da Saúde - FES em 17,47% (R\$ 45 917 mil) e da Administração Direta Estadual em 82,52% (R\$ 216 813 mil), como demonstra a tabela abaixo

**DESPESAS PROGRAMA 75 (SAÚDE)**  
**EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil

|  | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE | ADM DIRETA ESTADUAL SSMA | TOTAL   |
|--|-------------------------|--------------------------|---------|
|  | Total                   | 45 917                   | 216 813 |

Fonte: Balanço Geral do Estado-1997 - Vol I e III

O Fundo Estadual da Saúde - FES, que tem por objetivo apoiar supletivamente Programas vinculados à saúde e ao meio-ambiente, desenvolvidos e coordenados pela SSMA, não dispôs de recursos próprios em 1997. Os recursos registrados, constantes na tabela abaixo, procederam de convênios com a União (SUS e Outros), representando 100% do total realizado

**RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**  
**EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil

| ORIGEM | UNIÃO  |           | TOTAL  |
|--------|--------|-----------|--------|
|        | SUS    | OUTROS(*) |        |
| Total  | 37 235 | 8 682     | 45 917 |

Fonte: Balanço Geral do Estado Vol I 1997  
(\*) Recursos vinculados aos Projetos 9562, 9566, 9589 9013 e 9582 e à Atividade 8510

Como no ano anterior, em 1997, para executar o Programa Saúde, parte dos recursos utilizados pela Administração Direta Estadual derivou-se de convênios com o SUS/RS, num total de R\$ 35 884 mil, que adicionados ao saldo de 1996 (R\$ 14 194 mil), perfizeram o montante de R\$ 50 078 mil, como consta na tabela seguinte

RECURSOS SUS/RS 1997

Em R\$ mil

| SALDO DE<br>1996<br>(a) | ORIGEM DOS RECURSOS SUS/RS 1997 |                                |                               |                     |                              |                  | SUBTOTAL<br>(a+b+c+d+e+f+g) | TOTAL<br>EMPENHADO<br>EM 1996<br>ATIV 8510<br>(2) | SALDO A<br>EMPENHAR |     |
|-------------------------|---------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------|------------------|-----------------------------|---|---------------------|-----|
|                         | TRANSFERÊNCIA<br>(b)            | REC APLIC<br>FINANCEIRA<br>(c) | RECEITA DE<br>SERVIÇOS<br>(d) | RESTITUIÇÕES<br>(e) | MULTAS<br>CONTRATUAIS<br>(f) | ANULAÇÕES<br>(g) |                             |   | (1)                 | (1) |
| 14 194                  | 1 270                           | 5 109                          | 28 484                        | 672                 | 20                           | 329              | 50 078                      | 37 235  | 12 843              |     |

Fonte: Balanço Geral do Estado Vol I 1997

Desse modo, do total de R\$ 50 078 mil, foi empenhado na Atividade 8510 - Apoio ao SUS a importância de R\$ 37 235 mil, ficando R\$ 12 843 mil em saldo a empenhar (Passivo Potencial) Este saldo a empenhar representou cerca de 25,65% do total geral dos recursos destinados ao Programa Saúde

Quanto à participação dos elementos de despesa no Programa Saúde, verifica-se que o 3111 - Pessoal Civil, que originalmente contava com 17,30% dos recursos, atingiu, no final do exercício, um incremento de 7,73%, calculando-se despesas realizadas sobre dotação inicial, visto que, no total dos gastos realizados pelo Programa, mostrou uma participação de 21,87% Todavia, mais relevante foi a participação do elemento 3213 - Contribuições Correntes, que absorveu 28,74% do montante dos recursos investidos no Programa, integralmente aplicado na Função Assistência e Previdência, como antes analisado

Os elementos 3233, 4192 e 4332, vinculados a contribuições correntes, despesas de exercícios anteriores e contribuições para despesas de capital, apesar de contarem com dotação orçamentária, não foram movimentados em 1997

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO  
PROGRAMA 75 Saúde

Em R\$ mil

| Nº   | ELEMENTO   | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI %    |
|------|--|-----------------|----------|-------------------|----------|------------|
| 3111 | Pessoal Civil                                      | 77 865          | 17 30    | 83 884            | 21 87    | 107 73     |
| 3113 | Obrigações Patronais                               | 12 570          | 2 79     | 1 440             | 0 38     | 11 46      |
| 3114 | Diárias e Ajuda de Custo                           | 1 760           | 0 39     | 841               | 0 22     | 47 77      |
| 3120 | Material de Consumo                                | 38 738          | 8 61     | 30 741            | 8 01     | 79 36      |
| 3131 | Remuneração de Serviços Pessoais                   | 1 543           | 0 34     | 966               | 0 26     | 63 81      |
| 3132 | Outros Serviços e Encargos                         | 24 660          | 5 48     | 17 387            | 4 53     | 70 50      |
| 3191 | Sentenças Judiciais                                |                 |          | 130               | 0 03     |            |
| 3192 | Despesas de Exercícios Anteriores                  | 503             | 0 11     | 1 607             | 0 42     | 319 41     |
| 3193 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal          |                 |          | 811               | 0 21     |            |
| 3211 | Transferências Operacionais                        | 1 399           | 0 31     | 1 018             | 0 27     | 72 77      |
| 3212 | Subvenções Econômicas                              |                 |          |                   |          |            |
| 3213 | Contribuições Conventos                            | 90 811          | 20 17    | 110 262           | 28 74    | 121 42     |
| 3221 | Transferências à União                             | 400             | 0 09     | 1 523             | 0 40     | 380 83     |
| 3223 | Transferências a Municípios                        | 49 507          | 11 00    | 12 192            | 3 18     | 24 63      |
| 3231 | Subvenções Sociais                                 | 11 147          | 2 48     | 22 568            | 5 88     | 202 46     |
| 3233 | Contribuições Conventos                            | 2 000           | 0 44     |                   |          |            |
| 3251 | Inativos   | 37 710          | 8 38     | 37 121            | 9 68     | 98 44      |
| 3253 | Salário Família                                    | 328             | 0 07     | 95                | 0 02     | 29 04      |
| 3254 | Apoio Financeiro a Estudantes                      |                 |          |                   |          |            |
| 3258 | Outras Transferências a Servidores e Segurados     | 111             | 0 02     | 197               | 0 05     | 178 33     |
| 3259 | Outras Transferências a Pessoas                    | 4 760           | 1 06     | 1 711             | 0 45     | 35 94      |
| 3291 | Sentenças Judiciais                                |                 |          | 52                | 0 01     |            |
| 3292 | Despesas de Exercícios Anteriores                  | 1               | 0 00     | 2 074             | 0 54     | 207 400 00 |
| 3293 | Despesas de Exerc Ant Relativas a Pessoal          | 70              | 0 02     | 8 316             | 2 17     | 11 869 36  |
| 4110 | Obras e Instalações                                | 6 999           | 1 55     | 4 674             | 1 22     | 66 78      |
| 4120 | Equipamentos e Material Permanente                 | 19 720          | 4 38     | 1 358             | 0 35     | 6 89       |
| 4192 | Despesas de Exercícios Anteriores                  | 257             | 0 06     |                   |          |            |
| 4260 | Const ou Aum de Cap de Emp Comerc ou Financiamento | 100             | 0 02     | 1                 | 0 00     | 1 12       |
| 4311 | Auxílios para Despesas de Capital                  | 285             | 0 06     | 836               | 0 22     | 293 03     |
| 4321 | Transferências da União                            |                 |          | 20                | 0 01     |            |
| 4323 | Transferências a Municípios                        | 60 330          | 13 40    | 35 476            | 9 25     | 58 80      |
| 4331 | Auxílios para Despesas de Capital                  | 300             | 0 07     | 6 253             | 1 63     | 2 084 48   |
| 4332 | Contribuições para Despesas de Capital             | 5 651           | 1 26     |                   |          |            |
| 4392 | Despesas de Exercícios Anteriores                  | 521             | 0 12     | 50                | 0 01     | 9 60       |
|      | TOTAL  | 450 145         | 100 00   | 383 623           | 100 00   | 85 22      |

Fonte: Secretaria de Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Para se verificar o desempenho da Função Saúde e Saneamento no contexto do Estado, foram utilizadas informações que mostram o comportamento de algumas variáveis disponibilizadas para análise. Essas variáveis serviram para fundamentar a construção de indicadores. Todavia, antes de qualquer análise, registra-se que, de 1992 em diante, as informações existentes na tabela seguinte foram acrescidas da categoria hospitais universitários, porque, segundo a SSMA, os hospitais assim denominados têm vínculo público e privado, caracterizando-se como Hospitais-Escola, preenchendo, desse modo, uma série de quesitos indispensáveis para o recebimento de recursos financeiros adicionais.

UNIDADES HOSPITALARES, LEITOS E INTERNAÇÕES EM PORTO ALEGRE E INTERIOR  
PERÍODO DE 1988/1997

| ANO  | Nº           | LOCALIZAÇÃO  |         |               |         |          |         |           |           |              |           |               |           |
|------|--------------|--------------|---------|---------------|---------|----------|---------|-----------|-----------|--------------|-----------|---------------|-----------|
|      |              | PORTO ALEGRE |         |               |         | INTERIOR |         |           |           | TOTAL/ESTADO |           |               |           |
|      |              | PÚBLICO      | PRIVADO | UNIVERSITÁRIO | TOTAL   | PÚBLICO  | PRIVADO | UNIVERSIT | TOTAL     | PÚBLICO      | PRIVADO   | UNIVERSITÁRIO | TOTAL     |
| 1988 | HOSPITAIS    | 7            | 34      |               | 41      | 26       | 351     |           | 377       | 33           | 385       |               | 418       |
|      | LEITOS       | 2 590        | 6 775   |               | 9 365   | 1 886    | 25 069  |           | 26 945    | 4 476        | 31 834    |               | 36 310    |
|      | INTERNAÇÕES  | 37 688       | 200 620 |               | 238 308 | 62 251   | 995 405 |           | 1 057 656 | 99 939       | 1 196 025 |               | 1 295 964 |
| 1989 | HOSPITAIS    | 11           | 29      |               | 40      | 31       | 342     |           | 373       | 42           | 384       |               | 413       |
|      | LEITOS       | 3 710        | 5 013   |               | 8 723   | 2 203    | 24 443  |           | 26 646    | 5 913        | 29 456    |               | 35 369    |
|      | INTERNAÇÕES  | 83 781       | 150 409 |               | 234 190 | 79 303   | 978 706 |           | 1 058 009 | 163 084      | 1 129 115 |               | 1 292 199 |
| 1990 | HOSPITAIS    | 11           | 29      |               | 40      | 35       | 340     |           | 375       | 46           | 369       |               | 415       |
|      | LEITOS       | 3 842        | 5 006   |               | 8 848   | 2 686    | 24 031  |           | 26 617    | 6 428        | 29 037    |               | 35 465    |
|      | INTERNAÇÕES  | 91 136       | 147 657 |               | 238 793 | 90 511   | 994 201 |           | 1 084 712 | 181 647      | 1 141 658 |               | 1 323 505 |
| 1991 | HOSPITAIS    | 11           | 29      |               | 40      | 41       | 327     |           | 368       | 52           | 356       |               | 408       |
|      | LEITOS       | 3 845        | 4 769   |               | 8 614   | 2 851    | 23 709  |           | 26 560    | 6 696        | 28 478    |               | 35 174    |
|      | INTERNAÇÕES  | 116 773      | 155 349 |               | 272 122 | 101 763  | 902 192 |           | 1 003 955 | 218 536      | 1 057 541 |               | 1 276 077 |
| 1992 | HOSPITAIS    |              |         |               | 32      |          |         |           | 387       |              |           |               | 419       |
|      | LEITOS       |              |         |               | 8 375   |          |         |           | 25 221    |              |           |               | 34 596    |
|      | INTERNAÇÕES  | 88 924       | 49 379  | 91 055        | 229 358 | 12 989   | 738 993 | 24 927    | 776 909   | 101 913      | 788 372   | 115 962       | 1 006 267 |
| 1993 | HOSPITAIS    | 6            | 13      | 11            | 30      | 13       | 360     | 8         | 381       | 19           | 373       | 19            | 411       |
|      | LEITOS       | 1 661        | 2 384   | 4 075         | 8 120   | 832      | 23 132  | 1 918     | 25 882    | 2 493        | 25 516    | 5 993         | 34 002    |
|      | INTERNAÇÕES  | 35 913       | 42 000  | 147 564       | 225 477 | 12 057   | 725 291 | 34 960    | 772 308   | 47 970       | 767 291   | 182 524       | 997 786   |
| 1994 | HOSPITAIS    | 4            | 13      | 13            | 30      | 14       | 362     | 8         | 384       | 18           | 375       | 21            | 414       |
|      | LEITOS       | 1 353        | 2 384   | 4 730         | 8 467   | 857      | 23 403  | 1 930     | 26 190    | 2 210        | 25 787    | 6 660         | 34 657    |
|      | INTERNAÇÕES  | 2 489        | 33 945  | 181 396       | 217 840 | 11 817   | 664 766 | 57 210    | 733 792   | 14 315       | 698 710   | 238 606       | 951 632   |
| 1995 | HOSPITAIS    | 3            | 13      | 12            | 28      | 15       | 359     | 8         | 382       | 18           | 372       | 20            | 410       |
|      | LEITOS       | 1 314        | 2 384   | 4 210         | 7 908   | 896      | 23 279  | 1 928     | 26 103    | 2 210        | 25 663    | 6 138         | 34 011    |
|      | INTERNAÇÕES  | 2 424        | 24 682  | 162 670       | 189 976 | 10 645   | 576 905 | 54 641    | 642 391   | 13 269       | 601 587   | 217 511       | 832 367   |
| 1996 | HOSPITAIS(*) | 4            | 11      | 12            | 27(*)   | 21       | 329     | 8         | 358(*)    | 25           | 340       | 20            | 385(*)    |
|      | LEITOS       | 311          | 1 295   | 4 174         | 5 781   | 1 045    | 15 033  | 1 630     | 18 708    | 1 356        | 17 329    | 5 804         | 24 489    |
|      | INTERNAÇÕES  | 2 721        | 24 047  | 159 018       | 185 786 | 22 453   | 541 132 | 56 191    | 619 776   | 25 174       | 565 179   | 215 209       | 805 562   |
| 1997 | HOSPITAIS(*) | 4            | 11      | 12            | 27      | 2        | 344     |           | 354       | 6            | 355       | 20            | 381       |
|      | LEITOS       | 312          | 1 295   | 4 174         | 5 782   | 356      | 16 622  | 1 628     | 18 606    | 668          | 17 918    | 5 802         | 24 388    |
|      | INTERNAÇÕES  | 2 425        | 25 548  | 153 738       | 181 711 | 27 058   | 536 038 | 54 403    | 617 499   | 29 483       | 561 586   | 208 141       | 799 210   |

Fonte: DASA/DHIA/SSMA

(\*) Recadastramento realizado no período de 12/96 até 03/96 pela DASA/SSMA

Utilizando-se as informações da tabela acima, registra-se que a expressiva diminuição quantitativa dos hospitais existentes no Estado em 1996, principalmente nos localizados no Interior, teve como fundamento informações incorretas repassadas pela DATASUS/MS para a fonte (SSMA)

O cadastro da DATASUS/MS, fonte alimentadora de registros estatísticos utilizados até então pela SSMA, mostrava que o Estado/RS dispunha de 410 hospitais em 1995. Entretanto, em 1996, pelo levantamento realizado pela DASA/SSMA, a rede hospitalar estadual efetivamente contava com 385 hospitais, conveniados com o SUS. A análise comparativa de crescimento, estagnação ou de diminuição, em termos relativos, do comportamento da rede hospitalar do Estado/RS, no exercício de 1996, apresentou-se prejudicada, como ainda, por consequência, a análise referente aos leitos hospitalares disponibilizados para o SUS

Relativamente a 1997, considerando-se os registros antes apresentados, tem-se o que segue

• **Quanto aos hospitais:**

Observando-se a natureza jurídica da rede hospitalar estadual, no exercício sob análise, constatou-se que, dos 381 hospitais existentes, 1,57% (6) são públicos, 5,25% (20), universitários e 93,18% (355), privados. Também, verificou-se que 14,81% dos hospitais da Capital são públicos, enquanto que no Interior o percentual é de 0,56%

Tomando-se por base o ano de 1988, tem-se que o número total de hospitais do Estado, em 1997, decresceu 8,85%, o que evidencia uma rede hospitalar com 37 (trinta e sete) hospitais a menos. A participação da Capital no número total de hospitais do Estado, no ano de 1988, era de 9,81%. Todavia, a partir daí, verifica-se que essa participação decresceu de forma contínua, passando para 7,64% em 1992, 7,24% em 1994 e 7,01% em 1996.

Em 1997, a Capital não registrou perdas de unidades hospitalares, comparativamente a 1996, demonstrando, por essa razão, uma participação de 7,09%, superior em 0,08% ao atingido em 1996, porque no total do Estado, neste exercício, houve diminuição de 4 unidades.

• **Quanto aos leitos hospitalares:**

Em razão da atualização de dados cadastrais efetivada pela SSMA, através da DASA/DAHA, entre dezembro/95 e março/96, o número total de leitos hospitalares à disposição do SUS, em 1996, mostrou-se reduzido em 9 522 unidades, confrontando-se com os existentes em 1995.

Desse modo, levando-se em conta a quantidade de leitos apresentados em 1988, verifica-se, no exercício sob análise, uma diferença a menor de 11 922 leitos hospitalares/SUS, ou seja, de 36.310 passou a registrar 24 388.

Em termos percentuais, tem-se que o número de leitos à disposição do SUS no RS diminuiu 32,83%, comparando-se com o informado em 1988. Relativamente a 1996, a redução alcançou tão-somente 0,41%.

Registra-se ainda que, em 1997, dos 24 388 leitos/SUS existentes no Estado, a Capital dispôs de 23,70% (5 782) e o Interior, de 76,29% (18 606).

• Quanto às internações hospitalares.

O numero total de internações realizadas no Estado/RS, em 1997, pelo SUS (799 210), cotejando-se com os dados de 1988 (1 295 964), demonstrou uma queda de 38,33% (496 754) Em relação a 1996, verificou-se também redução, porem no percentual de 0,79% (6 352)

Ainda, observou-se que, do total de internações ocorridas no Estado, a participação maior foi a da rede de hospitais privados, com 70,27%, depois, a dos universitários com 26,04% e, por último, a da rede hospitalar publica que atingiu 3,69% É conveniente salientar que as internações havidas em hospitais publicos, em 1997, demonstraram crescimento de 17,12%, confrontando-se com o informado em 1996

Especificamente sobre os Coeficientes de Leitos Hospitalares por mil (1000) habitantes no Estado, tem-se, a seguir, a situação no decênio

POPULAÇÃO/RS NUMERO DE LEITOS E COEFICIENTE DE LEITOS (P/1 000 hab )  
1988/1997

| ANO  | POPULAÇÃO       |           |           | LEITOS SUS      |         |        | COEFICIENTE DE LEITOS (por 1 000 habitantes) |         |       |
|------|-----------------|-----------|-----------|-----------------|---------|--------|--|---------|-------|
|      | INTERIOR<br>(1) | CAPITAL   | TOTAL     | INTERIOR<br>(1) | CAPITAL | TOTAL  | INTERIOR<br>(1)                              | CAPITAL | TOTAL |
| 1988 | 7 488 627       | 1 220 065 | 8 708 692 | 26 945          | 9 365   | 36 310 | 3 60   | 7 68    | 4 17  |
| 1989 | 7 594 949       | 1 232 016 | 8 826 965 | 26 646          | 8 723   | 35 369 | 3 50   | 7 08    | 4 01  |
| 1990 | 7 697 729       | 1 243 589 | 8 941 318 | 26 617          | 8 848   | 35 465 | 3 46   | 7 11    | 3 97  |
| 1991 | 7 875 267       | 1 263 403 | 9 138 670 | 26 560          | 8 614   | 35 174 | 3 37   | 6 82    | 3 85  |
| 1992 | 7 971 140       | 1 280 167 | 9 251 307 | 26 221          | 8 375   | 34 596 | 3 29   | 6 54    | 3 74  |
| 1993 | 8 119 476       | 1 264 882 | 9 384 358 | 25 882          | 8 120   | 34 002 | 3 19   | 6 42    | 3 62  |
| 1994 | 8 238 462       | 1 263 954 | 9 502 416 | 26 190          | 8 467   | 34 657 | 3 18   | 6 70    | 3 65  |
| 1995 | 8 348 467       | 1 270 949 | 9 619 416 | 26 103          | 7 908   | 34 011 | 3 13   | 6 22    | 3 54  |
| 1996 | 8 338 278       | 1 286 251 | 9 624 529 | 18 708          | 5 781   | 24 489 | 2 24   | 4 49    | 2 54  |
| 1997 | 8 433 135       | 1 285 019 | 9 718 154 | 18 606          | 5 782   | 24 388 | 2 21   | 4 50    | 2 51  |

Fonte FEE Estimativas Populacionais por Município 1997 e DASA/DAHA/SSMA

Calculos Equipe Técnica TCE/RS

(1) Incluindo Região Metropolitana

O Coeficiente de Leitos Hospitalares (por 1 000 habitantes) indica o numero de leitos que o Estado dispõe para cada grupo de mil habitantes Segundo a Organização Mundial da Saude - OMS, o coeficiente mínimo exigível é de 05 (cinco) leitos hospitalares para cada grupo de 1 000 habitantes

No total do Estado, os coeficientes apresentaram-se declinantes ao longo de toda série, sendo que os mais elevados foram atingidos no ano de 1988 com 4,17 leitos por mil habitantes. Tem-se, portanto, que a população total do Estado cresce continuamente, enquanto o número de leitos hospitalares decresce de forma bem acentuada.

No exercício de 1997, para uma população total do Estado de 9 718 154 habitantes, o coeficiente alcançou apenas 2,51, apresentando-se como o mais baixo da série (1988-1997).

Na Capital, até 1995, os coeficientes, mesmo com tendência decrescente, situavam-se em níveis superiores ao mínimo recomendado pela OMS. Entretanto, a partir daí, os coeficientes passaram a posicionar-se em níveis aquém do tecnicamente indicado. No Interior do Estado, ao longo da série, estabeleceram-se ao redor de 50% do atingido pela Capital, portanto, bastante inferiores aos recomendados pela OMS.

A análise desse indicador limita-se ao contexto Estadual, pois a ausência de dados em relação a outras capitais do País, dificulta um estudo mais adequado da matéria. Contudo, pode-se inferir que, no Interior do Estado, não há apropriada estrutura hospitalar, confrontando-se com a existente na Capital. Valendo registrar que o fato deste coeficiente estar em queda, tanto no Interior quanto na Capital, preocupa sobremaneira, pois o baixo Coeficiente de Leitos Hospitalares por mil habitantes, que apresenta o Interior do Estado, manifesta-se como fator propulsor da excessiva procura por leitos na Capital, motivando não só a superlotação como a escassez dos mesmos.

TEMPO MÉDIO DE OCUPAÇÃO DE LEITOS  
PERÍODO DE 1988/1997

| ANO      | (**) TEMPO MÉDIO DE OCUPAÇÃO DOS LEITOS (em dias) |         |         |                               |         |         |         |       |         |         |         |       |
|----------|---|---------|---------|-------------------------------|---------|---------|---------|-------|---------|---------|---------|-------|
|          | CAPITAL   |         |         | INTERIOR + REG. METROPOLITANA |         |         |         | TOTAL |         |         |         |       |
|          | PÚBLICO   | PRIVADO | UNIVERS | TOTAL                         | PÚBLICO | PRIVADO | UNIVERS | TOTAL | PÚBLICO | PRIVADO | UNIVERS | TOTAL |
| 1988     | 25,09   | 12,33   |         | 14,34                         | 11,06   | 9,19    |         | 9,30  | 16,35   | 9,72    |         | 10,23 |
| 1989     | 16,16   | 12,17   |         | 13,59                         | 10,14   | 9,12    |         | 9,19  | 13,23   | 9,52    |         | 9,99  |
| 1990     | 15,39   | 12,37   |         | 13,52                         | 10,43   | 8,83    |         | 8,96  | 12,92   | 9,28    |         | 9,78  |
| 1991     | 12,02   | 11,20   |         | 11,55                         | 10,23   | 9,59    |         | 9,66  | 11,18   | 9,83    |         | 10,06 |
| 1992(**) |   |         |         | 13,33                         |         |         |         | 12,32 |         |         |         | 12,55 |
| 1993     | 16,88   | 20,72   | 10,08   | 13,14                         | 25,19   | 11,64   | 20,03   | 12,23 | 18,97   | 12,14   | 11,98   | 12,44 |
| 1994     | 197,62  | 25,64   | 9,52    | 14,19                         | 26,47   | 12,85   | 12,31   | 13,03 | 56,35   | 13,47   | 10,19   | 13,29 |
| 1995     | 197,94  | 35,26   | 9,43    | 15,19                         | 30,16   | 14,73   | 12,88   | 14,83 | 60,79   | 15,57   | 10,30   | 14,91 |
| 1996     | 41,71   | 19,68   | 9,58    | 11,36                         | 16,98   | 10,81   | 10,59   | 11,02 | 19,67   | 11,19   | 9,85    | 11,10 |
| 1997     | 46,97   | 18,52   | 9,91    | 11,61                         | 4,80    | 11,32   | 10,92   | 10,98 | 8,27    | 11,65   | 10,18   | 11,14 |

Fonte: DASA/DAMA/SSMA

(\*) = 365 dias + (nº internações + nº de leitos)

(\*\*) Não informado

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Tempo Médio de Ocupação de Leitos indica a quantidade de dias (em média) que os leitos foram ocupados em cada internação no ano. Este indicador tem relação com a rotatividade dos leitos, isto é, quanto maior for a rotação (ocupação), menor será o tempo médio de utilização dos mesmos. É o caso dos hospitais universitários que têm apresentado o menor coeficiente.

No Interior do Estado, o Tempo Médio de Ocupação de Leitos apresentou-se mais homogêneo, sugerindo que a capacidade instalada estava em plena utilização. Na Capital, todavia, a queda deste indicador, até 1991, acentuada na rede pública, indicou, considerando o número de internações, que o crescimento da procura por leitos hospitalares públicos foi composta, em grande parte, pela demanda desatendida no Interior do Estado.

Torna-se necessário referir, antes de iniciar a análise das Unidades Prestadoras de Serviços, Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório, que, em razão do ingresso do Município de Porto Alegre no SUS/RS, coube ao Estado, no contexto da área municipal de Porto Alegre, a função de coordenar o SUS, não administrando mais as Unidades Prestadoras de Serviços da SSMA, porque a responsabilidade operacional sobre as mesmas passou a ser do Município.

Desse modo, dentre as funções do Estado destacam-se as ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação, de coordenação da política de alto custo de assistência complementar das referências estaduais e regionais, de coordenação da vigilância sanitária e epidemiológica, de ações de saúde voltadas ao trabalhador, de ações de nutrição, de coordenação do sistema de informações de saúde referente ao Plano de Investimentos, e de promoção da articulação interinstitucional, intermediando obrigatoriamente as negociações de gestor a gestor.

Assim sendo, em 1997, de acordo com informações existentes na próxima tabela, observa-se, quanto ao aspecto quantitativo, que as Unidades Prestadoras de Serviços atuantes na Capital, administradas pelo Município, passaram a ser 94 unidades.

Todavia, verifica-se que essas Unidades Prestadoras de Serviços, existentes atualmente na Capital, representaram apenas 55% do registrado em 1988, ano-base da série.

No que diz respeito às Consultas Médicas e Encaminhamentos ao Laboratório ocorridos na Capital, no exercício de 1997, constataram-se decréscimos de 1,67% e 1,21%, respectivamente, em relação ao ano anterior (1996) Entretanto, analisando-se o número de Procedimentos em Odontologia efetivados, verificou-se um aumento de 6,16%

SUS - UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS, CONSULTAS MÉDICAS, PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA E ENCAMINHAMENTOS AO LABORATÓRIO - 1988/1997 NA CAPITAL

| ANO      | UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS SUS |           | CONSULTAS MÉDICAS SUS |           | PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA SUS |           | ENCAMINHAMENTO AO LABORATÓRIO SUS |           |
|----------|--------------------------------------|-----------|-----------------------|-----------|----------------------------------|-----------|-----------------------------------|-----------|
|          | QUANT                                | VAR % (1) | QUANT                 | VAR % (1) | QUANT                            | VAR % (1) | QUANT                             | VAR % (1) |
| 1988     | 172                                  | -         | 458 487               | -         | 76 036                           | -         | 10 430                            | -         |
| 1989     | 176                                  | 2 33      | 317 659               | 30 72     | 46 389                           | 33 99     | 10 040                            | 3 74      |
| 1990     | 175                                  | 0 57      | 243 861               | 23 23     | 38 235                           | 17 58     | 8 232                             | 18 01     |
| 1991     | 165                                  | 5,71      | 231 629               | 5 02      | 32 884                           | 14 00     | 8 176                             | 0 68      |
| 1992     | 152                                  | 7 88      | 214 000               | 7,61      | 22 636                           | 31 16     | 11 186                            | 36 82     |
| 1993     | 151                                  | 0 66      | 200 654               | 6,24      | 23 347                           | 3 14      | 11 269                            | 0,74      |
| 1994(*)  | -                                    | -         | 6 028 942             | 2 904,65  | 595 972                          | 2 452,67  | 4 035 089                         | 35 706 98 |
| 1995     | 58                                   | 61,59     | 6 103 889             | 1,24      | 68 958                           | 88,43     | 4 970 367                         | 23,18     |
| 1996(**) | 94                                   | 62,07     | 5 517 944             | 9 60      | 663 856                          | 862,70    | 4 271 141                         | 14,07     |
| 1997     | 94                                   | 0,00      | 5 426 014             | 1 67      | 704 746                          | 6 16      | 4 219 480                         | 1,21      |

Fonte DASA/DAHA/SSMA

(\*) Em 1994 não foi informada a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços. No restante dos dados, ocorreu mudança de critérios de apuração, devido à implantação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS

(\*\*) Excluídas as demais Unidades Prestadoras de Serviços, não pertencentes à SSMA

(1) Cálculo realizado sobre o ano anterior

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

No Interior do Estado, tratando-se especificamente sobre a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços administradas, ainda, pela SSMA, observa-se que, em 1997, conforme tabela abaixo, o número total de unidades continuou sendo o mesmo de 1996

Quanto às Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório realizados no Interior do Estado, em 1997, pelo SUS/RS, os dados mostraram crescimento de 3,75%, 5,56% e 13,95%, respectivamente, em comparação com o registrado em 1996

NO INTERIOR

| ANO      | SSMA UNIDADES<br>PRESTADORAS<br>DE SERVIÇOS |              | CONSULTAS<br>MÉDICAS<br>SUS |              | PROCEDIMENTOS<br>EM ODONTOLOGIA<br>SUS |              | ENCAMINHAMENTO<br>AO LABORATÓRIO<br>SUS |              |
|----------|---|--------------|-----------------------------|--------------|--|--------------|---|--------------|
|          | QUANT                                       | VAR %<br>(1) | QUANT                       | VAR %<br>(1) | QUANT                                  | VAR %<br>(1) | QUANT                                   | VAR %<br>(1) |
|          |   |              |                             |              |  |              |   |              |
| 1988     | 748   | 3 89         | 2 820 049                   | 22,59        | 595 723                                | 7 01         | 79 242                                  | 46 64        |
| 1989     | 788   | 5 35         | 2 607 425                   | 7,54         | 612 349                                | 2 79         | 89 829                                  | 13,36        |
| 1990     | 786   | 0 25         | 2 103 709                   | 19 32        | 506 527                                | 17 28        | 75 411                                  | 16 05        |
| 1991     | 779   | 0 89         | 1 973 722                   | 6 18         | 531 829                                | 5 00         | 82 026                                  | 8 77         |
| 1992     | 756   | 2 95         | 1 790 922                   | 9 26         | 441 044                                | 17 07        | 76 069                                  | 7 26         |
| 1993     | 761   | 0 66         | 1 930 157                   | 7,77         | 464 307                                | 5,27         | 85 162                                  | 11 95        |
| 1994(*)  |   |              | 13 129 113                  | 580 21       | 3 623 584                              | 680 43       | 5 108 871                               | 5 899,00     |
| 1995     | 410   | 46 12        | 12 344 462                  | 5 98         | 4 211 517                              | 16 23        | 4 754 550                               | 6 94         |
| 1996(**) | 310   | 24 39        | 11 135 929                  | 9 79         | 3 221 534                              | 23 51        | 4 582 665                               | 3 62         |
| 1997     | 310   | 0 00         | 11 553 334                  | 3,75         | 3 400 659                              | 5 56         | 5 221 729                               | 13 95        |

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(\*) Em 1994 não foi informada a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços. No res-  
tante dos dados ocorreu mudança de critérios de apuração devido à implantação do  
Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS

(\*\*) Excluídas todas as demais Unidades Prestadoras de Serviços não pertencentes a SSMA

(1) Cálculo realizado sobre o ano anterior

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No total do Estado, em 1997, verifica-se uma queda de 23,27% na quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços administradas pela SSMA, comparativamente a 1996. Isto decorreu porque o Município de Porto Alegre aderiu ao SUS, absorvendo, desse modo, todas as Unidades da SSMA localizadas na Capital.

Todavia, considerando os dados existentes no ano-basilar da série (1988), quanto à administração da SSMA, constata-se uma acentuada diminuição de 610 unidades (66,30%), devido a muitos Municípios do Estado terem optado pelo SUS nas condições de Gestão Incipiente, Parcial e/ou Semiplena.

NO TOTAL DO ESTADO

| ANO       | SSMA UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS |           | CONSULTAS MÉDICAS SUS |           | PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA SUS |           | ENCANTINHAMENTO AO LABORATÓRIO SUS |           |
|-----------|---------------------------------------|-----------|-----------------------|-----------|----------------------------------|-----------|------------------------------------|-----------|
|           | QUANT                                 | VAR % (1) | QUANT                 | VAR % (1) | QUANT                            | VAR % (1) | QUANT                              | VAR % (1) |
| 1988      | 920                                   | 3,72      | 3 278 536             | 21,21     | 671 759                          | 5,37      | 89 672                             | 44 14     |
| 1989      | 964                                   | 4,78      | 2 295 084             | 30,00     | 658 738                          | -1,94     | 99 869                             | 11,37     |
| 1990      | 961                                   | 0,31      | 2 347 570             | 2,29      | 544 762                          | 17,30     | 83 643                             | 16,25     |
| 1991      | 944                                   | 1,77      | 2 436 978             | 3,81      | 564 713                          | 3,66      | 90 202                             | 7,84      |
| 1992      | 908                                   | 3,81      | 2 004 922             | 17,73     | 463 680                          | 17,89     | 87 255                             | 3,27      |
| 1993      | 912                                   | 0,44      | 2 130 811             | 6,28      | 487 654                          | 5,17      | 96 431                             | 10,52     |
| 1994(**)  | 925                                   | 1,43      | 19 158 055            | 799,10    | 4 219 556                        | 765,28    | 9 143 960                          | 9 382,39  |
| 1995      | 468                                   | -49,41    | 18 448 351            | 3,70      | 4 280 475                        | 1,44      | 9 724 917                          | 6,35      |
| 1996(***) | 404                                   | 13,68     | 16 653 873            | 9,73      | 3 885 390                        | 9,22      | 8 853 806                          | 8,96      |
| 1997      | 310                                   | 23,27     | 16 979 348            | 1,95      | 4 105 405                        | 5,66      | 9 441 209                          | 6,63      |

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(\*) Ocorreu mudança de critérios de apuração, devido à implantação do Sistema de Inovações Ambulatoriais do SUS

(\*\*) Excluídas as demais Unidades Prestadoras de Serviços não pertencentes à SSMA

(1) Cálculo realizado sobre o ano anterior

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Cabe, todavia, salientar que a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços de Saúde vinculadas ao SUS/RS, independentes, portanto, do gerenciamento direto realizado pela SSMA, chega a mais de 5 000 (cinco mil) no contexto estadual, conforme registros a seguir

SUS  
UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO TOTAL DO ESTADO  
1995/1997

| ANO  | UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS VINCULADAS AO SUS | Var % ano a ano | UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DA SSMA NO ESTADO | Var % ano a ano | TOTAL NO ESTADO DE UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS (2) | Var % ano a ano |
|------|--|-----------------|--|-----------------|---|-----------------|
|      |  |                 |  |                 |   |                 |
| 1996 | 5 170  | 4,61            | 404  | 13,68           | 5 574   | 3,03            |
| 1997 | 5 264 (1)  | 1,82            | 310  | 23,27           | 5 574   | 0,00            |

Fonte: DASA/SSMA

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

(1) Incluindo as Unidades da SSMA da Capital que passaram ao SUS

(2) Considerando SUS + SSMA

A natureza jurídica das Unidades vinculadas ao SUS/RS apresenta-se diversificada, englobando entidades filantrópicas, privadas, públicas, municipais, universitárias, sindicais e outras

No que se relaciona a Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório praticados no contexto estadual, em 1997, pelo SUS, constata-se crescimento de, respectivamente, 1,95%, 5,66% e 6,63%, confrontando-se com o apresentado no ano anterior (1996)

Quanto ao custo medio dos procedimentos antes arrolados, verifica-se o que segue

| DISCRIMINAÇÃO<br>DOS HOSPITAIS | NUMERO DE INTERNAÇÕES E VALORES PAGOS<br>EM PORTO ALEGRE INTERIOR E TOTAL DO ESTADO<br>SUS 1997 |                |                      |
|--------------------------------|---|----------------|----------------------|
|                                | INTERNAÇÕES<br>(a)  | VALORES<br>(b) | CUSTO MÉDIO<br>(b/a) |
| Valores em R\$ mil             |   |                |                      |
| PORTO ALEGRE                   |   |                |                      |
| Públicos                       | 2 425   | 707            | 0 29                 |
| Privados                       | 25 548  | 8 554          | 0 33                 |
| Universitários                 | 153 738   | 108 191        | 0 70                 |
| TOTAL                          | 181 711   | 117 452        | 0 65                 |
| INTERIOR                       |   |                |                      |
| Públicos                       | 27 058  | 5 296          | 0 20                 |
| Privados                       | 536 038   | 109 708        | 0 20                 |
| Universitários                 | 54 403  | 31 005         | 0,57                 |
| TOTAL                          | 617 499   | 146 010        | 0 24                 |
| TOTAL DO ESTADO                |   |                |                      |
| Públicos                       | 29 483  | 6 003          | 0 20                 |
| Privados                       | 561 586   | 118 262        | 0 21                 |
| Universitários                 | 208 141   | 139 197        | 0 67                 |
| TOTAL                          | 799 210   | 263 462        | 0 33                 |

Fonte Arquivos RDRS/97 DATASUS/MS DASA/DAHA/SSMA  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A tabela acima demonstra que, em 1997, o custo total das 799 210 internações ocorridas no Estado, através do SUS, sob controle administrativo e financeiro da SSMA, atingiu o valor total de R\$ 263 462 mil, redundando num custo médio por internação de R\$ 0,33 mil, ou seja, igual a R\$ 330,00

Além disso, constata-se que o custo médio por internação na Capital apresentou-se superior em R\$ 0,41 mil ou R\$ 410,00 do registrado no Interior do Estado Entretanto, a quantidade de internações havidas na Capital atingiu tão-somente 30% do total realizado no Interior

Levando em conta a natureza jurídica, tem-se que o custo médio das internações havidas em hospitais classificados como universitários, no total do Estado, em 1997, foi mais elevado do que o de todas as internações ocorridas na Capital, como ainda ao de todas as internações havidas no Estado

Outra situação, que merece ser evidenciada, relaciona-se ao custo das internações dos hospitais públicos, uma vez que atingiu apenas 2,28% do total pago por internações no Estado e 4,31% do alcançado pelos hospitais tipificados como universitários

|              |                   | CUSTO MÉDIO CONSULTAS MÉDICAS E ENCAMINHAMENTOS AO LABORATÓRIO |                   | PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA |                    | EXERCÍCIO DE 1997                |  | Valores em R\$ mil |  |
|--------------|-------------------|--|-------------------|------------------------------|--------------------|----------------------------------|--|--------------------|--|
| PROCEDIMENTO |                   | Nº atendim<br>(a)  | % s/<br>total (*) | Custo total<br>(b)           | % s/<br>total (**) | Custo Médio (R\$<br>(b/a X 1000) |  |                    |  |
| CAPITAL      | Consultas médicas | 5 426 014  | 17,78             | 12.464                       | 17,54              | 2,29                             |  |                    |  |
|              | Proc odontologia  | 704 746  | 2 31              | 935                          | 1,32               | 1 32                             |  |                    |  |
|              | Enc laboratório   | 4 219 480  | 13,82             | 15.436                       | 21,72              | 3 66                             |  |                    |  |
|              | SUBTOTAL          | 10 350 240   | 33,91             | 28 835                       | 40,58              | 2,79                             |  |                    |  |
| INTERIOR     | Consultas médicas | 11 553 334   | 37 85             | 25 041                       | 35 24              | 2,17                             |  |                    |  |
|              | Proc odontologia  | 3 400 659  | 11,14             | 4 746                        | 6,68               | 1 40                             |  |                    |  |
|              | Enc laboratório   | 5 221 729  | 17,11             | 12 436                       | 17,50              | 2 38                             |  |                    |  |
|              | SUBTOTAL          | 20 175 722   | 66,09             | 42 223                       | 59 42              | 2,09                             |  |                    |  |
| TOTAL        | Consultas médicas | 16 979 348   | 55,62             | 37 505                       | 52 78              | 2,21                             |  |                    |  |
|              | Proc odontologia  | 4 105 405  | 13,45             | 5 681                        | 7,99               | 1 38                             |  |                    |  |
|              | Enc laboratório   | 9 441 209  | 30 93             | 27 872                       | 39 22              | 2,95                             |  |                    |  |
|              | TOTAL             | 30 525 962   | 100 00            | 71 058                       | 100 00             | 2,33                             |  |                    |  |

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(\*) Procedimento sobre o total de atendimentos

(\*\*) Valor pendido no procedimento sobre o total gasto na região

Evidencia-se que o custo médio das Consultas Médicas realizadas na Capital, Interior e Total do Estado atingiu R\$ 2,21 Os Procedimentos em Odontologia situaram-se ao redor de R\$ 1,38 nas áreas analisadas

Quanto aos Encaminhamentos ao Laboratório, o custo médio por procedimento na Capital, Interior e Total do Estado alcançou valores de R\$ 3,66, R\$ 2,38 e R\$ 2,95, respectivamente

### 2.3.2 - PROGRAMA 76 - SANEAMENTO

*"Conjunto de ações que visa ao abastecimento d'água de boa qualidade às populações, ao destino final dos esgotos domésticos e despejos industriais e à melhoria das condições sanitárias das comunidades".*

O Programa Saneamento foi executado, em 1997, pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, com 0,25% dos recursos destinados ao mesmo, pela Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação, com 4,79% e os restantes 94,96% pela Secretaria de Coordenação e do Planejamento, através do Fundo Pró-Guaíba e FUNDOPIMES

A dotação indicada para o Programa no Orçamento registrava recursos na ordem de R\$ 71 133 mil. No final do exercício, as despesas realizadas atingiram apenas R\$ 58 305 mil, apresentando-se inferior, portanto, em 18,03% do inicialmente previsto

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO  
PROGRAMA 76 Saneamento

Em R\$ mil

| Nº | ÓRGÃO                                       | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI  |
|----|---|-----------------|--------|-------------------|--------|--------|
|    |   | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |        |
| 13 | Secretaria da Coordenação e do Planejamento | 53 908          | 75 78  | 55 364            | 94 96  | 102 70 |
|    | 13 84 Fundo Pro Guaíba                      | 45 363          | 63 77  | 43 395            | 74 43  | 95 66  |
|    | 13 90 FUNDOPIMES                            | 8 545           | 12 01  | 11 969            | 20 53  | 140 07 |
| 20 | Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente      | 1 025           | 1 44   | 148               | 0 25   | 14 41  |
| 22 | Secretaria de Obras Públicas Saneamento     | 16 200          | 22 77  | 2 793             | 4 79   | 17 24  |
|    | TOTAL                                       | 71 133          | 100 00 | 58 305            | 100 00 | 81 97  |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Programa Saneamento foi executado integralmente na Função Saúde e Saneamento, sendo previsto para o mesmo 07 (sete) Projetos e 02 (duas) Atividades, conforme demonstra tabela a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO  
PROGRAMA 76 Saneamento

Em R\$ mil

| Nº    | ÓRGÃO                           | PROJETO        | DESPESA                 | ATIVIDADE      | DESPESA                | DESPESA            | PARTIC<br>PERCENT<br>S/TOTAL |
|-------|---------------------------------|----------------|-------------------------|----------------|------------------------|--------------------|------------------------------|
|       |                                 | +<br>PREV EXEC | REALIZADA<br>NO PROJETO | +<br>PREV EXEC | REALIZADA<br>NA ATIVID | REALIZADA<br>TOTAL |                              |
| 13    | Secretaria da Coordenação e do  | 3 / 3          | 55 364                  | /              |                        | 55 364             | 94,96                        |
| 20    | Secretaria da Saúde e do Meio A | /              |                         | 1 / 1          | 148                    | 148                | 0,25                         |
| 22    | Secretaria de Obras Públicas S  | 4 / 2          | 1 170                   | 1 / 1          | 1 623                  | 2 793              | 4,79                         |
| TOTAL |                                 | 7 / 5          | 56 535                  | 2 / 2          | 1 771                  | 58 305             | 100,00                       |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No decênio (1988/1997), no que tange à participação do Programa Saneamento na despesa total efetivada pela Administração Direta, apresentada na tabela seguinte, constata-se que a maior taxa alcançada (0,67%) registrou-se no ano de 1994. Inversamente, o exercício de 1993, apresentou a menor, aproximando-se de 0,01%. Em nenhum dos exercícios, ao longo de toda série, os gastos com saneamento demonstraram participação igual ou superior a 1,00% sobre o total dos gastos implementados pela Administração Direta Estadual.

No exercício em análise, as despesas realizadas com o Programa atingiram uma participação de 0,64% no total das despesas, apresentando-se como a segunda maior da série estudada.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997  
PROGRAMA 76 Saneamento

Em R\$ mil

| ANO  | EM                     | RELATIVO     | VARIAÇÃO       | PARTICIPAÇÃO          |
|------|------------------------|--------------|----------------|-----------------------|
|      | VALORES<br>CONSTANTES* | BASE<br>FIXA | %<br>ANO A ANO | % NA DESPESA<br>TOTAL |
| 1988 | 5 661                  | 100,00       |                | 0,10                  |
| 1989 | 15 213                 | 268,71       | 168,73         | 0,25                  |
| 1990 | 21 961                 | 387,92       | 44,36          | 0,31                  |
| 1991 | 8 929                  | 157,72       | 59,34          | 0,16                  |
| 1992 | 1 324                  | 23,39        | 85,17          | 0,02                  |
| 1993 | 339                    | 5,99         | 74,39          | 0,00                  |
| 1994 | 49 575                 | 875,69       | 14523,89       | 0,67                  |
| 1995 | 36 570                 | 645,96       | 26,23          | 0,49                  |
| 1996 | 30 897                 | 545,76       | 15,51          | 0,37                  |
| 1997 | 58 305                 | 1029,88      | 88,71          | 0,64                  |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS  
\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Analisando-se os Projetos e Atividades executados no Programa Saneamento, destacam-se, em quantidade de recursos aplicados, os Projetos 9105 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domesticos - Cachoeirinha/Gravatá - CORS com 70,01% do total realizado no Programa e o 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente com 20,53%

Ainda, salienta-se que não foram movimentados os Projetos 1057 - Programa de Ação Social em Saneamento e o 1853 - Sistema Estadual de Saneamento

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
PROGRAMA 76 Saneamento

| En R\$ mil |   |                 |          |                   |          |         |  |
|------------|---|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|--|
| Nº         | PROJETO E/OU ATIVIDADE  | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |  |
| 1057       | Programa de Ação Social em Saneamento                               |                 |          |                   |          |         |  |
| 1800       | Programa Estadual de Saneamento Rural                               | 3 020           | 4 25     | 866               | 1 49     | 28 68   |  |
| 1853       | Sistema Estadual de Saneamento                                      | 700             | 0 98     |                   |          |         |  |
| 1854       | Drenagem Urbana e Proteção Contra as Cheias                         | 10 400          | 14 62    | 304               | 0 52     | 2 92    |  |
| 2499       | Manutenção do Programa de Saneamento Básico Comunitário PROSAN      | 1 025           | 1 44     | 148               | 0 25     | 14 41   |  |
| 2551       | Constr. de Poços e Açudes no Interior do Estado                     | 2 080           | 2 92     | 1 623             | 2 78     | 78 02   |  |
| 9105       | Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Cachoeirinha/Gravatá CORS | 27 672          | 38 90    | 40 820            | 70 01    | 147 51  |  |
| 9106       | Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos DWAE Pró Guaíba           | 17 691          | 24 87    | 2 575             | 4 42     | 14 55   |  |
| 9207       | Desenv. de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente    | 8 545           | 12 01    | 11 969            | 20 53    | 140 07  |  |
|            | TOTAL   | 71 133          | 100 00   | 58 306            | 100 00   | 81 97   |  |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Quanto às despesas realizadas por elemento, observa-se que os maiores dispêndios ocorreram no 4270 - Concessão de Empréstimos, absorvendo 94,96% do executado

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPÇÃO DOS ELEMENTOS NO PROGRAMA 76 Saneamento

| En R\$ mil |  |                 |          |                   |          |         |  |
|------------|--|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|--|
| Nº         | ELEMENTO                                   | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |  |
| 3111       | Pessoal Civil                              | 580             | 0 82     | 9                 | 0 02     | 1 55    |  |
| 3113       | Obrigações Patronais                       | 64              | 0 09     |                   |          |         |  |
| 3114       | Dívidas e Ajuda de Custo                   |                 |          | 15                | 0 03     |         |  |
| 3120       | Material de Consumo                        | 660             | 0 93     | 457               | 0 78     | 69 18   |  |
| 3131       | Remuneração de Serviços Pessoais           |                 |          |                   |          |         |  |
| 3132       | Outros Serviços e Encargos                 | 2 140           | 3 01     | 1 289             | 2 21     | 60 26   |  |
| 4110       | Obras e Instalações                        | 13 400          | 18 84    |                   |          |         |  |
| 4120       | Equipamentos e Material Permanente         | 380             | 0 53     |                   |          |         |  |
| 4270       | Concessão de Empréstimos                   | 8 545           | 12 01    | 55 364            | 94 96    | 647 92  |  |
| 4323       | Transferências a Municípios                | 17 691          | 24 87    | 1 170             | 2 01     | 6 61    |  |
| 4324       | Transferências a Inst. Multigovernamentais | 27 672          | 38 90    |                   |          |         |  |
|            | TOTAL                                      | 71 133          | 100 00   | 58 306            | 100 00   | 81 97   |  |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A análise do desempenho físico-financeiro das atividades delegadas a CORSAN, referente ao abastecimento de água e saneamento básico, encontra-se no Capítulo III deste Relatório

## 2.4 - FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE

*"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos de Governo, que dizem respeito à infra-estrutura e emprego dos diversos meios de transporte".*

No exercício em análise, a Secretaria dos Transportes foi responsável pelo desenvolvimento da Função 16 - Transporte junto à Administração Direta

A execução orçamentária da Função Transporte processou-se como segue

| ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 |                            |                 |        |                   |        |       |        |
|------------------------------------|----------------------------|-----------------|--------|-------------------|--------|-------|--------|
| PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA         |                            |                 |        |                   |        |       |        |
| FUNÇÃO 16 Transporte               |                            |                 |        |                   |        |       |        |
| Em R\$ mil                         |                            |                 |        |                   |        |       |        |
| Nº                                 | ÓRGÃO                      | DOTAÇÃO INICIAL |        | DESPESA REALIZADA |        | DR/DI | %      |
|                                    |                            | VALOR           | PART % | VALOR             | PART % |       |        |
| 18                                 | Secretaria dos Transportes | 317 223         | 100,00 | 425 111           | 100 00 |       | 134,01 |
|                                    | TOTAL                      | 317 223         | 100,00 | 425 111           | 100 00 |       | 134,01 |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Observa-se que a despesa realizada na Função Transporte alcançou o montante de R\$ 425 111 mil, enquanto a dotação inicial previa recursos no valor de R\$ 317 223 mil, significando, portanto, que a execução da despesa superou em 34,01% ao orçado anteriormente

A evolução da despesa realizada, variação anual e participação da Função Transporte, no total despendido pela Administração Direta Estadual, no período de 1988/1997, demonstra-se a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES - 1988/1997  
 FUNÇÃO 16 Transporte

Em R\$ mil

| ANO  | EM VALORES CONSTANTES* | RELATIVO BASE FIXA | VARIAÇÃO % ANO A ANO | PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL |
|------|------------------------|--------------------|----------------------|---------------------------------|
| 1988 | 271 348                | 100,00             |                      | 4,75                            |
| 1989 | 494 988                | 182,42             | 82 42                | 8,27                            |
| 1990 | 662 103                | 244 00             | 33 76                | 9,41                            |
| 1991 | 263 650                | 97 16              | 60 18                | 4,59                            |
| 1992 | 312 106                | 115 02             | 18 38                | 4,41                            |
| 1993 | 245 766                | 90 57              | -21 26               | 3,54                            |
| 1994 | 339 397                | 125,08             | 38 10                | 4,61                            |
| 1995 | 252 591                | 93 09              | 25 58                | 3,38                            |
| 1996 | 256 688                | 94 60              | 1 62                 | 3,05                            |
| 1997 | 425 111                | 156 67             | 65,61                | 4,65                            |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
 Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS  
 \*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Na análise em valores constantes, observa-se que, em 1989, houve um acréscimo do valor despendido de 82,4% em relação ao ano anterior. A tendência crescente manteve-se em 1990 com um incremento na ordem de 33,76% em relação a 1989. No ano de 1991 foi registrada a queda de 60,18% em comparação ao ano anterior, já, em relação ao exercício em análise, constata-se significativa ampliação nas despesas realizadas, sendo 56,67% em relação ao ano-base e 65,61% em relação ao ano anterior.

Com referência à participação na despesa total da Administração Direta, o ano de 1990 apresentou o melhor índice (9,41%). Entretanto, embora, nos últimos anos da série, se verifique queda acentuada no movimento dos gastos direcionados a Função, no exercício em exame, os recursos despendidos representaram um aumento de 1,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior, situação que resultou na maior participação após o ano de 1990.

Objetivando a plena execução dos Projetos e das Atividades previstas no orçamento, a Secretaria dos Transportes transferiu a quase totalidade dos recursos à Administração Indireta Estadual, como se demonstra a seguir.

PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS NA FUNÇÃO  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE        | DESPESA | PARTICIPAÇÃO % |
|-------------------------------|---------|----------------|
| Administração Direta*         | 16 788  | 3,95           |
| Transferências à Adm Indireta | 408 323 | 96,05          |
| TOTAL                         | 425 111 | 100,00         |

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997 Volume II

\*Deduzidas as Transferências à Adm Indireta

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

As Transferências à Administração Indireta, que absorveram 96,05% dos recursos da Função Transporte, foram repassadas em sua totalidade ao DAER, conforme segue:

RECURSOS EMPENHADOS PELA ADM DIRETA E PARTICIPAÇÃO  
PERCENTUAL DAS ENTIDADES  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| ENTIDADE | VALOR<br>EMPENHADO | PARTICIPAÇÃO %<br>NAS TRANSFERÊNCIAS |
|----------|--------------------|--------------------------------------|
| DAER     | 408 323            | 100,00                               |
| TOTAL    | 408 323            | 100,00                               |

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997 Adm Direta Vol II  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A Função Transporte desenvolveu-se através dos Programas apresentados abaixo, dos quais somente o Programa Administração não é típico da mesma

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA  
FUNÇÃO 16 Transporte

Em R\$ mil

| Nº | PROGRAMA               | PROJETO   |            | ATIVIDADE |           | DESPESA REALIZADA |        | PARTIC. PERCENT S/TOTAL |
|----|------------------------|-----------|------------|-----------|-----------|-------------------|--------|-------------------------|
|    |                        | PREV EXEC | NO PROJETO | PREV EXEC | NA ATIVID | REALIZADA         | TOTAL  |                         |
| 7  | Administração          | /         |            | 1 / 1     | 4 400     | 4 400             | 1,03   |                         |
| 87 | Transporte Aéreo       | 4 / 3     | 10 934     | 1 / 1     | 574       | 11 608            | 2,71   |                         |
| 88 | Transporte Rodoviário  | 2 / 2     | 267 551    | 5 / 5     | 141 652   | 409 203           | 96,26  |                         |
| 90 | Transporte Hidroviário | 1 /       |            | 1 /       |           |                   | 0,00   |                         |
|    | TOTAL                  | 7 / 5     | 278 485    | 8 / 7     | 146 626   | 425 111           | 100,00 |                         |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

## 2.4.1 - PROGRAMA 87 - TRANSPORTE AÉREO

*"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido de implantação da infra-estrutura aeroportuária, do controle e segurança do tráfego aéreo e da exploração dos serviços de transportes aéreos. São classificáveis: o planejamento, a coordenação e o controle necessários ao desempenho dessas ações".*

A tabela a seguir demonstra a evolução da despesa do Programa entre 1988/97, bem como a variação anual e a participação no total da Administração Direta

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997  
PROGRAMA 87 Transporte Aereo

Em R\$ mil

| ANO  | EM          |          | VARIÇÃO |           | PARTICIPAÇÃO |
|------|-------------|----------|---------|-----------|--------------|
|      | VALORES     | RELATIVO | BASE    | ANO A ANO | % NA DESPESA |
|      | CONSTANTES* | FIXA     | %       |           | TOTAL        |
| 1988 | 6 590       | 100 00   |         |           | 0 12         |
| 1989 | 14 698      | 223 06   |         | 123 06    | 0 25         |
| 1990 | 16 574      | 251 51   |         | 12 76     | 0 24         |
| 1991 | 7 001       | 106 24   |         | 57 76     | 0 12         |
| 1992 | 9 724       | 147 57   |         | 38 91     | 0 14         |
| 1993 | 8 924       | 135 43   |         | 8 23      | 0 13         |
| 1994 | 23 729      | 360 10   |         | 165 90    | 0 32         |
| 1995 | 6 912       | 104 90   |         | 70 87     | 0 09         |
| 1996 | 5 688       | 86 31    |         | 17,72     | 0 07         |
| 1997 | 11 508      | 174 64   |         | 102,34    | 0 13         |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

A série estatística apresentada demonstra uma variada oscilação de recursos aplicados no Programa, onde se destaca o ano de 1994, quando foi registrado o incremento de 165,90% em relação ao ano anterior e 360,10% em relação ao ano-base (1988)

No exercício ora examinado, constata-se que os recursos destinados ao Programa Transporte Aereo alcançaram 74,64% acima do investimento do ano-base e 102,34% em relação ao ano anterior, bem como observa-se que a participação percentual, no total da despesa realizada através Administração Direta, alcançou 0,13%

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| Nº | EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA<br>DO PROGRAMA | DOTAÇÃO<br>INICIAL | DESPESA<br>REALIZADA | DR/DI<br>% |
|----|--------------------------------------|--------------------|----------------------|------------|
| 87 | Transporte Aéreo                     | 8 299              | 11 508               | 138,67     |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A dotação inicialmente prevista para o Programa Transporte Aéreo era de R\$ 8 299 mil, contudo, a despesa realizada no valor de R\$ 11 508 mil superou em 38,67% os recursos orçados. A execução da despesa, em nível de Projetos e Atividades, apresentou-se como segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
PROGRAMA 87 Transporte Aéreo

Em R\$ mil

| Nº   | PROJETO E/OU<br>ATIVIDADE                                  | DOTAÇÃO<br>INICIAL | PARTIC<br>% | DESPESA<br>REALIZADA | PARTIC<br>% | DR/DI<br>% |
|------|--|--------------------|-------------|----------------------|-------------|------------|
| 1077 | Aquisição de Aeronaves                                     |                    |             | 5 500                | 47,79       |            |
| 1460 | Reaparelhamento Operacional                                | 24                 | 0,29        | 508                  | 4,42        | 2 100,96   |
| 1461 | Construção de Prédios, Hangares e Terminais de Passageiros | 367                | 4,42        |                      |             |            |
| 1462 | Construção e Pavimentação de Aeroportos                    | 7 300              | 87,96       | 4 926                | 42,80       | 67,48      |
| 2352 | Manutenção de Frota Aérea e Aeroportos                     | 608                | 7,33        | 574                  | 4,99        | 94,37      |
|      | TOTAL  | 8 299              | 100,00      | 11 508               | 100,00      | 138,67     |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Na tabela acima, constata-se que o Projeto 1077 - Aquisição de Aeronaves, sem dotação inicial, consumiu R\$ 5 500 mil, ou seja, 47,79% do total dos recursos realizados do Programa Transporte Aéreo. O Projeto 1462 - Construção e Pavimentação de Aeroportos, cuja dotação inicial foi de R\$ 7 300 mil, realizou despesas no valor de R\$ 4 926 mil, sendo 32,52% inferior ao previsto e 42,80% do despendido no Programa.

Ressalta-se, ainda, que o Projeto 1460 - Reaparelhamento Operacional, com dotação inicial de R\$ 24 mil, efetuou despesas no valor de R\$ 508 mil, isto é, 2 100,96% superior ao orçado.

Em 1997, em face da extinção do Departamento Aeroviário do Estado - DAE, disposta na Lei Estadual nº 10 362, de 16 de janeiro de 1995, as despesas decorrentes dos Projetos e Atividades retrocitados foram executadas através da Unidade Orçamentária 18 01 - Gabinete e Órgãos Centrais.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO  
PROGRAMA 87 Transporte Aéreo

Em R\$ mil

| Nº   | ELEMENTO                           | DOTAÇÃO |        | DESPESA   |        | DR/DI  |        |
|------|------------------------------------|---------|--------|-----------|--------|--------|--------|
|      |                                    | INICIAL | %      | REALIZADA | %      |        | %      |
| 3111 | Pessoal Civil                      |         |        |           |        |        |        |
| 3113 | Obrigações Patronais               |         |        |           |        |        |        |
| 3120 | Material de Consumo                | 364     | 4,38   | 330       | 2,86   | 90     | 60     |
| 3132 | Outros Serviços e Encargos         | 228     | 2,75   | 247       | 2,15   | 108    | 15     |
| 3192 | Despesas de Exercícios Anteriores  | 16      | 0,19   | 10        | 0,09   | 63     | 88     |
| 4110 | Obras e Instalações                | 7 667   | 92,38  | 4 897     | 42,56  | 63     | 88     |
| 4120 | Equipamentos e Material Permanente | 24      | 0,29   | 6 008     | 52,21  | 24 828 | 23     |
| 4192 | Despesas de Exercícios Anteriores  |         |        | 16        | 0,14   |        |        |
|      | TOTAL                              | 8 299   | 100,00 | 11 508    | 100,00 |        | 138,67 |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No que se refere à composição da despesa realizada no Programa Transporte Aéreo, observa-se que 52,21% dos recursos destinaram-se ao Elemento 4120 - Equipamentos e Material Permanente e 42,56%, ao 4110 (Obras e Instalações)

Cumprе assinalar que as despesas relativas aos servidores que desempenharam funções ligadas ao Programa 87 - Transporte Aéreo estão em Quadro em Extinção na Secretaria dos Transportes

Do desenvolvimento dos Projetos e Atividades do Departamento, no período 1994/97, resultaram realizações físicas que são analisadas a seguir

SECRETARIA DOS TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO AERONÁUTICO DO ESTADO DAE  
ATIVIDADE DE MANUTENÇÃO E INVESTIMENTO DESENVOLVIDO PELO DAE  
PERÍODO DE 1994/1997

| ATIVIDADE                                | UNIDADE DE MEDIDA | 1994    |     | 1995    |     | 1996    |     | 1997    |     |
|--|-------------------|---------|-----|---------|-----|---------|-----|---------|-----|
|  |                   | REAL    | REL | REAL    | REL | REAL    | REL | REAL    | REL |
| Terraplenagem                            | m3                | 224 205 | 100 | 117 177 | 52  | 129 688 | 58  | 510 000 | 227 |
| Cimentamento                             | m2                | 660 000 | 100 | 262 000 | 40  | 768 639 | 116 | 643 000 | 97  |
| Ensatibramento                           | m2                | 5 000   | 100 | 520     | 10  |         |     |         |     |
| Recuperação de Cercas                    | m                 | 3 700   | 100 | 1 480   | 39  | 4 450   | 120 | 1 750   | 47  |
| Balizamentos Casematas                   | un                | 64      | 100 |         |     |         |     | 45      | 70  |
| Pintura                                  | m2                | 5 534   | 100 |         |     | 4 779   | 86  |         |     |
| Regularização de Pistas                  | m2                |         |     | 53 000  |     |         |     |         |     |
| Construção de Bueiros                    | m                 | 60      | 100 | 25      | 41  | 146     | 243 | 180     | 300 |
| Recup de Est de Pas e Hang               | un                | 5       | 100 | 1       | 20  |         |     |         |     |
| Pavimentação Asfáltica                   | m2                | 30 514  | 100 |         |     | 50 425  | 164 | 47 591  | 156 |
| Enfiamento                               | m2                | 56 114  | 100 | 48 000  | 85  | 176 622 | 314 | 146 497 | 261 |
| Drenagem                                 | m                 | 4 976   | 100 | 1 700   | 34  | 4 409   | 88  | 4 154   | 83  |
| EIA/RIMA (Estudo/Relatório Impacto Amb ) | un                |         |     |         |     |         |     |         | 1   |
| Demarcação de Pavimento                  | m2                |         |     |         |     |         |     |         | 671 |

Fonte: Departamento Aeroportuário Divisão de Infra estrutura Seção de Obras Secretaria dos Transportes  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Observando-se as informações contidas no quadro anterior, depreende-se que, no exercício em análise, a atividade de Terraplenagem executada pelo DAE, junto ao Programa Transporte Aéreo, foi a única que superou as desenvolvidas no ano anterior. No entanto, em comparação ao ano-base (1994), verifica-se que as atividades de Enlèvement e Pavimentação Asfáltica, também apresentam índices positivos, 261 e 156, respectivamente.

De outra forma, cabe registrar que, no exercício de 1997, o DAE realizou duas atividades que não constavam na série examinada - o Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto no Meio ambiente (EIA/RIMA) e Demarcação de Pavimento. O primeiro foi desenvolvido para subsidiar a implementação do aeroporto de Torres, e o segundo ocorreu no aeroporto de Horizontina.

O Departamento Aeroviário do Estado - DAE, desde 1950, foi o principal responsável pela execução das despesas realizadas no Programa Transporte Aéreo. Por iniciativa do Governo do Estado, através da Lei Estadual nº 10 362, de 16 de janeiro de 1995, foi extinto, passando o Poder Executivo, por meio da Secretaria dos Transportes, a incorporar a administração de bens móveis, imóveis, os direitos e as obrigações, bem como pessoal e funções do Departamento.

#### **2.4.2 - PROGRAMA 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO**

*"Envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido da implantação e operação da infra-estrutura rodoviária, de terminais rodoviários, vias expressas, estradas vicinais, controle e segurança do tráfego rodoviário e dos serviços de transportes rodoviários. São classificáveis: o planejamento, a coordenação e o controle necessários ao desempenho dessas ações".*

De acordo com o Balanço Geral do Estado, a Secretaria dos Transportes transferiu a totalidade dos recursos pertencentes ao Programa Transporte Rodoviário (R\$ 409 203 mil) para que terceiros realizassem as despesas correspondentes. Neste sentido, verificou-se que o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) recebeu R\$ 383 266 mil, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), R\$ 25 057 mil e os Organismos Internacionais, R\$ 880 mil.

No quadro a seguir, verifica-se que, após o declínio registrado nos anos 1995 e 1996, o exercício de 1997 apresentou significativo incremento nas despesas realizadas no Programa 88 - Transporte Rodoviário. Quando comparado em valores constantes, constata-se um aumento de 59,14% em relação ano-base (1998) e uma majoração de 66,08% sobre o ano anterior.

Com relação à participação percentual do Programa na despesa total da Administração Direta Estadual, verifica-se que o menor percentual da série ocorreu no exercício de 1996 (2,92%), enquanto que o maior efetivou-se em 1990, quando atingiu 8,97%. No ano de 1997, a participação atingiu 4,48% da despesa total, o quarto maior índice do decênio

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997  
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário  
Em R\$ mil

| ANO  | EM VALORES CONSTANTES* | RELATIVO BASE FIXA | VARIAÇÃO % ANO A ANO | PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL |
|------|------------------------|--------------------|----------------------|---------------------------------|
| 1988 | 257 140                | 100 00             |                      | 4 50                            |
| 1989 | 471 546                | 183 38             | 83 38                | 7 88                            |
| 1990 | 631 523                | 245 59             | 33 93                | 8,97                            |
| 1991 | 248 680                | 96 71              | 60 62                | 4 33                            |
| 1992 | 298 519                | 116 09             | 20 04                | 4 22                            |
| 1993 | 231 342                | 89 97              | 22 50                | 3 33                            |
| 1994 | 311 908                | 121 30             | 34 83                | 4 23                            |
| 1995 | 222 550                | 86,55              | 28 65                | 2 98                            |
| 1996 | 246 387                | 95 82              | 10 71                | 2 92                            |
| 1997 | 409 203                | 159 14             | 66,08                | 4,48                            |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
\*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No âmbito da Administração Direta Estadual, a execução orçamentária referente ao exercício de 1997 do Programa Transporte Rodoviário, desenvolveu-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
EXERCÍCIO DE 1997  
Em R\$ mil

| Nº | EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DO PROGRAMA | DOTAÇÃO INICIAL | DESPESA REALIZADA | DR/DI % |
|----|-----------------------------------|-----------------|-------------------|---------|
| 88 | Transporte Rodoviário             | 296 028         | 409 203           | 138 23  |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A dotação inicial era de R\$ 296 028 mil. Por sua vez, a despesa realizada, no montante de R\$ 409 203 mil, apresentou um acréscimo na ordem de 38,23% em relação à dotação prevista

O Programa Transporte Rodoviário foi implementado pelos Projetos e Atividades a seguir relacionados

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário

Em R\$ mil

| Nº    | PROJETO E/OU ATIVIDADE   | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
|-------|--|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
| 1466  | Contr. ao DAER Para Despesas de Capital                        | 131.450         | 44,40    | 266.671           | 65,17    | 202,87  |
| 1826  | Apoio à Constr. da Travessia São Borja(BR) - Santo Tomé(ARG)   | 800             | 0,27     | 880               | 0,22     | 110,00  |
| 2354  | Contribuição ao DAER P/Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | 77.030          | 26,02    | 83.075            | 20,30    | 107,85  |
| 2365  | Contribuição ao DAER Para Outras Despesas Correntes            | 24.201          | 8,18     | 14.789            | 3,61     | 61,11   |
| 2356  | Contribuição ao DEPRC Para Despesas com Pessoal                | 34.496          | 11,65    | 21.567            | 5,27     | 62,49   |
| 2361  | Contr. ao DAER para Conservação de Rodovias                    | 12.050          | 4,07     | 18.731            | 4,58     | 155,44  |
| 2639  | Contr. ao DEPRC - p/Amortização da Dívida                      | 16.000          | 5,40     | 3.500             | 0,86     | 21,88   |
| TOTAL |  | 296.028         | 100,00   | 409.203           | 100,00   | 138,23  |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Na tabela acima, verifica-se que o Balanço Geral do Estado contemplou, com recursos do Programa 88 - Transporte Rodoviário, os Projetos 2356 - Contribuição ao DEPRC para Despesas com Pessoal e 2639 - Contribuição ao DEPRC para Amortização da Dívida. Em face deste procedimento equivocado, a utilização dos recursos da Secretaria foi apresentada de forma distorcida. A seguir, apresenta-se o demonstrativo com as modificações necessárias.

DEMONSTRATIVO ALTERADO DEVIDO À RETIRADA DE RECURSOS TRANSFERIDOS AO DEPRC

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário

Em R\$ mil

| Nº    | PROJETO E/OU ATIVIDADE   | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % (**) |
|-------|--|-----------------|----------|-------------------|----------|--------------|
| 1466  | Contr. ao DAER Para Despesas de Capital                        | 131.450         | 53,54    | 266.671           | 69,42    | 202,87       |
| 1826  | Apoio à Constr. da Travessia São Borja (BR) - Santo Tomé(ARG)  | 800             | 0,33     | 880**             | 0,23     | 110,00       |
| 2354  | Contribuição ao DAER p/Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | 77.030          | 31,37    | 83.075            | 21,63    | 107,85       |
| 2365  | Contribuição ao DAER para Outras Despesas Correntes            | 24.201          | 9,86     | 14.789            | 3,86     | 61,11        |
| 2361  | Contribuição ao DAER para Conservação de Rodovias              | 12.050          | 4,91     | 18.731            | 4,88     | 155,44       |
| TOTAL |  | 246.531         | 100,00   | 384.146           | 100,00   | 156,46       |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

(\*) DR/DI calculado em R\$ 1,00

(\*\*) Valor transferido a Organismos Internacionais

Conforme verificado nos demonstrativos do DAER, a despesa total realizada pela Autarquia no ano de 1997 alcançou R\$ 377.386 mil, que foram aplicados integralmente no Programa Transporte Rodoviário, sendo que, deste total, R\$ 328.987 decorreram de transferências efetuadas pela Administração Direta.

| Em R\$ mil                                      |         |
|---|---------|
| Despesa Total Executada pelo DAER (Programa 88) | 377 386 |
| Transferências Recebidas da Adm Direta          | 328 987 |

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997 Volume III (pgs 16 e 17)

Em 1997, a execução da despesa do DAER, em nível de Projetos e Atividades, apresentou-se como segue

| DAER PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS/ATIVIDADES NO<br>PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário<br>1996/1997 |                | Em R\$ mil    |                |               |              |   |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|--------------|---|
| ATIVIDADE/PROJETO  | 1996           |               | 1997           |               | Var          |   |
|  | VALOR*         | % S/TOT       | VALOR          | % S/TOT       | +            | - |
| 2701 Adm Planej e Controle do Prog Rodoviário  | 53 682         | 16 11         | 43 964         | 11 65         | 18 10        |   |
| 2704 Superv e Serv de Conserv Restaur e Const de Rodovias                                      | 24 320         | 7 30          | 10 388         | 2 75          | 57 29        |   |
| 2705 Pagamento de Encargos Gerais  | 49 866         | 14 96         | 40 749         | 10 80         | 18 28        |   |
| 2710 Pagamento Despesas Exerc Anteriores   | 9 698          | 2 91          | 578            | 0 15          | 94 04        |   |
| 4000 Programa de Prevenção de Acidentes  | 5 092          | 1 53          | 4 127          | 1 09          | 18 95        |   |
| 4006 Programa de Sinalização de Rodovias   | 4 605          | 1 38          | 9 522          | 2 52          | 106 78       |   |
| 4007 Gerenciamento e Elab de Proj Finais de Engenharia   | 2 557          | 0 77          | 8 065          | 2 14          | 215 41       |   |
| 4009 Supervisão e/ou Fiscalização de Obras Contratadas   | 2 291          | 0 69          |                |               |              |   |
| 4018 Fiscalização Manut e Serv de Rodovias   | 503            | 0 15          | 26             | 0 01          | 94 83        |   |
| 4449 Publicidade Campanha Prev Acidente  |                |               | 2 000          | 0 53          |              |   |
| <b>TOTAL DAS ATIVIDADES</b>  | <b>152 614</b> | <b>45 36</b>  | <b>119 419</b> | <b>31 64</b>  | <b>21 75</b> |   |
| 3000 Restauração de Pavimento e Obra de Arte de Rodovia  | 531            | 0 16          | 2 805          | 0 74          | 428 25       |   |
| 3001 Ampliação da Rede Rodoviária Pavimentada/Asfáltada  | 159 944        | 47 03         | 208 147        | 55 16         | 30 14        |   |
| 3008 Restauração da BR 472   |                |               |                |               |              |   |
| 3009 Reparrelamento Operacional  | 106            | 0 03          | 233            | 0 06          | 119 81       |   |
| 3013 Constr de Aterros e Pontes em Estr Vicinas  |                |               |                |               |              |   |
| 3014 Construção de Estradas Vicinas  | 158            | 0 05          | 52             | 0 01          | 67 09        |   |
| 3028 Estudos e Pesq de Materiais Altern para Rodovias  | 127            | 0 04          |                |               |              |   |
| 3064 Construção de Rodovias Poliedricas  | 1 077          | 0 32          | 454            | 0 12          | 57 85        |   |
| 3065 Melhoria de Rodovias Municipais   | 211            | 0 06          |                |               |              |   |
| 3066 Construção de Rodovias Coletoras  | 14 370         | 4 31          | 20 277         | 5 37          | 41 11        |   |
| 3067 Construção de Obras de Arte Especiais   | 4 799          | 1 44          | 10 628         | 2 82          | 121 46       |   |
| 3068 Ponte do Barracão   | 2 523          | 0 76          |                |               |              |   |
| 3084 Conserv Rotineira de Rodovias   |                |               | 8 462          | 2 24          |              |   |
| 3085 Programa Rede Estadual  |                |               | 6 909          | 1 83          |              |   |
| 3086 Pólos Rodoviários   |                |               |                |               |              |   |
| <b>TOTAL DOS PROJETOS</b>  | <b>183 846</b> | <b>54 64</b>  | <b>257 967</b> | <b>68 36</b>  | <b>40 32</b> |   |
| <b>TOTAL GERAL</b>   | <b>336 460</b> | <b>100 00</b> | <b>377 386</b> | <b>100 00</b> | <b>12 16</b> |   |

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
\* Valores inflacionados pelo IGP DI Médio

As informações contidas no quadro acima evidenciam que, no exercício de 1997, 68,36% do total das despesas da Autarquia foram direcionados a implementação de Projetos e 31,64%, a manutenção de Atividades

Entre as atividades e os projetos realizados no ano em análise verifica-se que o Projeto que movimentou o maior volume de recursos foi o 3001 - Ampliação da Rede Rodoviária Pavimentada/Asfaltada, com 55,16% do total

Em seguida, temos a Atividade 2701 - Administração, Planejamento e Controle do Programa Rodoviário, que absorveu 11,65% do total investido, visando a desempenhar ações deliberativas de fiscalização, orientação e supervisão, planejamento, programação e controle do Programa Rodoviário e, ainda, administração de pessoal, assistência contábil, serviços e utilização de rodovias e a conservação do edifício-sede e prédios anexos

A seguir, são analisadas as metas físicas alcançadas pelo DAER no período 1988/97, relativas a Obras e Serviços, destacando-se os itens mais representativos da atuação da Autarquia

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER  
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS SERVIÇOS EXECUTADOS 1988/1997

| ESPECIFICAÇÃO                                     | UNIDADE                         | SERVIÇOS EXECUTADOS QUANTIDADE |           |            |           |           |             |           |           |           |           |
|---|---------------------------------|--------------------------------|-----------|------------|-----------|-----------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|   |                                 | 1988                           | 1989      | 1990       | 1991      | 1992      | 1993        | 1994      | 1995      | 1996      | 1997      |
| -Cons Rodovias (exc rede)                         | Km                              | 9 116                          | 9 189     | 9 817      | 10 158(2) | 10 158    | 10 677      | 10 854(1) | 10 616(2) | 10 616    | 10 616    |
| Petrologam  | m <sup>2</sup> x10 <sup>3</sup> | 517 871                        | 1 064 050 | 640 794    | 520 010   | 533 311   | 435 862     | 460 777   | 367 011   | 281 030   | 237 784   |
| -Rocade Manual e Mecânica                         | m <sup>2</sup> x10 <sup>3</sup> | 15 030                         | 27 310    | 17 252     | 18 230    | 20 431    | 16 748(2)   | 13 455    | 23 583    | 11 839    | 10 944    |
| -Revestimento Primário                            | m <sup>2</sup> x10 <sup>3</sup> | 249 485                        | 1 052 525 | 358 424    | 504 200   | 423 606   | 405 917(2)  | 299 887   | 448 109   | 239 983   | 268 145   |
| -Capa Selante                                     | m <sup>2</sup> x10 <sup>3</sup> | 243 315                        | 462 828   | 328 902    | 480 310   | 330 023   | 242 761(2)  | 184 400   | 342 344   | 247 876   | 352 985   |
| Implantação de Rodovias                           | Km                              | 146                            | 312       | 625        |           |           |             |           |           |           |           |
| Terraçapim p/ Espreitada                          | m <sup>2</sup> x10 <sup>3</sup> | 3 128 807                      | 7 814 246 | 15 150 370 | 1 366 466 | 5 069 144 | 5 220 578   | 7 872 778 | 4 731 385 | 1 240 000 | 1 360 000 |
| Terraçapim p/ Adm Direta                          | m <sup>2</sup> x10 <sup>3</sup> | 1 796 397                      | 1 374 149 | 181 862    | 620 220   | 185 389   | 312 188     | 262 490   | 448 109   | 52 595    | 61 188    |
| Constr Obras Arte Espec                           | m                               | 295                            | 553       | 690        | 324       | 474       | 583         | 552       | 604       | 877       | 1 257     |
| Arborização de Rodovias                           | un                              | 13 246                         | 14 090    | 14 316     | 30 020    | 7 195     | 9 376       | 10 049    | 4 369     | 4 227     | 1 240     |
| Sinalização de Rodovias                           | m <sup>2</sup>                  |                                |           |            |           |           | (3) 1 765   | 4 558     | 3 200     | 3 697     |           |
| Sinalização de Rodovias                           | m                               |                                |           |            |           |           | (4) 372 691 | 837 740   | 274 697   | 670 767   |           |
| Pavimentação de Rodovias Proj Obras               | Km                              | 232                            | 752       | 765        | 139       | 100       | 167         | 227       | 228       | 271       | 232       |
| Arte Espec Proj Acesso e Trevos                   | m                               | 84                             | 393       | 2 300      | 1 130     | 1 058     | 4 946       | 900       | 3 044     | 930       | 2 501     |
| Projetos de Sinalização                           | un                              | 43                             | 23        | 203        | 190       | 16        | 16          | 66        | 20        | 12        | 16        |
| -Mapas rodov municipais                           | Km                              | 230                            | 383       | 559        | 340       | 101       | 144         | 938       | 129       | 361       | 948       |
| Levantamento rodov munic Proj geométr de rodovias | Km                              | 18                             | 15        | 11         | 17        | 12        | 13          | 25        | 19        | 14        | 9         |
| Neto Ambiente                                     | un                              | 6 945                          | 5 460     | 4 654      | 4 437     | 4 068     | 4 068       | 7 019     | 6 427     | 6 219     | 7 405     |
|   |                                 | 459                            | 254       | 1 128      | 37        | 62        | 95          | 260       | 127       | 347       | 1 742     |
|   |                                 |                                |           |            |           | 6         | 11          | 23        | 115       | 30        | 41        |

NOTAS

(1) Na rede conservada, não estão incluídas as rodovias federais e as rodovias em obra por espreitada

A composição dos 10 616 Km conservados por esta autarquia é a seguinte:

PAV= 4 308 Km

REV= 4 147 Km

ER MUNC = 658 Km

OUTROS= 1 503 Km

(2) Dados informados pelo DAER ref alteração ocorrida em 1995

(3) V= vertical (m<sup>2</sup>)

(4) H= horizontal (m)

a) a extensão da rede rodoviária, cuja manutenção e conservação e desenvolvida pela Autarquia, permaneceu estável nos últimos anos (10 616 km),

b) em 1997, os serviços de Patroagem, Roçada Manual/Mecânica, Arborização de Rodovias e Mapas Rodoviários Municipais apresentaram reduções nas suas execuções, registrando os menores volumes da serie examinada,

c) o item Pavimentação de Rodovias apresentou decréscimo de 14,39% em relação ao anterior,

d) com exceção das atividades retrocitadas, verifica-se que o ano de 1997 apresentou evolução na quantidade dos demais serviços prestados pelo DAER. Neste sentido, ressalta-se que os de maior acréscimo foram o Projeto Geométrico de Rodovias (402,02 %), o Projeto de Obras e Artes Especiais (168,92%), os Projetos de Sinalização (162,60 %) e o Projeto de Sinalização de Rodovias - Horizontal (144,18%)

Quanto aos elementos, a execução orçamentária da despesa do Programa Transporte Rodoviário apresentou-se como segue

| ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 |  |                 |          |                   |          |         |
|------------------------------------|--|-----------------|----------|-------------------|----------|---------|
| PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO      |  |                 |          |                   |          |         |
| PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário  |  |                 |          |                   |          |         |
| Em R\$ mil                         |  |                 |          |                   |          |         |
| Nº                                 | ELEMENTO                                   | DOTAÇÃO INICIAL | PARTIC % | DESPESA REALIZADA | PARTIC % | DR/DI % |
| 3211                               | Transferências Operacionais                | 132 080         | 44 62    | 137 452           | 33 59    | 104 07  |
| 3242                               | Transferências a Organismos Internacionais | 800             | 0 27     | 880               | 0 22     | 110 00  |
| 3291                               | Sentenças Judiciais                        | 15 697          | 5 30     | 700               | 0 17     | 4 46    |
| 4192                               | Despesas de Exercícios Anteriores          |                 |          |                   |          |         |
| 4311                               | Auxílios para Despesas de Capital          | 141 050         | 47 65    | 270 171           | 66 02    | 191 54  |
| 4391                               | Sentenças Judiciais                        | 5 900           | 1 99     |                   |          |         |
| 4392                               | Despesas de Exercícios Anteriores          | 500             | 0 17     |                   |          |         |
|                                    | TOTAL                                      | 296 028         | 100 00   | 409 203           | 100 00   | 138 23  |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As despesas realizadas no Elemento 4311 - Auxílios para Despesas de Capital foram as que tiveram maior participação no Programa Transporte Rodoviário (66,02% do total). Com relação ao valor previsto no orçamento, constata-se que os dispêndios efetuados superaram o valor orçado em 91,54%

O segundo Elemento que mais gastos efetuou no Programa Transporte Rodoviário foi o 3211 - Transferências Operacionais, que apresentou uma participação de 33,59% do total e superou a dotação inicial em 4,07%

Ressalta-se que o elemento 3291 - Sentenças Judiciais, com despesa realizada de R\$ 700 mil, correspondeu à transferência ao DEPRC para despesa com pessoal e precatórios judiciais a pagar. Tal situação deve ser vista como contabilização equivocada.

Assim, no período em exame, as funções desempenhadas pela CINTEA de projeto e execução de serviços de construção, melhoria e conservação de estradas vicinais ou identificadas como alimentadoras do sistema rodoviário estadual e federal foram transferidas para o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER.

### 2.4.3 - PROGRAMA 90 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

*"Envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido do planejamento, construção e implantação da infra-estrutura hidroviária, controle e segurança do tráfego e operação dos serviços de transporte marítimo, fluvial e lacustre".*

Em consulta ao sistema AFE (Administração Financeira Estadual), que é mantido pela Secretaria da Fazenda do Estado, verificou-se que, no exercício de 1997, não constam transferências de recursos da Administração Direta Estadual para o Programa 90 - Transporte Hidroviário.

Neste sentido, salienta-se que o Orçamento do Estado para o ano de 1997 registrou, para o Programa 90 - Transporte Hidroviário, a dotação inicial de R\$ 322 mil, valor este que não teve sua execução realizada no Programa.

| ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL<br>EXERCÍCIO DE 1997 |                                      |                    |                      | Em R\$ mil |      |
|--|--------------------------------------|--------------------|----------------------|------------|------|
| Nº   | EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA<br>DO PROGRAMA | DOTAÇÃO<br>INICIAL | DESPESA<br>REALIZADA | DR/DI      | %    |
| 90   | Transporte Hidroviário               | 322                | 0                    |            | 0,00 |

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Esta situação, caracterizada na tabela que segue, interrompe a possibilidade de realização das análises sobre a evolução das despesas do Programa 90 - Transporte Hidroviário, procedimento efetuado até o ano de 1996.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL  
 DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997  
 PROGRAMA 90 Transporte Hidroviário

| ANO  | EM                     | RELATIVO     | VARIAÇÃO       | PARTICIPAÇÃO          |
|------|------------------------|--------------|----------------|-----------------------|
|      | VALORES<br>CONSTANTES* | BASE<br>FIXA | %<br>ANO A ANO | % NA DESPESA<br>TOTAL |
| 1988 | 6 947                  | 100 00       |                | 0 12                  |
| 1989 | 7 950                  | 114 43       | 14 43          | 0 13                  |
| 1990 | 13 105                 | 188 63       | 64,84          | 0 19                  |
| 1991 | 7 256                  | 104 44       | 44 63          | 0 13                  |
| 1992 | 2 330                  | 33,54        | 67 89          | 0 03                  |
| 1993 | 3 981                  | 57 31        | 70 88          | 0 06                  |
| 1994 | 2 249                  | 32 38        | 43 50          | 0 03                  |
| 1995 | 21 661                 | 311 79       | 862 93         | 0 29                  |
| 1996 | 1 817                  | 26 16        | 91 61          | 0 02                  |
| 1997 |                        |              | 100 00         |                       |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
 \*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio) Em R\$ mil

No entanto, conforme citado anteriormente, o Balanço Geral do Estado aponta que a Administração Direta transferiu recursos financeiros para o DEPRC através da Secretaria dos Transportes, registrando, equivocadamente, no Programa 88 - Transporte Rodoviário

Assim sendo, o montante dos recursos que a Administração Direta transferiu para o DEPRC passam a ser considerados como repassados ao Programa 90 - Transporte Hidroviário e não ao Programa Transporte Rodoviário

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997  
 PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO  
 PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário → PROGRAMA 90 Transporte Hidroviário

| Nº   | PROJETO E/OU<br>ATIVIDADE                      | Em R\$ mil         |                      |                |
|------|--|--------------------|----------------------|----------------|
|      |  | DOTAÇÃO<br>INICIAL | DESPESA<br>REALIZADA | DR/DI<br>% (*) |
| 2356 | Contribuição ao DEPRC Para Despesas com Pessoa | 34 496             | 21 557               | 62 49          |
| 2639 | Contr. ao DEPRC p/Amortização da Dívida        | 16 000             | 3 500                | 21 88          |
|      | TOTAL  | 50 496             | 25 057               | 49 62          |

Fonte Secretaria da Fazenda AFE  
 (\*) DR/DI calculado em R\$ 1 00  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Em relação à Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, verifica-se que a mesma operou sem necessidade de transferências do Governo Estadual, visto que suas receitas portuárias foram suficientes para suportar as despesas orçamentárias

De outra forma, também concorreram para o cumprimento dos objetivos do Programa Transporte Hidroviário as aplicações de recursos próprios do DEPRC e da SUPRG, conforme se demonstra no quadro a seguir

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA |           | PROGRAMA 90       |  |
|---|-----------|-------------------|--|
| TRANSPORTE HIDROVIÁRIO                                |           | EXERCÍCIO DE 1997 |  |
|   |           | Em R\$ mil        |  |
| PROGRAMA 90   | DESPESA   | PARTICIPAÇÃO      |  |
| TRANSPORTE HIDROVIÁRIO                                | REALIZADA | % S/TOTAL         |  |
| 1 ADMINISTRAÇÃO DIRETA*                               | 25 057    | 85,56             |  |
| 2- DEPRC**  | 16 182    |                   |  |
| 3- SUPRG**  | 23 367    |                   |  |
| 4 (-) Transferências da Admin Direta**<br>(DEPRC)     | 35 321    |                   |  |
| 5 DEPRC / SUPRG COM RECURSOS PRÓPRIOS (2+3-4)         | 4 228     | 14,44             |  |
| 6 TOTAL (ADM DIRETA + INDIRETA) (1+5)                 | 29 285    | 100,00            |  |

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997

\* Valor transferido ao DEPRC, que de forma equivocada, no BGE, foi registrado no Programa 88, Volume II (fls 668 e 669)

\*\* Volume III (fls 45 a 48 e 191)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Para análise do quadro acima, cabe observar que a SUPRG não recebeu recursos da Administração Direta, situação oposta a do DEPRC, que no exercício de 1997 contou com contribuição financeira do Estado para Despesa de Pessoal e para Amortização da Dívida no montante de R\$ 25 057 mil

Constata-se que o DEPRC contou com repasses da Administração Direta no valor de R\$ 35.321 mil, divididos entre Transferências Operacionais (R\$ 32 821 mil) e Transferência de Capital (R\$ 2.500 mil), dos quais comprova-se que R\$ 16 182 mil (45,81% do montante) foram utilizados na despesa que a Autarquia realizou no Programa 90 - Transporte Hidroviário

Verifica-se, também, que, do total de R\$ 29 285 mil aplicados no Programa pela Administração Centralizada e Autárquica, 14,44% tiveram origem nas Autarquias, enquanto que 85,56% foram originários de transferências da Administração Direta

Nesse aspecto, observa-se que o volume de recursos transferidos para o DEPRC, adicionado às despesas realizadas diretamente pela Administração centralizada do Estado, foi o responsável pelo alto índice de dependência do Programa pelos recursos da Administração Direta. A referida situação também está caracterizada na aplicação negativa dos recursos próprios da Autarquia (- R\$ 19 139 mil)

Em termos de Projetos e Atividades, a execução da despesa do DEPRC/SUPRG apresentou-se como segue

| DESPEZA REALIZADA POR PROJETO E ATIVIDADE |  | DEPRC E SUPRG                             |        | EXERCÍCIO DE 1997 |           | Em R\$ mil |  |
|---|--|---|--------|-------------------|-----------|------------|--|
| PROJETO/ATIVIDADE                         |  | DEPRC                                     | SUPRG  | TOTAL             | X<br>PART | S/TOTAL    |  |
| 2731                                      | Administração Geral e Financeira da Autarquia      | 3 243                                     |        | 3 243             | 5         | 99         |  |
| 2732                                      | Pgto Enc Gerais da Autarquia                       | 14 598                                    |        | 14 598            | 26        | 96         |  |
| 2735                                      | Adminstr do Porto de Porto Alegre                  | 4 614                                     |        | 4 614             | 8         | 52         |  |
| 2738                                      | Adminstr do Porto de Pelotas                       | 679                                       |        | 679               | 1         | 25         |  |
| 4467                                      | Adminstr de Portos Fluviais e Hidrovias            | 2 149                                     |        | 2 149             | 3         | 97         |  |
| 4468                                      | Dragagem e Balizamento das Margens e Hidrovias     | 4 648                                     |        | 4 648             | 8         | 58         |  |
| 4469                                      | Manutenção dos Equip de Navegação Drag e Balizante | 849                                       |        | 849               | 1         | 57         |  |
| 4470                                      | Adminstr do Porto e Manut dos Molhes de R Grande   |   | 11 834 | 11 834            | 21        | 86         |  |
| 4471                                      | Ressarcimento ao Est de Despesas c/ Pessoal Cedido |   | 11 533 | 11 533            | 21,30     |            |  |
| TOTAL DAS ATIVIDADES                      |  | 30 780                                    | 23 367 | 54 147            | 100       | 00         |  |
| Fontes                                    |  | Chefia de Contabilidade D G D C           |        | DEPRC             |           |            |  |
|   |  | Chefia da Seção de Contabilidade e Custos |        | SUPRG             |           |            |  |
| Cálculos                                  |  | Equipe Técnica                            |        | TCE/RS            |           |            |  |

Conforme se observa no quadro acima, no exercício de 1997, o DEPRC e a SUPRG não efetuaram dispêndios com Projetos, sendo a totalidade dos recursos destinados para despesas em Atividades. Neste aspecto, salienta-se que o DEPRC foi responsável por 56,85% do total da despesa executada, enquanto a SUPRG realizou os restantes 43,15%

Ressalta-se, também, que a Atividade 2732 - Pagamento de Encargos Gerais, desenvolvida pelo DEPRC, foi a que absorveu maior volume de recursos (26,96%). Seguiram-se a esta, as Atividades 4470 - Administração do Porto e Manut dos Molhes de Rio Grande (21,86%), e 4471 - Ressarcimento ao Estado de Despesas c/Pessoal Cedido (21,30%), ambas realizadas através da SUPRG

Com a intenção de manter-se as análises realizadas nos exercícios anteriores, com referência ao desempenho do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC, no ano de 1997, novamente, incluiu-se a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG. A tabela a seguir apresenta os indicadores

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE SUPRG  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS RIOS E CANAIS DEPRC  
MOVIMENTAÇÃO DE CARGA POR PORTO E TOTAL GERAL  
PERÍODO DE 1989/1997

Em toneladas

| ANO  | PORTO DE RIO GRANDE       |              |              | PORTO DE PORTO ALEGRE(1)  |              |              | PORTO DE PELOTAS        |              |              | TOTAL GERAL               |              |              |
|------|---------------------------|--------------|--------------|---------------------------|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|---------------------------|--------------|--------------|
|      | TOTAL                     | PARTEC       | RELAT        | TOTAL                     | PARTEC       | RELAT        | TOTAL                   | PARTEC       | RELAT        | TOTAL                     | PARTEC       | RELAT        |
|      | DESEMBARQUE<br>+ EMBARQUE | X<br>S/TOTAL | BASE<br>FIXA | DESEMBARQUE<br>+ EMBARQUE | X<br>S/TOTAL | BASE<br>FIXA | DESEMB<br>+<br>EMBARQUE | X<br>S/TOTAL | BASE<br>FIXA | DESEMBARQUE<br>+ EMBARQUE | X<br>S/TOTAL | BASE<br>FIXA |
| 1989 | 12 518 598                | 49 48        | 108          | 12 278 166                | 48 53        | 118          | 503 976                 | 1 99         | 110          | 25 300 740                | 100 00       | 113          |
| 1990 | 11 641 584                | 48 27        | 100 4        | 11 964 925                | 49 61        | 115          | 510 150                 | 2 12         | 111          | 24 116 659                | 100 00       | 107          |
| 1991 | 9 211 754                 | 44 34        | 79 4         | 11 083 350                | 53 45        | 107          | 438 698                 | 2 11         | 95           | 20 733 802                | 100 00       | 92           |
| 1992 | 10 229 546                | 49 18        | 88 7         | 10 320 981                | 49 33        | 99 9         | 312 506                 | 1 49         | 52           | 20 923 032                | 100 00       | 98           |
| 1993 | 10 846 859                | 54 79        | 93 6         | 8 655 257                 | 43 77        | 83 9         | 284 217                 | 1 44         | 68 3         | 19 795 373                | 100 00       | 88           |
| 1994 | 11 397 136                | 51 59        | 98 3         | 10 377 323                | 46 97        | 100 4        | 318 635                 | 1 44         | 69 7         | 22 093 094                | 100 00       | 98           |
| 1995 | 11 032 129                | 63 53        | 95 2         | 5 672 644                 | 32 67        | 54 9         | 660 198                 | 3 80         | 144          | 17 364 971                | 100 00       | 77           |
| 1996 | 9 655 597                 | 51 51        | 83 3         | 8 795 719                 | 46 92        | 85 1         | 293 268                 | 1 56         | 64 1         | 18 744 584                | 100 00       | 70           |
| 1997 | 11 360 870                | 67 27        | 98 0         | 5 315 714                 | 31 14        | 51 4         | 211 156                 | 1 25         | 46 2         | 16 887 740                | 100 00       | 75           |

Fontes Gabinete de Coordenação e Planejamento DEPRC  
Superintendência do Porto de Rio Grande SUPRG

(1) Inclui os terminais da Petrobrás em Tramandaí e Copesul em Trunfo  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Nas informações contidas no quadro acima, verifica-se que, após a redução de movimentação de cargas registrada no exercício de 1996, em 1997, as atividades de embarque e desembarque do Porto de Rio Grande cresceram 17,66%

O Porto de Porto Alegre, que no ano de 1996 registrou aumento de atividade, no exercício de 1997, de maneira inversa, retraiu-se 39,56% Tal situação ganha relevância devido ao fato de ser o mais baixo volume de movimentação de cargas e descargas do período em tela

Da mesma forma, no exercício de 1997, o Porto de Pelotas também apresentou o mais baixo volume de atividades do período em exame Em relação ao ano anterior, a redução nos embarques e desembarques foi de 27,98% Salienta-se, então, que, a partir de 1995, ano de maior volume de movimentação (660.198 ton/ano), o Porto registra continuidade na diminuição de suas atividades

A movimentação geral de embarque e desembarque dos três portos analisados apontou redução de 9,91% Quanto à participação dos portos na movimentação global de cargas, verifica-se que o incremento das atividades do Porto de Rio Grande (SUPRG), aliado às reduções registradas nos Portos de Pelotas e Porto Alegre, proporcionou que o Porto de Rio Grande registrasse o maior índice de participação do período em tela (67,27%)

Observa-se que os dados de movimentação de carga abrangem tanto a movimentada no cais quanto a movimentada na área sob jurisdição do Porto Por conseguinte, as cargas movimentadas nos terminais da PETROBRÁS, em Tramandaí, e da COPESUL, em Trunfo, foram incluídas nos dados do Porto de Porto Alegre.

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE SUPRG  
 DEPARTAMENTO DE PORTOS RIOS E CANAIS DEPRC  
 RELAÇÃO RECEITA X SERVIDORES  
 PERÍODO DE 1989/1997

Em R\$ mil\*

| ANO   | PORTO DE RIO GRANDE |                       |             |                    |             | PORTO DE PORTO ALEGRE |                       |             |                    |             | PORTO DE PELOTAS |                       |             |                     |             |
|-------|---------------------|-----------------------|-------------|--------------------|-------------|-----------------------|-----------------------|-------------|--------------------|-------------|------------------|-----------------------|-------------|---------------------|-------------|
|       | N ° DE SERV         | RECEITA TOTAL R\$ (*) | VAR ANUAL % | REC / SERV R\$(**) | VAR ANUAL % | N ° DE SERV           | RECEITA TOTAL R\$ (*) | VAR ANUAL % | REC / SERV R\$(**) | VAR ANUAL % | N ° DE SERV      | RECEITA TOTAL R\$ (*) | VAR ANUAL % | REC / SERV R\$ (**) | VAR ANUAL % |
| 1989  | 1 081               | 50 121                |             | 46                 |             | 310                   | 5 352                 |             | 17                 |             | 23               | 730                   |             | 31                  |             |
| 1990  | 1 075               | 42 416 (15 4)         |             | 39 (15 2)          |             | 306                   | 4 440 (17 0)          |             | 14 (17 6)          |             | 24               | 523 (28 4)            |             | 22 (29 0)           |             |
| 1991  | 1 048               | 28 893 (31 9)         |             | 28 (28 2)          |             | 275                   | 4 154 6 5             |             | 15 7 1             |             | 23               | 553 5 7               |             | 24 9 1              |             |
| 1992  | 1 025               | 37 387 29 4           |             | 36 28 5            |             | 255                   | 4 269 2 8             |             | 17 13 3            |             | 31               | 455 (17 7)            |             | 15 (37 5)           |             |
| 1993  | 983                 | 35 660 (4 6)          |             | 36                 |             | 218                   | 5 291 24 0            |             | 24 41 2            |             | 23               | 333 (26 8)            |             | 14 (6 7)            |             |
| 1994  | 1 022               | 36 536 2 5            |             | 35 (2 8)           |             | 191                   | 7 026 32 8            |             | 36 50              |             | 30               | 586 75 9              |             | 19 35 73            |             |
| 1995  | 931                 | 36 091 (1 2)          |             | 39 11 4            |             | 175                   | 6 674 (5 0)           |             | 38 5 56            |             | 19               | 573 (2 2)             |             | 30 57 9             |             |
| 1996  | 509                 | 30 344 (15 9)         |             | 59 51 3            |             | 84                    | 5 545 (16 9)          |             | 66 73 7            |             | 23               | 712 24 3              |             | 31 3 3              |             |
| 1997  | 474                 | 31 524 3 89           |             | 66 11 9            |             | 57                    | 5 488 (1 7)           |             | 96 45 4            |             | 42               | 579 (18 7)            |             | 14 (54 8)           |             |
| MÉDIA | 905                 | 37 191                |             | 40                 |             | 208                   | 5 485                 |             | 33                 |             | 26               | 545                   |             | 22                  |             |

Fontes DEPRC - Estatísticas Portuárias (Biblioteca Central) Receita Portuária (Diretoria de Contabilidade)  
 Número de Servidores (Diretoria Administrativa)  
 Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG

(\*) Valores inflacionados pelo IGP DI/RGV (Médio)

(\*\*) Para o cálculo da variação anual da receita p/servidor considerou-se apenas o valor inteiro da receita /servidor

Os dados do quadro acima demonstram que a maior receita auferida pelo Porto de Rio Grande, em valores constantes, foi registrada no ano de 1989 (R\$ 50 121 mil) Neste sentido, o período em análise revela tendência declinante da receita do Porto, sendo que, no exercício de 1997, a receita apresentou um aumento de 3,89% em relação ao ano anterior

Com relação ao número de servidores alocados nas atividades portuárias, constata-se que o processo de diminuição do contingente, demonstrado nos últimos anos, continuou no exercício em exame Em relação ao ano anterior, verifica-se uma redução de 6,88%, procedimento que resultou no mais baixo número de servidores do período em exame Registra-se, aqui, que a redução de pessoal no Porto contou com a efetivação do Plano de Demissão Voluntária - PDV

Quanto ao Porto de Porto Alegre, o quadro retrodestacado evidencia que, em valores constantes, houve um decréscimo de 1,7% na receita total do exercício de 1997 Neste aspecto, observa-se que o Porto de Porto Alegre apresentou tendência de estabilizar sua arrecadação em torno do valor obtido nos últimos dois anos

Em oposição a este incremento, constata-se que o número de servidores vem decrescendo progressivamente, atingindo, no exercício ora analisado, 18,39% do existente em 1989 e 67,86% do existente no ano anterior

A arrecadação do Porto de Pelotas, que, em valores constantes, em 1996, registrou um incremento de 24,13% em relação ao ano anterior, no exercício de 1997, apresentou um declínio de 18,7%, o que correspondeu aos valores auferidos no período 1994/95. No que diz respeito ao número de servidores, o demonstrativo indica que a partir do ano de 1995 houve um crescimento do pessoal, procedimento que culminou no ano em análise, quando registrou o maior número de servidores da série (42).

No exercício de 1997, o confronto da receita por servidor entre os três portos demonstra que a melhor relação foi a obtida pelo Porto de Porto Alegre, cuja arrecadação por servidor alcançou o valor de R\$ 96 mil, seguido pelo Porto de Rio Grande com R\$ 66 mil e pelo de Pelotas com R\$ 14 mil. Da mesma forma, no período em análise, o melhor crescimento da receita x servidor ocorreu no Porto de Porto Alegre com um crescimento de 564,71%, enquanto que a do Porto de Rio Grande cresceu 43,48%.

Entretanto, no que se refere ao Porto de Pelotas, verifica-se que, após o contínuo aumento realizado até o ano de 1996, quando alcançou o mais alto índice (R\$ 31 mil/servidor), houve, em 1997, uma acentuada queda na arrecadação por servidor, situação que ficou caracterizada pelo valor de R\$ 14 mil/servidor, ou seja, 54,8% inferior ao exercício anterior.

A seguir, demonstra-se a produtividade (tonelada/servidor) e a receita por servidor alcançada no período 1989/1997.

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE - SUPRG  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS - DEPRC  
RELACÃO DE SERVIDORES, MOVIMENTAÇÃO DE CARGA E RECEITAS  
PERÍODO DE 1989/1997

| ANO  | SERVIDORES (1) |          | MOVIMENT. DE CARGA |          | PRODUTIVIDADE |          | RECEITAS PRÓPRIAS* (3) |          | RECEITA POR SERVIDOR** |          |
|------|----------------|----------|--------------------|----------|---------------|----------|------------------------|----------|------------------------|----------|
|      | QUANTIDADE     | RELATIVO | TONELADAS          | RELATIVO | TON /SERV     | RELATIVO | R\$(2)                 | RELATIVO | R\$(2)                 | RELATIVO |
|      |                |          |                    |          |               |          |                        |          |                        |          |
| 1989 | 1 414          | 100      | 25 300 740         | 100      | 17 893 03     | 100      | 56 204                 | 100      | 39                     | 100      |
| 1990 | 1 405          | 99       | 24 116 659         | 95       | 17 164 88     | 96       | 47 360                 | 84       | 33                     | 85       |
| 1991 | 1 346          | 95       | 20 733 802         | 82       | 15 404 01     | 86       | 33 661                 | 60       | 24                     | 63       |
| 1992 | 1 311          | 93       | 20 923 032         | 82       | 15 959 60     | 89       | 42 111                 | 75       | 32                     | 81       |
| 1993 | 1 224          | 87       | 19 796 373         | 78       | 16 173 51     | 90       | 41 265                 | 73       | 33                     | 85       |
| 1994 | 1 243          | 88       | 22 093 094         | 87       | 17 774 01     | 99       | 44 148                 | 79       | 35                     | 89       |
| 1995 | 1 125          | 80       | 17 364 971         | 69       | 15 435 53     | 85       | 43 338                 | 77       | 38                     | 97       |
| 1996 | 616            | 44       | 18 744 584         | 74       | 30 429 52     | 170      | 36 602                 | 65       | 59                     | 149      |
| 1997 | 573            | 41       | 16 874 740         | 67       | 29 449 81     | 165      | 37 591                 | 67       | 65                     | 165      |

\*Em R\$ mil

Fontes: Superintendência do Porto de Rio Grande/Gabinete de Coordenação e Planejamento  
Diretoria de Contabilidade - DEPRC

(1) Servidores Ativos - Total de servidores dos três portos

(2) Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio), Soma das receitas dos três portos

(3) Soma das receitas dos três portos

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme mencionado anteriormente, em relação ao ano anterior, o exercício de 1997 registrou redução de 9,98% na movimentação total de cargas dos três portos, e, com relação ao número de servidores que realizaram atividades portuárias nas três localidades, constatou-se uma diminuição do pessoal de 6,98%

Em relação ao ano base (1989), o exercício de 1997 apresentou uma redução de 59% nos servidores dos três portos, um decréscimo de 33% nos embarques e desembarques realizados por eles e, da mesma forma, um declínio de 33% nas receitas próprias

No entanto, o ano em exame evidencia aumento na produtividade, que, quando calculada em termos de movimentação de tonelada por servidor, aponta acréscimo de 65%. Em termos de receita por servidor, também foi obtido o mesmo índice(65%)

Diante desta situação, o exercício de 1997 merece destaque por dar continuidade à melhora dos índices de produtividade, procedimento que teve início no ano de 1996, quando foi dado início à redução significativa do quadro de pessoal dos Portos através da implementação do Plano de Demissão Voluntária - PDV



## CAPÍTULO 3



### **CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS**

O presente Capítulo tem como objeto a análise econômico-financeira da Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, a qual é constituída por 08 (oito) Autarquias, 17 (dezessete) Fundações, 15 (quinze) Sociedades de Economia Mista e 04 (quatro) Sociedades Controladas

Diversas Funções de Governo são desenvolvidas através dessas Entidades e é por seu intermédio que o Estado intervém supletivamente na economia, buscando o equilíbrio entre os interesses públicos e privados

A análise consolidada dos dados propicia uma verificação, em termos globais, do crescimento ou diminuição dos valores ativos e passivos das instituições, bem como de seus desempenhos em termos operacionais

Salienta-se, ainda, que as Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas foram incluídas para fins de análise sem a aprovação das respectivas Assembléias Gerais Ordinárias, com exceção das da PROCERGS, SULGÁS, CORAG, CRT e BAGERGS, estando, pois, sujeitas a alterações

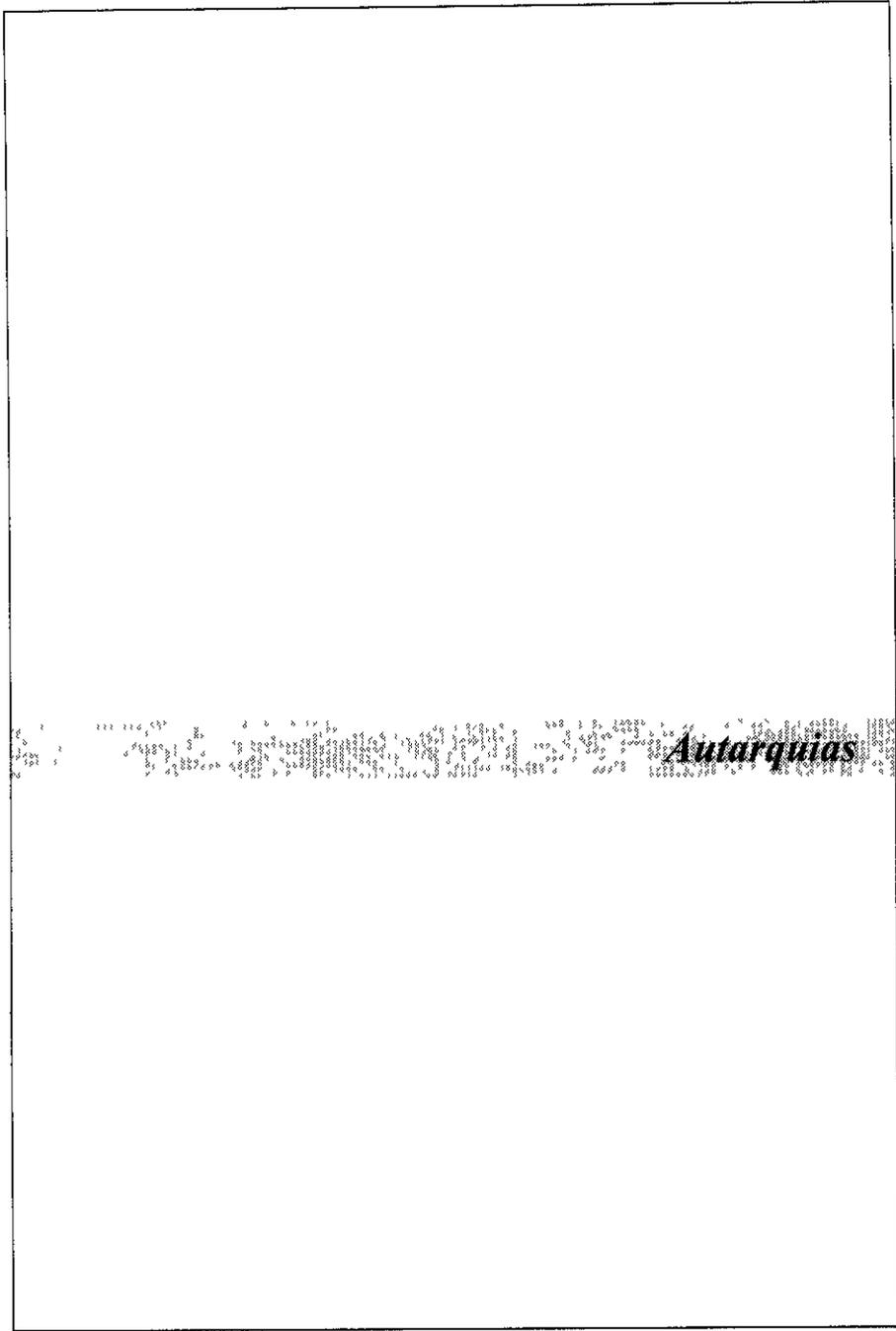
As empresas controladas que, durante o exercício de 1997, tiveram concluídos os seus processos de liquidação foram as seguintes

- Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO,
- Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA,
- Companhia Riograndense de Turismo - CRTUR

Durante o exercício de 1997, continuaram os processos de liquidação ainda não concluídos, devidamente autorizados em lei, das seguintes companhias

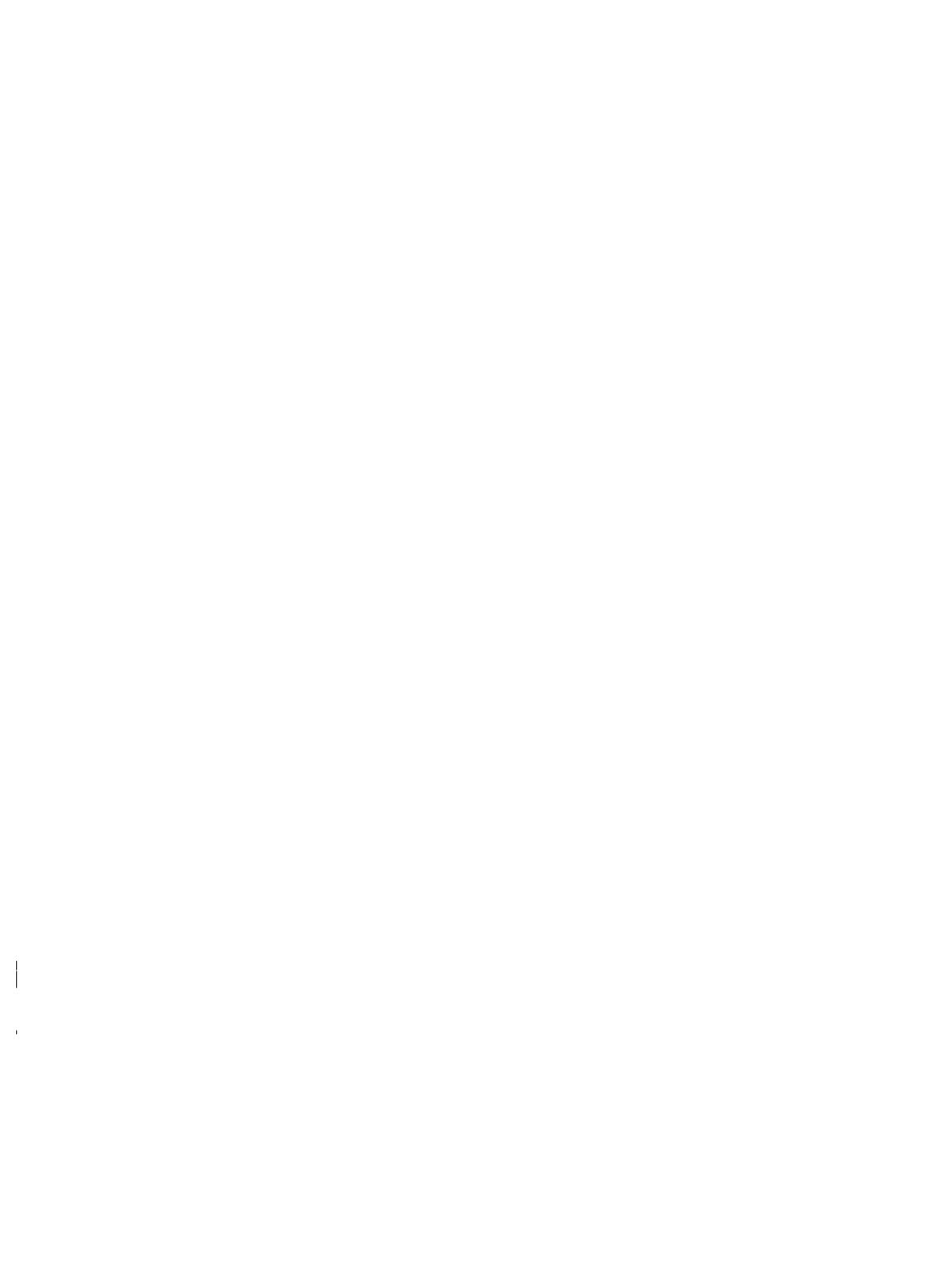
- Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul - COHAB/RS,
- Produtos Gaúchos S A - PROGASA,
- Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC





1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000

# *Autarquias*



### 3.1 - AUTARQUIAS

Em número de oito, as Entidades Autárquicas compreendem a Caixa Econômica Estadual (CEE), o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DAER), o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e a Agência Estadual de Regulamentação dos Serviços Públicos Delegados (AGERGS), com suas atividades voltadas para as áreas Financeira, de Infra-Estrutura, Social, Econômica e Administrativa

A Caixa Econômica Estadual, em vista das características de sua atividade e da forma de apresentação das demonstrações financeiras, esta classificada juntamente com as Sociedades de Economia Mista e Empresas Controladas

#### 3.1.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

Estimou-se a Receita e fixou-se a Despesa das Autarquias, para o exercício de 1997, em R\$ 912 472 mil, conforme Lei Estadual nº 10 890, de 19 de dezembro de 1996

No exercício de 1997, foi arrecadada uma Receita Orçamentaria de R\$ 1 057 101 mil, representando um acrescimento de 15,85% em relação às previsões iniciais

Deste total, R\$ 902 445 mil correspondem ao IPERGS e ao DAER, que, juntos, arrecadaram 85,37% da Receita Orçamentaria das Autarquias, conforme demonstrado no quadro a seguir

| AUTARQUIA | RECEITA          |                   |           | DESPESA            |                   |           | RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
|-----------|------------------|-------------------|-----------|--------------------|-------------------|-----------|------------------------------------|
|           | PREVISÃO INICIAL | RECEITA REALIZADA | DIFERENÇA | DESPESA AUTORIZADA | DESPESA REALIZADA | DIFERENÇA |                                    |
| AGERGS    |                  | 607               | 607       | 845                | 579               | 266       | 28                                 |
| DAER      | 270 031          | 356 990           | 85 959    | 479 374            | 377 386           | 101 988   | 21 396                             |
| DEPRC     | 58 957           | 52 173            | 6 784     | 62 099             | 30 781            | 31 318    | 21 392                             |
| DETRAN    |                  | 52 326            | 52 326    | 52 122             | 35 520            | 16 602    | 16 806                             |
| IPERGS    | 529 431          | 546 465           | 17 024    | 586 898            | 551 766           | 35 132    | 5 311                              |
| IRGA      | 22 533           | 18 026            | 4 507     | 36 063             | 24 848            | 10 215    | 6 822                              |
| SUPRG     | 31 520           | 31 524            | 4         | 31 520             | 23 367            | 8 153     | 8 157                              |
| TOTAL     | 912 472          | 1 057 101         | 144 629   | 1 247 921          | 1 044 247         | 203 674   | 12 854                             |

Em 1997, do Resultado Positivo da Execução Orçamentária de R\$ 12 854 mil, constata-se que a AGERGS, o DEPRC, o DETRAN e a SUPRG foram responsáveis pela totalidade desse resultado

As Receitas Correntes representaram, no exercício em exame, 77,17% das Receitas Totais, ficando as Receitas de Capital com uma participação de 22,83%, conforme se demonstra:

| CATEGORIA<br>ECONÔMICA | AUTARQUIAS RECEITA ORÇAMENTÁRIA<br>PERÍODO 1993/1997 |               |                |               |                |               |                |               |                  |               | Em R\$ mil*      |               |
|------------------------|--|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
|                        | 1993   |               | 1994           |               | 1995           |               | 1996           |               | 1997             |               | VALOR            | %             |
|                        | VALOR  | %             | VALOR          | %             | VALOR          | %             | VALOR          | %             | VALOR            | %             |                  |               |
| Receitas Correntes     | 492 018  | 78,73         | 522 566        | 76,62         | 625 979        | 82,45         | 784 830        | 81,25         | 815 718          | 77,17         | 815 718          | 77,17         |
| Receitas de Capital    | 130 213  | 21,27         | 159 422        | 23,38         | 133 274        | 17,55         | 181 087        | 18,75         | 241 383          | 22,83         | 241 383          | 22,83         |
| <b>TOTAL</b>           | <b>612 231</b>                                       | <b>100,00</b> | <b>681 988</b> | <b>100,00</b> | <b>759 253</b> | <b>100,00</b> | <b>965 917</b> | <b>100,00</b> | <b>1 057 101</b> | <b>100,00</b> | <b>1 057 101</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGW (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Do montante arrecadado como Receitas de Capital (R\$ 241 383 mil), o DAER foi responsável por R\$ 238 183 mil, ou seja, 98,67%, notadamente por Transferências do Governo do Estado (R\$ 237 822 mil).

Quanto às Receitas Correntes (R\$ 815 718 mil), o IPERGS arrecadou, isoladamente, 66,91%, ou seja, R\$ 545 832 mil, dos quais 74,75% referem-se às Contribuições Sociais (R\$ 408 005 mil) e 25,25%, às Transferências no Âmbito do Estado e outras (R\$ 137.827 mil)

| AUTARQUIA    | AUTARQUIAS RECEITA ORÇAMENTÁRIA<br>EXERCÍCIO DE 1997 |               |                        |               |                  |               | Em R\$ mil |  |
|--------------|--|---------------|------------------------|---------------|------------------|---------------|------------|--|
|              | RECEITAS<br>CORRENTES                                | %             | RECEITAS<br>DE CAPITAL | %             | RECEITA<br>TOTAL | %             |            |  |
| AGERGS       | 576  | 0,07          | 31                     | 0,01          | 607              | 0,06          |            |  |
| DAER         | 117 807  | 14,44         | 238 183                | 98,67         | 355 990          | 33,68         |            |  |
| DEPRC        | 49 673   | 6,09          | 2 500                  | 1,04          | 52 173           | 4,93          |            |  |
| DETRAN       | 52 326   | 6,42          | -                      | -             | 52 326           | 4,95          |            |  |
| IPERGS       | 545 832  | 66,91         | 623                    | 0,26          | 546 455          | 51,69         |            |  |
| IRGA         | 17 960   | 2,20          | 46                     | 0,02          | 18 026           | 1,71          |            |  |
| SUPRG        | 31 524   | 3,87          | -                      | -             | 31 524           | 2,98          |            |  |
| <b>TOTAL</b> | <b>815 718</b>                                       | <b>100,00</b> | <b>241 383</b>         | <b>100,00</b> | <b>1 057 101</b> | <b>100,00</b> |            |  |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As Receitas oriundas de Transferências realizadas pelo Governo do Estado são analisadas à parte (item 3 1 5 deste Capítulo), em virtude do grau de dependência das Autarquias em relação a tais contribuições

Para o exercício de 1997, foi fixada uma Despesa Orçamentária de R\$ 912 472 mil, alterada, no decorrer do exercício, por meio dos Créditos Adicionais, para R\$ 1 247 921 mil, sofrendo, dessa forma, uma majoração de 36,76%

Do total da Despesa Autorizada (R\$ 1 247 921 mil), realizaram-se, efetivamente, R\$ 1 044 247 mil, ou seja, 83,68% O IPERGS foi responsável por 52,84% da Despesa Total que, somado ao registrado pelo DAER (36,14%), totalizou R\$ 929 152 mil, representando 88,98% da Despesa Orçamentaria Realizada

A seguir, apresenta-se a evolução da Despesa Orçamentária no período 1993/97, segundo as categorias econômicas

| CATEGORIA<br>ECONÔMICA | AUTARQUIAS - DESPESA ORÇAMENTÁRIA<br>PERÍODO 1993/1997 |        |         |        |         |        |           |        |           |        | Em R\$ mil* |
|------------------------|--|--------|---------|--------|---------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-------------|
|                        | 1993   |        | 1994    |        | 1995    |        | 1996      |        | 1997      |        |             |
|                        | VALOR  | %      | VALOR   | %      | VALOR   | %      | VALOR     | %      | VALOR     | %      |             |
| Despesas Correntes     | 500 903  | 77 41  | 566 395 | 69 19  | 617 277 | 81 57  | 838 196   | 79 38  | 760 342   | 72 81  |             |
| Despesas de Capital    | 146 142  | 22 59  | 252 186 | 30 81  | 139 470 | 18 43  | 217 765   | 20 62  | 283 905   | 27 19  |             |
| TOTAL                  | 647 045  | 100 00 | 818 581 | 100 00 | 756 747 | 100 00 | 1 055 961 | 100 00 | 1 044 247 | 100 00 |             |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FI/ (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Ao longo da serie examinada, constata-se que as Despesas Correntes e de Capital, em relação à Despesa Total, mantiveram uma relativa estabilidade, observando-se, em relação ao exercício anterior, um decréscimo das Despesas Correntes com consequente acréscimo das Despesas de Capital em 6,57%

Do total das Despesas de Capital das Autarquias, o DAER respondeu por 94,79% (R\$ 269 105 mil), sendo 88,25% deste montante por conta da rubrica "Prosseguimento e/ou Conclusão de Obras Publicas" (R\$ 237 493 mil)

Quanto as Despesas Correntes, de um total de R\$ 760 343 mil, 71,76% (R\$ 545 624 mil) pertencem ao IPERGS, sendo que, deste montante, R\$ 327 848 mil (60,08%) referem-se as Transferências Correntes, formadas, basicamente, por Transferências a Pensionistas no valor de R\$ 295 658 mil (90,18%)

AUTARQUIAS DESPESA ORÇAMENTÁRIA  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| AUTARQUIA    | DESPESAS       |               | DESPESAS       |               | DESPESA          |               |
|--------------|----------------|---------------|----------------|---------------|------------------|---------------|
|              | CORRENTES      | %             | DE CAPITAL     | %             | TOTAL            | %             |
| AGERGS       | 572            | 0,08          | 7              | 0,00          | 579              | 0,05          |
| DAER         | 108 281        | 14,24         | 269 105        | 94,79         | 377 386          | 36,14         |
| DEPRC        | 28 587         | 3,76          | 2 194          | 0,77          | 30 781           | 2,95          |
| DETRAN       | 35 508         | 4,67          | 12             | 0,01          | 35 520           | 3,40          |
| IPENSS       | 545 624        | 71,76         | 6 142          | 2,16          | 551 766          | 52,84         |
| IRGA         | 18 565         | 2,44          | 6 283          | 2,21          | 24 848           | 2,38          |
| SUPRG        | 23 205         | 3,05          | 162            | 0,06          | 23 367           | 2,24          |
| <b>TOTAL</b> | <b>760 342</b> | <b>100,00</b> | <b>283 905</b> | <b>100,00</b> | <b>1 044 247</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

### 3.1.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

A tabela a seguir evidencia o fluxo das operações de caráter financeiro realizadas pelas Autarquias no exercício de 1997

AUTARQUIAS CONSOLIDADO  
BALANÇOS FINANCEIROS  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| AUTARQUIA     | RECEITA          |                | DISPONIB<br>INICIAIS | TOTAL            | DESPESA          |                | DISPONIB<br>FINAIS |
|---------------|------------------|----------------|----------------------|------------------|------------------|----------------|--------------------|
|               | ORÇAMENTÁRIA     | EXTRA ORÇAM    |                      |                  | ORÇAMENTÁRIA     | EXTRA ORÇAM    |                    |
| AGERGS        | 607              | 135            |                      | 742              | 579              | 102            | 61                 |
| DAER          | 355 990          | 152 210        | 4 300                | 512 500          | 377 386          | 128 026        | 7 088              |
| DEPRC         | 52 173           | 15 924         | 527                  | 68 624           | 30 781           | 36 973         | 870                |
| DETRAN        | 52 326           | 44 244         |                      | 96 570           | 35 520           | 33 938         | 27 112             |
| IFE           | 546 465          | 306 353        | 2 818                | 855 626          | 551 766          | 287 367        | 16 493             |
| IRGA          | 18 026           | 8 713          | 1 029                | 27 768           | 24 848           | 2 242          | 678                |
| SUPRG         | 31 524           | 35 962         | 4 669                | 72 155           | 23 367           | 32 128         | 16 660             |
| <b>TOTAIS</b> | <b>1 057 101</b> | <b>563 541</b> | <b>13 343</b>        | <b>1 633 986</b> | <b>1 044 247</b> | <b>520 776</b> | <b>68 962</b>      |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Conjugando-se ao Superávit Orçamentário de R\$ 12 854 mil, ocorrido em 1997, os valores da Receita Extra-Orçamentária (R\$ 563 541 mil) e da Despesa Extra-Orçamentária (R\$ 520 776 mil), constata-se que a Receita Total superou a Despesa em R\$ 55 619 mil, aumentando as Disponibilidades Totais de R\$ 13 343 mil, em 31-12-96, para R\$ 68 962 mil, em 31-12-97

O Quadro I apresenta a evolução dos Balanços Financeiros nos últimos cinco anos

AUTARQUIAS CONSOLIDADO  
BALANÇO FINANCEIRO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO I Em R\$ mil\*

| GRUPO                         | 1993      |           | 1994           |           | 1995           |           | 1996           |           | 1997           |                |  |
|-------------------------------|-----------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|----------------|--|
|                               | VALOR     | VALOR     | VAR %<br>94/93 | VALOR     | VAR %<br>95/94 | VALOR     | VAR %<br>96/95 | VALOR     | VAR %<br>97/96 | VAR %<br>97/93 |  |
| Receita e Disponib. Intercats | 6 723 561 | 3 256 450 | 52             | 1 667 943 | 49             | 1 658 300 | 1              | 1 633 986 | 1              | 76             |  |
| Receita                       | 6 723 146 | 3 255 829 | 52             | 1 665 536 | -49            | 1 642 675 | 1              | 1 620 642 | 1              | 76             |  |
| Receita Orçamentária          | 612 231   | 681 988   | 11             | 759 253   | 11             | 965 917   | 27             | 1 057 101 | 9              | 73             |  |
| Receita Extra Orçamentária    | 6 110 916 | 2 573 841 | 58             | 906 283   | 65             | 676 758   | 25             | 563 541   | 17             | 91             |  |
| Disponibilidades Intercats    | 414       | 621       | 50             | 2 408     | 288            | 15 625    | 549            | 13 343    | 15             | 3123           |  |
| Despesas e Disponib. Financs  | 6 723 561 | 3 256 450 | 52             | 1 667 943 | 49             | 1 658 300 | 1              | 1 633 986 | 1              | 76             |  |
| Despesa                       | 6 707 989 | 3 252 419 | 52             | 1 650 584 | 49             | 1 643 900 | 0              | 1 585 023 | 5              | 77             |  |
| Despesa Orçamentária          | 647 047   | 818 581   | 27             | 756 748   | 8              | 1 055 961 | 40             | 1 044 247 | 1              | 61             |  |
| Despesa Extra Orçamentária    | 6 060 942 | 2 433 838 | 60             | 893 836   | 63             | 587 939   | 34             | 520 776   | 11             | 91             |  |
| Disponibilidades Financs      | 15 572    | 4 032     | 74             | 17 359    | 331            | 14 400    | 17             | 68 962    | 379            | 343            |  |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS  
\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

A Receita Orçamentária de 1997 apresentou um acréscimo de 9% em relação ao exercício anterior e um acréscimo de 73% em comparação a 1993, ano do início da série

A Despesa Orçamentária, por sua vez, registrou um decréscimo de 1% em relação a 1996 e, em comparação ao exercício de 1993, um acréscimo de 61%

As Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias das Autarquias, em 1997, estavam assim compostas

AUTARQUIAS RECEITAS E DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| AUTARQUIA | RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA |                     |         | DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA |                      |         |
|-----------|----------------------------|---------------------|---------|----------------------------|----------------------|---------|
|           | RECEBIMENTO DE CRÉDITOS    | FORMAÇÃO DE DÍVIDAS | TOTAL   | PAGAMENTO DE DÍVIDAS       | FORMAÇÃO DE CRÉDITOS | TOTAL   |
| AGERGS    |                            | 135                 | 135     | 102                        |                      | 102     |
| DAER      | 40 727                     | 111 483             | 152 210 | 87 473                     | 40 553               | 128 026 |
| DEPRC     | 6 070                      | 9 854               | 15 924  | 31 112                     | 5 861                | 36 973  |
| DETRAN    |                            | 44 244              | 44 244  | 33 938                     |                      | 33 938  |
| IPERGS    | 248 125                    | 58 228              | 306 353 | 23 811                     | 263 556              | 287 367 |
| IRGA      | 92                         | 8 621               | 8 713   | 2 159                      | 83                   | 2 242   |
| SUPRG     | 228                        | 35 734              | 35 962  | 30 078                     | 2 050                | 32 128  |
| TOTAL     | 295 242                    | 268 299             | 563 541 | 208 673                    | 312 103              | 520 776 |

Fonte: Balanços Financeiros das Autarquias  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Analisando-se o demonstrativo apresentado, constata-se que o recebimento e a formação de créditos foram os elementos mais expressivos na composição da Receita e Despesa Extra-Orçamentárias, respectivamente O IPERGS contribuiu com a maior parcela de Receitas (54,36%) e Despesas (55,18%).

### 3.1.3 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

O quadro a seguir demonstra a composição do Patrimônio Financeiro e Permanente das Autarquias, bem como o Saldo Patrimonial resultante

O Saldo Patrimonial Consolidado, em 1997, foi negativo em R\$ 1 465 778 mil O IPERGS, que apresentou negativos tanto o seu Saldo Patrimonial Financeiro como o Permanente, foi o principal responsável por esse resultado

| AUTARQUIAS CONSOLIDADO<br>BALANÇOS PATRIMONIAIS<br>EXERCÍCIO DE 1997 |            |            |           |            |            |           | Em R\$ mil        |
|--|------------|------------|-----------|------------|------------|-----------|-------------------|
| AUTARQUIA  | ATIVO      |            |           | PASSIVO    |            |           | SALDO PATRIMONIAL |
|  | FINANCEIRO | PERMANENTE | REAL      | FINANCEIRO | PERMANENTE | REAL      |                   |
| AGERGS   | 61         | 41         | 102       | 33         |            | 33        | 69                |
| DAER   | 9 598      | 301 096    | 310 694   | 88 204     |            | 88 204    | 222 490           |
| DEPRC  | 2 564      | 5 997      | 8 561     | 32 653     | 77 857     | 110 510   | 101 949           |
| DETRAN   | 27 112     | 49         | 27 161    | 10 306     |            | 10 306    | 16 855            |
| IPE  | 42 813     | 1 338 648  | 1 381 461 | 90 141     | 2 936 171  | 3 026 312 | 1 644 851         |
| IRGA   | 713        | 35 230     | 35 943    | 7 910      | 290        | 8 200     | 27 743            |
| SUPRG  | 20 946     | 4 755      | 25 701    | 11 836     |            | 11 836    | 13 865            |
| TOTAIS   | 103 807    | 1 685 816  | 1 789 623 | 241 083    | 3 014 318  | 3 255 401 | 1 465 778         |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias  
Cálculos: Centro de Informática TCE/RS

De um Ativo Permanente Consolidado de R\$ 1 685 816 mil, 79,41% (R\$ 1 338 648 mil) correspondem ao IPERGS, sendo que, deste montante, 31,69% (R\$ 424 227 mil) referem-se a Devedores por Financiamentos Habitacionais Concedidos, e 32,69% (R\$ 437 648 mil), à Dívida Ativa de Encargos Previdenciários

Quanto ao Passivo Permanente, de um total de R\$ 3 014.318 mil, 87,40% (R\$ 2 634 658 mil) correspondem às Reservas Atuariais do IPERGS, que detêm 97,40% do total consolidado no valor de R\$ 2 936 171 mil

Conforme demonstrado a seguir, a AGERGS, o DETRAN e a SUPRG apresentaram Saldo Patrimonial Financeiro positivo no exercício em exame Já o Saldo Patrimonial Permanente Consolidado e o Saldo Patrimonial Total resultaram negativos,

devido à expressividade do Saldo Patrimonial Permanente negativo e do Passivo Real a Descoberto apresentados pelo IPERGS nos valores de R\$ 1 597 523 mil e R\$ 1 644 851 mil, respectivamente

| AUTARQUIAS SALDO PATRIMONIAL<br>EXERCÍCIO DE 1997 |                                 |                                 |                            |
|---|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Em R\$ mil  |                                 |                                 |                            |
| AUTARQUIA   | SALDO PATRIMONIAL<br>FINANCEIRO | SALDO PATRIMONIAL<br>PERMANENTE | SALDO PATRIMONIAL<br>TOTAL |
| AGERGS  | 28                              | 41                              | 69                         |
| DAER  | 78 606                          | 301 096                         | 222 490                    |
| DEPRC   | 30 089                          | 71 860                          | -101 949                   |
| DETRAN  | 16 806                          | 49                              | 16 855                     |
| IPERGS  | -47 328                         | 1 597 523                       | -1 644 851                 |
| IRGA  | 7 197                           | 34 940                          | 27 743                     |
| SUPRG   | 9 110                           | 4 755                           | 13 865                     |
| <b>TOTAL</b>                                      | <b>137 276</b>                  | <b>-1 328 502</b>               | <b>1 465 778</b>           |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

O Quadro II apresenta a análise comparativa dos Balanços Patrimoniais dos últimos cinco exercícios

| AUTARQUIAS CONSOLIDADO<br>BALANÇO PATRIMONIAL<br>DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA<br>PERÍODO DE 1993/1997 |           |           |       |           |       |           |       |           |       |          |          |
|---|-----------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|----------|----------|
| Em R\$ mil*   |           |           |       |           |       |           |       |           |       |          |          |
| GRUPO   | 1993      |           | 1994  |           | 1995  |           | 1996  |           | 1997  |          |          |
|   | VALOR     | VAR<br>%  | VALOR | VAR<br>%  | VALOR | VAR<br>%  | VALOR | VAR<br>%  | VALOR | VAR<br>% | VAR<br>% |
|   | 94/93     | 95/94     | 96/95 | 97/96     | 97/93 |           |       |           |       |          |          |
| Ativo e Saldo Patrimonial   | 1 391 047 | 2 185 618 | 57    | 2 799 215 | 28    | 3 277 403 | 17    | 3 255 401 | 1     | 134      |          |
| Financeiro  | 18 591    | 20 236    | 9     | 47 913    | 137   | 33 673    | 30    | 103 807   | 208   | 458      |          |
| Permanente  | 833 258   | 1 143 164 | 37    | 1 336 453 | 17    | 1 518 028 | 14    | 1 685 816 | 11    | 102      |          |
| Passivo Real a Descoberto   | 539 198   | 1 022 218 | 90    | 1 414 850 | 38    | 1 725 702 | 22    | 1 465 778 | 15    | 172      |          |
| Passivo e Saldo Patrimonial   | 1 391 047 | 2 185 618 | 57    | 2 799 215 | 28    | 3 277 403 | 17    | 3 255 401 | 1     | 134      |          |
| Financeiro  | 30 486    | 113 006   | 271   | 126 282   | 12    | 195 034   | 54    | 241 083   | 24    | 691      |          |
| Permanente  | 1 360 560 | 2 072 611 | 52    | 2 672 933 | 29    | 3 082 369 | 15    | 3 014 318 | 2     | 122      |          |
| Ativo Real Líquido  |           |           |       |           |       |           |       |           |       |          |          |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

Em 1997, os valores inscritos no Ativo Permanente sofreram um acréscimo de 11% em relação a 1996 e de 102%, se comparados ao primeiro exercício da série. No Passivo Permanente, houve um decréscimo de 2% sobre o exercício anterior e um acréscimo de 122% em relação a 1993.

O Ativo Financeiro, por sua vez, cresceu 208% em relação a 1996. Já em relação ao primeiro ano da série, apresentou um acréscimo de 458%. No Passivo Financeiro, houve um crescimento de 24% sobre o exercício de 1996 e de 691% em relação a 1993.

**AUTARQUIAS - SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO**  
PERÍODO 1993/1997

| EXERCÍCIO | PATRIMÔNIO FINANCEIRO |                    | SALDO       |
|-----------|-----------------------|--------------------|-------------|
|           | ATIVO FINANCEIRO      | PASSIVO FINANCEIRO | PATRIMONIAL |
|           |                       |                    | FINANCEIRO  |
| 1993      | 18 591                | 30 488             | -11 897     |
| 1994      | 20 236                | 113 006            | 92 770      |
| 1995      | 47 913                | 126 282            | 78 369      |
| 1996      | 33 673                | 195 034            | -161 361    |
| 1997      | 103 807               | 241 083            | -137 276    |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias  
\* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Analisando-se o quadro acima, verifica-se que as Autarquias apresentaram uma Situação Líquida Financeira negativa nos cinco últimos exercícios, ocorrendo uma queda de 680% no exercício de 1994, em relação a 1993, com uma recuperação de 15% em 1995, em relação ao exercício anterior. No exercício de 1996, ocorreu uma queda de 106% em relação a 1995. Já em 1997, ocorreu uma recuperação de 15% em relação ao ano anterior.

**AUTARQUIAS - SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE**  
PERÍODO 1993/1997

| EXERCÍCIO | PATRIMÔNIO PERMANENTE |                    | SALDO       |
|-----------|-----------------------|--------------------|-------------|
|           | ATIVO PERMANENTE      | PASSIVO PERMANENTE | PATRIMONIAL |
|           |                       |                    | PERMANENTE  |
| 1993      | 833 258               | 1 360 560          | 527 302     |
| 1994      | 1 143 164             | 2 072 611          | 929 447     |
| 1995      | 1 336 453             | 2 672 933          | -1 336 480  |
| 1996      | 1 518 028             | 3 082 369          | -1 564 341  |
| 1997      | 1 685 816             | 3 014 318          | 1 328 502   |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias  
\* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Ao se analisar o Patrimônio Permanente das Autarquias, devem ser consideradas as diferenças existentes entre elas, uma vez que atuam em áreas distintas, sendo três na área de Infra-Estrutura (DAER, DEPRC e SUPRG), duas na área Social (DETRAN e IPERGS), uma na área Econômica (IRGA) e uma na área Administrativa (AGERGS)

Houve, em 1997, recuperação de R\$ 235 839 mil no Saldo Patrimonial Permanente negativo, equivalendo a 15% sobre o exercício anterior. Dessa recuperação, R\$ 221 731 mil referem-se ao IPERGS

A seguir, apresenta-se o Saldo Patrimonial Total registrado pelas Autarquias no período de 1993 a 1997

| AUTARQUIA  | AUTARQUIAS SALDO PATRIMONIAL TOTAL<br>PERÍODO 1993/1997 |           |           |           |           | Em R\$ mil* |
|------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|
|            | 1993  | 1994      | 1995      | 1996      | 1997      |             |
| AGERGS***  |   |           |           |           |           | 69          |
| DAE*       | 925   | 454       | 263       |           |           |             |
| DAER       | 100 996   | 64 170    | 169 552   | 188 357   | 222 490   |             |
| DEPRC      | 7 941   | 1 017     | 60 827    | 87 686    | 101 949   |             |
| DETRAN**** |   |           |           |           |           | 16 855      |
| IPERGS     | 637 280   | 1 128 752 | 1 557 821 | 1 864 412 | 1 644 851 |             |
| IRGA       | 4 102   | 41 801    | 33 983    | 32 401    | 27 743    |             |
| SUPRG**    |   |           |           | 5 638     | 13 865    |             |
| TOTAL      | 539 198   | 1 022 218 | 1 414 850 | 1 725 702 | 1 465 778 |             |

Fonte Balanços Patrimoniais das Autarquias

Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Dezembro)

\* Extinto em 1995 Lei Estadual nº 10 362 de 16 01 1995

\*\* Criada em 1996 Lei Estadual nº 10 722 de 18 01 1996

\*\*\* Criada em 1997 Lei Estadual nº 10 931 de 09 01 1997

\*\*\*\* Criado em 1997 Lei Estadual nº 10 847, de 20 08 1996

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O Saldo Patrimonial Total foi negativo em todos os exercícios da série em estudo, sendo que, em 1997, houve uma diminuição do saldo negativo em torno de 18%, em relação ao ano anterior

Em 1997, as únicas entidades a terem seus resultados negativos foram o DEPRC e o IPERGS, observando-se que o IPERGS apresentou resultados negativos em todos os exercícios da série, os quais foram responsáveis pelos saldos totais negativos verificados

No exercício em análise, houve redução do Passivo Real a Descoberto em R\$ 259 924 mil, sendo o IPERGS o principal responsável por essa redução (R\$ 219 561 mil)

### 3.1.4 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A partir dos valores apresentados na tabela seguinte, verifica-se que, em conjunto, as Autarquias apresentaram, em 1997, um Superávit Patrimonial de R\$ 139 809 mil

| AUTARQUIAS<br>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS<br>EXERCÍCIO DE 1997 |                                      |                     |                           |                         |           |                                      |                     |                           |                         | Em R\$ mil |
|--|--------------------------------------|---------------------|---------------------------|-------------------------|-----------|--------------------------------------|---------------------|---------------------------|-------------------------|------------|
| AUTARQUIA  | VARIAÇÕES ATIVAS                     |                     |                           | RESULTADOS PATRIMONIAIS | TOTAL     | VARIAÇÕES PASSIVAS                   |                     |                           | RESULTADOS PATRIMONIAIS |            |
|  | RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA |                     | INDEPEND DA EXEC ORÇAMENT | DÉFICIT VERIFICADO      |           | RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA |                     | INDEPEND DA EXEC ORÇAMENT | SUPERÁVIT VERIFICADO    |            |
|  | RECEITA ORÇAMENTÁRIA                 | MUTAÇÃO PATRIMONIAL |                           |                         |           | DESPESA ORÇAMENTÁRIA                 | MUTAÇÃO PATRIMONIAL |                           |                         |            |
| AGERGS   | 607                                  | 7                   | 34                        |                         | 648       | 579                                  |                     |                           | 69                      |            |
| DAER   | 365 990                              | 2 862               | 82 764                    |                         | 441 616   | 377 385                              | 10 975              | 6 012                     | 47 243                  |            |
| DEPRC  | 52 173                               | 2 670               | 11 286                    | 20 366                  | 86 494    | 30 781                               | 15 619              | 40 094                    |                         |            |
| DETRAN   | 52 326                               | 12                  | 37                        |                         | 52 375    | 35 520                               |                     |                           | 16 855                  |            |
| IPE  | 546 466                              | 6 142               | 3 338 085                 |                         | 3 890 682 | 551 766                              | 522 646             | 2 725 477                 | 89 794                  |            |
| IRGA   | 18 026                               | 5 259               | 5 800                     | 2 404                   | 31 489    | 24 848                               |                     | 6 641                     |                         |            |
| SUPFG  | 31 524                               | 153                 | 51 248                    |                         | 82 925    | 23 367                               | 29 670              | 21 270                    | 8 618                   |            |
| TOTALS   | 1 057 101                            | 17 105              | 3 489 253                 | 22 770                  | 4 586 229 | 1 044 247                            | 578 909             | 2 800 494                 | 162 579                 |            |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Resultado Patrimonial contabilizado pelas Autarquias é resumidamente demonstrado conforme segue

|   | Em R\$ mil     |
|---|----------------|
| <b>VARIAÇÕES ATIVAS</b>                                       |                |
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA  | 1 057 101      |
| ( ) Mutações Patrimoniais                                     | 578 909        |
| (=) Receita Orçamentária Efetiva                              | 478 192        |
| (+) Variações Ativas Independentes de Execução Orçamentária   | 3 489 253      |
|   | 3 967 445      |
| <b>VARIAÇÕES PASSIVAS</b>                                     |                |
| DESPESA ORÇAMENTÁRIA  | 1 044 247      |
| (-) Mutações Patrimoniais                                     | 17 105         |
|   | -----          |
| (=) Despesa Orçamentária Efetiva                              | 1 027 142      |
| (+) Variações Passivas Independentes de Execução Orçamentária | 2 800 494      |
|   | 3 827 636      |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>                                  | <b>139 809</b> |

O DEPRC e o IRGA foram as Autarquias que apresentaram déficits, sendo o DEPRC responsável por 89,44% desse resultado

O IPERGS registrou, a título de Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária, o valor de R\$ 3 338 085 mil, o que representou 95,67% do Total Consolidado, sendo este montante composto, na sua maior parte, por Reversão de Reservas Atuariais (R\$ 2 560 642 mil), representando 76,71% do total

Quanto às Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária, o IPERGS foi responsável por R\$ 2 726 477 mil, representando 97,35% do Total Consolidado. Deste montante, 96,63% referem-se à Constituição de Reservas Atuariais (R\$ 2 634 658 mil) inscritas no Passivo Permanente da Autarquia

As Variações Independentes da Execução Orçamentária foram, em 1997, a exemplo de exercícios anteriores, preponderantes na formação do Resultado Patrimonial

Cabe registrar que, ao examinar-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais das Autarquias, constatou-se que o Saldo Patrimonial de 1996, conjugado ao Superávit do Exercício em análise, reflete, de forma correta, o Saldo Patrimonial de 1997

O Quadro III traz essas variações consolidadas, desde 1993, a valores de 1997. Salienta-se o expressivo valor das Variações Ativas e Passivas Independentes da Execução Orçamentária no período 1993/97

AUTARQUIAS CONSOLIDADO  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil\*

| GRUPO                      | 1993      |          |       | 1994      |          |       | 1995      |          |       | 1996      |          |       | 1997      |          |       |          |       |
|----------------------------|-----------|----------|-------|-----------|----------|-------|-----------|----------|-------|-----------|----------|-------|-----------|----------|-------|----------|-------|
|                            | VALOR     | VAR<br>% | 94/93 | VALOR     | VAR<br>% | 94/93 | VALOR     | VAR<br>% | 95/94 | VALOR     | VAR<br>% | 96/95 | VALOR     | VAR<br>% | 97/96 | VAR<br>% | 97/93 |
| Variações Ativas           | 5 323 841 |          | 41    | 7 480 724 |          | 41    | 4 639 835 |          | 38    | 4 596 543 |          | 1     | 4 563 459 |          | 1     |          | 14    |
| Resultantes da Exec Orçam  | 620 243   |          | 12    | 692 399   |          | 12    | 760 783   |          | 13    | 981 866   |          | 26    | 1 074 296 |          | 3     |          | 73    |
| Receitas Correntes         | 482 017   |          | 8     | 522 566   |          | 8     | 625 979   |          | 20    | 784 830   |          | 25    | 815 718   |          | 4     |          | 69    |
| Receitas de Capital        | 130 213   |          | 22    | 169 422   |          | 22    | 133 274   |          | 16    | 181 086   |          | 36    | 241 383   |          | 33    |          | 85    |
| Mutações Patrimoniais      | 8 012     |          | 30    | 10 411    |          | 30    | 21 530    |          | 107   | 15 949    |          | 26    | 17 105    |          | 7     |          | 113   |
| Independ. da Exec Orçament | 3 103 171 |          | 72    | 5 334 120 |          | 72    | 3 324 230 |          | 38    | 3 181 513 |          | 4     | 3 489 253 |          | 10    |          | 12    |
| Déficit Patrimonial        | 1 600 427 |          | 9     | 1 454 205 |          | 9     | 534 822   |          | 63    | 433 165   |          | 19    |           |          |       |          |       |
| Variações Passivas         | 5 323 841 |          | 41    | 7 480 724 |          | 41    | 4 639 835 |          | 38    | 4 596 543 |          | 1     | 4 563 459 |          | 1     |          | 14    |
| Resultantes da Exec Orçam  | 928 253   |          | 28    | 1 183 983 |          | 28    | 1 266 803 |          | 7     | 1 673 586 |          | 32    | 1 623 156 |          | 3     |          | 75    |
| Despesas Correntes         | 500 904   |          | 13    | 566 395   |          | 13    | 617 277   |          | 9     | 838 196   |          | 36    | 760 342   |          | 9     |          | 52    |
| Despesas de Capital        | 146 143   |          | 73    | 252 186   |          | 73    | 139 471   |          | 45    | 217 764   |          | 56    | 283 905   |          | 30    |          | 94    |
| Mutações Patrimoniais      | 281 206   |          | 30    | 365 402   |          | 30    | 510 055   |          | 40    | 617 625   |          | 21    | 578 909   |          | 6     |          | 106   |
| Independ. da Exec Orçament | 4 395 589 |          | 43    | 6 296 741 |          | 43    | 3 373 032 |          | 46    | 2 922 958 |          | 13    | 2 800 494 |          | -4    |          | 36    |
| Superávit Patrimonial      |           |          |       |           |          |       |           |          |       |           |          |       | 139 809   |          |       |          |       |

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflationados pelo IGP/DI (médio) FGV

As Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária que, em 1997, somaram R\$ 3 489.253 mil, apresentaram um acréscimo de 10% em relação a 1996, correspondendo a 76,46% das Variações Ativas Totais (Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária)

Quanto às Variações Independentes da Execução Orçamentária, no exercício em exame, totalizaram R\$ 2 800 494 mil, equivalendo a 61,37% das Variações Passivas Totais (Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária), demonstrando uma queda de 4% em relação a 1996

As Mutações Patrimoniais da Despesa, que registram os acréscimos do Patrimônio Permanente das Autarquias, comparadas ao exercício de 1993, sofreram um acréscimo de 113% Já as Mutações Patrimoniais da Receita, que identificam as reduções no mesmo Patrimônio, apresentaram um acréscimo de 106% em comparação a 1993 Em relação a 1996, as Mutações Patrimoniais da Despesa tiveram um acréscimo de 7%, e as Mutações Patrimoniais da Receita, um decréscimo de 6%

### 3.1.5 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O total empenhado pelo Governo do Estado, em 1997, em favor das Autarquias, conforme Balanço Geral, foi de R\$ 536.393 mil, dos quais foram efetivamente transferidos R\$ 440.887 mil, ou seja, 82,19%, conforme se demonstra

| AUTARQUIAS<br>CONTRIBUIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO<br>PERÍODO 1993/1997 |         |         |         |         |         | Em R\$ mil* |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|-------------|
| VALOR   | 1993    | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    |             |
| Empenhados pelo Estado  | 336 500 | 441 384 | 352 877 | 417 850 | 536 393 |             |
| Efetivamente Transferidos   | 277 602 | 329 508 | 333 364 | 344 045 | 440 887 |             |
| Percentual do Repasse (%)   | 82,50   | 74,65   | 94,47   | 82,34   | 82,19   |             |

Fonte: Balanços Gerais do Estado e Sistema AFE CAGE

\* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A seguir, demonstra-se a participação de cada Autarquia no total empenhado e efetivamente repassado pelo Governo do Estado em 1997

| AUTARQUIAS PARTICIPAÇÃO NOS REPASSES DO ESTADO<br>EXERCÍCIO DE 1997 |                                  |                                 |                                      |   |   | Em R\$ mil |
|---|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---|---|------------|
| AUTARQUIA   | EMPENHADO<br>PELO ESTADO<br>1997 | PAGO À AUTARQUIA<br>1997<br>(1) | % EM RELAÇÃO<br>AO EMPENHADO<br>1997 | PAGO À AUTARQUIA<br>REF RESTOS A PAGAR<br>(2) | TOTAL PAGO À<br>AUTARQUIA<br>1997 (1+2) |            |
| AGERGS  | 641                              | 530                             | 82 68                                |   | 530                                     |            |
| DAER  | 383 266                          | 319 055                         | 83 25                                | 9 932   | 328 967                                 |            |
| DEPRC   | 24 357                           | 21 368                          | 87 73                                | 10 097  | 31 465                                  |            |
| DETRAN  |                                  |                                 |                                      |   |   |            |
| IPERGS  | 128 129                          | 99 934                          | 77 99                                | 19 418  | 119 352                                 |            |
| IRGA  |                                  |                                 |                                      | 530   | 530                                     |            |
| SUPRG   |                                  |                                 |                                      |   |   |            |
| TOTAL   | 536 393                          | 440 887                         | 82 19                                | 39 977  | 480 864                                 |            |

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE CAGE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Como se constata, o DAER foi a Autarquia com a maior participação nas Contribuições e Transferências empenhadas pelo Estado (71,45%), recebendo, efetivamente, 83,25% do total empenhado a seu favor, ficando a AGERGS com 0,12% (R\$ 641 mil), ou seja, a menor participação em relação ao total empenhado

As Transferências empenhadas por parte do Governo do Estado destinaram-se a cobertura de Despesas com Pessoal, Investimentos e outras Despesas Correntes realizadas pelas Autarquias, conforme se demonstra

| AUTARQUIAS - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE<br>EXERCÍCIO DE 1997 |                         |               |                              | VALOR EMPENHADO |
|--|-------------------------|---------------|------------------------------|-----------------|
| AUTARQUIA  | DESPESAS<br>COM PESSOAL | INVESTIMENTOS | OUTRAS DESPESAS<br>CORRENTES | TOTAL           |
| AGERGS   | 546                     | 31            | 64                           | 641             |
| DAER   | 83 075                  | 266 671       | 33 520                       | 383 266         |
| DEPRC  | 20 857                  | 3 500         |                              | 24 357          |
| DETRAN   |                         |               |                              |                 |
| IPERGS   |                         |               | 128 129                      | 128 129         |
| IRGA   |                         |               |                              |                 |
| SUPRG  |                         |               |                              |                 |
| TOTAL  | 104 478                 | 270 202       | 161 713                      | 536 393         |
| %  | 19 48                   | 50 37         | 30,15                        | 100             |

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE CAGE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Do total empenhado em favor das Autarquias, 50,37% referem-se às Transferências de Capital para a realização de Investimentos, sendo que 98,69% deste montante foi empenhado em favor do DAER, o qual ficou com a maior participação, também, para Despesas com Pessoal (79,51%)

De igual forma, verificam-se contribuições à Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e à Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre que, juntas, somam R\$ 5 070 mil para Despesas com Pessoal, R\$ 625 mil para Outras Despesas Correntes e R\$ 768 mil para Investimentos. As referidas entidades serão analisadas em conjunto com as demais Fundações

A seguir, apresentam-se os percentuais de repasse do Estado às Autarquias segundo a finalidade no período de 1993 a 1997

| AUTARQUIAS - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE<br>PERÍODO 1993/1997 |               |               |               |               |               |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| FINALIDADE   | Em %          |               |               |               |               |
|  | 1993          | 1994          | 1995          | 1996          | 1997          |
| Desp com Pessoal   | 25,33         | 20,06         | 26,08         | 30,22         | 19,48         |
| Investimentos  | 37,82         | 49,21         | 35,62         | 37,26         | 50,37         |
| Outras Desp Correntes  | 36,85         | 30,73         | 38,30         | 32,52         | 30,15         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanços Gerais do Estado - 1993/97  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Quadro a seguir demonstra o percentual de participação do Estado na Receita das Autarquias

| AUTARQUIAS - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA<br>EXERCÍCIO DE 1997 |                      |                    |              |   |
|---|----------------------|--------------------|--------------|---|
| AUTARQUIA   | RECEITA ORÇAMENTÁRIA | RECEBIDO DO ESTADO | Em R\$ mil   |   |
|   |                      |                    | ESTADO       | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL<br>PRÓPRIA E OUTROS |
| AGERGS  | 607                  | 529                | 87,15        | 12,85                                       |
| DAER  | 355 990              | 328 987            | 92,41        | 7,59  |
| DEPRC   | 52 173               | 31 466             | 60,31        | 39,69                                       |
| DETRAN  | 52 326               |                    |              | 100,00                                      |
| IPERGS  | 546 455              | 119 352            | 21,84        | 78,16                                       |
| IRGA  | 18 026               | 530                | 2,94         | 97,06                                       |
| SUPRG   | 31,524               |                    | -            | 100,00                                      |
| <b>TOTAL</b>  | <b>1 057 101</b>     | <b>480 864</b>     | <b>45,49</b> | <b>54,51</b>                                |

Fonte: Balanços das Autarquias  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Os valores repassados às Autarquias, a título de Contribuições e Transferências, por parte do Tesouro do Estado, constituíram, no exercício de 1997, 45,49% da Receita Orçamentária daquelas Entidades

O DAER, a AGERGS e o DEPRC revelaram uma acentuada dependência dos recursos repassados pelo Estado, com percentuais em torno de 92,41%, 87,15% e 60,31%, respectivamente

O DETRAN, constituído em 1997, não recebeu nenhuma contribuição do Tesouro do Estado, obtendo a maioria dos recursos (99,61%) através de Taxas pela Prestação de Serviços

A SUPRG também não recebeu nenhuma contribuição do Tesouro do Estado, obtendo a maioria dos recursos (78,57%) através de Serviços Portuarios

O percentual de participação do Estado na Receita do IPERGS e do IRGA ficou em torno de 21,84% e 2,94%, respectivamente

A seguir, demonstra-se o grau de dependência das Autarquias, em relação às Transferências do Estado, ao longo do período 1993/97

| AUTARQUIAS |       | GRAU DE DEPENDÊNCIA |       |       |       |  |
|------------|-------|---------------------|-------|-------|-------|--|
|            |       | PERÍODO 1993/1997   |       |       |       |  |
|            |       | Em %                |       |       |       |  |
| AUTARQUIA  | 1993  | 1994                | 1995  | 1996  | 1997  |  |
| AGERGS     |       |                     |       |       | 87,15 |  |
| DAER       | 96,39 | 96,85               | 90,57 | 92,27 | 92,41 |  |
| DEPRC      | 8,48  | 4,30                | 29,05 | 36,43 | 60,31 |  |
| DETRAN     |       |                     |       |       |       |  |
| IPERGS     | 17,39 | 20,59               | 22,76 | 17,75 | 21,84 |  |
| IRGA       |       |                     |       |       | 2,94  |  |
| SUPRG      |       |                     |       |       |       |  |
| TOTAL      | 45,34 | 48,32               | 43,91 | 41,80 | 45,49 |  |

Fonte: Balanços das Autarquias  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O DEPRC, em 1997, registrou um aumento da necessidade de participação do Estado para sua manutenção, saltando, de 36,43% para 60,31%, a sua dependência estatal



## *Fundações*



### 3.2 - FUNDAÇÕES

A Análise Econômica e Financeira realizada neste item tem como base os Balanços das Fundações, que integram as Contas do Governo do Estado

Arrolam-se, a seguir, as 17 (dezesete) Fundações mantidas pelo Estado para desenvolver atividades de interesse público, identificadas com a respectiva Secretaria de Governo a que se vinculam

| Nº | FUNDAÇÃO   | SIGLA     | SECRETARIA |
|----|--|-----------|------------|
| 01 | FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | FAPERGS   | SCT        |
| 02 | FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AO SUPERDOTADO DO RS | FADERS    | SE         |
| 03 | FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA                             | CIENTEC   | SCT        |
| 04 | FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED E HEUSER        | FEE       | SCP        |
| 05 | FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA     | FETLSVC   | SE         |
| 06 | FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA                   | FEPAGRO   | SCT        |
| 07 | FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAUDE            | FEPDS     | SSMA       |
| 08 | FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE L ROESSLER  | FEPAM     | SSMA       |
| 09 | FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR                      | FEBEM     | STCAS      |
| 10 | FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL                    | FGTAS     | STCAS      |
| 11 | FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE             | FIGTF     | SC         |
| 12 | FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL            | METROPLAN | SCP        |
| 13 | FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE                 | FOSPA     | SC         |
| 14 | FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS          | FDRH      | SARH       |
| 15 | FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO                 | FCP RT    | SC         |
| 16 | FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO                                    | FTSP      | SC         |
| 17 | FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL                    | FZB       | SAA        |

#### 3.2.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

Os Orçamentos Consolidados das Fundações apresentaram, para o exercício financeiro de 1997, uma previsão de Receita de R\$ 230 655 mil (Lei Estadual nº 10 891, de 19-10-1996), dos quais foram arrecadados R\$ 220 317 mil, representando um decréscimo de 4,48% em relação a previsão inicial, conforme se verifica na tabela a seguir

FUNDAÇÕES ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| FUNDAÇÃO  | RECEITA |           |           | DESPESA |                     |            |           |           | RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
|-----------|---------|-----------|-----------|---------|---------------------|------------|-----------|-----------|------------------------------------|
|           | ORÇADA  | REALIZADA | DIFERENÇA | FIXADA  | CRÉDITOS ADICIONAIS | AUTORIZADA | REALIZADA | DIFERENÇA |                                    |
| FAPERGS   | 54 379  | 19 623    | 34 756    | 54 379  | 10 000              | 64 379     | 18 128    | 46 251    | 1 495                              |
| FADERGS   | 2 830   | 2 957     | 127       | 2 830   | 496                 | 3 326      | 3 119     | 207       | 162                                |
| CIENITEC  | 11 704  | 13 030    | 1 326     | 11 704  | 2 412               | 14 116     | 10 976    | 3 140     | 2 054                              |
| FEE       | 16 549  | 14 075    | 2 474     | 16 549  | 2 624               | 19 173     | 17 719    | 1 454     | 3 644                              |
| FETLSVC   | 8 646   | 8 341     | 304       | 8 646   | 1 523               | 10 168     | 8 238     | 1 930     | 103                                |
| FEPAGRO   | 1 600   | 1 977     | 377       | 1 600   | 975                 | 2 575      | 1 992     | 583       | 15                                 |
| FEPPS     | 6 679   | 5 516     | 1 163     | 6 679   | 7 689               | 14 368     | 3 626     | 10 742    | 1 890                              |
| FEPAM     | 6 252   | 10 546    | 4 293     | 6 252   | 7 119               | 13 371     | 10 161    | 3 210     | 384                                |
| FEBEM     | 50 513  | 49 820    | 693       | 50 513  | 5 029               | 55 542     | 47 092    | 8 450     | 2 728                              |
| FGTAS     | 20 837  | 53 018    | 32 181    | 20 837  | 16 621              | 37 458     | 34 496    | 2 962     | 18 522                             |
| FIGTF     | 1 759   | 1 108     | 651       | 1 759   | 109                 | 1 868      | 1 394     | 474       | 286                                |
| METROPLAN | 26 427  | 12 946    | 13 481    | 26 427  | 9 962               | 36 389     | 18 532    | 17 857    | 5 586                              |
| FOSPA     | 4 852   | 5 377     | 525       | 4 852   | 1 182               | 6 034      | 5 221     | 813       | 156                                |
| FDRH      | 4 219   | 5 392     | 1 173     | 4 219   | 2 723               | 6 942      | 6 417     | 525       | 1 025                              |
| FOP RT    | 7 317   | 8 583     | 1 266     | 7 317   | 1 007               | 8 324      | 7 524     | 800       | 1 059                              |
| FTSP      | 713     | 781       | 68        | 713     | 136                 | 849        | 779       | 70        | 2                                  |
| FZB       | 5 380   | 7 228     | 1 848     | 5 380   | 6 615               | 11 995     | 8 371     | 3 624     | 1 143                              |
| TOTAL     | 230 655 | 220 317   | 10 338    | 230 655 | 76 222              | 306 877    | 203 785   | 103 092   | 16 532                             |

Fonte: Orçamentos e Balanços Orçamentários das Fundações  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Do total da Receita Realizada, 46,68% foram através da FGTAS e FEBEM, que, juntas, registraram uma arrecadação de R\$ 102.838 mil

No tocante à Despesa, as dotações totais das Fundações, inicialmente fixadas em R\$ 230 655 mil, foram alteradas no decorrer do exercício em 33,04%, mediante a abertura dos créditos adicionais, que somaram R\$ 76.222 mil. Do total da Despesa Autorizada, foram realizados 66,41%

A FGTAS e a FEBEM tiveram, também, na realização da Despesa, uma participação majoritária de R\$ 81 588 mil, respondendo, juntas, por 40,03% da Despesa Orçamentária empenhada no exercício

A seguir, demonstra-se a evolução dos resultados orçamentários consolidados no período 1993/97.

| FUNDAÇÕES              | RESULTADO ORÇAMENTÁRIO |         |         |         |         |
|------------------------|------------------------|---------|---------|---------|---------|
|                        | PERÍODO 1993/97        |         |         |         |         |
|                        | Em R\$ mil*            |         |         |         |         |
| RECEITA/DESPESA        | 1993                   | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    |
| Receita Arrecadada     | 165 068                | 203 099 | 186 546 | 236 516 | 220 317 |
| Despesa Realizada      | 194 175                | 235 157 | 188 316 | 282 424 | 203 785 |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | 29 107                 | 32 058  | 1 770   | 45 908  | 16 532  |

Fonte: Balanços Orçamentários das Fundações

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O Resultado Orçamentário apresentou-se negativo no período 1993/96, sendo o maior déficit constatado, em 1996, no montante de R\$ 45 908 mil. Em 1997, o Resultado Orçamentário apresentou-se positivo no valor de R\$ 16 532 mil.

Individualmente, 59% das Fundações apresentaram Superávit Orçamentário, onde o maior resultado foi obtido pela FGTAS, no valor de R\$ 18 522 mil. Já o maior déficit, foi o da METROPLAN no valor de R\$ 5 586 mil.

As Receitas Correntes representaram, no exercício em exame, 93,87% das Receitas Totais, ficando as Receitas de Capital com uma participação de 6,13%, conforme se demonstra.

| FUNDAÇÃO  | RECEITAS CORRENTES |        | RECEITAS DE CAPITAL |        | RECEITA TOTAL |        |
|-----------|--------------------|--------|---------------------|--------|---------------|--------|
|           | RECEITAS           | %      | RECEITAS            | %      | RECEITA       | %      |
|           | EXERCÍCIO DE 1997  |        |                     |        |               |        |
|           | Em R\$ mil         |        |                     |        |               |        |
| FAPERGS   | 19 623             | 9,49   |                     |        | 19 623        | 8,91   |
| FADERS    | 2 869              | 1,39   | 88                  | 0,65   | 2 957         | 1,34   |
| CIENTEC   | 12 451             | 6,02   | 579                 | 4,29   | 13 030        | 5,91   |
| FEE       | 14 075             | 6,81   |                     |        | 14 075        | 6,39   |
| PETLSVC   | 8 321              | 4,02   | 20                  | 0,15   | 8 341         | 3,79   |
| PEPAGRO   | 1 700              | 0,82   | 277                 | 2,05   | 1 977         | 0,90   |
| PEPPS     | 5 366              | 2,59   | 150                 | 1,11   | 5 516         | 2,50   |
| FEFAM     | 10 545             | 5,10   |                     |        | 10 545        | 4,79   |
| FEDEM     | 44 220             | 21,38  | 5 600               | 41,49  | 49 820        | 22,61  |
| FGTAS     | 53 018             | 25,63  |                     |        | 53 018        | 24,06  |
| FIGTF     | 956                | 0,46   | 152                 | 1,13   | 1 108         | 0,50   |
| METROPLAN | 8 505              | 4,11   | 4 441               | 32,91  | 12 946        | 5,88   |
| FOSPA     | 5 042              | 2,44   | 335                 | 2,48   | 5 377         | 2,44   |
| FDRH      | 5 392              | 2,61   |                     |        | 5 392         | 2,45   |
| FCP RT    | 7 841              | 3,79   | 742                 | 5,50   | 8 583         | 3,90   |
| FTSP      | 779                | 0,38   | 2                   | 0,02   | 781           | 0,35   |
| FZB       | 6 118              | 2,96   | 1 110               | 8,22   | 7 228         | 3,28   |
| TOTAL     | 206 821            | 100,00 | 13 496              | 100,00 | 220 317       | 100,00 |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Do montante arrecadado como Receitas Correntes (R\$ 206 821 mil), a FGTAS e a FEBEM foram responsáveis por R\$ 53 018 mil (25,63%) e R\$ 44 220 mil (21,38%), respectivamente

Quanto às Receitas de Capital, 74,40% do total foram arrecadados pela FEBEM (41,49%) e pela METROPLAN (32,91%), nos valores de R\$ 5 600 mil e R\$ 4 441 mil, respectivamente

No tocante à Despesa, como se demonstra no quadro a seguir, observa-se que, do seu total (R\$ 203 785 mil), 89,51% (R\$ 182 411 mil) foram Despesas Correntes e 10,49% (R\$ 21 374 mil) foram Despesas de Capital

Na composição das Despesas Correntes (R\$ 182 411 mil), destacaram-se a FEBEM, com 23,68% (R\$ 43 189 mil) e a FGTAS, com 18,81% (R\$ 34 306 mil)

Em relação às Despesas de Capital (R\$ 21 374 mil), predominaram aquelas realizadas pela METROPLAN, 52,67% (R\$ 11 258 mil) e pela FEBEM, 18,26% (R\$ 3 903 mil)

FUNDAÇÕES DESPESA ORÇAMENTÁRIA  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| FUNDAÇÃO  | DESPESAS<br>CORRENTES | %      | DESPESAS<br>DE CAPITAL | %      | DESPESA<br>TOTAL | %      |
|-----------|-----------------------|--------|------------------------|--------|------------------|--------|
| FAPERGS   | 18 106                | 9,93   | 22                     | 0,10   | 18 128           | 8,90   |
| FADERGS   | 3 021                 | 1,66   | 98                     | 0,46   | 3 119            | 1,53   |
| CIENTEC   | 10 468                | 5,73   | 518                    | 2,42   | 10 976           | 5,39   |
| FEE       | 17 668                | 9,68   | 61                     | 0,29   | 17 719           | 8,69   |
| FETLSVC   | 8 217                 | 4,50   | 21                     | 0,10   | 8 238            | 4,04   |
| FEPAGRO   | 1 617                 | 0,89   | 375                    | 1,76   | 1 992            | 0,98   |
| FEPPS     | 3 301                 | 1,81   | 325                    | 1,52   | 3 626            | 1,78   |
| FEPAM     | 9 904                 | 5,43   | 257                    | 1,20   | 10 161           | 4,99   |
| FEBEM     | 43 189                | 23,68  | 3 903                  | 18,26  | 47 092           | 23,11  |
| FGTAS     | 34 306                | 18,81  | 190                    | 0,89   | 34 496           | 16,93  |
| FIGITF    | 977                   | 0,53   | 417                    | 1,95   | 1 394            | 0,68   |
| METROPLAN | 7 274                 | 3,99   | 11 258                 | 52,67  | 18 532           | 9,09   |
| FOSPA     | 4 926                 | 2,70   | 295                    | 1,38   | 5 221            | 2,56   |
| FORH      | 5 854                 | 3,21   | 563                    | 2,63   | 6 417            | 3,15   |
| FCP RT    | 6 946                 | 3,81   | 578                    | 2,70   | 7 524            | 3,69   |
| FTSP      | 775                   | 0,42   | 4                      | 0,02   | 779              | 0,38   |
| FZB       | 5 882                 | 3,22   | 2 489                  | 11,66  | 8 371            | 4,11   |
| TOTAL     | 182 411               | 100,00 | 21 374                 | 100,00 | 203 785          | 100,00 |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

### 3.2.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

Demonstram-se, na tabela que segue, as operações de caráter financeiro realizadas pelas Fundações no exercício de 1997

| FUNDAÇÕES CONSOLIDADO<br>BALANÇOS FINANCEIROS<br>EXERCÍCIO DE 1997 |              |             |                      |         |              |             |                    | Em R\$ mil |
|--|--------------|-------------|----------------------|---------|--------------|-------------|--------------------|------------|
| FUNDAÇÃO   | RECEITA      |             | DISPONIB<br>INICIAIS | TOTAL   | DESPESA      |             | DISPONIB<br>FINAIS |            |
|  | ORÇAMENTÁRIA | EXTRA ORÇAM |                      |         | ORÇAMENTÁRIA | EXTRA ORÇAM |                    |            |
| CIENTEC  | 13 030       | 2 048       | 1 027                | 16 105  | 10 976       | 2 455       | 2 674              |            |
| FADERS   | 2 957        | 898         | 88                   | 3 943   | 3 119        | 591         | 233                |            |
| FAPERGS  | 19 623       | 4 101       | 3 257                | 26 981  | 18 128       | 2 864       | 5 989              |            |
| FCP RT   | 8 583        | 3 033       | 563                  | 12 179  | 7 524        | 4 077       | 578                |            |
| FDRH   | 5 392        | 19 963      | 1 697                | 27 052  | 6 417        | 19 821      | 814                |            |
| FEBEM  | 49 820       | 44 792      | 568                  | 95 180  | 47 092       | 46 752      | 1 336              |            |
| FEE  | 14 075       | 6 939       | 300                  | 21 314  | 17 719       | 2 484       | 1 111              |            |
| FEPAGRO  | 1 977        | 994         | 18                   | 2 989   | 1 992        | 911         | 86                 |            |
| FEPAM  | 10 545       | 2 344       | 781                  | 13 670  | 10 161       | 1 545       | 1 964              |            |
| FEPPS  | 5 516        | 1 309       | 1 304                | 8 129   | 3 626        | 1 188       | 3 315              |            |
| FETLSVC  | 8 341        | 2 209       | 303                  | 10 853  | 8 238        | 2 389       | 226                |            |
| FGTAS  | 53 018       | 14 657      | 19 772               | 87 447  | 34 496       | 51 451      | 1 500              |            |
| FIGTF  | 1 108        | 618         | 5                    | 1 731   | 1 394        | 245         | 92                 |            |
| FOSPA  | 5 377        | 1 373       | 13                   | 6 763   | 5 221        | 953         | 589                |            |
| FTSP   | 781          | 1 259       | 86                   | 2 136   | 779          | 1 263       | 94                 |            |
| FZB  | 7 228        | 2 816       | 561                  | 10 605  | 8 371        | 1 854       | 380                |            |
| METROPLAN  | 12 946       | 12 334      | 108                  | 25 388  | 18 532       | 6 195       | 661                |            |
| TOTAIS   | 220 317      | 121 697     | 30 451               | 372 465 | 203 785      | 147 038     | 21 642             |            |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que a CIENTEC, FCP-RT, FEBEM, FETLSVC e FGTAS, juntas, apresentaram um Resultado Extra-Orçamentário negativo de R\$ 40 385 mil, enquanto que as demais Fundações apresentaram, em conjunto, um Resultado Extra-Orçamentário positivo de R\$ 15 044 mil. No Total Consolidado, constata-se um Déficit Extra-Orçamentário de R\$ 25 341 mil.

No Total Consolidado, o Superávit Orçamentário de R\$ 16 532 mil foi conjugado com um Déficit Extra-Orçamentário de R\$ 25 341 mil, formando um Resultado Total Negativo de R\$ 8 809 mil, que, somado as Disponibilidades Iniciais de R\$ 30 451 mil, resultou em R\$ 21 642 mil de Disponibilidades Finais.

A Receita e Despesa Orçamentárias, agregadas aos valores Extra-Orçamentários, provocaram, no exercício de 1997, a seguinte modificação nas Disponibilidades Totais das Fundações:

|                                |         |            |
|--------------------------------|---------|------------|
|                                |         | Em R\$ mil |
| Disponibilidades Iniciais      |         | 30 451     |
| (+) Receita Orçamentária       | 220 317 |            |
| (+) Receita Extra Orçamentária | 121.697 | 342 014    |
|                                | ---     |            |
| (-) Despesa Orçamentária       | 203 785 |            |
| (-) Despesa Extra-Orçamentária | 147 038 | 350 823    |
|                                | ---     |            |
| Disponibilidades Finais        |         | 21 642     |

O Quadro I apresenta a evolução desses valores nos últimos cinco anos

| QUADRO I                    | FUNDAÇÕES CONSOLIDADO<br>BALANÇO FINANCEIRO<br>DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA<br>PERÍODO DE 1993/1997 |       |                |       |                |       |                |       |                |       | Em R\$ mil** |                |
|-----------------------------|---|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|--------------|----------------|
|                             | GRUPO   | 1993  |                | 1994  |                | 1995  |                | 1996  |                | 1997  |              |                |
|                             |   | VALOR | VAR %<br>94/93 | VALOR | VAR %<br>94/93 | VALOR | VAR %<br>95/94 | VALOR | VAR %<br>96/95 | VALOR |              | VAR %<br>97/96 |
| Receita e Disponib Iniciais | 251 126   |       | 305 130        | 22    | 291 646        | 4     | 432 241        | 48    | 372 465        | 14    | 48           |                |
| Receita                     | 250 758   |       | 304 662        | 21    | 287 123        | -6    | 420 917        | 47    | 342 014        | 19    | 36           |                |
| Receita Orçamentária        | 165 069   |       | 204 138        | 24    | 186 546        | 9     | 236 517        | 27    | 220 317        | 7     | 33           |                |
| Receita Extra-orçamentária  | 85 690  |       | 100 524        | 17    | 100 578        | 0     | 184 400        | 83    | 121 697        | 34    | 42           |                |
| Disponibilidades Iniciais   | 367   |       | 468            | 28    | 4 523          | 866   | 11 325         | 150   | 30 451         | 169   | 8197         |                |
| Despesas e Disponib Finais  | 251 126   |       | 305 130        | 22    | 291 646        | -4    | 432 241        | 48    | 372 465        | 14    | 48           |                |
| Despesa                     | 239 382   |       | 297 555        | 24    | 279 065        | 6     | 399 382        | 43    | 350 823        | 12    | 47           |                |
| Despesa Orçamentária        | 194 176   |       | 236 045        | 22    | 188 315        | 20    | 282 425        | 50    | 203 785        | 28    | 5            |                |
| Despesa Extra orçamentária  | 45 206  |       | 61 511         | 36    | 90 751         | 48    | 116 958        | 29    | 147 038        | 26    | 225          |                |
| Disponibilidades Finais     | 11 744  |       | 7 575          | 35    | 12 581         | 66    | 32 859         | 161   | 21 642         | 34    | 84           |                |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

Ao longo da série examinada, verifica-se que as Receitas e Despesas Totais (Orçamentárias e Extra-Orçamentárias) apresentaram um comportamento decrescente nos exercícios de 1995 e 1997. No exercício de 1997, em relação a 1996, as Receitas e Despesas Totais obtiveram um decréscimo de 19% e 12%, respectivamente.

A evolução dos valores registrados no ano de 1997, comparados ao início da série (1993), demonstra que os aumentos verificados nas Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias (42% e 225%, respectivamente) foram mais significativos do que aqueles obtidos pelas Receitas e Despesas Orçamentárias (33% e 5%, respectivamente).

As Disponibilidades Finais, em 1997, apresentaram um decréscimo de 34% em relação ao exercício anterior e um acréscimo de 84% em relação ao primeiro ano da série. Quanto às Disponibilidades Iniciais, elevaram-se em 169% em 1997, representando um acréscimo de 8 197%, comparado ao valor inicial registrado em 1993.

| FUNDAÇÕES          | COMPOSIÇÃO DA RECEITA E DESPESA TOTAL |        |        |        |        | Em % |
|--------------------|---------------------------------------|--------|--------|--------|--------|------|
|                    | PERÍODO 1993/97                       |        |        |        |        |      |
| GRUPO              | 1993                                  | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   |      |
| RECEITA            | 100,00                                | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |      |
| Orçamentária       | 65,83                                 | 66,90  | 64,97  | 56,19  | 64,42  |      |
| Extra Orçamentária | 34,17                                 | 33,10  | 35,03  | 43,81  | 35,58  |      |
| DESPESA            | 100,00                                | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |      |
| Orçamentária       | 81,12                                 | 79,27  | 67,48  | 70,72  | 58,09  |      |
| Extra Orçamentária | 18,88                                 | 20,73  | 32,52  | 29,28  | 41,91  |      |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Como demonstrado no quadro acima, temos que os recebimentos extra-orçamentários diminuíram, em 1997, a sua participação na formação da Receita Total, atingindo 35,58%, enquanto os pagamentos extra-orçamentários cresceram em 41,91% na composição da Despesa Total

### 3.2.3 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

O Quadro a seguir demonstra a composição do Patrimônio Financeiro e Permanente das Fundações, assim como o Saldo Patrimonial, no exercício de 1997

| FUNDAÇÃO   | FUNDAÇÕES CONSOLIDADO |            |         |                   |       |        | SALDO PATRIMONIAL |
|------------|-----------------------|------------|---------|-------------------|-------|--------|-------------------|
|            | BALANÇOS PATRIMONIAIS |            |         | EXERCÍCIO DE 1997 |       |        |                   |
|            | ATIVO                 |            | REAL    | PASSIVO           |       | REAL   |                   |
| FINANCEIRO | PERMANENTE            | FINANCEIRO |         | PERMANENTE        |       |        |                   |
| CIENTEC    | 2 805                 | 4 170      | 6 975   | 554               |       | 554    | 6 421             |
| FADERS     | 242                   | 2 170      | 2 412   | 552               | 105   | 657    | 1 755             |
| FAPERSS    | 5 992                 | 130 120    | 136 112 | 3 462             |       | 3 462  | 132 650           |
| FCP RT     | 578                   | 2 154      | 2 732   | 922               | 322   | 1 244  | 1 488             |
| FDRH       | 861                   | 2 653      | 3 514   | 1 565             | 8     | 1 573  | 1 941             |
| FEDEM      | 1 404                 | 21 107     | 22 511  | 11 233            |       | 11 233 | 11 278            |
| FEE        | 1 112                 | 29 468     | 30 580  | 28 495            |       | 28 495 | 2 085             |
| FEPAGRO    | 86                    | 24 796     | 24 792  | 647               |       | 647    | 24 145            |
| FEPAM      | 2 028                 | 2 034      | 4 062   | 1 434             |       | 1 434  | 2 628             |
| FEPPS      | 3 438                 | 5 156      | 8 594   | 453               |       | 453    | 8 141             |
| FETLSVC    | 262                   | 1 953      | 2 215   | 927               | 275   | 1 202  | 1 013             |
| FGTAS      | 3 561                 | 4 975      | 8 536   | 5 123             | 2 608 | 7 731  | 805               |
| FIGTF      | 92                    | 976        | 1 068   | 398               |       | 398    | 670               |
| FOSPA      | 590                   | 1 317      | 1 907   | 948               | 164   | 1 112  | 795               |
| FTSP       | 94                    | 228        | 322     | 58                | 6     | 64     | 258               |
| FZB        | 416                   | 138 597    | 139 013 | 1 913             | 100   | 2 013  | 137 000           |
| METROPLAN  | 661                   | 17 445     | 18 106  | 9 524             |       | 9 524  | 8 582             |
| TOTAIS     | 24 222                | 389 229    | 413 451 | 68 208            | 3 588 | 71 796 | 341 655           |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações  
Cálculos: Centro de Informática TCE/RS

Do total do Ativo Permanente das Fundações, 36% correspondem à FZB, sendo 97% deste montante constituído pelo grupo dos Bens Imóveis da Fundação (R\$ 134 692 mil), ficando a segunda maior participação por conta da FAPERGS (33%),

a receber por aquela entidade (R\$ 129 815 mil)

A FZB foi responsável por 40,10% do Saldo Patrimonial Total das

Fundações, ficando a FAPERGS com a segunda maior participação (38,83%), observando-se que, das 17 (dezesete) Fundações em análise, 09 (nove) não tiveram valores registrados como Passivo Permanente

Na tabela seguinte, demonstra-se a composição do Saldo Patrimonial Financeiro, Permanente e Total ao longo do período sob exame

| FUNDAÇÕES SALDOS PATRIMONIAIS    |             |         |         |         |         |
|----------------------------------|-------------|---------|---------|---------|---------|
| PERÍODO 1993/97                  |             |         |         |         |         |
|                                  | Em R\$ mil* |         |         |         |         |
| SALDO PATRIMONIAL                | 1993        | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    |
| Ativo Financeiro                 | 5 095       | 5 285   | 12 694  | 35 231  | 24 222  |
| Passivo Financeiro               | 14 855      | 27 540  | 33 817  | 100 275 | 68 208  |
| SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO (1) | 9 760       | 22 255  | 21 123  | 65 044  | 43 986  |
| Ativo Permanente                 | 270 291     | 208 710 | 254 710 | 387 569 | 389 229 |
| Passivo Permanente               | 5 162       | 4 632   | 3 954   | 3 929   | 3 588   |
| SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE (2) | 265 129     | 204 078 | 250 756 | 383 640 | 385 641 |
| SALDO PATRIMONIAL TOTAL (1+2)    | 255 369     | 181 824 | 229 632 | 318 596 | 341 655 |

Fonte: Balanços Orçamentários das Fundações  
 \* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)  
 Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se que o Saldo Patrimonial Financeiro foi negativo em todos os exercícios da série, e o Saldo Patrimonial Permanente, sempre positivo

O Saldo Patrimonial Total decresceu no exercício de 1994, quando atingiu o resultado de R\$ 181 824 mil, representando uma queda de 29% em relação a 1993. No exercício de 1997, constata-se o maior resultado do período (1993/97), ou seja, R\$ 341 655 mil

Conforme demonstrado no Quadro II, ocorreu um aumento de 34% no Ativo Real Líquido, em relação a 1993, e de 7%, se comparado ao exercício de 1996

FUNDAÇÕES CONSOLIDADO  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

Em R\$ mil\*

| GRUPO                       | 1993    |       | 1994    |       | 1995    |       | 1996    |       | 1997    |       |       |
|-----------------------------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|-------|
|                             | VALOR   | VAR % | VAR % |
|                             |         | 94/93 |         | 95/94 |         | 96/95 |         | 97/96 |         | 97/93 |       |
| Ativo e Saldo Patrimonial   | 275 386 | 22    | 213 996 | 25    | 267 404 | 58    | 422 800 | 2     | 413 451 | 2     | 50    |
| Financeiro                  | 5 095   | 4     | 5 285   | 140   | 12 694  | 178   | 35 231  | 31    | 24 222  | 31    | 375   |
| Permanente                  | 270 291 | 23    | 208 710 | 22    | 254 710 | 52    | 387 569 | 0     | 389 229 | 0     | 44    |
| Passivo Real a Descoberto   |         |       |         |       |         |       |         |       |         |       |       |
| Passivo e Saldo Patrimonial | 275 386 | 22    | 213 996 | 25    | 267 404 | 58    | 422 800 | 2     | 413 451 | 2     | 50    |
| Financeiro                  | 14 855  | 86    | 27 540  | 23    | 33 817  | 197   | 100 275 | 32    | 68 208  | 32    | 369   |
| Permanente                  | 5 162   | 10    | 4 632   | 15    | 3 954   | 1     | 3 929   | 9     | 3 588   | 9     | 30    |
| Ativo Real Líquido          | 255 369 | 29    | 181 824 | 26    | 229 632 | 39    | 318 596 | 7     | 341 655 | 7     | 34    |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

Conforme se demonstra a seguir, apresentaram redução do Saldo Patrimonial em 1997, comparativamente a 1996, a FEPPS (83,48%) e a FEPAGRO (6%)

Já as variações positivas mais significativas foram apresentadas pela FEE (908,14%), FIGTF (256,38%) e FOSPA (187,00%)

FUNDAÇÕES SALDO PATRIMONIAL

Em R\$ mil\*

| FUNDAÇÃO  | 1996    | 1997    | VARIACÃO % |
|-----------|---------|---------|------------|
| FAPERGS   | 101 480 | 132 650 | 30 71      |
| FADERS    | 1 678   | 1 755   | 4 59       |
| CIENTEC   | 4 363   | 6 421   | 47 17      |
| FEE       | 258     | 2 085   | 908 14     |
| FETLSVC   | 563     | 1 013   | 79 93      |
| FEPAGRO   | 25 686  | 24 145  | 6 00       |
| FEPPS     | 49 282  | 8 141   | 83 48      |
| FEPAM     | 2 009   | 2 628   | 30 81      |
| FEDEM     | 8 536   | 11 278  | 32 12      |
| FGTAS     | 18 250  | 805     | 104 41     |
| FIGTF     | 188     | 670     | 256 38     |
| METROPLAN | 3 456   | 8 582   | 148 32     |
| FOSPA     | 277     | 795     | 187 00     |
| FDRH      | 1 660   | 1 941   | 16 93      |
| FCP RT    | 964     | 1 488   | 54 36      |
| FTSP      | 251     | 258     | 2 79       |
| FZB       | 136 711 | 137 000 | 0 21       |
| TOTAL     | 318 596 | 341 655 | 7,23       |

Fonte: Balanços Patrimoniais das Fundações

\* Vls Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

### 3.2.4 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Quadro a seguir demonstra a movimentação Orçamentária e Extra-Orçamentária das Entidades, bem como seus reflexos no patrimônio das Fundações, no exercício de 1997

FUNDAÇÕES  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| FUNDAÇÃO      | VARIAÇÕES ATIVAS                        |                         | INDEPEN-<br>DA EXEC<br>ORÇAMENT | RESULTADOS            | TOTAL          | VARIAÇÕES PASSIVAS                      |                         | INDEPEN-<br>DA EXEC<br>ORÇAMENT | RESULTADOS              |           |
|---------------|---|-------------------------|---------------------------------|-----------------------|----------------|---|-------------------------|---------------------------------|-------------------------|-----------|
|               | RESULTANTES DA EXECUÇÃO<br>ORÇAMENTÁRIA |                         |                                 | PATRIMONIAIS          |                | RESULTANTES DA EXECUÇÃO<br>ORÇAMENTÁRIA |                         |                                 | PATRIMONIAIS            | SUPERÁVIT |
|               | RECEITA<br>ORÇAMENTÁRIA                 | MUTUAÇÃO<br>PATRIMONIAL |                                 | DÉFICIT<br>VERIFICADO |                | DESPESA<br>ORÇAMENTÁRIA                 | MUTUAÇÃO<br>PATRIMONIAL |                                 | SUPERÁVIT<br>VERIFICADO |           |
| CIENTEC       | 13 030                                  | 518                     | 3 001                           |                       | 16 549         | 10 976                                  | 2 479                   | 732                             | 2 362                   |           |
| FADERS        | 2 967                                   | 99                      | 641                             |                       | 3 697          | 3 119                                   | 296                     | 88                              | 194                     |           |
| FAPERGS       | 19 623                                  | 23                      | 38.546                          |                       | 58 191         | 18 128                                  | 1 788                   | 42                              | 38 232                  |           |
| FCP RT        | 8 583                                   | 283                     | 1 086                           |                       | 9 952          | 7 524                                   | 1 582                   | 256                             | 591                     |           |
| FERN          | 5 392                                   | 662                     | 2 462                           |                       | 8 506          | 6 417                                   | 1 690                   | 2                               | 397                     |           |
| FEBH          | 49 820                                  | 752                     | 8 969                           |                       | 59 541         | 47 092                                  | 8 969                   | 154                             | 3 336                   |           |
| FEE           | 14 076                                  | 66                      | 7 127                           |                       | 21 267         | 17 719                                  | 1 197                   | 26                              | 2 325                   |           |
| FEPIAGO       | 1 977                                   | 324                     | 670                             |                       | 2 971          | 1 992                                   | 375                     | 357                             | 247                     |           |
| FEPIAM        | 10 646                                  | 50                      | 868                             |                       | 11 463         | 10 161                                  |                         | 543                             | 759                     |           |
| FEPPS         | 5 516                                   | 239                     | 4 213                           | 37 711                | 47 679         | 3 626                                   |                         | 44 053                          |                         |           |
| FEULSUC       | 8 341                                   | 21                      | 1 460                           |                       | 9 842          | 8 238                                   | 974                     | 141                             | 469                     |           |
| FGTAS         | 53 018                                  | 209                     | 2 720                           |                       | 56 947         | 34 496                                  | 3 369                   | 296                             | 17 786                  |           |
| FGTGF         | 1 108                                   | 417                     | 414                             |                       | 1 939          | 1 394                                   | 50                      |                                 | 466                     |           |
| FOSPFA        | 5 377                                   | 322                     | 266                             |                       | 5 964          | 5 221                                   |                         | 196                             | 537                     |           |
| FTSP          | 781                                     | 4                       | 72                              |                       | 857            | 779                                     | 50                      | 5                               | 23                      |           |
| FZB           | 7 228                                   | 1 701                   | 10 212                          |                       | 19 141         | 8 371                                   | 472                     | 493                             | 9 805                   |           |
| METROPLAN     | 12 946                                  | 4 499                   | 9 432                           |                       | 26 877         | 18 532                                  | 2 867                   | 91                              | 5 367                   |           |
| <b>TOTAIS</b> | <b>220 317</b>                          | <b>10 188</b>           | <b>92 157</b>                   | <b>37 711</b>         | <b>360 373</b> | <b>203 786</b>                          | <b>26 169</b>           | <b>47 474</b>                   | <b>82 946</b>           |           |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que, das 17 (dezessete) Fundações em análise, apenas a FEPPS apresentou déficit em 1997. Este déficit deve-se, principalmente, à baixa de bens de almoxarifado no valor de R\$ 43 874 mil, parte deste valor (R\$ 35 712 mil) havia sido registrado como Variação Ativa Independente de Execução Orçamentária no exercício de 1996. Quanto ao superávit verificado, a FAPERGS foi responsável por 46,09%, ficando a FGTAS com a segunda maior participação (21,44%).

No conjunto, as Fundações encerraram o exercício com um Superávit Patrimonial de R\$ 45.234 mil.

Cabe registrar que, ao examinar-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais das Fundações, constata-se que o Saldo Patrimonial de 1996, conjugado ao Superávit do Exercício em análise, reflete, de forma correta, o Saldo Patrimonial de 1997

No Quadro III, consolidam-se os dados relativos as variações ocorridas no patrimônio das Fundações, no período de 1993 a 1997

FUNDAÇÕES CONSOLIDADO  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO III

Em R\$ mil\*\*

| GRUPO                     | 1993      |                | 1994    |                | 1995    |                | 1996    |                | 1997    |                |                |
|---------------------------|-----------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|----------------|
|                           | VALOR     | VAR %<br>94/93 | VALOR   | VAR %<br>94/93 | VALOR   | VAR %<br>95/94 | VALOR   | VAR %<br>96/95 | VALOR   | VAR %<br>97/96 | VAR %<br>97/93 |
| Variações Ativas          | 1 010 957 |                | 488 223 | 52             | 305 746 | 37             | 436 599 | 43             | 322 662 | 26             | 68             |
| Resultantes da Exec Orçam | 169 759   | 22             | 206 957 | 22             | 188 559 | 9              | 239 381 | 27             | 230 505 | 4              | 36             |
| Receitas Correntes        | 161 034   | 7              | 172 061 | 7              | 180 668 | 5              | 234 776 | 30             | 206 821 | 12             | 28             |
| Receitas de Capital       | 4 035     | 695            | 32 077  | 695            | 5 878   | 82             | 1 741   | 70             | 13 496  | 675            | 234            |
| Mutações Patrimoniais     | 4 690     | 40             | 2 819   | 40             | 2 014   | 29             | 2 865   | 42             | 10 188  | 256            | 117            |
| Independ da Exec Orçament | 841 198   | 67             | 281 266 | 67             | 117 187 | 58             | 197 218 | 68             | 92 157  | 53             | 89             |
| Déficit Patrimonial       |           |                |         |                |         |                |         |                |         |                |                |
| Variações Passivas        | 1 010 957 |                | 488 223 | 52             | 305 746 | 37             | 436 599 | 43             | 322 662 | 26             | 68             |
| Resultantes da Exec Orçam | 198 620   | 21             | 240 324 | 21             | 223 575 | 7              | 321 882 | 44             | 229 954 | 29             | 16             |
| Despesas Correntes        | 182 724   | 6              | 193 460 | 6              | 184 129 | 5              | 267 513 | 45             | 182 411 | 32             | 0              |
| Despesas de Capital       | 11 452    | 272            | 42 584  | 272            | 4 186   | 90             | 14 912  | 256            | 21 374  | 43             | 87             |
| Mutações Patrimoniais     | 4 643     | 8              | 4 280   | 8              | 35 261  | 724            | 39 457  | 12             | 26 169  | 34             | 464            |
| Independ da Exec Orçament | 18 483    | 51             | 9 116   | 51             | 9 515   | 4              | 5 708   | 40             | 47 474  | 732            | 157            |
| Superávit Patrimonial     | 793 655   | 70             | 238 782 | 70             | 72 656  | 70             | 109 009 | 50             | 45 234  | 59             | 94             |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos Equipe Técnica TOE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

O Resultado Patrimonial Consolidado foi positivo em todos os exercícios da série, apresentando, no exercício de 1997, um decréscimo de 59% em relação ao ano anterior e de 94% em comparação a 1993

Contribuíram decisivamente, para a obtenção do superavit verificado no exercício de 1997 (R\$ 45 234 mil), os resultados patrimoniais apresentados pela FAPERGS, FGTAS e FZB, conforme demonstrado na tabela a seguir

FUNDAÇÕES RESULTADO PATRIMONIAL  
PERÍODO 1993/97

| FUNDAÇÃO     | Em R\$ mil*    |                |               |                |               |               |
|--------------|----------------|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
|              | 1993           | 1994           | 1995          | 1996           | 1997          | 1997/96 (%)   |
| FAPERGS      | 30 415         | 41 067         | 42 653        | 40 729         | 38 232        | 6,13          |
| FADERS       | 584            | 2 482          | 780           | 364            | 194           | 153,29        |
| CIENTEC      | 2 154          | 2 206          | 1 372         | 1 909          | 2 362         | 23,73         |
| FEE          | 2 407          | 5 265          | 1 609         | -4 590         | 2 325         | 150,65        |
| FETLSVC      | -354           | 2 289          | -694          | -33            | 489           | 1 581,81      |
| FEPAGRO(1)   |                | 173            | 457           | 25 284         | 247           | -99,02        |
| FEPPS(2)     |                |                | 9 420         | 41 000         | -37 711       | 191,98        |
| FEPAM        | 2 828          | 2 235          | 133           | 634            | 759           | 19,72         |
| FEBEM        | 425            | 2 741          | 273           | 6 840          | 3 336         | 51,23         |
| FGTAS        | -2 067         | -1 310         | -3 228        | -14 669        | 17 786        | 221,25        |
| FIGTF        | 69             | 384            | 63            | 39             | 495           | 1 169,23      |
| METROPLAN    | -461           | 4 264          | -1 973        | 2 962          | 5 367         | 81,19         |
| FOSPA        | 845            | -213           | 57            | 323            | 537           | 66,25         |
| FDRH         | 747            | 642            | 1 869         | 379            | 397           | 204,75        |
| FCP-RT       | -345           | -768           | 1 293         | 226            | 591           | 161,50        |
| FTSP         | 14             | 128            | 12            | 172            | 23            | -86,63        |
| FZB          | 756 391        | 177 199        | 18 685        | 8 927          | 9 805         | 9,83          |
| <b>TOTAL</b> | <b>793 652</b> | <b>238 784</b> | <b>72 655</b> | <b>109 010</b> | <b>45 234</b> | <b>-58,50</b> |

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

\* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

(1) Criada em 1994 - Lei Estadual nº 10 096/94

(2) Criada em 29/12/94 - Lei Estadual nº 10 349/94

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Em relação ao ano anterior (1996), constata-se que a FETLSVC apresentou, dentre as Fundações, a maior variação positiva (1 581,81%), enquanto a FEPPS representou a maior variação negativa (191,98%)

Constata-se também que a FADERS, a CIENTEC, a FEE, a FEPAM, a FGTAS, a FIGTF, a METROPLAN, a FOSPA, a FDRH, a FCP-RT e a FZB melhoraram o seu Resultado Patrimonial em relação ao exercício anterior

Verifica-se que, em 1997, apenas a FEPPS apresentou Resultado Patrimonial negativo

Demonstra-se, a seguir, a evolução da participação percentual dos elementos que compõem as Variações Patrimoniais Ativas ao longo do quinquênio 1993/97

FUNDAÇÕES - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS  
PERÍODO 1993/97

| VARIAÇÕES ATIVAS          | Em %          |               |               |               |               |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                           | 1993          | 1994          | 1995          | 1996          | 1997          |
| Result da Exec Orçament   | 16,79         | 42,27         | 61,67         | 54,83         | 71,44         |
| Receitas Correntes        | 15,93         | 35,11         | 59,09         | 53,77         | 64,10         |
| Receitas de Capital       | 0,40          | 6,58          | 1,92          | 0,40          | 4,18          |
| Mutações Patrimoniais     | 0,46          | 0,58          | 0,66          | 0,66          | 3,16          |
| Independ da Exec Orçament | 83,21         | 57,73         | 38,33         | 45,17         | 28,56         |
| <b>TOTAL</b>              | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

Fonte Balanços Gerais das Fundações  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Na composição das Variações Patrimoniais Ativas, as Variações Orçamentárias, nos 03 (três) últimos exercícios (1995/97), foram maiores que as Variações Independentes de Execução Orçamentária

FUNDAÇÕES - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS  
PERÍODO 1993/97

| VARIAÇÕES PASSIVAS         | Em %          |               |               |               |               |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                            | 1993          | 1994          | 1995          | 1996          | 1997          |
| Result da Exec Orçament    | 19,66         | 49,15         | 73,12         | 73,73         | 71,27         |
| Despesas Correntes         | 18,07         | 39,54         | 60,22         | 61,27         | 56,53         |
| Despesas de Capital        | 1,13          | 8,73          | 1,37          | 3,42          | 6,63          |
| Mutações Patrimoniais      | 0,46          | 0,88          | 11,53         | 9,04          | 8,11          |
| Independ da Exec Orçament. | 1,83          | 1,87          | 3,11          | 1,31          | 14,71         |
| Superávit Patrimonial      | 78,51         | 48,98         | 23,77         | 24,96         | 14,02         |
| <b>TOTAL</b>               | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

Fonte Balanços Gerais das Fundações  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As Variações Passivas resultantes da execução do Orçamento apresentaram praticamente o mesmo percentual na composição do total das variações passivas nos 03 (três) últimos exercícios (1995/97)

### 3.2.5 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O Governo do Estado empenhou, em 1997, a título de Contribuições e Transferências a crédito das Fundações, o valor de R\$ 196 488 mil, representando um decréscimo real de 13,91% em relação ao total empenhado no exercício anterior

Demonstram-se, a seguir, os valores empenhados pelo Estado em favor de cada Entidade, segundo a finalidade do repasse

#### FUNDAÇÕES - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE EMPENHADAS NO EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| FUNDAÇÃO          | DESPESAS<br>COM PESSOAL | DESPESAS<br>DE CAPITAL | OUTRAS DESPESAS<br>CORRENTES | TOTAL          | %<br>DO TOTAL |
|-------------------|-------------------------|------------------------|------------------------------|----------------|---------------|
| FAPERGS           | 589                     |                        | 49 625                       | 50 214         | 25,55         |
| FADERS            | 2 249                   | 95                     | 577                          | 2 921          | 1,49          |
| CIENTEC           | 7 471                   | 31                     |                              | 7 502          | 3,82          |
| FEE               | 13 854                  | -                      | 451                          | 14 305         | 7,28          |
| PETLSVC           | 7 518                   | 30                     | 233                          | 7 781          | 3,96          |
| FEPAGRO           | 50                      | 300                    | 600                          | 950            | 0,48          |
| FEPPS             | -                       | 796                    | 989                          | 1 785          | 0,91          |
| FEPAM             | 5 548                   | -                      | 786                          | 6 334          | 3,22          |
| FEBEM             | 36 840                  | 4 274                  | 7 340                        | 48 454         | 24,66         |
| FGTAS             | 16 732                  | 127                    | 1 899                        | 18 758         | 9,55          |
| FIGTF             | 861                     | 433                    | 174                          | 1 468          | 0,75          |
| METROPLAN         | 6 381                   | 10 798                 | 1 187                        | 18 366         | 9,35          |
| FOSPA             | 4 209                   | 335                    | 452                          | 4 996          | 2,54          |
| FDRH              | 257                     |                        | -                            | 257            | 0,13          |
| FCP RT            | 5 852                   | 78                     | 686                          | 6 616          | 3,37          |
| FTSP              | 373                     | 2                      | 226                          | 601            | 0,30          |
| FZB               | 4 945                   | 54                     | 181                          | 5 180          | 2,64          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>113 729</b>          | <b>17 353</b>          | <b>65 406</b>                | <b>196 488</b> | <b>100,00</b> |
| <b>% DO TOTAL</b> | <b>57,88</b>            | <b>8,83</b>            | <b>33,29</b>                 | <b>100,00</b>  |               |

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE - CAGE

As Fundações mais beneficiadas, em 1997, com as Transferências empenhadas pelo Estado, foram a FEBEM (24,66%) e a FAPERGS (25,55%), que, juntas, somaram R\$ 98 668 mil, representando 50,21% do total

Do valor empenhado para Despesas de Capital, 62,22% foram para a METROPLAN Quanto às Despesas com Pessoal, os maiores percentuais foram destinados à FEBEM (32,39%) e à FGTAS (14,71%), que, juntas, representaram 47,10% do total

Conforme se demonstra a seguir, verificou-se um decréscimo, na participação percentual das Transferências para Despesas com Pessoal, de 59,41% para 57,88%, bem como um acréscimo, nos auxílios para a realização de Despesas de Capital, de 6,72% para 8,83%, empenhados às Fundações em 1997, em comparação a 1996

FUNDAÇÕES CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO EMPENHADAS  
PERÍODO 1993/97

| ANO  | Em %                 |                     |                           | TOTAL  |
|------|----------------------|---------------------|---------------------------|--------|
|      | DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS DE CAPITAL | OUTRAS DESPESAS CORRENTES |        |
| 1993 | 70,69                | 2,93                | 26,38                     | 100,00 |
| 1994 | 57,34                | 15,52               | 27,14                     | 100,00 |
| 1995 | 66,43                | 0,60                | 32,97                     | 100,00 |
| 1996 | 59,41                | 6,72                | 33,87                     | 100,00 |
| 1997 | 57,88                | 8,83                | 33,29                     | 100,00 |

Fonte: Balanços Gerais do Estado - 1993/97 e Sistema AFE CAGE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A tabela a seguir demonstra os valores empenhados pelo Estado e os efetivamente pagos, incluindo Restos a Pagar

FUNDAÇÕES RECEITAS TRANSFERIDAS PELO ESTADO - 1997

| FUNDAÇÃO     | Em R\$ mil                 |                          |                                     |  |                               |
|--------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------------------|--|-------------------------------|
|              | EMPENHADO PELO ESTADO 1997 | PAGO À FUNDAÇÃO 1997 (1) | % PAGO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO 1997 | PAGO A FUNDAÇÃO REF RESTOS A PAGAR (2) | TOTAL PAGO À FUNDAÇÃO (1 + 2) |
| FAPERGS      | 50.214                     | 9.432                    | 18,78                               | 1.789                                  | 11.221                        |
| FADERS       | 2.921                      | 2.534                    | 86,75                               | 295                                    | 2.829                         |
| CIENTEC      | 7.502                      | 6.529                    | 87,03                               | 1.081                                  | 7.610                         |
| FEE          | 14.305                     | 10.753                   | 75,17                               | 1.049                                  | 11.802                        |
| FETLSVC      | 7.781                      | 6.059                    | 77,87                               | 938                                    | 6.997                         |
| FEPAGRO      | 950                        | 647                      | 68,10                               | 316                                    | 963                           |
| FEPPS        | 1.785                      | 1.235                    | 69,19                               | 146                                    | 1.381                         |
| FEPAM        | 6.334                      | 5.077                    | 80,15                               | 390                                    | 5.467                         |
| FEBEM        | 48.454                     | 38.099                   | 78,63                               | 8.959                                  | 47.058                        |
| FGTAS        | 18.758                     | 15.857                   | 84,53                               | 4.321                                  | 20.178                        |
| FIGTF        | 1.468                      | 961                      | 65,46                               | 50                                     | 1.011                         |
| METROPLAN    | 18.366                     | 8.488                    | 46,21                               | 3.307                                  | 11.795                        |
| FOSPA        | 4.996                      | 4.436                    | 88,79                               | 196                                    | 4.632                         |
| FDRH         | 257                        | 100                      | 38,91                               | 96                                     | 196                           |
| FCP-RT       | 6.616                      | 5.814                    | 87,88                               | 1.582                                  | 7.396                         |
| FTSP         | 601                        | 512                      | 85,19                               | 50                                     | 562                           |
| FZB          | 5.180                      | 4.437                    | 85,66                               | 470                                    | 4.907                         |
| <b>TOTAL</b> | <b>196.488</b>             | <b>120.970</b>           | <b>61,57</b>                        | <b>25.035</b>                          | <b>146.005</b>                |

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE CAGE  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Do total empenhado (R\$ 196 488 mil), foram efetivamente transferidos R\$ 120 970 mil, ou seja, apenas 61,57% do valor empenhado no exercício

No tocante ao total pago no exercício de 1997 (incluindo Restos a Pagar), o total pago às Fundações foi de R\$ 146 005 mil

Quanto à FAPERGS e à FDRH, destaca-se o fato de que grande parte dos valores empenhados pelo Estado, em 1997, não foi transferida. Dessa forma, ficou registrado em Restos a Pagar, respectivamente, o montante equivalente a 81,22% e 61,09% dos totais empenhados para cada Fundação supramencionada

A seguir, apresenta-se a participação percentual do Estado na formação da Receita Total das Fundações em 1997, incluindo-se os valores transferidos relativos a exercícios anteriores, registrados em Restos a Pagar

FUNDAÇÕES - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA  
EXERCÍCIO DE 1997

| FUNDAÇÃO     | RECEITA<br>ORÇAMENTÁRIA | EFETIVAMENTE<br>TRANSFERIDO<br>PELO ESTADO(1) | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL |              |
|--------------|-------------------------|---|-------------------------|--------------|
|              |                         |   | ESTADO                  | OUTROS       |
| FAPERGS      | 19 623                  | 11 221  | 57,18                   | 42,82        |
| FADERS       | 2.957                   | 2 829   | 95,67                   | 4 33         |
| CIENTEC      | 13 030                  | 7 610   | 58,40                   | 41,60        |
| FEE          | 14 075                  | 11 802  | 83 85                   | 16,15        |
| FETLSVC      | 8 341                   | 6 997   | 83,89                   | 16,11        |
| FEPAGRO      | 1 977                   | 963   | 48,71                   | 51,29        |
| FEPPS        | 5 516                   | 1 381   | 25,04                   | 74,96        |
| FEPAM        | 10 545                  | 5 467   | 51,84                   | 48,16        |
| FEDEM        | 49 820                  | 47 058  | 94,46                   | 5 54         |
| FGTAS        | 53 018                  | 20 178  | 38,06                   | 61,94        |
| FIGTF        | 1 108                   | 1 011   | 91,24                   | 8,76         |
| METROPLAN    | 12 946                  | 11 795  | 91,11                   | 8 89         |
| FOSPA        | 5 377                   | 4 632   | 86,14                   | 13,86        |
| FDRH         | 5 392                   | 196   | 3,63                    | 97,37        |
| FCP RT       | 8 583                   | 7 396   | 86,17                   | 13,83        |
| FTSP         | 781                     | 562   | 71,96                   | 28 04        |
| FZB          | 7 228                   | 4 907   | 67,89                   | 32 11        |
| <b>TOTAL</b> | <b>220 317</b>          | <b>146 005</b>                                | <b>66,27</b>            | <b>33,73</b> |

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1997 e Sistema AFE - CAGE

(1) Incluído Restos a Pagar.

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se uma dependência dos recursos transferidos pelo Estado pela grande maioria das Fundações, sendo que 04 (quatro) delas apresentam dependência acima de 90% FADERS (95,67%), FEBEM (94,46%), METROPLAN (91,11%) e FIGTF (91,24%)

A FDRH e a FEPPS foram as Fundações com os menores índices de participação do Estado na Receita Orçamentaria (3,63% e 25,04%, respectivamente)

Demonstra-se, a seguir, a participação percentual do Estado na formação da Receita Total das Fundações ao longo do período 1993/97

| FUNDAÇÃO  | PARTICIPAÇÃO DO ESTADO<br>PERÍODO 1993/97 |       |       |       |       | Em %                   |
|-----------|---|-------|-------|-------|-------|------------------------|
|           | 1993                                      | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  | MÉDIA<br>DO<br>PERÍODO |
| FAPERGS   | 74,00                                     | 70,56 | 95,86 | 76,17 | 57,18 | 74,75                  |
| FADERS    | 97,79                                     | 95,89 | 99,44 | 98,73 | 95,67 | 97,50                  |
| CIENTEC   | 63,00                                     | 65,97 | 80,64 | 70,67 | 58,40 | 67,74                  |
| FEE       | 96,96                                     | 94,37 | 97,47 | 90,56 | 83,85 | 92,64                  |
| FETLSVC   | 92,06                                     | 85,68 | 89,07 | 86,30 | 83,89 | 87,40                  |
| *FEPAGRO  |   | 19,42 | 35,52 | 55,17 | 48,71 | 39,70                  |
| **FEPPS   |   | -     | 46,45 | 25,73 | 25,04 | 32,41                  |
| FEPAM     | 64,05                                     | 70,13 | 66,58 | 58,92 | 51,84 | 62,30                  |
| FEBEM     | 98,01                                     | 96,00 | 99,09 | 95,11 | 94,46 | 96,53                  |
| FGTAS     | 77,40                                     | 51,14 | 65,25 | 35,13 | 38,06 | 53,40                  |
| FIGTF     | 98,53                                     | 98,27 | 49,35 | 89,28 | 91,24 | 85,33                  |
| METROPLAN | 25,40                                     | 96,96 | 91,00 | 92,05 | 91,11 | 79,30                  |
| FOSPA     | 84,62                                     | 87,74 | 89,86 | 87,25 | 86,14 | 87,12                  |
| FDRH      | 48,49                                     | 42,39 | 45,21 | 32,17 | 3,63  | 34,38                  |
| FCP RT    | 98,02                                     | 97,78 | 99,22 | 88,93 | 86,17 | 94,02                  |
| FTSP      | 77,93                                     | 73,18 | 77,25 | 75,87 | 71,96 | 75,24                  |
| FZB       | 85,20                                     | 85,21 | 86,53 | 75,71 | 67,89 | 80,11                  |

Fonte: Balanços das Fundações

(\*) Criada em 1994 Lei Estadual nº 10 096/94

(\*\*) Criada em 29/12/94 Lei Estadual nº 10 349/94

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Constata-se, no exercício de 1997, que das 17 Fundações analisadas, 14 reduziram a obtenção de recursos do Estado, e 3 aumentaram a obtenção destes recursos em relação a média do quinquênio. Já no comparativo com o exercício anterior, da totalidade das Fundações, 15 reduziram a obtenção de recursos, e apenas 2 aumentaram levemente a necessidade de recursos transferidos pelo Estado.



*Sociedades de Economia Mista  
e Entidades Controladas*



### 3.3 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

As Entidades que figuram na Tabela I formam o universo da análise consolidada pertinente a este tópico. Importa referir que o exame econômico-financeiro foi efetuado com base nos Balanços Gerais apresentados pelas Companhias que integram o Balanço Geral do Estado.

#### SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

TABELA I

| Nº | SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA        | SIGLA                 |
|----|--|-----------------------|
| 1  | BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL                     | BANRISUL              |
| 2  | BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A                             | BAGERGS               |
| 3  | BANRISUL PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA                     | BANRISUL              |
| 4  | BANRISUL S A ARRENDAMENTO MERCANTIL                      | PD<br>MERCANTIL       |
| 5  | BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO   | BANRISUL<br>CORRETORA |
| 6  | CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A    | CADIP                 |
| 7  | CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL                                 | CEE                   |
| 8  | CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A       | CEASA/RS              |
| 9  | COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA         | OGTEE                 |
| 10 | COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE DO RIO GRANDE            | ZOPERG                |
| 11 | COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL          | SULGÁS                |
| 12 | COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL    | COHAB                 |
| 13 | COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS                   | CIEL                  |
| 14 | COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO SUL | PROCERGS              |
| 15 | COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA                   | CEEE                  |
| 16 | COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS                   | CESA                  |
| 17 | COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS                 | CORAG                 |
| 18 | COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO                      | CRM                   |
| 19 | COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO                     | CORSAN                |
| 20 | COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES               | CRT                   |

A Caixa Econômica Estadual, apesar de seu formato jurídico de Autarquia Econômica, criada pela Lei Estadual nº 3 914, de 06-02-1960, consta no rol das Sociedades de Economia Mista em face de exigência do Banco Central do Brasil quanto à apresentação das Demonstrações Financeiras nos moldes da Lei Federal nº 6 404/76

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, autarquia especial interestadual, instituída sob a forma de convênio celebrado entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e que se constitui em instrumento dos três governos para o fomento às atividades produtivas da região sul, não será analisado neste capítulo, haja vista não integrar o Balanço Geral do Estado, bem como o capital do BRDE pertencer aos três Estados na mesma proporção, sendo a participação do Estado do Rio Grande do Sul de 33,33%

### 3.3.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

Através da Tabela II, a seguir, pode-se visualizar a composição dos valores Ativos e Passivos das Entidades integrantes do grupo empresarial do Governo do Estado no exercício de 1997

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EXERCÍCIO DE 1997

Tabela II

Em R\$ mil

| SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA/ ENTIDADE CONTROLADA | ATIVO             |                   |                  |                  | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO |                   |                        |                       |                    |
|--|-------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------------------|-------------------|------------------------|-----------------------|--------------------|
|  | TOTAL             | CIRCULANTE        | REALIZÁVEL       | PERMANENTE       | TOTAL                        | CIRCULANTE        | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | EXERCÍCIOS ANTERIORES | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
| EMBREGS  | 15 676            | 5 787             | 130              | 9 759            | 15 676                       | 1 375             | 441                    | 42                    | 13.818             |
| BARROSUL   | 11 944 731        | 10 582 971        | 1 184 592        | 177 208          | 11 944 731                   | 11 086 174        | 484 615                | 26                    | 363 916            |
| BARROSUL-CORNETO                                 | 16 259            | 14 922            | 404              | 833              | 16 259                       | 2 281             |                        |                       | 13 978             |
| BARROSUL-HEROINAT                                | 82 447            | 27 324            |                  | 55 323           | 82 447                       | 45 859            | 3 912                  |                       | 32 676             |
| BARROSUL-PO                                      | 20 119            | 18 508            | 623              | 989              | 20 119                       | 13.216            |                        | 2 233                 | 4 670              |
| ODIP   | 376 650           | 96 796            |                  | 279 854          | 376 650                      | 105 091           |                        |                       | 271 559            |
| CEASA/RS   | 8 848             | 2 604             | 89               | 6 155            | 8 848                        | 1 871             |                        | 159                   | 4 051              |
| CEE  | 1 337 120         | 472 353           | 835.885          | 28.882           | 1 337 120                    | 1 449 657         |                        | 37 829                | 150 376            |
| CEBE   | 4.265 164         | 1.652 315         | 371.282          | 2.342.567        | 4.265 164                    | 705 914           | 2.140 184              |                       | 1.420 056          |
| CESA   | 70 767            | 3 773             | 175              | 66.819           | 70 767                       | 25 710            |                        | 9.346                 | 35 711             |
| CGTEE  | 882 467           | 31 117            | 11 438           | 839 912          | 882 467                      | 67 756            |                        | 454 951               | 339 770            |
| CIEI   | 3 467             | 2.479             | 68               | 950              | 3 467                        | 397               |                        |                       | 3 100              |
| COFIB  | 758.498           | 20 648            | 735.332          | 2 518            | 758 498                      | 145 841           | 714 922                |                       | 102 305            |
| CORAG  | 11.857            | 10 292            | 353              | 1 222            | 11 857                       | 3 401             |                        |                       | 8 456              |
| CORSAN   | 1 323 306         | 134 534           | 37 100           | 1 151 672        | 1 323 306                    | 116 955           | 570 732                |                       | 635 619            |
| CRH  | 142 775           | 9.872             | 1 071            | 131.832          | 142 775                      | 35 578            |                        | 62 192                | 45 005             |
| CRJ  | 3 011 109         | 349 836           | 89 079           | 2 572 194        | 3 011.109                    | 755.883           |                        | 9.533                 | 1.755 147          |
| PROCEGRS   | 55 089            | 47 520            | 1 930            | 5 639            | 55 089                       | 16 467            |                        | 5 583                 | 33 049             |
| SULGÁS   | 4 314             | 585               | 1                | 3 718            | 4 314                        | 142               |                        |                       | 4 172              |
| ZIFERG   | 6 650             | 808               |                  | 5 842            | 6 650                        | 59                |                        |                       | 6 591              |
| <b>TOTAIS</b>                                    | <b>24.338.373</b> | <b>13.484.854</b> | <b>3.269.562</b> | <b>7.583.957</b> | <b>24.338.373</b>            | <b>14.639.627</b> | <b>4 948 070</b>       | <b>11.983</b>         | <b>4 738.683</b>   |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se verifica no demonstrativo acima, a maior parte dos recursos existentes nas entidades do grupo empresarial está aplicada no Ativo Circulante, no montante, em 31-12-97, de R\$ 13 484.854 mil, com uma participação de 55,40% em relação ao Ativo Total. Seguem-se o Ativo Permanente e o Realizável a Longo Prazo com participações de 31,16% e 13,44%, respectivamente.

No próximo quadro, pode-se verificar a evolução desse patrimônio nos últimos cinco exercícios

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO I Em R\$ mil\*

| GRUPO                        | 1993       |                   | 1994       |                   | 1995        |                   | 1996        |                   | 1997       |                   |     |
|------------------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|------------|-------------------|-----|
|                              | VALOR      | VAR<br>%<br>94/93 | VALOR      | VAR<br>%<br>94/93 | VALOR       | VAR<br>%<br>95/94 | VALOR       | VAR<br>%<br>96/95 | VALOR      | VAR<br>%<br>97/96 |     |
| Ativo                        | 17 021 552 |                   | 17 382 065 | 2                 | 27 864 430  | 60                | 23 930 979  | 14                | 24 338 373 | 2                 | 43  |
| Circulante                   | 3 238 093  |                   | 6 069 070  | 87                | 15 066 211  | 148               | 11 605 448  | 23                | 13 484 854 | 16                | 316 |
| Realizável a Longo Prazo     | 2 485 731  |                   | 1 771 858  | 29                | 2 324 445   | 31                | 2 653 109   | 15                | 3 259 562  | 23                | 32  |
| Permanente                   | 11 297 728 |                   | 9 541 158  | 16                | 10 473 775  | 10                | 9 662 422   | 8                 | 7 593 957  | 22                | 33  |
| Investimentos                | 166 906    |                   | 147 490    | 12                | 487 360     | 230               | 466 115     | 4                 | 387 390    | 17                | 132 |
| Imobilizado                  | 9 389 079  |                   | 8 213 870  | 13                | 9 821 157   | 20                | 9 077 656   | 8                 | 7 104 759  | 22                | 24  |
| Diferido                     | 1 741 743  |                   | 1 179 799  | 32                | 165 258     | 86                | 118 651     | 28                | 91 808     | 23                | 95  |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 17 021 552 |                   | 17 382 065 | 2                 | 27 864 430  | 60                | 23 930 979  | 14                | 24 338 373 | 2                 | 43  |
| Circulante                   | 5 531 187  |                   | 7 221 702  | 31                | 16 337 482  | 126               | 13 042 124  | 20                | 14 639 627 | 12                | 165 |
| Exigível a Longo Prazo       | 3 566 404  |                   | 3 205 562  | 10                | 3 962 964   | 24                | 4 687 876   | 18                | 4 948 070  | 6                 | 39  |
| Resultado Exerc. Futuros     |            |                   | 5          |                   | 1 190 23700 |                   | 13 163 1006 |                   | 11 993     | 9                 |     |
| Patrimônio Líquido           | 7 923 959  |                   | 6 954 826  | 12                | 7 562 794   | 9                 | 6 187 814   | 18                | 4 738 683  | 23                | 40  |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS  
\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

De acordo com o Quadro I, no exercício de 1997, constata-se um crescimento de 316% na concentração de capitais no Ativo Circulante, e um decréscimo de 33% no Permanente das Companhias, comparativamente ao ano-base (1993)

Para uma melhor compreensão do significado e da formação desses valores, e necessário visualiza-los através da participação percentual de cada um dos setores que compõem o grupo de empresas governamentais, quais sejam

COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA

| FINANCEIRA         | INFRA ESTRUTURA | ECONÔMICA | OUTRAS      |
|--------------------|-----------------|-----------|-------------|
| BANRISUL           | BAGERGS         | CIEL      | BANRISUL PD |
| BANRISUL MERCANTIL | CEEE            | CRM       | CEASA       |
| BANRISUL CORRETORA | CRT             | SULGÁS    | COHAB       |
| CADIP              | CORSAN          |           | PROCERGS    |
| CEE                | CESA            |           | CORAG       |
|                    | CGTEE           |           | ZOPERG      |

Apresentamos, a seguir, os Balanços Patrimoniais Consolidados por área de atuação

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO  
ÁREA FINANCEIRA  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

Em R\$ mil\*\*

| GRUPO                        | 1993      |             | 1994      |             | 1995       |             | 1996       |             | 1997       |             |      |
|------------------------------|-----------|-------------|-----------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------|
|                              | VALOR     | VAR % 94/93 | VALOR     | VAR % 94/93 | VALOR      | VAR % 95/94 | VALOR      | VAR % 96/95 | VALOR      | VAR % 97/96 |      |
| Ativo                        | 4 520 115 |             | 6 732 619 | 49          | 16 323 697 | 142         | 12 881 235 | 21          | 13 757 207 | 7           | 204  |
| Circulante                   | 2 482 566 |             | 5 375 094 | 117         | 14 140 012 | 163         | 10 500 382 | 26          | 11 194 166 | 7           | 351  |
| Realizável a Longo Prazo     | 1 685 123 |             | 1 008 162 | 40          | 1 470 281  | 46          | 1 762 821  | 20          | 2 020 911  | 15          | 20   |
| Permanente                   | 352 426   |             | 349 362   | 1           | 713 404    | 104         | 618 032    | 13          | 542 130    | 12          | 54   |
| Investimentos                | 118 491   |             | 104 975   | 11          | 433 176    | 313         | 412 517    | 5           | 340 438    | 17          | 187  |
| Imobilizado                  | 205 595   |             | 219 826   | 7           | 197 783    | 10          | 156 737    | 21          | 164 005    | 5           | 20   |
| Diferido                     | 28 340    |             | 24 561    | 13          | 82 446     | 236         | 48 777     | -41         | 37 667     | 23          | 33   |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 4 520 115 |             | 6 732 619 | 49          | 16 323 697 | 142         | 12 881 235 | 21          | 13 757 207 | 7           | 204  |
| Circulante                   | 2 992 292 |             | 5 833 180 | 95          | 14 775 850 | 153         | 11 387 922 | 23          | 12 689 072 | 11          | 324  |
| Exigível a Longo Prazo       | 697 766   |             | 264 690   | 71          | 415 458    | 57          | 696 958    | 68          | 536 356    | 23          | -40  |
| Resultado Exerc. Futuros     | 1         |             | 5         | 400         | 15         | 200         | 39         | 160         | 26         | 33          | 2500 |
| Patrimônio Líquido           | 630 057   |             | 634 743   | 1           | 1 132 374  | 78          | 796 316    | 30          | 531 753    | 33          | 16   |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO  
ÁREA DE INFRA ESTRUTURA  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO III

Em R\$ mil\*\*

| GRUPO                        | 1993       |             | 1994      |             | 1995       |             | 1996      |             | 1997      |             |     |
|------------------------------|------------|-------------|-----------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----|
|                              | VALOR      | VAR % 94/93 | VALOR     | VAR % 94/93 | VALOR      | VAR % 95/94 | VALOR     | VAR % 96/95 | VALOR     | VAR % 97/96 |     |
| Ativo                        | 11 382 458 |             | 9 668 944 | 15          | 10 400 133 | 8           | 9 906 946 | 5           | 9 569 509 | 3           | 16  |
| Circulante                   | 704 669    |             | 634 588   | 10          | 838 720    | 32          | 1 006 161 | 20          | 2 177 362 | 116         | 209 |
| Realizável a Longo Prazo     | 156 223    |             | 189 898   | 21          | 161 784    | 14          | 184 303   | 14          | 509 184   | 176         | 226 |
| Permanente                   | 10 521 565 |             | 8 846 469 | 16          | 9 399 629  | 6           | 8 716 481 | 7           | 6 882 963 | 21          | 35  |
| Investimentos                | 43 774     |             | 39 600    | 10          | 47 460     | 20          | 47 058    | 1           | 42 440    | 10          | 3   |
| Imobilizado                  | 8 850 670  |             | 7 717 780 | 13          | 9 336 246  | 21          | 8 661 015 | 7           | 6 830 930 | 21          | 23  |
| Diferido                     | 1 627 121  |             | 1 088 088 | 33          | 15 924     | 99          | 8 407     | 47          | 9 593     | 14          | 99  |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 11 382 458 |             | 9 668 944 | 15          | 10 400 133 | 8           | 9 906 946 | -5          | 9 569 509 | 3           | 16  |
| Circulante                   | 2 363 489  |             | 1 258 095 | -47         | 1 357 926  | 8           | 1 438 369 | 6           | 1 733 593 | 21          | 27  |
| Exigível a Longo Prazo       | 1 936 629  |             | 2 252 065 | 16          | 2 785 656  | 24          | 3 217 632 | 16          | 3 626 210 | 13          | 87  |
| Resultado Exerc. Futuros     |            |             |           |             |            |             | 11 583    |             | 9 575     | 17          |     |
| Patrimônio Líquido           | 7 082 340  |             | 6 158 764 | 13          | 6 256 551  | 2           | 5 239 361 | 16          | 4 200 131 | 20          | 41  |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO  
 ÁREA ECONÔMICA  
 BALANÇO PATRIMONIAL  
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
 PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO IV Em R\$ mil\*

| GRUPO                        | 1993    |  | 1994    |                | 1995    |                | 1996    |                | 1997    |                |                |
|------------------------------|---------|--|---------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|----------------|
|                              | VALOR   |  | VALOR   | VAR %<br>94/93 | VALOR   | VAR %<br>95/94 | VALOR   | VAR %<br>96/95 | VALOR   | VAR %<br>97/96 | VAR %<br>97/93 |
| Ativo                        | 403 941 |  | 328 998 | 19             | 341 163 | 4              | 315 261 | 8              | 150 586 | 52             | 63             |
| Circulante                   | 13 230  |  | 9 884   | 25             | 9 881   | 0              | 13 674  | 38             | 12 946  | 5              | 2              |
| Realizável a Longo Prazo     | 314     |  | 317     | 1              | 474     | 50             | 1 044   | 120            | 1 140   | 9              | 263            |
| Permanente                   | 390 397 |  | 318 797 | 18             | 330 808 | 4              | 300 543 | 9              | 136 500 | 55             | 65             |
| Investimentos                | 2 593   |  | 2 184   | 16             | 2 046   | 6              | 1 871   | 9              | 120     | 94             | 95             |
| Imobilizado                  | 302 985 |  | 249 889 | 18             | 282 009 | 5              | 237 390 | 9              | 92 381  | 61             | 70             |
| Diferido                     | 84 838  |  | 66 725  | 21             | 66 753  | 0              | 61 282  | 8              | 43 999  | 28             | 48             |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 403 941 |  | 328 998 | 19             | 341 163 | 4              | 315 261 | 8              | 150 586 | 52             | 63             |
| Circulante                   | 100 680 |  | 47 079  | 53             | 37 858  | 20             | 37 100  | 2              | 36 117  | 3              | 64             |
| Exigível a Longo Prazo       | 54 512  |  | 76 283  | 40             | 58 964  | 23             | 64 114  | 9              | 62 192  | 3              | 14             |
| Resultado Exerc. Futuros     |         |  |         |                |         |                |         |                |         |                |                |
| Patrimônio Líquido           | 248 748 |  | 205 636 | 17             | 244 341 | 19             | 214 048 | 12             | 52 277  | 76             | 79             |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
 Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS  
 \* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

As Empresas do Setor Financeiro apresentaram, em 1997, comparativamente ao exercício de 1993, acréscimo de 54% no Ativo Permanente, conforme consta no Balanço Patrimonial Consolidado (Quadro II), o que não demonstra uma característica desse tipo de empresa

Constata-se, a partir de 1993, um decréscimo de 35% nas aplicações no Ativo Permanente das Empresas de Infra-Estrutura (Quadro III)

Conseqüentemente, o Ativo Total Consolidado das Companhias de Infra-Estrutura decresceu 16% em relação a 1993, dada a significativa participação do Ativo Permanente em relação ao Ativo Total nesse tipo de empresa, conforme demonstra o quadro a seguir

COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA  
 ÁREA DE INFRA ESTRUTURA Em R\$ mil\*

| PERÍODO | GRUPO | ATIVO PERMANENTE | ATIVO TOTAL | %     |
|---------|-------|------------------|-------------|-------|
| 1993    |       | 10 521 565       | 11 382 458  | 92 44 |
| 1994    |       | 8 845 469        | 9 668 944   | 91 48 |
| 1995    |       | 9 399 629        | 10 400 133  | 90 38 |
| 1996    |       | 8 715 481        | 9 906 945   | 87 98 |
| 1997    |       | 6 882 963        | 9 569 509   | 71 92 |

Fonte: Quadro III  
 Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS  
 \* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

A redução do Patrimônio Líquido das Empresas da Área de Infra-Estrutura, observada no exercício de 1997, deveu-se, principalmente, à cisão parcial da CEEE, com redução do seu Capital em R\$ 572 586 mil. Tal cisão resultou na formação da Companhia Rio Grande Energia S.A., que foi alienada pelo Estado no exercício de 1997, e na baixa, por parte da CEEE, da Reserva de Correção Monetária Especial relativa às Usinas Dona Francisca e Candiota III no valor de R\$ 189 416 mil.

Conforme Quadro IV, em comparação a 1993, as Companhias da Área Econômica apresentaram um decréscimo real, em seus valores patrimoniais, de 63%, devido, principalmente, ao decréscimo verificado, no mesmo período, no Ativo Permanente (65%) e no Patrimônio Líquido (79%).

A redução do Patrimônio Líquido das Empresas da Área Econômica, constatada no exercício de 1997, refere-se, principalmente, à reversão, por parte da CRM, da Reserva de Correção Especial (Lei Federal nº 8 200/91, art. 2º) no valor de R\$ 73 376 mil.

Analicamente, por setor, a estrutura do Ativo Total das sociedades pode ser demonstrada da seguinte forma:

COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA  
ATIVO TOTAL  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| GRUPO                    | ÁREA FINANCEIRA   |              | ÁREA INFRA-ESTRUTURA |              | ÁREA ECONÔMICA |             | ÁREA OUTRAS    |             | TOTAL             |               |
|--------------------------|-------------------|--------------|----------------------|--------------|----------------|-------------|----------------|-------------|-------------------|---------------|
|                          | VALOR             | %            | VALOR                | %            | VALOR          | %           | VALOR          | %           | VALOR             | %             |
| Circulante               | 11 194 166        | 83,01        | 2 177 362            | 16,15        | 12 946         | 0,10        | 100 390        | 0,74        | 13 484 854        | 100,00        |
| Realizável a Longo Prazo | 2 020 911         | 61,81        | 509 184              | 15,57        | 1 140          | 0,04        | 738 327        | 22,58       | 3 269 562         | 100,00        |
| Permanente               | 542 130           | 7,15         | 6 882 963            | 90,76        | 136 500        | 1,80        | 22 364         | 0,29        | 7 583 957         | 100,00        |
| <b>ATIVO TOTAL</b>       | <b>13 757 207</b> | <b>56,52</b> | <b>9 569 509</b>     | <b>39,32</b> | <b>150 586</b> | <b>0,62</b> | <b>861 071</b> | <b>3,54</b> | <b>24 338 373</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Tabela II, Quadro II, III e IV  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

De acordo com o demonstrativo acima, constata-se que os valores inscritos no Circulante e no Realizável a Longo Prazo foram formados, majoritariamente, pelas Empresas do Setor Financeiro, visto que estas contribuíram com 83,01% e 61,81%, respectivamente, para a composição dos grupos supracitados.

Tal situação deveu-se, essencialmente, ao fato de que tais Empresas, pelos seus objetivos e peculiaridades operacionais, concentraram os recursos nos grupos de maior liquidez do Ativo.

Em contrapartida, 90,76% dos capitais aplicados no Permanente pertencem às Entidades da Área de Infra-Estrutura, porquanto o registro dos meios (bens)

necessários à manutenção das atividades e realização dos objetivos inerentes ao setor em que essas Empresas operam é feito neste grupo

Conforme o Quadro I - Consolidado, as Exigibilidades de Curto e Longo Prazos das Companhias totalizaram, em 1997, R\$ 19 587 697 mil e estavam assim representadas de acordo com cada área

| COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA |      |            |       |                 |       |           |      |         |       |            |        | Em R\$ mil |   |
|-----------------------------|------|------------|-------|-----------------|-------|-----------|------|---------|-------|------------|--------|------------|---|
| PASSIVO REAL                |      |            |       |                 |       |           |      |         |       |            |        |            |   |
| EXERCÍCIO DE 1997           |      |            |       |                 |       |           |      |         |       |            |        |            |   |
| GRUPO                       | ÁREA | FINANCEIRA |       | INFRA ESTRUTURA |       | ECONÔMICA |      | OUTRAS  |       | TOTAL      |        | VALOR      | % |
|                             |      | VALOR      | %     | VALOR           | %     | VALOR     | %    | VALOR   | %     | VALOR      | %      |            |   |
| Circulante                  |      | 12 689 072 | 86,68 | 1 733 593       | 11,84 | 36 117    | 0,25 | 180 845 | 1,23  | 14 639 627 | 100,00 |            |   |
| Exigível a Longo Prazo      |      | 536 356    | 10,84 | 3 626 210       | 73,28 | 62 192    | 1,26 | 723 312 | 14,62 | 4 948 070  | 100,00 |            |   |
| Passivo Total               |      | 13 225 428 | 67,52 | 5 359 803       | 27,36 | 98 309    | 0,50 | 904 157 | 4,62  | 19 587 697 | 100,00 |            |   |

Fonte: Tabela II, Quadro II, III e IV  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As Empresas do Setor Financeiro foram responsáveis por 67,52% das Dívidas Totais

As Empresas de Infra-Estrutura foram responsáveis por 73,28% das Dívidas de Longo Prazo verificadas nos Balanços Patrimoniais do grupo empresarial

De acordo com o Quadro I, no exercício sob análise, verificou-se um significativo aumento de 115%, em comparação a 1993, nos Capitais de Terceiros investidos nas diversas Companhias que compõem o sistema empresarial do Governo do Estado

Em 1997, a participação de cada setor no Patrimônio Líquido Total estava assim representada

| COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA |           |           | Em R\$ mil |  |
|-----------------------------|-----------|-----------|------------|--|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO          |           |           |            |  |
| EXERCÍCIO DE 1997           |           |           |            |  |
| ÁREA                        | VALOR     | % S/TOTAL |            |  |
| FINANCEIRA                  | 531 753   | 11,22     |            |  |
| INFRA ESTRUTURA             | 4 200 131 | 88,63     |            |  |
| ECONÔMICA                   | 52 277    | 1,10      |            |  |
| OUTRAS                      | 45 478    | 0,95      |            |  |
| TOTAL                       | 4 738 683 | 100,00    |            |  |

Fonte: Tabela II, Quadro II, III e IV  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se constata no quadro acima, a maioria dos Capitais Próprios investidos nas Companhias pertence ao Setor de Infra-Estrutura, onde estão alocados 88,63% dos Recursos Próprios Totais existentes no sistema empresarial, sendo que, em 1997, a CEEE e a CRT possuem, juntas, 67% do Patrimônio Líquido Total (Tabela II)

No valor total do Patrimônio Líquido das Companhias (R\$ 4 738 683 mil), encontra-se a redução de 5,33%, ocasionada pelo Passivo Real a Descoberto de R\$ 150 376 mil apresentado pela Caixa Econômica Estadual (CEE) e de R\$ 102 305 mil apresentado pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB)

A CEE, que apresenta Patrimônio Líquido negativo de R\$ 150 376 mil, evidencia um estado de insolvência geral, uma vez que os Capitais de Terceiros, no valor de R\$ 1 487 496 mil, são superiores à totalidade dos valores ativos (R\$ 1 337 120 mil) Em 27 de maio de 1997, o Poder Executivo, através da Lei Estadual nº 10 959, foi autorizado a transformar a Caixa Econômica Estadual em uma instituição de fomento, com a denominação de Caixa Econômica Estadual S/A - Agência de Desenvolvimento

A COHAB, que apresenta Patrimônio Líquido negativo (R\$ 102 305 mil), evidencia também um estado de insolvência geral, uma vez que as Obrigações de Curto e Longo Prazos (Capitais de Terceiros), no valor de R\$ 860 803 mil, são superiores à totalidade dos valores ativos (R\$ 758 498 mil) Em 1995, através da Lei Estadual nº 10 357, de 16-01-95, o Poder Executivo Estadual foi autorizado a promover a extinção desta Companhia

### **3.3.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

As atividades desenvolvidas pelas diversas empresas do sistema empresarial do Governo Estadual geraram, em 1997, uma Receita Operacional Líquida de R\$ 4 055 130 mil e uma Despesa Operacional de R\$ 4 966 349 mil, resultando em um Prejuízo Operacional de R\$ 911 219 mil, conforme o Quadro a seguir

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil\*

| GRUPO                         | 1993       |                | 1994       |                | 1995      |                | 1996      |                | 1997      |                |                |
|-------------------------------|------------|----------------|------------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|----------------|
|                               | VALOR      | VAR %<br>94/93 | VALOR      | VAR %<br>95/94 | VALOR     | VAR %<br>96/95 | VALOR     | VAR %<br>97/96 | VALOR     | VAR %<br>97/96 | VAR %<br>97/93 |
| Receitas Operacionais         | 17 527 942 |                | 9 056 497  | 48             | 4 491 191 | 50             | 4 105 058 | 9              | 4 055 130 | 1              | 77             |
| Despesas Operacionais         | 27 942 010 |                | 12 591 334 | 55             | 5 262 530 | 58             | 5 070 464 | 4              | 4 966 349 | 2              | 82             |
| Resultado Operacional         | 10 414 069 |                | 3 534 837  | 66             | 771 339   | 78             | 965 406   | 25             | 911 219   | 6              | 91             |
| Receitas Não Operacionais     | 10 523     |                | 38 323     | 264            | 10 939    | 71             | 13 084    | 20             | 1 103 307 | 8332           | 10386          |
| Despesas Não Operacionais     | 52 875     |                | 40 963     | 23             | 28 972    | 29             | 40 196    | 39             | 420 450   | 946            | 695            |
| Resultado Correção Monetária  | 9 745 701  |                | 3 741 159  | 62             | 524 321   | 86             | 32 364    |                | 101 530   | 214            |                |
| Prov I R /Contr Social        | 22 886     |                | 135 486    | 497            | 52 385    | 61             | 48 250    |                | 78 878    | 63             |                |
| Participações e Contribuições | 11 467     |                | 10 724     | 6              | 36        | 100            | 2 682     | 7350           | 1 692     | 37             | 85             |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 744 871    |                | 57 572     |                | 317 472   |                | 979 314   | 208            | 252 706   | 74             | 66             |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

Em 1997, a Receita e a Despesa Operacional diminuíram 77% e 82%, respectivamente, em relação ao primeiro ano da série (1993)

O Resultado da Correção Monetária das Companhias foi positivo nos três primeiros anos da série, contribuindo, significativamente, para a redução dos prejuízos do exercício no triênio. Já nos exercícios de 1996 e 1997, esse resultado passou a ser negativo, R\$ 32 364 mil e R\$ 101 530 mil, respectivamente, contribuindo para o aumento dos prejuízos desses exercícios

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO  
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO  
EXERCÍCIO DE 1997

Tabela III

Em R\$ mil

| SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA | RECEITAS OPERACIONAIS | DESPESAS OPERACIONAIS | RESULTADO OPERACIONAL | RECEITAS NÃO OPERAC | DESPESAS NÃO OPERAC | RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA | PROV IR E/OU CONTR SOCIAL | PARTIC E CONTRIB | LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|------------------------------|---------------------------|------------------|---------------------------|
| BAGERES   | 7 636                 | 5 756                 | 1 880                 | 33                  |                     |                              | 588                       |                  | 1 325                     |
| BANRISUL  | 1 126 607             | 1 232 539             | 105 932               | 47 371              |                     |                              | 16 529                    |                  | 42 032                    |
| BANRISUL CORRETORA                                | 6 927                 | 1 793                 | 5 134                 |                     | 153                 |                              | 1 057                     |                  | 3 124                     |
| BANRISUL MERCANTIL                                | 29 034                | 22 681                | 6 353                 | 145                 |                     |                              | 1 547                     |                  | 4 951                     |
| BANRISUL PD                                       | 48 205                | 45 145                | 3 060                 |                     |                     |                              | 976                       |                  | 2 064                     |
| CADIP   | 74 735                | 94 561                | 19 826                |                     |                     |                              |                           |                  | 19 826                    |
| CEASARS   | 4 269                 | 5 301                 | 1 032                 | 329                 | 12                  |                              |                           |                  | 715                       |
| CEE   | 28 823                | 147 952               | 119 129               |                     | 25 300              |                              |                           |                  | 144 429                   |
| CEEE  | 1 105 143             | 1 796 083             | 690 940               | 997 493             | 372 949             |                              | 79 016                    |                  | 12 620                    |
| CESTA   | 16 955                | 27 864                | 10 909                | 1 089               |                     |                              |                           |                  | 9 820                     |
| OSTEE   | 57 945                | 106 111               | -48 166               | 14                  | 4                   |                              |                           |                  | 48 156                    |
| CIEL  | 4 766                 | 4 232                 | 534                   | 16                  |                     |                              | 65                        |                  | 485                       |
| COHAB   | 34 732                | 40 085                | 5 353                 |                     | 697                 |                              |                           |                  | 6 050                     |
| CORAG   | 13 459                | 10 512                | 2 947                 | 137                 | 66                  |                              | 437                       |                  | 2 581                     |
| CORSAN  | 403 085               | 448 667               | 45 582                | 6 027               | 14 607              |                              |                           | 1 133            | 55 295                    |
| CRM   | 31 889                | 35 871                | 3 982                 | 118                 | 1 920               | 66 302                       |                           |                  | 72 086                    |
| CRT   | 976 958               | 861 505               | 115 453               | 50 534              | 4 692               | 35 228                       | 11 197                    |                  | 114 870                   |
| PROCEGAS  | 82 356                | 77 641                | 4 715                 | 1                   | 49                  |                              |                           | 559              | 4 108                     |
| SULGÁS  | 1 521                 | 1 723                 | 202                   |                     | 1                   |                              |                           |                  | 203                       |
| ZOPERG  | 85                    | 327                   | 242                   |                     |                     |                              |                           |                  | 242                       |
| TOTALS  | 4 055 130             | 4 966 349             | 911 219               | 1 103 307           | 420 450             | 101 530                      | 78 878                    | 1 692            | 252 706                   |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculo Equipe Técnica TCE/RS

Em relação às atividades setoriais, o quadro a seguir mostra o Resultado Operacional enfrentado pelas Companhias

**COMPANHIAS - ANÁLISE POR ÁREA  
RESULTADO OPERACIONAL  
EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil

| GRUPO                 | ÁREA FINANCEIRA |       | INFRA-ESTRUTURA |       | ECONÔMICA |      | OUTRAS  |      | TOTAL     |        |
|-----------------------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------|------|---------|------|-----------|--------|
|                       | VALOR           | %     | VALOR           | %     | VALOR     | %    | VALOR   | %    | VALOR     | %      |
| Receita Operacional   | 1 266 126       | 31,22 | 2 567 722       | 63,32 | 38 176    | 0,94 | 183 106 | 4,52 | 4 055 130 | 100,00 |
| Despesa Operacional   | 1 499 526       | 30,19 | 3 246 906       | 65,36 | 41 826    | 0,84 | 179 011 | 3,61 | 4 966 349 | 100,00 |
| Resultado Operacional | 233 400         | 25,61 | 678 264         | 74,43 | 3 650     | 0,40 | 4 095   | 0,44 | 911 219   | 100,00 |

Fonte: Tabela III  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

De acordo com o demonstrativo anterior, as Empresas do Setor Financeiro e de Infra-Estrutura foram responsáveis por 31,22% e 63,32%, respectivamente, da Receita Operacional Total arrecadada em 1997

Além de contribuírem com 65,36% para a formação das Despesas Operacionais, as Empresas de Infra-Estrutura registraram despesas superiores ao total por elas arrecadado, originando um Resultado Operacional negativo de R\$ 678 264 mil, sendo a CEEE a principal responsável por este resultado

**SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO  
ÁREA FINANCEIRA  
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO  
EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil

| SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA | RECEITAS OPERACIONAIS | DESPESAS OPERACIONAIS | RESULTADO OPERACIONAL | RECEITAS NÃO-OPERAC | DESPESAS NÃO-OPERAC | RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA | PROV IR E/OU CONTR SOCIAL | PARTIC E CONTRIB | LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|------------------------------|---------------------------|------------------|---------------------------|
| BANRISUL  | 1 126 607             | 1 232 539             | 106 932               | 47 371              |                     |                              | -16 529                   |                  | -42 032                   |
| BANRISUL CORRETORA                                | 6 927                 | 1 793                 | 5 134                 |                     | 153                 |                              | 1 857                     |                  | 3 124                     |
| BANRISUL MERCANTIL                                | 29 034                | 22 681                | 6 353                 | 146                 |                     |                              | 1 547                     |                  | 4 951                     |
| CAJUP   | 74 735                | 94 561                | -19 826               |                     |                     |                              |                           |                  | -19 826                   |
| CEE   | 28 823                | 147 952               | -119 129              |                     | 25 300              |                              |                           |                  | 144 429                   |
| TOTALS  | 1 266 126             | 1 499 526             | 233 400               | 47 516              | 25 453              | 0                            | 13 125                    | 0                | 198 212                   |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
Cálculo: Equipe Técnica TCE/RS

Constata-se que, na Área Financeira, o BANRISUL, isoladamente, foi responsável por 88,98% da Receita Operacional do setor e por 82,19% da Despesa Operacional

Verifica-se, ainda, que a mencionada instituição teve um Prejuízo Operacional de R\$ 105 932 mil, representando 45,38% do total do Resultado Operacional negativo do Setor. Entretanto, em face do valor das Receitas Não-Operacionais (R\$ 47 371 mil) e da reversão da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 16 529 mil), houve uma redução no Prejuízo do Exercício, o qual resultou em R\$ 42 032 mil.

As Receitas Não-Operacionais do BANRISUL, no valor de R\$ 47 371 mil, podem ser justificadas pela alienação de parte substancial da participação acionária na Cia União de Seguros Gerais, no valor de R\$ 50 100 mil, apurando um ganho não-operacional de R\$ 49 970 mil, conforme se observa na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis do BANRISUL.

Ja a CEE participou com 51,04% do Prejuízo Operacional e com 72,86% da composição do Prejuízo do Exercício do Setor.

| SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO |                       |                       |                       |                     |                     |                              |                        |            |                  |                           |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|------------------------------|------------------------|------------|------------------|---------------------------|
| ÁREA DE INFRA ESTRUTURA  |                       |                       |                       |                     |                     |                              |                        |            |                  |                           |
| DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO                        |                       |                       |                       |                     |                     |                              |                        |            |                  |                           |
| EXERCÍCIO DE 1997  |                       |                       |                       |                     |                     |                              |                        |            |                  |                           |
| Em R\$ mil   |                       |                       |                       |                     |                     |                              |                        |            |                  |                           |
| SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA                | RECEITAS OPERACIONAIS | DESPESAS OPERACIONAIS | RESULTADO OPERACIONAL | RECEITAS NÃO OPERAC | DESPESAS NÃO OPERAC | RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA | PROV E/OU CONTR SOCIAL | IR CONTRIB | PARTIC E CONTRIB | LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO |
| BAGERGS  | 7 636                 | 5 756                 | 1 880                 | 33                  |                     |                              |                        | 588        |                  | 1 325                     |
| CEEE   | 1 105 143             | 1 796 083             | 690 940               | 997 453             | 372 949             |                              |                        | 79 016     |                  | 12 620                    |
| CESA   | 16 955                | 27 864                | 10 909                | 1 089               |                     |                              |                        |            |                  | 9 820                     |
| OSTEE  | 57 945                | 106 111               | -48 166               | 14                  | 4                   |                              |                        |            |                  | 48 156                    |
| CORSAN   | 403 085               | 448 667               | 45 582                | 6 027               | 14 607              |                              |                        |            | 1 133            | 55 295                    |
| CRT  | 976 958               | 861 505               | 115 453               | 50 534              | 4 692               | 35 228                       |                        | 11 197     |                  | 114 870                   |
| TOTALS   | 2 567 722             | 3 245 986             | 678 264               | 1 055 190           | 392 252             | 35 228                       |                        | 67 231     | 1 133            | 15 544                    |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
Cálculo: Equipe Técnica TOE/RS

Constata-se que a CEEE, isoladamente, foi responsável por 43,04% das Receitas Operacionais e 55,33% das Despesas Operacionais do Setor de Infra-Estrutura.

As Receitas Não-Operacionais da CEEE são justificadas através da alienação da subsidiária integral denominada AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia Elétrica S A, pelo valor de R\$ 1 510 000 mil, deduzida da baixa do valor do Investimento nesta subsidiária, no valor de R\$ 560 304 mil, gerando um resultado positivo de R\$ 949 696 mil, conforme Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Contábeis da CEEE.

As Despesas Não-Operacionais da CEEE referem-se, principalmente, a baixa do Imobilizado relativo à Usina de Candiota III, R\$ 206 112 mil, e Usina Dona Francisca, R\$ 129 063 mil, conforme comentado nas Notas Explicativas nº 9 a 2 até 9 a 4 e 22 desta Companhia.

Verifica-se, também, que, do Lucro do Exercício do Setor de Infra-Estrutura (R\$ 15 544 mil), o BAGERS, a CEEE e a CRT contribuíram com um Lucro de R\$ 128 815 mil, e a CESA, a CGTEE e a CORSAN apresentaram um Prejuízo de R\$ 113 271 mil.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO  
ÁREA ECONÔMICA  
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA | RECEITAS OPERACIONAIS | DESPESAS OPERACIONAIS | RESULTADO OPERACIONAL | RECEITAS NÃO-OPERAC | DESPESAS NÃO-OPERAC | RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA | PROV. TR. E/OU CONTR. SOCIAL | PARTIC. E CONTRIB. | LUCRO/PREJUÍZO EXERCÍCIO |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------|--------------------------|
| CIEL                        | 4 765                 | 4 232                 | 534                   | 16                  |                     |                              |                              |                    | 485                      |
| CRM                         | 31 889                | 35 871                | 3 982                 | 118                 | 1 920               | 66.302                       | 65                           |                    | 72 086                   |
| SULGÁS                      | 1 521                 | 1 723                 | 202                   |                     | 1                   |                              |                              |                    | 203                      |
| TOTALS                      | 38 176                | 41 826                | 3 660                 | 134                 | 1 921               | 66 302                       | 65                           | 0                  | 71 804                   |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
Cálculo: Equipe Técnica TCE/RS

Na Área Econômica, com maior relevância, destaca-se a CRM, que sendo responsável por 83,53% da Receita Operacional do Setor e por 85,76% das Despesas Operacionais, tornou-se responsável em 100,00% pelo Prejuízo do Exercício de 1997.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO  
ÁREA FINANCEIRA  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil\*

| GRUPO                         | 1993       |             | 1994  |             | 1995  |             | 1996   |             | 1997  |             |             |
|-------------------------------|------------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|--------|-------------|-------|-------------|-------------|
|                               | VALOR      | VAR % 94/93 | VALOR | VAR % 94/93 | VALOR | VAR % 95/94 | VALOR  | VAR % 96/95 | VALOR | VAR % 97/96 | VAR % 97/93 |
| Receitas Operacionais         | 12 165 123 | 5 905 013   | 51    | 2 215 967   | 62    | 1 298 357   | -41    | 1 266 126   | 2     | 90          |             |
| Despesas Operacionais         | 11.258 503 | 5 340 657   | 53    | 2 116 354   | 60    | 1 602 126   | 24     | 1 499 526   | -6    | -87         |             |
| Resultado Operacional         | 906 620    | 564 345     | 38    | 99 613      | -82   | 303 769     |        | 233 400     | 23    |             |             |
| Receitas Não-Operacionais     | 984        | 3 294 235   |       | 2 133 35    |       | 158         | 93     | 47 516      | 29773 | 4729        |             |
| Despesas Não-Operacionais     | 1 180      | 10 588 797  |       | 10 840 2    |       | 19 505      | 80     | 25 453      | 30    | 2057        |             |
| Resultado Correção Monetária  | 646 667    | 285 516     | 56    | 77 556      | 73    |             |        |             |       |             |             |
| Prov. I.R./Contr. Social      | 21 954     | 104 982     | 378   | 13 517      | 87    | 36 821      |        | 13 125      | 64    |             |             |
| Participações e Contribuições | 11 467     | 10 957      | 4     |             |       | 765         |        |             |       |             |             |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 227 337    | 155 597     | 32    | 168         |       | 287 061     | 170770 | 198 212     | 31    |             |             |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS  
\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

As Empresas do Setor Financeiro experimentaram Lucro Operacional no triênio 93/95 Já em 1996 e 1997, ocorreram Prejuízos Operacionais na ordem de R\$ 303 769 mil e R\$ 233 400 mil, respectivamente Quanto ao Resultado do Exercício, verifica-se que, na Área Financeira, nos exercícios de 1995, 1996 e 1997, ocorreram Prejuízos de R\$ 168 mil, R\$ 287 061 mil e R\$ 198 212 mil, respectivamente

O Saldo Devedor da Correção Monetária reduziu, no triênio 93/95, o Lucro Líquido das Companhias do Setor, contrariamente ao que ocorreu, no mesmo período, nas empresas da Área de Infra-Estrutura, nas quais o Saldo Credor reduziu sobremaneira o Prejuízo Operacional

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO  
ÁREA DE INFRA ESTRUTURA  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil\*

| GRUPO                         | 1993       |             | 1994      |             | 1995      |             | 1996      |             | 1997      |             |             |
|-------------------------------|------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-------------|
|                               | VALOR      | VAR % 94/93 | VALOR     | VAR % 94/93 | VALOR     | VAR % 95/94 | VALOR     | VAR % 96/95 | VALOR     | VAR % 97/96 | VAR % 97/93 |
| Receitas Operacionais         | 3 197 692  |             | 2 190 823 | 31          | 2 088 781 | 5           | 2 611 548 | 25          | 2 567 722 | 2           | 20          |
| Despesas Operacionais         | 13 908 943 |             | 6 052 190 | 56          | 2 908 989 | 52          | 3 262 853 | 12          | 3 245 996 | 1           | 77          |
| Resultado Operacional         | 10 711 250 |             | 3 861 367 | 64          | 820 208   | 79          | 661 305   | 21          | 678 264   | 4           | 94          |
| Receitas Não Operacionais     | 8 282      |             | 32 922    | 298         | 7 943     | 76          | 11 553    | 45          | 1 055 190 | 9033        | 12672       |
| Despesas Não Operacionais     | 41 476     |             | 27 878    | 33          | 16 325    | 41          | 19 194    | 18          | 392 252   | 1944        | 846         |
| Resultado Correção Monetária  | 10 002 165 |             | 3 826 311 | 62          | 570 426   | 85          | 32 331    |             | 35 228    | 9           |             |
| Prov I R /Contr Social        | 618        |             | 30 367    | 4814        | 36 535    | 20          | 11 808    |             | 67 231    | 469         |             |
| Participações e Contribuições |            |             |           |             |           |             | 634       |             | 1 133     | 79          |             |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 742 917    |             | 60 379    | 92          | 294 700   | 388         | 680 104   | 131         | 15 544    |             |             |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS  
\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

As Empresas de Infra-Estrutura apresentaram Prejuízo Operacional em todo o período examinado (1993/1997), bem como Prejuízo Líquido do Exercício, à exceção do exercício de 1997

No exercício em análise, o lucro apurado foi de R\$ 15 544 mil

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO  
ÁREA ECONÔMICA  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
ocorrência de 1993/1997

| GRUPO | 1993  |   | 1994  |   | 1995  |   | 1996  |   | 1997  |   |
|-------|-------|---|-------|---|-------|---|-------|---|-------|---|
|       | VALOR | % |

- 262 -

|                               | VALOR   | VALOR   | %   | VALOR  | %  | VALOR  | %   | VALOR   | %   | VALOR | % |
|-------------------------------|---------|---------|-----|--------|----|--------|-----|---------|-----|-------|---|
|                               |         | 96/93   |     | 95/94  |    | 96/95  |     | 97/96   |     | 97/93 |   |
| Receitas Operacionais         | 46 066  | 36 333  | 22  | 30 269 | 14 | 33 470 | 11  | 38 176  | 14  | 15    |   |
| Despesas Operacionais         | 417 656 | 159 960 | 62  | 47 928 | 70 | 43 886 | -8  | 41 826  | 5   | 90    |   |
| Resultado Operacional         | 372 591 | 124 626 | 67  | 17 660 | 86 | 10 416 | -41 | 3 650   | 66  | 99    |   |
| Receitas Não Operacionais     | 557     | 1 800   | 223 | 331    | 82 | 30     | 91  | 134     | 347 | 76    |   |
| Despesas Não Operacionais     | 8 658   | 860     | 90  | 904    | 5  | 473    | -48 | 1 921   | 306 | 78    |   |
| Resultado Correção Monetária  | 271 510 | 117 831 | 57  | 11 524 | 90 |        |     | -66 302 |     |       |   |
| Prov. J.R./Contr.Social       | 17      |         |     |        |    | 175    |     | 65      | 63  | 282   |   |
| Participações e Contribuições |         | 241     |     |        |    |        |     |         |     |       |   |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 109 199 | 5 614   | 95  | 6 709  | 20 | 11 033 | 64  | 71 804  | 551 | 34    |   |

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS  
\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGW

As Empresas da Área Econômica apresentaram Prejuízo Operacional em toda a série examinada, conforme se constata no demonstrativo acima. De igual forma, o Resultado do Exercício também se apresentou negativo em todo o período (1993/1997).

Comparativamente ao exercício anterior (1996), o Prejuízo do Exercício aumentou em 551% e, na série examinada, sofreu uma diminuição de 34%.

Constata-se, também, na série (1993/1997), que as Receitas e Despesas Operacionais sofreram reduções na ordem de 15% e 90%, respectivamente, contribuindo para a diminuição do Prejuízo Operacional ocorrido ao longo da série.

### 3.3.3 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

No Balanço Geral do Estado, estão registrados, como Despesa do Exercício, recursos no total de R\$ 4 838 mil, empenhados às Sociedades de Economia Mista e Outras Entidades nos seguintes elementos: 3212 - Subvenções Econômicas, no total de R\$ 3 995 mil, 3292 - Despesas de Exercícios Anteriores, no total de R\$ 270 mil, 4260 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Empresariais, no total de R\$ 573 mil. Estes recursos foram destinados para:

TRANSFERÊNCIAS ÀS COMPANHIAS 1997

Em R\$ mil

| COMPANHIA   | EMPENHADO   | PAGO À    | % EM RELAÇÃO | PAGO À         | TOTAL PAGO  |
|-------------|-------------|-----------|--------------|----------------|-------------|
|             | PELO ESTADO | COMPANHIA | AO EMPENHADO | COMPANHIA REF  | À COMPANHIA |
|             | 1997        | 1997      | 1997         | RESTOS A PAGAR | 1997        |
|             | (1)         |           | (2)          | (1 + 2)        |             |
| 01 CEASA    | 550         |           | 0 00         |                | 0           |
| 02 CEDRO    | 68          | 68        | 100 00       | 20             | 88          |
| 03 CINTEA   | 2 168       | 2 087     | 96 26        | 520            | 2 607       |
| 04 CORLAC   | 1 421       | 1 394     | 98,10        | 75             | 1 469       |
| 05 CRT      | 23          | 23        | 100 00       | 6              | 29          |
| 06 CR TUR   | 485         | 485       | 100,00       | 48             | 533         |
| 07 PROCERGS | 123         | 123       | 100 00       |                | 123         |
| TOTAIS      | 4 838       | 4 180     | 86 40        | 669            | 4 849       |

Fonte Sistema AFE CAGE  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Destaca-se que a empresa mais beneficiada foi a CINTEA, sendo destinatária de 44,81% dos valores empenhados

### 3.3.4 - DESTAQUES

O Sistema Empresarial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul estava constituído, em 31-12-97, por 19 (dezenove) Empresas e 01 (uma) Autarquia, que atuaram dentro das Áreas Financeira, de Infra-Estrutura, Econômica e Outras

Por apresentarem uma posição de destaque dentro do setor em que operam, foram escolhidas 04 (quatro) Entidades para serem analisadas detalhadamente no que se refere às suas demonstrações contábeis, situação econômico-financeira e realizações

Da Área Financeira, foi analisado o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL

Já na Área de Infra-Estrutura, foram escolhidas, para serem analisadas isoladamente, a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT e a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, em virtude do importante papel que desempenham na economia do Estado, uma vez que são responsáveis pela implementação dos grandes projetos na área de energia, telecomunicações e saneamento

### **3.3.4.1 - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**

#### **A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS**

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, atuando sob a forma de banco múltiplo, foi criado pelo Decreto nº 18 374, de 28-08-28, com Carta Patente nº 1.262 do Banco Central do Brasil É uma Instituição Financeira com personalidade jurídica de Direito Privado sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Aberto Está autorizado a operar nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, desenvolvimento e crédito mobiliário, bem como atuar como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado

O Capital Social do BANRISUL, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 1.076 937 384 ações sem valor nominal, sendo 538 468 692 ações ordinárias e 538 468 692 ações preferenciais O Estado é detentor de 422 338 492 ações ordinárias e 42 490 789 ações preferenciais

O Banco é o administrador do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, sendo responsável pela liquidação das operações do Fundo junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, utilizando, inclusive, recursos próprios quando necessário

#### **B - FATOS RELEVANTES**

**B.1** - Em 20-11-97, o BANRISUL procedeu à venda, por meio de oferta pública, de 68 302.811 ações ON da Cia União de Seguros Gerais, representando 71,457% das ações ON da referida Companhia, da qual era acionista majoritário (89% da participação) A venda foi feita à Bradesco Seguros, proporcionando ao Banco um ganho de R\$ 49 970 mil O BANRISUL permanece detentor de 17% das ações e, conforme o previsto em acordo de parceria, continua a operar produtos no mercado de seguros

**B.2** - Registra-se, também, que, em 27-05-97, o Poder Executivo do Estado promulgou a Lei nº 10 959, que define a transformação da Caixa Econômica Estadual (CEE) em Agência de Desenvolvimento e a manutenção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A como banco múltiplo. Assim sendo, em 01-08-97, o Conselho Monetário Nacional, com base no dispositivo legal, autorizou a abertura de 92 agências do BANRISUL, mediante o correspondente fechamento de igual número de unidades da CEE

A reestruturação, abreviadamente comentada, determinou a assunção completa das contas ativas e passivas da CEE, a qual, em 31-12-97, demonstrava um Passivo a Descoberto de R\$ 150 376 mil, bem como a implementação de medidas contábeis, financeiras, patrimoniais e administrativas, conforme previsto na MP 1612-21, de 1998 e Resoluções n°s 63 e 64 do Senado Federal

**B.3** - Por fim, ressalta-se que em 20-03-97, foi assinado pelos Governos Federal e Estadual Protocolo de Intenções que estabelece as condições para a reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, com base no Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e a interveniência do Estado do Rio Grande do Sul

Subsequentemente, em 01-07-98, o Senado Federal aprovou a Resolução n° 63, que autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito firmado entre a União, o Estado do Rio Grande do Sul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A e a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 1 987 500 mil. Os recursos do financiamento destinam-se, exclusiva e obrigatoriamente, a propiciar a redução da presença do setor público na atividade financeira bancária. A operação de crédito terá as seguintes condições:

\* ate R\$ 562 500 mil para saneamento e modernização tecnológica do BANRISUL,

\* o BANRISUL se compromete a complementar a provisão para perdas em operações de crédito em R\$ 62 500 mil, totalizando R\$ 430 000 mil, no momento em que o Estado assumir a dívida do referido Banco junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou capitalizar o mesmo em igual valor,

\* até R\$ 1 425 000 mil para a transformação da Caixa Econômica Estadual em agência de fomento

Os valores serão atualizados pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil de 01-01-98 até a data das liberações

## **C - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE**

- 1 Demonstrações Financeiras
  - 1 1 - Balanço Patrimonial
  - 1 2 - Demonstração do Resultado do Exercício
  - 1 3 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

2. Relatório da Administração
- 3 Notas Explicativas de Balanço
- 4 Parecer dos Auditores Independentes
- 5 Balanço Geral do Governo do Estado

## **D - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período da gestão de 01-01-93 a 31-12-97

De acordo com o artigo 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 6 404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes a sua área de atuação

A análise levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares e vinculação com outros organismos governamentais. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados.

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

### **D.1 - BALANÇO PATRIMONIAL**

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei Federal nº 6 404/76, referentes aos últimos cinco exercícios sociais da Entidade

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO I

Em R\$ mil\*

| GRUPO                        | 1993      |                   | 1994      |                   | 1995       |                   | 1996       |                   | 1997       |                   |                   |
|------------------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|-------------------|
|                              | VALOR     | VAR<br>%<br>94/93 | VALOR     | VAR<br>%<br>94/93 | VALOR      | VAR<br>%<br>95/94 | VALOR      | VAR<br>%<br>96/95 | VALOR      | VAR<br>%<br>97/96 | VAR<br>%<br>97/93 |
| Ativo                        | 3 281 661 |                   | 5 380 051 | 64                | 14 290 374 | 166               | 10 609 743 | 26                | 11 944 731 | 13                | 264               |
| Circulante                   | 2 070 121 |                   | 4 883 688 | 134               | 13 339 277 | 175               | 9 416 821  | 29                | 10 582 971 | 12                | 411               |
| Realizável a Longo Prazo     | 965 180   |                   | 299 851   | 69                | 702 731    | 134               | 970 409    | 38                | 1 184 552  | 22                | 24                |
| Permanente                   | 256 360   |                   | 226 512   | 12                | 248 366    | 10                | 222 513    | 10                | 177 208    | 20                | 31                |
| Investimentos                | 114 439   |                   | 101 560   | 11                | 70 194     | 31                | 90 264     | 29                | 58 677     | 35                | 49                |
| Imobilizado                  | 134 576   |                   | 117 056   | 13                | 113 824    | 3                 | 83 473     | 27                | 80 944     | 3                 | 40                |
| Diferido                     | 7 346     |                   | 7 896     | 7                 | 64 348     | 715               | 48 777     | 24                | 37 687     | 23                | 413               |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 3 281 661 |                   | 5 380 051 | 64                | 14 290 374 | 166               | 10 609 743 | 26                | 11 944 731 | 13                | 264               |
| Circulante                   | 1 920 550 |                   | 4 744 278 | 147               | 13 462 420 | 184               | 9 682 484  | 28                | 11 086 174 | 14                | 477               |
| Exigível a Longo Prazo       | 897 166   |                   | 216 177   | 76                | 310 560    | 44                | 478 448    | 54                | 494 615    | 3                 | 45                |
| Resultado Exerc. Futuros     | 1         |                   | 5         | 400               | 15         | 200               | 39         | 160               | 26         | 33                | 2500              |
| Patrimônio Líquido           | 463 944   |                   | 419 591   | 10                | 517 379    | 23                | 448 773    | 13                | 363 916    | 19                | 22                |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflationados pelo IGP/DI (dezembro) - FGV

Considerando-se os valores inflacionados dos Balanços Patrimoniais dos exercícios de 1993 a 1997, constata-se que os valores ativos patrimoniais cresceram até 1995, quando foi atingido o percentual de acréscimo de 166%, sendo o mais elevado da série. Em 1996, houve uma redução de 26% e, em 1997, um acréscimo de 13% em relação ao exercício anterior e de 264%, comparativamente ao primeiro ano da série.

Analisando-se a composição do patrimônio do BANRISUL, no exercício de 1997, temos que o investimento total, representado pelo Ativo no valor de R\$ 11 944 731 mil, encontra substância no valor dos Capitais Próprios (R\$ 363 916 mil), financiando, em 3,05%, o Ativo Total, e o restante, em valores representativos dos Capitais de Terceiros em giro na Instituição.

Considerando-se, também, que o Ativo Circulante apresenta o maior volume de recursos, propiciando uma participação de 88,60% no Ativo Total, verifica-se um comportamento adequado às instituições financeiras, sendo que, no caso de um Banco Comercial, a quase totalidade de seu Ativo e de seu Passivo é exatamente composta por valores circulantes. Também, via de regra, os Ativos Permanentes das empresas do setor financeiro não são expressivos quando confrontados com o total das aplicações, o que se verifica neste caso, onde o Ativo Permanente do BANRISUL, no valor de R\$ 177 208 mil, representa apenas 1,48% do total das aplicações. Quanto aos recursos adquiridos a longo prazo, referentes, notadamente, a repasses de outras instituições oficiais de crédito e a valores aplicados no longo prazo, podemos constatar que representam, respectivamente, 4,14% e 9,92% do Ativo Total.

Na Demonstração das Origens e Aplicações de Capitais, conforme quadro a seguir, constata-se que os Recursos Próprios da Empresa (Patrimônio Líquido) financiaram a totalidade do Ativo Permanente e 16% das Operações de Longo Prazo. Os restantes 84% do Ativo Realizável a Longo Prazo foram custeados pelo Passivo Exigível a Longo Prazo (42%) e pelo Passivo Circulante (42%)

Quanto aos 42% dos valores aplicados a longo prazo, que foram financiados com recursos de curto prazo, cabe ressaltar que o referido investimento utilizou 4,75% dos recursos circulantes, o que, entretanto, foi suficiente para comprometer a capacidade do Banco no pagamento das suas obrigações de curto prazo

**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL**  
**QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITAIS**  
**EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil

| APLICAÇÃO                      | ORIGEM            |           | PASSIVO CIRCULANTE |          | PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO |          | RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS |          | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |          | TOTAL             |            |
|--------------------------------|-------------------|-----------|--------------------|----------|--------------------------------|----------|---------------------------------|----------|--------------------|----------|-------------------|------------|
|                                | VALOR             | %         | VALOR              | %        | VALOR                          | %        | VALOR                           | %        | VALOR              | %        | VALOR             | %          |
| Ativo Circulante               | 10.582.971        | 100       |                    |          |                                |          |                                 |          |                    |          | 10.582.971        | 100        |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 503.203           | 42        | 494.615            | 42       |                                |          | 26                              | 0        | 186.708            | 36       | 1.184.522         | 100        |
| Ativo Permanente               |                   |           |                    |          |                                |          |                                 |          | 177.208            | 100      | 177.208           | 100        |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>11.086.174</b> | <b>93</b> | <b>494.615</b>     | <b>4</b> | <b>494.615</b>                 | <b>4</b> | <b>26</b>                       | <b>0</b> | <b>363.916</b>     | <b>3</b> | <b>11.944.731</b> | <b>100</b> |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
 Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Cabe destacar, a seguir, as contas de maior relevância na composição dos grupos do Balanço Patrimonial responsáveis pela maior movimentação financeira no exercício de 1997

1 - Ativo Circulante - 73,54% dos valores nele registrados está formado pelo subgrupo

1.1 - Títulos e Valores Mobiliários . . . . . 73,54%  
 (onde 96,06% são vinculados ao Bacen)

2 - Passivo Circulante - 95,09% dos valores nele registrados são formados pelos subgrupos

2.1 - Obrigações por Empréstimos . . . . . 67,67%  
 (onde 99,32% são obrigações p/aquisição de títulos federais)

2.2 - Depósitos . . . . . 27,42%  
 (onde 53,64% são depósitos a prazo)

3 - Ativo Realizável a Longo Prazo - 84,49% dos valores nele registrados é formado pelo subgrupo "Operações de Crédito", em maior parte (97,84%) do Setor Privado

4 - Passivo Exigível a Longo Prazo - 86,66% dos valores nele registrados é formado por "Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais", em maior parte (67,16%) do BNDES

Ressalta-se que o Banco possui registrado, na conta "Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados ao Bacen" do Ativo, o montante de R\$ 7 512 454 mil, e na conta "Obrigações por Empréstimos - Obrigações por Aquisições de Títulos Federais" do Passivo, o montante de R\$ 7 451 306 mil, referente às operações de troca de Letras Financeiras do Tesouro do Estado por Letras do Banco Central do Brasil (LBC)

Através da Resolução nº 2 081, de 24 de junho de 1994, o Banco Central do Brasil criou a possibilidade de troca de Títulos Estaduais por Letras do Banco Central, como forma de reduzir os custos adicionais de financiamentos para os Estados e facilitar a rolagem pelos Bancos Estaduais. O Banco passou a fazer uso dessa faculdade, sendo que o mecanismo de troca impõe que o Banco adquira as Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTE) do Fundo de Liquidez da Dívida Mobiliária do Estado (FLDME) e as contabilize no seu Ativo, registrando, dessa forma, uma dívida cujo financiamento apenas intermediava

No demonstrativo a seguir, tem-se a composição percentual do patrimônio do BANRISUL

| BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL  |          |          |          |          |          |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| BALANÇO PATRIMONIAL                            |          |          |          |          |          |
| DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA |          |          |          |          |          |
| PERÍODO DE 1993/1997                           |          |          |          |          |          |
|  | Em %     |          |          |          |          |
| GRUPO  | 1993 (%) | 1994 (%) | 1995 (%) | 1996 (%) | 1997 (%) |
|  | +        | +        | +        | +        | +        |
|  | 100 00   | 100 00   | 100,00   | 100 00   | 100,00   |
| Ativo  |          |          |          |          |          |
| Circulante                                     | 63 08    | 90 22    | 93 34    | 88 76    | 88 60    |
| Realizável a Longo Prazo                       | 29,11    | 5 57     | 4 92     | 9 15     | 9 92     |
| Permanente                                     | 7,81     | 4,21     | 1 74     | 2,10     | 1,48     |
| Investimentos                                  | 3,49     | 1 89     | 0 49     | 0 85     | 0,49     |
| Imobilizado                                    | 4 10     | 2 18     | 0 80     | 0 79     | 0 68     |
| Diferido                                       | 0 22     | 0 15     | 0 45     | 0 46     | 0 32     |
| Passivo e Patrimônio Líquido                   | 100 00   | 100 00   | 100,00   | 100,00   | 100 00   |
| Circulante                                     | 58 52    | 88 18    | 94 21    | 91 26    | 92 81    |
| Exigível a Longo Prazo                         | 27 34    | 4 02     | 2 17     | 4 51     | 4 14     |
| Resultado Exerc. Futuros                       | 0 00     | 0 00     | 0 00     | 0 00     | 0 00     |
| Patrimônio Líquido                             | 14,14    | 7 80     | 3 62     | 4 23     | 3 05     |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Analisando-se o comportamento dos percentuais apresentados ao longo da série, temos que, nos últimos quatro anos, os valores circulantes (Ativo e Passivo) representaram, em média, em torno de 90% do total dos valores patrimoniais, os valores ativos a longo prazo representaram uma média de 7,4%; os valores passivos situaram-se em torno de 3,7%, o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido atingiram 2,3% e 4,6%, respectivamente

A seguir, desdobram-se os saldos dos grupos "Circulante" e "de Longo Prazo" para uma melhor análise do comportamento da Empresa:

BANRISUL SALDO DO ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO EXCETO RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS PERÍODO DE 1993/1997

| ESPECIE           | Em R\$ mil*      |            |                  |            |                   |            |                  |            |                   |            |
|-------------------|------------------|------------|------------------|------------|-------------------|------------|------------------|------------|-------------------|------------|
|                   | 1993             |            | 1994             |            | 1995              |            | 1996             |            | 1997              |            |
|                   | VALOR            | %          | VALOR            | %          | VALOR             | %          | VALOR            | %          | VALOR             | %          |
| Disponibilidades  | 55 868           | 2          | 31 920           | 1          | 51 025            |            | 35 490           |            | 56 413            |            |
| Oper Crédito      | 1 579 328        | 54         | 1 306 526        | 27         | 1 617 283         | 12         | 1 814 748        | 18         | 2 181 029         | 20         |
| Aplic Merc Aberto | 1 053 114        | 36         | 413 578          | 8          | 5 743 374         | 42         | 992 360          | 10         | 737 529           | 7          |
| Tít Val Mobil     | 148 797          | 5          | 3 041 701        | 62         | 6 184 491         | 45         | 6 876 806        | 69         | 7 819 026         | 70         |
| Outros            | 96 238           | 3          | 82 985           | 2          | 186 578           | 1          | 264 668          | 3          | 324 427           | 3          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>2 933 346</b> | <b>100</b> | <b>4 876 710</b> | <b>100</b> | <b>13 782 751</b> | <b>100</b> | <b>9 984 072</b> | <b>100</b> | <b>11 118 424</b> | <b>100</b> |

Fonte: Balanços do BANRISUL

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários deram um salto de 5% (1993) para 62% (1994) do montante das aplicações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo. Em 1995, houve uma queda de 17 pontos percentuais nessa participação. Entretanto, em 1996, houve novo salto para 69%, e, em 1997, essa participação foi de 70%. Tal fato, como já mencionado anteriormente, deve-se à rolagem da Dívida Mobiliária do Estado que, a partir de 1994, é feita através da troca de Letras Financeiras do Tesouro do Estado, adquiridas pelo Banrisul, por Letras do Banco Central do Brasil.

Em comparação ao primeiro ano da série, as Aplicações no Mercado Aberto decresceram suas participações em 30%, já as Operações de Crédito cresceram 38 pontos percentuais.

Quanto aos saldos relativos às origens dos capitais, constata-se que houve alteração nas fontes de financiamento, como se demonstra a seguir.

| ORIGEM                | 1993             |            | 1994             |            | 1995              |            | 1996              |            | 1997              |            |
|-----------------------|------------------|------------|------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
|                       | VALOR            | %          | VALOR            | %          | VALOR             | %          | VALOR             | %          | VALOR             | %          |
|                       | 1993             |            | 1994             |            | 1995              |            | 1996              |            | 1997              |            |
| Depósitos à Vista     | 134 663          | 5          | 293 348          | 6          | 325 966           | 2          | 536 772           | 5          | 478 783           | 4          |
| Depósitos de Poupança | 371 324          | 13         | 519 399          | 11         | 560 004           | 4          | 644 469           | 6          | 877 466           | 8          |
| Depósitos a Prazo     | 864 061          | 30         | 839 392          | 17         | 1 174 217         | 9          | 1 581 090         | 16         | 1 652 643         | 14         |
| Dep Interfinanceiros  | 89 397           | 3          | 189 881          | 4          | 153 742           | 1          | 148 976           | 2          | 53 193            | 1          |
| Cap Merc Aberto       | 62 878           | 2          | 74 427           | 1          | 5 428 231         | 40         | 132 832           | 1          | 146 581           | 1          |
| Obrig por Empréstimos | 1 048 710        | 36         | 2 521 709        | 51         | 5 531 287         | 40         | 6 457 063         | 64         | 7 502 048         | 65         |
| Outras Obrigações     | 336 080          | 11         | 493 986          | 10         | 586 878           | 4          | 617 961           | 6          | 837 611           | 7          |
| <b>TOTAIS</b>         | <b>2 907 113</b> | <b>100</b> | <b>4 932 142</b> | <b>100</b> | <b>13 760 325</b> | <b>100</b> | <b>10 119 153</b> | <b>100</b> | <b>11 547 325</b> | <b>100</b> |

Fonte: Balanços do BANRISUL  
 \* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Destaca-se que as Obrigações por Empréstimos representaram os meios de pagamentos mais significativos ao longo da série, atingindo a maior participação, em 1997, com 65%. Em 1997, tais meios representaram, juntamente com os Depósitos a Prazo, ambos com percentuais respectivos de 65% e 14%, as duas principais fontes de recursos, atingindo 79% do montante captado pelo Banco a curto e a longo prazo

## D 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei Federal nº 6 404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o Resultado Econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais

O Quadro II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o Resultado Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro ou Prejuízo do Exercício

| GRUPO                         | 1993      |       | 1994      |       | 1995      |       | 1996      |       | 1997      |       |       |
|-------------------------------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-------|
|                               | VALOR     | VAR % | VAR % |
|                               | 1993      |       | 1994      |       | 1995      |       | 1996      |       | 1997      |       |       |
| Receitas Operacionais         | 8 745 835 |       | 4 197 831 | 52    | 1 577 173 | 62    | 1 160 088 | 26    | 1 126 607 | 3     | 87    |
| Despesas Operacionais         | 8 048 292 |       | 3 816 002 | 53    | 1 498 671 | 61    | 1 220 954 | 19    | 1 232 539 | 1     | 85    |
| Resultado Operacional         | 697 544   |       | 381 829   | 46    | 78 502    | 79    | 60 896    |       | 105 932   | 74    |       |
| Receitas não Operacionais     | 884       |       | 3 244     | 263   | 2 022     | 38    |           |       | 47 371    |       | 5199  |
| Despesas não Operacionais     |           |       |           |       |           |       | 3 978     |       |           |       |       |
| Resultado Correção Monetária  | -492 259  |       | 224 591   | 54    | 52 299    | 77    |           |       |           |       |       |
| Prov. F R /Conto Social       | 21 752    |       | 104 667   | 381   | 13 412    | 87    | 35 194    |       | 16 529    | 53    |       |
| Participações e Contribuições | 11 467    |       | 10 957    | 4     |           |       |           |       |           |       |       |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 172 960   |       | 44 859    | 74    | 14 814    | 67    | 29 679    |       | 42 032    | 42    |       |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
 \* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do resultado do período.

No exercício que está sendo examinado, o BANRISUL apresentou um Prejuízo Operacional de R\$ 105.932 mil, resultante da diferença entre as Receitas Operacionais de R\$ 1 126 607 mil e as Despesas Operacionais de R\$ 1 232 539 mil

A Reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 16.529 mil) e as Receitas Não-Operacionais (R\$ 47.371 mil) reduziram em aproximadamente 60% o resultado negativo do exercício

O Resultado Operacional e Não-Operacional, considerando-se as Reversões e as Receitas Não-Operacionais, pode ser evidenciado da seguinte forma

|                           | Em R\$ mil     |
|---------------------------|----------------|
| Prejuízo Operacional      | 105 932        |
| Receitas Não Operacionais | +47 371        |
| Prov I R /Contrib Social  | <u>+16 529</u> |
| Prejuízo do Exercício     | -42.032        |

As principais receitas e despesas do BANRISUL são oriundas da intermediação financeira, destacando-se as Operações de Crédito que representam 70,10% das mencionadas receitas. Quanto às despesas, as mesmas estão compostas, em 69,13%, por Operações de Captação no Mercado

Analisando-se o comportamento dos valores apresentados no Quadro II, verifica-se que as Receitas e as Despesas Operacionais apresentaram sensíveis reduções a partir de 1994, culminando, em 1997, com os decréscimos de 87% na Receita e 85% na Despesa, em relação ao primeiro ano da série (1993). Tais fatos ocorreram no período de atuação do Plano Real implantado a partir de 01-07-94

Cabe destacar o fato de que as Receitas Operacionais, a partir de 1994, decresceram mais do que as Despesas Operacionais, salientando-se, em especial, o exercício de 1997, onde as despesas tiveram um acréscimo de 1% contra uma receita a menor de 3%, em relação ao exercício anterior, o que tem reflexo direto no Resultado do Exercício

Conforme explicitado no Parecer dos Auditores Independentes (Nota Explicativa nº 5), o Banco deixou de reconhecer, como despesa do exercício de 1995, o montante de R\$ 46 577 mil referente ao Plano de Incentivo ao Afastamento Voluntário - PIAV, diferindo o mesmo, conforme faculta a Circular nº 2 582/85 do BACEN, com amortização linear em até 10 (dez) semestres a partir de janeiro/96

Desta importância, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997, foi apropriado como amortização o valor de R\$ 9 316 mil, sendo que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1996, já havia sido amortizada importância de igual valor (R\$ 9 316 mil) Assim sendo, os resultados dos exercícios findos em 1997 e 1996 estão demonstrados a menor em R\$ 18 632 mil e R\$ 9 316 mil e, em consequência, o Patrimônio Líquido está demonstrado a maior em R\$ 27 948 mil e R\$ 37 262 mil, respectivamente (R\$ 46 577 mil em 1995)

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do resultado em relação as Receitas Operacionais

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
 PERÍODO DE 1993/1997

| GRUPO                         | Em %   |   |        |   |        |   |        |   |        |   |
|-------------------------------|--------|---|--------|---|--------|---|--------|---|--------|---|
|                               | 1993   |   | 1994   |   | 1995   |   | 1996   |   | 1997   |   |
|                               | +      | % | +      | % | +      | % | +      | % | +      | % |
| Receitas Operacionais         | 100,00 |   | 100,00 |   | 100,00 |   | 100,00 |   | 100,00 |   |
| Despesas Operacionais         | 92,02  |   | 90,90  |   | 95,02  |   | 105,25 |   | 109,40 |   |
| Resultado Operacional         | 7,98   |   | 9,10   |   | 4,98   |   | 5,25   |   | 9,40   |   |
| Receitas Não Operacionais     | 0,01   |   | 0,08   |   | 0,13   |   |        |   | 4,20   |   |
| Despesas Não Operacionais     |        |   |        |   |        |   | 0,34   |   |        |   |
| Resultado Correção Monetária  | 5,63   |   | 5,35   |   | 3,32   |   |        |   |        |   |
| Prov I R /Contr Social        | 0,25   |   | 2,49   |   | 0,85   |   | 3,03   |   | 1,47   |   |
| Participações e Contribuições | 0,13   |   | 0,26   |   |        |   |        |   |        |   |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 1,98   |   | 1,07   |   | 0,94   |   | 2,56   |   | 3,73   |   |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Quanto ao gerenciamento das receitas e despesas, o pior Resultado Operacional do período 1993/1997 (-9,40%) foi obtido em 1997, quando as Despesas representaram o maior percentual em relação as Receitas Operacionais Entretanto, as Receitas Não-Operacionais e a Reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social contribuíram significativamente para que o Prejuízo do Exercício fosse reduzido em 60,32%

No exercício sob análise, as Despesas Operacionais representaram 109,40% e, conseqüentemente, o Resultado Operacional resultou negativo em 3,73%

## E - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

### E.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

#### E.1.1 - Capital Circulante

As modificações da posição financeira de uma empresa são representadas pelo aumento ou redução do Capital Circulante Líquido determinado pela diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BARRISUL  
DISPONIBILIDADES  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

Em R\$ mil\*

| GRUPO            | 1993   |                     | 1994   |                     | 1995   |                     | 1996   |                     | 1997   |                     |      |
|------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|------|
|                  | VALOR  | VARIACÃO<br>% 94/93 | VALOR  | VARIACÃO<br>% 94/93 | VALOR  | VARIACÃO<br>% 95/94 | VALOR  | VARIACÃO<br>% 96/95 | VALOR  | VARIACÃO<br>% 97/96 |      |
| Disponibilidades | 55 868 |                     | 31 132 | 44,27               | 51 025 | 63 90               | 35 501 | 30,43               | 56 413 | 58 90               | 0 97 |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Dezembro)  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A análise do quadro demonstra que, no exercício em análise, as Disponibilidades aumentaram 58,90% em relação ao exercício anterior (1996) e, em relação ao primeiro exercício da série (1993), a variação positiva foi de somente 0,97%.

#### E.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei Federal nº 6 404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL  
ANÁLISE FINANCEIRA  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

| INDICADOR                        | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|
| Liquidez Corrente                | 1 08 | 1 02 | 0 99 | 0,97 | 0 95 |
| Solvência Geral                  | 1,16 | 1,08 | 1,04 | 1 04 | 1 03 |
| Endividamento                    | 0 86 | 0 92 | 0 96 | 0 96 | 0 97 |
| Garantia do Capital de Terceiros | 0 16 | 0 08 | 0 04 | 0,04 | 0 03 |
| Imobilização do Capital Próprio  | 0,55 | 0,54 | 0 48 | 0 50 | 0 49 |
| Liquidez Geral                   | 1 07 | 1 04 | 1 02 | 1 02 | 1 02 |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O cálculo dos índices da análise financeira, obtidos dos valores apresentados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/1997, indica que o Banco não apresenta capacidade para o pagamento das suas Obrigações de Curto Prazo. Para cada R\$ 100,00 de Dívida de Curto Prazo, tem-se, aproximadamente, R\$ 95,00 de moeda circulante.

Considerando-se os cinco anos, verifica-se que o cálculo da Liquidez Corrente (em que são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante) apresentou, até 1994, uma situação satisfatória entre os valores positivos e os valores negativos dos seus bens numerários, isto é, entre a conversibilidade de seus créditos em moeda corrente para saldar seus débitos de curto prazo. Já a partir de 1995, este índice manteve-se abaixo de 1.

O Nível de Endividamento, no período examinado, aumentou nos quatro últimos exercícios, comparado com o índice de 0,86 apresentado no ano de 1993. O endividamento da Entidade, em 31-12-97, demonstrado pela relação estabelecida entre o Total dos Capitais de Terceiros aplicados no valor de R\$ 11 580 789 mil e o Ativo Total no valor de R\$ 11 944 731 mil, foi de 0,97. Portanto, o Grau de Endividamento do Banco, em 1997, foi de 97%, significando que, para cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 97,00 foram adquiridos com Recursos de Terceiros. Esta situação pode ser considerada normal, em se tratando de um Banco comercial.

A Liquidez Geral, que mede a capacidade de pagamento no curto e longo prazos, apresentou, em 1997, o índice de 1,02. Esta situação pode ser considerada satisfatória, tendo em vista o tipo de atividade da Empresa.

A garantia oferecida pelos Capitais Próprios aos de Terceiros esteve, no ano de 1993, em torno de 16%. No exercício sob exame, esta garantia diminuiu para 3%, o que implica que, para cada R\$ 100,00 de Capitais de Terceiros, o Banco dispunha de R\$ 3,00 de Capitais Próprios.

Quanto à Imobilização do Capital Próprio, verifica-se que o Ativo Permanente absorveu, em 1997, uma parcela menor do Patrimônio Líquido (49%), se comparado com os exercícios anteriores à data de 1995.

Em geral, os indicadores demonstraram uma queda na posição financeira da Empresa

Economicamente, também, verificou-se, em 1997, um decréscimo na situação apresentada pelo BANRISUL, conforme analisado a seguir

## E.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir da Demonstração do Resultado do Exercício. A seguir, demonstram-se os indicadores econômicos considerados relevantes para a Empresa numa análise de tendência dos últimos cinco exercícios

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL  
ANÁLISE ECONÔMICA  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

| INDICADOR  | Em R\$ |       |       |      |      |
|--|--------|-------|-------|------|------|
|  | 1993   | 1994  | 1995  | 1996 | 1997 |
| Lucratividade  |        |       |       |      |      |
| Operacional  | 7,98   | 9,10  | 4,98  | -    | -    |
| Líquida  | 1,98   | 1,07  | 0,94  | -    | -    |
| Rentab. do Capital Próprio   |        |       |       |      |      |
| Operacional  | 48,11  | 61,14 | 14,87 | -    | -    |
| Líquida  | 11,93  | 7,18  | 2,81  | -    | -    |
| Taxa de Retorno de Investimentos                                     | 1,69   | 0,56  | 0,10  | -    | -    |
| Fonte: Balanço Geral da Sociedade<br>Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS |        |       |       |      |      |

O Cálculo da Lucratividade Operacional e da Lucratividade Líquida estabelece a relação entre o Lucro Operacional e o Lucro Líquido com a Receita Operacional

A Rentabilidade do Capital Próprio estabelece o retorno dos Recursos Próprios investidos na Empresa, e a Taxa de Retorno de Investimento demonstra a capacidade que os ativos apresentam de gerar lucros, medindo a eficiência com que os

No exercício em exame (1997), tendo em vista o Resultado Operacional e do Exercício terem sido negativos, deixamos de calcular os índices econômicos retromencionados

A Taxa de Retorno de Investimentos atingiu, em 1993, 1,69%, sendo que, nos exercícios de 1994/1995, foi inferior a 1% Nos exercícios de 1996 e 1997, tendo em vista o resultado negativo, não ha perspectiva de retorno

## F - REALIZAÇÕES

O quadro a seguir evidencia a evolução dos saldos de empréstimos e financiamentos realizados pelo BANRISUL no período de 1993 a 1997

| SETOR             | BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL |     |  |     |             |     |             |     |             |     | Em R\$ mil)* |
|-------------------|---|-----|--|-----|-------------|-----|-------------|-----|-------------|-----|--------------|
|                   | APLICAÇÕES                                      |     | SALDOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS |     |             |     | POR SETORES |     |             |     |              |
|                   | PERÍODO DE 1993/1997                            |     |  |     |             |     |             |     |             |     |              |
|                   | Em 31.12.93                                     |     | Em 31.12.94                            |     | Em 31.12.95 |     | Em 31.12.96 |     | Em 31.12.97 |     |              |
|                   | VALOR   | %   | VALOR                                  | %   | VALOR       | %   | VALOR       | %   | VALOR       | %   |              |
| PRIVADO           | 667 575   | 46  | 895 400                                | 74  | 1 168 387   | 79  | 1 474 239   | 81  | 1 849 152   | 85  |              |
| Industrial        | 276 076   | 19  | 417 088                                | 35  | 555 395     | 38  | 677 193     | 37  | 800 063     | 37  |              |
| Comercial         | 100 846   | 7   | 192 431                                | 16  | 264 469     | 18  | 235 461     | 13  | 273 371     | 13  |              |
| Rural             | 107 567   | 7   | 93 477                                 | 8   | 140 069     | 9   | 166 196     | 9   | 272 493     | 12  |              |
| Outros            | 183 086   | 13  | 182 404                                | 15  | 208 454     | 14  | 395 389     | 22  | 503 236     | 23  |              |
| PUBLICO           | 682 116   | 47  | 63 963                                 | 5   | 60 278      | 4   | 84 256      | 5   | 54 392      | 2   |              |
| Governo Federal   | 18 916  | 1   | 12 071                                 | 1   | 9 688       | 1   | 7 955       | 1   | 5 169       |     |              |
| Governo Estadual  | 600 106   | 42  | 33 364                                 | 3   | 22 200      | 1   | 57 280      | 3   | 5 148       |     |              |
| Governo Municipal | 63 078  | 4   | 17 479                                 | 1   | 27 956      | 2   | 19 021      | 1   | 44 075      | 2   |              |
| Empresas          | 16  |     | 1 049                                  |     | 422         |     |             |     |             |     |              |
| Outros            |   |     |  |     |             |     |             |     |             |     |              |
| PESSOAS FÍSICAS   | 96 009  | 7   | 249 546                                | 21  | 250 507     | 17  | 256 253     | 14  | 277 486     | 13  |              |
| TOTAL             | 1 445 700                                       | 100 | 1 198 909                              | 100 | 1 479 172   | 100 | 1 814 748   | 100 | 2 181 029   | 100 |              |

Fonte: Departamento de Inspeção e Auditoria - BANRISUL

\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Verifica-se que, na série examinada (93/97), a maior parte dos saldos de Empréstimos e Financiamentos, em 1993, está concentrada no Setor Público (especialmente no Governo Estadual) Já a partir de 1994, houve preponderância significativa destes saldos no Setor Privado, os quais representam percentuais acima de 70% na composição total Em 1997, o referido Setor deteve 85%, enquanto o Setor Público e as Pessoas Físicas situaram-se em 2% e 13%, respectivamente

No Setor Privado, destaca-se o segmento industrial que representou 37% (R\$ 800.053 mil) do montante registrado (R\$ 2 181 029 mil).

No Setor Público, o governo Municipal deteve 2% do referido montante, e os governos Federal e Estadual detiveram pequenos valores que nada representam percentualmente, em relação ao montante

A diminuição da participação do Setor Público nos Empréstimos e Financiamentos deve-se à Lei Federal nº 8 727, de 05 de novembro de 1993, que autorizou a rolagem das dívidas dos Estados, Municípios, Empresas Públicas e de Economia Mista, sendo dispensada a intermediação do Banco em tais operações

Dessa forma, o saldo das Operações de Crédito concentrou-se, a partir de 1994, no Setor Privado, sendo que as Operações de Crédito, acrescidas ao segmento pessoas físicas, representaram percentuais em torno de 98% do total dos saldos de Empréstimos e Financiamentos

### **3.3.4.2 - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE**

#### **A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS**

A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, criada pela Lei Estadual nº 4 356, de 13-09-61, é uma sociedade anônima de capital aberto e uma concessionária do serviço público de energia elétrica, com Capital Social representado por 380 669 270 000 de ações ordinárias e 8 000 684 000 de ações preferenciais, totalizando R\$ 580 874 mil de Capital Social Integralizado, conforme Ata de AGE nº 142, de 11/08/97 O seu acionista controlador e o Estado do Rio Grande do Sul que detém 244 328 869 012 ações ON, equivalentes a 64,18% do Capital Social Integralizado, com direito a voto da Companhia São objetivos da CEEE a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem à idêntica finalidade

#### **B - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

O processo de reestruturação da Companhia teve suas etapas preliminares iniciadas em 1996, em decorrência da aprovação da Lei Estadual nº 10 607, de 28 de dezembro de 1995, que instituiu o Programa de Reforma do Estado - PRE

A Lei Estadual nº 10 900, de 26 de dezembro de 1996, aprovou a criação de seis empresas, sendo duas sociedades anônimas de geração de energia elétrica, a Companhia de Geração Hídrica de Energia Elétrica e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, uma sociedade anônima de transmissão de energia elétrica, a Companhia Transmissora de Energia Elétrica, três sociedades anônimas de distribuição de energia elétrica, a Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, além de uma sociedade controladora "Holding" das sociedades de energia elétrica sob controle acionário do Estado, a CEEE - Participações

A Lei Estadual nº 10 900 autoriza, ainda, a privatização das distribuidoras Centro-Oeste e a Norte-Nordeste (art 6º), assegurando ao Estado o controle acionário da Distribuidora Sul-Sudeste, da Geração Hídrica, da Rede Básica de Transmissão e da "Holding" (art 2º)

Das seis empresas idealizadas, três foram formalmente constituídas em 1997 a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica (posteriormente denominada Rio Grande Energia S/A ), a Companhia de Geração Térmica de Energia

Elétrica, que ficaram sob controle acionário do Governo do Estado e a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (posteriormente denominada AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia Elétrica S/A), que ficou sob controle acionário da CEEE

Das três empresas criadas, foram efetivamente alienadas, no mês de outubro de 1997, as duas distribuidoras, ficando a empresa de geração térmica a ser repassada à União como parte do processo de renegociação da dívida estadual.

A Assembléia Geral Extraordinária de 11 de agosto de 1997, aprovou a redução de capital da CEEE no valor de R\$ 960 330 mil (R\$ 352 163 mil de Capital Social e R\$ 608 167 mil de Reservas de Capital), tendo sido entregues em pagamento ao Governo Estadual os ativos e passivos da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, conforme segue

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

|                          |         | R\$ mil                |         |
|--------------------------|---------|------------------------|---------|
| Ativo Circulante         | 10      | Passivo Circulante     | 63 158  |
| Realizável a longo prazo | -       | Exigível a longo prazo | 423 079 |
| Permanente               | 873 971 | Patrimônio Líquido*    | 387 744 |
| Total                    | 873 981 | Total                  | 873 981 |

(\*) Capital Inicial de R\$ 10 mil (AGE nº 141, de 10 06 97) e integralização de R\$ 387 734 mil (AGE nº 142, de 11 08 97), através de Bens e Obrigações

COMPANHIA NORTE-NORDESTE DE DISTRIBUIÇÃO (RGE)

|                          |         | R\$ mil                |         |
|--------------------------|---------|------------------------|---------|
| Ativo Circulante         | 26 010  | Passivo Circulante     | 33 919  |
| Realizável a longo prazo | -       | Exigível a longo prazo | 127 014 |
| Permanente               | 707 509 | Patrimônio Líquido*    | 572 586 |
| Total                    | 733 519 | Total                  | 733 519 |

(\*) Capital Inicial de R\$ 10 mil (AGE nº 141, de 10 06 97) e integralização de R\$ 572 576 mil (AGE nº 142, de 11 08 97), através de Bens e Obrigações

A mesma Lei Estadual nº 10 900/96, aprovou a alienação de 100% (subsidiária integral) do Capital Social da Companhia Centro-Oeste de Distribuição, que apresentava a seguinte composição:

COMPANHIA CENTRO-OESTE DE DISTRIBUIÇÃO (AES SUL)

|                          |         |                        |         | R\$ mil |
|--------------------------|---------|------------------------|---------|---------|
| Ativo Circulante         | 6 940   | Passivo Circulante     | 18 339  |         |
| Realizável a longo prazo | 299     | Exigível a longo prazo | 51 623  |         |
| Permanente               | 598 709 | Patrimônio Líquido*    | 536 344 |         |
| Total                    | 605 947 | Total                  | 605 947 |         |

(\*)Capital Inicial de R\$ 10 mil (AGE n° 141, de 10 06 97) e integralização de R\$ 536 334 mil (AGE n° 142, de 11 08 97), através de Bens e Obrigações

A Receita Total gerada pela alienação da participação detida pela CEEE na Companhia Centro-Oeste de Distribuição (AES Sul), através do leilão especial promovido pela Bolsa de Valores do Extremo Sul, em 21 de outubro de 1997, foi de R\$ 1 510 000 mil, integralmente liquidado em 28 de outubro

A permanência da concessão de distribuição da área Sul-Sudeste do Estado, através da Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, assegurou à CEEE uma parcela de, aproximadamente, 33% do mercado, com 1 112 770 consumidores, sendo que 957 430 são residenciais, atendendo a 68 municípios, abrangendo uma área de 73 363 km<sup>2</sup>

A Receita Líquida gerada pelo fornecimento de energia foi de R\$ 1 105 143 mil, no exercício de 1997, na distribuição de 5 337 Gwh, sendo correspondente a 9 meses da antiga CEEE (todo o Estado como mercado) e a 3 meses da nova CEEE (área sul-sudeste como mercado) do exercício de 1997

A Rede Básica, responsável pelo escoamento da energia recebida nas conexões com o Sistema Interligado (Itaipu e Eletrosul) e nas conexões com as usinas existentes no Estado, atingiu o montante de 18 962 GWh. Deste montante, a CEEE foi responsável pelo atendimento de 4 690 GWh (3 450,3 Hidro e 1 239,7 Térmico), representando 24,73%

### B.1 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 04 de março de 1998, conforme Assembléia Geral Extraordinária, foi iniciado o processo de aumento de Capital Social da Companhia no valor de R\$ 450 000 mil, mediante incorporação da parcela de Reserva de Capital

Nesta mesma Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital no valor de R\$ 415 000 mil, visando ao cumprimento da Lei Estadual nº 11 076, de 06 de janeiro de 1998, bem como solicitação do acionista majoritário, expressa no ofício nº 075/98-GSF, de 23 de janeiro de 1998, da restituição aos acionistas da parte do valor de suas ações.

A partir de 01 de janeiro de 1998, a Companhia, conforme Resolução nº 01 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 23 de dezembro de 1997, escriturará suas contas de acordo com o novo Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, efetuando a segregação dos gastos e receitas por atividade de produção, transmissão, distribuição e por unidade de negócio

### **C - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA ANÁLISE**

- 1 Demonstrações Financeiras
  - 1 1- Balanço Patrimonial
  - 1 2- Demonstração do Resultado do Exercício
  - 1 3- Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos
- 2 Relatório de Administração
- 3 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial
- 4 Parecer dos Auditores Independentes
- 5 Balanço Geral do Estado
- 6 Demonstrações Financeiras
  - 6 1- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
  - 6 2- Companhia Norte-Nordeste de Energia Elétrica
  - 6 3- Companhia Centro-Oeste de Energia Elétrica
- 7 Leis Estaduais nº 10 607, de 28-12-95 e nº 10 900, de 26-12-96
- 8 . Ata da Assembléia Geral Extraordinária nº 142, de 11-08-97

### **D - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período de gestão de 01-01-1997 a 31-12-1997

De acordo com o artigo 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 6 404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes a sua área de atuação

O trabalho levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997 (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício)

### D.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei Federal nº 6 404/76, referentes aos últimos cinco exercícios

BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil\*

| GRUPO                               | 1993      |                   | 1994      |                   | 1995      |                   | 1996      |                   | 1997      |                   |     |
|-------------------------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-----|
|                                     | VALOR     | VAR<br>%<br>94/93 | VALOR     | VAR<br>%<br>95/94 | VALOR     | VAR<br>%<br>96/95 | VALOR     | VAR<br>%<br>97/96 | VALOR     | VAR<br>%<br>97/93 |     |
| <b>Ativo</b>                        | 7 250 552 |                   | 6 040 250 | 17                | 6 525 886 | 8                 | 6 039 657 | 7                 | 4 266 164 | 29                | 41  |
| Circulante                          | 463 020   |                   | 385 370   | 17                | 522 586   | 36                | 569 298   | 9                 | 1 652 315 | 190               | 257 |
| Realizável a Longo Prazo            | 12 915    |                   | 21 364    | 65                | 55 975    | 162               | 93 137    | 66                | 371 262   | 299               | 275 |
| Permanente                          | 6 774 617 |                   | 5 633 516 | 17                | 5 947 325 | 6                 | 5 377 233 | 10                | 2 242 587 | 58                | 67  |
| Investimentos                       | 39 401    |                   | 35 918    | 9                 | 45 636    | 27                | 45 058    | 1                 | 36 848    | 18                | 6   |
| Imobilizado                         | 5 446 013 |                   | 4 512 965 | 17                | 5 889 773 | 31                | 5 327 163 | 10                | 2 198 645 | 59                | 60  |
| Diferido                            | 1 289 203 |                   | 1 084 632 | 16                | 11 915    | 99                | 5 012     | 58                | 7 094     | 42                | 99  |
| <b>Passivo e Patrimônio Líquido</b> | 7 250 552 |                   | 6 040 250 | 17                | 6 525 886 | 8                 | 6 039 657 | 7                 | 4 266 164 | 29                | 41  |
| Circulante                          | 1 605 536 |                   | 831 512   | -48               | 899 789   | 8                 | 925 411   | 3                 | 705 914   | 24                | 56  |
| Exigível a Longo Prazo              | 1 313 634 |                   | 1 485 528 | 13                | 2 076 129 | 40                | 2 405 787 | 16                | 2 140 184 | 11                | 63  |
| Resultado Exerc. Futuros            |           |                   |           |                   |           |                   |           |                   |           |                   |     |
| Patrimônio Líquido                  | 4 331 383 |                   | 3 723 210 | 14                | 3 549 968 | 5                 | 2 708 459 | 24                | 1 420 066 | 48                | 67  |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Dezembro) FGV

A significativa redução do Patrimônio Líquido no exercício deveu-se, principalmente, aos seguintes fatos

- Cisão parcial com redução de Capital Social, relativo à criação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica .... R\$ 387 744 mil
- Cisão parcial com redução de Capital Social, relativo à criação da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica ..... R\$ 572 586 mil
- Reversão de parte da Reserva de Correção Monetária Especial - Lei Federal nº 8 200/91, referente às Usinas Dona Francisca e Candiota III .. .. R\$ 189 416 mil

Assim, nota-se que, a preços de 1997, o Ativo Total teve um decréscimo de 29% em relação ao exercício anterior e de 41% em relação ao exercício de 1993. Semelhantemente, o Ativo Permanente demonstra um decréscimo de 58% em relação ao exercício anterior e de 67% em relação ao exercício de 1993.

O Ativo Imobilizado está subdividido em "Imobilizado em Serviço" e "Imobilizações em Curso" e representa 98,04% do Ativo Permanente e 51,54% do Ativo Total.

Dentre o Imobilizado em Serviço, cuja soma é de R\$ 3 016 749 mil, desprezada a parcela relativa à depreciação, destaca-se a conta "Máquinas e Equipamentos" no valor de R\$ 2 341 465 mil (77,62%).

A dívida da Companhia, em 31-12-97, referente aos Empréstimos e Financiamentos, estava assim constituída

| Em R\$ mil  |             |             |         |         |
|-------------|-------------|-------------|---------|---------|
| MOEDA       | CURTO PRAZO | LONGO PRAZO | SOMA    | %       |
| Nacional    | 91 835      | 355 128     | 446 963 | 49,43%  |
| Estrangeira | 113 005     | 344 233     | 457 238 | 50,57%  |
| TOTAL       | 204 840     | 699 361     | 904 201 | 100,00% |

Verificou-se, dessa forma, que 50,57% do total dos Empréstimos e Financiamentos constituem-se em moeda estrangeira.

As garantias oferecidas para os Empréstimos e Financiamentos foram as seguintes

| GARANTIA                                | Em R\$ mil     | %             |
|---|----------------|---------------|
| Caução arrec rec oper junto ao BANRISUL | 217 237        | 24,03         |
| Bens Próprios                           | 202 570        | 22,40         |
| Gov Est do RS e BRDE                    | 96 566         | 10,68         |
| Sem garantia ou fiança                  | 46 654         | 5,16          |
| Outras/sem identificação                | 341 174        | 37,73         |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>904 201</b> | <b>100,00</b> |

Estes Empréstimos e Financiamentos representavam

| GRUPO                          | TOTAL            | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS |            | % S/         |
|--------------------------------|------------------|------------------------------|------------|--------------|
|                                | DO GRUPO         | CONSTANTES                   | NOS GRUPOS | TOTAL        |
|                                | EM R\$ MIL       | EM R\$ MIL                   |            | DO GRUPO     |
| Passivo Circulante             | 705 914          | 204 840                      |            | 29,02        |
| Passivo Exigível a Longo Prazo | 2 140 184        | 699 361                      |            | 32,68        |
| <b>Passivo Total</b>           | <b>2 846 098</b> | <b>904 201</b>               |            | <b>31,77</b> |

O Passivo da Companhia estava constituído por 24,80% de Obrigações de Curto Prazo e 75,20% de Longo Prazo

Comparando a relação destes capitais com o Ativo da Empresa, tem-se a seguinte situação

| ANO  | Em %                  |  |        |
|------|-----------------------|--|--------|
|      | CAPITAIS DE TERCEIROS | CAPITAIS PRÓPRIOS (PATRIMÔNIO LÍQUIDO) | TOTAL  |
| 1993 | 40,26                 | 59,74                                  | 100,00 |
| 1994 | 38,36                 | 61,64                                  | 100,00 |
| 1995 | 45,66                 | 54,34                                  | 100,00 |
| 1996 | 55,16                 | 44,84                                  | 100,00 |
| 1997 | 66,71                 | 33,29                                  | 100,00 |

A participação dos Capitais de Terceiros no financiamento do Ativo da Empresa esteve na média de 44,86% até 1996, atingindo o índice de 66,71% no exercício em análise (1997), o mais elevado da série

## D.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei Federal nº 6 404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o Resultado Econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais

O Quadro II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o Resultado Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro ou Prejuízo do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

Em R\$ mil\*

| GRUPO                              | 1993      |                | 1994      |                | 1995      |                | 1996      |                | 1997      |                |                |
|------------------------------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|----------------|
|                                    | VALOR     | VAR %<br>94/93 | VALOR     | VAR %<br>95/94 | VALOR     | VAR %<br>96/95 | VALOR     | VAR %<br>97/96 | VALOR     | VAR %<br>97/96 | VAR %<br>97/93 |
| Receitas Operacionais              | 1 388 556 |                | 1 304 058 | 6              | 1 167 298 | 10             | 1 403 219 | 20             | 1 105 143 | 21             | 20             |
| (-) Despesas Operacionais          | 9 151 012 |                | 3 931 726 | 57             | 1 723 738 | 56             | 1 968 565 | 14             | 1 795 063 | 9              | -80            |
| (=) Resultado Operacional          | 7 762 466 |                | 2 627 668 | 66             | 556 440   | 79             | 566 336   | 2              | 690 940   | 22             | 91             |
| (+) Receitas Não Operacionais      | 6 577     |                | 7 201     | 9              | 4 994     | 31             | 6 818     | 37             | 997 493   | 14630          | 15066          |
| (-) Despesas Não Operacionais      | 37 513    |                | 21 539    | 43             | 8 965     | 58             | 12 126    | 35             | 372 949   | 2976           | 894            |
| (+/-) Resultado Correção Monetária | 6 488 755 |                | 2 756 853 | -58            | 431 607   | 84             | -         | -              | -         | -              | -              |
| (-) Prov. I. R./Contr. Social      | -         |                | -         |                | 6 950     |                | -         |                | 79 016    |                |                |
| (=) Lucro/Prejuízo do Exercício    | 1 304 638 |                | 114 847   |                | 135 753   |                | 570 644   | 320            | 12 620    |                |                |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Médio) FGV

A Receita Operacional, no exercício em análise, apresentou um decréscimo de 21,24% em relação ao exercício anterior, devido, em parte, à reestruturação societária, com a privatização de duas das três distribuidoras criadas pela Lei Estadual nº 10 900/96, que reduziu sua receita em 2/3 no último trimestre de 1997, limitando a distribuição à região Sul-Sudeste do Estado

A Companhia sempre apresentou Resultado Operacional negativo na série apresentada no Quadro II Também apresentou Prejuízos Líquidos nos exercícios de 1993, 1995 e 1996 As exceções ocorreram nos anos de 1994 e 1997

No exercício de 1997, a Receita Não-Operacional Líquida, proveniente da alienação da distribuidora centro-oeste, no valor de R\$ 949 696, equivalente a 85,93% da Receita Líquida Anual, proporcionou um Resultado Líquido no Exercício de R\$ 12 620 mil Excluindo-se esta operação, o resultado restaria negativo em R\$ 937 076 mil, superior em 64,21% ao prejuízo apurado no exercício anterior

Cabe ressaltar que os registros contábeis da baixa do investimento alienado pela Companhia ocorreram indevidamente na própria conta de Receita Não-Operacional, no valor de R\$ 560 304 mil (R\$ 536 344 mil, adicionado de R\$ 23 960 mil, relativo à equivalência patrimonial do período de 11-08 a 21-10-97) Em vista disso, na referida conta figurou o líquido da operação, ou seja R\$ 949 696 mil (R\$ 1 510 000 mil, diminuídos de R\$ 560 304 mil) Além disso, a conta Despesas Não-Operacionais também restou reduzida de R\$ 560 304 mil

No exercício sob exame, os itens componentes da Despesa tiveram a seguinte participação na Receita Líquida

| DISCRIMINAÇÃO                       | Em R\$ mil | %      |
|-------------------------------------|------------|--------|
| Receita Operacional Líquida         | 1 105 143  | 100,00 |
| Despesas Operacionais               |            |        |
| Pessoal                             | 746 229    | 67,52  |
| Material                            | 13 466     | 1,22   |
| Serviço de Terceiros                | 64 077     | 5,80   |
| Energia Elétrica Comprada p/Revenda | 291 580    | 26,38  |
| Depreciação e amortização           | 185 050    | 16,74  |
| Prov p/complm Aposent Ex Autárq     | 60 187     | 5,45   |
| Outras Despesas                     | 288 226    | 26,08  |
| Despesas Financeiras Líquidas       | 147 268    | 13,33  |
| Total Despesas Operacionais         | 1 796 083  | 162,52 |
| Despesa Não Operacional             |            |        |
| Candota III                         | 206 112    | 18,65  |
| Dona Francisca                      | 129 063    | 11,68  |
| Outras Despesas                     | 37 774     | 3,42   |
| Total Despesa Não Operacional       | 372 949    | 33,75  |
| Total da Despesa                    | 2 169 032  | 196,27 |

Os Gastos com Pessoal atingiram índice de 67,52% da Receita Operacional Líquida, com acréscimo real de 64,13% em relação à Receita Operacional Líquida

A participação das Despesas Não-Operacionais, em relação a Receita Operacional Líquida, registrou um acréscimo de 32,89 pontos percentuais em relação ao exercício anterior e representaram 33,75% da Receita Operacional Líquida

Em decorrência do Contrato nº CEEE/9702955, celebrado em março/97, referente à implantação e exploração compartilhada da concessão do potencial energético da Usina de Dona Francisca, a CEEE estornou, do Ativo Imobilizado em curso, o valor de R\$ 251 129 mil relativo a custos e correção monetária apropriados anteriormente. Em contrapartida, foram registrados R\$ 18 828 mil como valor recebível, no Ativo Realizável a Longo Prazo, e R\$ 232.301 mil como Despesa Não-Operacional, havendo a reversão da Reserva de Correção Monetária Especial (Lei Federal nº 8 200/91) de R\$ 103 238 mil, restando um saldo como Despesa Não-Operacional no valor de R\$ 129 063 mil.

O Congresso Nacional, em outubro de 1997, autorizou a União Federal à assunção das dívidas referentes à Usina Termelétrica de Candiota III - Unidade I, que a CEEE detinha junto aos bancos franceses. Conseqüentemente, a Companhia registrou como Despesa Não-Operacional a diferença entre o saldo das imobilizações, que superou o saldo da dívida existente em 30 de setembro de 1997, no valor de R\$ 292 290 mil. Posteriormente, devido à Deliberação nº 235, de 30-09-1997, registrou-se a reversão da Reserva de Correção Monetária Especial (Lei Federal nº 8 200/91) no valor de R\$ 86 178 mil, restando um saldo como Despesa Não-Operacional no valor de R\$ 206 112 mil.

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do Resultado em relação às Receitas Operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

| GRUPO                        | Em R\$ |   |        |   |        |   |        |   |        |   |
|------------------------------|--------|---|--------|---|--------|---|--------|---|--------|---|
|                              | 1993   |   | 1994   |   | 1995   |   | 1996   |   | 1997   |   |
|                              | +      | - | +      | - | +      | - | +      | - | +      | - |
| Receitas Operacionais        | 100 00 |   | 100 00 |   | 100 00 |   | 100 00 |   | 100 00 |   |
| Despesas Operacionais        | 659 03 |   | 301 50 |   | 147 67 |   | 140 29 |   | 162 52 |   |
| Resultado Operacional        | 559 03 |   | 201 50 |   | 47 67  |   | -40 29 |   | 62 52  |   |
| Receitas Não-Operacionais    | 0 47   |   | 0 56   |   | 0 43   |   | 0 49   |   | 0 26   |   |
| Despesas Não-Operacionais    | 2 70   |   | 1 65   |   | 0 77   |   | 0 86   |   | 33 75  |   |
| Resultado Correção Monetária | 467 30 |   | 211 41 |   | 36 97  |   |        |   |        |   |
| Prov. I.R./Contr.Social      |        |   |        |   | 0 60   |   |        |   | 7 15   |   |
| Lucro/Prejuízo do Exercício  | 93 96  |   | 8 81   |   | 11 63  |   | 40 67  |   | 1 14   |   |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que as Despesas Operacionais tiveram variação a maior em 15,85%, em relação a 1996, ultrapassando, em 62,52%, a Receita Operacional do exercício de 1997.

### D 3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido (CCL), no exercício de 1997, em relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV, alínea "d" do artigo 188 da Lei Federal nº 6 404/76

#### ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| GRUPO                    | INÍCIO DO<br>EXERCÍCIO | FINAL DO<br>EXERCÍCIO | VARIAÇÃO DO<br>EXERCÍCIO |
|--------------------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|
|                          | +                      | +                     | +                        |
| Ativo Circulante         | 529 664                | 1 652 315             | 1 122 651                |
| Passivo Circulante       | 861 000                | 705 914               | 155 086                  |
|                          | +                      | +                     | +                        |
| Ativo Circulante Líquido | 331 336                | 946 401               | 1 277 737                |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No exercício de 1997, ocorreu um aumento do Capital Circulante Líquido na ordem de R\$ 1 277 737 mil, uma vez que as origens foram superiores as aplicações. As transações que influíram positivamente somaram R\$ 4 009 624 mil, enquanto que as aplicações de recursos totalizaram R\$ 2 731 887 mil, ou seja, 31,87% a menor que o total das origens.

Embora a baixa de Investimentos tenha sido de R\$ 560 304 mil, na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos a redução de Investimento foi apresentada pelo valor de R\$ 530 263 mil, ou seja, com diferença de R\$ 30 041 mil.

Incorporando-se à presente análise os valores tabulados do Quadro III, verifica-se que a estrutura de capital da Empresa, que estava financiando o Ativo Total, apresentava a seguinte situação:

**QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITAIS**  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| APLICAÇÃO                      | ORIGEM           |           | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |           | PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO |   | PASSIVO CIRCULANTE |           | TOTAL            |            |
|--------------------------------|------------------|-----------|--------------------|-----------|--------------------------------|---|--------------------|-----------|------------------|------------|
|                                | VALOR            | %         | VALOR              | %         | VALOR                          | % | VALOR              | %         | VALOR            | %          |
| Ativo Permanente               | 1 420 066        | 63        | 822 521            | 37        |                                |   |                    |           | 2 242 587        | 100        |
| Ativo Realizável a Longo Prazo |                  |           | 371 262            | 100       |                                |   |                    |           | 371 262          | 100        |
| Ativo Circulante               |                  |           | 946 401            | 57        |                                |   | 705 914            | 43        | 1 652 315        | 100        |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1 420 066</b> | <b>33</b> | <b>2 140 184</b>   | <b>50</b> |                                |   | <b>705 914</b>     | <b>17</b> | <b>4 266 164</b> | <b>100</b> |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Os Capitais Próprios e a totalidade dos recursos obtidos com Empréstimos de Longo Prazo financiaram, respectivamente, 63% e 37% do Ativo Permanente da CEEE

Se todas as dívidas inscritas no Passivo fossem cobradas, o Ativo Circulante seria suficiente para fazer frente a 100% dos compromissos de curto prazo e de 44,22% dos compromissos de longo prazo, ou ainda de 58,06% dos compromissos totais

## E - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

### E.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

#### E.1.1 - Capital Circulante

O acréscimo de 190,24% verificado no Ativo Circulante sobre o exercício anterior teve origem na alocação de recursos provenientes da alienação da Companhia Centro-Oeste de Distribuição

Referida alienação, adicionada da criação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, gerou redução de 58% no Ativo Permanente e de 48% no Patrimônio Líquido, pela reestruturação societária.

Com base no Quadro I e examinando o demonstrativo a seguir, constatou-se que, até o exercício de 1996, as disponibilidades a curto prazo não foram suficientes para cobrir os compromissos no mesmo período, o que fez com que a Companhia viesse operando sem Capital de Giro Próprio, alterando esta situação no exercício de 1997

O montante do Capital Circulante Líquido passou de negativo, em R\$ 356 123 mil em 1996, para positivo, em R\$ 946 401 mil em 1997

CAPITAL DE GIRO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

|      | Em R\$ mil* |
|------|-------------|
| 1993 | -1 142 517  |
| 1994 | -446 142    |
| 1995 | 377 203     |
| 1996 | 356 123     |
| 1997 | 946 401     |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

\*Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Dezembro) FGV

**E.1.2 - Outros Indicadores Financeiros**

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei Federal nº 6 404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

ANÁLISE FINANCEIRA  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

| INDICADOR                        | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|
| Liquidez Corrente                | 0,29 | 0,46 | 0,58 | 0,62 | 2,34 |
| Solvência Geral                  | 2,48 | 2,61 | 2,19 | 1,81 | 1,50 |
| Endividamento                    | 0,40 | 0,38 | 0,46 | 0,55 | 0,67 |
| Garantia do Capital de Terceiros | 1,48 | 1,61 | 1,19 | 0,81 | 0,50 |
| Imobilização do Capital Próprio  | 1,56 | 1,51 | 1,68 | 1,99 | 1,58 |
| Liquidez Geral                   | 0,16 | 0,18 | 0,19 | 0,20 | 0,71 |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O cálculo dos índices da análise financeira, obtido dos valores apresentados no Balanço Patrimonial encerrado em 31-12-1997, propiciou um entendimento de que a Empresa não apresentava capacidade para o pagamento das suas obrigações de curto prazo até o exercício de 1996, alterando sua posição em 1997

A Liquidez Corrente, obtida pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, que apresentaram até o exercício anterior coeficientes inferiores à unidade, passou a apresentar, no exercício de 1997, coeficiente de 2,34, em decorrência do ingresso de recursos provenientes da privatização da Companhia Centro-Oeste de Distribuição

Neste último exercício, para cada R\$ 100,00 de Dívida a Curto Prazo, a Companhia possuía R\$ 234,00, entre Disponibilidades e Créditos de Curto Prazo, para o seu resgate

Já o Índice de Liquidez Geral, resultante da relação entre as disponibilidades, bens e direitos realizáveis do Ativo Circulante, bem como os valores do Realizável a Longo Prazo, demonstrou que os recursos disponíveis, somados à totalidade dos créditos, são insuficientes quando confrontados com os compromissos da CEEE Para o exercício de 1997, os recursos disponíveis e os créditos demonstram que para cada R\$ 100,00 de compromissos a curto e longo prazos a Companhia dispunha de R\$ 71,00 em moeda ou em bens e direitos conversíveis em moeda a curto e longo prazos

O Grau de Endividamento da Companhia, medido através da relação entre os Recursos de Terceiros nela aplicados e o Ativo Total, acusou um percentual de 67%, significando que, em cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 67,00 correspondiam a Capitais de Terceiros que, se comparados com os anos anteriores, apresentaram sensível acréscimo

A reestruturação societária da Companhia, que melhorou os Índices de Liquidez pelo ingresso de recursos da privatização, também foi responsável pela elevação do Índice de Endividamento, à medida que ocorreu a redução dos Capitais Próprios

A Garantia dos Capitais de Terceiros, apurada através do quociente entre o total dos Capitais Próprios e o resultante das Dívidas da Empresa, acusou uma margem de garantia de 50% Assim, para cada R\$ 100,00 de Dívida, os Recursos Próprios da Companhia cobrem apenas R\$ 50,00

O Grau de Imobilização do Capital Próprio sofreu redução em relação a 1996, tendo atingido, no exercício sob análise, 158%, mostrando que a totalidade dos Recursos Próprios não foi suficiente para financiar todo o Ativo Permanente

## E.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

| ANÁLISE ECONÔMICA  |      |      |      |      |      |
|--|------|------|------|------|------|
| DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997 |      |      |      |      |      |
| Em %   |      |      |      |      |      |
| INDICADOR  | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
| Lucratividade Operacional                                |      |      |      |      |      |
| Líquida  |      | 8 81 |      |      | 1 14 |
| Rentab do Capital Próprio Operacional                    |      |      |      |      |      |
| Líquida  |      | 2 07 |      |      | 0 89 |
| Taxa de Retorno de Investimentos                         |      | 1 28 |      |      | 0 30 |
| Fonte: Balanço Geral da Sociedade                        |      |      |      |      |      |
| Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS                          |      |      |      |      |      |

Tendo em vista os Resultados Operacionais e Líquidos negativos nos exercícios de 1993, 1995 e 1996, deixamos de calcular os índices econômicos retromencionados. Verifica-se, entretanto, nos exercícios de 1994 e 1997, índices bastante modestos.

## F - CONSUMO DE ENERGIA

As privatizações das empresas que passaram a atender as áreas de concessão Norte-Nordeste e Centro-Oeste reduziram o mercado de distribuição de energia da CEEE para a área Sul-Sudeste, correspondendo a 33% do mercado, aproximadamente.

Desse modo, a análise operacional-física da CEEE, para o exercício de 1997, restringe-se ao mercado remanescente.

| CEE - EVOLUÇÃO DO CONSUMO POR CLASSE - PERÍODO 1993/1997 |             |         |            |         |           |         |           |         |           |         | Em MWh     |         |
|--|-------------|---------|------------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|------------|---------|
| ANO  | RESIDENCIAL | VAR     | INDUSTRIAL | VAR     | COMERCIAL | VAR     | RURAL     | VAR     | OUTROS    | VAR     | TOTAL      | VAR     |
|  |             | %       |            | %       |           | %       | (1)       | %       | (2)       | %       |            | %       |
| 1993   | 3 631 519   |         | 5 142 727  |         | 1 731 821 |         | 1 336 913 |         | 1 424 856 |         | 13 267 836 |         |
| 1994   | 3 808 000   | 4 85    | 5 409 000  | 5 17    | 1 806 000 | 4 27    | 1 434 000 | 7 26    | 1 474 000 | 3 57    | 13 931 000 | 5 00    |
| 1995   | 4 193 000   | 10 10   | 5 623 000  | 3 90    | 2 000 000 | 10 70   | 1 536 000 | 7 10    | 1 561 000 | 5 76    | 14 913 000 | 7 05    |
| 1996   | 4 498 311   | 7 28    | 5 663 015  | 0 71    | 2 153 054 | 7 65    | 1 494 016 | (2 73)  | 1 633 953 | 4 67    | 15 442 349 | 3 55    |
| 1997(3)  | 2 058 000   | (54 25) | 1 247 000  | (77 98) | 1 186 000 | (44 92) | 274 000   | (81 66) | 572 000   | (64 99) | 5 337 000  | (66 44) |

FONTE: COP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) Rural: Pastoral + Rural Cooperativa Rural + Outras Coletividades Rurais + Indústria Rural

(2) Poder Público + Iluminação Pública + Serviços Públicos + Consumo Próprio + Cantieiro de Obras + Fornecimento a Concessionários

(3) As informações são relativas ao total dos 12 meses de 1997 e referem-se à área de concessão Sul-Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente.

Do mercado remanescente, os segmentos que tiveram maior redução participativa no total de consumo de energia por classe de consumidores do Estado foram os setores industrial, com percentual de 77,98%, e o rural, com 81,66 % Considerando todos os segmentos, a redução geral foi de 65,44%

## G - NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número de consumidores da região Sul-Sudeste representam 40,75% do total de consumidores do Estado, conforme se demonstra a seguir

Quadro V

CEEE EVOLUÇÃO DOS CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO PERÍODO 1993/1997

Em Unidades

| ANO     | RESIDENCIAL |       | INDUSTRIAL |       | COMERCIAL |       | RURAL   |       | OUTROS |       | TOTAL     |       |
|---------|-------------|-------|------------|-------|-----------|-------|---------|-------|--------|-------|-----------|-------|
|         | VAR         | %     | VAR        | %     | VAR       | %     | VAR     | %     | VAR    | %     | VAR       | %     |
| 1993    | 2 019 356   |       | 42 467     |       | 201 131   |       | 220 448 |       | 21 689 |       | 2 505 081 |       |
| 1994    | 2 088 351   | 3,42  | 44 838     | 5,61  | 210 027   | 4,42  | 225 966 | 2,50  | 22 233 | 2,51  | 2 591 415 | 3,45  |
| 1995    | 2 137 642   | 2,36  | 47 650     | 6,27  | 218 576   | 4,07  | 229 979 | 1,78  | 22 692 | 2,07  | 2 656 539 | 2,51  |
| 1996    | 2 210 735   | 3,42  | 49 134     | 3,11  | 226 912   | 3,81  | 220 468 | 4,14  | 23 347 | 2,89  | 2 730 596 | 2,79  |
| 1997(3) | 957 430     | 56,69 | 10 949     | 77,72 | 94 352    | 58,42 | 43 929  | 80,07 | 6 110  | 73,83 | 1 112 770 | 59,25 |

Fonte: COP - Coordenadoria de Programação e Acomodamento

(1) Rural Agro Pastoral + Rural Cooperativa Rural + Outras Coletividades Rurais + Indústria Rural

(2) Poder Público + Iluminação Pública + Serv. Públicos + Consumo Próprio + Cantelão de Obras + Fornecimento a Concessionários

(3) As informações são relativas ao total dos 12 meses de 1997 e referem-se à área de concessão Sul-Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente

Em 1997, a participação percentual de cada classe de consumidores no total teve o seguinte comportamento:

|             |        |
|-------------|--------|
| Residencial | 86,04% |
| Industrial  | 0,98%  |
| Comercial   | 8,48%  |
| Rural       | 3,95%  |
| Outros      | 0,55%  |

Num comparativo envolvendo a relação Mwh/consumidor, referente à série 1993/1997 temos

| CONSUMO/CLASSE |       |            |           |       |        |       |
|----------------|-------|------------|-----------|-------|--------|-------|
| ANO            | RESID | INDUSTRIAL | COMERCIAL | RURAL | OUTROS | TOTAL |
| 1993           | 1 80  | 121 13     | 8,61      | 6 06  | 65 69  | 5 30  |
| 1994           | 1 82  | 120 63     | 8,60      | 6 34  | 66 39  | 5 37  |
| 1995           | 1 96  | 118 01     | 9 15      | 6,68  | 68 79  | 5 61  |
| 1996           | 2 03  | 115,25     | 9 48      | 6 77  | 69,98  | 5 65  |
| 1997(1)        | 2 15  | 113 89     | 12,57     | 6 24  | 93 62  | 4 80  |

Nota: Dados obtidos segundo a relação entre os Quadros IV e V

(1) As informações são relativas ao total dos 12 meses de 1997 e referem-se à área de concessão Sul Sudeste do Estado, sob responsabilidade da CEEE remanescente

Verificou-se que a média de consumo por consumidor, em cada classe, que cresce no quinquênio, decresceu no total, com a redução do mercado de atuação

## H - GERAÇÃO

No período compreendido entre 1993 e 1997, observa-se que a geração de energia para o atendimento da demanda do Estado, tem apresentado redução, ao mesmo tempo em que tem aumentado a dependência da Companhia em relação ao fornecimento de energia por terceiros, conforme se demonstra

| ANO     | CEEE DISPONIBILIDADE DE ENERGIA |       |          |       | GERAÇÃO       |       |          |       | Em Gwh   |      |
|---------|---------------------------------|-------|----------|-------|---------------|-------|----------|-------|----------|------|
|         | HIDRO                           | VAR   | TÉRMICA  | VAR   | TOTAL PRÓPRIA | VAR   | RECEBIDA | VAR   | TOTAL    | VAR  |
|         |                                 | %     |          | %     |               | %     |          | %     |          | %    |
| 1993    | 4 308 1                         |       | 1 148 15 |       | 5 456 2       |       | 9 668 3  |       | 15 124 5 |      |
| 1994    | 4 987 1                         | 15 75 | 1 406 0  | 22 46 | 6 393 0       | 17 17 | 9 641 0  | 0 28  | 16 034 0 | 6 01 |
| 1995    | 3 427 0                         | 31 28 | 1 493 0  | 6 19  | 4 920 0       | 23 04 | 12 289 0 | 27 47 | 17 209 0 | 7 33 |
| 1996    | 3 500 8                         | 2 15  | 1 209 4  | 19 00 | 4 710 2       | 4 26  | 13 136 9 | 6 90  | 17 847 2 | 3 71 |
| 1997(1) | 3 450 3                         | 1 44  | 1 239 7  | 2 51  | 4 690 0       | 0 43  | 14 271 9 | 8 64  | 18 961 9 | 6,25 |

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) As informações acima referem-se à geração total dos 12 meses do ano de 1997 da CEEE antes de sua reestruturação

NÚMEROS RELATIVOS (BASE 1993) E PERCENTUAL NO TOTAL  
PERÍODO 1993/1997

| ANO     | HIDRO | % S/<br>TOTAL | TÉRMICA | % S/<br>TOTAL | TOTAL<br>PRÓPRIA | % S/<br>TOTAL | RECEBIDA | % S/<br>TOTAL | %<br>TOTAL |
|---------|-------|---------------|---------|---------------|------------------|---------------|----------|---------------|------------|
| 1993    | 100   | 28,48         | 100     | 7,59          | 100              | 36,07         | 100      | 63,93         | 100,00     |
| 1994    | 116   | 31,10         | 122     | 8,77          | 117              | 39,87         | 100      | 60,13         | 100,00     |
| 1995    | 80    | 19,91         | 130     | 8,68          | 90               | 28,59         | 127      | 71,41         | 100,00     |
| 1996    | 81    | 19,62         | 105     | 6,78          | 86               | 26,40         | 136      | 73,60         | 100,00     |
| 1997(1) | 80    | 18,20         | 108     | 6,54          | 86               | 24,74         | 148      | 75,26         | 100,00     |

Fonte: Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) As informações acima referem-se à geração total dos 12 meses do ano de 1997 da CEEE antes de sua reestruturação

A Companhia detinha uma participação de 36,07% sobre o total da disponibilidade bruta de energia em 1993, baixando esta participação para 24,74% em 1997, percentual este que é o menor da série sob exame

Em vista disso, em 1993, a oferta total era atendida em 63,93%, com energia adquirida de terceiros, enquanto que, em 1997, esta dependência atingiu a parcela de 75,26%, sendo esta a maior dependência no quinquênio

## I - DISTRIBUIÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E TRANSMISSÃO

As redes de distribuição da região Sul-Sudeste representaram, em 1997, 27,77% do total do exercício de 1996, conforme se demonstra

CEEE - REDES DE DISTRIBUIÇÃO  
PERÍODO 1993/1997

| ANO     | URBANA | VAR % | RURAL   | VAR % | TOTAL   | VAR % |
|---------|--------|-------|---------|-------|---------|-------|
| 1993    | 30 477 | 0,70  | 94 435  | 2,32  | 124 912 | 1,92  |
| 1994    | 30 953 | 1,56  | 96 855  | 2,56  | 127 808 | 2,32  |
| 1995    | 31 481 | 1,71  | 99 142  | 2,36  | 130 623 | 2,20  |
| 1996    | 37 340 | 18,61 | 100 492 | 1,36  | 137 832 | 5,52  |
| 1997(1) | 12 436 | 66,70 | 25 835  | 74,29 | 38 271  | 72,23 |

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) As informações acima são relativas à posição de dezembro de 1997 e referem-se à área de concessão Sul-Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente

O número de transformadores instalados na região Sul-Sudeste representou, em 1997, 30,10% do total do exercício de 1996

CEEE NÚMERO DE TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO (1)  
PERÍODO 1993/1997

| ANO     | INSTALADOS |       | RESERVAS |       | AVARIADOS |       | TOTAL  | RES      |        |
|---------|------------|-------|----------|-------|-----------|-------|--------|----------|--------|
|         | POTÊNCIA   | VAR % | POTÊNCIA | VAR % | POTÊNCIA  | VAR % |        | POTÊNCIA | INST % |
| 1993    | 81 183     |       | 1 380    |       | 5 105     |       | 87 668 |          |        |
| 1994    | 85 112     | 4 83  | 1 668    | 20 87 | 3 629     | 28 92 | 90 409 | 3 13     | 1 95   |
| 1995    | 88 767     | 4 29  | 1 546    | 7 3   | 3 671     | 1 16  | 93 983 | 3 95     | 1 74   |
| 1996    | 91 616     | 3 21  | 1 943    | 25 76 | 3 496     | 4 79  | 97 054 | 3 27     | 2 12   |
| 1997(2) | 26 839     | 70 70 | 1 022    | 47 40 | 1 365     | 61 23 | 29 216 | 69 90    | 3 81   |

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) Foram considerados os transformadores de distribuição avariados no estoque da Superintendência de Suprimentos

(2) As informações acima são relativas à posição de dezembro de 1997 e referem-se à área de concessão Sul-Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente

Os transformadores mantidos em reserva experimentaram uma margem de segurança operacional de 3,81%, que é a maior da série examinada (1993/1997). Quanto aos transformadores avariados, os mesmos representaram 5,05% do total instalado.

TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO POTÊNCIA TOTAL (MONO + TRIFÁSICOS) MVA  
PERÍODO 1993/1997

| ANO     | INSTALADOS |       | RESERVAS |       | AVARIADOS (1) |       | TOTAL    |       | % RESERVA/<br>INSTALADO |
|---------|------------|-------|----------|-------|---------------|-------|----------|-------|-------------------------|
|         | POTÊNCIA   | VAR % | POTÊNCIA | VAR % | POTÊNCIA      | VAR % | POTÊNCIA | VAR % |                         |
| 1993    | 2 898 0    |       | 39 99    |       | 149 2         |       | 3 087 2  |       | 1 38                    |
| 1994    | 3 021 8    | 4 27  | 73 18    | 82 99 | 119 6         | 19 84 | 3 214 6  | 4 12  | 2 42                    |
| 1995    | 3 152 9    | 4 33  | 61 00    | 16 65 | 126 0         | 5 35  | 3 339 9  | 3 90  | 1 93                    |
| 1996    | 3 279 8    | 4 02  | 74 10    | 21 54 | 126 2         | 0 16  | 3 479 1  | 4 17  | 2 26                    |
| 1997(1) | 651 7      | 80 13 | 121 60   | 64 10 | 50 7          | 59 83 | 824 0    | 76 32 | 18 66                   |

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) Considerados os transformadores de distribuição avariados no estoque da Superintendência de Suprimentos

Em termos de potência, a taxa de reservas sobre os transformadores instalados atingiu 18,66% em 1997.

Considerada a potência total, os transformadores instalados, no exercício em exame, tiveram uma redução percentual anual de 80,13%.

Já os transformadores em reserva tiveram acréscimos, em termos percentuais, da ordem de 64,10%, e os avariados, uma redução de 59,83%.

No total, em termos de potência, houve, no exercício em exame, um decréscimo anual de 76,32%

CEEE LINHAS ENERGIZADAS  
PERÍODO 1993/1997

| ANO         | Em Km |        |          |       |          |       |          |       |          |       |
|-------------|-------|--------|----------|-------|----------|-------|----------|-------|----------|-------|
|             | 44 KV | VAR %  | 69 KV    | VAR % | 138 KV   | VAR % | 230 KV   | VAR % | TOTAL    | VAR % |
| 1993        | 461,2 |        | 3 800,3  |       | 1 335,9  |       | 3 983,5  |       | 9 570,9  |       |
| 1994        | 461,2 | 0,00   | 3 819,0  | 0,49  | 1 335,9  | 0,00  | 3 983,5  | 0,00  | 9 589,6  | 0,20  |
| 1995        | 461,2 | 0,00   | 3 841,0  | 0,58  | 1 404,0  | 5,10  | 3 997,0  | 0,34  | 9 693,2  | 1,08  |
| 1996        | 461,2 | 0,00   | 3 901,2  | 1,57  | 1 404,3  | 0,02  | 3 996,5  | 0,01  | 9 753,2  | 0,62  |
| 1997 (1)    | 0,0   | 100,00 | 1 328,46 | 66,95 | 1 229,51 | 12,45 | 3 983,07 | 0,34  | 6 541,04 | 32,93 |
| VAR % ANUAL |       | 25,00  |          | 15,83 |          | 1,83  |          |       |          | 7,76  |

Fonte: Coordenadoria Central de Planejamento - Setor de Estatística Geral

(1) As informações são relativas ao total dos 12 meses de 1997 e referem-se à área de concessão Sul Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente

Verifica-se, ainda, que, enquanto a participação da CEEE remanescente, no consumo de energia, reduziu em 65,44%, conforme dados expostos no Quadro IV, as linhas energizadas tiveram um decréscimo de apenas 32,93%

### 3.3.4.3 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT

#### A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS

A Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT é uma Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Autorizado, criada pela Lei Estadual nº 4 073, de 30 de dezembro de 1960. A empresa é supervisionada pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, e o Estado do Rio Grande do Sul detém, em 1997, a maioria das ações Ordinárias da Companhia.

A CRT tem por objetivo a instalação, operação e exploração, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, dos Serviços Públicos de Telecomunicações e atividades afins.

O Capital Social Subscrito e Integralizado, atualizado, é de R\$ 706 994 mil e está constituído de 749 012 806 ações ordinárias e 1 201 867 728 ações preferenciais. Todas as ações são do tipo nominativo, sendo o valor nominal, em 31 de dezembro de 1997, de R\$ 0,36.

O quadro acionário da CRT está assim composto em 31-12-97

#### ESTRUTURA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/1997

| ACIONISTA    | AÇÕES ON    |       | + | AÇÕES PN      |       | +             | TOTAL (ON+PN) |   |
|--------------|-------------|-------|---|---------------|-------|---------------|---------------|---|
|              | QUANTIDADE  | %     |   | QUANTIDADE    | %     |               | QUANTIDADE    | % |
| ESTADO DO RS | 406 024 791 | 54,2  |   | 352 290       | 0,0   | 406 377 081   | 20,8          |   |
| CONSÓRCIO    | 262 352 653 | 35,0  |   |               | 0,0   | 262 352 653   | 13,5          |   |
| TELEBRÁS     | 59 966 889  | 8,0   |   | 955 182       | 0,1   | 60 922 071    | 3,1           |   |
| EMPREGADOS   | 15 553 000  | 2,1   |   |               | 0,0   | 15 553 000    | 0,8           |   |
| OUTROS       | 5 115 473   | 0,7   |   | 1 200 560 256 | 99,9  | 1 205 675 729 | 61,8          |   |
| TOTAL        | 749 012 806 | 100,0 |   | 1 201 867 728 | 100,0 | 1 950 880 534 | 100,0         |   |

No tocante ao processo de privatização da Companhia, convém alguns comentários

- em dezembro de 1996, a Telefônica do Brasil Holding (Telefônica de España e Grupo RBS) comprou 35% do capital votante da empresa, tornando-se responsável pela gestão da mesma,

- em 19 de agosto de 1997, foi promulgada a Lei Estadual nº 11 004, autorizando a alienação integral da participação acionária do Estado na CRT,

- em junho de 1998, a CRT foi vendida à Telefônica do Brasil Holding pelo valor de R\$ 1,176 bilhão, correspondente a 50,12% do capital votante da Companhia;

- a Telefônica do Brasil Holding, que já detinha 35% das ações ordinárias, com o leilão de 19 de junho de 1998, ficou com 85,12% do capital votante da empresa

## **B - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE**

### **1. Demonstrações Financeiras**

1.1 - Balanço Patrimonial

1.2 - Demonstração do Resultado do Exercício

1.3 - Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

### **2 Relatório da Administração**

### **3 Notas Explicativas de Balanço**

### **4 Parecer dos Auditores Independentes**

### **5 Balanço Geral do Governo do Estado**

## **C - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período da gestão de 01-01-1997 a 31-12-1997

De acordo com o artigo 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 6 404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes a sua área de atuação

A análise levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997 (Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados)

### C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei Federal nº 6 404/76, referentes aos últimos cinco exercícios sociais da Entidade

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO I

Em R\$ mil\*

| GRUPO                        | 1993      |                | 1994      |                | 1995      |                | 1996      |                | 1997      |                |     |
|------------------------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----|
|                              | VALOR     | VAR %<br>94/93 | VALOR     | VAR %<br>94/93 | VALOR     | VAR %<br>95/94 | VALOR     | VAR %<br>96/95 | VALOR     | VAR %<br>97/96 |     |
| Ativo                        | 2 250 466 | 7              | 2 089 596 | 7              | 2 296 060 | 10             | 2 469 206 | 8              | 3 011 109 | 22             | 34  |
| Circulante                   | 131 222   | 31             | 171 282   | 31             | 198 784   | 16             | 300 842   | 51             | 349 836   | 16             | 167 |
| Realizável a Longo Prazo     | 101 611   | 28             | 130 535   | 28             | 69 202    | 47             | 56 415    | 18             | 89 079    | 58             | 12  |
| Permanente                   | 2 017 633 | 11             | 1 787 779 | 11             | 2 028 074 | 13             | 2 111 949 | 4              | 2 572 194 | 22             | 27  |
| Investimentos                | 3 055     | 16             | 2 572     | 16             | 541       | 79             | 747       | 38             | 1 551     | 108            | 49  |
| Imobilizado                  | 1 680 916 | 6              | 1 784 692 | 6              | 2 027 459 | 14             | 2 111 201 | 4              | 2 570 643 | 22             | 53  |
| Diferido                     | 333 662   | 100            | 515       | 100            | 75        | 85             | 1         | 99             |           |                |     |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 2 250 466 | 7              | 2 089 596 | 7              | 2 296 060 | 10             | 2 469 206 | 8              | 3 011 109 | 22             | 34  |
| Circulante                   | 470 543   | 56             | 209 114   | 56             | 275 228   | 32             | 393 865   | 43             | 795 883   | 102            | 69  |
| Exigível a Longo Prazo       | 236 412   | 34             | 316 924   | 34             | 252 875   | 20             | 329 356   | 30             | 460 346   | 37             | 91  |
| Resultado Exerc. Futuros     |           |                |           |                |           |                | 11 540    |                | 9 533     |                | 17  |
| Patrimônio Líquido           | 1 543 510 | 1              | 1 563 558 | 1              | 1 767 956 | 13             | 1 734 445 | 2              | 1 755 147 | 1              | 14  |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

No exercício que está sendo examinado, o valor do Investimento Total, representado pelo Ativo no valor de R\$ 3 011 109 mil, encontra substância no valor dos Capitais Próprios, que somavam R\$ 1 755.147 mil. O Ativo Total foi financiado em 58,29% por Capitais Próprios (R\$ 1 755 147 mil), sendo o restante financiado por Capitais de Terceiros

Ao longo da série analisada, verifica-se um crescimento dos valores registrados no Ativo Circulante (Disponibilidades e Créditos de Curto Prazo) da ordem de 167% em relação a 1993, sendo que este grupo respondeu por 11,62% do Ativo Total

O Realizável a Longo Prazo, no total de R\$ 89 079 mil, estava constituído, majoritariamente, por créditos tributários relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social, que, juntos, representaram 82,12% do Grupo

Em 31-12-1997, estava registrado, no Ativo Permanente, o maior volume de recursos, R\$ 2 572 194 mil, propiciando uma participação de 85,42% no Ativo Total.

Do total registrado no Ativo Permanente, 99,94% referem-se ao Imobilizado, onde os principais itens são os equipamentos de transmissão, cabos aéreos, equipamentos de comutação automática e aparelhos telefônicos avaliados em R\$ 1 574 600 mil, já deduzida a Depreciação Acumulada

As Dívidas de Curto Prazo, inscritas no Passivo Circulante, no valor de R\$ 795 883 mil, estavam representadas basicamente por Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Recursos de Autofinanciamento, que, juntos, representaram 76,48% do Grupo (R\$ 608 700 mil)

Verificou-se que este Grupo teve um crescimento, neste exercício, de 102%, em comparação a 1996 e um aumento de 69% em relação a 1993 (Quadro I)

Como consequência, sua participação no Passivo Real aumentou de 53,61% em 1996 para 63,37% em 1997, conforme se demonstra a seguir:

| PASSIVO REAL                    |        |        |        |        |        |
|---------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| PERÍODO DE 1993/1997            |        |        |        |        |        |
|                                 | Em %   |        |        |        |        |
| GRUPO                           | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   |
| Circulante                      | 66,56  | 39,75  | 52,11  | 53,61  | 63,37  |
| Exigível a Longo Prazo          | 33,44  | 60,25  | 47,89  | 44,82  | 35,87  |
| Resultado de Exercícios Futuros | -      | -      | -      | 1,57   | 0,76   |
| PASSIVO REAL                    | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial - CRT  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As Obrigações de Longo Prazo somavam R\$ 450 546 mil, representando 35,87% do total das Obrigações

O Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 1 755 147 mil, apresentou um acréscimo de 14% comparativamente ao primeiro ano da série, e um acréscimo de 1% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no Quadro I

A seguir, demonstra-se um quadro comparativo da estrutura de capitais da Companhia nos últimos cinco exercícios

|      | Em %    |                    |
|------|---------|--------------------|
| ANO  | PASSIVO | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
| 1993 | 31,41   | 68,59              |
| 1994 | 25,18   | 74,82              |
| 1995 | 23,00   | 77,00              |
| 1996 | 29,76   | 70,24              |
| 1997 | 41,71   | 58,29              |

Fonte: Balanço Patrimonial - CRT  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme se observa, em 1997, houve um aumento da participação dos Capitais de Terceiros em detrimento dos Capitais Próprios

## C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei Federal nº 6 404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o Resultado Econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento as disposições sociais

O Quadro II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o Resultado Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro ou Prejuízo do Exercício

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
 PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

Em R\$ mil\*

| GRUPO                         | 1993      |                | 1994    |                | 1995    |                | 1996    |                | 1997    |                |      |
|-------------------------------|-----------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|------|
|                               | VALOR     | VAR %<br>94/93 | VALOR   | VAR %<br>94/93 | VALOR   | VAR %<br>95/94 | VALOR   | VAR %<br>96/95 | VALOR   | VAR %<br>97/96 |      |
| Receitas Operacionais         | 1 172 781 |                | 564 006 | 52             | 591 521 | 5              | 798 968 | 35             | 976 968 | 22             | 17   |
| Despesas Operacionais         | 2 567 412 |                | 917 147 | 64             | 608 872 | -34            | 799 639 | 31             | 861 505 | 8              | 66   |
| Resultado Operacional         | 1 394 631 |                | 363 139 | 75             | 17 351  | 95             | 671     | 96             | 115 463 |                |      |
| Receitas Não Operacionais     | 1 045     |                | 25 066  | 2299           |         |                | 2 879   |                | 50 534  | 1656           | 4736 |
| Despesas Não Operacionais     |           |                |         |                | 1 352   |                |         |                | 4 692   |                |      |
| Resultado Correção Monetária  | 1 945 788 |                | 523 036 | 73             | 55 123  | -89            | 32 331  |                | 35 228  |                |      |
| Prov. I.R./Contr Social       |           |                | 29 521  |                | 29 011  | 2              | 11 808  |                | 11 197  |                |      |
| Participações e Contribuições |           |                |         |                |         |                |         |                |         |                |      |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 562 203   |                | 165 442 | 70             | 7 409   | 96             | 18 316  |                | 114 870 |                | 79   |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Médio) FGV

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do resultado do período, quer positivos ou negativos

O melhor desempenho nos Resultados Operacionais deve-se, basicamente, à redução do valor das Despesas Operacionais, que apresentaram um declínio de 66% em 1997, em relação ao primeiro ano da série, embora tenha ocorrido um acréscimo de 8% em relação a 1996

As Receitas Operacionais tiveram desempenho ascendente no período de 1994/97, apresentando um acréscimo de 22%, no exercício em análise, em relação ao anterior

Quanto ao saldo da Correção Monetária do Balanço, constatou-se que, na situação credora, absorveu totalmente os prejuízos de 1993 a 1995, revertendo a posição deficitária da Empresa. Já no exercício de 1996, por ter apresentado resultado devedor (R\$ 32 331 mil), proporcionou um prejuízo de R\$ 18 316 mil, conforme evidenciado no Quadro II, cabendo destacar que a Reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social no valor de R\$ 11 808 mil, reduziu o Prejuízo do Exercício em, aproximadamente, 34%. Já no exercício de 1997, o resultado negativo da correção monetária, no valor de R\$ 35 228 mil, foi totalmente absorvido pelo Lucro do Exercício

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
 PERÍODO DE 1993/1997

| GRUPO                         | Em %   |        |        |        |        |   |
|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|---|
|                               | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   |   |
|                               | +      | +      | +      | +      | +      | + |
| Receitas Operacionais         | 100 00 | 100 00 | 100 00 | 100 00 | 100 00 |   |
| Despesas Operacionais         | 218 92 | 162 61 | 102 93 | 100 08 | 88 18  |   |
| Resultado Operacional         | 118 92 | 62 61  | 2 93   | 0 08   | 11 82  |   |
| Receitas Não Operacionais     | 0 09   | 4 44   |        | 0 36   | 5 17   |   |
| Despesas Não Operacionais     |        |        | 0 23   |        | 0 48   |   |
| Resultado Correção Monetária  | 165 91 | 92 74  | 9 32   | 4 05   | 3 60   |   |
| Prov I R /Contr Social        |        | 5 23   | 4 90   | 1 48   | 1 15   |   |
| Participações e Contribuições |        |        |        |        |        |   |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 47 08  | 29 33  | 1 25   | 2 29   | 11 76  |   |

Fonte Balanço Geral da Sociedade  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Nos exercícios de 1993 a 1995, os Resultados Líquidos foram positivos, apresentando, porém, tendência à redução, tendo em vista que o Lucro Líquido de 1994 apresentou um declínio de 70% em relação ao de 1993 e que o de 1995 apresentou um decréscimo na ordem de 96% em relação ao resultado apurado no exercício anterior. Em 1996, a Companhia apresentou um Prejuízo Líquido de R\$ 18 316 mil. Já no exercício de 1997, constatou-se um Lucro Líquido de R\$ 114 870 mil, revertendo a situação do exercício anterior.

### C.3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido, no exercício de 1997, em relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV do artigo 188 da Lei Federal nº 6 404/76.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT  
 ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO  
 EXERCÍCIO DE 1997

| GRUPO                    | Em R\$ mil          |                    |                       |
|--------------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|
|                          | INÍCIO DO EXERCÍCIO | FINAL DO EXERCÍCIO | VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO |
| Ativo Circulante         | 279 903             | 349 836            | 69 933                |
| Passivo Circulante       | 366 451             | 795 883            | 429 432               |
| Ativo Circulante Líquido | 86 548              | 446 047            | 359 499               |

Fonte Balanço Geral da Sociedade  
 Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Por sua vez, a Análise das Origens e Aplicações de Recursos revelou que o Patrimônio Líquido, o Resultado de Exercícios Futuros e o Passivo Exigível a Longo Prazo não foram suficientes para financiar o Ativo Permanente. A Companhia utilizou-se, ainda, de Capital de Terceiros de Curto Prazo no valor de R\$ 356 968 mil, o que representa 44,85% do total do grupo.

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - ORT**  
**QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
**EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil

| APLICAÇÃO                      | ORIGEM           |           | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |          | RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS |           | PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO |           | PASSIVO CIRCULANTE |            | TOTAL |   |
|--------------------------------|------------------|-----------|--------------------|----------|---------------------------------|-----------|--------------------------------|-----------|--------------------|------------|-------|---|
|                                | VALOR            | %         | VALOR              | %        | VALOR                           | %         | VALOR                          | %         | VALOR              | %          | VALOR | % |
| Ativo Permanente               | 1.755.147        | 68        | 9.533              | 0        | 460.546                         | 18        | 356.968                        | 14        | 2.572.194          | 100        |       |   |
| Ativo Realizável a Longo Prazo |                  |           |                    |          |                                 |           | 89.079                         | 100       | 89.079             | 100        |       |   |
| Ativo Circulante               |                  |           |                    |          |                                 |           | 349.836                        | 100       | 349.836            | 100        |       |   |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1.755.147</b> | <b>58</b> | <b>9.533</b>       | <b>0</b> | <b>460.546</b>                  | <b>15</b> | <b>795.883</b>                 | <b>26</b> | <b>3.011.109</b>   | <b>100</b> |       |   |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
 Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Ativo Realizável a Longo Prazo e o Ativo Circulante, no montante de R\$ 438 915 mil, foram inteiramente financiados por Capitais de Terceiros de Curto Prazo.

Ainda que apenas 14% do Ativo Permanente tenha sido financiado pelo Passivo Circulante, deve-se ressaltar que a imobilização do Capital de Terceiros de Curto Prazo constitui-se em um procedimento que oferece sérios riscos, porquanto o retorno do capital investido dá-se de forma lenta, em oposição aos prazos imediatos impostos para a devolução dos recursos tomados.

## D - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

### D.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

#### D.1.1 - Capital Circulante

A conjugação dos valores inscritos no Ativo e Passivo Circulante, em 31-12-1997, evidenciou uma análise financeira de curto prazo desfavorável para a Empresa.

O calculo do Capital de Giro da Empresa é base para a avaliação da eficiência na condução da gestão econômica e financeira, tendo em vista os prazos que devem ser administrados entre os valores a receber e os valores a pagar

No caso específico da Entidade, e utilizando-se os valores do Quadro I, emerge uma situação negativa na condução da aplicação dos capitais de giro no processo produtivo

Pela análise dos valores a seguir especificados, obtidos pela diferença absoluta entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pode-se avaliar a modificação dos capitais empregados no ciclo operacional da Empresa

| COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT |             |
|--|-------------|
| CAPITAL DE GIRO                                |             |
| DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA |             |
| 1993/1997                                      |             |
|  | Em R\$ mil* |
| 1993   | 339 322     |
| 1994   | 37 832      |
| 1995   | 76 444      |
| 1996   | 93 023      |
| 1997   | 446 047     |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

\*Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Dezembro) FGV

Conforme se verifica, houve crescimento no Capital de Giro negativo da Companhia, nos exercícios de 1995, 1996 e 1997, em relação aos respectivos exercícios anteriores

Na serie examinada, houve a predominância de Capitais de Terceiros em circulação no final de todos os exercícios

### D.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei Federal nº 6.404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

| COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT           |      |      |      |      |      |
|--|------|------|------|------|------|
| ANÁLISE FINANCEIRA                                       |      |      |      |      |      |
| DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997 |      |      |      |      |      |
| INDICADOR  | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
| Liquidez Corrente  | 0,28 | 0,82 | 0,72 | 0,76 | 0,44 |
| Solvência Geral  | 3,18 | 3,97 | 4,35 | 3,41 | 2,42 |
| Endividamento  | 0,31 | 0,25 | 0,23 | 0,29 | 0,41 |
| Garantia do Capital de Terceiros                         | 2,18 | 2,97 | 3,35 | 2,40 | 1,41 |
| Imobilização do Capital Próprio                          | 1,31 | 1,14 | 1,15 | 1,22 | 1,47 |
| Liquidez Geral   | 0,33 | 0,57 | 0,51 | 0,49 | 0,35 |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No cálculo da Liquidez Corrente, são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante.

Este índice, que identifica a capacidade da Empresa de saldar seus compromissos a curto prazo, não tem sido satisfatório. Em 1997, a Empresa apresentou condições de pagar apenas 44% das dívidas assumidas a curto prazo, inferior em 32 pontos percentuais ao verificado no exercício anterior. Tal índice apresentou-se melhor apenas em relação a 1993 (primeiro ano da série), quando a Companhia possuía apenas R\$ 0,28 de Disponibilidades e Créditos para cada R\$ 1,00 de Dívidas.

O Índice Médio de Liquidez Corrente, no quinquênio, foi de 0,60, tendo sido ultrapassado nos exercícios de 1994 a 1996.

O Índice de Solvência Geral mede a proporção do Ativo Total da Empresa em relação aos Recursos de Terceiros nela aplicados. Em 1997, a CRT possuía, para cada R\$ 1,00 de Capital de Terceiros utilizados, R\$ 2,42 em seu Ativo Total.

O Índice Médio de Solvência Geral, no período, foi 3,47. Tal índice foi superior ao verificado nos exercícios de 1993, 1996 e 1997.

O Nível de Endividamento, no período examinado, manteve-se na média de 30%. Em 1997, este índice ficou em 41%, ou seja, para cada R\$ 1,00 aplicado no Ativo, R\$ 0,41 correspondiam a Capitais de Terceiros. Ressalta-se que o menor Grau de Endividamento da série sob análise foi verificado no exercício de 1995.

A Garantia do Capital de Terceiros indica a proporção do Capital Próprio em relação aos Recursos de Terceiros investidos na Empresa. A análise da série apresentada evidencia que, nos primeiros três anos, este indicador apresentou tendência crescente com uma média de 2,83, ou seja, para cada R\$ 1,00 de Capital de Terceiros existente na CRT, havia R\$ 2,83 de Capital Próprio para garanti-lo. Em 1995, registrou-se o índice mais positivo do quinquênio (3,35). Nos exercícios de 1996 e 1997, os índices caíram, ficando em torno de 2,40 e 1,41, respectivamente.

O Grau de Imobilização do Capital Próprio apresentou um acréscimo de vinte e cinco pontos percentuais em relação ao exercício anterior (1996). O índice continua em níveis elevados, tendo atingido o percentual de 147% em 1997.

Isto significa que, além da totalidade dos Recursos Próprios, parte dos Recursos de Terceiros (47%), inclusive dos de curto prazo, foi utilizada no financiamento do Ativo Permanente.

O Índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade total da Empresa (Disponibilidades e Créditos de Curto e Longo Prazos) de saldar seus compromissos integralmente.

Em 1997, o referido índice foi de 0,35, apresentando uma redução de quatorze pontos percentuais em relação ao exercício anterior (1996).

Sendo assim, para cada R\$ 1,00 de exigibilidades existentes, a CRT possuía, apenas, R\$ 0,35 de recursos habéis para suportá-lo.

Cabe registrar que, em 1994, registrou-se o índice mais positivo do quinquênio (0,57).

## **D.2 - ANÁLISE ECONÔMICA**

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir dos resultados apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício.

A seguir, demonstram-se os indicadores econômicos considerados relevantes para a Empresa no exercício sob análise

| COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT             |       |       |      |      |                |
|--|-------|-------|------|------|----------------|
| ANÁLISE ECONÔMICA  |       |       |      |      |                |
| DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA - 1993/1997 |       |       |      |      |                |
| INDICADOR  | 1993  | 1994  | 1995 | 1996 | Em R\$<br>1997 |
| Lucratividade Operacional Líquida                          | 47,08 | 29,33 | 1,25 |      | 11,82<br>11,76 |
| Rentab. do Capital Próprio Operacional Líquida             | 11,45 | 7,11  | 0,41 |      | 6,58<br>6,54   |
| Taxa de Retorno de Investimentos                           | 7,85  | 5,32  | 0,32 |      | 3,81           |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Informa-se que, no exercício de 1996, a Entidade não obteve Resultado Líquido positivo, prejudicando a análise comparativa dos indicadores econômicos

No exercício de 1997, o exame dos índices, que compõem a análise econômica, evidencia um aumento significativo nos resultados obtidos pela Empresa.

A Lucratividade Líquida que, em 1993, foi de 47,08%, caiu para 29,33% em 1994 e para 1,25% em 1995. Em 1996, tendo em vista o resultado negativo, não houve lucratividade. Já no exercício em análise (1997), a Lucratividade Líquida foi de 11,76%, ou seja, de cada R\$ 100,00 de Receita Líquida auferida pela Companhia, R\$ 11,76 resultaram em Lucro Líquido

A Rentabilidade do Capital Próprio, ou seja, o Lucro Líquido obtido confrontado com o Patrimônio Líquido, que, em 1993, foi de 11,45%, ficou reduzido para 0,41% em 1995. Em 1996, não houve esta Rentabilidade. No exercício em análise, a Rentabilidade Líquida ficou em 6,54 pontos percentuais, indicando serem necessários 15 anos para recuperação do patrimônio investido

A Taxa de Retorno de Investimentos, obtida através do Lucro Líquido em relação ao Ativo Total da Empresa, após um período de acentuadas reduções (1993/1995), apresentou, em 1997, uma taxa de 3,81%, ou seja, a esta taxa, o Ativo Total seria repostado em 26 anos

## E - TERMINAIS TELEFÔNICOS

No período de 1993 a 1997, a CRT teve um crescimento contínuo na planta instalada, chegando, neste último exercício, a 1 521 584 terminais telefônicos

Em 1997, foram instalados 398 896 novos terminais, apresentando um acréscimo de 49,74% ao que foi instalado no exercício anterior (1996), como se demonstra no quadro a seguir

| ANO  | TERMINAIS TELEFÔNICOS<br>INSTALADOS |
|------|-------------------------------------|
| 1993 | 40 543                              |
| 1994 | 67 839                              |
| 1995 | 108 479                             |
| 1996 | 266 383                             |
| 1997 | 398 896                             |

Fonte Gerência de Planejamento  
Empresarial (PPE) CRT  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No quinquênio examinado, a média anual de Terminais Instalados foi de 176 428. Portanto, em 1997, foram instalados mais que o dobro de telefones em comparação com a média histórica

| ANO  | CRT TERMINAIS INSTALADOS E EM SERVIÇO |          |                      |       | TAXA DE UTILIZAÇÃO |         |
|------|---------------------------------------|----------|----------------------|-------|--------------------|---------|
|      | PERÍODO DE 1992/1996                  |          |                      |       |                    |         |
|      | TERMINAIS EXISTENTES                  |          | TERMINAIS EM SERVIÇO |       | TAXA DE UTILIZAÇÃO |         |
| Nº   | VARIAÇÃO %                            | Nº       | VARIAÇÃO %           | %     | VARIAÇÃO %         |         |
| 1993 | 679 987                               | 6,34     | 607 113              | 8,67  | 89,28              | 2,19    |
| 1994 | 747 826                               | 9,98     | 681 574              | 12,26 | 91,14(1)           | 2,08(1) |
| 1995 | 856 305(1)                            | 14,51(1) | 759 627              | 11,45 | 88,71(1)           | 2,67(1) |
| 1996 | 1 122 688                             | 31,11    | 952 226              | 25,35 | 84,82              | 4,39    |
| 1997 | 1 521 584                             | 35,53    | 1 391 150            | 46,09 | 91,43              | 7,79    |

Fonte Gerência de Planejamento Empresarial (PPE) - CRT  
(1) Valores retificados, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE 11/97 CRT  
de 29 04 97  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Quanto aos Terminais em Serviço, observa-se que a taxa de crescimento anual, ocorrida em 1997, obteve um desempenho melhor em relação a 1996, atingindo 46,09% de acréscimo

Constatou-se, ainda, que, no exercício em análise, o número de Terminais Telefônicos em Serviço e Instalados apresentou acréscimos, em relação a 1996, na ordem de 46,09% e 35,53%, respectivamente. Tal fato resultou em um aumento de 7,79% na Taxa de Utilização.

Cabe ressaltar que, no exercício de 1996, registrou-se a menor Taxa de Utilização do quinquênio, uma vez que, também neste ano, foi registrada a maior variação negativa do período (4,39%).

| DENSIDADE TELEFÔNICA (100 hab ) (*) |      |         |       |       |
|-------------------------------------|------|---------|-------|-------|
| 1993                                | 1994 | 1995    | 1996  | 1997  |
| 7,50                                | 8,11 | 9,22(1) | 12,09 | 14,80 |

Fonte: CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

(\*) Excluídos os Municípios de Pelotas, Capão do Leão, Morro Redondo e Turucu (atendidos pela CTMR).

(1) Valor retificado, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE 11/97-CRT, de 29-04-97

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A tabela acima demonstra a evolução da densidade telefônica no Estado no período 1993/1997, onde se verifica que a mesma vem aumentando gradativamente.

No exercício em exame, o número de terminais telefônicos para cada 100 habitantes foi de 14,80, apresentando um crescimento de 22,41%, relativamente ao exercício anterior (1996), e de 97,33%, relativamente ao primeiro ano da série (1993).

Salienta-se que, no período sob exame, a densidade telefônica média foi de 10,34 aparelhos para cada cem habitantes.

## F - EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO TELEFÔNICO

Considerando-se os quadros "Terminais Instalados e em Serviço" e "Evolução do Tráfego Telefônico", verifica-se que, no período de 1993 a 1995, a variação do número de chamadas totais e dos pulsos registrados (chamadas locais) cresceu em taxas maiores do que as ocorridas com o número de Terminais em Serviço.

Já nos exercícios de 1996 e 1997, constatou-se que a CRT apresentou níveis crescentes de chamadas locais e totais, com um correspondente crescimento nos Terminais em Serviço. A tabela a seguir demonstra a evolução das chamadas totais e pulsos registrados no período de 1993 a 1997.

CRT EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO TELEFÔNICO  
PERÍODO DE 1993/1997

| ANO  | Nº CHAMADA<br>TOTALS *<br>Em Milhões | VAR<br>% | RELATIVO<br>BASE FIXA<br>(1993=100) | PULSOS<br>REGISTRADOS<br>Em Milhões | VAR<br>% | RELATIVO<br>BASE FIXA<br>(1993=100) |
|------|--------------------------------------|----------|-------------------------------------|-------------------------------------|----------|-------------------------------------|
| 1993 | 253,6                                | -        | 100                                 | 3 061,51                            |          | 100                                 |
| 1994 | 295,2                                | 16,40    | 116                                 | 3 101,54                            | 1,31     | 101                                 |
| 1995 | 373,0(1)                             | 26,36(1) | 147                                 | 3 339,62                            | 7,68     | 109                                 |
| 1996 | 441,0                                | 18,23    | 174                                 | 3 294,13                            | -1,36    | 107                                 |
| 1997 | 585 0                                | 32,65    | 231                                 | 3 339,00                            | 1,36     | 108                                 |

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

(1) Valores retificados, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE 11/97 CRT, de 29-04-97

\* Em 1997, inclui as unidades de fixo-móvel e móvel fixo (IU + locais)

Calculos Equipe Técnica TCE/RS

No exercício de 1997, especificamente, as taxas de crescimento do número de Terminais Existentes (35,53%) e de Terminais em Serviço (46,09%) foram compatíveis com a variação do número de chamadas totais (32,65%) e de chamadas locais (1,36%)

## G - RECEITA DE EXPLORAÇÃO POR TERMINAL MÉDIO EM SERVIÇO

A Receita de Exploração por Terminal Médio em Serviço constitui indicador fundamental na avaliação do desempenho das Companhias fornecedoras de serviços de telefonia. A tabela seguinte demonstra a evolução da Receita de Exploração Total e por Terminal em Serviço no período de 1993 a 1997

| CRT RECEITA DE EXPLORAÇÃO(*) TOTAL E POR TERMINAL EM SERVIÇO<br>PERÍODO DE 1993/1997 |                                       |  |  |
|--|---------------------------------------|--|--|
| Em R\$   |                                       |  |  |
| ANO  | DESCRIÇÃO<br>RECEITA DE<br>EXPLORAÇÃO | Nº MÉDIO DE<br>TERMINAIS EM<br>SERVIÇO | RECEITA DE EXPLORAÇÃO P/TERMINAL<br>MÉDIO EM SERVIÇO |
| 1993   | 676 925 980                           | 583 749                                | 1 159 62   |
| 1994   | 554 558 594                           | 640 088                                | 866 38   |
| 1995   | 552 912 843                           | 709 573                                | 779 22   |
| 1996   | 786 172 436                           | 839 781                                | 936,16   |
| 1997   | 938 083 000                           | 1 102 280                              | 851 04   |

(\*) Receita líquida dos serviços = receita bruta dos serviços de telecomunicações menos impostos e encargos sobre serviços por legislação societária

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

Calculos Equipe Técnica TCE/RS

Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

As variações na Receita de Exploração e na Receita de Exploração por Terminal Médio em Serviço estão relacionadas com o valor da tarifa praticada pela Companhia, conforme se verifica no quadro a seguir

CRT - TARIFA x OUTROS INDICADORES

| ANO  | VARIACÃO PERCENTUAL |                          |                      |
|------|---------------------|--------------------------|----------------------|
|      | TARIFA              | IGP/DI-FGV<br>(Dezembro) | BTN/TR<br>(Dezembro) |
| 1993 | 3 524,37            | 2 708,55                 | 2 474,74             |
| 1994 | 516,82              | 1 093,85                 | 985,94               |
| 1995 | 22,57               | 14,77                    | 31,60                |
| 1996 | 13,53               | 9,34                     | 9,59                 |
| 1997 | 5,97*               | 7,48                     | 9,78                 |

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)  
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS  
\* Fornecido pela CRT em termos de estimativa

No exercício de 1994, a Receita de Exploração apresentou, em relação ao exercício anterior, uma redução de 18,08%. A variação da tarifa, em 1994, foi de 516,82%, percentual inferior ao IGP-DI do período (1 093,85%). O fato de a tarifa telefônica não ter sido corrigida de acordo com o índice inflacionário do período, fez com que a Receita de Exploração apresentasse uma queda no exercício

Em 1995, a Receita de Exploração permaneceu praticamente inalterada, apresentando uma redução de 0,30%. Observa-se uma tendência de recomposição de tarifa, já que a mesma variou 22,57%, enquanto que o IGP-DI variou 14,77% no período

Em relação ao exercício de 1996, constata-se um aumento da Receita de Exploração no patamar de 42,19%. Neste ano, a variação da tarifa (13,53%) foi superior a do IGP-DI (9,34%)

Em 1997, embora a variação da tarifa (5,97%) fosse menor que a do IGP-DI (7,48%), ocorreu um crescimento de 19,32% na Receita de Exploração. Tal crescimento deveu-se, em sua maior parte, ao crescimento médio dos Terminais em Serviço no exercício em análise (31,25%)

No tocante à Receita de Exploração por Terminal Médio em Serviço, verifica-se, em 1997, uma redução de 9,09% em relação ao exercício anterior, ocasionada, em grande parte, pelo fato de que os Terminais em Serviço foram instalados, principalmente, no último trimestre do exercício, não gerando receita em todo o período

## H - QUADRO DE PESSOAL

No período 1993/1997, a CRT apresentou uma tendência decrescente no que se refere ao número de empregados por 1 000 terminais, conforme segue

| CRT - NÚMERO DE EMPREGADOS<br>POR TERMINAIS INSTALADOS |                        |                                       |
|--|------------------------|---------------------------------------|
| ANO  | TOTAL DE<br>EMPREGADOS | Nº DE EMPREGADOS<br>P/1 000 TERMINAIS |
| 1993   | 5 901                  | 8,68                                  |
| 1994   | 6 218                  | 8,31                                  |
| 1995   | 5 846                  | 5,96                                  |
| 1996   | 4 451                  | 3,57                                  |
| 1997   | 4 640                  | 3,00                                  |
| MÉDIA ANUAL  | 5 411                  | 5,90                                  |

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empre-  
sarial (PPE)  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Em 1994, houve uma elevação no número de empregados, período em que se atingiu o maior quantitativo da série sob exame. Entretanto, em 1995, verificou-se uma redução de 6% no quadro de pessoal da CRT, sendo que, em 1996, registrou-se o menor número de empregados no quinquênio. Já em 1997, houve um aumento de 4,25% no número total de empregados, em relação ao exercício anterior.

Os Gastos com Pessoal participaram da seguinte forma na Receita Operacional da Companhia no quinquênio analisado

CRT - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS  
GASTOS COM PESSOAL NA RECEITA DE EXPLORAÇÃO  
Em %

|      | RECEITA DE EXPLORAÇÃO |
|------|-----------------------|
| 1993 | 70,0                  |

- 316 -

|          |  |
|----------|--|
| 1994     | 57,1   |
| 1995     | 51,8   |
| 1996     | 34,2   |
| 1997     | 26,4   |
| -----    |  |
| Fonte    | CRT - Gerência de Planejamento Em<br>presarial (PPE) |
| Cálculos | Equipe Técnica TCE/RS                                |

No período 1993/1997, a maior participação percentual dos Gastos com Pessoal na Receita de Exploração foi de 70,00% no exercício de 1993. No exercício sob exame (1997), esta participação foi menor, atingindo 26,40%, com uma diminuição de 43,60 pontos percentuais em relação ao exercício anterior.

### **3.3.4.4 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**

#### **A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVO**

A CORSAN, criada pela Lei Estadual nº 5 167, de 21-12-65, e uma Sociedade de Economia Mista de Direito Privado vinculada a Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação Tem como objetivo estudar, projetar e executar obras novas, reformas, ampliações e manutenção de instalação de água e esgoto sanitário, assim como explorar industrialmente tais serviços, fixar e promover a arrecadação das respectivas tarifas e taxas

O Capital Autorizado, no valor de R\$ 657 350 608,00, e dividido em R\$ 149 567 627 ações ordinárias nominativas e 149 567 627 ações preferenciais, ambas sem valor nominal O Capital Realizado, em 31/12/97, era de R\$ 352 385 605,48

O acionista majoritário é o Estado do Rio Grande do Sul, com uma participação acionária em torno de 99,99%

#### **B - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE**

- 1 Demonstrações Financeiras
  - 1 1 - Balanço Patrimonial
  - 1 2 - Demonstração do Resultado do Exercício
  - 1 3 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
- 2 Ata da Assembléia Geral dos Acionistas
- 3 Relatório da Administração
- 4 Notas Explicativas de Balanço
- 5 Parecer dos Auditores Independentes
- 6 Balanço Geral do Governo do Estado

## **C - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período da gestão de 01-01-1997 a 31-12-1997

De acordo com o artigo 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 6 404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes à sua área de atuação

O exame levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares e vinculação com outros organismos governamentais. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais

### **C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL**

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei Federal nº 6 404/76, referentes aos últimos quatro exercícios sociais da Entidade

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1994/1997

QUADRO I

Em R\$ mil\*

| GRUPO                        | 1994      |                   | 1995      |                   | 1996      |                   | 1997      |                   |                   |
|------------------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-------------------|
|                              | VALOR     | VAR<br>%<br>95/94 | VALOR     | VAR<br>%<br>96/95 | VALOR     | VAR<br>%<br>96/95 | VALOR     | VAR<br>%<br>97/96 | VAR<br>%<br>97/94 |
| Ativo                        | 1.444.939 |                   | 1.480.956 | 2                 | 1.304.946 | 12                | 1.323.306 | 1                 | 8,42              |
| Circulante                   | 71.653    |                   | 109.989   | 54                | 126.539   | 15                | 134.534   | 6                 | 87,75             |
| Realizável a Longo Prazo     | 36.770    |                   | 36.377    | 1                 | 34.522    | 5                 | 37.100    | 7                 | 0,89              |
| Permanente                   | 1.336.516 |                   | 1.334.590 | 0                 | 1.143.885 | 14                | 1.151.672 | 1                 | 13,83             |
| Investimentos                | 968       |                   | 1.033     | 7                 | 949       | 8                 | 3.725     | 293               | 284,81            |
| Imobilizado                  | 1.332.676 |                   | 1.329.737 | 0                 | 1.139.573 | 14                | 1.145.467 | 1                 | 14,05             |
| Diferido                     | 2.872     |                   | 3.821     | 33                | 3.362     | 12                | 2.480     | 26                | 13,64             |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 1.444.939 |                   | 1.480.956 | 2                 | 1.304.946 | 12                | 1.323.306 | 1                 | -8,42             |
| Circulante                   | 200.065   |                   | 162.108   | 19                | 100.322   | 38                | 116.955   | 17                | 41,54             |
| Exigível a Longo Prazo       | 449.631   |                   | 456.651   | 2                 | 476.529   | 4                 | 570.732   | 20                | 26,93             |
| Resultado Exerc. Futuros     |           |                   |           |                   |           |                   |           |                   |                   |
| Patrimônio Líquido           | 795.243   |                   | 862.197   | 8                 | 728.095   | 16                | 635.619   | 13                | 20,07             |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS  
\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

Considerando-se os valores inflacionados dos Balanços Patrimoniais do período 1994/1997, verifica-se que, em termos reais, ocorreu um aumento nos valores patrimoniais em 1997. Nota-se que, no exercício de 1996, ocorreu uma diminuição nos valores patrimoniais da Auditada, originados, em parte, pela falta de reconhecimento dos efeitos inflacionários decorrentes da Lei Federal nº 9.249/95. Pode-se observar, através da variação do Ativo Permanente, o decréscimo dos valores registrados neste grupo, na ordem de R\$ 190.705 mil, no exercício de 1996.

No exercício de 1997, o Ativo Permanente apresentou crescimento positivo, em decorrência, principalmente, do significativo volume dos investimentos realizados (R\$ 149.186 mil), embora esteja ausente a Correção Monetária. Observa-se que o investimento de R\$ 149.186 mil provocou o incremento do Ativo Imobilizado, principalmente, porque as imobilizações em formação passaram a superar a depreciação no exercício de 1997, conforme se visualiza abaixo:

Em R\$ mil\*

| DISCRIMINAÇÃO      | 1996   | 1997    |
|--------------------|--------|---------|
| Obras em andamento | 62.063 | 206.125 |
| Depreciação        | 89.208 | 82.423  |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
\* Valores não inflacionados

Conforme visto no quadro anterior, o investimento de R\$ 149 186 mil constituiu-se no fator essencial do crescimento das obras em andamento. Para que ocorra o crescimento do Ativo Imobilizado, na ausência de correção monetária, é necessário que os investimentos anuais sejam, no mínimo, superiores à Depreciação Anual. Exige, ainda, que o Investimento seja maior que a Depreciação Anual acrescida das baixas do Imobilizado.

A reintrodução da Correção Monetária, através do reconhecimento da variação ocorrida, produziria alterações significativas nos valores patrimoniais, pois uma inflação na ordem de 7%, como a ocorrida no exercício de 1997 (IGP-FGV), geraria uma variação nos valores patrimoniais em torno de R\$ 70 000 mil (7% de R\$ 1 000 000 mil). Existe uma forte tendência para que ocorra, a partir de 1996, declínio dos valores patrimoniais, em decorrência da ausência da Correção Monetária, do significativo valor das Depreciações (e por conseguinte do Imobilizado) e pelo histórico dos investimentos realizados. Observa-se, no entanto, que o significativo investimento realizado, no exercício de 1997, levou a uma evolução positiva dos valores patrimoniais. Com a ausência de Correção Monetária, existe a necessidade de que os Investimentos, no mínimo, superem a Depreciação Anual, que girou ao redor de R\$ 85 000 mil, no triênio 95/97, para que ocorra crescimento do Imobilizado, principal grupo do Ativo da Companhia. Ressalta-se, conforme será exposto adiante, no item E - Investimentos Efetuados, que, na série 1988/1997, apenas no exercício de 1997, os Investimentos ultrapassaram o patamar de R\$ 80 000 mil, incrementando os valores deste Grupo.

No exercício que está sendo examinado, o valor do Investimento Total, representado pelo Ativo, no valor de R\$ 1 323 306 mil, encontra contrapartida nos Capitais Próprios, que somam R\$ 635 619 mil, financiando em 48,03% o Ativo Total, e o restante, em valores representativos dos Capitais de Terceiros em giro na Empresa.

O Ativo Permanente, como se pode visualizar ao longo de toda a série, constituiu-se no Grupo onde se encontra o maior volume de recursos alocados pela Companhia (acima de 87,5% em todos os anos da série).

Nas Dívidas de Curto Prazo inscritas no Passivo Circulante, dentre as de maior representatividade, destacam-se Impostos e Contribuições a Recolher no valor de R\$ 29.291 mil, Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo no valor de R\$ 21 559 mil e Serviços Prestados por Terceiros no valor de R\$ 38 973 mil, que representam, respectivamente, 25,00%, 18,43% e 33,32% do Total das Obrigações de Curto Prazo.

A Empresa, em 1997, apresentava Obrigações de Longo Prazo, que somavam R\$ 570 732 mil, correspondendo a 82,99% do Total das Obrigações (curto e longo prazos). No Grupo, a parcela que apresentava maior participação (75,34%) referia-se a Empréstimos e Financiamentos no valor de R\$ 429 999 mil.

Vale dizer que, no exercício em análise, foram contratados financiamentos com a CEF, no valor de R\$ 55 553 mil, com o BID - Projeto Pro-Guaíba, no valor de R\$ 40 820 mil e BANRISUL/FUNDOPIMES, no valor de R\$ 6 641 mil, totalizando um incremento de R\$ 103 014 mil na conta Empréstimos e Financiamentos (Nota Explicativa nº 9)

Em 1997, o Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 635 619 mil, apresentou um decréscimo de 13% comparativamente ao ano de 1996 (vide Quadro I)

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO    CORSAN  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1994/1997

QUADRO II Em %

| GRUPO                        | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   |
|------------------------------|--------|--------|--------|--------|
|                              | %      | %      | %      | %      |
| Ativo                        | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Circulante                   | 4,96   | 7,43   | 9,70   | 10,17  |
| Realizável a Longo Prazo     | 2,54   | 2,46   | 2,65   | 2,80   |
| Permanente                   | 92,50  | 90,12  | 87,66  | 87,03  |
| Investimentos                | 0,07   | 0,07   | 0,07   | 0,28   |
| Imobilizado                  | 92,23  | 89,79  | 87,33  | 86,56  |
| Diferido                     | 0,20   | 0,26   | 0,26   | 0,19   |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Circulante                   | 13,85  | 10,95  | 7,69   | 8,84   |
| Exigível a Longo Prazo       | 31,12  | 30,83  | 36,52  | 43,13  |
| Resultado Exerc. Futuros     | -      | -      | -      | -      |
| Patrimônio Líquido           | 55,04  | 58,22  | 55,80  | 48,03  |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O subgrupo Créditos de Contas a Receber, compreendido, em maior montante, pelo faturamento dos Serviços de Água e Esgoto deduzido da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, no montante de R\$ 75 532 mil, contribuiu com a parcela mais significativa dos direitos a receber a curto prazo, representando, na composição do Ativo Circulante, o percentual de 56,14%

O subgrupo Almoarifado apresentou, no período 1995/97, significativo incremento, passando de R\$ 5 491 mil em 1995 para R\$ 23 648 mil no exercício de 1996 e alcançando o valor de R\$ 47 511 mil no exercício de 1997 (crescimento de 765% no período 95/96 e de 101% no período 96/97). No exercício de 1997, o subgrupo Almoarifado passou a representar 35,32% do Ativo Circulante

Além disso, a Auditada comenta, em sua Nota Explicativa nº 4, não ter concluído o levantamento físico dos itens do Imobilizado e seu cotejamento físico-contábil, aspecto que resultará no registro de ajustes cujo impacto no Resultado do Exercício não foi dimensionado

Verifica-se, pelo exame do Demonstrativo retromencionado, que a participação do Ativo Permanente, em decorrência da variação da participação do Imobilizado, passou a declinar a partir do exercício de 1994. Tal declínio tem como uma de suas causas a ausência de Correção Monetária determinada pela Lei Federal nº 9 249/95. Verifica-se que o Ativo Imobilizado apresentou, ao longo da série, percentuais de participação no Ativo Total acima de 85%.

Ao longo do período sob exame, o Passivo Circulante apresentou uma participação decrescente até o exercício de 1996, onde registrou a participação de 7,69% do total dos capitais aplicados. No exercício de 1997, a participação do Passivo Circulante aumentou para 8,84%.

A participação relativa dos Capitais Próprios, na formação dos Capitais Totais aplicados na CORSAN, sofreu oscilações, conforme se observa no Quadro II. No exercício de 1997, a participação de Capitais de Terceiros incrementou sua participação na formação dos Capitais Totais aplicados na Companhia. Por sua vez, os Recursos Próprios, representados pelo Patrimônio Líquido, reduziram sua participação em 7,8 pontos percentuais.

Neste Grupo, encontra-se inclusa a Reserva de Reavaliação, registrada nos exercícios de 1990, 1993 e 1994, a qual possui como saldo o valor de R\$ 501 305 mil (Nota Explicativa nº 16), que representa 78,87% do Patrimônio Líquido.

## **C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei Federal nº 6 404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o Resultado Econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais.

O Quadro III contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o Resultado Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro ou Prejuízo do Exercício (observa-se que, a partir de 1996, o Resultado do Exercício sofreu influência da ausência de Correção Monetária).

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
 DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
 PERÍODO DE 1994/1997

QUADRO III

Em R\$ mil\*

| GRUPO  | 1994      |                   | 1995    |                   | 1996    |                   | 1997    |                   |                   |
|--|-----------|-------------------|---------|-------------------|---------|-------------------|---------|-------------------|-------------------|
|  | VALOR     | VAR<br>%<br>95/94 | VALOR   | VAR<br>%<br>96/95 | VALOR   | VAR<br>%<br>96/95 | VALOR   | VAR<br>%<br>97/96 | VAR<br>%<br>97/94 |
| Receitas Operacionais                                    | 288 877   |                   | 296 569 | 3                 | 379 002 | 28                | 403 085 | 6                 | 39                |
| Despesas Operacionais                                    | 1 154 641 |                   | 536 576 | 54                | 457 927 | 15                | 448 667 | 2                 | 61                |
| Resultado Operacional                                    | 865 765   |                   | 240 007 | 72                | 78 925  | 67                | 45 582  | 42                | 95                |
| Receitas Não Operacionais                                | 654       |                   | 1 598   | 144               | 940     | 41                | 6 027   | 541               | 821               |
| Despesas Não Operacionais                                | 6 338     |                   | 6 008   | 5                 | 6 917   | 15                | 24 607  | 111               | 130               |
| Resultado Correção Monetária<br>Prov. I.R./Contr. Social | 533 301   |                   | 81 025  | 85                |         |                   |         |                   | 100               |
| Participações e Contribuições                            |           |                   |         |                   |         |                   | 1 133   |                   | 100               |
| Lucro/Prejuízo do Exercício                              | 338 148   |                   | 163 392 | 52                | 84 902  | 48                | 55 295  | 35                | 84                |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

\* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (medo) FGV

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do Resultado do Exercício, quer positivos ou negativos

No exercício que está sendo examinado, a Entidade apresentou um Prejuízo Operacional de R\$ 45 582 mil e Prejuízo Líquido do Exercício de R\$ 55 295 mil

O resultado negativo obtido originou-se da diferença entre a Receita Operacional Líquida de R\$ 403 085 mil e a Despesa Operacional de R\$ 448 667 mil, contribuindo, para este resultado, a Variação Monetária Passiva Líquida, no montante de R\$ 29 919 mil, inclusa como Despesa Operacional

O Resultado Operacional e Não-Operacional pode ser evidenciado da seguinte forma

|                               | Em R\$ mil |
|-------------------------------|------------|
| Prejuízo Operacional          | 45 582     |
| Resultado Não-Operacional     | 8 580      |
| Participações e Contribuições | 1 133      |
| Prejuízo do Exercício         | -55 295    |

Torna-se oportuno destacar que a Entidade apresentou um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 67 020 mil, assim originado

|                                   |            |
|-----------------------------------|------------|
|                                   | Em R\$ mil |
| Receitas Financeiras .. ..        | 1 214      |
| (-) Despesas Financeiras          | -38 315    |
| (+) Variações Monetárias Ativas   | 4 117      |
| (-) Variações Monetárias Passivas | -34 036    |
| (=) Resultado Financeiro          | -67 020    |

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do Resultado em relação às Receitas Operacionais

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
PERÍODO DE 1994/1997

|                               |        |        |        |        |
|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|
|                               | Em %   |        |        |        |
| GRUPO                         | 1994   | 1995   | 1996   | 1997   |
|                               | +      | +      | +      | +      |
|                               |        |        |        |        |
|                               | %      | %      | %      | %      |
| Receitas Operacionais         | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Despesas Operacionais         | 399,70 | 180,93 | 120,82 | 111,31 |
| Resultado Operacional         | 299,70 | 80,93  | -20,82 | 11,31  |
| Receitas Não Operacionais     | 0,23   | 0,54   | 0,25   | 1,50   |
| Despesas Não Operacionais     | 2,19   | 2,03   | 1,83   | 3,62   |
| Resultado Correção Monetária  | 184,61 | 27,32  |        |        |
| Prov I R /Contr Social        |        |        |        |        |
| Participações e Contribuições |        |        |        | 0,28   |
| Lucro/Prejuízo do Exercício   | 117,06 | 55,09  | 22,40  | 13,72  |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As Receitas Operacionais apresentaram crescimento durante toda a série (a taxa de crescimento, em relação ao ano-base, alcançou o percentual de 39,5%) As Despesas Operacionais, sempre superiores às Receitas Operacionais, ao longo da série, declinaram durante o período (durante todos os anos da série) O incremento da Receita e o declínio da Despesa levaram a uma gradativa redução do déficit (Resultado Operacional), na ordem de 42%, no período de 1996/1997

Cabe registrar que a Variação Monetária Líquida, que representou 44,64% do Resultado Financeiro, participou, em 1997, com 6,67% da Despesa Operacional Observa-se, no entanto, a tendência ao declínio, manifestada nos últimos exercícios, da participação da Variação Monetária Líquida na Despesa Operacional (participação de 22,55%, 8,92% e 6,67%, nos exercícios de 1995, 1996 e 1997, respectivamente)

A Despesa Administrativa, por sua vez, apresentou significativo crescimento, em relação ao ano anterior, na ordem de 52,46%, destacando-se como a

despesa que apresentou crescimento real mais significativo Tal crescimento deveu-se, principalmente, a Provisão para Perdas na Realização de Ativos - Projeto Rio Guaíba, no valor de R\$ 11 453 mil (Nota Explicativa nº 6) e Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis, no valor de R\$ 7 876 mil (Nota Explicativa nº 13), constituídas no exercício e incluídas dentre as Despesas Administrativas

Por sua vez, o Custo dos Serviços somou, em 1997, R\$ 291 569 mil, absorvendo 72,33% da Receita Operacional Líquida Em relação ao exercício de 1996, esta participação diminuiu 7,71 pontos percentuais

A CORSAN apresentou prejuízos ao longo do período 1994/1997 Porém, observou-se uma tendência à redução deste prejuízo 35% do exercício de 1996 para 1997 e 84% na série (1994/97) Esta redução, no exercício de 1997, advém do incremento da Receita Operacional e do declínio da Despesa Operacional (em valores reais) A Despesa Operacional, como pode-se visualizar no Quadro III, fica reduzida em decorrência do decréscimo dos custos dos serviços, das variações monetárias líquidas e dos encargos financeiros Observa-se que o Resultado do Exercício apresentou redução do prejuízo, embora o impacto da constituição da Provisão para Contingências, Ações Trabalhistas, Cíveis e a Provisão para Perdas na Realização de Ativos (Projeto Pro-Guaíba), contidas nas Despesas Administrativas

O demonstrativo que segue evidencia a participação das despesas na composição da Despesa Operacional

CORSAN DESPESAS OPERACIONAIS  
PERÍODO DE 1996/1997

Em R\$ mil\*

| DISCRIMINAÇÃO                 | 1996    |           | 1997    |           |
|-------------------------------|---------|-----------|---------|-----------|
|                               | VALOR   | % S/TOTAL | VALOR   | % S/TOTAL |
| Custo dos Serviços            | 303 407 | 66,26     | 291 569 | 64,99     |
| Despesas Comerciais           | 19 750  | 4,31      | 21 544  | 4,80      |
| Desp Administrativas          | 42 479  | 9,28      | 64 766  | 14,43     |
| Despesas Fiscais              | 6 592   | 1,44      | 3 768   | 0,84      |
| Encargos Financeiros Líquidos | 44 852  | 9,79      | 37 101  | 8,27      |
| Despesas Operacionais         | 417 080 | 91,08     | 418 748 | 93,33     |
| Variações Monetárias Líquidas | 40 847  | 8,92      | 29 919  | 6,67      |
| TOTAL                         | 457 927 | 100,00    | 448 667 | 100,00    |

Fonte: Balanços da Companhia

\*Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

### C.3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido, no exercício de 1997, com relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV, alínea "d" do artigo 188 da Lei Federal nº 6 404/76

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN  
ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO  
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

| GRUPO                    | INÍCIO DO EXERCÍCIO | FINAL DO EXERCÍCIO | VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO |
|--------------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|
|                          | (RECLASSIFICADO)    |                    |                       |
| Ativo Circulante         | 112 436             | 134 534            | 22 098                |
| Passivo Circulante       | 86 772              | 116 955            | 30 183                |
| Ativo Circulante Líquido | 25 664              | 17 579             | 8 085                 |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No exercício de 1997, ocorreu uma diminuição do Capital Circulante Líquido de R\$ 8 085 mil, uma vez que as Origens de Recursos foram inferiores às Aplicações. As transações que influíram positivamente somaram R\$ 283 575 mil, enquanto que as Aplicações de Recursos totalizaram R\$ 291 660 mil, ou seja, 2,85 % maior que o total das Origens de Recursos.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN  
QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITALS  
EXERCÍCIO DE 1997

QUADRO IV

Em R\$ mil

| ORIGEM                         | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |    | RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS |   | PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO |     | PASSIVO CIRCULANTE |    | TOTAL     |     |
|--------------------------------|--------------------|----|---------------------------------|---|--------------------------------|-----|--------------------|----|-----------|-----|
|                                | VALOR              | %  | VALOR                           | % | VALOR                          | %   | VALOR              | %  | VALOR     | %   |
| Ativo Permanente               | 635 619            | 55 |                                 |   | 516 053                        | 45  |                    |    | 1 151 672 | 100 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo |                    |    |                                 |   | 37 100                         | 100 |                    |    | 37 100    | 100 |
| Ativo Circulante               |                    |    |                                 |   | 17 579                         | 13  | 116 955            | 87 | 134 534   | 100 |
| TOTAL                          | 635 619            | 48 |                                 |   | 570 732                        | 43  | 116 955            | 9  | 1 323 306 | 100 |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Incorporando-se à presente análise os valores tabulados do Quadro IV, verifica-se que a estrutura de capital da Empresa, que estava financiando o Ativo Total, apresentava a seguinte situação

- do total dos recursos em utilização na Companhia, em 1997, 48% representam Capital Próprio e 52%, Capitais Alheios, sendo que destes, 43% correspondem ao Exigível a Longo Prazo e 9%, aos recursos tomados a curto prazo,
- o Ativo Permanente foi financiado em 55% com Recursos Próprios Os restantes 45% foram financiados com Recursos de Terceiros a Longo Prazo,
- para saldar suas Dívidas a Curto Prazo, a Empresa precisaria dispor de 87% de seu Ativo Circulante

## **D - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO**

### **D.1 - ANÁLISE FINANCEIRA**

#### **D.1.1 - Capital Circulante**

A conjugação dos valores inscritos no Ativo e Passivo Circulantes, em 31-12-1997, evidenciou uma análise financeira de curto prazo favorável para a Empresa

O cálculo do Capital de Giro da Empresa é base para a avaliação da eficiência na condução da gestão econômica e financeira, tendo em vista os prazos que devem ser administrados entre os valores a receber e os valores a pagar

Pela análise dos valores a seguir especificados, obtidos pela diferença absoluta entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pode-se avaliar a modificação dos capitais empregados no ciclo operacional da Empresa

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
CAPITAL DE GIRO  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA  
1993/1997

|      | Em R\$ mil* |
|------|-------------|
| 1993 | 166 330     |
| 1994 | -128 412    |
| 1995 | -52 119     |
| 1996 | 26 217      |
| 1997 | 17 579      |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS  
\*Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGI (dezembro)

A Empresa apresentou uma situação negativa na condução da aplicação do Capital de Giro no processo produtivo até o exercício de 1995. A partir de 1996, a situação inverte-se, passando o Capital de Giro da Empresa a ser positivo. No exercício de 1997, ocorreu uma redução no Capital de Giro da Empresa, na ordem de 33%.

### D.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei Federal nº 6.404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
ANÁLISE FINANCEIRA  
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

| INDICADOR                        | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|
| Liquidez Corrente                | 0,39 | 0,36 | 0,68 | 1,26 | 1,15 |
| Solvência Geral                  | 2,69 | 2,22 | 2,39 | 2,26 | 1,92 |
| Endividamento                    | 0,37 | 0,45 | 0,42 | 0,44 | 0,52 |
| Garantia do Capital de Terceiros | 1,69 | 1,22 | 1,39 | 1,26 | 0,92 |
| Imobilização do Capital Próprio  | 1,46 | 1,68 | 1,55 | 1,57 | 1,81 |
| Liquidez Geral                   | 0,22 | 0,17 | 0,24 | 0,28 | 0,25 |

Fonte: Balanço Geral da Sociedade  
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Os cálculos dos índices da análise financeira, obtidos através dos valores apresentados no Balanço Patrimonial, encerrado em 31-12-1997, propiciaram o entendimento de que a Empresa apresentava capacidade para o pagamento das suas Obrigações de Curto Prazo

Considerando-se os cinco anos, verifica-se que o cálculo da Liquidez Corrente, em que são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, apresentou, até o exercício de 1995, uma situação desfavorável entre os valores positivos e os valores negativos dos seus bens numerários, isto é, a conversibilidade de seus créditos em moeda corrente para saldar seus débitos de curto prazo

A partir do ano de 1996, a situação torna-se favorável, embora, no ano de 1997, ocorra um decréscimo de 11 pontos percentuais em relação ao exercício de 1996, alcançando o índice de 1,15, o que corresponde a dizer que, para cada R\$ 100,00 de Dívida a Curto Prazo, a Companhia dispunha de R\$ 115,00 de cobertura no seu Ativo Circulante

O Índice de Solvência Geral permaneceu, em toda a série, acima da unidade, revelando, portanto, que a CORSAN tem capacidade de solver os compromissos assumidos com terceiros, ou seja, possui bens e direitos em valor contábil suficiente para cobertura de todas as Exigibilidades a Curto e Longo Prazos

O Nível de Endividamento, ao longo do período 1993/1996, oscilou, preponderando sempre os capitais próprios na aplicação de recursos da Companhia (indicador abaixo de 0,50) A partir do exercício de 1997, a dependência de Capitais de Terceiros passa a ser preponderante (52,00%), sendo este endividamento demonstrado pela relação estabelecida entre o Total de Capitais de Terceiros, no valor de R\$ 687 687 mil, e o Ativo Total, no valor de R\$ 1 323 306 mil

Assim, o Grau de Endividamento da Empresa, em 1997, foi de 52%, significando que, para cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 52,00 correspondiam a Capitais de Terceiros e R\$ 48,00 a Capitais Próprios

A Liquidez Geral, que mede a capacidade de pagamento no curto e longo prazos, apresentou, ao longo do quinquênio, quocientes muito baixos No ano de 1997, para cada R\$ 100,00 de compromissos totais (a curto e longo prazos), a Empresa dispunha de apenas R\$ 25,00 de bens e direitos conversíveis em moeda a curto e longo prazos

O Grau de Imobilização do Capital Próprio aumenta no exercício de 1997, incrementando o nível de imobilização observado na série, alcançando, no exercício em análise, 181%

Isso significa que, além da totalidade dos Recursos Próprios, parte dos Recursos de Terceiros foram utilizados no financiamento do Ativo Permanente (Recursos de Terceiros na ordem de 81% do Capital Próprio)

Em 1997, a Garantia dos Capitais de Terceiros registrou uma redução de 34 pontos percentuais em relação ao exercício anterior. Assim, os Capitais Próprios, no valor de R\$ 635 618 mil, deixam de dar cobertura aos Capitais Alheios, que totalizaram R\$ 687 687 mil

## D.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir dos resultados apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício

O cálculo da Lucratividade Operacional e da Lucratividade Líquida estabelece a relação entre a Receita Operacional, Resultado Operacional e Lucro do Exercício

Busca-se, igualmente, a rentabilidade trazida ao Capital Próprio empregado na atividade operacional

Em virtude da CORSAN, de 1994 a 1997, ter apresentado Prejuízos Operacionais e Líquidos, não foram apurados os indicadores econômicos

Observa-se, no entanto, que a relação entre a Receita Operacional Líquida e os Custos dos Serviços vem apresentando uma evolução positiva, como se pode observar abaixo

| DISCRIMINAÇÃO         | Em R\$ mil* |        |         |        |         |        |
|-----------------------|-------------|--------|---------|--------|---------|--------|
|                       | 1995        | %      | 1996    | %      | 1997    | %      |
| Receita Operacion Líq | 247 378     | 100,00 | 351 214 | 100,00 | 403 084 | 100 00 |
| Custos dos Serviços   | 245 554     | 99,20  | 281 162 | 80,05  | 291 569 | 72,33  |
| Lucro Bruto           | 1 823       | 0,76   | 70 052  | 19,95  | 111 515 | 27,67  |

Fonte: Balanços da Companhia

\* Valores não inflacionados

Os Custos dos Serviços, que representavam 99,26% da Receita Operacional Líquida em 1995, declinaram para 80,05% em 1996, alcançando, em 1997, o percentual de 72,33% da Receita. Tal situação evidencia a evolução positiva ocorrida no período,

pois embora a Companhia tenha apresentado prejuízo no exercício de 1997 (após dedução das demais despesas do Lucro Bruto), ele foi menor em relação aos exercícios anteriores. Em reforço a esta constatação, deve-se ressaltar que a Companhia efetuou provisões, no exercício de 1997, não efetuadas em exercícios anteriores, com repercussão no Resultado do Exercício, através do aumento das Despesas Administrativas, sem que afetasse a tendência ao declínio do prejuízo.

## E - INVESTIMENTOS EFETUADOS

No exame da série 1988/1997, constata-se que a totalidade dos investimentos da CORSAN mostrou-se oscilante, destacando-se o ano de 1997 como o ano de maior investimento da série. O Nível de Investimento do exercício pode ser evidenciado pelo fato de que este é 90,48% superior, em valores inflacionados, ao segundo maior investimento da série (ocorrido no ano de 1991 - na ordem de R\$ 78 318 mil). O volume de investimentos realizados, no exercício de 1997, pode ser observado a seguir:

| CORSAN - INVESTIMENTOS EFETUADOS<br>PERÍODO DE 1988/1997 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| ATIVIDADE  | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992   | 1993   | 1994   | 1995   | 1996   | 1997    |
| <b>ÁGUA</b>  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |
| Produção   | 27 377 | 21 281 | 22 121 | 17 636 | 16 192 | 6 592  | 1 543  | 6 220  | 23 477 | 58 930  |
| Evol Relativa  | 100 00 | 77 73  | 80 80  | 64 42  | 59 14  | 24 08  | 5 64   | 22 72  | 85 76  | 215 25  |
| Distribuição   | 33 076 | 40 233 | 27 848 | 20 788 | 14 409 | 33 068 | 17 383 | 6 411  | 13 847 | 38 529  |
| Evol Relativa  | 100 00 | 121 64 | 84 19  | 62 85  | 43 56  | 99 97  | 52 55  | 19 38  | 41 86  | 116 49  |
| Total de Água  | 60 453 | 61 514 | 49 969 | 38 424 | 30 601 | 39 660 | 18 926 | 12 631 | 37 325 | 97 459  |
| Evol Relativa  | 100 00 | 101 76 | 82 66  | 63 56  | 50 62  | 65 61  | 31 31  | 20 89  | 61 74  | 161 21  |
| <b>ESGOTO</b>  | 7 566  | 7 838  | 11 382 | 39 894 | 1 356  | 4 275  | 12 534 | 622    | 3 066  | 51 727  |
| Evol Relativa  | 100 00 | 103 60 | 150 44 | 527 29 | 17 92  | 56 50  | 166 66 | 8 22   | 40 52  | 683 68  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                       | 68 019 | 69 352 | 61 351 | 78 318 | 31 957 | 43 935 | 31 460 | 13 253 | 40 390 | 149 186 |
| Evol Relativa  | 100 00 | 101 96 | 90 20  | 115 14 | 46 98  | 64 59  | 46 25  | 19 48  | 59 38  | 219 33  |

Fonte: Assessoria de Planejamento - CORSAN  
\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (método)  
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No que se refere à Produção de Água, o biênio 1996/1997 caracterizou-se como um período de elevado investimento. O investimento em Produção de Água acompanha, no exercício de 1997, a evolução do investimento total (água e esgoto), apresentando o maior investimento da série (R\$ 58 930 mil contra R\$ 27 377 mil ocorrido no ano de 1988). Por sua vez, o investimento, no ano de 1996, constituiu-se, em volume de recursos, no terceiro maior investimento da série, após 1997 e 1988, caracterizando o biênio 1996/1997 como um período de expressiva aplicação na Produção de Água.

Quanto à Distribuição de Água, verificou-se que os investimentos apresentaram significativo incremento, na ordem de 178%, em relação ao ano de 1996

No que se refere ao Esgoto (coleta, tratamento, lançamento e esgoto industrial), verificou-se o excepcional crescimento dos volumes alocados na ordem de 1 587% A participação dos investimentos em esgoto no total dos investimentos aumentou de 7,59%, em 1996, para 34,67%, em 1997.

O investimento na Produção e Distribuição de Água apresentou significativo crescimento em consequência do forte incremento dos investimentos realizados. No entanto, ocorreu redução na participação sobre os recursos totais alocados em detrimento dos investimentos com Esgoto, como se pode visualizar no quadro abaixo:

COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS POR ÁREA

Em R\$ mil

|                 | 1996   | %     | 1997   | %     | Var 96/97 |
|-----------------|--------|-------|--------|-------|-----------|
| Produção        | 23 477 | 58,13 | 58 930 | 39,50 | 151       |
| Distribuição    | 13 847 | 34,28 | 38 529 | 25,83 | 178       |
| Total de água   | 37 324 | 92,41 | 97 459 | 65,33 | 166       |
| Total de esgoto | 3 066  | 7,59  | 51 727 | 34,67 | 1 587     |

Considerando a análise dos Investimentos, cumpre fazer comentários em relação aos serviços prestados, arrolados nas tabelas a seguir

CORSAN - PRINCIPAIS VARIÁVEIS  
PERÍODO DE 1988/1997

| VARIÁVEL                     | UNIDADE                  | 1988    | 1989    | 1990    | 1991    | 1992    | 1993    | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    |
|------------------------------|--------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| População Atendida Água      | hab x10 <sup>3</sup>     | 4 175   | 4 362   | 4 495   | 4 651   | 4 824   | 4 535   | 4 784   | 4 978   | 5 141   | 5 159   |
| População Atendida Esgoto    | hab x10 <sup>3</sup>     | 411     | 416     | 419     | 431     | 449     | 406     | 422     | 453     | 468     | 485     |
| Localidades Atendidas Água   | unidade                  | 273     | 273     | 279     | 290     | 300     | 330     | 330     | 342     | 342     | 346     |
| Localidades Atendidas Esgoto | unidade                  | 20      | 20      | 20      | 20      | 22      | 22      | 22      | 41      | 41      | 46      |
| Economias Atendidas Água     | unidade x10 <sup>3</sup> | 1 224   | 1 272   | 1 313   | 1 388   | 1 438   | 1 489   | 1 548   | 1 620   | 1 676   | 1 739   |
| Economias Atendidas Esgoto   | unidade x10 <sup>3</sup> | 116     | 119     | 121     | 128     | 133     | 138     | 143     | 155     | 165     | 171     |
| Rede Cadastrada Água         | km                       | 14 342  | 14 748  | 15 432  | 15 954  | 16 537  | 16 945  | 17 609  | 18 162  | 19 079  | 19 332  |
| Rede Cadastrada Esgoto       | km                       | 917     | 956     | 1 006   | 999     | 1 017   | 1 035   | 1 076   | 1 081   | 1 124   | 1 332   |
| Capacidade de Reservação     | 1000m <sup>3</sup>       | 291     | 293     | 296     | 304     | 319     | 323     | 335     | 337     | 353     | 358     |
| Produção de Água             | 1000m <sup>3</sup>       | 328 070 | 348 696 | 361 347 | 367 004 | 411 188 | 425 886 | 446 102 | 477 330 | 494 366 | 485 138 |
| Hidrometros Instalados       | unidade                  | 633 700 | 611 819 | 634 650 | 706 822 | 788 433 | 886 909 | 897 543 | 755 143 | 792 067 | 824 953 |
| Consumo medido               | 1000m <sup>3</sup>       | 132 922 | 132 776 | 131 422 | 140 396 | 143 192 | 157 922 | 156 872 | 138 343 | 157 313 | 167 202 |

Fonte: Diretoria Comercial - Superintendência de Comercialização - Divisão de Estatística - CORSAN

CORSAN PRINCIPAIS VARIÁVEIS  
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL  
PERÍODO DE 1988/1997

| VARIÁVEL                     | VAR.% |       | VAR % |       | VAR % |       | VAR % |       | VAR % |       |
|------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                              | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 | 92/93 | 93/94 | 94/95 | 95/96 | 96/97 | 97/98 |
| População Atendida Água      | 4,24  | 3,28  | 3,47  | 3,72  | 5,99  | 5,49  | 4,06  | 3,27  | 0,33  |       |
| População Atendida Esgoto    | 5,58  | 0,72  | 2,86  | 4,18  | 9,58  | 3,94  | 7,35  | 3,31  | 3,63  |       |
| Localidades Atendidas Água   |       | 2,19  | 3,94  | 3,45  | 10,00 |       | 3,64  |       | 1,17  |       |
| Localidades Atendidas Esgoto |       |       |       | 10,00 |       |       | 86,36 |       | 9,76  |       |
| Economias Atendidas Água     | 3,92  | 3,22  | 5,71  | 3,60  | 3,55  | 3,96  | 4,65  | 8,27  | 3,70  |       |
| Economias Atendidas Esgoto   | 2,58  | 1,68  | 5,78  | 3,91  | 3,76  | 3,62  | 8,39  | 6,45  | 3,64  |       |
| Rede Cadastrada Água         | 2,83  | 4,63  | 3,82  | 3,65  | 2,47  | 3,92  | 3,14  | 5,05  | 1,33  |       |
| Rede Cadastrada Esgoto       | 4,25  | 5,23  | 0,69  | 1,80  | 1,77  | 3,96  | 0,46  | 3,98  | 18,51 |       |
| Capacidade de Reservação     | 0,68  | 1,02  | 2,70  | 4,93  | 1,25  | 3,72  | 0,60  | 4,75  | 1,42  |       |
| Produção de Água             | 6,28  | 3,63  | 1,56  | 12,03 | 3,57  | 4,75  | 7,00  | 3,57  | 1,87  |       |
| Hidrômetros Instalados       | 3,45  | 3,73  | 11,37 | 11,65 | 12,49 | 1,20  | 15,87 | 4,89  | 4,15  |       |
| Consumo Medido               | 0,11  | 1,01  | 6,83  | 1,99  | 10,29 | 0,66  | 11,81 | 13,71 | 6,29  |       |

Fonte: Diretoria Comercial Superintendência de Comercialização Divisão de Estatística CORSAN  
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No que se refere ao item Água, no ano de 1997, sobressaiu-se a variável Consumo Medido, com taxa de crescimento de 6,29%, e a variável Economias Atendidas, que apresentou crescimento de 3,70%. A variação da População Atendida manteve-se no patamar do exercício anterior, em torno de 3,5%, alcançando, no período, 5 158 000 habitantes.

A variação do consumo controlado (hidrometrado) pode ser visualizada pela tabela abaixo:

|                                   | 1994      | 1995      | 1996      | 1997      |
|-----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ligações controladas              | 897 543   | 755 143   | 792 067   | 824 888   |
| Ligações totais                   | 1 246 878 | 1 288 159 | 1 327 963 | 1 345 087 |
| Ligações contr./Ligações totais   | 71,98%    | 58,62%    | 59,64%    | 61,32%    |
| Economias controladas             | 1 135 037 | 1 029 163 | 1 088 676 | 1 149 329 |
| Economias totais                  | 1 482 691 | 1 619 016 | 1 675 482 | 1 737 677 |
| Economias contr./economias totais | 76,55%    | 63,57%    | 64,98%    | 66,14%    |

Fonte: GPO Gabinete de Planejamento e Orçamento Unidade de Estudos e Planejamento

A Auditada, no biênio 1994/1995, apresentou índices de hidrometração decrescentes, como se pode observar pela variação das ligações e economias controladas em relação à variação do total destas economias e ligações. A partir do exercício de 1996, estes índices passam a crescer, alcançando, no exercício de 1997, o índice de 66,14%, das economias controladas sobre o total de economias, e de 61,32%, das ligações controladas sobre o total de ligações.

No que concerne a Esgoto, o crescimento mais significativo ocorreu nas variáveis Localidades Atendidas (41 para 45 localidades) e Rede Cadastrada, que apresentou crescimento de 18,50%

CORSAN ESTRUTURA DE CONSUMO POR CATEGORIAS ECONÔMICAS  
PERÍODO 1993/1997

Em 1 000 m<sup>3</sup>

| CATEGORIA       | 1993    |        | 1994    |        | 1995    |        | 1996    |        | 1997    |        |
|-----------------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|
|                 | Consumo | %      |
| Residencial "A" | 36 711  | 15,46  | 44 402  | 18,51  | 58 031  | 19,42  | 56 717  | 21,22  | 57 924  | 21,63  |
| Residencial "B" | 153 546 | 64,66  | 148 226 | 61,80  | 178 840 | 59,84  | 161 663 | 60,49  | 162 815 | 60,79  |
| Pública         | 9 720   | 4,10   | 11 215  | 4,67   | 10 817  | 3,62   | 10 360  | 3,87   | 10 043  | 3,75   |
| Comercial       | 22 102  | 9,31   | 21 613  | 9,01   | 31 090  | 10,40  | 24 269  | 9,08   | 24 452  | 9,13   |
| Industrial      | 15 372  | 6,47   | 14 411  | 6,01   | 20 084  | 6,72   | 14 263  | 5,34   | 12 591  | 4,70   |
| TOTAL           | 237 461 | 100,00 | 239 867 | 100,00 | 298 862 | 100,00 | 267 272 | 100,00 | 267 825 | 100,00 |

Fonte: GPO Gabinete de Planejamento e Orçamento Unidade de Estudos e Planejamento

Com base nas informações supracitadas, verifica-se que o consumo, no exercício de 1997, manteve-se no nível do exercício anterior, tendo um crescimento de 0,21%. No exercício em exame, houve uma diminuição nas categorias pública e industrial, destacando-se a queda no consumo industrial, na ordem de -11,72%

Considerando-se a participação das categorias na estrutura de consumo, constata-se que o Residencial "B" detém os maiores percentuais ao longo da série, situando-se acima da soma das demais, representando, no exercício em análise, 60,79% do total

A tabela a seguir apresenta a evolução das tarifas Mínimas/Básicas e do Volume Consumido no período 1988/1997

CORSAN DEMONSTRATIVO  
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ 1 000\*

| ANO  | TARIFAS MÍNIMAS/BÁSICAS |       |       |       |         | VOLUME CONSUMIDO |      |      |      |         |
|------|-------------------------|-------|-------|-------|---------|------------------|------|------|------|---------|
|      | RESIDENCIAL             |       | COML  | INDL  | PÚBLICA | RESIDENCIAL      |      | COML | INDL | PÚBLICA |
|      | A                       | B     |       |       |         | A                | B    |      |      |         |
| 1988 | 2,34                    | 10,89 | 15,39 | 23,34 | 12,28   | 0,36             | 1,91 | 2,31 | 2,61 | 2,01    |
| 1989 | 2,75                    | 10,07 | 14,23 | 21,65 | 11,34   | 0,48             | 1,74 | 2,12 | 2,42 | 1,89    |
| 1990 | 3,40                    | 12,41 | 17,46 | 26,61 | 13,92   | 0,59             | 2,12 | 2,65 | 2,99 | 2,34    |
| 1991 | 4,05                    | 14,27 | 20,38 | 31,25 | 15,86   | 0,67             | 2,29 | 2,87 | 3,19 | 2,53    |
| 1992 | 4,44                    | 12,54 | 18,91 | 28,64 | 14,05   | 0,78             | 1,67 | 2,37 | 2,35 | 1,87    |
| 1993 | 1,49                    | 2,99  | 4,47  | 5,97  | 5,97    | 1,40             | 2,00 | 2,71 | 2,65 | 2,37    |
| 1994 | 1,46                    | 2,93  | 5,83  | 5,83  | 5,83    | 0,66             | 1,33 | 1,51 | 1,70 | 1,51    |
| 1995 | 2,40                    | 5,06  | 9,02  | 18,01 | 18,01   | 0,50             | 1,07 | 1,21 | 1,21 | 1,38    |
| 1996 | 2,67                    | 5,61  | 10,00 | 19,99 | 19,99   | 0,56             | 1,19 | 1,35 | 1,35 | 1,53    |
| 1997 | 2,64                    | 5,56  | 9,91  | 19,80 | 19,20   | 0,56             | 1,18 | 1,34 | 1,34 | 1,52    |

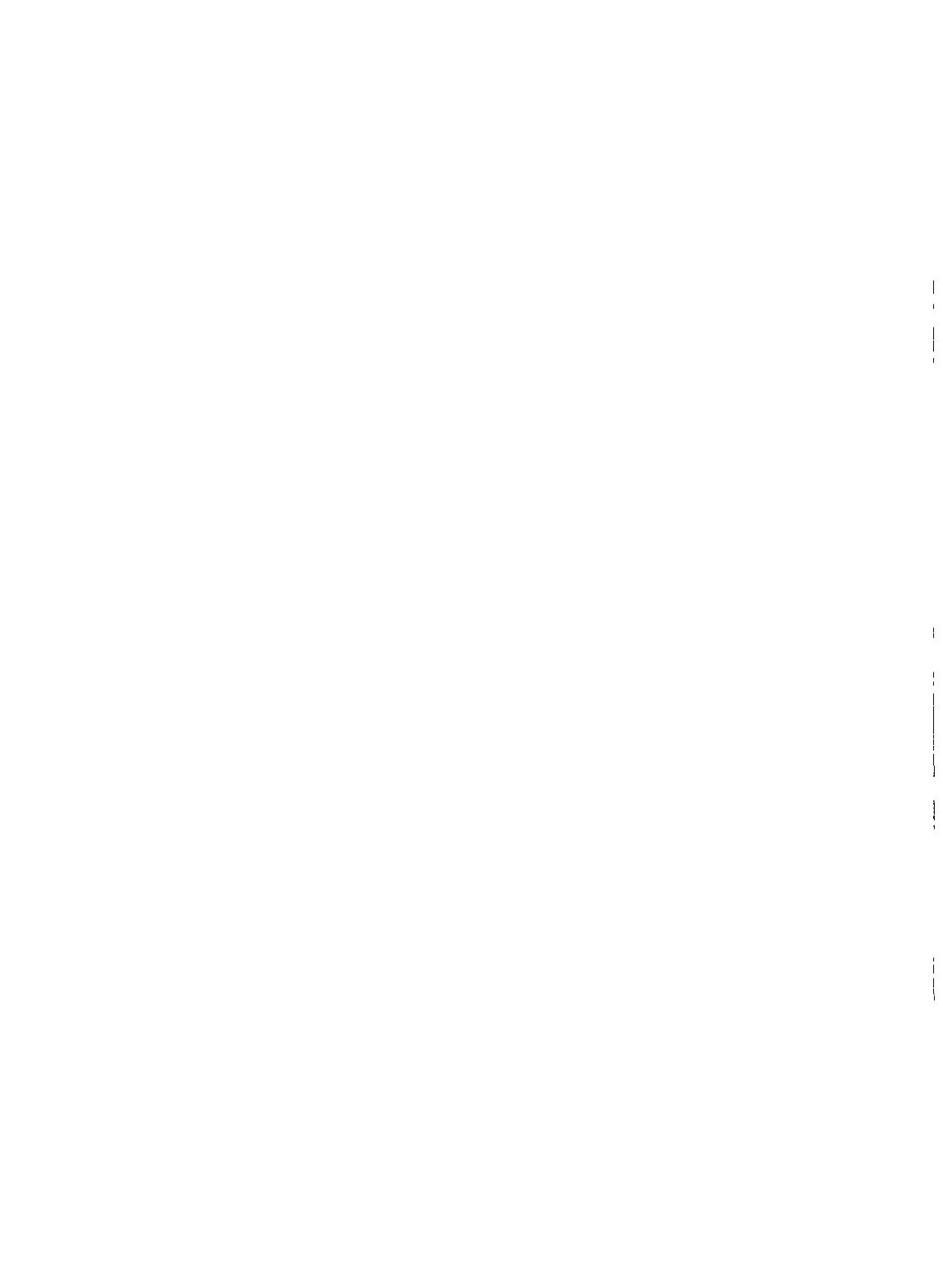
Fonte: Assessoria de Planejamento CORSAN  
\* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médito)  
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Deve-se ressaltar que, até novembro de 1992, as tarifas obedeciam ao critério do consumo mínimo (Residencial A = 10 m<sup>3</sup>, Residencial B = 15 m<sup>3</sup>, Comercial = 20 m<sup>3</sup> e Industrial = 30 m<sup>3</sup>)

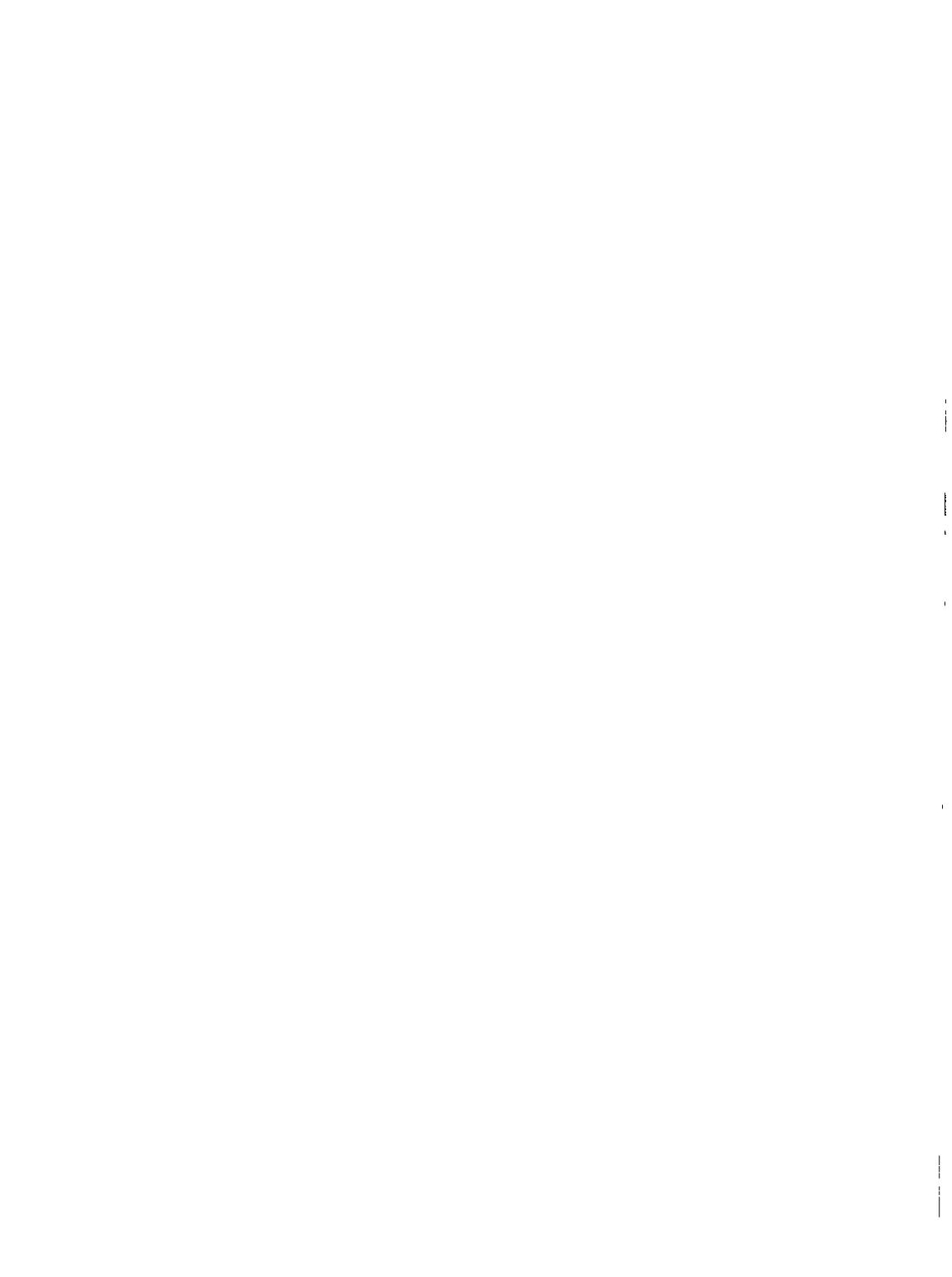
A tarifa de R\$ 4,11 para a categoria "A", por exemplo, era cobrada do usuário até o consumo de 10 m<sup>3</sup>, a partir deste volume, era cobrada uma tarifa a título de excesso por m<sup>3</sup> consumido, no valor de R\$ 0,72 Posteriormente, é introduzida a denominada tarifa consumo, ou seja, adoção de uma tarifa básica independente do volume consumido, mais uma tarifa pelo serviço medido Dos usuários sem hidrômetros, é cobrada uma tarifa básica, mais uma tarifa por volume, m<sup>3</sup> consumido (no caso imputado, Cat A = 10 m<sup>3</sup>, B = 15 m<sup>3</sup>, C = 20 m<sup>3</sup> e Ind = 30 m<sup>3</sup>)

No exercício de 1997, pode-se observar que o valor das tarifas básicas e o valor do volume consumido (medido ou imputado) não apresentaram variações significativas (ao redor de 1% em valores reais)

Observa-se que o valor médio, efetivamente cobrado por m<sup>3</sup> de água dos diversos usuários (categorias), depende do volume consumido, do reflexo da variação da hidrometração no valor faturado e etc Observa-se, ainda, que estes valores não estão disponíveis na Auditada No entanto, as tarifas constantes da tabela anterior permitem verificar que não ocorreu significativa variação nos preços previstos (embora o valor médio cobrado dos usuários dependa, também, de variações nas quantidades, pois estas alteram o preço médio efetivamente cobrado por m<sup>3</sup> dos usuários)



## ***SÍNTESE DO RELATÓRIO***



## **RELATIVA AO CAPÍTULO 1**

### **DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL**

#### **DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96 (Diretrizes Orçamentárias para 1997), orientou a elaboração da proposta orçamentária da Administração Direta, consubstanciada na Lei Estadual nº 10 889, de 19-12-96, que alocou recursos na ordem de R\$ 6 374 822 mil, a preços de julho de 1996

A Despesa Geral do Estado, a preços de julho de 1996, foi fixada em R\$ 6 365 967 mil, resultando no superávit de previsão de R\$ 8 855 mil, decorrente de emendas parlamentares parcialmente vetadas pelo Governador, reduzindo dotações cujos recursos não foram realocados. A Despesa Autorizada (Dotação Inicial mais Créditos Especiais e Suplementares e Reduções) importou em R\$ 10 649 041 mil

O Programa de Reforma do Estado (Receita de Alienação de Participações Societárias - Recurso nº 0133 e Receita de Alienação de Direitos de Subscrição - Recurso nº 0167), cujas operações geraram um resultado positivo, no exercício, de R\$ 885 202 mil, contribuiu, decisivamente, para a geração do Superávit Orçamentário do Exercício no valor de R\$ 432 913 mil

Assim, caso não houvesse as referidas alienações, o Superávit transformar-se-ia em Déficit Orçamentário do Exercício no montante de R\$ 452 289 mil

Repetiu-se, neste exercício, a utilização de Recursos Vinculados, denominados componentes do Passivo Potencial do Balanço Geral do Estado, correspondentes a R\$ 2 010 120 mil, para suprir insuficiências de caixa do Tesouro. Tais recursos deveriam ser depositados em contas próprias vinculadas que, por força de lei, possuem finalidade específica. Entretanto, foram utilizados no pagamento de despesas ordinárias

## **DO PATRIMÔNIO PERMANENTE**

### **ATIVO PERMANENTE**

Este grupo, que registra os Bens Permanentes do Estado, assim como os Créditos e Valores, atingiu R\$ 6 107.027 mil em 31-12-97, apresentando um crescimento real de R\$ 1 235 902 mil, equivalente a 25,37%, em relação a 1996.

Na composição do Ativo Permanente, destacam-se as subcontas de Dívida Ativa, com percentual de 49,02% (R\$ 2 993 891 mil), e das Participações, com 34,28% (R\$ 2 093.337 mil), no total

### **DAS PARTICIPAÇÕES**

As Participações do Estado somaram R\$ 2 093 337 mil, apresentando acréscimo de 13,28% em relação ao exercício anterior

Destaca-se, neste exercício, a redução da participação do Estado no Capital Social da CEEE, concretizada no mês de agosto, no valor de R\$ 960 330 mil. Tal redução deveu-se à cisão parcial e conseqüente formação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (a ser repassada à União) e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia (atual RGE), objeto de posterior alienação

A alienação efetivada no mês outubro, arrecadou recursos, no valor de R\$ 1 635 000 mil, a serem aplicados no Fundo de Reforma do Estado - FRE

Por sua vez, a CEEE alienou sua subsidiária integral, Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia (AES Sul), pelo valor de R\$ 1 510 000 mil

### **DA DÍVIDA ATIVA**

A Dívida Ativa apresentou, no exercício, saldo de 2.993.891 mil.

A movimentação da Dívida Ativa, no exercício, em termos nominais, ocorreu através de inscrições no valor de R\$ 1 003.623 mil, de baixas por cobrança da ordem de R\$ 105 061 mil, e de baixas por cancelamentos, no valor de R\$ 193 513 mil

ICMS, que atingiu R\$ 329 138 mil, equivalente a 7,86%, aspecto que ocasionou a continuidade do déficit corrente, prejudicial às finanças do Estado

### DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O montante previsto inicialmente e indicado à Assembléia Legislativa para cobertura do déficit orçamentário era de R\$ 187 786 mil (2,94% do Orçamento) Em 1996, esta participação era de 11,04% Entretanto, em 1997, estas operações atingiram o montante de R\$ 1 596 601 mil, incluindo as receitas efetivamente recebidas (R\$ 274 495 mil) e as das rolagens de títulos da Dívida Pública (R\$ 1 322 106 mil)

Salienta-se, ainda, que as Operações de Crédito responderam, em 1997, por 42,67% das Receitas de Capital e por 16,67% da Receita Total

### DAS ALIENAÇÕES SOCIETÁRIAS

Parcela substancial das Receitas de Capital refere-se às Receitas de Alienações Societárias, as quais fazem parte do “Programa de Reforma do Estado”, atingindo, no exercício, R\$ 1 809 392 mil, equivalentes a 48,35% das Receitas de Capital, enquanto que o montante previsto no orçamento era de apenas R\$ 400 000 mil No exercício anterior, tais receitas totalizaram R\$ 848 128 mil

As alienações ocorridas em 1997 foram as seguintes

| DISCRIMINAÇÃO   | EM R\$ MIL |
|---|------------|
| JANEIRO   |            |
| Pagamento efetuado pela CADIP do saldo referente à alienação de 76 320 000 ações ON da CEEE                                       | 101 784    |
| MAIO  |            |
| Alienação de 24 300 000 ações ON da CRT   | 23 539     |
| AGOSTO  |            |
| Diversas alienações de ações da CRT a seus funcionários   | 7 822      |
| OUTUBRO   |            |
| Alienação de 519 628 011 ações da Companhia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica ao consórcio vencedor da licitação | 1 635 000  |
| Alienação de ações da CRT a seus funcionários   | 2          |
| DEZEMBRO  |            |
| Diversas alienações de ações da CEEE a seus funcionários  | 41 245     |
| TOTAL   | 1 809 392  |

## DA DESPESA

A Despesa Realizada, efetivamente empenhada pela Administração Direta, no exercício de 1997, atingiu o montante de R\$ 9.143.412 mil, representando um acréscimo de 43,63% sobre os R\$ 6 365 967 mil inicialmente fixados

### DOS GASTOS COM PESSOAL

Dentre as Despesas Correntes, destacam-se as Despesas com Pessoal que representaram, em 1997, 63,08% da sua totalidade. Em relação à Despesa Total, os gastos com pessoal representaram apenas 42,78%

A Despesa com Pessoal Inativo teve sua participação aumentada em 2,03%, em relação ao total das despesas com pessoal, comparativamente ao ano anterior

Embora a Receita Corrente Líquida (Receita Corrente deduzida das transferências constitucionais e legais aos Municípios), que importou em R\$ 4 591 805 mil, tenha decrescido 2,03% em relação ao ano anterior, a Despesa Líquida com Pessoal (Despesa Total com Pessoal e Encargos deduzida do valor das Diárias e Ajudas de Custo), que totalizou R\$ 3 911 586 mil, apresentou uma redução de 3,38% em relação ao exercício anterior

A Despesa com Pessoal Ativo da Administração Direta, em 1997 (R\$ 2 014 153 mil), teve uma redução de 5,99% em relação a 1996 e participou com 22,03% na Despesa Total (R\$ 9 143 412 mil)

O dispêndio com inativos, em 1997, no valor de R\$ 1 484 355 mil, representou 16,23% da Despesa Total e 37,95% da Despesa Líquida com Pessoal

A relação entre o número de inativos (95.477) por ativos (162 038) encontra-se em constante crescimento, atingindo, no exercício, 58,92%, ou seja, para cada 100 (cem) servidores ativos, já existem, no Estado, quase 59 (cinquenta e nove) servidores inativos

Como já foi apontado na análise do exercício anterior, a Contribuição Previdenciária Suplementar, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 10.588, de 28 de novembro de 1995, correspondente ao desconto mensal de 2% sobre a remuneração líquida dos servidores públicos estaduais, destinada a custear proventos de inatividade, revelou-se como medida ineficaz, visto que a importância arrecadada não foi depositada em conta bancária vinculada. Também não foi constituído e regulamentado o Fundo a que se referia a Lei retromencionada, constituindo-se, da forma como vem ocorrendo, em desvio de finalidade

## **DA DESPESA COM PESSOAL - ANÁLISE SEGUNDO A LEI ESTADUAL Nº 10 844, DE 05-08-96**

A Lei Complementar Federal nº 82, de 27-03-95, conhecida como Lei Camata, estabeleceu limites para os gastos com pessoal ativo e inativo, em relação à Receita Corrente Líquida

No âmbito do Estado, a Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96 (Lei das Diretrizes Orçamentárias), introduziu, para o exercício de 1997, modificações *significativas para o cálculo do comprometimento da Receita Corrente Líquida com os gastos com pessoal*, definindo, em seu artigo 26, o que segue

- despesas totais com pessoal e encargos - o somatório das despesas da administração direta, autarquias (exceto a Caixa Econômica Estadual) e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, referentes a pessoal ativo e inativo, pensionistas, abono-família, encargos patronais e contribuição ao IPERGS para assistência médica,

- receita corrente líquida - o somatório da receita corrente da administração direta, das autarquias (exceto a Caixa Econômica Estadual) e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, deduzidas as transferências por participações constitucionais e legais dos Municípios na arrecadação de tributos de competência do Estado e as transferências intragovernamentais

Dentro dessa nova definição, a relação entre a Despesa Líquida com Pessoal (Despesa Total com Pessoal e Encargos deduzida do valor das Diárias e Ajudas de Custo) e a Receita Corrente Líquida atingiu o percentual de 79,49%

## **DAS DESPESAS DE CAPITAL**

As Despesas de Capital, no decênio 1988/1997, tiveram uma participação média de 24,92% na Despesa Total. Em 1997, esta participação foi de 32,18%, uma vez que o valor total das mesmas foi de R\$ 2 942 591 mil, o que representou um acréscimo de 49,39% em relação a 1996

Dentre as Despesas de Capital, destacam-se as Transferências Intragovernamentais, a Amortização da Dívida Interna e as Inversões Financeiras, cujas participações no total da Despesa, no exercício de 1997, foram de, respectivamente, 3,21%, 15,64% e 10,09%

## PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

Em decorrência do Programa de Reforma do Estado, ocorreram, em 1997, as seguintes alienações:

- alienação de 519 628 011 ações ordinárias da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, pelo valor de R\$ 1 635 000 mil;

- alienação de 536 344.395 ações ordinárias, representativas de 100% do Capital votante, da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, de propriedade da Companhia de Energia Elétrica remanescente, pelo valor de R\$ 1 510 000 mil,

- alienação de 68 302 811 ações ordinárias nominativas da Companhia União de Seguros Gerais, correspondentes a 71,45% do Capital Social da Companhia, de propriedade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), pelo valor de R\$ 50 100 mil

Os recursos financeiros do Programa de Reforma do Estado, contabilizados no Balanço, sofreram um incremento significativo no exercício de 1997, em decorrência da alienação da Companhia Norte-Nordeste (valor de venda de R\$ 1 635 000 mil) Estes recursos permitiram a aplicação de R\$ 564 561 mil em diversos Projetos, com destaque para:

| PROJETO/ATIVIDADE                                   | EM R\$ MIL |
|---|------------|
| 2292- Atração de investimentos *                    | 307 778    |
| 1466- Contribuição ao DAER para Despesas de Capital | 160 881    |

(\*) Em destaque, o financiamento à GM no valor de R\$ 253 296 mil

Observou-se, ainda, que os recursos financeiros do Programa de Reforma do Estado, contabilizados no Balanço Geral do Estado, foram utilizados para financiar despesas não vinculadas ao referido Programa e que estes recursos possibilitaram um resultado orçamentário superavitário, como se demonstra a seguir

| EFEITO DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO  |            |
|--|------------|
|  | Em R\$ mil |
| Resultado Orçamentário, incluído o PRE   | 432 913    |
| (-) Resultado das Operações do PRE       | 885 202    |
| = Resultado Orçamentário, excluído o PRE | 452 289    |

Enfatiza-se que o valor de venda da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e da Companhia União de Seguros Gerais não foi considerado no efeito do Programa de Reforma do Estado (Administração Centralizada), visto que estes recursos são de propriedade da CEEE e do BANRISUL, respectivamente

A alienação da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica foi realizada por R\$ 1 510 000 mil, pertencendo tais recursos à CEEE remanescente. Parte destes recursos, no montante de R\$ 351 786 mil, foram utilizados no pagamento de compromissos e obrigações desta Companhia (destacando-se o resgate da 7ª emissão de Debêntures). O restante dos recursos foram aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) e utilizados no Fundo de Garantia para Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual (FGLTDPE).

Os recursos aplicados pela CEEE no SIAC serão utilizados pela Companhia de acordo com suas necessidades ou conforme as determinações do Conselho de Reforma do Estado. O Governo do Estado, para utilizar de forma permanente os recursos da CEEE, ou parte deles, deverá efetuar retradas de recursos financeiros da Companhia através de reduções do Capital Social desta, juntamente com os acionistas minoritários.

Registra-se, como evento subsequente, que, na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04-03-98, foi aprovada a redução de Capital no valor de R\$ 415.000 mil, visando ao cumprimento da Lei Estadual nº 11 076, de 06 de janeiro de 1998, bem como à solicitação do acionista majoritário, expressa no Ofício nº 075/98-GSF, de 23 de janeiro de 1998, de restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul vendeu 68 302 811 ações ordinárias nominativas, representativas de cerca de 71,45% do Capital Social da Companhia União de Seguros Gerais, por R\$ 50 100 mil ao Bradesco Seguros S A.

Destacam-se como fatos relevantes, relacionados à reestruturação e privatização da Companhia União de Seguros Gerais, os seguintes

- o BANRISUL responsabilizou-se, perante o novo grupo de controle, pelas obrigações remanescentes assumidas pela Companhia União, na qualidade de membro integrante do Grupo de Empresas Seguradoras Brasileiras - GESB (conforme item 4 4 do Edital de Licitação),

- o Acordo Operacional, realizado em 01-10-97, com vigência de cinco anos, cujo objeto é a venda de produtos de seguros, previdência e capitalização próprios, ou de terceiros conveniados com a Companhia União na rede e custos de serviços do

#### DA GESTÃO FINANCEIRA

#### DA GESTÃO FINANCEIRA

A Receita Arrecadada (R\$ 9 576 325 mil) superou em R\$ 3 201 503 mil os valores previstos, sendo suficiente para dar suporte aos gastos de competência do exercício, que alcançaram R\$ 9 143 412 mil

O Superávit Financeiro de R\$ 432 913 mil, absorveu, em parte, o Saldo Patrimonial Financeiro negativo anterior de R\$ 594 771 mil, reduzindo o Saldo Financeiro negativo atual para R\$ 161 858 mil

#### DA GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, nos seus aspectos qualitativo e quantitativo, demonstra os efeitos das variações sofridas pelo Patrimônio do Estado em consequência dos atos de gestão praticados no exercício. Com a exclusão dos bens de uso comum, que não são incorporados ao Patrimônio do Estado, todos os fatos de natureza econômico-financeira concorrem para alterar a substância e a contra-substância patrimoniais, sejam estes fatos originados da Execução Orçamentária ou Extra-Orçamentária

O Patrimônio do Estado é representado por componentes Ativos e Passivos, estruturados de forma a dividi-lo em duas áreas Financeira, que compreende o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, e Permanente, subdividida em Ativo Permanente e Passivo Permanente. O Ativo Financeiro apresenta os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis, enquanto o Passivo Financeiro representa os compromissos exigíveis, cuja movimentação independe de autorização orçamentária. A movimentação de valores na área do Patrimônio Permanente depende de prévia autorização legislativa.

#### DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO

O Patrimônio Financeiro do Estado, em 31-12-7, segundo o Balanço

pelo Passivo Financeiro no valor de R\$ 2 525 522 mil. Os valores passivos superaram os valores ativos em R\$ 161 858 mil, ou seja, em 6,85%

### **DO ATIVO FINANCEIRO**

O Ativo Financeiro apresentou um acréscimo percentual de 120,58% em relação ao exercício anterior, sendo que o subgrupo Realizável obteve o maior crescimento, que foi de 327,01%

O elevado crescimento observado no Ativo Financeiro Realizável, na conta FGLTDPE, proveio, principalmente, do recebimento e posterior aplicação dos recursos oriundos da privatização da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (BGE, vol IV, p 85)

O subgrupo Vinculado, em contas correntes bancárias, indica R\$ 591 762 mil, resultando, assim, em um crescimento substancial em relação ao exercício anterior. Entretanto, o BGE informa recursos vinculados não aplicados "a empenhar" no total de R\$ 2 010 120 mil, ou seja, não estão depositados em contas bancárias vinculadas R\$ 1 418 358 mil, constituindo-se, dessa forma, realização de gastos com desvio de finalidade

### **DO PASSIVO FINANCEIRO**

A Dívida Flutuante aumentou, em 1997, 47,62% em relação ao exercício anterior, em decorrência, basicamente, do aumento de Depósitos (72,69%), que inclui Depósitos do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), os quais apresentam saldo, no exercício, de R\$ 1 426 992 mil

### **DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA**

O Balanço Patrimonial demonstrou um Passivo Financeiro superior em R\$ 161 858 mil ao Ativo Financeiro. Logo, comparativamente ao exercício anterior, o Déficit Financeiro do exercício decresceu 72,79% a preços constantes

Destaca-se, no entanto, que, se forem imputados ao Passivo Financeiro os R\$ 2 010 120 mil relativos aos recursos vinculados a empenhar, a Situação Líquida Financeira negativa atingiria a quantia de R\$ 2 171 978 mil

## **DO PATRIMÔNIO PERMANENTE**

### **ATIVO PERMANENTE**

Este grupo, que registra os Bens Permanentes do Estado, assim como os Créditos e Valores, atingiu R\$ 6 107.027 mil em 31-12-97, apresentando um crescimento real de R\$ 1 235 902 mil, equivalente a 25,37%, em relação a 1996.

Na composição do Ativo Permanente, destacam-se as subcontas de Dívida Ativa, com percentual de 49,02% (R\$ 2 993 891 mil), e das Participações, com 34,28% (R\$ 2 093.337 mil), no total

### **DAS PARTICIPAÇÕES**

As Participações do Estado somaram R\$ 2 093 337 mil, apresentando acréscimo de 13,28% em relação ao exercício anterior

Destaca-se, neste exercício, a redução da participação do Estado no Capital Social da CEEE, concretizada no mês de agosto, no valor de R\$ 960 330 mil. Tal redução deveu-se à cisão parcial e conseqüente formação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (a ser repassada à União) e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia (atual RGE), objeto de posterior alienação

A alienação efetivada no mês outubro, arrecadou recursos, no valor de R\$ 1 635 000 mil, a serem aplicados no Fundo de Reforma do Estado - FRE

Por sua vez, a CEEE alienou sua subsidiária integral, Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia (AES Sul), pelo valor de R\$ 1 510 000 mil

### **DA DÍVIDA ATIVA**

A Dívida Ativa apresentou, no exercício, saldo de 2.993.891 mil.

A movimentação da Dívida Ativa, no exercício, em termos nominais, ocorreu através de inscrições no valor de R\$ 1 003.623 mil, de baixas por cobrança da ordem de R\$ 105 061 mil, e de baixas por cancelamentos, no valor de R\$ 193 513 mil

Do montante inscrito em Dívida Ativa, apenas R\$ 244 679 mil referem-se à receita lançada e não-arrecadada, sendo os restantes R\$ 758 944 mil oriundos de correção monetária, juros e multas

Do saldo da subconta Dívida Ativa, 200 (duzentos) devedores concentram o valor de R\$ 1 550 571 mil, representando 51,79% do total

Correlacionando-se o saldo da Dívida Ativa com outros dados do Balanço, observa-se sua expressividade, e conclui-se que somente a intensificação da **atuação preditiva** propiciará um maior e melhor monitoramento dos devedores inadimplentes, evitando, tanto quanto possível, que os créditos do Estado tornem-se vultosos em relação aos contribuintes, prejudicando ou até impossibilitando sua posterior realização

Destaca-se, ainda, ter havido, no exercício, cancelamentos da Dívida Ativa no valor de R\$ 193 512 mil. Tais cancelamentos equivaleram a 8,45% do saldo inicial inscrito em Dívida Ativa, contra 4,34% do ano anterior. Entretanto, o BGE omite quaisquer informações sobre os motivos preponderantes que determinaram os referidos cancelamentos

### **DO PASSIVO PERMANENTE**

A Dívida Fundada teve um crescimento nominal de R\$ 2 140 020 mil decorrente, quase que integralmente, do reajustamento da dívida. Observa-se, dessa forma, que houve, no exercício, um crescimento percentual substancial, na ordem de 15,48%, a preços constantes, ou seja, um acréscimo real, visto que considera a inflação medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, o qual atingiu 7,91% no mesmo período

Assim, o montante da Dívida Fundada, constituído por Empréstimos de origem Interna e Externa, cujos prazos de vencimento vão além do exercício seguinte, era, em 31-12-97, de R\$ 11 013 370 mil, de acordo com o Balanço Patrimonial. Este valor, o mais alto verificado no último decênio, ocorreu, principalmente, pelo elevado custo do financiamento da Dívida Fundada Interna em títulos

A Dívida Fundada Interna apresentou saldo de R\$ 10 761 096 mil, e a Dívida Fundada Externa, o valor de R\$ 252 274 mil

Tendo em vista que, em 1997, as Receitas de Impostos tiveram um decréscimo de 6,32% a valores constantes, e que a Dívida Pública cresceu em 20,37% a

preços constantes, o período de arrecadação necessário para resgatá-la aumentou de 31 meses, no exercício de 1996, para 39 meses no presente exercício. Caso a arrecadação fosse integralmente carregada para pagamento da Dívida Pública, este seria o tempo necessário para o pleno resgate.

## **DO RESULTADO PATRIMONIAL E DO PASSIVO A DESCOBERTO**

O Estado encerrou o exercício de 1997 com um Déficit Patrimonial na ordem de R\$ 132.162 mil. Esta situação é resultado das variações que provocaram uma melhoria da Situação Líquida Financeira, no valor de R\$ 432.913 mil, conjugada ao decréscimo de R\$ 565.075 mil na Situação Líquida Permanente.

Assim, o Passivo Real a Descoberto, que, em 31-12-96, era de R\$ 4.936.039 mil, passou a ser de R\$ 5.068.201 mil em 31-12-97.

Considerando que o Resultado Patrimonial do Exercício e o Passivo Real a Descoberto do Estado, retroinformados, agregaram os resultados e patrimônios pertencentes aos Fundos Estaduais, e que, dos Recursos Vinculados, R\$ 2.010.120 mil não foram empenhados no exercício (BGE, vol. IV, p. 124), o Déficit Patrimonial do Exercício passaria a ser de R\$ 2.142.282 mil e o Passivo Real a Descoberto aumentaria para R\$ 7.078.321 mil.

Diante disso, os controles internos relativos aos Fundos Especiais e aos Recursos Vinculados revelaram-se insuficientes, não permitindo a transparência necessária a um adequado Sistema de Controle Interno.

## **RELATIVA AO CAPÍTULO 2**

### **DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA**

#### **FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

Os recursos orçamentários direcionados a Função Defesa Nacional e Segurança Pública pela Administração Direta Estadual, no último decênio, registraram um movimento que revelou períodos com ocorrência de crescimentos e reduções

No exercício de 1997, tem-se que as despesas efetivadas na Função mostraram-se inferiores em 36,17%, confrontando-se com o ano-basilar da série (1988) Em relação ao ano anterior (1996), observou-se um decréscimo de 8,68%

Na soma total dos gastos efetivados pela Administração Direta Estadual, a participação das despesas executadas na Função alcançou 5,40% Tal fração, entretanto, proporcionalmente ao atingido em 1996, demonstrou uma diferença percentual a menor de 1,02%

#### **PROGRAMA 30 - SEGURANÇA PÚBLICA**

O Programa Segurança Pública foi executado pela Secretaria da Justiça e da Segurança, através da Brigada Militar e Polícia Civil

Os gastos realizados por conta deste Programa compreenderam 98,91% do total dos recursos destinados à Função, sendo que, no total das despesas executadas pela Administração Direta Estadual, a participação do Programa alcançou 5,34%

Dentre os 51 (cinquenta e um) Programas orçados pela Administração Direta Estadual, o Programa Segurança Pública posicionou-se em sexto lugar, no que diz respeito ao total de despesas realizadas Por outro lado, a análise demonstrou que os recursos alocados ao Programa foram superiores em 35,07% ao aplicado no ano-basilar da série (1988) Todavia, confrontando-se com o ano anterior (1996), verificou-se um decréscimo de 8,86%

Das 12 (doze) atividades previstas para o Programa, foram executadas 8 (oito), concentrando, conjuntamente, recursos equivalentes a 99,60% do total investido no mesmo

No entanto, há que se salientar que, do total de 07 (sete) Projetos constantes no Orçamento, que visavam à manutenção e ao reaparelhamento operacional da Polícia Civil, Brigada Militar e Corpo de Bombeiros e à renovação e ampliação da frota de viaturas da BM e PC, apenas 02 (dois) foram implementados, reunindo recursos que alcançaram tão-somente 0,40% do total alocado ao Programa

Quanto à frota de veículos, tanto da Brigada Militar como da Polícia Civil, verificou-se que mais de 50% situavam-se em faixa etária superior a 6 (seis) anos de utilização, havendo necessidade de que parte significativa da frota fosse desativada, uma vez que contava com data de fabricação anterior ao ano de 1987, sendo 4 anos de vida útil o limite técnico recomendado para veículos que atuam nesse tipo de atividade

Constatou-se que a relação número de policiais por mil habitantes é decrescente, o que revela que, anualmente, cada policial obtém maior carga de responsabilidade por pessoas

Na Brigada Militar, em 1997, o efetivo total sofreu uma redução na ordem de 2,98% (766 policiais) em relação a 1996, sendo que a atividade-fim concentrou 82,52% do total da Corporação. A Capital concentrou o maior número de policiais militares na atividade-meio, ou seja, 58,93%, de um total existente no Estado, nesta atividade, que soma 4 371 policiais

Relativamente ao efetivo total da Polícia Civil, verificou-se uma diminuição de 4,54% (284 policiais) em relação a 1996. A Capital absorveu 37% do efetivo, a Área Metropolitana, 12% e o Interior, 50%.

Convém ressaltar que a Polícia Civil contou apenas com 54% dos cargos previstos em lei, e a Brigada Militar, com 74%, havendo, portanto, uma defasagem de, respectivamente, 46% e 26% na quantidade de policiais

Observou-se que, para cada policial civil lotado na Capital, foram registradas 104 (cento e quatro) ocorrências. Na Área Metropolitana, a relação chegou a 246 (duzentas e quarenta e seis) e no Interior, a 144 (cento e quarenta e quatro)

No exercício de 1997, como no de 1996, houve significativa utilização de estagiários no desempenho de atividades administrativas da Polícia Civil. O custo anual apurado, pela utilização de quase 900 (novecentos) estagiários (FDRH e FGTAS), alcançou um montante que superou em 166% o total investido em obras e instalações pelo Programa Segurança Pública

Tal circunstância impede um maior e melhor desempenho administrativo na Polícia Civil, afetando, inclusive, a indispensável contigüidade desses trabalhos

## **FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA**

Durante o decênio examinado (1988/97), a participação da Função 08 - Educação e Cultura na despesa total da Administração Direta oscilou entre 10,08% e 18,74%. No ano de 1997, o percentual alcançado foi de 10,42%, sendo o segundo menor índice do período e 0,63 pontos percentuais a menos que o do ano anterior. Porém, na análise das despesas em valores constantes, verificou-se que os gastos cresceram 1,41% em relação ao exercício anterior.

A Constituição Federal (art. 212) dispõe que a aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino público não pode ser inferior a 25% da receita líquida de impostos. Já, a Constituição Estadual (art. 202) determina o mínimo de 35%. No exercício ora examinado, o Estado aplicou R\$ 1.318.066 mil na manutenção e desenvolvimento do ensino público, valor que correspondeu a 34,72% da receita líquida de impostos. Assim, o percentual aplicado foi de 9,72% acima do estabelecido pela Constituição Federal e 0,28% abaixo do determinado pela Carta Estadual.

Ressalta-se, também, que a Lei Magna do Estado, art. 202, parágrafo 2º, aponta que não menos de dez por cento dos recursos destinados ao ensino, previsto no "caput" do artigo retrocitado, devem ser aplicados na manutenção e conservação das Escolas Públicas Estaduais. Em 1997, a Função 08 - Educação e Cultura, elemento 4110 - Obras e Instalações registrou despesa no montante de 22.863 mil, 17,2% do valor que o regramento Constitucional dispõe como obrigatório.

Ainda no âmbito constitucional, constatou-se que o Executivo Estadual não atendeu ao disposto no artigo nº 201, parágrafo 3º da Lei Maior do Estado (aplicação de 0,5% da receita líquida de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino superior comunitário - Lei Complementar Estadual nº 10.713, de 16 de janeiro de 1996 - PROCRED), pois as despesas realizadas através da Atividade nº 2371 - Integração com o Ensino Superior somaram apenas R\$ 6.555 mil, 34,53% do necessário para o atendimento à legislação citada.

## **PROGRAMA 42 - ENSINO FUNDAMENTAL**

No Programa Ensino Fundamental, foi canalizado o maior volume de recursos despendidos na Função, ou seja, 62,05%. A Atividade 2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental destacou-se com uma participação de 99,98% no total dos recursos do Programa, onde o elemento Pessoal Civil representou 83,62%.

As matrículas iniciais registradas no Ensino Fundamental, em dependências do Estado, totalizaram 954.287, apresentando uma redução de 0,79% em relação ao ano anterior Já o número total de matrículas iniciais no Ensino Fundamental, englobando todos mantenedores (Estado, Municípios, União e Entidades Privadas), atingiu 1 743 913, o que significou um acréscimo de 0,34% em relação ao ano de 1996

Nesse aspecto, verificou-se que o aumento do número total de matrículas no Ensino Fundamental deveu-se ao incremento de 3,57% nas dependências municipais

As informações acerca do Ensino Fundamental, quando analisadas em série de comportamento histórico, demonstram que não ocorreram excedentes no exercício sob análise, mas sim uma pequena migração de matrículas do ensino particular e estadual para os municipais Esta situação deve ser itensificada nos próximos anos em virtude da implementação das Reformas no Ensino (Leis Federais nº 9 394 e 9 424, e Emenda Constitucional nº 14)

### **PROGRAMA 43 - ENSINO MÉDIO**

No Programa Ensino Médio, foi despendido 11,30% do total dos recursos da Função A Atividade 2368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio foi responsável por 92,77% da despesa total do Programa, no qual o elemento Pessoal Civil absorveu 83,30%

As matrículas iniciais registradas nas dependências estaduais totalizaram 286 144, apresentando um incremento de 9,46% em relação ao ano de 1996 Quanto ao número total de matrículas iniciais no Ensino Médio (387 416), somando todas as mantenedoras, constatou-se um acréscimo de 8,34%

### **ASPECTOS ORGANIZACIONAIS**

Salienta-se que os estabelecimentos/salas de aula estaduais de ensino existentes, em que pese desconhecer-se as condições de utilização e distribuição geográfica, comportam a demanda atual Sabe-se, ainda, que existe capacidade disponível, pois, quando computados todos os níveis e turnos, aproximadamente 36% das salas de aula não foram utilizadas em 1997

No que se refere ao corpo docente da rede Estadual, ressalta-se que desde 1995 a Secretaria de Educação não identifica o número de professores em exercício que

atuam no Ensino Fundamental e no Ensino Medio, preferindo, apenas, registrar o numero total de professores em exercicio em todos os niveis (Pré-Escola, 1º grau e 2º grau) Da mesma forma, a Secretaria não apresenta a quantidade de professores que não possuem regência, ou seja, os que estão exercendo atividades administrativas fora das salas de aula

## **REFORMA DO ENSINO**

Com as promulgações das Leis Federais nº 9 394 e 9 424 e da Emenda Constitucional nº 14, o exercicio de 1997 transformou-se no ano de definição das novas normas da Educação Nacional

No entanto, no ano em exame, constatou-se que o Estado não realizou as modificações estruturais necessárias ao processo de adequação ao novo regramento

Tal situação ficou evidenciada na inclusão dos proventos dos inativos da Secretaria de Educação entre as despesas que o Executivo efetuou em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Publico (art 212 da CF e art 202 da CE) Este procedimento, que era realizado com fulcro legal no Parecer nº 8 648/91 - PGE e na Lei Federal nº 7 348/95, com a entrada em vigor da Lei Federal nº 9 394 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), deixou de estar contemplado entre os dispêndios possíveis de inserção na referida despesa

Verificou-se, tambem, que o Estado não promoveu a realização de Lei regulamentando a distribuição das quotas do salário-educação, procedimento determinado na Medida Provisória nº 1 565 A inexistência desta Lei contribuiu para que o saldo vinculado a empenhar no proximo exercicio registrasse R\$ 133 425 mil, ou seja, mais de 10% do total das despesas realizadas pelo Estado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Publico

## **FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO**

Registra-se que a Lei Estadual nº 10 844, de 05 de agosto de 1996, tratou das diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercicio de 1997

No art 20, estabeleceu que o montante de recursos alocados na Secretaria da Saúde e Meio Ambiente não deveria ser inferior a 10% da Receita Tributária Líquida, desconsideradas as transferências da União, relativas a convênio com o SUS e aos pagamentos dos prestadores de serviços de Saúde

Dessa forma, salienta-se que no final de 1997 as despesas executadas na Secretaria da Saúde atingiram tão-somente 7,16% da Receita Tributária Líquida, e não 10% como legalmente determinado

Quanto aos recursos destinados à Função Saúde e Saneamento, em 1997, verificou-se que procederam da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente - SSMA (80,56%), da Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação - SOPSH (0,83%) e da Secretaria de Coordenação e Planejamento - SCP (18,61%)

Levando em conta o comportamento das despesas realizadas na Função, neste decênio (1988-1997), tem-se que a menor aplicação de recursos ocorreu em 1988 e a maior em 1997, representando, na totalidade das despesas executadas pela Administração Direta Estadual, participações relativas de 1,62% e 3,65%, respectivamente

Igualmente, constatou-se que neste exercício os recursos alocados à Função mostraram-se superiores em 41,68% ao aplicado no ano anterior (1996) Todavia, não chegaram a alcançar o previsto no Orçamento, posicionando-se aquém em 27,09%

Tem-se, ainda, que, dos 28 (vinte e oito) Projetos orçados, apenas 20 (vinte) foram executados Estes, reunidos, computaram recursos da Função que significaram 24,82% do total investido

No entanto, é necessário registrar que deixaram de ser implementados Projetos de grande interesse para a saúde pública do Estado, mencionando-se, principalmente, os seguintes

- 1774 - Ampliação de Hospitais Públicos - objetivava ofertar leitos e consultas ambulatoriais nos hospitais públicos de Cachoeirinha e Alvorada, para reduzir os encaminhamentos de pacientes para Porto Alegre;

- 1777 - Plano de Erradicação do Vetor do Dengue no RS - visava a evitar ocorrência de casos autóctones no Estado;

- 1858 - Implementação do Programa de Doações de Órgãos - pretendia apoiar e incentivar a retirada de órgãos e a realização de transplantes no Estado, conforme Lei Estadual nº 8 750/88,

- 9012 - Reestruturação do Hospital Sanatório do Partenon, em Porto Alegre - previa reformar sua estrutura física, transformando-o em hospital especializado para tratamento de doenças infecto-contagiosas, AIDS e tuberculose

Dos Projetos executados, destacam-se pela finalidade social que desempenham os Projetos 9105 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Cachoeirinha/Gravatá - CORS e o 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente, absorvendo, conjuntamente, 15,83% do aplicado na Função

### **PROGRAMA 75 - SAÚDE**

O Programa Saúde, no exercício de 1997, movimentou recursos que atingiram o montante de R\$ 383 623 mil. Deste total, 68,49% foram investidos na Função Saúde e Saneamento, e o restante (31,51%), nas Funções Assistência e Previdência e Educação e Cultura

Assim, dos recursos movimentados na Função Saúde, iguais a R\$ 333 477 mil, o Programa participou com R\$ 262 730 mil, fração esta que significou 78,78% das despesas da Função

Os gastos realizados no Programa, em 1997, foram inferiores em 14,78% do previsto no Orçamento. No entanto, confrontando-se com os dispêndios efetivados no ano anterior (1996), constatou-se crescimento de 33,06%

No período de 1988/1997, o Programa Saúde registrou participações entre 1,51% e 4,20% na despesa total executada pela Administração Direta Estadual. Em 1997, esta participação chegou a 4,20%, apresentando-se como a maior da série estudada

No entanto, torna-se necessário informar que a inclusão de gastos das Funções Educação e Cultura e Assistência e Previdência no Programa Saúde, que é próprio da Função Saúde e Saneamento, elevou a sua participação para mais 1,33% no global dos gastos da Administração Direta Estadual. Excluindo-se o valor pertinente àquela Função, a participação de 4,20% baixa para 2,87%

Cabe mencionar, levando-se em conta os leitos/SUS disponíveis (24 388) e população total (9 718 154), que, em 1997, o Estado/RS apresentou um coeficiente de 2,51 leitos para cada grupo de 1 000 habitantes, sendo muito inferior ao exigido pela Organização Mundial da Saúde - OMS, que é de 05 (cinco) leitos para cada grupo de 1 000 habitantes

## **PROGRAMA 76 - SANEAMENTO**

O Programa Saneamento foi integralmente executado na Função Saúde e Saneamento, contribuindo com 17,48% no total das despesas da Função

Dos órgãos que participaram da execução das despesas do Programa, a Secretaria da Coordenação e do Planejamento (Fundo Pró-Guaíba e FUNDOPIRES), a Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação e a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente implementaram atividades que atingiram 94,96%, 4,79% e 0,25%, respectivamente, do total das despesas realizadas

Concernentemente à participação do Programa na despesa executada pela Administração Direta Estadual, no último decênio (1988-1997), tem-se que, em nenhum dos exercícios, os dispêndios com saneamento apresentaram participação anual igual ou superior a 1,00%. Em 1997, as despesas do Programa alcançaram 0,64%, enquanto que no ano anterior (1996) chegaram a 0,37% de participação nos gastos totais efetivados pela Administração Direta Estadual.

## **FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE**

Em 1997, o volume de recursos despendidos na Função foi de R\$ 425 111 mil, montante 34,01% superior à dotação inicial. Em valores constantes, observou-se acréscimo de 56,67% sobre o empregado no ano-base (1988), e, quando comparado ao ano anterior, constatou-se um aumento de 65,61%

A participação da Função 16 - Transporte na despesa total realizada pela Administração Direta do Governo oscilou nos últimos dez anos (1988/97). Entretanto, no exercício de 1997, verificou-se uma retomada no aumento da participação.

A Secretaria dos Transportes transferiu à Administração Indireta a quase totalidade dos recursos empregados na Função (96,15%), procedimento que visou à execução dos Programas vinculados ao Transporte Aéreo, Rodoviário e Hidroviário

## **PROGRAMA 87 - TRANSPORTE AÉREO**

O Programa Transporte Aéreo absorveu 2,71% do total dos recursos da Função 16, sendo integralmente realizado através do Departamento Aeroportuário, o qual, no exercício em exame, esteve ligado diretamente ao Gabinete da Secretaria dos Transportes

O volume de recursos utilizados no Programa (R\$ 11 508 mil), em valores constantes, registrou um aumento de 74,64% em relação ao ano-base (1988) e 102,34% em comparação ao ano anterior (1996) De outro modo, as despesas superaram a dotação inicial em 38,67%

Com relação à despesa total realizada pela Administração Direta, a participação percentual do Programa representou 0,13% Nesse aspecto, destacaram-se os Projetos 1077 - Aquisição de Aeronaves e 1462 - Construção e Pavimentação de Aeroportos, que somados consumiram 90,69% dos recursos do Programa

Dentre as realizações físicas desenvolvidas, no exercício em análise, pelo Departamento Aeroportuario - DAE, próprias do Programa Transporte Aereo, apenas Terraplenagem apresentou acréscimo em relação ao ano anterior Entretanto, ressalta-se que o DAE executou duas novas atividades - EIA/RIMA (Estudo / Relatório de Impacto Ambiental) e Demarcação de Pavimento

### **PROGRAMA 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO**

O Programa 88 - Transporte Rodoviário foi o responsável pelo consumo de 96,26% do total realizado na Função 16 - Transporte Nesse sentido, cumpre observar que as despesas realizadas com recursos da Administração Direta, no montante de R\$ 409 203 mil, superaram a dotação inicial (R\$ 296 028 mil) em 38,23%

Da mesma forma, em valores constantes, as despesas realizadas no Programa superaram as efetuadas no ano anterior em 66,08% Quanto a participação do Programa no total das despesas realizadas pela Administração Direta, constatou-se que foi a quarta maior nos últimos dez anos (1988/97) e a mais significativa após o exercício de 1990, quando foi alcançada a maior participação do período

No exame da participação dos Projetos/Atividades nas despesas do Programa 88 - Transporte Rodoviário, detectou-se que o total dos dispêndios incluiu, equivocadamente, os Projetos 2356 - Contribuição ao DEPRC para Despesa com Pessoal e 2639 - Contribuição ao DEPRC para Amortização da Dívida

Os Projetos/Atividades que mais consumiram recursos do Programa foram o 1466 - Contribuição ao DAER para Despesa com Capital (69,42%) e o 2354 - Contribuição ao DAER para Despesas com Pessoal (21,63%)

Em termos de realizações físicas, no ano de 1997, o DAER mostrou crescimento na grande maioria dos serviços Nesse aspecto, destacaram-se os serviços de Projeto Geométrico de Rodovias, Projeto de Obras e Artes Especiais, Projetos de

Sinalização e Sinalização de Rodovias, cujos crescimentos, em relação ao ano anterior, foram de 402,02%, 168,92%, 162,60 e 144,18%, respectivamente

## **PROGRAMA 90 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO**

Embora o Orçamento Anual contemplasse o Programa 90 - Transporte Hidroviário com dotação inicial de R\$ 322 mil, o Balanço Geral do Estado não registrou despesas realizadas com estes recursos. No entanto, a Secretaria dos Transportes utilizou verbas do Programa 88 - Transporte Rodoviário para efetuar transferências ao DEPRC.

Assim, impropriamente, a Administração Direta registrou o montante de R\$ 25 057 mil na Função Transporte Rodoviário. Tais recursos foram despendidos através das atividades 2356 - Contribuição ao DEPRC - para Despesas com Capital e 2639 - Contribuição ao DEPRC - para Amortização da Dívida.

Por sua vez, a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) operou sem necessidade de Transferências do Governo Estadual devido suas Receitas Portuárias terem sido suficientes para suportar as Despesas Orçamentárias.

Cumprе salientar que a análise do Programa Transporte Hidroviário foi realizada unificando os dados apresentados pelo DEPRC e pela SUPRG, tendo como finalidade a não interrupção do processo de análise praticado nos trabalhos anteriores.

Nesse sentido, ressalta-se que o DEPRC recebeu da Administração Direta R\$ 35 321 mil (R\$ 32 821 mil em Transferências Operacionais e R\$ 2 500 mil em Transferências de Capital), valor que somado aos R\$ 25 057 mil, registrados impropriamente no Programa Transporte Rodoviário, demonstram a dependência da Autarquia pelos recursos do Tesouro do Estado.

No DEPRC, destaca-se que a Atividade 2732 - Pagamento de Encargos Gerais da Autarquia foi responsável pela maior participação na despesa. Já na SUPRG, coube à Atividade 4471 - Ressarcimento ao Estado de Despesas com Pessoal Cedido a participação mais significativa.

De outro modo, cabe destacar que a melhora dos índices de produtividade, processo que teve seu início no ano anterior, continuou no exercício de 1997, quando, mesmo com a redução de 6,98% no movimento de cargas, obteve incremento de 65%, em relação ao ano-base (1989), nos índices de produtividade ton /servidor e receita/servidor.

## RELATIVA AO CAPÍTULO 3

### DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS

#### DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

##### DAS AUTARQUIAS

O total empenhado pelo Governo do Estado, em 1997, em favor das Autarquias, foi R\$ 536 393 mil, representando um acréscimo real de 28,37%, em relação ao total empenhado, no exercício anterior. Deste montante empenhado, 19,48% destinaram-se a despesas com pessoal, 50,37%, a investimentos e 30,15%, a outras despesas correntes.

Ressalta-se que, do valor empenhado, foram efetivamente transferidos 82,19%, sendo o restante (R\$ 95 506 mil) inscrito em Restos a Pagar.

Os Balanços das Autarquias indicaram como receitas oriundas das Transferências do Estado o montante de R\$ 480 864 mil, incluindo, portanto, Transferências de Exercícios Anteriores inscritas em Restos a Pagar. O referido montante constituiu 45,49% da Receita Orçamentária daquelas Entidades.

O DAER foi a Autarquia com maior grau de dependência dos recursos repassados pelo Estado, que representaram 92,41% de sua Receita Orçamentária.

O Resultado Orçamentário Consolidado das Autarquias apresentou-se negativo nos exercícios de 1993, 1994 e 1996. Já os exercícios de 1995 e 1997 apresentaram resultados positivos, em valores constantes, de R\$ 2 506 mil e R\$ 12 854 mil, respectivamente.

Referentemente as Receitas Correntes, o IPERGS arrecadou o total de R\$ 545 832 mil, o que representou 66,91% do total. Já nas Receitas de Capital, o DAER foi responsável por R\$ 238 183 mil, que representaram 98,67% da totalidade.

No que se refere as Despesas Correntes, de igual forma, o IPERGS contribuiu com 71,76% do total (R\$ 545 624 mil), e, nas Despesas de Capital, também, o DAER participou do maior percentual, que foi de 94,79% (R\$ 269 105 mil).

Quanto ao resultado, verifica-se, no conjunto, que as Autarquias apresentaram, em 1997, um superávit patrimonial de R\$ 139 809 mil, tendo sido o IPERGS responsável por 64,23% (R\$ 89.794 mil) deste resultado líquido

## **DAS FUNDAÇÕES**

O Governo do Estado empenhou, em 1997, a título de contribuições e transferências a crédito das Fundações, o valor de R\$ 196 488 mil, representando um decréscimo real de 13,91% em relação ao total empenhado no exercício anterior. Deste montante empenhado, 57,88% destinaram-se a Despesas com Pessoal. Ressalta-se que foi efetivamente transferido apenas 61,57% do referido valor empenhado, sendo a diferença (R\$ 75 518 mil) inscrita como Restos a Pagar do exercício.

Os Balanços das Fundações indicaram, como receitas oriundas das Transferências do Estado, o montante de R\$ 146 005 mil, incluindo, portanto, Transferências de Exercícios Anteriores inscritas em Restos a Pagar.

A FADERS, FEBEM, FIGTF e METROPLAN apresentaram uma dependência acima de 90% dos recursos transferidos pelo Estado. A FGTAS, FEPPS e FDRH foram as Fundações com os menores índices de participação do Estado na Receita Orçamentária (38,06%, 25,04% e 3,63%, respectivamente).

O Resultado Orçamentário Consolidado das Fundações apresentou-se negativo nos exercícios da série 1993/1996, à exceção do exercício em análise, que apresentou um resultado positivo no valor de R\$ 16.532 mil.

Quanto ao Resultado Patrimonial Consolidado, foi positivo em toda a série 1993/1997, apresentando, em 1997, um superávit de R\$ 45 234 mil. Contribuíram decisivamente para a obtenção deste resultado a FAPERGS e a FGTAS, que, juntas, representaram 123,84% do total consolidado.

## **DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS**

### **DAS COMPANHIAS**

A seguir, apresentam-se as considerações sobre as empresas eleitas que atuam nas áreas financeira (BANRISUL) e de infra-estrutura (CEEE, CRT e CORSAN).

## ÁREA FINANCEIRA

### BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

No exercício de 1997, ocorreram alguns fatos relevantes

- em 20-03-97, foi assinado pelos Governos Federal e Estadual Protocolo de Intenções que estabeleceu as condições para a reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, com base no Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e a intervenção do Estado do Rio Grande do Sul Subsequentemente, em 01-07-98, o Senado Federal aprovou a Resolução nº 63, que autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito firmado entre a União, o Estado do Rio Grande do Sul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A e a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 1 987 500 mil Os recursos do financiamento destinam-se, exclusiva e obrigatoriamente, a propiciar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária,

- em 27-05-97, o Poder Executivo do Estado promulgou a Lei Estadual nº 10 959, que define a transformação da Caixa Econômica Estadual (CEE) em Agência de Desenvolvimento e a manutenção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BANRISUL) como banco múltiplo,

- em 20-11-97, o BANRISUL procedeu à venda, por meio de oferta pública, da Cia União de Seguros Gerais, proporcionando ao Banco um ganho de R\$ 49 970 mil O BANRISUL permanece detentor de 17% das ações e, conforme o previsto em acordo de parceria, continua a operar produtos no mercado de seguros

As Receitas Não-Operacionais (R\$ 47 371 mil) e a reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 16 529 mil) reduziram em aproximadamente 60% o resultado negativo do exercício

Cabe mencionar, ainda, o explicitado na Nota Explicativa nº 5 do Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do BANRISUL a Instituição deixou de reconhecer, como despesa do exercício de 1995, o montante de R\$ 46 577 mil, referente ao Plano de Incentivo ao Afastamento Voluntário - PIAV, diferindo o mesmo, conforme faculta a Circular nº 2582/85 do BACEN, com amortização linear em até 10 (dez) semestres a partir de janeiro/96 No exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997, foi apropriado como amortização o valor de R\$ 9 316 mil, sendo que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1996, já havia sido amortizada

importância de igual valor Assim sendo, os resultados dos exercícios findos em 1997 e 1996 estão demonstrados a menor em R\$ 18 632 mil e R\$ 9 316 mil e, em consequência, o Patrimônio Líquido está demonstrado a maior em R\$ 27 948 mil e R\$ 37 262 mil, respectivamente (R\$ 46 577 mil em 1995)

No conjunto das empresas da área financeira, constatou-se que o BANRISUL foi responsável por 88,98% das Recetas Operacionais do Setor (R\$ 1 126 607 mil), bem como também por 82,19% das Despesas Operacionais (R\$ 1 232 539 mil)

Conjugando-se o somatório de Recetas e Despesas Operacionais e Não-Operacionais, mais a reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social, o resultado do exercício, neste Setor, apresentou-se negativo no total de R\$ 198 212 mil, sendo o BANRISUL, a CADIP e a CEE responsáveis por 100% deste prejuízo, apresentando prejuízos de R\$ 42 032 mil, R\$ 19 826 mil e R\$ 144 429 mil, respectivamente.

## **ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA**

### **COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE**

A Companhia, ao longo de toda a série 1993/1996, e desde 1978, vem apresentando Prejuízo Operacional Em 1997, este prejuízo foi de R\$ 690 940 mil, que, acrescido ao Resultado Não-Operacional positivo de R\$ 624 544 mil, resultou, após a dedução de R\$ 79 016 mil relativos à Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, em Lucro Líquido do Exercício de R\$ 12 620 mil

O processo de reestruturação da Companhia, iniciado em 1996, teve continuidade no exercício de 1997, conforme a Lei Estadual nº 10 607, de 28 de dezembro de 1995, que instituiu o Programa de Reforma do Estado - PRE

A Lei Estadual nº 10 900, de 26 de dezembro de 1996, autorizou a criação de seis empresas, sendo duas sociedades anônimas de geração de energia elétrica, a Companhia de Geração Hidrica de Energia Elétrica e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, uma sociedade anônima de transmissão de energia elétrica, a Companhia Transmissora de Energia Elétrica, três sociedades anônimas de distribuição de energia elétrica, a Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, além de uma sociedade controladora "Holding" das sociedades de energia elétrica sob controle acionário do Estado, a CEEE - Participações

Das seis empresas idealizadas, três foram formalmente constituídas em 1997 a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, que ficaram sob controle acionário do Governo do Estado ao reduzir sua participação no capital da CEEE em R\$ 960 330 mil, e a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, que ficou sob controle acionário da CEEE

A Lei Estadual nº 10 900 autorizou, ainda, a privatização da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, posteriormente denominada AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia Elétrica S/A, e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, posteriormente denominada Rio Grande Energia S/A (art 6º), assegurando ao Estado o controle acionário da Distribuidora Sul-Sudeste, da Geração Hidrica, da Rede Básica de Transmissão e da "Holding" (art 2º)

*Das três empresas criadas, foram efetivamente alienadas, no mês de outubro de 1997, as duas distribuidoras, ficando a empresa de geração térmica a ser repassada à União como parte do processo de renegociação da dívida estadual*

A privatização da Companhia Norte-Nordeste rendeu, aos cofres do Estado, receita de R\$ 1 635 000 mil destinados ao Fundo de Reforma do Estado. A transferência ao Governo Federal da Companhia de Geração Térmica ainda não foi efetivada

Da alienação da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, subsidiária integral da CEEE, ingressaram recursos na ordem de R\$ 1 510 000 mil, responsáveis pelo Resultado Não-Operacional positivo de R\$ 624 544 mil, representando 41,36% do total da receita da alienação. Excluindo-se a Receita Líquida proveniente da alienação, no valor de R\$ 949 696 mil, o resultado final do exercício passaria de Lucro do Exercício, no valor de R\$ 12.620 mil, para Prejuízo do Exercício, na ordem de R\$ 937 076 mil, superior em 64,21% ao resultado apresentado no ano anterior

Cabe ressaltar que os registros contábeis da baixa do investimento alienado pela Companhia ocorreram indevidamente na própria conta de Receita Não-Operacional, no valor de R\$ 560 304 mil (R\$ 536 344 mil, adicionados de R\$ 23 960 mil, relativos à equivalência patrimonial do período de 11-08 a 21-10-97). Em vista disso, na referida conta figurou o líquido da operação, ou seja, R\$ 949 696 mil (R\$ 1 510 000 mil, diminuídos de R\$ 560 304 mil). Além disso, a conta Despesas Não-Operacionais também restou reduzida de R\$ 560 304 mil

A permanência da concessão de distribuição da área Sul-Sudeste do Estado, através da Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, assegurou a CEEE uma parcela de, aproximadamente, 33% do mercado, com 1 112 770

consumidores, sendo que 957 430 são residenciais, atendendo a 68 municípios, abrangendo uma área de 73 363 km<sup>2</sup>

A Receita Líquida gerada pelo fornecimento de energia foi de R\$ 1 105 143 mil, no exercício de 1997, na distribuição de 5 337 Gwh, sendo correspondente a 9 meses da antiga CEEE e a 3 meses da nova CEEE, apresentando um decréscimo de Receita de 21,24%, em relação ao exercício anterior, e de 65,43% nos Gwh consumidos

No exercício de 1997, ocorreu um aumento do Capital Circulante Líquido na ordem de R\$ 1 277 737 mil, uma vez que as origens foram superiores às aplicações. As transações que influíram positivamente somaram R\$ 4 009 624 mil, enquanto que as aplicações de recursos totalizaram R\$ 2.731 887 mil, ou seja, 31,87% a menor que o total das origens

Os índices financeiros do exercício indicaram Liquidez Corrente de 2,34 (0,62 em 1996) e Liquidez Geral de 0,71 (0,20 em 1996). Em contrapartida, o Grau de Endividamento passou de 0,55 para 0,67, enquanto que a Imobilização de seu Capital Próprio reduziu de 1,99 para 1,58

Subseqüentemente ao exercício de 1997, por solicitação do Estado, através de Assembléia Geral Extraordinária, de 04-04-1998, ocorreu a redução do Capital Social da Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica em R\$ 415 000 mil, em cumprimento também à Lei Estadual nº 11 076, de 06-01-98

## **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT**

Inicialmente, merece referência o processo de privatização da Companhia

- em dezembro de 1996, a Telefônica do Brasil Holding comprou 35% do capital votante da empresa, tornando-se responsável pela gestão da mesma,

- em 19 de agosto de 1997, foi promulgada a Lei Estadual nº 11 004, autorizando a alienação integral da participação acionária do Estado na CRT,

- subseqüentemente ao exercício examinado, em 19 de junho de 1998, a CRT foi vendida à Telefônica do Brasil Holding pelo valor de R\$ 1,176 bilhão, correspondente a 50,12% do capital votante da Companhia;

- a Telefônica do Brasil Holding, que já detinha 35% das ações ordinárias, com o leilão de 22 de junho de 1998, ficou com 85,12% do capital votante da empresa

Na area de Infra-Estrutura, cabe destacar o fato de que a CRT foi a companhia que apresentou o maior Resultado Operacional positivo e Lucro do Exercício nos valores de R\$ 115 453 mil e R\$ 114 870 mil, respectivamente

Em 1997, cerca de 14% do Ativo Permanente da Companhia foi financiado pelo Passivo Circulante, evidenciando uma posição mais desconfortável do que a verificada em 1996, quando tal percentual situava-se em torno de 2%. Por outro lado, o Ativo Realizável a Longo Prazo foi inteiramente financiado por capitais de terceiros tomados a curto prazo. Tais situações oferecem riscos, porquanto o retorno do capital investido ocorre de forma lenta, em oposição aos prazos imediatos impostos para a devolução dos recursos tomados.

A Companhia apresentou, em 1997, condições de pagar apenas 44% das dívidas assumidas a curto prazo. Este índice foi pior que o verificado no exercício anterior (76%).

O Índice de Liquidez Geral, que demonstra a capacidade total da empresa de saldar seus compromissos integralmente, situou-se em torno de 35%, tendo uma redução de quatorze pontos percentuais, em 1997, em comparação a 1996.

Quanto ao desempenho da Companhia em termos físicos, em 1997, foram instalados 398 896 novos terminais, o que significou um crescimento de 35,53% na planta instalada até o exercício anterior e um crescimento de 49,74% em relação aos terminais instalados no exercício anterior.

Verificou-se, em 1997, o melhor desempenho do quinquênio 1993/1997 no número de terminais telefônicos que efetivamente entraram em serviço (438 924), correspondendo a 110,03% do número de terminais instalados (398 896). Enquanto os terminais existentes em 1997 tiveram um acréscimo de 35,53%, os terminais em serviço aumentaram 46,09%, o que resultou em um aumento da taxa de utilização, na ordem de 7,79%, em relação a 1996.

A densidade telefônica do Estado vem aumentando gradativamente. No período 1993/1997, alcançou uma média de 10,34 terminais telefônicos para cada 100 habitantes. Em 1997, registrou-se o maior índice com 14,80 aparelhos para cada 100 habitantes.

Outro fator a ser considerado é que o número de chamadas totais e dos pulsos registrados (chamadas locais) cresceu, no exercício de 1997, a taxas menores que as ocorridas com o número de terminais em serviço. Tal circunstância diminuiu o congestionamento existente, tendo em vista, principalmente, a ampliação dos sistemas de telefonia.

Em 1997, a Receita de Exploração apresentou um crescimento de 19,32% em relação a 1996, enquanto o IGP/DI variou 7,48%. No tocante à Receita de Exploração por Terminal Médio em Serviço, verificou-se, em 1997, uma redução de 9,09% ocasionada, em grande parte, pelo fato de que os terminais foram instalados, principalmente, no último trimestre do exercício, não gerando receita em todo o período.

Ainda em 1997, registrou-se o menor número de empregados por 1 000 terminais (3,00) e o menor comprometimento da Receita de Exploração com gastos com pessoal no mesmo período (26,40%).

### **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**

Ressalta-se como fato relevante, no exercício de 1997, o elevado volume dos investimentos realizados, constituindo-se no maior da série analisada (1988/1997).

A significância dos recursos investidos pela Companhia pôde ser evidenciada pelo fato de que o montante dos recursos investidos, em 1997, foi 90,48% superior, em valores reais, ao segundo maior investimento da Companhia, ocorrido no exercício de 1991 (na série 1988/97).

Destaca-se, também, que a CORSAN, no exercício de 1997, deixou de receber recursos a título de transferência do Estado, demonstrando uma evolução favorável da situação econômico-financeira da Companhia. O Estado do Rio Grande do Sul permaneceu honrando avais junto ao Banco do Brasil, como em anos anteriores, por conta de financiamentos tomados pela CORSAN.

Por outro lado, no exercício de 1997, aumentou o Nível de Endividamento da Empresa. A dependência de capitais de terceiros passou a ser preponderante na aplicação de recursos. O incremento deste Nível sofreu influência direta do grande acréscimo nos Investimentos, visto que grande parte destes são financiados com recursos de terceiros, num total de R\$ 103 014 mil, a saber:

- Caixa Econômica Federal (R\$ 55.553 mil),

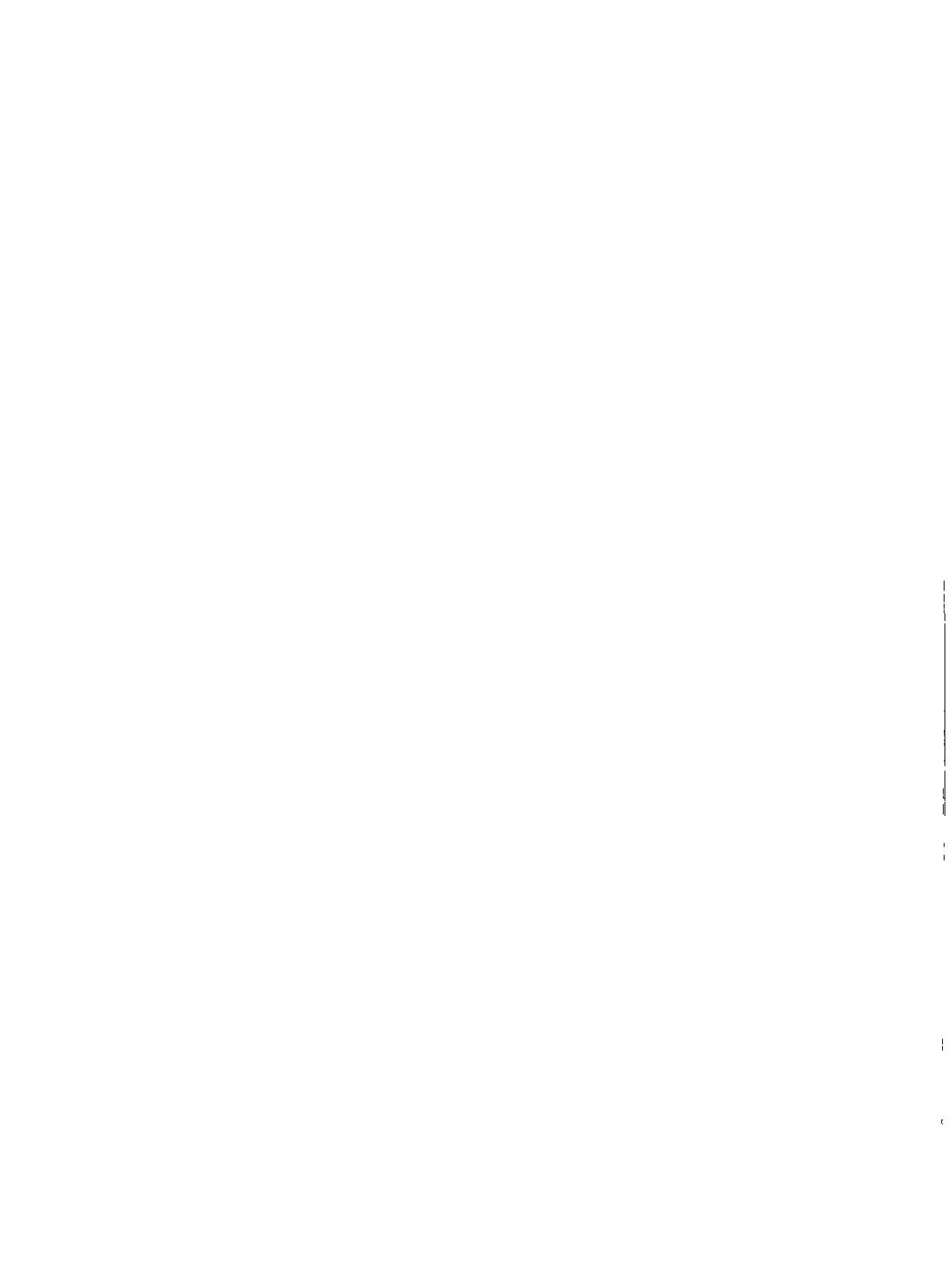
- BID - Pró-Guaíba (R\$ 40.820 mil); e,

- BANRISUL - PIMES (R\$ 6 641 mil)

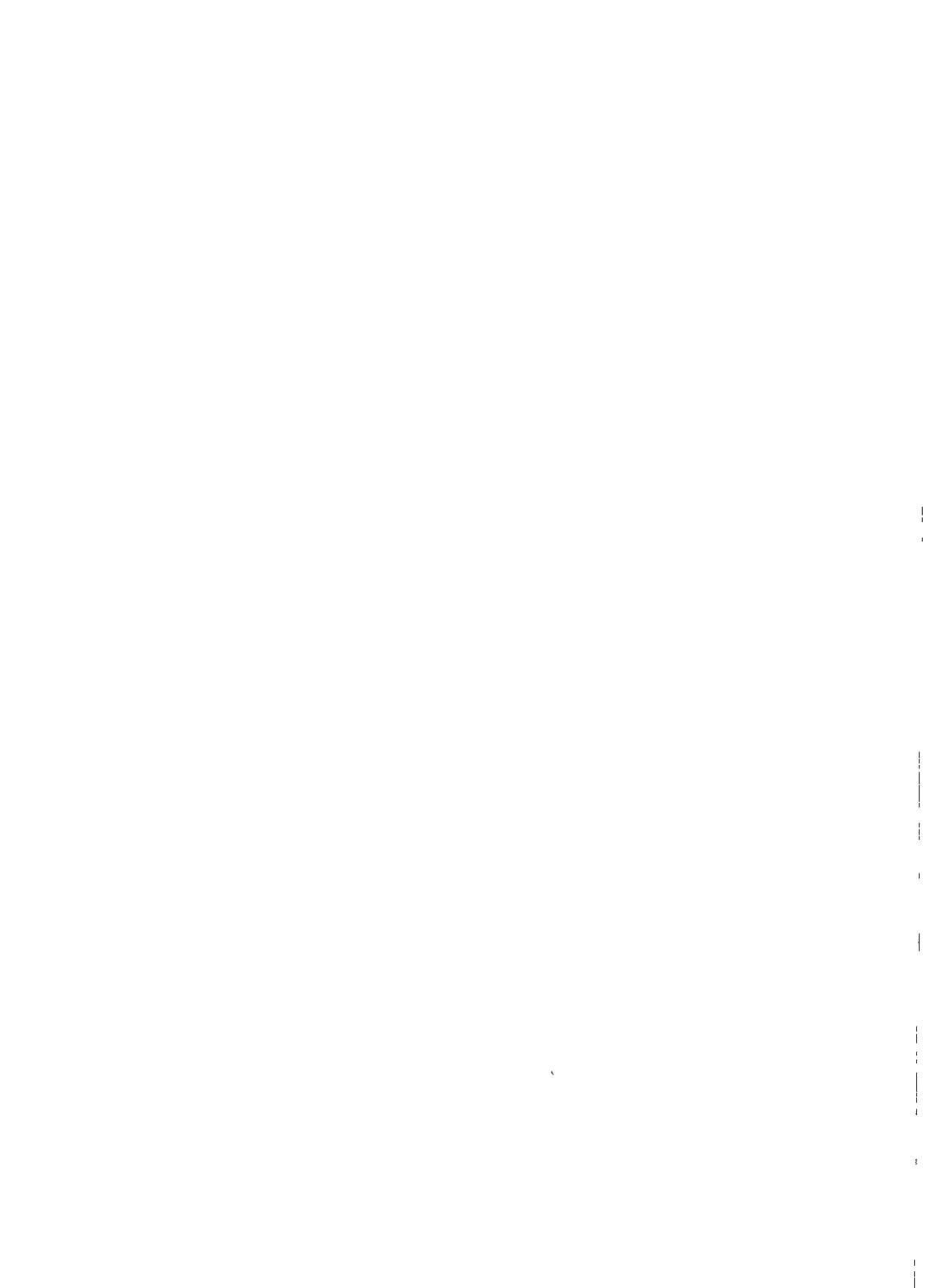
A CORSAN manteve a tendência à redução dos prejuízos observada nos exercícios anteriores (94/96). Esta redução ocorreu, embora a empresa tenha constituído a provisão para contingências, relativa a diversas causas judiciais nas áreas trabalhista, cível e de outras naturezas, bem como a provisão para perdas referente a parte do saldo a receber do DMAE, relativo a repasses de verbas do Projeto Pró-Guaíba. A evolução favorável da empresa, nesse aspecto, decorreu do incremento da Receita Operacional e concomitante declínio da Despesa Operacional, em especial dos Custos dos Serviços, das Variações Monetárias Líquidas e dos Encargos Financeiros.

O exame dos Índices de Liquidez indicou que, no curto prazo, a Companhia possuía, em 31-12-97, posição favorável. Em termos de Liquidez Geral, para cada R\$ 100,00 de compromissos totais, a empresa dispunha de apenas R\$ 25,00. Entretanto, considerando-se o Índice de Solvência Geral, a CORSAN possuía bens e direitos suficientes, em valor contábil (R\$ 1.323.306 mil), para a cobertura de todas as exigibilidades de curto e longo prazos (R\$ 687.687 mil).

A CORSAN efetuou investimentos em água e esgoto no valor de R\$ 149.186 mil, o que significou um acréscimo de 269% em relação ao que foi investido em 1996. Em decorrência deste significativo incremento, o investimento em produção e distribuição de água aumentou 166% no período 96/97. O destaque, no entanto, é o incremento do investimento em esgoto, que alcançou o percentual de 1.587%, a saber, de R\$ 3.066 mil, em 1996, passou a R\$ 51.727 mil no exercício de 1997, aumentando sua participação de 7,59% para 34,67% no investimento realizado no ano.



## *CONCLUSÃO E VOTO*





Estado do Rio Grande do Sul  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
Palácio Flores da Cunha

## CONCLUSÃO

O presente processo analisa de maneira global o desempenho das ações do Governo do Estado em seus aspectos financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional, referente ao exercício de 1997. Analisaram-se os grandes programas desenvolvidos ou em desenvolvimento no Estado, bem como suas implicações econômicas e sociais.

Salienta-se que o Controle Externo exercido por este Tribunal não se restringe ao exame da legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, visando também à preservação das finanças e do patrimônio público e ao aperfeiçoamento das instituições administrativas. Tal circunstância ocorre, de modo especial, quando do exame das Contas do Chefe do Poder Executivo.

Por isso, a Resolução nº 518, de 04-09-98 (Regimento Interno deste Tribunal), no parágrafo 1º do seu artigo 75, normatiza que o Relatório sobre as Contas do Governador do Estado pode *“conter recomendações quanto às medidas necessárias para a defesa do interesse público”*, numa clara medida de colaboração administrativa da Corte com o Poder Público.

Assim, tendo em conta os resultados obtidos na análise efetuada, algumas constatações são merecedoras de avaliação por parte das Autoridades Governamentais, a saber:

- a) a ocorrência de déficit orçamentário corrente repetiu-se, resultando na continuidade dos déficits financeiro e patrimonial;
- b) o Superávit Orçamentário Global dependeu fundamentalmente das receitas atípicas geradas pelo Programa de Reforma do Estado,
- c) as despesas com desvio de finalidade, principalmente aquelas despendidas por conta de recursos vinculados, repetiram-se em 1997,

d) os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais dos Fundos Especiais não foram demonstrados, de forma clara e detalhada, no Balanço Geral do Estado,

e) a cobrança da Dívida Ativa ocorreu de modo ineficiente, sem apresentar resultados significativos em relação ao seu volume,

f) os motivos e embasamentos dos cancelamentos de créditos inscritos em Dívida Ativa não constaram no Balanço Geral do Estado,

g) a ausência de constituição e regulamentação do Fundo de Assistência e Previdência, instituído através da Lei Complementar Estadual nº 10 588, de 28-11-95, para a administração da Contribuição Previdenciária Suplementar, possibilita desvio de finalidade no emprego dos recursos arrecadados,

h) os recursos do Programa de Reforma do Estado não foram geridos em sua totalidade através do Fundo de Reforma do Estado, conforme dispõe a Lei Estadual nº 10 607, de 28-12-95, e Decreto Estadual nº 36 756, de 27-06-96,

i) o incremento no montante de recursos aplicados na Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA, ocorrido no exercício, não foi suficiente para atender ao disposto no *caput* do artigo 20 e parágrafo único da Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96

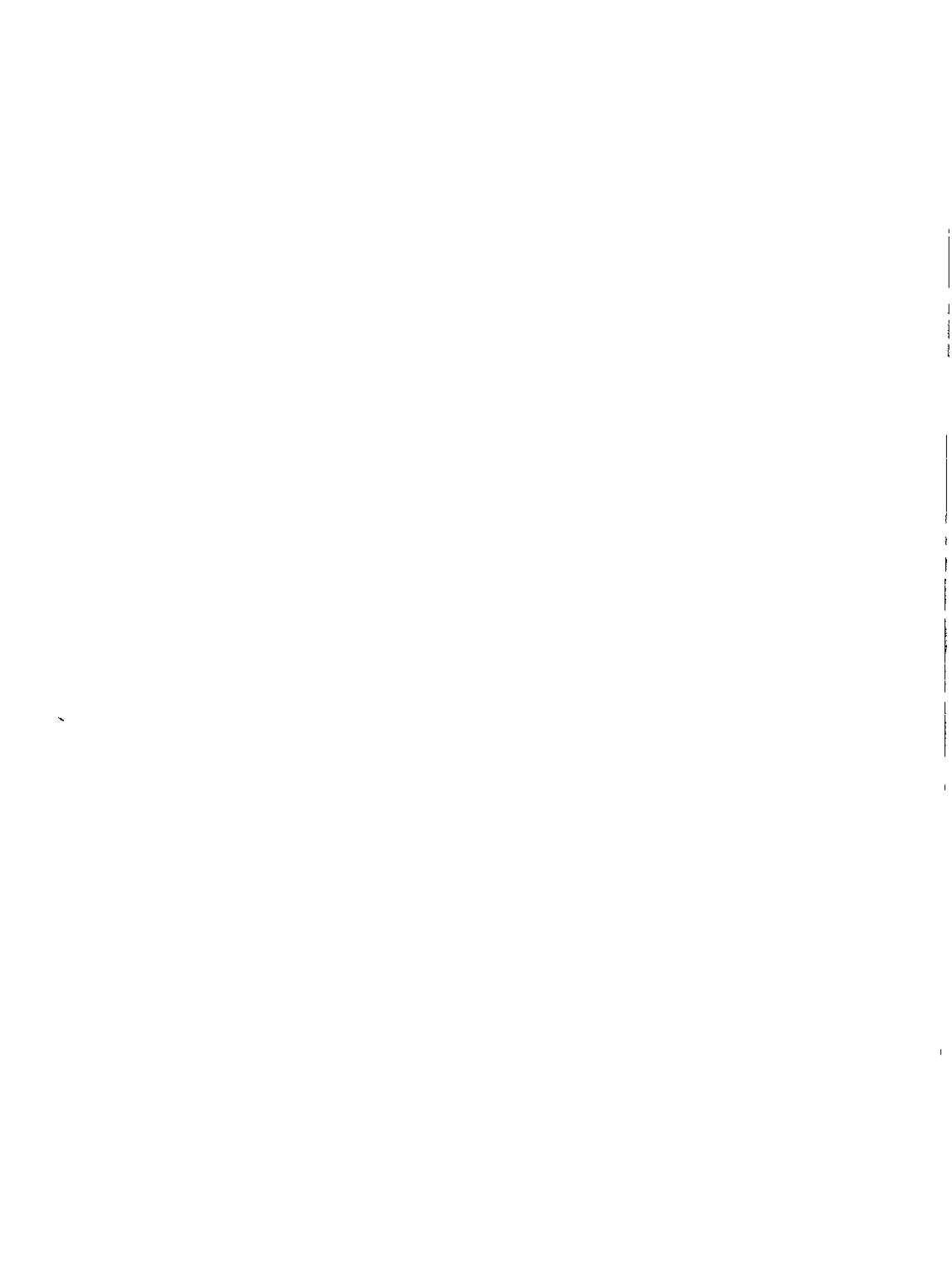
## VOTO

Pelo exposto, em face dos elementos analisados e que constam no presente Relatório, os quais espelham a avaliação econômico-financeira da Gestão Governamental, sintetizada nas conclusões dos principais tópicos do trabalho, ressaltadas as situações acima especificadas, voto pela aprovação das Contas do Governo do Estado, relativas ao exercício de 1997.

Porto Alegre, 07 de outubro de 1998

Conselheiro  HELIO SAUL MILESKI  
Relator

*PARECER*





*Estado do Rio Grande do Sul*  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
*Palácio Flores da Cunha*

**PARECER N° 9082/98**

*SÚMULA: Contas do Governo do Estado  
do Rio Grande do Sul, relativas  
ao exercício de 1997.*

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, reunido nesta data, em Sessão Especial, dando cumprimento ao disposto no inciso I, artigo 71 da Constituição Federal, consoante o referido pelos artigos 70 e 71 da Constituição Estadual, apreciou o Processo n° 4128-02 00/98-3 e, tendo examinado e discutido a matéria, acolheu o Relatório e Voto do Senhor Conselheiro-Relator, aprovando-os, e considerando:

que o Balanço Geral da Administração Estadual, ressalvados os aspectos destacados pelo Conselheiro-Relator, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Operacional e Econômica no exercício de 1997;

que este Parecer não condicionará o julgamento das contas dos demais Administradores do Setor Público Estadual, inclusive das Entidades da Administração Indireta e Fundações;

que as situações destacadas no final do Relatório, embora, isoladamente, não constituam motivo que impeça a aprovação das Contas do Excelentíssimo Senhor Governador, devem merecer atenção, a fim de que não venham a acarretar prejuízos às finanças públicas ou ao cumprimento dos objetivos do Estado,

é de Parecer que as Contas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Gestão do Excelentíssimo Senhor Antônio Britto Filho, com os ajustes recomendados na Conclusão e Voto do Senhor Conselheiro-Relator, oferecem, sob os aspectos legais e contábeis, condições de serem aprovadas pela Egrégia Assembléia Legislativa

O Senhor Conselheiro Algir Lorenzon não assina o presente Parecer por ter declarado sua suspeição nos termos do artigo 135, parágrafo único do Código de Processo Civil

PLENÁRIO GASPAS SILVEIRA MARTINS, 07 de Outubro de 1998

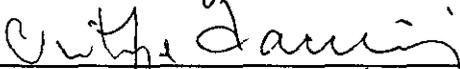
Presidente

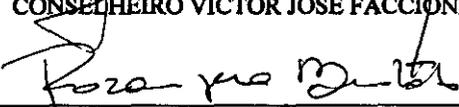
  
\_\_\_\_\_  
CONSELHEIRO PORFÍRIO PEIXOTO

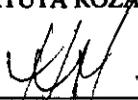
Relator

  
\_\_\_\_\_  
CONSELHEIRO HÉLIO SAUL MILESKI

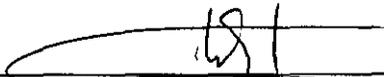
  
\_\_\_\_\_  
CONSELHEIRO GLENO RICARDO SCHERER

  
\_\_\_\_\_  
CONSELHEIRO VICTOR JOSÉ FACCIONI

  
\_\_\_\_\_  
CONSELHEIRA SUBSTITUTA ROZÂNGELA MOTISKA BERTOLO

  
\_\_\_\_\_  
CONSELHEIRA SUBSTITUTA ROSANE HEINECK SCHMITT

Fui presente

  
\_\_\_\_\_  
PROCURADOR-GERAL, junto a este Orgão, CELESTINO GOULART



